Yves Benot

Ideologias das Independências Africanas

VOLUME I

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO E DO DISCO
LUANDA/R.P.A.

Título original: *Idéologies des indépendances africaines*

Tradução de Carlos da Veiga Ferreira,
revista pelo editor

Capa de José Cândido

Esta edição de *Ideologias das Independências Africanas,* de Yves Benot,
foi realizada por Sá da Costa Editora,
Praça Luís de Camões, 22-4.º, 1294 Lisboa Codex, Portugal,
para o INALD — Instituto Nacional do Livro e do Disco,
Rua Vereador Castelo Branco, 7, Luanda, República Popular de Angola,
e acabou de se imprimir em Maio de 1981.

Índice

1

Introdução: Ideologias e «intelligentsia»

A África Negra teve a sua hora de celebridade na Europa nos anos que medeiam entre 1958 e 1963 (aproximadamente desde a independência da Guiné até ao fim da secessão catanguesa), anos em que se desmoronou a dominação colonial directa em grande parte do continente; anos, em suma, em que na África «se passava qualquer coisa» — entendendo-se por isto acontecimentos espectaculares que faziam tremer o mundo burguês e forneciam grandes títulos à imprensa sensacionalista. Depois, as pessoas habituaram-se: afinal, não era assim tão terrível. A África Negra, para uns, teria talvez começado mal; para outros, não. Contudo, a verdade é que o mundo burguês já não tem medo e, portanto, já não vê razões urgentes para falar dela. O antigo gosto pelo folclore e pelo exotismo pode retomar os seus direitos, exibir, calmamente, negritude, Dogons e, incidentalmente, golpes de Estado militares. Mas para nós, que não pertencemos ao mundo burguês, a África Negra merece outro tipo de atenção, que não esta condescendência e este amor pelo folclore, em que se apercebe ainda racismo. E parece-me que uma das vias para a compreensão daquilo que se passa e do que pode vir a nascer na África consiste no exame do que é o pensamento político africano actual.

Antes e depois do período das independências, a luta de ideias e a produção e confronto das ideologias desempenham um papel considerável no movimento de libertação africano, muitas vezes sem proporção relativamente às forças materiais

de que dispõem os «produtores» da ideologia. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial (e, em certos casos, antes da guerra), o debate passou finalmente a mover-se em torno do marxismo e da necessidade, segundo uns, ou do perigo, segundo outros, de o aplicar integralmente à África.

O marxismo, para aqueles que são directamente influenciados por ele, consiste, claramente, no pensamento de Marx e de Engels tal como foi desenvolvido e continuado por Lenine e pelos bolcheviques russos. Se bem que o termo marxismo-leninismo raramente seja empregue nas polémicas africanas, é ainda dele que se ocupam as canetas ou a boca daqueles que pretendem limitar-lhe a influência, amputá-lo «de um ou outro aspecto», ou rejeitá-lo. Ora, e aqui reside a primeira particularidade, se existem marxistas africanos, geralmente intelectuais, mais raramente sindicalistas, em contrapartida em vão tentaríamos encontrar os *partidos* comunistas, sem os quais um Lenine não concebia tais polémicas. Em todo o continente africano, encontramos, quando muito, quatro partidos comunistas, todos eles na ilegalidade: um em Marrocos, que beneficia de uma certa tolerância; outro na Tunísia, proibido, cujo grau actual de existência efectiva é difícil de conhecer; um terceiro no Sudão, que conheceu um breve período de legalidade após a Revolução de 1964; um quarto na África do Sul, que se reanimou há alguns anos; há ainda um partido que se reclama marxista-leninista no Senegal: o Partido Africano da Independência*.

* *Adição do Autor em 1971:* Convém acrescentar o Partido Comunista da Basutolândia (mais tarde Lesotho), que existiu na legalidade de 1962 a 1970 e sobre cuja actividade dispomos de pouca informação; na Nigéria, o Socialist Workers and Farmers Party, criado em 1964 por Otungbeye, interdito, como todos os partidos, em 1966, e submetido a forte repressão ainda nestes últimos anos; no Ghana, de formação muito recente, o People's Popular Party, dirigido por Hansen. O caso do PCT (Partido Congolês do Trabalho), partido único do Congo-Brazzaville desde fins de 1969, é muito especial. Na Uganda, até à dissolução de todos os partidos à excepção do partido único governamental, em Dezembro de 1964, existia um, Uganda Vietnam Solidarity Party, sobre o qual dispomos igualmente de poucas informações.

Se existem em África militantes e políticos que aderem ao marxismo, que se esforçam por se comportar como comunistas, ou se encontram no interior de organizações e partidos cujas posições oficiais são algo diferentes, ou estão isolados.

Esta luta de ideias, no entanto, tem atrás de si uma certa tradição: já provou, no período da luta pela independência política, que não era um simples jogo intelectual, que podia adquirir uma força própria e uma certa eficácia. Por isso, somos levados a pensar que, neste novo período, que viu suceder, pelo menos numa parte do continente negro, as formas múltiplas e astuciosas do neocolonialismo à brutalidade uniforme do colonialismo directo, a luta ideológica pode ainda desempenhar um papel activo e preparar eficazmente um ressurgimento e uma nova libertação.

Em que é que a luta ideológica, em África, se revestiu de uma maior eficácia e assumiu um papel mais importante no período da liquidação do colonialismo directo do que noutros países ou regiões anterior ou actualmente colonizados? A resposta reside menos nas condições próprias das sociedades africanas do que no contexto internacional desta luta de libertação.

Contexto histórico da luta de libertação

Por razões que se deviam ao mesmo tempo aos atrasos culturais agravados pela colonização (basta considerar o exemplo do Congo-Kinshasa, onde tal política foi levada pelos ocupantes belgas a uma espécie de perfeição), a uma relação de forças desesperante face aos meios de repressão das autoridades coloniais e à recordação dos fracassos ainda recentes da resistência armada ou das sublevações intermitentes — por estas e outras razões, derivando todas elas da própria natureza da colonização, a África Negra, tardiamente chegada à resistência política, empenhou-se nessa resistência

num momento em que a situação internacional podia favorecer e apressar a sua libertação.

Pelo menos uma primeira etape da sua libertação.

Com efeito, a África Negra organiza-se no momento em que os colonizadores europeus enfrentam já a sublevação dos povos colonizados na Ásia e na Indonésia: os Ingleses, na Índia, na Birmânia, na Malásia e no Iraque; os Franceses, no Vietname até 1954 e, imediatamente a seguir, como que para evitar que a cena fique vazia, na Argélia. Os Indonésios libertam-se da dominação holandesa; a China liberta-se simultaneamente dos seus próprios fascistas e do neocolonialismo americano. Três acontecimentos, em especial, vêm encher de confiança os povos oprimidos: a vitória, quase inesperada, dos comunistas chineses (em Dezembro de 1948 é o caso de que mais se fala em França, e «o ribombar de Moukden», título de um artigo de Pierre Courtade, é bem significativo); em seguida, Dien Bien Phu, vitória militar alcançada pelos oprimidos sobre um exército colonial; finalmente, a intervenção soviética no momento da crise do Suez de 1956. Durante seis anos, até 1962, este exemplo histórico vai fornecer aos povos oprimidos a certeza de que não estarão sós em caso de confronto com as potências imperialistas. A verdade é que os nacionalistas africanos souberam ao mesmo tempo compreender e aproveitar activamente este contexto internacional.

Enquanto a África continuava a representar, aos olhos das potências coloniais, uma zona tranquila, em comparação com a Ásia em movimento (tranquilidade muito relativa, evidentemente, cujos estreitos limites são revelados pela intensidade das sangrentas acções de repressão como as de Madagáscar, em 1947, da Costa do Marfim, em 1950, do Quénia, de 1952 a 1956, e dos Camarões), os intelectuais africanos, definindo as suas exigências, afirmando a sua nacionalidade própria e o que ela tinha de irredutível ante a absorção e a submissão coloniais, formulando os seus próprios programas de libertação, exerciam uma pressão efectiva sobre os senhores da época. Faziam-lhes temer, a mais ou menos curto prazo, levantamentos que nem sempre poderiam ser afogados em sangue (por volta de 1954, nem a França nem a Inglaterra tinham possibilidades de conduzir simultaneamente várias guerras da Argélia ou várias guerras da Malásia); pelo seu rigor de pensamento, pelo esforço feito por muitos deles no sentido de ligarem descolonização e socialismo, inspiravam aos colonialistas mais hábeis a ideia de que um compromisso feito a tempo, e eventualmente duradouro, seria preferível a correr tais riscos.

E a história das relações complexas entre o pensamento político africano e a evolução do contexto político mundial não acaba com a série das independências políticas que se sucedem de 1957 a 1965; não devem negligenciar-se as questões levantadas pelo auxílio do mundo socialista após a independência pelas repercussões da crise de Cuba em 1962 ou do conflito sino-soviético nos anos seguintes. Mas, para nos ficarmos por estas observações, mais do que sumárias, torna-se evidente que, se «A África só» pôde ser um bom título de livro, a verdade é que essa fórmula, até agora, nunca constituiu uma palavra de ordem política africana. Sejam quais forem as tendências expressas pelas ideologias africanas, e estejam elas ligadas à defesa do capitalismo, ao que é costume chamar socialismo africano, ou ao socialismo científico, são sempre pensadas em função de uma estratégia mundial, de que os Africanos têm por vezes uma consciência mais nítida do que grande número dos representantes, culturais ou políticos, dos países ou movimentos mais directamente em causa.

Importa, contudo, não deixar a impressão de que a elaboração desta reflexão política, ininterrupta desde há quase um quarto de século, terá sido apenas um meio táctico ou uma espécie de astúcia substituindo-se à força material («Irmão, se não tens força, tens de ser manhoso», diz uma personagem de um romance de Mongo Beti, e a verdade é que a insuportável pressão do sistema colonial obrigou muitas vezes a África a usar de astúcia) e de que, por con-

sequência, poderíamos dispensar-nos de a julgar segundo o seu conteúdo próprio e a sua relação com o real, a sua adesão a este: bastaria, poder-se-á pensar, ter em conta o seu papel episódico, desempenhado nesta ou naquela viragem da história contemporânea. Mas não é assim.

No período mais recente, para alguns tornou-se corrente tratar os problemas, isto é, as dificuldades económicas da África independente, unicamente ao nível dos dados económicos *stricto sensu*, enquanto outros se dedicam a proceder a glosas sobre as doutrinas políticas: sobre o (ou os) «socialismo africano», por exemplo. Em resumo, temos o hábito de ler, ou observar, estes dois tipos de fenómenos independentemente um do outro, com o risco de os tornarmos ambos ininteligíveis. Ora, se a África actual, a África do neocolonialismo (cujas consequências se estendem até aos territórios ainda por libertar, ao sul de Cabinda e ao sul do Zambeze), atribui tanta importância a estes debates ideológicos ou teóricos é unicamente por se aperceber de imediato de toda a sua significação prática, concreta. As próprias censuras, que também existem, atestam a dimensão do que está aqui em jogo. Relacionando estes debates com os dados estatísticos dos economistas e sociólogos, depressa se torna evidente que o ponto da situação ideológica é susceptível de nos fornecer algumas explicações que permitem compreender as estatísticas, tanto pelo que as obras doutrinárias calam, deformam ou deixam escapar como confissão de mal-estar como por aquilo que dizem claramente. E também pelas suas contradições ou repetições.

Em resumo, não se trata de uma leitura académica, porque esses textos possuem uma verdade prática, mas não se trata também de uma leitura transparente e simples: nem tudo é explícito, e a análise do texto não revela toda a sua verdade, a não ser pelo desvelamento de relações mais ou menos secretas com a realidade. É este o tipo de análise comparativa que temos de tentar.

Seis questões

Podemos, desde já, delimitar um pouco melhor o objecto desta verdade prática. A primeira fase da luta de libertação, na África Negra — como no século passado na Europa Central[1] —, e isto desde antes de 1939, consistiu no esforço sistemático de reafirmação e de tomada de consciência de uma realidade nacional. Sob este aspecto, as condições impostas a estes povos, não é de mais sublinhá-lo, introduziam no próprio continente, e apesar da identidade do facto colonial, uma diferença real entre a África do Norte, do Atlântico ao Suez, e a África «ao sul do Sáara». Nesta última, tudo foi destruído; os antigos Estados foram reduzidos a pó, as etnias divididas, a personalidade nacional, e até simplesmente humana, dos africanos negros foi negada e atacada por todas as formas. Poderíamos demorar-nos na análise deste empreendimento, que faz lembrar o Império Romano e que pretendia reduzir o conjunto dos povos africanos a um vasto apêndice de algumas nações europeias; em suma, uma Europa menor.

Mas, desde o início, e tendo em conta o que fora a história da África antes da ocupação, retomar consciência da identidade nacional não consistia simplesmente em reatar uma continuidade histórica interrompida por forças exteriores — como fizeram, no século XIX, os intelectuais checos, sérvios, romenos, etc. —; a continuidade, aqui, tinha sido de tal forma quebrada que se a redescoberta do passado, a afirmação, devidamente comprovada, de que também os Africanos tinham a sua história própria, constituía um passo necessário — não chegava, no entanto, para definir uma saída.

Esta reafirmação exigia à partida a resposta a uma questão de longo alcance: em que quadro geopolítico situar a afirmação nacional? No quadro dos territórios arbitrariamente

[1] Foi Claude Wauthier que, em *L'Afrique des Africains* (Le Seuil, 1964, p. 15), sublinhou esta comparação esclarecedora.

delimitados pelas potências coloniais em função dos seus interesses imediatos ou das suas rivalidades e das relações de forças que se estabeleciam entre elas? Pela força das coisas, e de acordo com a maior ou menor intensidade da repressão colonial, tinham surgido lutas sindicais ou políticas na Serra Leoa, no que era então a Costa do Ouro e, até certo ponto, no Daomé, etc., inscrevendo-se neste quadro que tinha sido imposto, não por uma intenção premeditada, mas por força das circunstâncias. Mas, seria possível conformar-se com isto? Aceitar o destino traçado pela colonização? A concepção de conjunto de um programa de libertação implicava, como cedo se tornou evidente para os intelectuais africanos, a noção de unidade africana. Esta impôs-se, praticamente, devido à necessidade de coordenar lutas parciais e, também, à necessidade de prever, desde o início, a possibilidade de um desenvolvimento autónomo; impôs-se ainda teoricamente, como se verá.

De resto, para além da unidade africana, tinha já nascido a ideia da solidariedade dos povos negros da América do Norte, das Antilhas, etc., e da África; qualquer reflexão sobre a colonização da África Negra implicava a referência ao fenómeno histórico que, depois de ter sangrado a África durante mais de três séculos, tornara finalmente possível a sua conquista — isto é, o tráfico de escravos. Em resumo, e para nos reportarmos aos termos em que o debate se situa ainda hoje: micronacionalismo ou unidade africana? E a própria unidade, em que escala? Ficar pelos acordos entre Estados, encarar a criação de conjuntos regionais, ou lutar por um governo continental — para citarmos apenas algumas das posições mais características? E ainda um outro problema: bastará uma denúncia abstracta ou limitada do racismo anti-negro, ou será necessário definir e pôr em prática um princípio de solidariedade activa com as lutas reais dos negros americanos, das Antilhas, etc.? E, por outras palavras, dever-se-á admitir neste campo uma espécie de gradualismo, manter determinadas exigências de reserva para uma outra etape

da luta, ou, pelo contrário, proclamá-las à partida em toda a sua extensão? Basta olhar para o mapa para nos apercebermos de que tais questões, actuais em 1945 ou 1947, o são ainda em 1968, e merecem ser examinadas de perto.

Cabe aqui observar que o debate que opõe os defensores do gradualismo e os «radicais», defensores da independência imediata, se tem vindo a desenrolar, tanto a propósito da reivindicação da independência como da unidade. É, sem dúvida, surpreendente verificar que a exigência da independência pura e simples, que logicamente deveria ter sido a primeira, em muitos casos não pôde ser proclamada e entrar no campo da prática política senão ao fim de uma luta ideológica difícil e prolongada; no que respeita à África sob dominação francesa, essa luta só chegou ao fim nos anos que vão de 1957 (fundação do PAI) a 1960 (proclamação das independências).

Mas, *que* independência? Ou melhor: independência, *para quê*? Também neste caso, o problema, de uma actualidade tão evidente ainda em 1968, foi levantado, efectivamente, muito antes da conquista das independências formais. Era, sem dúvida, possível encarar, numa primeira etape, apenas a luta pela independência (ou, como também se dizia, pela emancipação) e sustentar que se decidiria, posteriormente, com toda a liberdade, qual o caminho a seguir.

No entanto, em primeiro lugar, era necessário responder a uma propaganda colonialista que se encarniçava — conseguindo por vezes alguns resultados — em desmoralizar os povos africanos repetindo-lhes que, material e economicamente falando, não poderiam viver sozinhos, prosseguir uma existência independente, sem sofrerem um recuo tremendo. E, sobretudo, o colonialismo moderno não era uma conquista qualquer, como as que foram possíveis no passado, inclusivamente no passado africano: a conquista das cidades haússas, no início do século XIX, pelo exército *peule* de Usuman Dan Fodio não se assemelha em nada à conquista da Nigéria pelos Ingleses, ou à da Costa do Marfim pelos

Franceses. No segundo caso, tratava-se de facto da expansão de um regime económico preciso: o capitalismo. A libertação da dominação estrangeira não seria, por conseguinte, necessariamente, a libertação da dominação capitalista? A solução dada a partir daí pela URSS aos problemas do subdesenvolvimento e da conquista da independência económica não viria demonstrar que a libertação completa da África colonizada implicava e exigia uma orientação socialista? Desde logo, o confronto entre as soluções imaginadas para se oporem à exigência de uma opção imediata — capitalismo ou socialismo — surge sobretudo como um jogo de esforços para evitar a via socialista, ainda que se trate do socialismo africano, de uma espécie de projecção do passado (a África comunitária de outrora) no futuro, de «uma via não capitalista», como se dirá curiosamente mais tarde; não é um facto que se quer, antes do mais, salvaguardar assim, em grande parte, as relações de dependência económica perante o mundo capitalista?

Bem vistas as coisas, o debate socialismo científico ou socialismo africano envolvia, evidentemente, uma escolha entre os sistemas de alianças internacionais possíveis. A África, tanto no seu período de luta pela independência como, mais tarde, no período da independência, deveria procurar as suas alianças do lado dos países socialistas ou, pelo contrário, manter a aliança com os países ocidentais? Também nesse ponto o debate não se encerrou, nem encontrou solução, tanto mais que a evolução da situação mundial, as fracturas surgidas no interior dos dois grupos de países (de um lado, a China contra a URSS, do outro, a França contra os EUA), complicaram particularmente os dados iniciais. A África, devido a esse facto, receia ficar só ou ser abandonada, e, assim, têm de ser procuradas e elaboradas outras soluções. Em todo o caso, também aqui a África não poderá limitar-se a uma simples oposição — digamos esquerda-direita, para fixar ideias —, ser-lhe-á necessário inventar, para definir a sua situação própria; e, frente aos defensores ingénuos (ou

talvez cínicos) da aliança ocidental — cujo exemplo acabado é Tsiranana — e aos teóricos radicais que reclamam a aliança privilegiada com o que era, ainda em 1958, o «campo socialista», surgem os inventores do «neutralismo positivo». Mas isto não é mais do que um esquema, porque a discussão sobre o conteúdo e o significado de neutralismo positivo faz reaparecer imediatamente tendências divergentes. Como, de resto, tendências divergentes se vão desenvolver a coberto do «consciencismo» de N'Krumah ou da via não capitalista. Mas enfim, para além disso, o debate volta sempre ao problema da opção entre o Leste e o Ocidente.

Num ponto todos parecem estar de acordo à partida: a África independente deve ser democrática e laica. Quanto ao segundo objectivo, o acordo, excepcionalmente, será mantido *. Os factos, aqui, são demasiado claros para deixarem lugar a divergências: não há um único Estado — mesmo entre aqueles que resultaram da partilha colonial[2] — em que não coexistam várias comunidades religiosas e em que a laicidade do Estado não seja uma condição *sine qua non* da sua existência. Haveria, em contrapartida, um debate surdo sobre a liberdade de expressão dos ateus, pelo menos sobre o seu direito a serem reconhecidos em igualdade de circunstâncias com as outras comunidades; mas trata-se de um debate subjacente e discreto. Já o mesmo não se passa com o pro-

* *Adição de 1971:* Em princípio, a Mauritânia constitui excepção à regra do Estado laico, na medida em que se proclama República Islâmica de Mauritânia. Deixo de lado, aqui, o Norte de África.

2 O ponto da situação, em 1968, faz-se rapidamente. Em relação às fronteiras coloniais, há a assinalar apenas quatro modificações: a fusão, em 1961, da Somália sob dominação inglesa e da Somália sob dominação italiana, para formar a actual República da Somália; a fusão, em 1964, do Tanganica e de Zanzibar, para formar a Tanzânia. *Adição de 1971:* Convém acrescentar a Federação dos Camarões ex-franceses e da parte sul dos Camarões ex-ingleses, em 1961, ligando-se a parte norte dos Camarões ex-ingleses à Nigéria, assim como a anexação da Eritreia pela Etiópia, em 1962, após um período de dez anos de união federal.

blema da natureza da democracia africana. De início, face ao arbítrio colonial, à recusa das liberdades de expressão, de associação, de livre trânsito[3], a reivindicação das liberdades democráticas era evidente e não parecia dever vir a levantar problemas especiais. No entanto, a própria luta pela independência e pelo direito à democracia, impondo as suas necessidades próprias, ia pouco a pouco fazendo surgir dificuldades.

Porque, ao longo da luta, ia-se tornando evidente a seguinte verdade prática: o êxito exigia a reunião das forças vivas dos países colonizados numa organização política largamente dominante (foi o caso do Convention People's Party do Ghana) e até *única* (foi, em vésperas da independência, o caso do Parti Démocratique de Guiné). Exigia igualmente a unidade sindical. Não havendo luta armada, nem por isso se sentia menos a necessidade de uma disciplina política equivalente à de um exército. Conquistada a independência, tornava-se ainda necessário preservá-la contra grande número de ameaças: a unidade continuava, assim, a ser necessária. A democracia, sempre claramente proclamada, assumiu formas inesperadas. Essas formas foram justificadas, teoricamente, pela proclamação da existência de uma identidade entre «partido único» e «democracia nas condições africanas». Daí resultaram discussões confusas em que intervêm motivações contraditórias. É possível definir um ponto de partida comum: é geralmente admitido que a democracia, em África, na segunda metade do século XX, não poderia assumir as formas de que se reveste nos países da Europa Ocidental, mais precisamente nas antigas potências coloniais França e Inglaterra, democráticas e capitalistas. Mas, para lá deste princípio inicial, manifestam-se, mais ou menos claramente: a preocupação

3 A liberdade de deslocação, não só no interior e para fora de um determinado território, mas até no interior da mesma cidade, era negada pelo regime colonial. Antes de 1945 a polícia considerava delito, para um africano, o facto de se encontrar à noite na zona europeia. (Cf. o romance de F. Oyono, *Le vieux nègre et la médaille*, p. 153.)

na busca de uma democracia socialista, nalguns casos; as tendências autoritárias, noutros, e a exigência de centralização e unificação nacional, quase sempre.

Faltaria ainda considerar os aspectos mais propriamente culturais destas teorias e destes debates; culturais, pelo menos num sentido restrito, pois, em si próprias, estas ideologias diferentes devem antes ser consideradas como fenómenos culturais e como definidoras, no seu conjunto, de um universo cultural particular, trabalhado por forças opostas. No entanto, é evidente que o pensador político africano não pode negligenciar a posição a tomar em relação à cultura e às formas de pensamento e de criação artística da Europa Ocidental, isto é, das potências colonizadoras que pretenderam aniquilar toda a personalidade africana. Problema que é tanto mais necessário resolver quanto é certo que ninguém contesta a imperiosa necessidade de adoptar todas as conquistas técnicas e científicas da mesma civilização. E daqui nascem discussões que fazem lembrar, sob alguns aspectos, as polémicas do século XIX na Rússia, entre eslavófilos e «ocidentais»: mas a Rússia czarista, ainda que atrasada, não se encontrava ocupada por um exército estrangeiro. A reflexão africana, essa, não pode eliminar a realidade do imperialismo cultural nem as suas repercussões: tem de encontrar vias para afirmar a autonomia da sua própria cultura.

Assim, o pensamento político africano desenvolve-se à volta dos grandes temas que acabamos de recordar: a unidade africana, a independência, o socialismo (ao qual se ligam todos os problemas do desenvolvimento), a política internacional africana, a natureza da sua democracia, e, por fim, a cultura. Convém notar que, numa ordem cronológica, o tema da unidade africana vem efectivamente em primeiro lugar (se bem que introduzido de fora pelo afro-americano W. E. B. Du Bois), pois surge em 1919, enquanto o tema da independência é mais tardio. Mas ao mesmo tempo convém observar que os problemas culturais se encontraram no primeiro plano, a partir do aparecimento do pan-africanismo, ainda que só

mais tarde, depois de ter sido levantado o problema das vias de desenvolvimento, tenham podido assumir inteiramente todo o seu sentido concreto. No entanto, é necessário precisar que, se é relativamente fácil distinguir períodos e viragens históricos ao longo do difícil caminho da libertação africana, em contrapartida, o desenvolvimento dos temas, das palavras de ordem político-culturais, e o percurso ideológico não obedecem à mesma periodização: muito rapidamente, todos estes temas foram lançados no debate e na luta, mais ou menos vigorosos, mais ou menos audíveis, conforme o momento e o contexto, mas sempre presentes. Por conseguinte, não é necessário seguir pormenorizadamente todos os meandros da polémica para dela se ter uma visão clara.

Finalmente, ter-se-á já observado que, em cada uma destas rubricas ou temas, se desenha com formas renovadas o problema das relações da África futura e do mundo[4]. E, se o pensamento político africano não se afasta nunca de uma certa concepção do destino e da marcha do Mundo, temos de admitir, em contrapartida, que o nosso seria deficiente e cego se se afastasse do conhecimento destas ideologias e da reflexão sobre a marcha da África (entre outras coisas).

A função dos intelectuais africanos

No entanto, é legítimo perguntar se não iremos privilegiar excessivamente os intelectuais africanos relativamente à história real que se realiza com sangue e lágrimas, através das greves, das manifestações e das múltiplas formas da luta política nas cidades e nas aldeias da África. Não será sobrestimar as produções de intelectuais africanos, fortemente influenciados pela sua formação «ocidental» (europeia ou americana), em detrimento da voz da África autêntica? É verdade que este tipo de objecções se manifesta na vida quotidiana, é ver-

4 *Le Monde et l'Afrique* é o título de um livro de W. E. B. Du Bois (1946).

dade que se ouve no centro de todas as discussões; é igualmente verdade que o argumento anti-intelectual e antiocidental é muitas vezes utilizado contra certos intelectuais por outros intelectuais africanos com a mesma formação e com a mesma estrutura mental dos seus adversários...

Tem de se reconhecer que, se a actividade destes intelectuais, incluindo nela a dos estudantes africanos expatriados, pode ter algum alcance, alguma eficácia, pelo menos no período anterior às independências — o que em geral toda a gente aceita —, a objecção perde já muito do seu peso; e, de facto, como é possível pretender, com um mínimo aparente de justificação, que tudo se teria modificado automaticamente pelo simples facto de se terem verificado independências, quando estas estão ainda submetidas a tantas limitações na prática? A menos, é evidente, que alguns homens, só por se encontrarem no poder e para nele se manterem, tenham interesse em apoiar a tese. Aliás, as censuras, geralmente não confessadas mas nem por isso menos reais, que exercem a sua nefasta acção hoje em dia em tantos Estados independentes, provam que existe um receio da influência e das possibilidades de acção destes intelectuais, pretensamente separados das realidades nacionais.

Não podemos, contudo, ficar-nos por estas simples observações: quando o papel de fermento desempenhado pelos intelectuais africanos, mesmo expatriados, é reconhecido, nem tudo está dito ainda. Trata-se, com efeito, de algo completamente diferente de julgar os valores respectivos de um ou de outro tipo de formação intelectual — como se, de resto, os Africanos alguma vez tivessem tido um leque de possibilidades liberalmente aberto à sua opção. Trata-se, na realidade, de compreender de que forças sociais dispunha a África colonizada (e a África neocolonizada, como veremos, neste aspecto, não é lá muito diferente), para se libertar. Não foi certamente um acidente fortuito que conferiu um papel preponderante, no movimento de libertação, à fraquíssima minoria africana dos intelectuais, aos *happy few* que haviam

conseguido forçar as barreiras da colonização e ter acesso à cultura moderna. Após o fracasso da resistência armada ao invasor europeu — resistência apoiada necessariamente nas estruturas sociais tradicionais —, após o fracasso dos levantamentos locais contra o poder colonial[5], só os intelectuais podiam assumir o difícil papel da direcção de uma resistência política. E não é possível opor intelectuais e sindicalistas: os dirigentes sindicais, a nível das federações e das centrais, não eram, e não são ainda na maioria dos casos, trabalhadores manuais, mas sim funcionários (evidentemente, subalternos no tempo da colonização, uma vez que os lugares mais altos eram reservados aos europeus); na realidade, já intelectuais, por comparação com as massas[6].

Repito: não havia outra opção possível. Fraqueza ou inexistência do proletariado propriamente dito, predomínio de uma massa camponesa duramente explorada e mantida no quadro das antigas estruturas no interior de um regime inteiramente diferente, dificuldades de comunicação interna e com o Mundo e múltiplas barreiras impedindo o acesso à cultura; por todas estas razões, os intelectuais africanos eram necessariamente os únicos a poder desempenhar o papel dirigente na luta. Apesar da necessidade de alguns retoques no quadro já traçado para o ajustarmos ao período do neocolonialismo (um ligeiro crescimento numérico do proletariado, que se mantém, todavia, proporcionalmente fraco; um notável crescimento da escolarização, mas que só produzirá os seus

[5] No Congo e em Oubangui-Chari, em 1930, no momento da construção da Congo-Oceano, por exemplo; durante a Primeira Guerra Mundial, em diversos pontos da África ocidental; em 1921 e 1926-1927, etc., no Congo, sob a dominação belga.

[6] É o caso, por exemplo, de um Sékou Touré, que, como sabemos, não costuma ser meigo em relação aos «intelectuais»; ele próprio antigo funcionário, outra coisa não é senão um intelectual. No Ghana, era moda no CPP qualificar de «intelectuais» os defensores dos partidos contrários, que incluíam nas suas fileiras universitários como Danquah e Busia. No entanto, o próprio Nkrumah é tão intelectual como os seus dois adversários...

frutos mais tarde; perturbações crescentes na vida das massas camponesas, que continuam, no entanto, privadas de um poder autónomo de decisão política, mas sobretudo o desenvolvimento de camadas médias e também parasitárias), nem por isso é menos verdade que ainda hoje continua a caber aos intelectuais africanos um papel de importância capital; ainda hoje eles são a única alavanca capaz de provocar transformações radicais que finalmente venham a quebrar o círculo do neocolonialismo.

A elaboração de programas concretos, a reflexão sobre as condições próprias da África e sobre as vias que poderão assegurar a sua inserção no mundo moderno na qualidade de parceiro igual e livre, constituem imperiosas exigências que ninguém contesta: realizá-las implica, sejam quais forem as profissões ou as funções que se desempenhem na vida corrente, uma actividade especificamente intelectual. Impõe-se aqui uma analogia: as revoluções europeias, tanto as burguesas como as proletárias, só se tornaram possíveis a partir de uma intensa preparação intelectual. Será necessário ainda recordar que o próprio socialismo tem de ser levado «do exterior» à classe operária, de acordo com a célebre frase de Lenine? Será preciso acrescentar que mesmo hoje, apesar da opinião contrária tantas vezes manifestada (naturalmente por intelectuais...), o papel dos intelectuais continua a ser fundamental para o desenvolvimento do movimento operário na Europa? A menos que acreditemos na transformação do Mundo por meio de explosões cegas e espontâneas, temos de reconhecer que todo o passo em frente exige uma constante reflexão, uma constante elaboração dos dados brutos com vista a extrair deles perspectivas e programas. A África não escapa à regra. Ainda que se viesse a verificar, sem se saber bem como, um brusco crescimento do proletariado num determinado país, daí não resultaria automaticamente uma ideologia proletária se esta não tiver sido objecto de qualquer preparação intelectual. (Este exemplo, entenda-se, é aqui apresentado com base numa hipótese absurda, apenas para assentar ideias.)

Dito isto, o problema real com que os intelectuais africanos se defrontavam, e se defrontam ainda, é outro. Não se tratava de se desculparem pelo facto de serem intelectuais (atitude bem reveladora do masoquismo de determinados intelectuais europeus, e só deles): os seus compatriotas ainda não adquiriram o hábito, típico da reacção francesa após o caso Dreyfus, de utilizar a palavra «intelectual» como um insulto, e é legítimo esperar que nunca o venham a adquirir. O problema consistia antes em não perder de vista as estruturas socioeconómicas do seu próprio país na elaboração das suas teorias e em elaborá-las de forma a que pudessem ter influência sobre essas mesmas estruturas. E, neste aspecto, as dificuldades eram reais.

Sob a ocupação de potências europeias que, ao mesmo tempo que brandiam a sua cultura (definida em termos propositadamente vagos) como prova da sua superioridade e do seu direito à dominação, recusavam metodicamente o acesso a essa cultura à juventude dos países colonizados (salvo, bem entendido, a alguns seres considerados suficientemente dóceis, suficientemente colaboracionistas), os Africanos, exactamente como os Argelinos ou todos os outros povos colonizados, tiveram de se apoderar pelos seus próprios meios dessa cultura que, em última análise, não lhes foi levada nem oferecida, mas que eles próprios conquistaram. Aqueles que conseguiram realizar essa conquista — primeiro um punhado apenas, um número maior a seguir — não se desligaram de forma alguma dos seus compatriotas, não se separaram das massas camponesas dos seus países quando enveredaram por essa via: bem pelo contrário, representavam-nas[7].

7 Chegou a acontecer que aldeias africanas se quotizassem para pagar os estudos de um dos seus. Para além do aspecto anedótico, nada mais significativo do que a atitude dos camponeses dos Camarões tal como os descreve Mongo Beti na *Mission Terminée* (Corrêa, 1957, pp. 96 e segs). É também significativa a peça ghanesa *Makola Scholarship* (Uma Bolsa de Makola), que mostra um comerciante analfabeto do mercado de Makola, em Accra, que provê as despesas dos estudos superiores de um dos seus jovens compatriotas.

No entanto, e até uma data recente, tal conquista significava um exílio voluntário de vários anos; ainda hoje é assim, não para todos, mas para grande parte dos estudantes africanos. E certamente que o exílio, pela força das coisas, quanto mais não fosse pelo modo de vida diferente que implicava, apresentava riscos de corte e de afastamento em relação às condições africanas. Mas esse risco, que se concretizou no caso de alguns[8], faz parte dos riscos inerentes a toda a aventura intelectual e não deve ser exagerado, apesar da utilização polémica que dele se fez.

Em contrapartida, o processo de conquista da cultura europeia e da sua apropriação com vista a colocá-la ao serviço dos objectivos da libertação e a transformá-la de arma do colonizador em arma do colonizado — por outras palavras, a tratá-la não como algo absoluto, mas como componente de uma cultura nova, a da África moderna — passava por toda uma série de contradições, e por vezes parecia levar a impasses. Contentar-nos-emos aqui com um esquema extremamente sumário. Os Africanos, e os colonizados em geral, viraram-se rapidamente para os aspectos progressistas e revolucionários de culturas cujos aspectos estáticos e conservadores[9] tinham sido sublinhados ao máximo pelos colonizadores locais. Isso significava — nas condições existentes no

8 Como em qualquer outro grupo de estudantes e de intelectuais, houve, entre os estudantes africanos, uma certa proporção de apolíticos, que deveriam, assim, ser classificados mais como trabalhadores intelectuais do que como intelectuais. Outros, após uma juventude combativa, acomodaram-se, deixaram-se corromper, passaram a entrar no jogo das situações adquiridas e do conservantismo. Estes fenómenos, que não são específicos da juventude africana, não nos interessam, assim como não nos interessaria estabelecer uma estatística acerca deles, mesmo que isso fosse possível. Não temos que tomar em consideração senão a produção ideológica que, de qualquer forma, permanece.

9 Existe um retrato feroz do pessoal colonial, do tipo humano que constituía, obra de um escritor francês — aquele que Céline nos deixou nalgumas páginas fustigantes de *Voyage au bout de la nuit*. Quaisquer que possam ter sido as excepções, tem de se reconhecer que as páginas de Céline não são uma caricatura, mas sim a verdade.

período entre as duas guerras quanto a um certo número de africanos essencialmente originários de territórios sob a dominação inglesa, nas condições existentes no último pós-guerra quanto à maioria dos africanos originários de territórios sob a dominação francesa — debruçar-se simultaneamente sobre duas etapes do desenvolvimento das ideologias revolucionárias: a dos pensadores das revoluções burguesas (cujas contradições era fácil fazer explodir ao nível da realidade colonial) e a dos pensadores das revoluções proletárias que abriam à independência perspectivas bem diferentes da reduplicação do modelo burguês ocidental. No que respeita ao primeiro aspecto, observa-se um verdadeiro paralelismo entre a acção reivindicativa das massas africanas, em particular dos trabalhadores assalariados, funcionários, ferroviários e mineiros no pós-guerra, assim como entre a acção de um certo número de organizações políticas africanas no mesmo período, e a reflexão dos intelectuais africanos. Mais exactamente, sob este aspecto, as duas coisas misturam-se e, muitas vezes, confundem-se. Mas a elaboração de uma doutrina política não pode limitar-se apenas à consideração das possibilidades e das exigências imediatas: vai, necessariamente, mais depressa e mais longe, tem necessidade de definir objectivos decisivos em função de uma concepção do Mundo e de princípios. Quer, em seguida, o tenham modificado, quer se tenham afastado dele ou se lhe tenham mantido fiéis, nem por isso deixa de ser verdade que o encontro decisivo foi o encontro dos intelectuais africanos com o marxismo, o encontro desses intelectuais com os partidos comunistas ou com o movimento operário internacional. Partindo daí, no mesmo sentido ou opondo-se-lhe, elaboraram, rapidamente, já não tácticas de luta, mas corpos doutrinários, em torno dos quais se travaram discussões apaixonadas.

Estas doutrinas, não sendo inacessíveis aos Africanos (com quem os intelectuais repatriados mantinham contacto por cartas apesar das censuras, e nos períodos de férias, etc.), nem por isso deixavam de se apresentar, num primeiro estádio,

sob a forma de generalidades fatalmente abstractas. Generalidades cuja capacidade de mobilização — quando se tratava de fórmulas simples, como a independência total e imediata, a unidade da África e, mesmo, o socialismo — nem por isso era menor, mas cuja aplicação ia revelar-se mais difícil do que se pensara.

Acontece que também a conquista dessa cultura, a que convém actualmente chamar moderna e não já europeia (a Europa, na verdade, não era a sua proprietária), podia perfeitamente fornecer métodos de pensamento, caminhos para chegar à verdade prática, mas não podia oferecer chaves já feitas para a solução de problemas que até então nunca se tinha proposto resolver e cujos dados haviam sido ocultados. Menos ainda do que qualquer doutrina, o marxismo não dispunha de formulários *ready-made* para a África: podia apenas evidenciar a exigência científica de um conhecimento das estruturas sociais africanas, ser um preliminar relativamente à elaboração de uma doutrina política. Podia mostrar a necessidade de um conhecimento preciso da história da África, das suas particularidades e das suas contradições próprias. Podia tornar mais evidente a necessidade de analisar com rigor as forças económicas e sociais actuantes ou latentes no interior da África, nos seus diversos territórios. Podia confirmar que essa doutrina política deveria dar lugar à inserção da ideologia africana numa perspectiva mundial. Mas, repetimos, não podia, por si só, fornecer imediatamente essa doutrina política; podia apenas fornecer algumas ideias gerais, em certo sentido preciosas para combaterem as tendências reformistas, mas também insuficientes, demasiadamente abstractas, para darem corpo a um verdadeiro programa.

A esse nível, que envolve, em última análise, quer os defensores do marxismo, quer aqueles que apenas sofreram a sua influência, quer aqueles que se lhe opõem, havia realmente uma fractura: não entre os homens — e seria demasiado sumário reduzir essa fractura a uma oposição quase barresiana entre intelectuais pretensamente desenraizados e

massas camponesas autenticamente africanas —, mas entre ideologias e estruturas sociais e culturais, sobre as quais as ideologias não poderiam vir a ter uma influência concreta a não ser à custa de um longo desvio através da ciência. Verificar este facto não é, bem entendido, pretender julgar ou condenar o que quer que seja. A história processava-se com grande velocidade, e foi precisamente por não esperar, por antecipar resolutamente, que o pensamento político africano ocupou o seu lugar nessa história, acelerou-lhe indubitavelmente o ritmo e difundiu temas e ideais cujas pressões ou cujos recuos aparentes estão longe de ser definitivos. Além disso, a ordem lógica e científica não podia ser a da África colonizada, porque o próprio regime colonial constituía um obstáculo de envergadura ao conhecimento científico da África. Na África, sob a dominação francesa pelo menos[10], as bibliografias, só por si, revelam que era necessário ser-se administrador para gozar de plena liberdade de inquérito (e, muito naturalmente, no âmbito de preocupações completamente diferentes das dos intelectuais africanos). Sem pretendermos enumerar todos os meios, directos ou indirectos, utilizados pelo regime colonial, basta-nos verificar que esse regime não dava qualquer possibilidade de opção aos patriotas africanos: também neste sentido, a sua herança pesou fortemente na evolução recente da África independente.

O impacte do stalinismo

Mas aqui intervém um fenómeno grave, que passa geralmente despercebido. Antes ou depois da última Guerra Mun-

10 Torna-se necessário fazer esta restrição, porque a dominação inglesa, pelo menos na África ocidental, parece não ter levantado obstáculos tão grandes ao aparecimento de historiadores africanos e até de jornalistas. Mas conviria igualmente estudar os métodos de imperialismo cultural, do colonialismo inglês, por vezes diferentes dos do colonialismo francês, mas não menos opressivos.

dial, a formação política e intelectual da maioria dos africanos, cuja acção e obras foram determinantes, desenvolveu-se antes de 1956, por outras palavras, antes do XX Congresso do Partido Comunista Soviético. Isto quer dizer que essa formação manteve, durante muito tempo, as marcas de uma época particular da história do movimento operário internacional e que as deformações ideológicas que esta comportava deixaram traços profundos em África. Para sermos justos, convém, antes do mais, lembrar que os Africanos tinham sido vítimas dos crimes do colonialismo, e não dos crimes de Staline, e para eles era claro — como o deve ser para um observador imparcial — que não havia medida comum possível entre esses crimes, que a luta contra o inimigo directo e imediato, o regime colonial, tinha prioridade sobre qualquer outra consideração, e que devia excluir-se todo o paralelismo entre ambos. Por outro lado, e exactamente porque não havia partidos africanos[11], também não tinham sido arrastados pelos redemoinhos das lutas internas do movimento comunista, com as suas ladainhas de exclusões ou de censuras. Staline e todo o período da história da URSS durante o qual ele reinou representavam para os patriotas africanos o exemplo quer da construção do socialismo realizada em condições de subdesenvolvimento, quer da intransigência frente às potências colonialistas. Finalmente, para os povos do Terceiro Mundo, o ano de 1956 era muito menos o ano do XX Congresso do que o ano do fracasso da expedição franco-inglesa no Suez e da intervenção decisiva da URSS: uma razão de confiança e de certeza na vitória que se vai manter intacta, pelo menos, até à tragédia congolesa, em 1961, e mesmo até à crise de Cuba, em 1962. Mas, estas considerações não devem fazer esquecer que os Africanos sofreram, também eles, a influên-

11 Os grupos de estudos comunistas que existiram na África ocidental sob dominação francesa, entre 1945 e 1950, não eram comparáveis a um partido. Por outro lado, um grande número de africanos foi, durante esses anos, membro de partidos comunistas: inglês, francês ou português.

cia daquilo a que se pode chamar o modo de pensar stalinista, e que se, num primeiro estádio, esse pensamento, devido à sua rigidez e ao seu poder de certeza, os seduziu e até mesmo os auxiliou a adquirir rapidamente alguns princípios de acção, algumas bases doutrinárias, teve também como consequência deixá-los desarmados, tanto no plano da análise dos dados especificamente africanos, como ao nível das perspectivas de luta, depois da independência formal. E isto pelas mesmas razões que lhe conferiam o seu poder de sedução. Antes do mais, este modo de pensar, para nos limitarmos a dois exemplos apenas, se bem que essenciais, tinha, fundamentalmente, codificado, tornando-o rígido, um esquema de evolução das sociedades humanas (com as suas cinco etapes: comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo), que dificilmente se podia aplicar às condições reais da África. Ao mesmo tempo, codificara e fixara um modelo rígido de desenvolvimento socialista, o da URSS, que tinha percorrido o seu caminho, difícil e sangrento, em condições históricas e sociais que, também elas, não era possível encontrar em África. De uma maneira geral, o stalinismo tinha tendência para reduzir o marxismo, e também o exemplo da URSS, a um formulário fácil de apreender, é certo, mas difícil ou até impossível de aplicar em condições diferentes. Deve acrescentar-se que a própria prática stalinista, os métodos de direcção do partido único, do controle da informação, de segredo das estatísticas (para citar apenas três características que vamos encontrar na África independente), não podiam deixar de impressionar e seduzir os homens políticos africanos; para aqueles que detêm o poder, facilmente se compreende que tais métodos lhes tenham parecido cómodos e capazes de fornecer uma justificação adequada a práticas surgidas num contexto muito diferente do da URSS. E tão grande foi o prestígio de Staline e da sua época[12] que muitas vezes acontece

12 Um caso que me parece típico: em Novembro de 1961, após o XXII Congresso do Partido Comunista Soviético, em que Khruchtchev tornou público

que a oposição (ou as oposições) se reclamam ainda dessas teses.

Apesar de tudo, essa infelicidade histórica é apenas um factor, entre muitos outros, e trata-se, de resto, muito menos de uma influência do que da tomada de consciência de uma situação histórica, determinada e inelutável. Assim, este factor manifesta-se, ele próprio, de uma forma tendencial, como uma linha de força, em redor da qual se situam dissonâncias, esforços de reflexão e elaboração teórica que ultrapassam o respectivo contexto, ou, se se quiser, se lhe antecipam. Além disso, se esse factor, referente ao modelo socialista tal como se apresentava no pós-guerra, é, para nós, um dos mais importantes, visto que influencia directamente os elementos mais avançados e resolutos da *intelligentsia* africana (e, por ricochete, os outros, cujas reticências ou hostilidade frente ao socialismo se baseiam na consideração deste mesmo modelo), não se trata, longe disso, do único factor externo em acção. A África colonizada é uma África dividida, essencialmente partilhada por quatro potências coloniais: França, Inglaterra, Bélgica e Portugal. A *intelligentsia* africana, que se quer africana — e não francófona, anglófona, etc. ... —, que pensa em termos de uma África unida e não de territórios, nem por isso deixa de estar em contacto com culturas europeias diversas, apesar de tudo o que têm de comum relativamente ao continente negro. Culturas distintas, mas também situações históricas diferentes (diferenças, por exemplo, entre o papel do Partido Comunista Francês na vida política e cultural francesa e o papel do Partido Comunista Inglês na vida política e cultural inglesa; diferença entre os métodos e comportamentos destes dois partidos, na legalidade, e os do Partido Comunista Português, clandestino; diferença também entre as possi-

o essencial dos factos mencionados no relatório secreto de 1956, um militante guineense perguntava-me, com uma espécie de angústia, se eu também acreditava na verdade dessas revelações. Ele próprio hesitava, ainda, em dar-lhes crédito.

bilidades de pressão sobre a opinião pública e as autoridades em França e em Inglaterra e o muro de desprezo e de arrogância da ditadura de Salazar, etc.). Seja qual for a vontade de unidade, nada pode impedir que estas diversas situações exerçam a sua influência em certa medida, particularmente no plano filosófico, ao nível dos métodos de pensamento, sobre a formação do pensamento político. Ponhamos de parte uma excepção importante, o Congo sob dominação belga, território praticamente emparedado pela vontade do colonialismo belga, em que, até ao período de 1958-1960, mesmo uma viagem à Europa é impossível, em que o contacto entre os patriotas congoleses e elementos anticolonialistas belgas é quase impossível, em que o acesso ao ensino superior é recusado aos Congoleses até à penúltima hora. Estado de coisas cujas graves consequências, no período seguinte, não podem ser subestimadas. Exceptuado o Congo, as situações particulares das potências colonizadoras não foram apenas um factor de formação, como deram também origem a novas fontes de incompreensão, ao mesmo tempo que a tomada de consciência das diferenças resultantes viria igualmente a ser fonte de reflexão crítica e de progresso[13].

Criar tudo de novo

Mais importante ainda, parece-me ser, no entanto, um primeiro facto: se houve uma acção de factores externos diferentes, heterogéneos e até contraditórios, a razão desse fenómeno deve ser procurada não numa vaga maleabilidade, mas,

[13] Exemplo de incompreensão: o próprio Sékou Touré, ao declarar, em 1967, que a África sob dominação inglesa tinha sofrido um atraso de cinquenta anos no campo da ideologia política. Exemplo inverso: o de responsáveis ghaneses de esquerda ao sublinharem a contribuição decisiva que para eles tinha constituído o contacto, através da FSM e da CGT africana, com uma cultura de origem francesa.

pelo contrário, na exigência objectiva de assumir uma criação necessária; neste campo, estava tudo por fazer. E estava tudo por fazer, porque intervinha um factor interno decisivo: a própria situação histórica da África, a que temos de voltar ainda.

A amplitude das perturbações e dos traumatismos infligidos ao continente negro por oitenta a cem anos de colonização directa, precedida por cerca de trezentos anos de tráfico de escravos e de funcionamento das feitorias europeias nas costas, só poderá comparar-se aos que a América Central e do Sul sofreu com a conquista espanhola no século XVI, com a diferença de, neste último caso, a nova situação ter sido dotada de maior rigidez pela duração da dominação espanhola e pela impossibilidade, até ao século XIX[14], de qualquer apoio num movimento à escala mundial para a pôr em causa. Em todo o caso, não se pode validamente comparar a situação colonial em África com a que o colonialismo criou, por essa mesma época, na Ásia e na África do Norte: nestes dois casos, a conquista caiu sobre Estados já constituídos, cujas tradições e culturas, no seu conjunto, resistiram a todos os assaltos; o quadro nacional, pelo menos, existia e, de uma maneira geral, o próprio colonizador foi forçado a adaptar-se a ele. Os Estados do Maghreb, como os do Sudeste Asiático, quando emergem da noite colonial, reatam uma história nacional que fora perturbada e interrompida, mas não esquecida.

A moderna África Negra é completamente diferente. Todos os quadros antigos, inclusive os geopolíticos, foram esmigalhados. Por toda a parte, as fronteiras foram impostas do exterior; povos ou etnias foram despedaçados; outros, reunidos administrativamente, etc. Mas, sobretudo, esses quadros, certamente já alterados, mas a um nível e por formas

[14] Na realidade, verificou-se aqui em primeiro lugar um facto essencial: a guerra de libertação do Haiti, ligada às perturbações devidas à Revolução Francesa. Saudemos, de passagem, este acontecimento relegado, demasiadas vezes, para segundo plano: a primeira guerra de libertação colonial vitoriosa.

cujo estudo está ainda por fazer, pela irrupção dos negreiros europeus e pelo declínio dos Estados Árabes da África do Norte com os quais a África mantinha relações, foram atingidos pela conquista colonial quando estavam ainda em movimento, em vias de transformação. Não pode deixar de impressionar-nos a coincidência entre as numerosas tentativas de unificação, de uma certa amplitude, ao longo do século XIX, e a sua destruição devida à intervenção armada europeia (El Hadj Omar ou Samory na África Ocidental e, se bem que um pouco anterior à invasão, Chaka na África Austral). Tanto estas tentativas como tudo o que se encontrava ainda em movimento na África do século XIX, tudo isso foi de súbito interrompido e despedaçado pela conquista europeia e pelas modificações que esta veio impor.

Para mais, o regime colonial praticou constantemente um jogo duplo, pois ao mesmo tempo que organizava unidades territoriais e administrativas de acordo com as suas próprias conveniências[15], em função de exigências governamentais exteriores às necessidades africanas, por outro lado valorizava, utilizava e até suscitava oposições tribais no interior dessas novas divisões territoriais. Este jogo duplo encontra-se a todos os níveis: o colonialismo organiza, para seu uso e para comodidade da exploração, ilhotas de vida moderna, reservadas aos conquistadores e a um punhado mínimo de «colaboracionistas», ao mesmo tempo que encoraja a manutenção de estruturas sociais tornadas arcaicas e que, de resto, haviam sido brutalmente desligadas do seu contexto próprio. O jogo duplo mantém-se com o neocolonialismo: reagrupamentos, tais como a ex-UAM, a Commonwealth e outros, são

15 O desaparecimento e posterior reaparecimento de uma unidade territorial global sob a dominação francesa — o Alto Volta —, ou a destruição *manu militari* pelos Ingleses da confederação achanti e a sua reconstituição, sob o seu controle, cerca de trinta anos mais tarde, não são pormenores sem importância. São, pelo contrário, factos significativos e que continuam a exercer influência sobre a história contemporânea.

encorajados pelas antigas potências coloniais ou pelas recém-chegadas (EUA, Alemanha Ocidental), enquanto das mesmas potências vêm, igualmente, os encorajamentos à «negritude»[16] e, de um modo geral, a todas as ideologias arcaizantes (aliás, devíamos dizer: «incitamentos», em vez de «encorajamentos»).

Daqui resulta que, se a África contemporânea toma a peito (porque se trata de uma necessidade) a reivindicação do seu passado e de uma história que tinham pretendido negar-lhe[17], a verdade é que não se cria na continuidade de unidades nacionais anteriores à conquista: neste ponto, o intelectual africano, na época final do colonialismo e do neocolonialismo, não se encontra na mesma situação que o intelectual marroquino ou cambojano, por exemplo. Tem de criar tudo de novo, se quiser contribuir para o nascimento de uma África independente e moderna.

A amplitude das perturbações sociais devidas à colonização era talvez ainda maior do que, por exemplo, na África do Norte: a distância entre as novas necessidades, o modelo de vida europeu, triunfantemente exibido perante populações mantidas numa existência cada vez mais precária, e o atraso, técnico e cultural, devido a este mesmo regime, talvez sejam também maiores. De qualquer forma, era necessário pensar tudo de novo, necessária uma verdadeira criação, e não apenas pegar em armas[18]. Daí resultam, ao mesmo tempo, o papel

16 Sékou Touré tem razão quando faz notar (em *L'Afrique et la Révolution*, 1967, p. 192) que, nas reuniões internacionais, a teoria da negritude é muito mais vezes preconizada por «não negros» do que por «negros».

17 Uma vez mais, é o passado e a história da África que vai encontrar, e não as deste ou daquele país — do Senegal, da Guiné, etc.: em parte alguma, as divisões actuais coincidem exactamente com a realidade histórica anterior à conquista (salvo, evidentemente, no caso da Etiópia, ocupada apenas durante cinco anos pela Itália fascista, e no de Madagáscar).

18 Há, pelo menos, um exemplo de luta armada, iniciada sem a correspondente preparação ideológica ou, em todo o caso, com uma preparação insuficiente: o caso do Congo-Kinshasa, em 1964. Se é verdade que o levanta-

fundamental da *intelligentsia* e o facto de esta, vendo-se obrigada a criar, ter utilizado todos os materiais disponíveis na conjuntura, materiais de que julgava poder servir-se, na combinação, tantas vezes instável, dos factores externos e internos.

Necessidade e ambiguidade das ideologias

Os Africanos de 1968 não fazem a sua história como querem: se este facto é sabido, é também facilmente esquecido. Não é apenas a herança, já de si tão pesada, do colonialismo que entrava o seu desenvolvimento; é, sobretudo, a capacidade de adaptação ao regime de dominação indirecta de que deram provas as potências imperialistas, que actualmente competem em maior número no continente africano — porque uma das consequências do fim do colonialismo directo foi a entrada em cena do imperialismo americano e dos países do Mercado Comum que até então não possuíam colónias. Os meios de pressão e de dominação económica e cultural destas potências continuam a ser desmedidos, imensos, em comparação com as possibilidades materiais da parte formalmente independente da África. E mesmo o colonialismo directo se mostra difícil de bater nos territórios sob dominação portuguesa, na África do Sul e na Rodésia. Estas verificações, embora necessárias, não devem, contudo, ocultar uma importante realidade da era neocolonial[19]: pela sua própria natureza,

mento só foi militarmente travado pela intervenção estrangeira, sob a dupla forma da utilização de mercenários brancos e da expedição americano-belga de Stanleyville, é igualmente verdade que a evolução do levantamento tinha sido já prejudicada pela falta de uma verdadeira doutrina política.

19 Para evitar qualquer objecção, quero precisar que existem, evidentemente, a nível dos governantes e dos Estados africanos, pólos de resistência, aqui e ali, à dominação neocolonialista: mas nada compreenderíamos da situação actual se os privilegiássemos, quando o fenómeno dominante é realmente o da sucessão, sem ruptura de continuidade, do neocolonialismo ao colonialismo directo. Não podemos dar crédito à ideia de uma evolução gradual e contínua,

pelo sistema de alianças de classe entre os países imperialistas e a camada dirigente africana que implica, o neocolonialismo confere uma maior importância ao factor interno no processo de libertação. Para reinar necessita, pelo menos, de uma fachada de consentimento e da neutralização ideológica das forças de oposição. É por isso que a luta ideológica tem um papel mais fundamental do que nunca — em todos os sentidos. No meu entender, assiste-se, por um lado, à produção de ideologias que visam menos elaborar um programa aplicável do que ocultar a realidade, desviar a atenção dos problemas vitais e ganhar tempo, mas que nem por isso são menos reveladoras, se as soubermos interrogar e interpretar. Enquanto, por outro lado, as ideologias em elaboração, as mais avançadas perante as exigências de uma hora «pelo menos muito grave», esforçam-se por assentar em bases cada vez mais científicas e por olhar para a frente, apesar das dificuldades existentes. Torna-se assim necessário reconhecer a ambiguidade de que se reveste actualmente o próprio termo «ideologia», que temos utilizado até aqui sem precauções: a ideologia tanto pode ser a edificação de construções teóricas secretamente destinadas a mascarar as decepções de uma realidade política que se move demasiado lentamente, ou a deformação dessa realidade, um esforço para desviar as atenções dos erros e dos fracassos, como, pelo contrário, a elaboração do sistema de pensamento político que uma orientação revolucionária exige, com tudo o que essa elaboração comporta, ao mesmo tempo de investigação científica e de projecção de um ideal num futuro próximo. Como é natural, estas três direcções não se encontram, forçosamente, em estado puro; muitas vezes misturam-se e combinam-se. Tanto mais que somos obrigados a ter em conta a personalização de debates, que por vezes tendemos a lamentar, mas que se liga ao próprio processo histórico. O juízo sobre a prática política dos dirigentes que são também homens

embora lenta, para a verdadeira independência; nem, evidentemente, à ideia, muito divulgada na opinião pública francesa, de que a África é já independente.

de cultura[20] contamina, muito naturalmente, o juízo e a crítica das suas posições teóricas. Em certo sentido, talvez se devesse dizer que contribui também para o esclarecer ou para o tornar mais concreto. Resta que a discussão se concentrou durante muito tempo, e continua a concentrar-se, em parte, em torno das personalidades de Senghor, de Sékou Touré, de Nkrumah, de Nyerere, de Houphouët-Boigny, de Lumumba. A sua parte na construção da África contemporânea, tanto no campo da acção como no da ideologia, é tal que seria tentador ordenar, relativamente a estas figuras, complexas e opostas, um exame de conjunto do pensamento político africano; seria também tentador, numa variante desta ordem, basear a exposição dos temas na enumeração das posições antagónicas dos dirigentes; no entanto, seria uma solução de facilidade e de injustiça. Facilidade e injustiça ao mesmo tempo, porque seria empobrecer gravemente a ideologia africana limitá-la à ideologia dos homens que estão no poder; injustiça por se considerarem apenas as teorias dos dirigentes. E mesmo no que se refere às suas teorias, só é possível medir toda a sua significação em função das teses já actuantes que contestam e em relação às quais muitas vezes se definiram e construíram.

Desde o início que, nem a ordem cronológica do esforço de criação efectuado devido à efectiva imbricação dos diversos temas de reflexão, nem a ordem das personalidades dirigentes são satisfatórias. É necessário voltarmos à análise dos grandes temas do pensamento, restabelecendo, contudo, para clareza da exposição, a sucessão lógica que exige que o tema da independência preceda o da unidade africana, ao que se seguem os temas do socialismo (de longe o mais importante), da democracia, da política mundial e da nova cultura.

20 O título da mensagem de Sékou Touré ao Congresso dos Escritores e Artistas Negros de Roma (Março de 1959) marca bem esta ligação, afirmada como um princípio pelo dirigente guineense, não sem alguma razão: «O dirigente político como homem de cultura».

Alcance mundial do pensamento político africano

É sabido desde uma observação célebre feita por Lenine: estes debates de tendências, estas discussões sobre pequenas subtilezas, não são jogos de espírito; à sua maneira, comprometem o futuro. O futuro da África, evidentemente, o que seria já razão necessária e suficiente para os analisarmos de perto, quanto mais não seja porque, em 1968, já não há cultura viva que não seja conhecimento do mundo actual no seu conjunto, que não seja participação em combates decisivos, em suma, uma cultura mundial que implica a unidade na diversidade. Este futuro da África Negra diz-nos respeito a todos, e de tal forma que, se nos devemos esforçar por chegar a uma percepção lúcida, é inútil termos pretensões de neutralidade ou de imparcialidade a este propósito. No plano dos princípios, não pode ser-nos indiferente o facto de o marxismo dar provas da sua capacidade de constituir um guia para a acção e, portanto, um método de análise satisfatório, tanto no que diz respeito à África como a qualquer outro tipo de sociedade. A verdade e a validade do marxismo não podem ser fragmentadas, e se tivéssemos de admitir que se trata de um sistema válido para sociedades europeias, mas não para as sociedades africanas, resultaria daí que o marxismo deixaria de ser o que é, passando a não ser válido em parte alguma. E as perspectivas socialistas ver-se-iam comprometidas, não apenas em África, como igualmente na Europa Ocidental[21].

De uma forma mais directa, a capacidade dos Estados independentes de África de, por um lado, apoiarem eficazmente a luta de libertação política ainda em curso numa parte do continente e de, por outro lado, encontrarem vias e meios para se

21 Aliás, existe uma plena consciência deste facto por parte dos defensores da ordem capitalista. O apoio maciço à teoria da negritude, de que já tratámos, assim como, em geral, a qualquer outra teoria ou investigação tendendo a sublinhar o «excepcionalismo» africano, releva da mesma vontade de preservar a ordem estabelecida.

libertarem da dependência de tipo neocolonialista repercute-se no conjunto da situação mundial e das relações de força à escala mundial. Tanto ao nível dos problemas económicos concretos que a libertação completa de África poria ao capitalismo[22] como, mais imediatamente, ao nível dos problemas políticos e até psicológicos. A fase, que poderíamos qualificar de ascendente, de liquidação do colonialismo directo, entre 1957 e 1960, processou-se num período em que, à escala mundial, se verificava uma relação de forças desfavorável aos imperialismos e, especialmente, ao imperialismo americano. Com a distanciação no tempo, vemos que foi no coração da África que essa relação de forças se começou a inverter, com o terrível revés que representou, para a África e para todas as forças progressistas do Mundo, o esmagamento das tentativas de Lumumba e Gizenga para fazerem nascer um Congo verdadeiramente independente. O imperialismo americano parece ter readquirido então confiança e arrogância; quem sabe se, sem o Congo, a expedição do Vietname poderia ter sido decidida em Washington com a mesma euforia? Da mesma forma, não se pode negligenciar a influência que o início da emancipação africana exerceu, durante o seu período ascendente, no *aggiornamento* da Igreja Católica e na política de sedução que foi a de J. F. Kennedy em África (assim como, e não se trata de um acaso, em relação aos negros americanos). Cabe-nos verificar que um dos êxitos desta política de sedução foi o ter consolidado o neocolonialismo em África ao ponto de, apesar de esforços isolados, o peso da África independente

22 A este propósito, podemos remeter para dois livros de Pierre Jalée: *A Pilhagem do Terceiro Mundo* (Sá da Costa Editora, 1980) e *Le Tiers Monde dans l'économie mondiale* (François Maspero, 1968). É evidente que, se essa libertação cria, necessariamente, problemas novos, não resulta daí que nenhuma solução capitalista, pelo menos provisória, possa vir a ser encontrada. Não nos podemos abandonar à esperança de uma destruição automática, nem ceder ao profetismo. O que é certo é que as forças de conservação nos países capitalistas, de que tudo depende, encontrariam então à sua frente uma situação nova, e as forças socialistas, possibilidades novas — nada mais.

(e mesmo do grupo afro-asiático no seu todo) ter sido quase neutralizado por ocasião da crise de Cuba, em Outubro de 1962, e de, posteriormente, a voz da África não se ter feito ouvir a propósito da guerra do Vietname com a mesma força que antes, a propósito da guerra da Argélia, por exemplo[23]. Ao mesmo tempo, devido a esta neutralização da África neocolonizada, em benefício do imperialismo americano, a relação de forças no plano mundial encontra-se gravemente modificada. Não é apenas a África — poderia objectar-se — que está em causa, longe disso, e é ela até a primeira vítima deste estado de coisas. Mas, de qualquer forma, estamos perante factos, e factos que ilustram cruamente as ligações existentes entre o nosso futuro e o da África.

É certo que, sejam quais forem as nossas aspirações e desejos, não podemos aconselhar, nem, como é costume dizer, «ajudar» os Africanos. O que nos interessa é compreendê-los e tomar consciência, na teoria e na prática, da interdependência das perspectivas de libertação e *de socialismo* na África e na Europa Ocidental.

23 Assinalemos, no entanto, as manifestações estudantis com que o vice-presidente americano Humphrey foi recebido em Kinshasa, Adis Abeba e Tunis, por altura da sua digressão africana, em 1967-1968.

2

Cronologia sumária

1944

Janeiro — Tubman torna-se presidente da Libéria (1944-1971): política da porta aberta aos investimentos capitalistas ocidentais.

Maio — Fundação do NANC (Nyassaland African National Congress).

Agosto — Fundação do NCNC (National Council of Nigeria and Cameroons), primeiro movimento nacional nigeriano, por Azikiwé.

1945

Janeiro — Primeiro Congresso do NCNC.

Maio — Nigéria: libertação do dirigente sindicalista Imudu.

Julho-Agosto — Greve geral de 45 dias na Nigéria.

15-21 de Outubro — V Congresso Pan-Africano em Manchester.

Dezembro — Greves na AOF e na Libéria.

1946

1 de Fevereiro — Abolição do trabalho forçado nas colónias francesas.

7 de Maio — Abolição do indigenato nas colónias francesas.

Setembro — Regresso de Kenyatta ao Quénia, onde acaba de ser fundada a KAU (Kenya African Union).

18-21 de Outubro — Primeiro Congresso do RDA (Rassemblement Démocratique Africain), em Bamako.

1947

Março — Greve de Mombaça (Quénia).

Março-Abril — Massacres em Madagáscar: 80 000 malgaxes mortos pelo exército francês; presos os três deputados.

14 de Maio — Fundação do Parti Démocratique de Guiné (PDG).

1 de Junho — Congresso da KAU.

10 de Outubro — Início da greve do Dakar-Níger (esta greve vai durar até 19 de Março de 1948).

Dezembro — Regresso de Nkrumah ao Ghana, onde acaba de ser fundada a UGCC (United Gold Coast Convention).

1948

28 de Fevereiro — Em Accra, a polícia dispara sobre uma manifestação de antigos combatentes. Os Ghaneses sublevam-se: incêndios de lojas inglesas e repressão inglesa.

1949

Janeiro — II Congresso do RDA, em Abidjan.

12 de Junho — Fundação do CPP (Convention People's Party) em Accra.

18 de Novembro — Repressão da greve dos mineiros de Enugu (Nigéria): 21 mortos.

Dezembro — Criação do NPC (Northern People's Congress) na Nigéria.

1950

8-22 de Janeiro — «Acção positiva» (isto é, greve geral) no Ghana; sangrenta repressão e prisões: Nkrumah é preso no dia 22.

29 de Janeiro — Massacre de Dimbroko, na Costa do Marfim. A repressão contra o RDA continua nos dias seguintes: mortos, entre os quais um senador, e centenas de prisões.

Maio — Greve em Nairobi, no Quénia.

Novembro — Houphouët-Boigny desliga o RDA do PCF e aproxima-se da administração francesa.

2 de Dezembro — A ONU decide a criação de uma União Federal Eritreia-Etiópia.

1951

Janeiro — Na Costa do Marfim, o tribunal de apelação de Dakar anula as condenações dos militantes do RDA.

13 de Fevereiro — Depois das eleições, Nkrumah, liberto, é convocado pelo governador Arden-Clarke e encarregado de formar governo.

Junho — Eleições na África francesa: recuo do RDA, falsificações e fraudes, manifestações de protesto em Conakry.

Julho — Primeiro Congresso do NRANC (Northern Rhodesia African National Congress), fundado por H. Nkumbula, de que K. Kaunda vai tornar-se secretário-geral.

24 de Dezembro — Independência formal da Líbia, com Idriss el Senoussi como rei.

1952

Outubro — Greve nas minas de cobre do Copperbelt, na Rodésia do Norte.

21 de Outubro — Prisões, em Nairobi, dos dirigentes da KAU, entre os quais Kenyatta: é o início da chamada «guerra dos Mau-Mau».

1953

Abril — Kenyatta condenado a sete anos de trabalhos forçados.

Junho — A KAU é dissolvida.

14 de Junho — Criação da Federação Rodésias-Niassalândia, instrumento de dominação dos colonos brancos.

Setembro-Novembro — Greve na Guiné.

1954

Fundação do ANC (African National Congress) da Rodésia do Sul.

Abril — A UPC (Union des Populations du Cameroun) reclama o fim do mandato e a reunião de uma assembleia constituinte.

Julho — Fundação da TANU (Tanganyika African National Union), sob a presidência de Julius Nyerere.

1 de Novembro — Começo da guerra da Argélia.

1955

25 de Maio — Repressão sangrenta, em Douala, contra a UPC Union des Populations du Cameroun dirigida por Um Nyobé.

Julho — Reunião do Comité de Coordenação do RDA em Conakry: a UPC é dissolvida, prossegue a luta clandestina e é excluída do RDA.

1956

1 de Janeiro — Independência do Sudão.

2 de Março — Independência de Marrocos.

20 de Março — Independência da Tunísia.

23 de Junho — Lei-quadro para os territórios ultramarinos franceses; início do regime de autonomia interna.

1957

6 de Março — Independência do Ghana.

Março — No seu regresso de África, o vice-presidente Nixon entrega a Eisenhower um relatório que vai servir de guia à política africana dos EUA nos anos seguintes.

25-30 de Setembro — III Congresso do RDA, em Bamako.

1958

19 de Janeiro — Primeiro Congresso da UGTAN (Union Générale des Travailleurs d'Afrique Noir), em Cotonou.

15-22 de Abril — Primeira Conferência dos Estados Independentes de África, em Accra.

6 de Julho — Regresso de Hastings Banda à Niassalândia, após trinta anos de ausência.

13 de Setembro — Nos Camarões, assassínio de Ruben Um Nyobé, que dirigia, desde 1955, a luta armada da UPC.

28 de Setembro — Referendo gaullista: maioria dos «sim», conseguida à força de pressões e ameaças, em todos os territórios africanos, excepto na Guiné.

2 de Outubro — Independência da Guiné.

5-13 de Dezembro — Primeira Conferência dos Povos Africanos, em Accra.

1959

3-6 de Janeiro — Levantamento nacional em Léopoldville (chamado Congo Belga): repressão sangrenta.

16 de Janeiro — De Gaulle reconhece, finalmente, a Guiné.

16-17 de Janeiro — Congresso da UGTAN em Conakry.

16-19 de Fevereiro — Incidentes sangrentos em Brazzaville.

26 de Fevereiro — Levantamento nacional na Niassalândia e nas Rodésias, prosseguindo nos dias seguintes. Repressão sangrenta.

6 de Março — Ditadura militar de Abboud, no Sudão.

29 de Março — Morte misteriosa do primeiro-ministro da República Centro-Africana, B. Boganda, num acidente de avião.

21 de Maio — Pela primeira vez, desde Janeiro de 1956, Houphouët deixa de ser ministro do governo francês: demitiu-se.

29 de Junho — O imperador da Etiópia, Hailé Selassié, na URSS.

15-20 de Julho — Conferência a três em Sanniquellie (Sékou Touré, Nkrumah, Tubman).

3 de Agosto — Massacre dos estivadores em greve em Pidjiguiti (Guiné-Bissau).

4-8 de Agosto — Segunda Conferência dos Estados Independentes de África, em Monróvia: toma partido pela independência da Argélia.

3 de Setembro — M. Van Hemmelriyjck, ministro do Congo, é forçado a demitir-se, sob a pressão dos colonos e dos ultras.

4-7 de Setembro — Congresso do RDA (que se tornou gaullista) em Abidjan.

23 de Setembro — Morte de Padmore.

8-12 de Outubro — Greves e repressão na Costa do Marfim.

30-31 de Outubro — Manifestações e repressão sangrenta em Stanleyville: Lumumba é preso em 1 de Novembro.

13 de Dezembro — Discurso de De Gaulle em Dakar: aceita a independência da Federação do Mali (Senegal + + Sudão).

19 de Dezembro — Formação do governo Tafala Balewa (que será primeiro-ministro até à sua morte) na Nigéria autónoma.

25 de Dezembro — Assinatura de acordos de cooperação entre a França e os Camarões, *antes* da independência.

1960

1 de Janeiro — Independência (neocolonialista) dos Camarões, sob a presidência de Ahidjo: fortes manifestações da oposição nacional (UPC).

12 de Janeiro — No Quénia, fim do estado de emergência que tinha sido instituído em Outubro de 1952; oficialmente: 13 061 mortos desde o seu início (dos quais 80 % são patriotas africanos).

20-27 de Janeiro — Mesa-redonda sobre o Congo em Bruxelas: independência marcada para 30 de Junho.

3 de Fevereiro — Discurso de MacMillan na Cidade do Cabo.

21 de Março — Na sequência da campanha contra os salvos-condutos, massacre de Sharpeville na África do Sul: 70 africanos mortos.

27 de Abril — Independência do Togo.

4 de Maio — Resultados do referendo no Ghana, que passa a ser uma república.

25 de Maio — Resultados das eleições no Congo: o MNC (Mouvement National Congolais), de Lumumba, é o partido mais forte.

3 de Junho — Houphouët e o Conselho da *Entente* reclamam a independência.

20 de Junho — Independência da Federação do Mali.

23 de Junho — Formação do governo Lumumba.

27 de Junho — Independência de Madagáscar.

30 de Junho — Independência do Congo ex-Belga.

1 de Julho — Independência da Somália (Somália Italiana + Somália ex-Inglesa). Início do plano trienal na Guiné.

6 de Julho — Amotinações da força pública no Congo, seguidas da intervenção belga.

11 de Julho — Secessão do Catanga, proclamada por Tschombé.

14 de Julho — A ONU, pressionada pelo governo congolês, decide o envio de uma força internacional.

20 de Julho — Greves na Rodésia do Norte.

1 de Agosto — Independência do Daomé.

3 de Agosto — Independência do Níger.

5 de Agosto — Independência do Alto Volta.

7 de Agosto — Independência da Costa do Marfim.

11 de Agosto — Independência do Tchad.

13 de Agosto — Independência da República Centro-Africana.

15 de Agosto — Independência do Congo-Brazzaville.

16 de Agosto — Independência de Chipre.

17 de Agosto — Independência do Gabão.

19-20 de Agosto — Ruptura da Federação do Mali: independência do Senegal.

6 de Setembro — Kasavubu «demite» Lumumba.

14 de Setembro — Golpe de Estado de Mobutu em Léopoldville.

22 de Setembro — Independência do Mali (ex-Sudão).

1 de Outubro — Independência da Nigéria.

3 de Novembro — Assassínio de Félix Moumié, presidente da UPC, em Genebra.

8 de Novembro — Independência da Mauritânia.

1 de Dezembro — Lumumba é detido em Port-Franqui, quando tentava chegar a Stanleyville.

12 de Dezembro — Gizenga forma um governo nacionalista em Stanleyville.

14-16 de Dezembro — Levantamento falhado na Etiópia.

14 de Dezembro — Resolução da ONU sobre a descolonização (votação unânime).

15 de Dezembro — Conferência dos chefes de Estado da ex-comunidade gaullista, em Brazzaville.

25 de Dezembro — União Ghana-Guiné-Mali.

1961

4-7 de Janeiro — Conferência de Casablanca.

17 de Janeiro — Assassínio de Lumumba, Okito e Mpolo, em Élisabethville.

28 de Janeiro — No Ruanda, sob dominação belga, é deposto o rei.

3 de Fevereiro — Sob a direcção do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), os Angolanos atacam as prisões de Luanda; sangrenta repressão nos dias seguintes.

13 de Fevereiro — É anunciada a morte de Lumumba.

17 de Março — A África do Sul, racista, abandona a Commonwealth (sem que nada mude por isso). Desencadeada a luta armada no Norte de Angola.

26-28 de Março — Criação da UAM (Union Africaine et Malgache), em Yaoundé.

27 de Abril — Independência da Serra Leoa.

8-10 de Maio — Conferência de Monróvia: reúne Estados africanos conservadores.

26 de Julho — Encerrado desde Setembro de 1960, o Parlamento congolês volta a reunir-se em 2 de Agosto: formação do governo de união de Adoula, com Gizenga como vice-presidente.

3 de Agosto — O PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde) anuncia a próxima passagem à luta armada.

14 de Agosto — Libertação de Jomo Kenyatta, após nove anos de prisão. Vitória de Hastings Banda nas eleições da Niassalândia.

16-31 de Agosto — Perturbações no Ruanda-Urundi.

19 de Agosto — Apelo de Kaunda à «acção positiva» na Rodésia do Norte; vai durar até Dezembro.

4-22 de Setembro — Greves e crise no Ghana: crise resolvida após o regresso de Nkrumah.

17 de Setembro — Eleições no Burundi: vitória do partido nacionalista UPRONA.

18 de Setembro — Morte de Hammarskjöld em Ndola (Rodésia do Norte).

1 de Outubro — Federação dos Camarões ex-Franceses com a parte sul dos Camarões ex-Ingleses; a parte norte junta-se à Nigéria.

13 de Outubro — Assassínio do príncipe Rwagasore, primeiro-ministro do Burundi.

23 de Outubro — Atribuído o Prémio Nobel da Paz a Albert Luthuli.

17 de Novembro — Início da crise na Guiné: prisões, motim em Labé, greve dos liceus.

8 de Dezembro — Na Rodésia do Sul, a ZAPU (Zimbabwe African People's Union), presidida por J. Nkomo, é posta fora da lei.

9 de Dezembro — Independência do Tanganica.

17 de Dezembro — O embaixador soviético na Guiné, Daniel Solod, é forçado a deixar o país.

22 de Dezembro — Declaração de Houphouët-Boigny que reclama uma conferência geral africana (vai ser a Conferência de Adis Abeba).

1962

16 de Janeiro — Adoula demite Gizenga.

19 de Janeiro — Nyerere demite-se do cargo de primeiro-ministro do Tanganica.

22 de Janeiro — No Tchad, dissolução de todos os partidos, excepto do partido oficial, o PPT.

18 de Março — Acordos de Évian pondo termo à guerra da Argélia.

21-29 de Maio — Crise na Nigéria: o governo federal proclama o estado de emergência na Região Oeste e põe os dirigentes do *Action Group* em regime de residência vigiada.

31 de Maio-2 de Junho — Conferência, em Lagos, de dezanove ministros africanos dos Negócios Estrangeiros (conservadores): retomam a ideia de uma conferência cimeira.

1 de Julho — Independência do Ruanda (República). Independência do Burundi (Monarquia). Criação do franco do Mali.

2 de Julho — Greve nas minas de cobre da Rodésia do Norte.

3 de Julho — Independência da Argélia.

1 de Agosto — Atentado contra Nkrumah em Kulungugu.

22 de Setembro — Estado de emergência no Ghana, na sequência de atentados terroristas.

23-28 de Setembro — 1.º Congresso da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique).

9 de Outubro — Independência da Uganda.

30 de Outubro — Eleições na Rodésia do Norte: vitória do partido de Kaunda.

6 de Novembro — Resolução da ONU contra o *apartheid* (seguir-se-á o embargo, teórico, sobre as vendas de armas).

16 de Novembro — A Eritreia é anexada à Etiópia.

10 de Dezembro — Nyerere presidente da República do Tanganica.

17-18 de Dezembro — Crise em Dakar: Senghor manda prender o presidente do Conselho, Mamadou Dia.

28 de Dezembro — No Catanga, as tropas da ONU atacam, finalmente, as de Tschombé.

1963

8 de Janeiro — É descoberta uma «conspiração» na Costa do Marfim.

13 de Janeiro — Golpe de Estado militar em Lomé: 1 morto, o presidente Sylvanus Olympio.

19 de Janeiro — Entrada das tropas congolesas em Élisabethville: fim da secessão catanguesa.

23 de Janeiro — Início da luta armada na Guiné-Bissau.

1 de Fevereiro — Hastings Banda primeiro-ministro da Niassalândia.

5 de Fevereiro — Na Libéria, Tubman descobre uma «conspiração».

10-14 de Março — Substituição das notas de banco na Guiné.

22 de Março — Descoberta de uma «conspiração» no Tchad.

28 de Abril — Encontro Senegal-Mali em Bamako: restabelecimento das relações, interrompidas desde 1960.

22-26 de Maio — Conferência cimeira de Adis Abeba: assinatura da carta da OUA (Organização da Unidade Africana).

20 de Maio — Kenyatta, após as eleições, forma um governo autónomo no Quénia.

Julho — Em Marrocos é descoberta uma «conspiração»; reprimidos em massa os opositores ao regime.

Agosto — Em Fort-Lamy, prisão de Outel Bono. Será condenado à morte, indultado e, mais tarde, em 1965, libertado.

Os EUA interrompem as vendas de armamento à África do Sul (foram substituídos pela França, a partir de 1960).

13-14-15 de Agosto — Revolução em Brazzaville (os três dias de glória). Fulbert Youlou é preso. Governo Massemba-Debat.

28 de Agosto — Morte de W. E. B. Du Bois em Accra.

5 de Setembro — Descoberta nova conspiração na Costa do Marfim.

16 de Setembro — Massacres em Fort-Lamy; prisões de opositores ao regime.

30 de Setembro — No Congo-Léopoldville, Kasavubu encerra o Parlamento pela segunda vez, enquanto se multiplicam as greves e manifestações.

1 de Outubro — Na Argélia, nacionalização das últimas terras dos colonos.

2 de Outubro — Na Guiné, a sociedade americana Harvey Aluminium obtém uma concessão em Boké.

4 de Outubro — Autonomia da Gâmbia.

21-29 de Outubro — Revolução no Daomé: Maga é derrubado (será preso em 3 de Dezembro).

1 de Dezembro — Eleições no Senegal. Manifestações em Dakar. O exército faz fogo: 13 mortos, anunciados oficialmente.

10 de Dezembro — Independência do Quénia e de Zanzibar.

31 de Dezembro — Dissolução da Federação das Rodésias e Niassalândia.

1964

1 de Janeiro — Atentado contra Nkrumah em Accra, quando acabava de anunciar um referendo constitucional, para os dias 24-31 de Janeiro.

13 de Janeiro — Revolução em Zanzibar: é expulso o sultão.

15 de Janeiro — Apithy é eleito presidente do Daomé.

20-26 de Janeiro — Motins do exército no Tanganica, no Quénia e na Uganda, reprimidos pelo exército inglês, cujo auxílio foi pedido pelos governos africanos.

25 de Janeiro — No Congo, proclamação do estado de emergência no Kouilou, onde a rebelião tinha começado.

17-18 de Fevereiro — Golpe de Estado militar no Gabão: é anulado pelas tropas francesas.

10 de Março — Em Dakar, a UAM dissolve-se para dar lugar à UAMCE (Union Africaine et Malgache de Coopération Économique), que virá a transformar-se na OCAM (Organisation Commune Africaine et Malgache).

11 de Março — Lançamento do plano septenial do Ghana.

Março — Verwoerd propõe a criação de um «mercado comum» da África Austral.

5 de Abril — Na Costa do Marfim, suicídio (?) do antigo presidente do Supremo Tribunal, E. Boka.

13 de Abril — Na Rodésia do Sul, Ian Smith torna-se primeiro-ministro do governo branco.

26 de Abril — União de Zanzibar e Tanganica, passando a constituir a Tanzânia.

6 de Maio — Azikiwé lança um apelo a favor da manutenção da unidade nacional.

27 de Maio — Começa a rebelião congolesa no Catanga do Norte.

31 de Maio-13 de Junho — Greve geral na Nigéria.

12 de Junho — Fim do processo de Mandela, dirigente do ANC (African National Congress), em Pretória: prisão perpétua.

30 de Junho — No Congo-Léopoldville, evacuado pela ONU, Tschombé torna-se primeiro-ministro.

6 de Julho — Independência do Malawi (ex-Niassalândia). No Mali, morte de Dicko e Fily Dabo Sissoko, que se encontravam presos desde 1962.

17-21 de Julho — II Conferência da OUA, no Cairo.

4 de Agosto — A rebelião congolesa atinge Stanleyville.

7 de Setembro — No Malawi, Hastings Banda exclui do governo os ministros de esquerda Chiunde e Chipenbere.

25 de Setembro — Início da luta armada em Moçambique.

13 de Outubro — Acordo económico Portugal-África do Sul para a África Austral.

23 de Outubro — Independência da Zâmbia (ex-Rodésia do Norte).

8 de Novembro — Em Conakry, Sékou Touré anuncia medidas contra a corrupção, contra os comerciantes e os elementos burgueses.

10 de Novembro — Na Tanzânia, Nyerere denuncia as ameaças ocidentais à independência do país.

23 de Novembro — Intervenção belgo-americana em Stanleyville, que Tschombé volta a ocupar, graças a essa protecção.

Novembro — O governo trabalhista inglês anuncia a suspensão dos fornecimentos de armas à África do Sul (que só recomeçarão em Janeiro de 1971).

12 de Dezembro — O Quénia torna-se uma república.

30 de Dezembro — Eleições gerais na Nigéria: são largamente seguidas no Sul as directrizes da oposição preconizando a abstenção; no Norte, sucesso automático do NPC.

1965

4 de Janeiro — Azikiwé encarrega, uma vez mais, Tafala Balewa de formar governo.

15 de Janeiro — No Burundi, assassínio do primeiro-ministro Ngendandumwé. Início de uma crise de várias semanas.

6 de Fevereiro — Acordos financeiros entre Tschombé e os Belgas.

12 de Fevereiro — Conferência de Nouakchott. Criação da OCAM.

18 de Fevereiro — Independência da Gâmbia.

28 de Fevereiro — Nyerere anuncia a renúncia ao auxílio de Bonn, que pretendia opor-se às suas relações com a Alemanha de Leste.

1 de Março — Eleições na Bechuanalândia: o partido do rei Seretsé Khama triunfa.

25 de Março — Em Brazzaville, Foulbert Youlou evade-se da prisão.

7-21 de Abril — Conferência dos rebeldes congoleses no Cairo.

13 de Abril — Em Niamey, atentado contra Hamani Diori.

28 de Abril — Em Portugal, decreto-lei instituindo o regime da «porta aberta» aos investimentos estrangeiros nas colónias (na prática, estes vinham a realizar-se desde 1961).

30 de Abril — Fim das eleições congolesas.

7 de Junho — Estado de excepção em Marrocos (que se manterá em vigor até 1970).

9 de Junho — Eleições no Ghana.

Junho — Nova lei eleitoral na Tanzânia: prevê várias candidaturas em cada circunscrição. No Tchad, primeiros incidentes graves na região de Mangaliné.

19 de Junho — Golpe de Estado militar em Argel: Ben Bella é derrubado e preso.

29 de Julho — Concluído um acordo franco-argelino por cinco anos sobre hidrocarbonetos.

Setembro — Eleições na Tanzânia.

20 de Setembro — Reunião do Parlamento congolês.

9 de Outubro — Descoberta de uma conspiração na Guiné, de que resulta, no dia 17 do mesmo mês, o corte de relações diplomáticas com a França.

13 de Outubro — Kasavubu demite Tschombé.

19 de Outubro — Levantamento no Burundi contra o rei e os senhores feudais: fracassa. Repressão sangrenta até Janeiro de 1966.

22-27 de Outubro — III Cimeira da OUA, em Accra.

11 de Novembro — Ian Smith proclama a independência da Rodésia, em benefício exclusivo da minoria branca racista.

25 de Novembro — Golpe de Estado militar no Congo-Léopoldville. Mobutu toma o poder.

3 de Dezembro — Reunião da OUA em Adis Abeba: decide o corte de relações diplomáticas com Londres, se a rebelião rodesiana não for sufocada até 15 de Dezembro.

19 de Dezembro — Apenas oito Estados africanos romperam com Londres.

22 de Dezembro — Golpe de Estado militar no Daomé: Soglo toma o poder.

1966

1 de Janeiro — Golpe de Estado militar na República Centro-Africana: o coronel Bokassa substitui Dacko.

2-4 de Janeiro — Após uma greve geral, golpe de Estado militar no Alto Volta: o coronel Lamizana substitui Yaméogo.

3-15 de Janeiro — Conferência Tricontinental de Havana.

11-12 de Janeiro — Conferência da Commonwealth sobre a questão da Rodésia, em Lagos.

15 de Janeiro — Primeiro golpe de Estado militar na Nigéria: Sir Ahmadou Bello, Tafala Balewa, Okotie-Eboh e Akintola são executados.

17 de Janeiro — Segundo golpe de Estado militar na Nigéria: Ironsi apodera-se do poder.

9 de Fevereiro — Incidentes em Nouakchott. Greve da Firestone na Libéria: repressão sangrenta.

22 de Fevereiro — Na Uganda, Milton Obote assume todos os poderes para dominar um golpe de Estado preparado pelo exército e pelo Kabaka.

24 de Fevereiro — Golpe de Estado militar e policial no Ghana enquanto Nkrumah visita Pequim.

3 de Março — Nkrumah em Conakry.

22 de Março — Mobutu declara oficialmente que dissolve o Parlamento e assume plenos poderes.

15 de Abril — Votação da nova constituição, antifeudal, da Uganda; o Kabaka é praticamente deposto e vê-se forçado a fugir: chegará a Londres no fim de Junho.

26 de Abril — No Congo-Brazzaville, o primeiro-ministro Lissouba demite-se.

7 de Maio — Nacionalização de minas na Argélia.

19 de Maio — No Quénia, manifesto da KPU (Kenya People's Union), presidida por Oginga Odinga, que se demitiu do cargo de vice-presidente.

24 de Maio — Decretos de Ironsi unificam a Nigéria e suprimem partidos e sindicatos.

28 de Maio — Início dos *pogromes* de Ibos, na região norte da Nigéria.

29 de Maio — O Conselho de Segurança da ONU decide as sanções contra a Rodésia.

29 de Maio-2 de Junho — Caso da conspiração de Léopoldville: quatro execuções públicas.

28 de Junho — Resultados das eleições parciais no Quénia: semifracasso da KPU. Fracasso da agitação militar em Brazzaville.

30 de Junho — Discurso de Mobutu: declara-se lumumbista. Léopoldville passa a chamar-se Kinshasa. No Senegal, o PRA (oposição) funde-se com a UPS de Senghor.

8 de Julho — No Burundi, o rei Mwambusa abdica em favor do seu filho Charles Ndzeye.

23 de Julho-2 de Agosto — Amotinação dos polícias catangueses em Kisangani (ex-Stanleyville).

29 de Julho — Terceiro golpe de Estado militar na Nigéria: Gowon toma o poder.

25 de Agosto — Manifestação de Djibouti na presença de De Gaulle.

25-29 de Agosto — Encontro De Gaulle-Hailé Selassié.

6 de Setembro — O primeiro-ministro racista da África do Sul, Verwoerd, é assassinado.

30 de Setembro — Independência do Botswana (ex-Bechuanalândia). Recomeço dos *pogromes* de Ibos na Nigéria do Norte.

4 de Outubro — Independência do Lesotho (ex-Basutolândia).

27 de Outubro — A ONU anula o mandato da África do Sul sobre a Namíbia (esta decisão ficará sem efeito).

5-9 de Novembro — IV Cimeira da OUA, em Adis Abeba.

28 de Novembro — Golpe de Estado militar no Burundi: o coronel Micombero toma o poder e proclama a república.

1-4 de Dezembro — Encontro Wilson-Ian Smith sobre a questão da Rodésia: sem resultados.

1967

1 de Janeiro — Mobutu anuncia o fim das actividades da Union Minière e a criação da Gécomin.

5 de Janeiro — No Lesotho, o rei Mosheoshoe II, nacionalista, é forçado a abdicar por Jonathan Lebua, ligado à África do Sul.

13 de Janeiro — Golpe de Estado militar no Togo: o coronel Eyadema substitui Grunitzky.

29 de Janeiro — Na Tanzânia, declaração de Arusha.

15 de Fevereiro — Acordos financeiros entre a França e o Mali.

22 de Fevereiro — Incidentes no Tchad: mortos um prefeito e um deputado.

14 de Março — Acordo comercial entre o Malawi e a África do Sul.

19 de Março — Referendo em Djibouti, que se mantém francês. Manifestações e repressão.

21 de Março — Acordo comercial entre o Malawi e Portugal.

22 de Março — Atentado falhado contra Senghor.

24 de Março — Golpe de Estado militar na Serra Leoa, no seguimento da crise resultante da recusa de Margai Jr. de reconhecer a sua derrota nas eleições.

17 de Abril — Tentativa fracassada de derrube da ditadura militar no Ghana, levada a cabo por jovens oficiais.

6 de Maio — Desvalorização da moeda no Mali.

30 de Maio — Na Nigéria, secessão do Biafra, que proclama a independência.

5-10 de Junho — Guerra dos Seis Dias: o exército israelita no canal de Suez.

24 de Junho — Desvalorização da moeda no Congo-Kinshasa (300 %).

1 de Julho — Rapto de Tschombé, que é levado para Argel, onde ficará preso até à data da sua morte.

5 de Julho — Início da revolta dos mercenários brancos no Congo-Kinshasa: ocupam Kisangani até 13 de Julho. Desvalorização da moeda no Ghana.

7 de Julho — Início da guerra civil na Nigéria: o exército de Gowon ataca o Biafra.

25 de Julho — Manifestação de Bamako contra os privilegiados, seguida da dissolução da Assembleia e do Comité Político do USRDA, passando todos os poderes para um Comité Nacional de Defesa da Revolução. Em Agosto, agitação.

9 de Agosto — O exército biafrense toma Benim e ameaça Lagos.

18 de Agosto — Armas soviéticas (aviões) para o governo nigeriano de Lagos.

8 de Setembro — A Inglaterra recomeça a enviar armas para Lagos.

11-15 de Setembro — V Cimeira da OUA em Kinshasa.

19 de Setembro — Fim das manobras conjuntas França-Costa do Marfim.

Setembro — Acordo China-Tanzânia-Zâmbia para a construção do caminho de ferro Dar Es-Salam-Lusaka.

2 de Outubro — Fim do VIII Congresso do PDG (Parti Démocratique de Guinée): Sékou Touré faz um apelo no sentido do restabelecimento das relações franco-guineenses.

8 de Novembro — Fim da revolta dos mercenários do Congo, que se refugiam na Uganda.

18 de Dezembro — Anuncia-se que o UPC lançou uma nova ofensiva no Sudeste dos Camarões.

13-21 de Dezembro — Greves e segundo golpe de Estado militar no Daomé: Soglo substituído por Alphonse Alley.

Dezembro-Janeiro de 1968 — Digressão de Humphrey pela África.

Dezembro — Entrada em vigor do Tratado de Cooperação Leste-Africano (Uganda-Quénia-Tânzania).

1968

12 de Janeiro — No Congo-Brazzaville, o primeiro-ministro Noumazalay é forçado a demitir-se. Massemba-Debat assegura a direcção do governo.

12 de Março — Independência da Ilha Maurícia.

15 de Março — Tombalbaye admite que todo o Tchad se encontra em estado de insurreição.

31 de Março — Promulgação de uma constituição civil no Daomé: eleições presidenciais marcadas para 5 de Maio.

14 de Abril — A Tanzânia reconhece o Biafra.

22 de Abril — Novo golpe de Estado militar na Serra Leoa.

27 de Abril — Na Serra Leoa, o exército entrega o poder a Siaka Stevens, vencedor das eleições de Março de 1967.

1 de Maio — Manifestações operárias em Dakar.

5 de Maio — Eleições presidenciais no Daomé: 80 % de abstenções. Os militares anulam-nas.

18 de Maio — Na Nigéria, o exército federal toma Port-Harcourt.

27 de Maio — Greve dos estudantes universitários e liceais no Senegal. Greve nas minas de ferro da Miferma, na Mauritânia; o exército faz fogo: oficialmente, 7 mortos.

29 de Maio — O exército invade a Universidade de Dakar: 1 morto, anunciado oficialmente.

30 de Maio — O coronel Bokassa interfere nos assuntos internos franceses a favor de De Gaulle.

31 de Maio — Greve geral em Dakar, reprimida pelo exército. Fracasso da tentativa de negociações Nigéria-Biafra em Kampala (Uganda).

7 de Junho — O Quénia, a Uganda e a Tanzânia decidem associar-se ao Mercado Comum Europeu.

13 de Junho — Senghor desliga-se do Leste e aumenta os salários mais baixos.

18 de Junho — Mobutu regressa de uma viagem ao Vaticano e à Bélgica e anuncia a reconciliação entre o Congo e a Bélgica.

28 de Junho — No Daomé, os militares designam Zinsou para presidente da República; o regresso ao regime civil será realizado a 1 de Agosto.

1 de Agosto — Crise no Congo-Brazzaville.

2 de Agosto — Revolução cultural na Guiné.

28 de Agosto — Anunciada oficialmente a intervenção francesa no Tchad.

4 de Setembro — Em Brazzaville, Massemba-Debat é deposto.

6 de Setembro — Independência da Suazilândia.

13-16 de Setembro — VI Conferência Cimeira da OUA em Argel.

17 de Setembro — Salazar adoece em consequência de um acidente vascular; vai suceder-lhe Caetano.

Outubro — Vorster decide criar um bantustão na Namíbia: a Ovambolândia.

3 de Outubro — Novas negociações Wilson-Ian Smith: fracassam.

10 de Outubro — Em Kinshasa, Pierre Mulélé, atraído por um ardil, é executado.

12 de Outubro — Independência da Guiné Equatorial (ex-Espanhola).

18 de Novembro — Golpe de Estado militar em Bamako.

1969

3 de Janeiro — Lázaro Kavandame é expulso da FRELIMO.

Janeiro — A OCAM, em Kinshasa, decide admitir a Ilha Maurícia.

3 de Fevereiro — Assassínio de Eduardo Mondlane, presidente da FRELIMO, em Dar Es-Salam.

17-20 de Fevereiro — I Conferência da «Francofonia».

28 de Fevereiro — Tentativa de golpe de Estado na Guiné Equatorial.

12 de Março — O governo francês reforça a sua intervenção militar no Tchad e envia para este país o antigo governador Lami.

Março — Descoberta de uma conspiração na Guiné. Kaman Diaby é preso; Keita Fodeba e Barry Diawandou, entre outros, vão ser implicados no caso e condenados à morte.

2 de Abril — No Ghana, Ankrah é afastado.

Abril — Caetano em África. Manifesto de Lusaka (Conferência dos Países da África Central e Oriental).

23 de Abril — Na Nigéria, as tropas federais retomam Umuyahia.

25 de Abril — Direcção a três da FRELIMO: Simango, que será suspenso em Novembro, Samora Machel e Marcelino dos Santos.

26 de Abril — Na Nigéria, Ojukwu volta a tomar Owerri.

15 de Maio — Em Conacry, treze condenações à morte, entre as quais as de Keita Fodeba e Kaman Diaby.

25 de Maio — Em Khartum, golpe de Estado militar. Nemeiry no poder. Parece progressista.

4 de Junho — Manifestação dos estudantes de Lovanium, no Congo-Kinshasa: numerosos mortos.

15 de Junho — No Tchad, Outel Bono condenado de novo (será libertado no mesmo ano).

20 de Junho — Nova constituição na Rodésia.

24 de Junho — Atentado falhado contra Sékou Touré, em Conakry, na presença de Kaunda.

Junho — Greves, agitação e repressão em Dakar.

1 de Julho — Morte de Tschombé em Argel.

2 de Julho-14 de Setembro — Revoltas de camponeses na Nigéria, na região de Ibadan: um chefe é executado.

5 de Julho — Assassínio de Tom M'Boya em Nairobi.

Fins de Julho — Combates, em redor de Djoum, nos Camarões.

29 de Julho — Renovação da Convenção de Yaoundé com a CEE.

30 de Julho — O papa na Uganda: tenta, em vão, uma mediação na guerra civil da Nigéria.

1 de Agosto — Recomposição ministerial em Kinshasa: Bomboko e Nendaka passam a embaixadores, deixando os seus lugares de ministros.

Agosto — No Mali, conspiração do capitão Diarra. Na Zâmbia, crise resolvida: Kapwepwé, vice-presidente, demite-se, aceitando depois permanecer.

11 de Agosto — Na Zâmbia, nacionalização das minas de cobre.

28 de Agosto — Em Lagos, Azikiwé junta-se ao governo federal.

29 de Agosto — No Ghana, eleições legislativas: 36,8 % de abstenções, 876 000 votos no partido de Busia, maioritário.

1 de Setembro — É derrubada a monarquia na Líbia; o coronel Khadafi toma o poder.

6-9 de Setembro — Cimeira da OUA em Adis Abeba: adopta o manifesto de Lusaka.

8 de Setembro — Na Tunísia, Ben Salah é demitido em consequência de um relatório do Banco Mundial.

11 de Setembro — No Mali, Yoro Diakité exonerado da presidência do governo, que é assumida por Moussa Traoré.

24 de Setembro — Acordo entre a CEE e os países da África do Leste.

Setembro — No Tchad, restabelecimento dos poderes dos sultões e chefes tradicionais. Acordo quanto à indemnização da Union Minière pela Gécomines.

Outubro — No Alto Volta, o exército autoriza os partidos políticos a retomarem a sua actividade. Em Brazzaville, abertura do processo de Massemba-Debat, Lissouba e Ndalla por homicídios anteriores a 1968: serão absolvidos em

Novembro. No Sudão, Nemeiry demite o primeiro-ministro progressista Awadallah.

15 de Outubro — Assassínio do presidente Ali Shermake, na Somália.

21 de Outubro — O general Zyad Berre toma o poder na Somália; o primeiro-ministro Ibrahim Egal (pró-ocidental) é preso.

25 de Outubro — No Quénia, incidentes sangrentos em Kisumu, na presença de Kenyatta, que vai aproveitá-los para dissolver a KPU e prender os seus dirigentes, incluindo Oginga Odinga (27 de Outubro).

8 de Novembro — Conspiração inspirada por Kinshasa no Congo-Brazzaville: fracassa. No dia 23, Mobutu ameaça Brazzaville.

Novembro — Início da última ofensiva federal na Nigéria.

17 de Novembro — Missão económica privada da África do Sul em Madagáscar.

21 de Novembro — Morte, em Londres, de Edward Mutesa II; Kabaka é destronado do Buganda.

24 de Novembro — Início das negociações franco-argelinas acerca do petróleo.

26 de Novembro — Acordo franco-líbio acerca dos *Mirages* (secreto até ao mês de Janeiro seguinte).

10 de Dezembro — No Daomé, o exército destitui Zinsou e chama novamente a si o poder.

19 de Dezembro — Atentado falhado contra Milton Obote.

27 de Dezembro — Carta de Tripoli (Nasser-Khadafi-Nemeiry).

29 de Dezembro — Incidentes sangrentos na Universidade de Adis Abeba: 3 mortos.

31 de Dezembro — Anunciada a criação do Parti Congolais du Travail, que acaba de realizar o seu primeiro congresso (Congo-Brazzaville).

Dezembro — Eleições no Tchad. Acordo África do Sul-Fundo Monetário Internacional acerca das vendas de ouro da RSA. Acordo SONATRACH-Getty na Argélia.

1970

1 de Janeiro — Entrada em vigor do plano quadrienal argelino (1970-1973).

6-19 de Janeiro — U Thant em África.

7 de Janeiro — Informações oficiosas sobre a encomenda de 100 *Mirages* (serão 110 na realidade) feita pela Líbia.

12 de Janeiro — Fim da guerra civil na Nigéria (cessar-fogo oficial no dia 13).

27 de Janeiro — Eleições no Lesotho.

28 de Janeiro — Reunião da OCAM em Yaoundé: entrada da Ilha Maurícia (passa a chamar-se OCAMM).

Fins de Janeiro — Nasser na URSS: aumento do auxílio soviético para resistir aos *raids* terroristas israelitas (grande tensão durante os seis primeiros meses).

31 de Janeiro — Golpe de Estado no Lesotho: Lebua Jonathan anula as eleições (tinha sido derrotado), manda prender os dirigentes da oposição e acabará por forçar o rei ao exílio.

2 de Fevereiro — Troca de embaixadores entre Nouakchott e Rabat: fim do conflito entre os dois países.

4 de Fevereiro — Encontro Hassan II-Pompidou (o primeiro, desde o assassínio de Ben Barka).

9 de Fevereiro — É dissolvido o Partido Comunista do Lesotho.

12 de Fevereiro — Em Adis Abeba, William Rogers declara-se contra os regimes racistas.

22 de Fevereiro — Referendo no Senegal: criado de novo o cargo de primeiro-ministro, que fora suprimido no final de 1962.

23 de Fevereiro — Rogers em Accra: os EUA concedem um empréstimo de 15 milhões de dólares ao Ghana.

Começo de Março — Alto Volta: Lamizana apresenta um projecto de constituição, anunciando, no entanto, que o exército conservará o poder até 1976.

2 de Março — O Comité de Libertação da OUA condena o projecto de Cabora Bassa.

3 de Março — A Rodésia racista declara-se «República».

9-25 de Março — Festival cultural de Conakry: Michelet é convidado e a França encontra-se representada.

16-24 de Março — Foccart em Kinshasa.

16-21 de Março — II Conferência da «Francofonia», em Niamey.

18 de Março — Golpe de Estado pró-americano de Pnom Penh.

20 de Março — Tentativa derrotada de golpe de Estado em Brazzaville.

24 de Março — Prisão de Ben Sallah na Tunísia (processo e condenação em Maio).

Fins de Março-princípios de Abril — Incidentes sangrentos no Lesotho. Revolta dos Ansars (de direita) no Sudão: é esmagada.

10 de Abril — No Daomé, os militares anulam as eleições presidenciais de 9-31 de Março (designarão em 2 de Maio um Conselho Presidencial constituído por Ahomadegbé, Apithy e Maga, sendo Maga chefe do Estado por um período de dois anos).

20 de Abril — Designação de um Conselho Executivo no Estado Nigeriano do Centro-Este (o ex-Biafra de Ojukwu).

28 de Abril — Kaunda em Bonn (vindo de Roma), irá a Belgrado e a Bucareste; antes de partir, tinha-se encontrado com o rei do Botswana, Seretsé Khama.

Abril — Abdel Khalek Mahjoub, secretário-geral do Partido Comunista Sudanês, exilado no Cairo.

9 de Maio — Nacionalizações na Uganda (e também, no mesmo mês, na Somália).

15 de Maio — A África do Sul é expulsa do Comité Internacional Olímpico.

18 de Maio — Em Joanesburgo, manifestação de estudantes brancos anti-racistas.

21 de Maio — Vorster em Salisbury, vindo do Malawi.

Advertência de Bouteflika ao embaixador francês acerca da lentidão e obstáculos nas negociações sobre o petróleo, abertas em Novembro de 1969.

23 de Maio — Hastings Banda em Londres.

25 de Maio — No Sudão, nacionalizações (bancos, seguros, sociedades comerciais). Nemeiry anuncia, na presença de Nasser, um «Estado dos Trabalhadores».

3 de Junho — Em Kinshasa, Bomboko e Nendaka são demitidos. Washington suspende o seu «auxílio» à Somália.

Junho — Vorster em Paris (até ao dia 14) seguido, a 16, pelo ministro das Finanças, Diederichs. Em seguida, visitam a Suíça.

11 de Junho — Fim da evacuação das bases estrangeiras na Líbia.

17 de Junho — O rei Balduíno no Congo-Kinshasa, pela primeira vez desde 1960, em visita que se prolonga até ao dia 30. Em seguida, visita o Ruanda e o Burundi.

18 de Junho — Houphouët-Boigny no Eliseu (depois de Vorster). Manifestações e repressão no Sáara Espanhol.

25 de Junho — No Ghana, uma lei proíbe o pequeno comércio e as pequenas empresas estrangeiras (visa libaneses, sírios e indianos).

27-29 de Junho — Conferência Mundial de Solidariedade com os Movimentos de Libertação das Colónias Portuguesas, em Roma.

29 de Junho — Nasser em Moscovo (até 18 de Julho).

Fins de Junho — Greve nas minas de ouro no Ghana.

2 de Julho — O papa recebe Cabral, Neto e Marcelino dos Santos.

3-21 de Julho — A crise petrolífera entre Paris e Argel vem a público.

8 de Julho — Hassan II outorga uma Constituição (autoritária) e marca um referendo (24 de Julho) e eleições (21-28 de Agosto), que a oposição vai denunciar e boicotar.

14 de Julho — Na Nigéria, apelos à reconciliação franco-nigeriana.

18 de Julho — Comunicado sovieto-egípcio.

20 de Julho — O ministro inglês dos Negócios Estrangeiros, Douglas Home, anuncia que o fornecimento de armas à África do Sul (interrompido em 1964) vai recomeçar.

22 de Julho — Encontro Kaunda-Obote-Nyerere para debater a questão da África do Sul.

23 de Julho — Nasser aceita o plano Rogers. Termina a construção da barragem de Assuão (vai ser inaugurada no princípio de 1971).

27 de Julho — Morte de Salazar.

31 de Julho — No Sudão, libertação de antigos ministros reaccionários; no Quénia, libertação de membros da KPU (Oginga Odinga continua, porém, detido).

5 de Agosto — Mobutu nos EUA: declara-se contra as nacionalizações.

7 de Agosto — Cessar-fogo no canal de Suez.

8 de Agosto — Descoberta uma conspiração no Togo.

16 de Agosto — Nova conspiração descoberta em Brazzaville.

18 de Agosto — Nos Camarões, prisão de Ernest Ouandié; no mesmo mês, prisão de estudantes e, em seguida, de Mons. Ndongmo.

25 de Agosto — Descoberta uma conspiração em Khartum.

31 de Agosto — Eleições presidenciais no Ghana: é eleito Akuffo-Addo.

1-4 de Setembro — VIII Cimeira da OUA, em Adis Abeba; decisão de enviar a missão Kaunda à Europa.

8-12 de Setembro — Conferência dos não Alinhados em Lusaka.

Setembro — Eleições em Madagáscar.

Meados de Setembro — Hussein inicia o massacre dos Fedayin, o qual vai continuar, com algumas interrupções, até Julho de 1971. Crise na Serra Leoa; Siaka Stevens nacionaliza os diamantes.

15 de Setembro — Em Pretória, Vorster ameaça usar do

direito de sucessão e oferece, ao mesmo tempo, pactos de não agressão aos Estados africanos.

18 de Setembro — Encontro Bouteflika-Pompidou: recomeço das negociações interrompidas desde Junho; vão arrastar-se até ao seu malogro, em Fevereiro de 1971.

28 de Setembro — Morte de Nasser. Nixon em Roma.

1 de Outubro — Funeral de Nasser. Na Nigéria, anuncia-se que os militares se manterão no poder até 1976.

3 de Outubro — Congresso dos sindicatos do Mali. Reclamam uma constituição e a garantia das liberdades.

7 de Outubro — Na Zâmbia, Kapwepwé é substituído na vice-presidência por Chona.

8 de Outubro — Na Serra Leoa é dissolvido o partido de oposição.

11 de Outubro — Partida da missão Kaunda (dia 12, em Bonn; dia 16, em Londres).

12 de Outubro — Combate de Largeau no Tchad: onze mortos do lado francês. Resolução da ONU sobre a descolonização: emprego de «todos os meios» necessários para a atingir.

19 de Outubro — Dissolvidos os sindicatos no Mali.

21 de Outubro — Encontro Pompidou-Kaunda: sem resultados.

30 de Outubro — Em Abidjan, Houphouët-Boigny anuncia, perante o V Congresso do PDCI, a política do «diálogo» com a África do Sul.

31 de Outubro-1 de Novembro — Eleições presidenciais e legislativas no Congo-Kinshasa, sob a ditadura.

Fins de Outubro — Incidentes sangrentos em Gagnoa, na Costa do Marfim.

4 de Novembro — Houphouët-Boigny expõe aos jornalistas a sua política de «diálogo».

5 de Novembro — Recebidos por Sékou Touré três altos funcionários do Quai d'Orsay.

8 de Novembro — É anunciado o projecto de federação Líbia-RAU-Sudão (concretizar-se-á na Primavera e, sobretudo, em Julho de 1971).

9 de Novembro — Douglas-Home anuncia a abertura de negociações com a Rodésia racista.

12 de Novembro — Em Paris, na missa por alma de De Gaulle (que falecera no dia 10), lado a lado, Caetano, H. Muller (África do Sul), Senghor, Houphouët-Boigny, Beavogui (Guiné), etc.

16 de Novembro — Em Khartum, El Atta, El Nour e Hamadallah são excluídos do governo (estavam demasiado à esquerda). Khalek Mahjoub, regressado em Julho, é preso no dia seguinte.

17 de Novembro — Na Ilha Maurícia, os ministros de direita (nomeadamente Gaetan Duval) deixam o governo, para voltarem, dentro em breve.

21 de Novembro — Na Eritreia, um general etíope é morto pela FLE.

22 de Novembro — Agressão de Portugal e dos seus mercenários a Conakry: repelida; condenação do Conselho de Segurança em 23 de Novembro; envio de uma missão de inquérito; condenação de Portugal em 9 de Dezembro.

Fins de Novembro — Greve e repressão na Universidade de Dakar.

28 de Novembro — Em Marrocos, incidentes sangrentos no Gharb: cinco camponeses mortos pela polícia.

29 de Novembro — Eleições automáticas na Costa do Marfim.

4 de Dezembro — Regresso de Moshoeshoe II (de facto, sem qualquer poder) ao Lesotho. O Conselho Atlântico decide realizar a sua próxima sessão em Lisboa, a 3 e 4 de Junho de 1971.

9-12 de Dezembro — Reunião em Lagos do Conselho dos Ministros da OUA para a Solidariedade com a Guiné.

14 de Dezembro — Em Paris, Mukendi é condenado a 150 000 francos velhos de multa por ter «difamado» Mobutu, Momboko e Nendaka...

15 de Dezembro — Restabelecimento das relações diplo-

máticas entre os dois Congos (interrompidas desde Novembro de 1968).

16 de Dezembro — Estado de emergência na Eritreia

26-29 de Dezembro — Processo Ouandié, em Yaoundé.

1971

1 de Janeiro — Entrada em vigor da segunda convenção de Yaoundé com a CEE.

6 de Janeiro — Cinco condenações à morte em Yaoundé (entre as quais a de Ouandié, executado no dia 15, e a de Mons. Ndongmo, indultado).

7-16 de Janeiro — Tensão entre os estudantes de Argel e o governo.

9 de Janeiro — Prisão de dirigentes sindicais da UNTS em Dakar: a organização é, praticamente, proibida.

14-21 de Janeiro — Conferência da Commonwealth em Singapura: discussão, sem resultados, sobre a venda de armas inglesas à África do Sul.

16-23 de Janeiro — Prisão de sindicalistas na Mauritânia, após várias greves e manifestações.

16 de Janeiro — Atentados em Dakar, que vão servir de pretexto para a prisão de vários oposicionistas (condenados em Julho) e provocam reacções dos estudantes (greve no dia 20).

24 de Janeiro — Em Conakry, 91 condenações à morte (entre as quais, 33 à revelia; 8 dos condenados vão ser executados nos dias seguintes).

25 de Janeiro — Em Kampala, golpe de Estado pró-ocidental do general Idi Amin.

31 de Janeiro — Regresso de Gbenye para junto de Mobutu.

2 de Fevereiro — Busia declara-se a favor do «diálogo» com a África do Sul.

3-13 de Fevereiro — Viagem de Pompidou à Mauritânia, Senegal, Costa do Marfim, Camarões e Gabão.

3 de Fevereiro — Manifestações estudantis em Lagos.

4 de Fevereiro — São suspensas as negociações franco-argelinas.

12 de Fevereiro — Violenta declaração anticomunista do general Nemeiry em Khartum.

14 de Fevereiro — Em Teerão, acordo entre a OPEP e o cartel das companhias petrolíferas.

18 de Fevereiro — Em Madagáscar, Resampa perde a pasta do Interior.

19 de Fevereiro — Prisão do dirigente sindical Goodluck em Lagos.

22 de Fevereiro — Douglas-Home anuncia nos Comuns o recomeço da venda de armas inglesas à África do Sul.

24 de Fevereiro — Na Argélia, nacionalização de 51 % do capital das sociedades petrolíferas francesas; a tensão entre a Argélia e Paris vai prolongar-se até ao fim de Junho aproximadamente.

26 de Fevereiro — A Universidade de Dakar é fechada e ocupada pela polícia (ficará encerrada durante algumas semanas).

Março — Debates sobre o «diálogo» com a África do Sul no Parlamento de Accra: Busia e Ofori-Atta declaram-se «a favor».

2 de Março — Medidas de repressão no Senegal; pré-aviso de greve de um mês na função pública.

2-4 de Março — Manifestações em Lagos.

4 de Março — Senghor: «Passou o tempo da clemência.»

6 de Março — Libertação de sindicalistas em Bamako.

7 de Março — Em Port Elizabeth, a polícia sul-africana dispara sobre uma manifestação reivindicativa.

16 de Março — Gaetan Duval, ministro dos Negócios Estrangeiros da Ilha Maurícia, em Paris.

17 de Março — Acordo de defesa mútua Guiné-Serra Leoa.

18 de Março — É fechada a Universidade de Khartum.

22-23 de Março — Tentativa de golpe de Estado militar em Freetown: fracassa; no dia 28, tropas guineenses vêm defender o governo; em 19 de Abril, proclamação da República.

27 de Março — A Universidade de Kisangani é encerrada, na sequência de manifestações estudantis.

29 de Março — No Quénia, Oginga Odinga é libertado, depois de quinze meses de prisão arbitrária.

30 de Março — Em Abidjan, a Universidade é encerrada, na sequência de uma greve começada no dia 23. Vorster declara-se pronto a receber chefes de Estado africanos em Pretória.

30 de Março-3 de Abril — Visita oficial de Mobutu a França.

1 de Abril — Levantamento camponês no Sul de Madagáscar, na região de Tuléar, seguido de repressão.

2 de Abril — Acordo de Tripoli sobre o petróleo mediterrânico.

10 de Abril — Em Dakar, um francês, Collin, torna-se ministro do Interior.

13-17 de Abril — Conferência Egipto-Líbia-Síria que anuncia a formação de uma «União das Repúblicas Árabes»; o Sudão, de momento, não adere.

15 de Abril — Paris declara que põe termo às «relações privilegiadas de Estado a Estado» com a Argélia; resposta de Argel no dia 22.

23 de Abril — Em Lagos, acordo entre o governo federal e a sociedade petrolífera francesa SAFRAP.

28 de Abril — Houphouët-Boigny declara-se disposto a visitar a África do Sul.

1 de Maio — Prisões em Nouakchott.

2 de Maio — Ali Sabri, no Cairo, perde a vice-presidência da República (início da viragem à direita).

4 de Maio — Última reeleição de Tubman (que morrerá em 23 de Julho) na Libéria.

6 de Maio — Descoberta uma conspiração na Somália.

Abril-Maio — O vice-presidente do Conselho grego visita o Cairo, Adis Abeba, Tripoli, Bangui e Kinshasa.

12 de Maio — Greve de estudantes em Adis Abeba.

13-14 de Maio — Crise no Cairo: Ali Sabri, o general Fawzi, Gomaa e outros são eliminados; a crise vai ser seguida de demissões e prisões em massa, que levarão a um processo por «alta traição».

14 de Maio — Gaetan Duval na Cidade do Cabo.

21 de Maio — Anunciada a saída de Moçambique dos Padres Brancos (em sinal de protesto contra o regime).

25 de Maio — A Universidade de Adis Abeba é encerrada.

31 de Maio — Tsiranana denuncia uma conspiração «estrangeira» em Tananarive; demissão e prisão de Resampa a 1 de Junho.

2 de Junho — Na Cidade do Cabo, manifestação de brancos contra o *apartheid*.

4 de Junho — Manifestação estudantil em Lovanium motivada pelo 2.º aniversário do massacre de 1969: Universidade encerrada e estudantes alistados, à força, no exército.

4-8 de Junho — Botha, ministro da Defesa da África do Sul, em França.

11 de Junho — Tripoli reconhece a China Popular.

14 de Junho — Abertura do processo de Marráquexe, com vista a esmagar a oposição.

17 de Junho — Na Nigéria, Awolowo (Action Group) deixa o governo.

21-23 de Junho — Conferência Cimeira da OUA em Adis Abeba: o «diálogo» é condenado.

23 de Junho — Em Argel, acordo entre a SONATRACH e a CFP.

25 de Junho — Anúncio de novas prisões em Conakry (entre as quais a de Tibou Tounkara): seis condenações à morte em Freetown.

10 de Julho — Tentativa de golpe de Estado militar em Marrocos: fracasso seguido de repressão sangrenta.

14 de Julho — Encontra-se em Pequim uma delegação guineense; o seu presidente, Sogno Mamadi, será preso na Guiné no fim do mês.

19 de Julho — Golpe de Estado progressista em Khartum.

21 de Julho — O vice-presidente líbio, Jalloud, é recebido, em Paris, por Pompidou e Debré.

22 de Julho — Dois dirigentes sudaneses são presos em Tripoli por um acto de pirataria; à tarde, contra-revolução militar em Khartum, apoiada (ou organizada?) pelo Egipto e pela Líbia.

22 de Julho — Primeiro plano trienal na Somália (1971--1974).

26 de Julho — Sékou Touré, num discurso, anuncia um segundo «processo popular» na Guiné.

27 de Julho — Condenação de estudantes e professores em Dakar.

28 de Julho — Em Khartum, o secretário-geral do Partido Comunista Sudanês, Abd el Khalek Mahjoub, é enforcado.

29 de Julho — No Cairo, assinatura do contrato com um consórcio ocidental para a construção do oleoduto Suez--Alexandria.

3 de Agosto — Regresso do filho do Kabaka à Uganda.

12 de Agosto — Na Mauritânia, Ould Daddah é reeleito por 99,99 % dos votantes.

13-24 de Agosto — Greve na Ilha Maurícia.

19 de Agosto — Banda encontra-se com Vorster em Pretória.

21 de Agosto — Prisão dos dirigentes do Mouvement Militant Mauricien (MMM) na Ilha Maurícia (libertos a 25).

22 de Agosto — Na Zâmbia, criação do United People's Party (UPP), de Kapwepwé.

7 de Setembro — O general israelita Bar-Lev na Etiópia.

11 de Setembro — Novas greves na Ilha Maurícia.

13 de Setembro — Greve no Ghana, em Sekondi-Takoradi, em defesa do direito sindical.

Setembro-Outubro — No Congo-Kinshasa são expulsos os «oeste-africanos».

16-17 de Setembro — Amin Dada em Paris.

20 de Setembro — Na Zâmbia, prisão de membros do UPP.

29 de Setembro — Em Lomé, a Comissão Política do Partido Único considera que o povo reclama a manutenção no poder de Eyadewa.

4 de Outubro — Na Zâmbia, o UNIP (partido governamental maioritário) pronuncia-se a favor do partido único.

6-12 de Outubro — Hailé Selassié na China.

6-8 de Outubro — Uma delegação governamental da Costa do Marfim visita Pretória.

19 de Outubro — Incidentes na fronteira da Uganda com a Tanzânia.

26 de Outubro — A China entra para a ONU (nas semanas seguintes, vários países africanos estabelecem relações diplomáticas com Pequim).

27 de Outubro — O Congo-Kinshasa transforma-se em Zaire (início da «Autenticidade»).

28 de Outubro — Houphouët-Boigny anuncia uma política de austeridade na Costa do Marfim.

Novembro — Movimentações de estudantes do liceu no Daomé (dia 6) e no Congo-Brazza (15-30).

Novembro — Missão da OUA (Senghor-Gowon-Ahidjo) ao Médio Oriente, que vai verificar a intransigência do governo israelita.

23 de Novembro — Na Guiné, segundo Sékou Touré, foram implicados no inquérito sobre a 5.ª coluna 16 ministros, 5 antigos ministros e a maioria dos oficiais superiores.

24 de Novembro — Acordo Douglas-Home-Smith sobre o futuro da Rodésia.

26 de Novembro — Em Madagáscar, segundo Tsiranana: «Nunca o país esteve tão calmo» (no entanto, novas prisões em Dezembro).

Dezembro a Fevereiro de 1972 — Greve dos mineiros e dos trabalhadores da Namíbia, em Windhoek e Walvis Bay, nomeadamente.

16 de Dezembro — Formação do African National Council (ANC) da Rodésia, dirigido por Mons. Muzorewa.

20 de Dezembro — Protestos do PAIGC contra o novo acordo Portugal-EUA sobre a base americana dos Açores.

22 de Dezembro — Na Ilha Maurícia, a Assembleia ratifica o estado de excepção e a repressão contra o MMM e os sindicatos.

28 de Dezembro — No Tchad, o coronel Mammoun é nomeado chefe do Estado-Maior do Exército por Tombalbaye (virá a tomar o lugar deste em 1975).

1972

11 de Janeiro-9 de Março — Missão inglesa Pearce na Rodésia, para consultar os Africanos sobre o acordo anglo-rodesiano do passado dia 24 de Novembro; greves e manifestações de protesto contra o acordo.

12 de Janeiro — No Zaire, Joseph-Desiré Mobutu passa a chamar-se Sese Seko Mobutu.

13 de Janeiro — No Ghana, o governo impopular de Busia é derrubado, sem derramamento de sangue; o coronel Achiampong à cabeça do National Redemption Council (NRC).

18 de Janeiro — Na África do Sul, manifestações contra o aumento das tarifas dos autocarros em Durban.

24 de Janeiro — No Zaire, início da campanha contra o cardeal Malula, outrora amigo de Mobutu.

24-28 de Janeiro — Pompidou no Níger e no Tchad.

28 de Janeiro — O Conselho de Segurança reúne-se em Adis Abeba.

4 de Fevereiro — Acordo Senegal-BUD.

8 de Fevereiro — Amílcar Cabral anuncia a próxima eleição

de uma Assembleia Popular, nas zonas libertadas da Guiné-Bissau dois terços do território).

22 de Fevereiro — No Congo-Brazza, a seguir a um *complot* obscuro, Noumazalay, N'Dalla e Raoul são presos; Diawara passa à guerrilha.

Março — Greves na Nigéria.

3 de Março — Na República Centro-Africana, Bokassa torna-se presidente vitalício.

6 de Março — No Zaire, os jornais mudam de nome (e o seu número é reduzido).

7-13 de Março — O secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, na África do Sul e na Namíbia.

17-25 de Março — Fouché, presidente da África do Sul, no Malawi.

27 de Março — No Sudão, acordo com os dirigentes do Sul (Anya-Anya), que vem pôr termo a uma longa guerra civil.

1-8 de Abril — Missão da ONU visita a parte libertada da Guiné-Bissau.

1 de Abril — No Burundi, o ex-rei Ntaré V, que tinha sido autorizado a regressar, é preso.

8 de Abril — Em Zanzibar, Karumé é assassinado.

13 de Abril-8 de Maio — Greve na Libéria.

14 de Abril — Em Dar Es-Salam, Mohamed Babu é detido (e assim vai continuar).

24 de Abril — Início da greve na Universidade e nos liceus em Madagáscar.

27 de Abril — Morte de Nkrumah, em Bucareste.

29 de Abril — Início dos acontecimentos do Burundi: Micombero demite todos os seus ministros; massacres em todo o país até ao mês de Maio [80 000 mortos(?)]; tropas do Zaire vêm em auxílio de Micombero.

Maio — Manifestações de estudantes africanos em Durban; posteriormente, em Junho, manifestações também de estudantes brancos.

5 de Maio — Primeira manifestação estudantil (universi-

dades-liceus) em Tananarive, depois dos confrontos sangrentos de Fianaranssoa.

13-18 de Maio — Em Madagáscar, os estudantes são apoiados pela greve geral em Tananarive: manifestações violentas (30 mortos), que vão aumentando; Tsiranana vê-se obrigado, primeiro, a libertar os estudantes presos e, depois, a ceder o poder ao general Ramounantsoa.

13 de Maio — Funeral de Nkrumah... em Conakry.

23 de Maio — Publicação do Relatório Pearce: os Africanos disseram não ao acordo anglo-rodesiano.

5-15 de Junho — Cimeira da OUA em Rabat.

9 de Junho — Em Brazzaville, reconciliação oficial, sob a égide de Ngouabi e Mobutu, de Neto (MPLA) e Holden (FNLA). Na Rodésia, catástrofe nas minas de Wankie: 394 mortos entre os mineiros africanos e 36 entre os europeus.

12 de Junho — Said I'Brahim é derrubado, nas Ilhas Comores.

7-9 de Junho — Funeral de Nkrumah, no Ghana, a quem o seu corpo foi, finalmente, entregue.

16 de Julho — É descoberta em Accra uma conspiração de partidários de Busia.

18 de Julho -- No Egipto, Sadate expulsa os conselheiros militares soviéticos.

24 de Julho — Em Faranah (Guiné), encontro Houphouët--Sékou Touré (não terá continuação).

29 de Julho — Anunciadas medidas de repressão brutal contra os ladrões em Bangui; no dia 31 Bokassa participa numa sessão de espancamento de ladrões: três mortos.

31 de Julho — Auxílio líbio à Uganda de Idi Amin.

2 de Agosto — Anúncio da decisão de efectuar a União Líbia-Egipto em 1 de Setembro de 1973 (o que não virá a acontecer).

5 de Agosto — Na Uganda, Idi Amin anuncia a expulsão dos asiáticos portadores de passaporte britânico dentro de um prazo de três meses (o que vai acontecer).

8-11 de Agosto — Greve dos ferroviários em Lagos.

16 de Agosto — Conspiração militar contra Hassan II, em Marrocos; o seu avião é metralhado, mas Hassan escapa; Oufkir «suicida-se» no dia seguinte.

25 de Agosto — Demissão de alguns polícias na Uganda.

30 de Agosto — Acordo de reconciliação oficial entre o Congo-Brazza e o Zaire.

1 de Setembro — Termina oficialmente a intervenção militar francesa no Tchad; o general Cortadella regressa a França. Em Madagáscar, Ramanantsoa anuncia um referendo para o dia 8 de Outubro.

16 de Setembro — Na Uganda, os partidários de Milton Obote tentam libertar o seu país e sofrem um fracasso. A Líbia envia tropas a Idi Amin, que são bloqueadas, no dia 21, em Khartum, mas acabam por chegar a Kampala; bombardeamentos ugandeses sobre a Tanzânia: resolução da crise em meados de Outubro, graças à mediação da Somália.

26 de Setembro — No Togo, Eyadema lembra que as greves são interditas.

2 de Outubro — Na Guiné, Sékou Touré anuncia uma alteração da moeda: o sily (= 10 francos guineenses) passa a ser a nova unidade monetária; as notas são trocadas livremente, até 1 milhão de FG, para lá dessa soma, são trocadas sob reserva e sujeitas a verificação.

8 de Outubro — No referendo de Madagáscar (poder militar provisório por cinco anos, preparação de uma nova constituição), 94 % de sins.

21 de Outubro — Na Somália, nacionalização das escolas e tipografias; o somali, língua oficial (em transcrição latina); lançamento de uma campanha de alfabetização.

26 de Outubro — No Daomé, golpe de Estado militar que entrega o poder a Kerekou e dá início a um período de liberdade (bastante curto).

31 de Outubro-5 de Novembro — Greve dos correios, na Nigéria.

14 de Novembro — Em Portugal, Caetano repete a recusa

de qualquer negociação com os movimentos nacionalistas das colónias.

20-24 de Novembro — Pompidou no Alto Volta e no Togo (a visita ao Daomé foi anulada, depois do golpe de Estado).

23 de Novembro — Resolução do Conselho de Segurança da ONU, que solicita a abertura de negociações entre Portugal e os movimentos nacionalistas e o termo das operações militares.

25 de Novembro — Em Madagáscar, controle dos câmbios e dos movimentos de capitais.

26 de Novembro — Na Mauritânia, anúncio da próxima criação de uma moeda nacional.

3 de Dezembro — Eleições nas Ilhas Comores.

8 de Dezembro — Na Zâmbia, votação da lei que institui o Partido Único (UNIP).

12 de Dezembro — Em Kinshasa, anunciada a decisão de uma fusão entre o MPLA e a FNLA (na realidade, essa fusão vai ser muito discutida e dentro em breve acabará por fracassar).

12-15 de Dezembro — Incidentes em Tamatawe.

16-19 de Dezembro — Em Dakar, Congresso do UPS; começa a falar-se da catástrofe da seca; proposta de uma subscrição nacional.

26 de Dezembro — A. Abdallah, presidente do Conselho de Governo das Ilhas Comores.

1973

1 de Janeiro — Na Zâmbia, 35 opositores do regime, entre os quais Kapwepwé, são libertados.

9 de Janeiro — A Rodésia encerra a sua fronteira com a Zâmbia, que riposta no dia 11, interrompendo o trânsito do cobre.

10-20 de Janeiro — Mobutu descobre a China.

15-20 de Janeiro — Pompidou em Djibouti e Adis Abeba.

20 de Janeiro — Amílcar Cabral é assassinado, em Conakry (funeral em 1 de Fevereiro).

25 de Janeiro — Abertura das negociações franco-malgaxes, em Paris.

3 de Fevereiro — Criado um novo consórcio para a exploração do ferro de Nimba, na Guiné (Argélia, Libéria, Nigéria, Zaire, Guiné).

10 de Fevereiro — Doze execuções em Kampala.

15 de Fevereiro — Prisões em Brazzaville por conspiração (a 23 será a vez de Lissouba; a 20, dissolução da polícia).

21 de Fevereiro — O suaíli passa a ser a língua oficial no Quénia.

24 de Fevereiro — Agitação pró-ocidental, em Diego-Suarez e Majunga, em Madagáscar.

27 de Fevereiro — Manifestações estudantis, em Ibadan: são reprimidas.

28 de Fevereiro — Conspiração descoberta em Cotonou: Alphonse Alley é preso.

1 de Março — Um comando palestiniano faz reféns em Khartum: 3 diplomatas mortos, 8 palestinianos presos.

2 de Março — Medidas, contra os Tutsie, no Ruanda.

6 de Março — Os partidos da Namíbia opõem-se aos planos de divisão de Vorster; no dia 7, manifestações em Windhoek.

20 de Março — Tensão, de novo, entre a Uganda e a Tanzânia.

26 de Março — Mobutu visita Pompidou: discute-se a compra de armas pelo Zaire.

26-27 de Março — Conferência de chefes de Estado, em Ovagadougou, sobre as medidas a tomar contra a fome que se seguiu à seca.

28 de Março — No Senegal, no seguimento de greves e movimentos reivindicativos, é dissolvido o Sindicato dos Professores; várias prisões.

2-14 de Abril — Conferência de Oslo sobre o *apartheid* (organizada pela ONU e pela OUA).

12 de Abril — Senghor ataca o PCF e a CGT, que, segundo ele, estariam na origem das greves no Senegal.

15 de Abril — «Revolução Popular» proclamada na Líbia.

16-23 de Abril — Processo em Brazzaville: Lissouba absolvido; no dia 23, anunciada a morte de Diawara, em condições ainda mal esclarecidas.

19 de Abril — Dissolução do Parlamento na Serra Leoa. Estado de emergência.

8-9 de Maio — Conferência tripartida (Argélia-Marrocos-Mauritânia) acerca do Sáara Ocidental.

10 de Maio — Congresso (clandestino) da Frente Polisário para a libertação do Sáara Ocidental.

14 de Maio — No Senegal, «suicídio», na prisão, de Diop Blondin.

23 de Maio — No Senegal, sanções contra os normalistas de Thiés, em greve. Em Bangui, Bokassa faz ataques a uma «embaixada estrangeira» (na realidade, a francesa).

24-29 de Maio — Cimeira da OUA, em Adis Abeba; reconciliação oficial de Idi Amin e Nyerere.

4 de Junho — São assinados os novos acordos franco-malgaxes: a evacuação das bases francesas é marcada para 1 de Setembro (assim será).

5 de Junho — Micombero demite o seu primeiro-ministro.

24 de Junho — No Tchad, é preso o coronel Malloun, chefe do Exército. Referendo e eleições no Congo-Brazzaville.

29 de Junho — Na Mauritânia é posta em circulação a nova moeda nacional.

4 de Julho — Tombalbaye faz ataques aos estudantes do Tchad que estudam em França e na Bélgica.

5 de Julho — Golpe de Estado, no Ruanda: Kayibanda é derrubado pelo general Habyalimana.

11 de Julho — O Tribunal Federal da Suíça recusa-se a entregar a Mobutu o antigo ministro Losembe (Mário Cardoso).

18-21 de Julho — Tensão entre a Líbia e o Egipto: a União é enterrada.

24 de Julho — Em Agadir, Hassan II, Boumedienne e Ould Daddah chegam a um acordo sobre o princípio de autodeterminação do Sáara Ocidental, sob domínio espanhol (na realidade, Hassan II vai mudar de atitude, alguns meses mais tarde).

7 de Agosto — Manifestação de estudantes em Salisbury: numerosas prisões.

11 de Agosto — Em Madagáscar é anunciada a realização de eleições, a 21 de Outubro, para o Conselho Popular para o Desenvolvimento.

26 de Agosto — Em Paris, o Dr. Outel Bono, um dos principais opositores do regime do Tchad, é assassinado (a polícia francesa não descobriu o assassino).

27 de Agosto — No Tchad, Tombalbaye transforma o seu partido, o PCT, em MNRCS (Mouvement National pour la Révolution Culturelle et Sociale) e faz adoptar, a 30, uma política de «autenticidade»: Fort Lamy passa a chamar-se Djamena no dia 6; François Tombalbaye muda o seu primeiro nome para Garta.

31 de Agosto — Em Brazzaville, H. Lopes torna-se presidente do Conselho.

2-9 de Setembro — Cimeira dos países não alinhados em Argel.

11-12 de Setembro — Nova reunião, sobre a seca e a fome, em Ouagadougou.

18 de Setembro — Corte de relações diplomáticas entre o Senegal e a Guiné. Suspensão da emigração argelina para França.

24 de Setembro — No seguimento das eleições para a Assembleia, é proclamada a República da Guiné-Bissau, em Medina do Boé, tendo Luís Cabral como presidente e sendo Aristides Pereira secretário-geral do Partido; o novo Estado é reconhecido, a partir de 5 de Outubro, por 47 países.

6-24 de Outubro — Guerra dita do Kippour, no Médio Oriente, da qual resultam uma série de cortes de relações

diplomáticas entre vários países africanos e Israel e a alta dos preços do petróleo.

21 de Outubro — Eleições em Madagáscar: Resampa derrotado. Sucesso governamental.

1 de Novembro — Em Marrocos, 15 execuções, em consequência do caso de Kenitra.

6 de Novembro — Informações sobre a fome na Etiópia: haveria, já, 100 000 mortos.

8 de Novembro — Na Ilha Maurícia, uma emenda constitucional suprime as eleições parciais (contra o MMM).

19-23 de Novembro — Idi Amin na Guiné.

24-25 de Novembro — Khadafi fala, a título particular, num colóquio, em Paris.

28 de Novembro — Abertura de negociações, em Paris, para a revisão dos acordos com o Congo-Brazzaville.

5 de Dezembro — Primeiras eleições na Zâmbia, em regime de partido único: não são reeleitos vários ministros. Chona continua como primeiro-ministro.

11 de Dezembro — Tombalbaye faz vários ataques a Paris.

17 de Dezembro — Na Ilha Maurícia, quatro ministros demitidos, entre os quais Gaetan Duval (pró-ocidental).

31 de Dezembro — Novos acordos Migerma-Mauritânia.

1974

1 de Janeiro — O embaixador do Tchad na RFA, Suíça e Itália, Toura Gaba, passa à oposição. Novos acordos franco--congoleses.

7 de Janeiro — Manifestações antigovernamentais no Lesotho.

10 de Janeiro — No Togo, o Estado toma conta dos fosfatos.

18 de Janeiro — O ministro dos Negócios Estrangeiros malgaxe, D. Ratsiraka (que se tornou chefe de Estado e do Governo em 1975), em Pequim.

22-23 de Janeiro — Conferência Árabe-Africana sobre o Petróleo, no Cairo: abertura de um crédito de 200 milhões de dólares.

23 de Janeiro — Comunicado da FAO, em Roma, sobre a fome no Sahel: pelo menos, 3 milhões e meio de bovinos mortos. Na Nigéria, os estudantes reclamam um governo civil.

3 de Fevereiro — Na Nigéria, é encerrada a Universidade de Ibadan (e, posteriormente, as outras).

8 de Fevereiro — No Alto Volta, o coronel Lamizana suspende o regime civil, proíbe os partidos e volta a assumir todo o poder.

11 de Fevereiro — Universidades encerradas, no Ghana.

14 de Fevereiro — Idi Amin acusa o secretário-geral da OUA, Ekangaki, de abuso do poder, a propósito de um contrato com a Lonrho (este é anulado em 15 de Março; Ekangaki demitir-se-á em 1 de Agosto).

18-22 de Fevereiro — Greve dos professores, dos estudantes e, posteriormente, dos motoristas de autocarro, em Adis Abeba.

19 de Fevereiro — Na Guiné-Bissau, tomada do campo fortificado de COPA.

20 de Fevereiro — Na Uganda, M^lle. Bagaya é nomeada ministro dos Negócios Estrangeiros (o corpo do seu predecessor será encontrado no Nilo, em 9 de Março).

25 de Fevereiro — Na Etiópia, primeira rebelião militar; o Negus aumenta os soldos 10 %.

26 de Fevereiro — Na Etiópia, sublevação da 2.ª Divisão, em Asmara, que se propaga rapidamente: no dia 27, demissão do primeiro-ministro; no dia 28, Lij Endalkatchev Makounen substitui-o; no dia 2 de Março, regresso a uma certa calma.

Fevereiro — Publicação, em Portugal, do livro de Spínola *Portugal e o Futuro*.

3 de Março — Congresso do ANC rodesiano: confere mandato a Mons. Muzorewa para conduzir as negociações.

7-10 de Março — Greve geral em Adis Abeba: os sindicatos vencem.

11-31 de Março — Greve dos controladores de tráfego aéreo na Etiópia.

14 de Março — Caetano reafirma a sua política colonial, inalterada. Spínola e Costa Gomes são destituídos dos seus comandos.

16 de Março — Em Portugal, levantamento das Caldas da Rainha.

21 de Março — Manifestação de ultras, brancos, na cidade da Beira, em Moçambique (outra, em 11 de Abril, em Nampula).

24 de Março — Uma tentativa de golpe de Estado fracassa, infelizmente, na Uganda.

27 de Março — No Senegal, Mamadou Dia é libertado, após mais de onze anos de prisão.

29 de Março — As manifestações alastram em toda a Etiópia.

2-6 de Abril — O ditador do Paraguai, Stroessner, de visita aos racistas da África do Sul.

6 de Abril — Numerosos chefes de Estado africanos em Paris, para a missa em honra de Pompidou, falecido no dia 2.

8-9 de Abril — Na Etiópia, levantamento em Harrar.

9 de Abril-2 de Maio — Sessão especial da ONU sobre o problema das matérias-primas. No dia 10, discurso de Boumedienne.

15 de Abril — No Níger, golpe de Estado militar; o coronel Kountché toma o poder. A Sr.ª Hamani Diori é morta de armas na mão.

19 de Abril — No Daomé, o governo impõe a organização única dos estudantes.

22 de Abril — No Tchad, os rebeldes do Norte raptam, em Bardai, três reféns: um alemão (que será libertado após negociações directas com Bonn) e dois franceses (um evade-se, em 1975, o outro, em Agosto de 1975, continua retido).

25 de Abril — Em Portugal, derrube da ditadura; Spínola, presidente da Junta. No dia seguinte são suspensos os governadores das colónias.

26-30 de Abril — Na Etiópia, o exército intervém contra as greves (que terminarão em 6 de Maio).

6-18 de Maio — Senghor na China e Coreia do Norte.

13 de Maio — O PAIGC pede a abertura imediata de negociações.

14-23 de Maio — Greves em Lourenço Marques e noutros pontos de Moçambique.

17 de Maio — Primeiro encontro Soares-Pereira, em Dakar.

19 de Maio — Em Bangui, Bokassa nomeia-se marechal.

25-31 de Maio — Primeira fase das negociações Portugal-República da Guiné-Bissau, em Londres.

26 de Maio — Manifestação do MPLA, em Luanda (Angola).

29 de Maio — Greve dos correios em Adis Abeba.

2 de Junho — Pseudo-referendo no Mali.

2-6 de Junho — Primeiro encontro Soares-Samora Machel, em Lusaka.

12-16 de Junho — Cimeira da OUA, em Mogadiscio: Ki Mboumoua, secretário-geral.

13-14 de Junho — Recomeço das negociações Portugal-Guiné-Bissau, em Argel, interrompidas em seguida.

20 de Junho — Sithole é preso, na Rodésia.

23 de Junho — A FRELIMO lembra que exige a independência total.

28 de Junho — Na Etiópia, nova intervenção do Exército: este ocupa as estações de rádio e, em seguida, prende o Ras Kassa e outras personalidades. No dia 3 de Julho, o general Andom torna-se chefe do Estado-Maior.

3 de Julho — A França suspende a imigração de trabalhadores estrangeiros. Kenyatta, presidente vitalício do KANU.

6 de Julho — Bettencourt, antigo ministro giscardiano, visita a Guiné, primeiro passo para o restabelecimento das relações diplomáticas (que vai ter lugar em Julho de 1975).

8 de Julho — Encontro Senghor-Spínola.

12-15 de Julho — Novas manifestações africanas, em Luanda (repetem-se em Agosto).

22 de Julho — Na Etiópia, o primeiro-ministro Makounen é substituído por Michael Imru, antes de ser preso. O exército continua a fazer prisões.

30 de Julho — No Senegal, criação do Parti Démocratique Sénégalais (PDS), de Abboulaye Wade, que é autorizado pelo regime.

31 de Julho — O Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe reclama a independência.

9 de Agosto — Em Adis Abeba é preso o ajudante-de-campo do imperador, Assefa Démissié.

15 de Agosto — Suspenso o direito de greve no Quénia.

17 de Agosto — Em Adis Abeba, é preso o comandante da guarda imperial.

26 de Agosto — Em Argel, acordo Portugal-Guiné-Bissau para a independência (a evacuação estará terminada no dia 10 de Setembro).

6 de Setembro — Em Lusaka, acordo Portugal-FRELIMO para a independência de Moçambique, em 25 de Junho de 1975, após um período de governo de transição.

7-10 de Setembro — Tentativa de *putsch* dos ultras em Lourenço Marques, desfeita pela FRELIMO e pelas tropas portuguesas fiéis ao MFA.

12 de Setembro — Em Adis Abeba, Hailé Selassié é deposto e preso, pelo Exército. O príncipe herdeiro é convidado a regressar (não o faz).

14 de Setembro — Encontro Mobutu-Spínola, em Cabo Verde.

17 de Setembro — Hassan II apela para o Tribunal da Haia a propósito do Sáara Ocidental (que cobiça).

30 de Setembro — Em Portugal, Spínola demite-se.

Setembro — Encontro secreto Vorster-Houphouët-Senghor, na Costa do Marfim.

6 de Outubro — *Blackout* em Asmara (Eritreia).

14 de Outubro — Eleições no Quénia: quatro ministros derrotados.

6 de Novembro — Tensão entre a Uganda e Londres: é expulso um conselheiro militar britânico.

9 de Novembro — Soares reconhece que Cabinda faz parte integrante de Angola e desaprova a agitação separatista.

11 de Novembro — Em Lusaka, conversações Zâmbia-Tanzânia-Botswana-FRELIMO-MPLA, sobre a libertação da África Austral.

14 de Novembro — Bechsel, suspeito do assassínio de Moumie, preso na Bélgica, é extraditado para a Suíça.

22-24 de Novembro — Na Etiópia, os oficiais mais jovens derrubam Andom, que é preso e executado, juntamente com umas sessenta personalidades do Antigo Regime.

25 de Novembro — Em Argel, acordo para a independência de São Tomé e Príncipe, marcada para 12 de Julho de 1975.

28 de Novembro — A Mauritânia nacionaliza a Migerma. Na Uganda, Idi Amin demite M^lle. Bagaya.

4 de Dezembro — Lamizana encontra-se com Moussa Traoré para resolver o diferendo fronteiriço Alto Volta-Mali (na realidade, esse diferendo vai surgir de novo em 1975).

5 de Dezembro — Em Moçambique, inauguração de Cabora Bassa.

11 de Dezembro — Primeiro acordo de cessar-fogo na Rodésia (vai ser pouco aplicado).

14 de Dezembro — Chipenda é expulso do MPLA (na realidade, existia uma situação de ruptura já há dois meses).

19 de Dezembro — Acordo para a independência de Cabo Verde, marcada para 5 de Julho de 1975.

20 de Dezembro — Em Adis Abeba, é oficialmente proclamado o socialismo etíope.

21 de Dezembro — Começo dos combates em Asmara, que vão prosseguir com violência em Janeiro.

27 de Dezembro — Sékou Touré é reeleito com 100 % dos votos *(sic)*.

31 de Dezembro — Conspiração descoberta em Madagáscar; no entanto, rebelião do campo das FRS; início de uma crise que vai conduzir, em 15 de Junho, Ratsiraka à chefia do Estado e do Governo.

3

Independência

Escolha de um ponto de partida: 1945

Toda a doutrina política africana repousa, por definição, na exigência da independência política, e começa por aí. Mas o ponto onde começa esta reivindicação, por outras palavras, a data em que se deve fixar um ponto de partida, é muito mais difícil de determinar. Devemos, por exemplo, remontar à tentativa de reabilitação cultural do homem negro, levada a cabo pelos grupos da *Légitime défense*[1], primeiro, e de *L'Étudiant noir*, mais tarde, em França, entre 1932 e o início da guerra mundial? É evidente que este tipo de acções não se limita a produzir algumas obras-primas; envolve também uma exigência implícita de independência. No entanto, Lero, Césaire ou Senghor não definem ainda uma posição política que se afirme enquanto tal. Podemos igualmente perguntar-nos se não seria conveniente começar pelos congressos pan-africanos, e sobretudo pelo de 1919, reunido em Paris, por iniciativa de W. E. B. Du Bois. Contudo, os quatro congressos, efectuados de 1919 a 1927, e nos quais a África esteve representada, se bem que em menor proporção do que os Afro-Americanos ou os Antilhenses, insistiram fundamentalmente na realização de reformas tendentes a atenuar as injustiças mais gritantes da «ordem colonial» (direito à terra, direito à segurança individual). É verdade que proclamaram, também, que os

1 Publicado em 1 de Junho de 1932, o texto do manifesto de *Légitime défense* voltou a ser publicado pela *Action*, revista do Partido Comunista da Martinica, no n.º 10, 1.º e 2.º trimestres de 1966, pp. 56-58.

Africanos deviam ter uma palavra a dizer quanto ao governo dos seus países e participar na gestão dos negócios públicos, mas este objectivo não era apresentado como fim imediato, nem colocado em primeiro lugar. Para além do mais, estes congressos reclamavam da SDN, das organizações internacionais e dos trabalhistas ingleses a realização das respectivas reformas, não se dirigindo às próprias massas africanas. Sem pretendermos subestimar a importância histórica dos congressos pan-africanos, de que voltaremos a falar no capítulo seguinte, parece-nos que estas observações mostram não haver motivo para fazermos deles o ponto de partida.

Aqui surge um outro problema: o do papel da Revolução Soviética de 1917 e da acção da III Internacional. Lenine e a Internacional afirmam, como se sabe, o direito à independência de todos os povos colonizados e dependentes, sem excepção, e definem como obrigação de todos os partidos comunistas, nomeadamente os dos países colonizadores, o apoio sem reservas às lutas de libertação. De acordo com este espírito, a reunião, em 1927, da Conferência Anti-Imperialista de Bruxelas, na qual participam homens como Sukarno, Nehru e, pela África Negra, Lamine Senghor, morto algum tempo mais tarde numa prisão francesa, e Kouyaté, fuzilado pelos nazis em 1940, constitui uma manifestação, de alcance internacional, da aplicação desses princípios. Infelizmente, é difícil avaliar a influência exacta que essa acção exerceu numa África que os vários colonialismos se empenhavam em murar, em isolar das correntes «subversivas» existentes no Mundo e mesmo, simplesmente, do Mundo em si.

Deve sublinhar-se que a África, e sobretudo a África ocidental, não se manteve politicamente inactiva entre as duas guerras, como os manuais escolares europeus do tempo poderão levar a pensar. É em 1920 que Archie Casely-Harford funda, na Costa do Ouro, o *Congrès d'Afrique Occidentale* e reivindica a inclusão de uma representação africana no Conselho do Governador. É por volta de 1936-1937 que Azikiwé faz uma campanha, no West African Pilot, em Accra e, depois, em Lagos, em defesa da personalidade africana. Na Serra Leoa e na Nigéria há movimentos grevistas, por vezes vitoriosos, apesar da repressão, nomeadamente em 1926, no primeiro destes países. Entre 1936 e 1938 verifica-se um primeiro surto de vida sindical e política na África Ocidental Francesa, que a guerra, porém, vai interromper brutalmente.

Em suma, reconheço de bom grado que fixar um ponto de partida cronológico é necessariamente arbitrário. Decidir tomar como base o fim da Segunda Guerra Mundial e seguir o desenvolvimento da batalha pela independência apenas a partir de 1945 (isto é, a partir do V Congresso Pan-Africano — em Manchester —, que, em Outubro desse ano, veio colocar a independência no primeiro plano das reivindicações) não é menosprezar os precursores e os movimentos e esforços anteriores, nem o facto de a exigência da liberdade nacional ser um dado permanente?

Levantou-se, de forma indirecta, mas clara, uma discussão em torno da questão de saber a quem coube o mérito de ser o primeiro a ter enunciado a exigência da independência política completa. Um autor inglês, Dorothy Padmore, compraz-se em afirmar que essa palavra de ordem só foi introduzida, no que respeita à África sob dominação francesa, em Julho de 1958, no Congresso de Cotonou do Parti du Regroupement Africain, fundado por L. S. Senghor[2]. Assim, seríamos levados a pensar que os dirigentes políticos da África sob dominação inglesa teriam conquistado, a este nível, uma espécie de avanço histórico e a confirmação da sua maior lucidez. Mas essa argumentação, para além de ignorar uma série de factos (tais como as sucessivas tomadas de posição, a partir de 1953, dos estudantes negros em França), conduz-nos a uma polémica extremamente confusa, porque não tem em consideração a diferença dos contextos sociopolíticos (e até, semânticos) e dos

2 Trata-se do prefácio acrescentado, por Dorothy Padmore, à 2.ª edição de *Panafricanism or Communism...*, de George Padmore, em 1960 (pp. 14-15 da tradução francesa, Présence Africaine).

percursos seguidos. Limitar-nos-emos a mencioná-la aqui, uma vez que tal ideia conheceu grande difusão, nomeadamente em Accra, e porque constitui um exemplo das dificuldades de compreensão que podem surgir entre países africanos que sofreram a dominação de colonialismos diferentes.

A África no fim da Segunda Guerra Mundial

Da mesma forma que os operários da Europa Ocidental e os povos colonizados da Ásia, do Médio Oriente e do Norte de África, também os colonizados da África Negra tomaram a sério a guerra antifascista: esperavam da vitória sobre Hitler, não uma nova modificação das relações de forças entre as grandes potências, mas uma verdadeira libertação, libertação dos métodos de governo, arbitrários e racistas (que consideravam, com razão, semelhantes ao fascismo), libertação da miséria e da exploração. Não consideravam simples papéis a Carta do Atlântico e a proclamação por Roosevelt das quatro liberdades fundamentais (entre as quais, a libertação da miséria e a libertação do medo, sendo as outras duas a liberdade de expressão e a liberdade de pensamento). A partir das primeiras semanas de 1944, a eclosão do movimento nacional em Marrocos[3] vem revelar esta consequência da guerra; mas verifica-se também que são os exércitos da guerra antifascista que asseguram a repressão do mesmo movimento. Todas as contradições do pós-guerra imediato se materializam já, nestes confrontos em Marrocos, que as censuras do tempo de guerra abafam.

[3] Estes acontecimentos, que se desenrolaram de 11 de Janeiro a 10 de Fevereiro de 1944, mantiveram-se praticamente desconhecidos da opinião pública francesa, mesmo após a libertação. Sobre este assunto, remetemos para o estudo de Ayache, *Le Maroc*, Éditions Sociales, pp. 346-348. Como se sabe, as manifestações de 8 de Maio de 1945 na Argélia e os massacres da Cabília, que se seguiram, só chegaram ao conhecimento da mesma opinião pública de forma muito aproximativa e com numerosas deformações.

Na África Negra, a guerra foi vivida e sentida de formas muito diversas, do Cabo ao Senegal. Na muito racista União Sul-Africana, se bem que o governo se veja obrigado a declarar guerra à Alemanha hitleriana, não deixam de ser tomadas precauções significativas: nem pensar aqui em mobilizar tropas negras, porque se temem as consequências do regresso dos antigos combatentes. O próprio contingente branco, enviado para o teatro de operações, no exterior, é limitado: têm de se manter no país as forças necessárias para controlar a massa dos escravos negros. Além disso, há entre os brancos um certo número de simpatizantes confessos do hitlerismo, e entre eles um futuro primeiro-ministro, Verwoerd[4]. Mais a norte, no Congo sob a dominação belga, também não se põe a questão da mobilização dos africanos, pelas mesmas razões. Em contrapartida, os trabalhadores das minas de cobalto, de urânio e de cobre vão guardar da guerra a lembrança de anos de uma exploração e de uma aceleração de produtividade atrozmente intensificadas.

Na África sob dominação francesa sentem-se os ricochetes brutais dos conflitos internos da própria França: ao reforço do racismo operado pelas autoridades de Vichy[5] vai suceder, com as autoridades gaullistas, o «esforço de guerra»[6], em que os africanos vão ser convidados a participar intensivamente.

[4] Com efeito, Verwoerd esteve internado, durante a guerra, como simpatizante do regime hitleriano. De resto, colaborava num jornal abertamente pró-nazi. Hoje, quando os nacionalistas africanos denunciam os «nazis da África do Sul», não se trata de uma imagem, mas de uma realidade.

[5] Eis alguns exemplos do racismo de Vichy em África, apresentados por Suret-Canale, *Afrique noire*, II, Éditions Sociales, pp. 578-582: senhas de alimentação especiais, correspondendo a rações reduzidas para os africanos; segregação nas bichas e nos caminhos de ferro; preços de compra dos produtos agrícolas fixados de forma discriminatória. Sem contarmos com as execuções...

[6] Sob este aspecto, basta reportarmo-nos aos poemas de Ray Autra, que foram muito populares na Guiné antes da independência, em particular aquele que se intitula precisamente «Effort de Guerre» (in *Vers la liberté*, pp. 24-31 da edição publicada pela Livraria do Mundo Novo, Pequim, 1961).

O que, de resto, fazem, pensando não ser possível negarem-lhes o reconhecimento do que lhes fica a ser devido, na hora da vitória.

Nos territórios sob dominação inglesa, que não conheceram os mesmos sobressaltos, as tropas africanas participam na guerra, mas, em vez de as enviar para a Europa, o estado-maior inglês prefere mandá-las para teatros de operações asiáticos — por exemplo, a Birmânia. Também nestes territórios a exaltação dos ideais antifascistas contrasta com a manutenção do regime colonial[7].

Portanto, no fim da guerra, no momento em que é proclamada a Carta da ONU (outro documento que vai ser tomado muito a sério, a tal ponto que na África independente se celebram piedosamente as Nações Unidas no dia 24 de Outubro, que para o europeu médio não tem grande significação...), toda a gente espera modificações. Talvez não a independência imediata, mas a possibilidade de expressão livre, de circulação livre, de organização de sindicatos, de criação de associações, de audiência através de eleições e instituições representativas, etc. Tudo reformas que, realizadas rapidamente, poderiam e deveriam ter conduzido, progressivamente, a uma independência pacífica.

No entanto, antes mesmo do fim da guerra já se ia mais longe. Em 1943, na Nigéria, Asikiwé, numa brochura de título significativo — *A Carta do Atlântico e a África Ocidental Britânica* —, reivindica a aplicação à África do direito dos povos colonizados «a escolherem a forma de governo sob a qual desejam viver», tal como fora proclamado, no Verão de 1941, por Churchill e Roosevelt. Em Agosto de 1944, Azikiwé funda o Conselho Nacional da Nigéria e dos Camarões (ingleses) — NCNC —, que, se não é propriamente um partido político, uma vez que agrupa numerosas organizações locais, profissionais, etc., não deixa de ser uma espécie de

7 No Ghana, após a independência, as duas guerras mundiais continuaram a ser comemoradas, todos os anos, no dia 11 de Novembro.

frente nacional que vai fazer uma campanha no sentido de o governo da Nigéria caber aos próprios Nigerianos. O ano seguinte é, simultaneamente, o da greve geral, na Nigéria, e do Congresso Pan-Africano de Manchester (15-21 de Outubro de 1945).

Mas o movimento não se desenvolve da mesma forma, nem com o mesmo ritmo, nos diferentes territórios. Sobretudo, não segue o mesmo percurso na África sob dominação inglesa e na África sob dominação francesa. A partir de 1945-1946, o contraste é chocante, muito especialmente na África ocidental. Como já vimos, Azikiwé, em 1943, colocava-se apenas na perspectiva da África sob dominação inglesa e da África ocidental, tal como Casely-Hayford, em 1920. O próprio Congresso de Manchester é apenas o congresso da África anglófona. Esta separação, cujas consequências vão ser mais duradouras e mais profundas do que se pensava por volta de 1958-1959, traduz a marca deixada pelo regime colonial, que isola os Africanos uns dos outros, para os ligar directamente a Paris ou a Londres.

Assim, os métodos e as políticas internas dos dois principais imperialismos que reinam em África vão reflectir-se até na luta nacional conduzida contra esses dois imperialismos.

A marcha para a independência nas colónias francesas

Do lado francês, o fim da guerra deixa em suspenso os problemas constitucionais e a definição da orientação política e social do país no seu conjunto. De Maio de 1945 a Maio de 1947, pode considerar-se que prevalece uma maré de «esquerda»; e mesmo após o golpe que constituiu a exclusão dos comunistas do governo e da maioria, na Primavera de 1947, continuar-se-á a levar em conta o regresso em força dessa maré. É certo que, do ponto de vista dos povos colonizados, o historiador verificará que, durante este período de esquerda, ocorrem, no entanto, os massacres da Argélia, em Maio de

1945, a primeira guerra do Vietname, de Setembro de 1945 a Março de 1946, o início da segunda, a partir de Dezembro de 1946, e, finalmente, os massacres de Madagáscar, em Março de 1947... para não falarmos de incidentes menos espectaculares (repressão sangrenta das greves em Douala, nos Camarões, em 1945, por exemplo). Mas estes factos históricos, que mostram como a tendência de esquerda se movia já dentro de limites estreitos, não anulam esse outro facto que consiste em ter nascido então uma certa esperança, em se ter mantido a *impressão* da força da esquerda em França e da sua capacidade de triunfar, mais dia, menos dia.

Para além das lutas específicas que iam surgindo um pouco por toda a parte, tentando conquistar e acabando por conseguir obter os direitos sindicais, a abolição do trabalho forçado e do estatuto do indigenato, a igualdade de salários e vencimentos dos funcionários, etc., os representantes parlamentares africanos — pois a partir da Constituinte de 1945 passa a haver representantes eleitos da África Negra no Parlamento francês, o que não acontece nem nunca aconteceu ainda em nenhuma outra potência colonial com possessões em África — vão, antes do mais, esforçar-se por abrir caminho à liberdade, no quadro da Constituição que se encontra em reelaboração.

Criação do RDA

No entanto, em Maio de 1946, o primeiro projecto da Constituição era rejeitado, por um referendo em que apenas participava, no que se referia ao essencial, a França metropolitana. Ora este projecto previa expressamente a possibilidade de acesso à independência e organizava uma União Francesa Democrática em bases de igualdade. A agitação reaccionária, que obteria, por ocasião do referendo, uma primeira vitória, tinha justamente apelado ao chauvinismo para o derrotar. No Verão, enquanto se reuniam em Paris os estados gerais da colonização francesa, em que os Africanos viram, e com

razão, uma perigosa ameaça e como que um sinal de alerta, os responsáveis políticos da AOF e da AEF* prepararam a sua réplica. E assim seria convocado o Congresso de Bamako (18-21 de Outubro de 1946) e fundado o Rassemblement Démocratique Africain (RDA). Tratava-se, na realidade, do primeiro partido político verdadeiramente africano criado nas colónias francesas de África. Antes existia, no Senegal, uma federação SFIO, apêndice, portanto, de um partido político francês.

O apelo lançado pelos representantes parlamentares africanos, tendo em vista a reunião de Bamako e o Manifesto do RDA adoptado pelo Congresso, constituíam, exactamente um ano depois do Congresso de Manchester, uma primeira tomada de posição política de alcance geral na África francófona. O primeiro documento, publicado em 18 de Setembro de 1946, e que começou por ser assinado pelos SFIO africanos, Senghor, Lamine Gueye e Yacine Diallo (que viriam a retirar as suas assinaturas, devido à pressão do ministro Marius Moutet), bem como por Houphouët e pelos futuros dirigentes do RDA, reivindica a igualdade de direitos, manifesta-se contra a tendência reaccionária e o federalismo preconizados pelo MRP, prosseguindo nos seguintes termos: «Em contrapartida, também não nos deixaremos iludir pelos sentimentos 'autonomistas', que se baseiam numa visão utópica das realidades africanas e se manifestam hoje pelo oportunismo de homens que não souberam ontem defender-se contra a assimilação.

A nossa adesão à União Francesa, que proclamamos solenemente, justifica-se por uma visão realista dos problemas políticos do Mundo, por uma confiança no destino da África e pela certeza de que, apesar da reacção, conseguiremos obter as condições liberais, democráticas e humanas

* AOF — África Ocidental Francesa; AEF — África Equatorial Francesa. (*N. do T.*)

que permitirão o livre desenvolvimento das possibilidades originais do génio africano.»

Pelo seu lado, o Congresso, na sua resolução final, declara: «Denuncia [o Congresso] o recuo imposto por uma Constituição que consagra a assimilação e pronuncia-se formalmente por uma união, livremente consentida e baseada na igualdade de direitos e deveres.»

A resolução aborda, em seguida, um problema específico, mas crucial, da vida política na AOF e na AEF, o problema do direito de voto[8], e denuncia a «lei eleitoral injusta», lançando ao mesmo tempo um apelo para que se tentem todas as possibilidades de «conseguir a eleição do maior número possível de membros de origem africana, democratas e progressistas, com maior capacidade, para serem os porta-vozes da vontade das populações da África Negra».

Finalmente, encarrega a comissão coordenadora de empreender «todas as acções necessárias para realizar a unidade dos partidos políticos no interior de cada território e preparar a sua fusão num movimento africano único».

8 Efectivamente, nem o fim da Segunda Guerra Mundial nem a Constituição de 1946 introduziram o sufrágio universal na África Negra. De início, havia um sistema de duplo colégio eleitoral (o primeiro, para os franceses; o segundo, para os africanos), que foi abolido, a partir de 1946, no referente às eleições para a Assembleia Nacional Francesa, mas não no referente às eleições para os conselhos gerais dos territórios, em que foi mantido até 1956. Mas o eleitorado africano na AOF, em 1916, contava apenas com 1 114 000 eleitores inscritos (os funcionários, os soldados, os portadores de condecorações, os padres, os donos de plantações, os empregados comerciais com pelo menos dois anos de antiguidade, etc.). Em 1951, este eleitorado foi quase duplicado (com a inclusão dos chefes de família, das mães de pelo menos dois filhos, dos reformados, etc.): passou, assim, a 2 376 468 eleitores inscritos. Voltou a ser alargado, nas eleições de 2 de Janeiro de 1956; mas o sufrágio universal sem restrições só foi instituído pela lei-quadro de 1956. As eleições para as Assembleias Territoriais, na Primavera de 1957, foram as primeiras a realizar-se por sufrágio universal.

O programa do RDA seria «reformista»?

À primeira vista, e graças à distanciação no tempo, estas declarações chocam pela sua moderação. A igualdade de direitos, a democracia e a liberdade não têm uma ressonância tão forte e clara como a independência e o direito ao autogoverno. Sékou Touré, em 1967, escreve que aqueles objectivos eram «reformistas», acrescentando, porém, um pouco mais adiante, que o RDA «era revolucionário, na medida em que foi o primeiro movimento a organizar-se e a possuir uma estrutura que se opunha à essência do facto colonial». Após o que, volta à primeira asserção e precisa-a melhor: «O RDA continha também, em si, desde o nascimento, a sua própria condenação: tinha-se integrado, deliberadamente, no sistema francês[9].»

Este juízo, aparentemente contraditório, feito por um dirigente africano que participou na acção militante do RDA desde as suas origens, só foi enunciado vinte anos depois dos acontecimentos. Na altura em que estes se verificaram, e perante a necessidade imediata de fazer qualquer coisa, teria sido, sem dúvida, mais difícil julgá-lo deste modo. Resta que a aparente ambiguidade deste juízo de 1967 reflecte bastante bem as ambiguidades reais da situação de 1946. Talvez não seja mau, para um melhor esclarecimento dos factos, partirmos do último parágrafo citado da Resolução de Bamako. Os promotores do Congresso viram-se de imediato confrontados com uma realidade talvez inesperada para eles, pelo menos a este nível: a existência, a partir desse momento, de divergências políticas internas, especificamente africanas. Com base num apelo à resistência contra a reacção colonialista francesa, poder-se-ia efectivamente esperar conseguir realizar uma frente única

9 Ahmed Sékou Touré, *L'Afrique et la Révolution*, Paris, Présence Africaine, s. d., pp. 41, 42 e 43, respectivamente; contudo, o volume reúne conferências feitas em diferentes datas, e este capítulo parece ser de fins de 1965.

dos colonizados, todos ameaçados, quaisquer que fossem as suas tendências particulares. Mais tarde, referir-se-á que Houphouët-Boigny declarara que, se Senghor e Lamine Gueye tivessem ido a Bamako, teria sido possível escrever uma página da história completamente diferente. Sem dúvida. Mas o problema não era apenas uma questão de pessoas ou de reacções individuais. Passada a Primavera da Libertação de 1945-1946, os dirigentes africanos mais conscientes verificaram imediatamente que um novo passo em frente, um avanço em direcção à independência, pressupunha a união da força política africana, a sua unidade frente ao colonialismo omnipresente e materialmente mais forte. Mas essa unidade tão necessária revela-se já quase impossível, ainda que, como virá a acontecer dentro em breve na África Negra, toda a gente, incluindo os dirigentes políticos mais opostos, gabe abstractamente os seus méritos.

É que a colonização, para além do seu rosto evidente, da sua ostentação de poderio militar, do enquadramento administrativo estrangeiro, da dominação económica estrangeira, assenta também em um ou vários sistemas de alianças e penetração no interior da sociedade colonizada. Com mais ou menos sucesso, de acordo com a natureza do terreno, é certo. Mas estas alianças são-lhe necessárias. Quando não encontra pela frente um país cuja estrutura estatal é o resultado de uma longa tradição histórica (como é o caso de Marrocos ou do Vietname), a colonização vai tentar fabricar os «interlocutores válidos» de que necessita: constituição na AOF de uma ordem de chefes * declarada tradicional, mas, de facto, constituída ou reconstituída pela administração colonial; encorajamento ou incitamento às rivalidades étnicas (a França vai tentar, na Guiné, jogar os Fulas contra os Malim-

* *Chefferie:* por vezes surge em português o termo «chefatura» (cf. a tradução portuguesa *Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento,* E. Evans-Pritchard e M. Fortes, editado pela Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1974).

kés; os Ingleses apoiar-se-ão nos Achantis, cuja confederação é reconstituída em 1924, mas com um rei, de que a Inglaterra conseguiu fazer instrumento seu, após o ter deportado, durante um quarto de século, para as ilhas Seychelles, etc.). Enfim, é possível fabricar, para tarefas de execução, uma classe média africana, de empregados de comércio e, nalguns casos, até de universitários. Mas todas as combinações imagináveis — e há muitas — se resumem, ao fim e ao cabo, na aplicação de um princípio geral: encerrar o país colonizado no quadro de estruturas arcaicas, que podemos qualificar, sem pretendermos atribuir à palavra o seu significado científico, de feudais, pelas subordinações anacrónicas que impõem. Esta foi a teoria abertamente formulada por Lord Cromer no Egipto e aplicada com brio por Lyautey em Marrocos (aliança com o Glaoui e com os senhores feudais do Atlas) e por Lugard na Nigéria (aliança com os senhores feudais do Norte). Secundariamente, pode acontecer que, num país que não seja uma colónia de povoamento, a colonização considere, ao mesmo tempo, economicamente menos dispendioso e politicamente mais eficaz fazer nascer uma camada de africanos «ocidentalizados» e aptos a desempenhar tarefas de execução de carácter económico (é o caso da colonização inglesa na África ocidental; o mesmo não acontece com a colonização francesa, mais fraca no plano económico — não por ser menos dura, mas por ser mais artesanal) ou de administração subalterna (o que fazem os Franceses). Estes dois métodos, um «feudal», o outro «moderno», parecem contraditórios, mas, precisamente devido a essa contradição, a sua combinação cria novas distorções na sociedade colonizada e perigosos obstáculos na marcha para a independência. Em suma, a luta nacional não pode triunfar sem se opor simultaneamente ao factor externo, que é o colonialismo, e aos factores internos (na realidade, consequência do primeiro) que contrariam essa luta.

De facto, o RDA vai ter que ultrapassar a resistência, quer dos elementos feudais ou arcaicos, em que a administração se apoia para fabricar «partidos» de acordo com as suas

conveniências, quer dos elementos «modernos», ocidentalizados; estes últimos, de que Lamine Gueye é um bom exemplo em 1946 no Senegal, estão muitas vezes ligados, em França, à SFIO, enquanto o recém-criado RDA se aproxima mais dos comunistas.

No entanto, esta luta interna que efectivamente todos os partidos nacionalistas da África Negra vão travar não se inscreve, ou só muito discretamente se inscreve, nos seus programas e declarações públicas. O que nestas últimas se afirma é que a população colonizada, no seu conjunto, é por diversas formas oprimida e que deve opor ao colonialismo a sua unidade. E isto é perfeitamente exacto, se tivermos em conta o estado de subordinação e de pesada inferioridade, mesmo dos elementos ligados à colonização. Todavia, à falta de uma perspectiva claramente enunciada deste problema, os dirigentes africanos vão ser levados a procurar constantemente a unidade com políticos do tipo de Senghor. O último parágrafo da Resolução de Bamako não constituirá apenas uma declaração de intenções: serão despendidos esforços enormes com o objectivo de conseguir a unificação das forças políticas nacionais, embora os resultados sejam nulos. Por outro lado, o próprio RDA, apesar de se ter mantido até 1957-1958 o destacamento mais importante e até à fundação do PAI o mais dinâmico dos partidos políticos africanos, não conseguirá reunir à sua volta essa quase unanimidade que o teria dispensado da necessidade de procurar compromissos. Porque as tentativas de um reagrupamento africano implicavam necessariamente a existência de compromissos, pelo menos se se queria atingir a independência salvaguardando aquilo que D'Arboussier, na reunião de 20 de Outubro de 1948 da Comissão Coordenadora em Dakar, contava entre os aspectos positivos da colonização francesa: a constituição de dois grandes conjuntos administrativos — a AOF e a AEF; com efeito, àquela data, era para todos evidente que a independência devia ser atingida no quadro desses conjuntos, e não por territórios, como veio a acontecer.

Compreende-se, assim, que a busca de unidade política, em 1946, equivalesse à busca de palavras de ordem e de um programa que exprimam, no seu aspecto mais geral, as aspirações dos Africanos, tais como se impõem a todos, na AOF e na AEF, como evidências quotidianas.

Três motivos de «gradualismo»

A formulação que se encontra no apelo de Setembro de 1946 — obter «condições liberais, democráticas e humanas» —, se não contém explicitamente a reivindicação da independência, não deixa de ser a expressão de uma realidade. Para os Africanos, assim como para qualquer povo colonizado, as aspirações imediatas podem resumir-se como a necessidade urgente de uma revolução de 1789: trata-se de conquistar todo esse conjunto de liberdades democráticas que a administração colonial, que delas fez chavões para fins de propaganda, nega aos colonizados. Se é verdade que em 1946 uma série de leis votadas na Constituinte dão, com efeito, satisfação a várias aspirações deste tipo[10], falta, contudo, impor a sua aplicação efectiva, o que não acontecerá sem luta, e falta igualmente conseguir a aplicação de várias reformas daí decorrentes. A consciência plena da necessidade e da possibilidade da independência irá surgindo pouco a pouco, através destes combates, parciais e específicos, quando se tornar evidente que as reformas não são suficientes (a menos que a impossibilidade ou dificuldade de as conseguir não venha a criar antes a convicção da necessidade de enveredar por outro caminho).

Finalmente, é necessário assinalar aqui a preocupação

[10] Lei de 11 de Fevereiro de 1946, suprimindo o trabalho forçado; decretos de 13 de Março e de 11 de Abril, garantindo os direitos de reunião e de associação; decreto de 20 de Fevereiro de 1946, abolindo o indigenato; lei de 7 de Maio de 1946, concedendo a cidadania francesa a todos os súbditos dos territórios ultramarinos; decreto de 30 de Abril de 1946, generalizando a aplicação do Código Penal Francês.

do RDA de conseguir alianças metropolitanas. A proximidade com o Partido Comunista Francês, que vai manter-se de 1945 a 1950, não é apenas um acordo com o partido mais forte nessa época; é também um acordo com o único partido francês para o qual, devido à sua doutrina, a liquidação do colonialismo é uma questão de princípio. Pode discutir-se, e não se tem deixado de o fazer, a forma como o partido aplica esse princípio; mas, afinal de contas, que outro partido francês, enquanto tal, está nesta época disposto a apoiar constantemente a luta de libertação dos povos colonizados? Que outro partido tem ao menos uma doutrina sobre esta questão — para além de uma prática, na melhor das hipóteses, cheia de concessões ao regime colonial? Ora esta aliança, que Houphouët afirmará, mas só muito mais tarde, ter sido puramente táctica, tem também por finalidade pôr em prática uma outra exigência da luta de libertação contra o colonialismo: é necessário atingir a opinião pública do próprio país colonizador, quebrar o muro de silêncio, conseguir que os inumeráveis crimes e exacções dos colonizadores não permaneçam para sempre desconhecidos ou camuflados.

Estes três tipos de motivação — a necessidade de ultrapassar as divergências políticas em África e reunir a massa da população, a necessidade de alargar as poucas liberdades conquistadas legalmente e a necessidade de conquistar para a causa africana pelo menos uma parte razoável da opinião pública francesa — desempenharam, sem dúvida alguma, um papel importante na determinação da linha política do RDA: conduziram-no a uma concepção «gradualista», por assim dizer, da libertação nacional. No entanto, uma curiosa coincidência cronológica dá que pensar e parece contradizer estas justificações.

Exactamente na véspera do dia em que foi publicado o apelo para o Congresso de Bamako, os deputados malgaxes promoveram uma conferência de imprensa (17 de Setembro de 1946). Eis as suas declarações: «Qual é a nossa tese? A independência, no quadro da União Francesa. A palavra

'independência' é terrivelmente chocante para alguns ouvidos, mas é uma palavra francesa, e mantemo-la. A independência malgaxe significa o reconhecimento e a afirmação de uma personalidade, de uma entidade malgaxe, significa a substituição da administração directa pela autonomia de gestão e pelo autogoverno[11].»

O papel dos massacres e da repressão colonial

Esta posição não era inédita. Já em 1945, durante a campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte, os deputados malgaxes Raseta e Ravoahangy se tinham apresentado sob a divisa programática «Restauração da Independência Malgaxe». E admite-se que a luta nacional pela independência malgaxe remonte pelo menos a 1929. Além disso, antes da ocupação estrangeira tinha existido, desde há muito, um Estado malgaxe. Às tomadas de posição sem ambiguidade dos dirigentes malgaxes, ao vigor do movimento nacional na ilha, o colonialismo (representado neste caso por dois SFIO, o ministro Moutet e o governador de Coppet, e por um MRP, o governador de Chevigné) respondeu com uma contra-ofensiva que culminou na expedição militar e nos massacres de Abril de 1947 (que se prolongaram por vários meses). Talvez os dirigentes do RDA, que não tinham atrás de si uma tradição de luta política na África Negra e que começavam apenas a lançar as bases da sua organização, tenham pensado que, dada a relação de forças existentes, seria preferível dar provas de uma maior maleabilidade. Nem o presidente do RDA, Houphouët-Boigny, nem aquele que vai surgir como o símbolo da tendência oposta, Senghor, podiam negligenciar as manifestações

11 Citação de acordo com o artigo de Pierre Boiteau «Moramanga, l'Oradour malgache», in *Nouvelle Critique*, n.º 51, Janeiro de 1954. Cf. também, no que se refere às origens do movimento nacional malgaxe, do mesmo autor: *Contribution à l'histoire de la nation malgache*, Paris, 1958, pp. 301-339, para o período entre as duas guerras.

da contra-ofensiva colonialista: o movimento nacional, ainda que não tenha sido aniquilado, foi, no entanto, brutalmente contido a tiros de metralhadora e de canhão, acompanhados de bombardeamentos aéreos em Janeiro de 1944, em Marrocos, e em Maio de 1945, na Argélia. Se o Vietname independente, nascido da revolução de Agosto de 1945, se manteve de pé, no entanto, a sua parte sul foi reconquistada e, em seguida, separada arbitrariamente do resto do país por uma decisão unilateral do almirante Thierry d'Argenlieu. Este último facto é já uma prova de que os procônsules coloniais continuam livres de agir à sua vontade, com a condição de posteriormente fazerem avalizar as suas decisões por Paris; vai ser assim ao longo de toda a IV República. A partir daqui, os políticos africanos têm de encontrar a sua própria resposta para a questão seguinte: estaremos em condições, estaremos preparados na África Negra, para o confronto directo e generalizado com o colonialismo? Será correcto precipitar esse confronto, ou, pelo contrário, deveremos utilizar todos os meios pacíficos para melhorar as nossas condições de existência e, ao mesmo tempo, aproveitá-los para lançar as bases de uma verdadeira organização política de massas? Estas preocupações, em si próprias, não podem ser apressadamente classificadas de «reformistas», nem mesmo desculpadas com o epíteto de «tácticas»; são, pelo contrário, uma prova da seriedade com que os dirigentes africanos encaram a sua tarefa.

Muito tempo depois, um dirigente RDA, ainda hoje em actividade, o presidente da secção RDA do Níger (Parti Populaire du Niger), Boubou Hama, defendeu nos termos seguintes a linha qualificada de reformista: «A técnica que, em plena época colonial, pretendia pôr o problema da independência nacional [...] teria dado origem, na África Negra, a uma dura repressão, se tivesse sido patrocinada por grandes movimentos como o RDA. Teria conduzido à destruição dos nossos quadros, muito raros em certos territórios, a um atraso e não a um avanço, à entrega das massas africanas sem guia, à

perniciosa infiltração dos defensores do colonialismo; aqueles que travaram deveras o combate anticolonialista, que o sentiram na carne, nos bens, e no sofrimento horrível das massas camponesas que os seguiam, esses compreendem hoje como foi justa a nossa táctica e eficazes as opções políticas que nos levaram da lei-quadro à autonomia interna[12].»

Não seria honesto subestimar os riscos reais que são aqui evocados retrospectivamente. Também Houphouët-Boigny justificou o seu recuo em 1950-1951 afirmando que, se as massas da Costa do Marfim estavam prontas a bater-se (não tinham elas, em Abidjan, em dado momento, projectado libertar os prisioneiros RDA, atacando a prisão a partir da lagoa?), o mesmo não acontecia com os quadros do partido, e sem estes nada era possível. De facto, era bem real a possibilidade de um esmagamento sangrento do movimento nacional na África Negra sob a dominação francesa, podendo ter como consequência um atraso de longa duração. Devemos recordar que ainda em Setembro-Outubro de 1958 foram feitos preparativos militares para esmagar o movimento nacional guineense (envio de pára-quedistas para as cidades, presença de um cruzador ao largo de Conakry) e que o empreendimento só não teve êxito graças à extraordinária disciplina das massas guineenses, que, correspondendo ao apelo do PDG, deixaram sem resposta a provocação, deixando-se roubar, insultar e por vezes esbofetear sem reagir. Em Março de 1959 encarava-se em Dakar o envio de uma expedição militar para reconquistar a Guiné independente — e reconhecida pela França desde meados de Janeiro —, quando esta ainda não dispunha de forças armadas! A preocupação dos dirigentes africanos de evitarem um combate desigual, em momentos em que não

12 Boubou Hama, *Enquête sur les fondements et la genèse de l'unité africaine*, Paris, 1966 (o manuscrito deve ter sido concluído em Junho de 1964), Présence Africaine, pp. 545-546. A data deste texto, extraído de uma conferência aos quadros do PPN, não é indicada, mas, pelo contexto, deve situar-se por volta do Outono de 1960.

dispunham de reservas políticas nem de um exército de quadros que pudessem revezar-se e continuar o combate, não pode, portanto, ser pura e simplesmente classificada de reformismo.

O que, em contrapartida, pode ser considerado reformista é, antes do mais, o facto de não se expor publicamente às massas africanas, para quem se apela, todo o conjunto destes dados e, simultaneamente, as conclusões práticas que deles resultam; o facto de não se conceber a articulação da luta a vários níveis e, em especial, de não se definir publicamente o objectivo mais vasto, por outras palavras, a independência[13], ao mesmo tempo que se especificam, como vimos, os objectivos imediatos; finalmente, reformista será não ecoar com suficiente rapidez as alterações produzidas na consciência das próprias massas. Em 1957 o RDA tornar-se-á evidentemente ultrapassado, mas já o vinha a ser desde 1949 e 1953.

O relatório D'Arboussier (1948) e o gradualismo

Ora descobre-se, através de um documento importante, publicado no fim de Outubro de 1948 em Paris — *Le Rassemblement démocratique africain dans la lutte anti-impérialiste*[14] —, que já em Bamako algumas vozes se tinham levantado reclamando a independência (p. 61). Mas o autor do relatório, apresentado a 2 de Outubro de 1948 perante a Comissão

13 No texto atrás citado, Boubou Hama reconhece, se bem que discretamente, este erro, nos seguintes termos, que precedem a citação feita: «A táctica que, em plena época colonial, pretendia pôr o problema da independência nacional era correcta quando dava às nossas populações a ideia da nação, quando acordava as consciências, tendo em vista a libertação nacional. Passava no entanto despercebida, tanto mais que era apenas propalada por uma minoria de estudantes irresponsáveis» *(sic)*.

14 Trata-se de uma brochura intitulada *Au service de l'Afrique noire*, Paris, datada de 21 de Outubro de 1948. É um dos raros documentos do RDA do período colonial publicados sob esta forma, pelo que conheceu maior divulgação.

Coordenadora reunida em Dakar, D'Arboussier, é o próprio a declarar que, entre «as reivindicações comuns a todos estes homens com diferentes origens e ideologias, a primeira é a luta pela aplicação: «*a*) do princípio fundamental do direito dos povos a disporem de si próprios...» (p. 48).

Do mesmo modo, o relatório fala mais adiante «da posição fundamental do RDA, de luta contra o colonialismo» (p. 56). E, finalmente, esta profissão de fé, em resposta às sugestões do governador-geral Béchard (SFIO, como se sabe), que «aconselhava» os Africanos a não fazerem política em demasia: «Não deixaremos de fazer política, politicizaremos as nossas assembleias, porque sempre reivindicámos para os [representantes] eleitos o direito de controle e de gestão sobre os diversos problemas do país, exercendo-se este através da política» (p. 71). Qual é, portanto, o conteúdo real das passagens citadas se não a reivindicação da independência? E poderíamos facilmente aumentar a lista de citações e fazer referência, entre outras coisas, a vários artigos de D'Arboussier contra Senghor, alguns meses mais tarde. Mas então não haverá identidade entre as vozes que se exprimiram em Bamako e o que diz aqui, pela voz de D'Arboussier, a direcção do RDA?

Na realidade, um exame atento deste documento confirma que não há qualquer identidade. E a utilização de perífrases e o rebuscado do verbo — que farão escola na África francófona — não conseguem ocultar uma diferença radical. O objectivo do RDA, declara D'Arboussier, é «a emancipação dos nossos diferentes países do jugo colonial, pela afirmação da sua personalidade política, económica, social e cultural e pela adesão, livremente consentida, a uma união de nações e de povos baseada na igualdade de direitos e deveres» (p. 48). Mais adiante esforça-se por responder a certas objecções: «Longe de nós a ideia de ignorar tudo o que há de defeitos e contradições na União Francesa, tudo o que há de vontade de mistificação indubitável ou de oposição por parte de alguns metropolitanos, em relação a uma união baseada na

igualdade de direitos e de deveres, tudo o que comporta de perigos semelhante fórmula aplicada unilateralmente, tudo o que há de camuflagem do pacto colonial por detrás desta fachada generosa.

Mas isso em nada contradiz o princípio fundamental da aliança entre o proletariado e as massas colonizadas, pelo imperialismo capitalista, e a possibilidade de realizar esta aliança no quadro da União Francesa» (p. 61).

Ora, em 1948, a reacção está no poder em França e, na realidade, aí se vai manter (excepto talvez durante o breve período de Julho de 1953, em que foram concluídos os acordos de Genebra). A União Francesa em 1948 é, portanto, chefiada e governada pelos ministros reaccionários (pouco importam as suas etiquetas políticas, variáveis, e o predomínio do MRP sobre a SFIO, que tem um certo ar de questão de família), ao serviço de um Estado capitalista. Que significação tem, nestas condições, o princípio da aliança entre os povos colonizados e o proletariado do país colonizador? O proletariado francês — pelo menos todas as suas forças em luta — está na oposição e a União Francesa faz-se sem ele e contra ele. A aliança em causa só pode ser, portanto, aliança de duas forças de oposição, uma em França, outra no ultramar, e não se refere à adesão à União Francesa real, a cujos destinos presidem o ministério da Rua Oudinot e, mais do que este, os governadores-gerais da IV República. A adesão à União, para poder ser livremente consentida, pressupõe um requisito prévio e lógico: a própria independência — caso contrário, de que liberdade se poderá falar? Poderia, em rigor, bastar o reconhecimento do direito à independência? Mas o próprio reconhecimento será apenas formal — como se viu bem em 1958 —, enquanto não desapareceram as pressões incessantes do exército e da polícia coloniais. E depois, que significa «a emancipação do jugo colonial» se não a independência política? Qualquer outra interpretação destas palavras corresponde a tornar possíveis todas as mistificações.

Ou então será forçoso admitir que estas linhas, no fundo,

têm uma significação diferente daquela que parecem ter. O estado das relações de aliança entre o RDA e o PCF nesta data, assim como as justificações de Houphouët dois anos mais tarde, quando rompe essa aliança, impõem uma segunda interpretação. A União Francesa, sob a égide dos reaccionários, é, de facto, um mal, mas a esquerda francesa — isto é, os comunistas — pode voltar a fazer parte do governo, e assim a aliança e a livre adesão tornar-se-ão de novo possíveis. O PCF, empenhado, ao longo dos anos que medeiam entre 1947 e 1953, numa luta severa contra a reacção no poder, contra a «suja guerra» do Vietname, contra o imperialismo americano e as suas tentativas de satelitização da França, fixa como objectivo o regresso ao governo, no quadro de uma outra política, bem entendido. Como se sabe, vinte anos depois, ainda o não conseguiu. Ora, a partir de 1950, Houphouët, considerando o problema de um ponto de vista estritamente pragmático, explicará que tal aproximação deixou de ter razão de ser, uma vez que já não serve os interesses imediatos dos Africanos: os comunistas franceses, continuando na oposição, não podiam oferecer nada de concreto aos Africanos, enquanto na altura do Congresso de Bamako, em 1946, o seu auxílio era ainda eficaz. A explicação de Houphouët faz-nos pensar que a aliança tinha sido mantida, após a eliminação dos comunistas do governo, simplesmente porque se contava com o seu regresso a curto prazo.

O aspecto táctico das decisões de Houphouët ressalta claramente do próprio texto do documento que anunciava o fim da aproximação com o PCF, isto é, o comunicado de 19 de Outubro de 1955 do grupo parlamentar RDA: «Os membros do RDA eleitos para as várias assembleias metropolitanas, verificando que a acção comum de todos os eleitos pelos territórios do ultramar, com base num programa preciso, é a melhor fórmula para a defesa dos superiores interesses da África, decidem, com o propósito de favorecer essa união, desligar-se dos grupos parlamentares metropolitanos, aos quais, até esta data, estavam ligados.»

Quanto à acção comum, não seria a do RDA com a do grupo dos independentes do ultramar de Senghor que iria realizar-se, mas sim a do RDA com o partido metropolitano da UDSR (Union Démocratique et Socialiste de la Résistance), dirigida por François Mitterrand. Este último foi, sem dúvida, o verdadeiro encenador da operação, tendo, segundo alguns, concluído em Maio de 1950 um acordo secreto com Houphouët. Em todo o caso, e sem o mínimo disfarce, as vantagens a curto prazo prevalecem sobre os objectivos fundamentais; a táctica pura, sobre os princípios.

O facto de D'Arboussier ter então contestado a análise de Houphouët esclarece as divergências entre ambos no período 1950-1956, mas não nos obriga a renunciar à nossa interpretação em relação ao significado do seu relatório de 1948. Se admitirmos que esta interpretação se baseia na esperança de um regresso ao poder a curto prazo da esquerda francesa, devemos igualmente reconhecer que havia aqui graves confusões. Em primeiro lugar, porque o PCF exigia voltar a fazer parte do governo, mas não tomar ele próprio o poder; assim, não havia nenhuma razão para pensar que a presença de ministros comunistas no governo bastaria para pôr termo ao imperialismo francês: poderia apenas atenuar as suas consequências mais insuportáveis. Em seguida, porque, mesmo no caso de a esquerda voltar ao poder em Paris, «a união livremente consentida», nem por isso deixaria de exigir o reconhecimento prévio da independência.

É, portanto, evidente que o RDA, na época da aproximação com os comunistas franceses, não se fixa como objectivo a independência reivindicada já pelos Malgaxes e por alguns africanos, mas sim a realização de reformas «emancipadoras» no quadro da União Francesa. Nesta linha, o RDA é levado a procurar termos e fórmulas novos, mas de sentido incerto: emancipação, afirmação da personalidade, etc. Estes conceitos vão passar, mais tarde, de D'Arboussier para Sékou Touré e outros. Mas, através desta linguagem elegante, se bem que pouco satisfatória para o espírito, já não é a ideologia

marxista, de que se reclama, contudo, D'Arboussier, que ouvimos, mas muito simplesmente o eco africano de Jaurès. E, para o fim do seu relatório, D'Arboussier fala claro. Os militantes do RDA devem colocar-se à cabeça das massas «para provocar o necessário derrubamento da política dos sucessivos governos [franceses], dirigida alternadamente contra a classe operária francesa e contra os povos do ultramar, de forma a permitir a constituição de um verdadeiro governo de união democrática e anticolonialista [ainda, em França], que se apoie, ao mesmo tempo, nos operários e nos democratas franceses de todas as condições e nos povos ultramarinos, porque este derrubamento da política governamental é a condição primordial da retomada da nossa marcha em frente, rumo à liberdade e ao progresso» (p. 74).

Aqui já não há qualquer equívoco: a independência africana só chegará na medida em que houver um governo de esquerda em Paris. No plano imediato, esse objectivo futuro e condicionado não é afirmado claramente.

Marxismo e classes sociais no relatório de D'Arboussier

Além disso, a utilização do marxismo neste mesmo relatório projecta alguma luz indirecta sobre a concepção da marcha para a independência. Mencionemos, de passagem, uma curiosa citação não referenciada: «Ora, se a felicidade absoluta não é deste mundo, se, como diz Marx, 'um reino da necessidade há-de subsistir', não é menos verdade que o reino da liberdade se alarga, dia a dia, pela eliminação das injustiças sociais, que constituem os obstáculos essenciais à felicidade do homem[15]» (p. 42). É assim, curiosamente, posto

[15] Esta referência a Marx parece-me remeter para a seguinte passagem, muitas vezes utilizada, mas muitas vezes também deformada, de *O Capital* (Éditions Sociales, VIII, pp. 198-199): «Na realidade, o reino da liberdade começa apenas no ponto em que se deixa de trabalhar por necessidade e circunstâncias impostas do exterior; situa-se, portanto, por natureza, para além da esfera da

em causa o optimismo avassalador mas lúcido de Marx, substituído por um optimismo ingénuo, não dialéctico, que é a cobertura ideológica da táctica gradualista na marcha para a independência: aumentando a liberdade pouco a pouco (através, por exemplo, da supressão do indigenato e do trabalho forçado, da extensão do direito de voto, etc.), acabar-se-á, de progresso parcial em progresso parcial, por chegar, mais ou menos pacificamente, à independência política (e à união, por fim, «livremente consentida»). Mas isto não é tudo.

Começando por afirmar que os factos «justificam, de modo fulgurante, a teoria científica do marxismo» (p. 41), D'Arboussier precisa logo a seguir que é o «aspecto social e económico» do marxismo, e não «o seu aspecto filosófico», que pode e deve ser conservado pelo RDA. Esta cisão do marxismo deixa-nos perplexos, mas trata-se, na realidade, de não inquietar e isolar os aderentes do RDA com uma insistência intempestiva no ateísmo marxista. Mas os aspectos «social e económico» do marxismo impõem uma análise das forças sociais africanas, das relações de classe. Esta análise, fortemente influenciada pelo formulário da época stalinista, conduz à conclusão de que «os objectivos essenciais actuais (portanto, a emancipação e o fim do jugo colonial, de que já nos ocupámos antes) são comuns a todas as classes e camadas da sociedade» (p. 46). Devemos também ver o estado em que se encontram essas «classes e camadas». Antes do mais, «devido ao considerável atraso económico dos territórios africanos, o proletariado destes países é extremamente fraco». É verdade;

produção material propriamente dita. Assim como o homem primitivo tem de lutar contra a natureza para prover às suas necessidades, manter-se vivo e reproduzir-se, o homem civilizado, também ele, é forçado a fazê-lo, quaisquer que sejam a estrutura da sociedade e o modo de produção ... Neste domínio, a única liberdade possível está em que o homem social, os produtores associados orientem racionalmente as suas trocas com a natureza. Mas esta actividade constituirá sempre o reino da necessidade. É para além dela que começa o desenvolvimento das forças humanas como fim em si, o verdadeiro reino da liberdade ...»

no entanto, é necessário sublinhar que essa fraqueza é muito mais nítida na África sob dominação francesa do que na África sob dominação inglesa, que, contudo, lhe fica próxima[16]. De qualquer forma, a observação é correcta, apenas com esta restrição, no que se refere ao conjunto da África Negra colonizada. Contudo, esse proletariado embrionário tinha já entrado na história, tanto na África anglófona, com as greves da Serra Leoa em 1919 e 1917 e a greve geral da Nigéria em 1945, como na África francófona, com a longa greve dos ferroviários da linha férrea Dakar-Níger no Inverno de 1947-1948[17]. Tinha havido, em Abril de 1957, a Conferência Sindical de Dakar. O relatório de D'Arboussier não diz uma única palavra sobre estas primeiras acções do proletariado africano, tal como nem sequer encara as perspectivas de crescimento da classe operária. Mas eis a continuação: «Por conseguinte, mais ainda do que nos outros países coloniais, a questão colonial na África Negra francesa é, no fundo, uma questão camponesa.» Uma vez saudada de passagem a africanização de uma célebre fórmula de Staline, esperaríamos ver especificadas as formas de exploração sofridas pelos camponeses negros,

16 No conjunto da AOF, em 1947, para uma população de cerca de 18 milhões de habitantes, haveria 232 000 assalariados (segundo Jack Woodis, *The Roots of Revolt*, 1960, p. 114). Este número engloba tanto os pequenos funcionários africanos e os empregados das casas comerciais como os operários: o número destes últimos era, portanto, muito reduzido. Em 1958, no momento da independência, na Guiné havia apenas cerca de 30 000 assalariados, numa população de mais de 2 milhões e meio de habitantes. No entanto, os números disponíveis para os territórios sob dominação inglesa são nitidamente superiores: segundo a mesma fonte, no Ghana havia, em 1953, 216 000 assalariados em cerca de 6 milhões de habitantes, e na Nigéria, 500 000 (numa população de pelo menos 36 milhões de habitantes, é verdade).

17 A greve durou de 10 de Outubro de 1947 a 19 de Março de 1948 e terminou com uma vitória. Foi dirigida por sindicalistas africanos, entre os quais pelo menos um estava ligado à SFIO senegalesa. Um escritor senegalês descreveu essa greve sob a forma de romance, que é uma das obras fundamentais da literatura africana de língua francesa. Trata-se de *Bouts de bois de Dieu*, de Sembène Ousmane (Le Livre Contemporain, 1960).

saber se há entre eles camadas distintas e se este campesinato compreende ou não operários agrícolas (há-os, com efeito, nas plantações dos colonos franceses ou dos membros do embrião de burguesia rural africana da Costa do Marfim), etc.; mas nada disto se encontra no relatório. No entanto, o problema essencial consiste em saber se essa questão camponesa poderá ser politicamente resolvida só pelas forças do campesinato ou se este último não irá, como é regra geral, seguir uma direcção definida por outras «classes ou camadas» ... Nenhuma resposta nos é dada. «Além disso, devido ao carácter absolutamente mercantil da exploração das populações (uma vez mais, mercantil aplica-se à África sob dominação francesa, e aplica-se muito menos aos territórios sob dominação inglesa) e devido também aos métodos de administração directa utilizados pelo colonialismo, todas as classes, incluindo a jovem burguesia dos nossos países e os quadros tradicionais, sofrem, mais ou menos impacientemente, o jugo imperialista que pesa sobre elas.» Em que consiste concretamente essa burguesia que aqui nos surge, de resto timidamente? Ficamos sem o saber, embora mais adiante sejam abordadas as contradições entre as classes africanas, que alguns, segundo D'Arboussier, têm tendência a sobrestimar. Em contrapartida, regista-se uma lacuna: a *intelligentsia* em formação da África Negra francófona, tanto da que nessa data assume a direcção política como da que se está a formar em Paris. Do mesmo modo, ficamos sem saber se os pequenos funcionários (professores primários, agentes do Tesouro, etc.), de que o próprio regime colonial necessita, devem ser incluídos no proletariado ou se se encontram apenas ausentes da classificação.

De qualquer maneira, são bem visíveis as conclusões políticas desta análise: não há classes sociais fortemente constituídas na África Negra e, assim, a luta pela emancipação deve unir e mover todas as categorias profissionais e sociais. Cerca de dez anos mais tarde, Sékou Touré dirá a mesma coisa, com uma diferença: vai formular com muito mais vigor a tese da ausência de distinções e de conflitos de classe em

África. Mas daí resulta também que o regime colonial surge na totalidade como uma força exterior e que os seus esforços para se garantir certas alianças no interior da sociedade colonizada são tratados negligentemente como epifenómenos. As divergências em relação a outras forças políticas africanas resultariam, por consequência, de mal-entendidos ou de uma tomada de consciência insuficiente. Na prática, estas conclusões vão ver-se negadas pela luta contra os quadros ao serviço do colonialismo (sobretudo os chefes de cantão) e pela violência das polémicas políticas. Mas a ambiguidade assim criada persistirá, particularmente por altura das numerosas e infrutíferas tentativas de reagrupamento (em 1957-1958, mas também depois de 1960).

Que vai, portanto, acontecer à ideia da independência no quadro desta tentativa de análise marxista? É difícil desfazermo-nos da ideia, sugerida mas não expressa, de que, no fundo, seria melhor para a África Negra não abordar o problema da independência senão depois de o seu proletariado se ter fortalecido e desenvolvido, pois até lá deveriam continuar os progressos da emancipação ou, por outras palavras, a conquista das liberdades democráticas burguesas. É certo que nada disto está enunciado no relatório, e de resto a análise citada visa sobretudo mostrar a necessidade da união e de se adaptarem formas de organização suficientemente maleáveis. Contudo, prolongando as linhas traçadas no relatório, pode-se chegar à concepção, em suma, de uma independência diferida até «à transformação da vida económica e social do nosso meio social».

Um último ponto se presta à discussão: o papel da política internacional. O relatório de D'Arboussier começa, com efeito, por uma exposição da situação mundial, que se inspira fielmente no célebre Relatório Ydanov, de 1947, e insiste na ameaça de guerra mundial, na divisão do Mundo em dois campos e, portanto, no facto de a própria África não poder colocar-se fora dessa situação. Ora, sabe-se que, na base desta análise (que assentava em factos reais), muitos dirigentes comu-

nistas temiam ver o imperialismo americano estender a sua influência a coberto de independências mais ou menos fictícias e da saída de certas colónias da órbita das velhas potências coloniais para passarem a ficar sob a hegemonia americana. E a verdade é que qualquer país subdesenvolvido que de repente se torna independente pode sentir a atracção do dólar: mas será isso razão suficiente para se abandonar o princípio do direito dos povos à autodeterminação?

Demorei-me mais na análise deste documento porque fixa temas e um estilo que iremos encontrar muitas vezes nos textos dos políticos africanos[18]. Vai ser longamente discutida a ausência de classes em África, vai-se voltar à distinção entre o ateísmo marxista e a teoria económica marxista e, sobretudo, o problema chave da independência vai continuar a ser abordado por linhas travessas até cerca de 1957-1960. Mais ainda, a ligação, aqui afirmada, entre a política francesa e o percurso da África vai continuar a ser um tema essencial, embora em condições inteiramente diversas das que o RDA esperava, em 1948: hoje, o tema surge em relação com o gaullismo.

Os estudantes africanos a favor da independência: o artigo de Majhemout Diop (1953)

Para encontrarmos francamente proclamada a exigência da independência, temos que saltar cinco anos no tempo e voltar a Paris. Com efeito, é na recolha de textos, publicada em Dezembro de 1953 pela Présence Africaine, com o título *Les étudiants noirs parlent,* que esta exigência é finalmente proclamada (depois de o ter sido, é verdade, em alguns textos anteriores, por Cheikh Anta Diop). E é proclamada em vários artigos, mas especialmente no de um estudante de Medicina

18 Assim, para darmos um exemplo que ultrapassa o âmbito deste capítulo, Sékou Touré, na sua mensagem ao Congresso de Roma de 1959, retomou textualmente algumas linhas da conclusão deste relatório.

que será, quatro anos mais tarde, um dos fundadores do PAI: Majhemout Diop. O artigo intitula-se: «L'Unique issue: l'indépendance totale. La Seule voie: un large mouvement d'union anti-impérialiste»[19]. A primeira parte retoma sucintamente o tema do processo do colonialismo a que Césaire dará, alguns meses mais tarde, a sua expressão clássica, no que se refere à África, com o *Discours sur le colonialisme* *. Mas Diop não procura tanto apresentar um quadro dos horrores e atrocidades coloniais como tornar evidente a sua essência: «Colonialismo igual a empresa capitalista», lembra ele (p. 145). Assim, «Commonwealth e União Francesa não são nem podem ser inovações de fundo. Não passam de simples modificações de forma» (p. 146). E imediatamente se põe a questão fundamental: que fazer? «Mas como lutar contra esta exploração? Deverão os povos africanos trabalhar por uma independência, política e económica, completa, ou deverão, antes do mais, procurar estabelecer o reino da Justiça e da Igualdade, tanto em matéria de direitos como de deveres? Por outras palavras, o objectivo da luta é a independência ou a assimilação integral?» (p. 147). A resposta surge imediatamente: a assimilação é utópica[20] e, ao mesmo tempo, indesejável (e Diop apela aqui, com muita pertinência, para o testemunho de Montaigne, no célebre capítulo «Des coches»). Resta, portanto, a indepen-

19 O artigo citado vai da p. 145 à p. 184 de *Les étudiants noirs parlent;* o de Albert Franklin, «Le Paternalisme contre l'étudiant africain», adiante citado, vai da p. 71 à p. 82.

* Tradução portuguesa: *Discurso sobre o Colonialismo,* Sá da Costa, Lisboa, 1978.

20 A teoria da assimilação desempenhava, para o colonialismo francês, uma função de propaganda ideológica, tanto em relação aos Africanos como à opinião pública francesa. No que se refere ao seu conteúdo real, podemos reter a conclusão de Suret-Canale (*Afrique noire,* II, 116): «A assimilação tinha uma significação absolutamente negativa: suprimia ou ignorava as estruturas políticas especificamente africanas e a cultura africana, para as substituir pelas estruturas coloniais e pelo ensino colonial; era algo de 'francês', sem dúvida, mas profundamente diferente do que existia na metrópole.»

dência: «Porque o desejo de independência é actualmente o único denominador comum entre os adeptos de todas as doutrinas, de todas as ideologias, de todas as religiões africanas. Apela apenas para o desejo, que cada um sente, de viver livre; trata-se simplesmente de querer a independência da África e de trabalhar nesse sentido. Esta União apenas exclui os que pensam que a escravatura há-de durar eternamente e que mais vale servir fielmente os senhores estrangeiros, contentando-se com os seus restos como recompensa, e também os que se comprazem em sonhos idealizados de assimilação integral.

Para além desta frente de luta, nenhuma doutrina, seja ela qual for, é capaz de unir todos os africanos sob a mesma bandeira» (p. 150).

Quanto à União Francesa, não pode de maneira alguma ser vista sob a forma de um quadro que bastaria melhorar para o fazer incluir a emancipação futura. Traduz-se pela entrada, na Assembleia Francesa, de um punhado de parlamentares africanos, e é tudo. «Compreende-se, portanto, que não é enviando parlamentares, eternamente em minoria, para a Câmara que resolveremos as nossas dificuldades. É preciso que todo o povo saiba, bem como os nossos parlamentares, que tal meio não passa de um mal menor e que não se deve esperar dele o fim dos nossos males. É apenas, e quando muito, um meio de conquistar maiores liberdades. O único objectivo verdadeiro é a independência completa» (pp. 160-161).

Em seguida, é abordada a questão da Unidade Africana, passando-se depois às perspectivas anticapitalistas da luta pela independência. Para lá da independência, o objectivo final é efectivamente o socialismo, mas «a revolução social não pode ser, de maneira nenhuma, anterior à revolução nacional» (p. 177). Finalmente, o ensaio redefine as bases da aliança nacionalismo africano-comunismo metropolitano (aliança quebrada pela direcção do RDA, mas a que os jovens intelectuais africanos, bem como numerosos militantes em África, permanecem profundamente ligados) e proclama que o «anti-comunismo é o pior dos absurdos» (p. 183).

O artigo de Diop é, sem dúvida, aquele que, de toda a recolha, põe o problema da independência com maior rigor político[21]. Mas todo o volume se encontra impregnado do mesmo espírito, seja qual for o assunto abordado. Deve citar-se ainda a seguinte passagem, extraída do artigo do estudante do Togo Albert Franklin, «Le Paternalisme contre l'étudiant africain»: «O melhor dos paternalistas sente uma repugnância delicada, pela palavra 'independência', quando pronunciada pelo colonizado. Não admite a liberdade do território colonizado a não ser na medida em que este se integrar numa União com a metrópole. Por outras palavras, não concorda com o direito à separação de um território que 'liberta'. Poder-se-á dizer que se é pelo direito dos povos a disporem de si próprios enquanto, ao mesmo tempo, se lhes recusa o direito à separação? Não há dúvida de que o direito à separação não deve significar a obrigação da separação, uma vez que a separação, 'em si', não é fatalmente boa, e que os seus efeitos favoráveis são função das condições históricas em que se processa; mas cabe ao próprio colonizado definir os seus interesses. Escolher em seu lugar e forçá-lo a aceitar essa escolha revela, portanto, uma necessidade de dominação» (p. 73).

Através destas linhas de dois dos mais dotados estudantes africanos dos anos cinquenta, reconhece-se facilmente o retomar de uma doutrina sobre a questão nacional e colonial, que é a de Lenine. Voltamos a encontrar aqui em filigrana a ideia fundamental, segundo a qual, enquanto se mantiver a dominação estrangeira, os conflitos de classe, no interior da sociedade colonizada, se encontram necessariamente camuflados e atenuados pelas próprias exigências da luta pela independência (com as facilidades que essa luta oferece à burguesia nacional, se a houver, de unir, sob a sua direcção, as outras

21 Tem também um interesse especial, na medida em que é o único a referir-se, e por três vezes (pp. 159, 162 e 165), à brochura de Nkrumah: *Towards Colonial Freedom*, de que apenas circulavam exemplares roneotipados; esta brochura data de 1947.

classes do povo colonizado); em compensação, segundo a mesma tese, é a partir do momento em que se atinge o objectivo nacional que os conflitos de classe se revelam no interior da nação ex-colonizada e que se torna possível a marcha para o socialismo. Lenine, como se sabe, proclamava também a imperiosa necessidade de o proletariado das grandes potências imperialistas reconhecer, sem reservas e através da sua acção, o direito dos povos dominados e colonizados à independência. Os estudantes africanos, se bem que não brandam a torto e a direito o estandarte e as citações do marxismo, parecem estar mais próximos das teses clássicas do marxismo-leninismo do que D'Arboussier em 1948.

Em primeiro lugar, mais próximos pelo tom e pelo estilo, o que não pode deixar de nos impressionar numa primeira leitura. Em vez de procurarem fórmulas, sabiamente equilibradas, que deleitam o ouvido, mas cuja significação concreta permanece incerta, os estudantes africanos nacionalistas lançam afirmações inequívocas, palavras de ordem de acção directamente compreensíveis e, sobretudo, em vez de buscarem perífrases ou sinónimos, utilizam finalmente as palavras correctas; não têm medo das palavras proibidas pelo colonialismo (independência é, evidentemente, uma delas) nem do vocabulário marxista. Posteriormente, a linguagem dos estudantes africanos tenderá a criar a sua própria retórica e, por vezes, a substituir os factos por palavras terminadas em *ismo*, mas nunca perderá uma inegável eficácia na preparação da independência e dos acontecimentos decisivos da Guiné e do Mali. Mesmo os defeitos e os excessos da ofensiva dos jovens intelectuais devem ser olhados como uma contrapartida, necessária e inevitável, dos excessos de precaução e de prudência daqueles a que eles chamam, na maioria das vezes, os parlamentares. De facto, observam-se aqui duas orientações profundamente diferentes; diferença em que é necessário insistir, porque a continuação dos acontecimentos, a chegada ao poder dos «parlamentares», a adesão de um certo número de ex-estudantes tenderam a camuflar ou atenuar aos olhos da história o

contraste existente. Mas nada do que possa em seguida ter acontecido a uns e a outros (que é feito, por exemplo, de Albert Franklin?) pode retirar seja o que for à contribuição ideológica da juventude estudantil africana dos anos cinquenta.

Independência, interdependência e conteúdo da independência

Deve sublinhar-se que, se o tema da independência é colocado em primeiro plano, toda a recolha de textos mostra que a definição desse objectivo prioritário se insere numa estratégia global que pretende dar à independência futura um conteúdo, no mínimo, anticapitalista. Em todos os domínios — cultural (a contestação, como diríamos em 1968, da Universidade colonialista é aqui levada a efeito por Mongo Beti), económico (tratado por Assane Seck, futuro dirigente do PRA — Senegal), político (ao lado do artigo de M. Diop, há que mencionar o do poeta David Diop) —, os estudantes negros reivindicam a independência, não sob a forma de uma simples transferência do poder dos dirigentes coloniais para os dirigentes africanos, mas sim como uma ruptura qualitativa com o regime colonial, sob todos os seus aspectos. Esta ruptura não significa necessariamente, sugere-se, o isolamento total em relação à Europa ou às antigas metrópoles; mas as relações futuras devem ser redefinidas a partir da independência, e não como ponto prévio, e devem, também elas, mudar de conteúdo.

A linha que continuará a ser a do RDA, não só até à independência, mas para além dela (salvas as excepções da Guiné e do Mali), situa-se, sob este aspecto, num terreno completamente diferente. Pretende prever, desde logo, as relações futuras entre os territórios independentes e a potência colonizadora; orienta-se pela preocupação das eventuais condições de desenvolvimento destes países pobres, mas não consegue imaginá-lo de outro modo senão através da continuidade do auxílio das potências industriais ou, por outras palavras, imperialistas. Num primeiro estádio, isto é, até à ruptura

com o PCF em 1950-1951, a preocupação de manter ligações com certas forças políticas e sociais da metrópole inscrevia-se numa perspectiva internacionalista marxista; mas a continuação do processo ia tornar evidente o carácter superficial dessa adesão ao marxismo, enquanto as virtualidades oportunistas e reformistas, já contidas nas posições tomadas em 1946-1950, se iriam desenvolver em toda a sua amplitude. A independência eventual ou real constitui apenas uma modificação jurídica das relações África-metrópole, e não uma ruptura radical dessas relações. É certo que em 1953 não se chegou ainda a um enunciado sem ambiguidades desta orientação profunda. Mas, no fundo, a ideia que explica a linha do RDA, dirigido por Houphouët, é a que este proclamará, em 1957, perante Nkrumah, no momento em que o Ghana acaba de alcançar a independência, enquanto nos territórios franceses se está ainda numa espécie de autonomia vigiada: «Tendo em conta o imperativo do século: a interdependência dos povos, a que nenhuma potência pode pretender escapar», Houphouët contenta-se com construir, juntamente com a França, «uma comunidade nova, humana, igualitária e fraterna».

A interdependência dos povos corresponde aqui ao princípio que, mais cinicamente, Guy Mollet opunha, na mesma época, ao princípio do direito dos povos a disporem de si próprios; não se trata de uma versão rejuvenescida do internacionalismo proletário; em matéria de igualdade, só pode levar à consagração da desigualdade real existente entre os países imperialistas desenvolvidos e as colónias ou ex-colónias subdesenvolvidas. Eis a lógica inelutável que do colonialismo levará ao neocolonialismo.

Mas este princípio da interdependência, admitido tanto por Houphouët como por Senghor (não propõe este último, em 1955, uma União Francesa, baseada nas «solidariedades de interesses»?)[22], envolve uma concepção burguesa e capitalista do desenvolvimento posterior dos países africanos. A permanência de ligação às velhas potências coloniais é a consequência de uma perspectiva de desenvolvimento que obedece aos modelos fornecidos por essas mesmas potências; e os objectivos democráticos, evocados pelo relatório de D'Arboussier, constituem igualmente nesta etape condições necessárias para o processo de formação de uma burguesia africana. O facto de esta burguesia (que não será, de facto, mais do que uma pequena burguesia, completada por uma casta burocrática), uma vez no poder, ter feito pouco caso dos princípios democráticos ideais, não ter tolerado senão a sua própria imprensa, ter suprimido, na prática, a liberdade de expressão e de associação, não deve fazer-nos esquecer que tinha necessidade de certos direitos democráticos *para si* e que efectivamente os conquistou.

Simplesmente, a coerência do projecto gradualista só se revela se a captarmos por meio da reflexão; não é explícita, nem pode sê-lo, na exacta medida em que tinha necessidade de mobilizar em seu proveito forças sociais que aspiravam a uma liberdade e a uma independência efectivas. Pelo contrário, o projecto dos estudantes pode e deve afirmar-se explicitamente e proclamar os seus objectivos sem ambiguidades nem subterfúgios. A diferença de estilo, imediatamente perceptível, é bem o sinal de uma abordagem radicalmente diferente do problema.

Lutas ideológicas dos estudantes africanos (1953-1959)

Ora, chegar a estas concepções novas, tais como são enunciadas na recolha da Présence Africaine e como, mais tarde,

22 Secretário de Estado da Presidência do Conselho, no ministério Edgar Faure de 1955, Senghor tinha presidido, nessa qualidade, aos trabalhos de uma comissão de juristas encarregada de propor modificações à Constituição de 1946 e mais particularmente ao seu título VIII (União Francesa). Entregue no fim de Julho de 1955, o relatório da comissão foi analisado por Senghor, num artigo publicado pela revista *Politique étrangère*, em 1956, n.º 2 (Março-Abril): «A União, deixando de ser coerciva, só pode basear-se nas solidariedades de interesses», escreve ele nesse artigo.

vão ser fixadas em palavras de ordem de acção nas resoluções do VIII Congresso da Federação dos Estudantes da África Negra em França (FEANF), em Dezembro de 1957, é um resultado que não foi obtido sem lutas internas de toda a espécie. Enquanto o RDA, a partir de 1948, apresentava uma visão algo idílica da fusão natural de todas as forças sociais da África Negra num único agrupamento e, ao mesmo tempo, declarava os debates ideológicos vazios de sentido, os estudantes, pelo seu lado, aprendiam, através da sua experiência quotidiana, que a unidade só podia ser fruto de uma luta ideológica intensa e de discussões e debates incessantes. Ao mesmo tempo que se esforçavam por ultrapassar politicamente as suas próprias contradições internas, tinham de reconhecer a existência dessas contradições e abordá-las frontalmente. Desses múltiplos debates, cuja história está ainda por fazer, subsiste um testemunho irrecusável: a advertência, colocada no início da recolha de 1953, pelo director da *Présence africaine*, Alioune Diop, mais preocupado com reivindicações éticas, muitas vezes confusas, do que com uma clara exigência política, preocupado também pelos problemas do ecumenismo católico — em suma, tão moderado quanto possível, e em última análise gradualista. As suas escassas linhas continuam a ser a prova do conflito que deve ter surgido entre os estudantes e o seu editor e que, provavelmente, atrasou a publicação do volume.

«Tínhamos a intenção», escreve Alioune Diop, «de publicar estudos sobre o ensino em África, acompanhados de alguns textos sobre os estudantes das colónias.

Os estudantes preferiram fazer um caderno seu. Tivemos de eliminar e reservar para uma próxima publicação quase tudo (dados, números, legislação, ensaios) o que não é da autoria dos próprios estudantes ou que, escrito por estudantes, diz directamente respeito ao ensino no ultramar.» Por outras palavras, o director da *Présence africaine* teria preferido que a nova geração se contentasse com tratar problemas «corporativos» e se limitasse às reivindicações e projectos de reforma

parciais, limitados ao sector universitário, em vez de se intrometer na política e na cultura no sentido pleno dos termos; talvez desejasse também que estes jovens aceitassem seguir os conselhos iluminados dos mais velhos, em vez de pretenderem pensar por si próprios. Por conseguinte, houve uma luta que durou vários meses — o que explica, entre outras coisas, que o artigo citado de Majhemout Diop tenha sido escrito, como se conclui pelo próprio texto, em 1951, ou seja, dois anos antes de ter sido finalmente publicado.

Conflitos internos também, entre os estudantes e o RDA, onde contestavam, como já vimos, os parlamentares e, portanto, a direcção — conflitos internos ainda, entre os diferentes grupos estudantis, em que existiam orientações ideológicas opostas. Por um lado, estavam, desde 1950, organizados na sua Federação (FEANF), filiada na UIE (União Internacional dos Estudantes). A FEANF tinha começado a luta pelas reivindicações específicas dos estudantes (aumento em número e em valor das bolsas, protesto contra o controle policial das residências universitárias e exigência de autogestão, etc.), mas estas reivindicações só aparentemente tinham um carácter «corporativo», porque implicavam, todas elas, uma luta de carácter político contra o Ministério francês do Ultramar e punham em causa a sua pretensão de dirigir à sua vontade os estudantes africanos. Por outro lado, a própria FEANF rapidamente se fez eco das aspirações directamente políticas dos seus membros e teve de tomar posição, cada vez com mais força, a favor da independência nacional. No VIII Congresso, em Dezembro de 1957, isto é, entre a publicação da lei-quadro paternalista de Defferre, que procurava tornear o problema da independência, e a comunidade gaullista de 1958 — que vai fugir ao problema por outras vias —, quatro meses após o manifesto do PAI, publicado em Setembro de 1957, por ocasião do Congresso de Bamako, os estudantes africanos retomam por sua conta, no seu congresso, as ideias de Majhemout Diop. Com efeito, na sua resolução sobre política geral, o Congresso «declara que, dada a natureza específica do impe-

rialismo francês, a *independência* deve ser *conquistada*, não através de um somatório de reformas ilusórias, mas pela *luta revolucionária das massas populares africanas*. Proclama a sua determinação de apoiar todas as organizações ou partidos políticos africanos que tenham optado claramente pela *independência nacional*»[23].

O manifesto do PAI, publicado algumas semanas antes, começava assim, antes de entrar na definição de um programa de construção nacional: «Tornou-se uma necessidade histórica criar um partido de tipo novo para a conquista total do poder político, através da *independência nacional* [sublinhado meu] e para restituir os bens sociais àqueles que os produzem, através do socialismo[24].»

Um pouco mais tarde, por volta de Janeiro de 1959, a FEANF reafirmava o seu ideal de independência completa, numa brochura intitulada *La Communauté et l'Afrique noire*: «A existência da Comunidade [*a comunidade gaullista, em 1958-1960*] é, na sua própria essência, incompatível com a existência de um Estado africano unido e próspero.»

Como vemos, não falta aqui a continuidade das ideias: de 1953 a 1959, contra três formas sucessivas de dominação, a nova *intelligentsia* repete obstinadamente o seu *non possumus*, e exige incansavelmente a independência pura e simples, a independência conquistada e não outorgada. Contudo, parece operar-se uma dissociação — excepto no manifesto no PAI — entre esta exigência prioritária e a perspectiva socialista, enquanto o artigo de 1953, embora fixando ordens de prioridade, mantinha a ligação dialéctica e cronológica entre os

23 As palavras grafadas em itálico estavam compostas em maiúsculas no texto original.

24 Citado segundo Majhemout Diop, «Contribution à l'étude des problèmes politiques en Afrique noire», *Présence Africaine*, Fevereiro de 1959 (mas escrito, de facto, no essencial, em 1956 e completado em 1957), p. 245. O manifesto, assinado por «30 operários e intelectuais» (sobretudo intelectuais), foi distribuído em 15 de Setembro de 1957, especialmente em Bamako, onde estava a decorrer o Congresso do RDA.

dois termos. As necessidades propriamente tácticas têm, sem dúvida alguma, uma certa influência nessa dissociação, e não podemos admirar-nos pelo facto de os estudantes africanos, cada vez mais directamente empenhados na acção política, concentrarem as suas forças no ponto do programa que vem em primeiro lugar e que está mais imediatamente ao seu alcance. Mas não podemos negligenciar de todo as divergências ideológicas que entre eles existem.

Se é verdade que pertencem todos à FEANF, há entre eles os que estão no RDA e os que não estão inscritos nesse partido; há, por outro lado, os que militam, durante estes anos, nas fileiras do Partido Comunista Francês e participam, muitas vezes, nas manifestações violentas do período da guerra fria; há também agrupamentos em volta das teses nacionalistas de Cheikh Anta Diop, às quais se opõem os jovens marxistas. Os estudantes RDA estão no RDA porque este é o movimento, à data, mais avançado e mais bem organizado que existe em África; mas é evidente que nem por isso estão inteiramente de acordo com os dirigentes do Rassemblement. Os dirigentes, contudo, tentam reconquistá-los para a sua linha e opõem, ao que parece, as lutas concretas e difíceis das massas africanas em África às estéreis discussões dos estudantes privilegiados. Entrincheiram-se também, sem dúvida, nos argumentos tácticos e no carácter inoportuno de uma reivindicação aberta da independência. É evidente que estes argumentos não podiam convencer os estudantes a renunciar à afirmação do objectivo da independência. Tanto mais que em 1951 o Ghana acedia à autonomia sob a direcção de Nkrumah, enquanto a França continuará a recusar, até 1956, qualquer modificação constitucional. O artigo de Diop opõe, aliás, a nova situação surgida no Ghana à situação francesa.

Os estudantes africanos e os comunistas franceses

Por outro lado, os estudantes comunistas africanos não estão necessariamente de acordo sobre todos os pontos com

o Partido Comunista Francês. Se é verdade que este, depois da ruptura do alinhamento e da entrada dos parlamentares africanos para a maioria governamental — a da suja guerra do Vietname! —, se encontra numa situação de violento conflito com a direcção do RDA, esta oposição não tem consequências directas nas suas opções políticas em relação à África Negra: o PCF manteve-se na posição definida pelo relatório de D'Arboussier e assim continuará até 1958. Ainda em 1956, o Congresso do PCF, nas suas teses, depois de ter tratado do Vietname e da Argélia, reafirma que é possível organizar «entre o nosso país e aqueles que os colonialistas franceses mantiveram e mantêm ainda sob a sua dominação uma união voluntariamente consentida de povos livres e iguais, na qual cada povo acharia a satisfação dos seus interesses e a resposta às questões que lhe são postas pela história»[25]. Os defensores da tese da independência total, marxistas ou não, pensavam, pelo seu lado, que os seus povos só poderiam encontrar e dar resposta a essas famosas «questões» *depois* de terem conquistado a sua independência: no que estavam de acordo com o que Lenine sempre pensara. No entanto, no mesmo Congresso do PCF, Léon Feix justificava, nos seguintes termos, a teoria da união: «Pensamos que é ainda possível realizá-la, porque o movimento operário se encontra em progressão no nosso país, e porque avançamos — e avançaremos ainda mais, quando tivermos imposto o fim da guerra da Argélia — para uma França socialista[26].» Adivinha-se aqui uma teoria subjacente,

[25] *XIV^e Congrès du Parti Communiste Français*, número especial dos *Cahiers du Communisme*, 1956, p. 371.

[26] *XIV^e Congrès du Parti Communiste Français*, p. 283. Encontramos, no entanto, na mesma colectânea de documentos, ideias diferentes. Assim, Camille Sylvestre, em nome das federações comunistas da Martinica, de Guadalupe e da Reunião, diz: «Os trabalhadores destes países não esperam do povo de França, preguiçosamente, a sua libertação para o dia em que ele instituir o seu regime socialista. Pelo contrário, tomam resolutamente a única via que compensa: a do combate contra o colonialismo» (p. 273). Deve notar-se também a seguinte observação de Jean Cagne, em nome da Federação do Ródano: «Se

segundo a qual a libertação total das colónias e a sua passagem ao socialismo deveriam depender da passagem ao socialismo da própria metrópole. Ora, ainda que socialista, a metrópole continuaria a ser uma metrópole, enquanto, de acordo com esta perspectiva, deveria ser ela a arrastar atrás de si as colónias para o socialismo, formando assim um conjunto maciço, comparável em dimensão e em recursos à URSS. Segundo esta perspectiva, os objectivos intermediários, aqueles que se pensa ser possível atingir entretanto, surgem como compromissos úteis, necessários para avançar, mas, de qualquer forma, compromissos. É certo que esta análise nunca foi apresentada publicamente pelo PCF; no entanto, é a conclusão lógica das linhas aqui citadas da intervenção de Léon Feix no Congresso do Havre e a única forma coerente de entender a sua atitude.

O conteúdo real das independências: a vassalidade

De qualquer maneira, como a história se encarregou de fazer frustrar as esperanças de Léon Feix, a noção de União começou a flutuar no vazio. Este vazio foi imediatamente preenchido pela união real entre a França reaccionária, e dentro em breve gaullista, e os novos Estados africanos, nominalmente independentes, mas, de facto, ainda dependentes. Em vez de esperar por uma independência incondicional, a maioria dos dirigentes africanos preferiu proclamar antecipadamente a necessidade imprescritível da manutenção dos laços com a metrópole: por outras palavras, recusou-se a dissociar independência e união. Sob este aspecto, a orientação definida por Houphouët perante Nkrumah não é, no

encontrámos dificuldades legítimas, por altura da nossa votação a 12 de Março [trata-se da votação da atribuição de plenos poderes a Guy Mollet, em 9 de Março de 1956 — *N. do A.*] —, e digo legítimas porque a nossa política fundamental do direito dos povos a disporem de si próprios está profundamente enraizada no nosso povo [...]» (p. 126).

fundo, muito diferentes da de Senghor, apesar de cambiantes, de formulações e até de tendências divergentes. A união com o capitalismo existente, eis o sentido que o desenrolar dos acontecimentos concretamente conferiu às teses optimistas sobre a possibilidade de uma verdadeira união entre a França e as colónias.

Ora, todas as partes interessadas, tanto os estudantes africanos como os dirigentes do RDA, como ainda os comunistas franceses, estavam implicitamente de acordo sobre um princípio comum: dada a carência de recursos económicos e humanos dos países da África Negra, a reivindicação da independência exigia uma resposta precisa no referente ao conteúdo dessa independência. Que fazer dela? Como avançar após a independência? Os estudantes que em 1953 tinham uma resposta pronta, o socialismo, parecem, no entanto, em 1957-1958, tê-lo dissociado do tema da independência, tanto por preocupação de unidade como por um esforço exasperado para vencerem finalmente a resistência dos seus parlamentares. Os outros empenharam-se na elaboração de fórmulas constitucionais originais, especialmente Senghor, que apresenta, em 1955, um relatório que prefigura curiosamente as disposições que serão, em 1958, as da Constituição gaullista. Apenas o manifesto do PAI, partido constituído por alguns jovens intelectuais africanos, senegaleses na sua maioria, propõe, em Setembro de 1957, como já vimos, um programa coerente de independência socialista. Em suma, de todos os lados se toma consciência da urgência de ligar desde o início a reivindicação da independência à de um programa de desenvolvimento e uma orientação internacional; depois da introdução da lei-quadro Defferre de 1956, tentativa de contrafogo, que faz algumas concessões, mas constitui uma pesada hipoteca sobre o futuro próximo, porque quebra os conjuntos federais da AOF e da AEF em unidades autónomas, demasiado fracas para subsistirem apenas pelas suas forças, os Africanos verificam que têm de reivindicar simultaneamente independência e unidade. As rupturas e os realinhamentos far-se-ão, portanto,

em função destas orientações programáticas, e os dirigentes políticos empenhar-se-ão, mais ou menos rapidamente, na via da independência, conforme os seus programas e as suas concepções de conjunto forem mais ou menos revolucionários, mais ou menos audaciosos. Em última análise, a luta pela independência, em 1957-1960, vai decidir-se em função de uma verdadeira luta de classes. O III Congresso do RDA, reunido em Bamako em Setembro de 1957, tenta ainda escapar a esta lógica, exactamente enquanto o Rassemblement ameaça de explosão no decurso dos debates. Recordemos que nesta data o presidente do RDA é também ministro de Estado do governo francês. A resolução de Bamako, embora exigindo a «constituição de um Estado federal, formado por Estados autónomos, com um governo federal e um parlamento federal, órgão supremo do Estado unificado», não sai do círculo vicioso da ligação entre independência e união. Lemos nesta resolução: «O Congresso considera que a independência dos povos é um direito inalienável, que lhes permite dispor dos atributos da sua soberania, de acordo com os interesses das massas populares.»

Esta fórmula constitui, no entanto, mais uma declaração de princípio do que a reivindicação da independência imediata, porque, logo a seguir, podemos ler: «Mas [o Congresso] considera que a interdependência é a regra de ouro da vida dos povos e se manifesta, no século xx, pela constituição de grandes conjuntos políticos e económicos.»

A significação destas linhas é equívoca: tratar-se-á da necessidade de manter de pé os grandes conjuntos federais da AOF e da AEF, que estivera no centro das discussões do Congresso? Ou, pelo contrário, tratar-se-á do conjunto constituído pela «Comunidade Franco-Africana Democrática e Fraterna», de que se fala um pouco mais adiante e que, de qualquer modo, não existia? O texto da resolução foi redigido de forma a que cada um possa nele encontrar o que lhe convém: não regista, apesar de tais esforços, a supressão dos conflitos

internos — é um compromisso que procura desesperadamente esquivá-los.

Situação social, psicológica e ideológica da África em 1958-1960

Efectivamente, a África sob dominação francesa deste período já não é exactamente a mesma dos dias que se seguiram à libertação do nazismo. Ainda que o seu crescimento seja lento, a classe operária desenvolveu-se e constitui já nalgumas cidades (Dakar, Conakry, Abidjan, Douala) uma força social autónoma. Era uma resultante dos investimentos realizados entre 1946 e 1958, investimentos irrisórios, é certo, em relação às necessidades das populações, mas que, de qualquer maneira, levaram à criação de algumas indústrias extractivas (na maioria dos casos, de financiamento franco-americano) e de algumas indústrias ligeiras. Para que as colónias da África Negra sejam uma fonte rendível, tornou-se necessário modernizá-las, por pouco que fosse. Por outro lado, as lutas sindicais e políticas obtiveram, apesar de tudo, alguns resultados concretos; a administração colonial viu-se forçada, sob diversos aspectos, a passar da repressão directa aos métodos mais «democráticos» da corrupção e da intriga. É-lhe necessário proceder a manobras para garantir a colaboração de certos parlamentares e dirigentes africanos; mas, ao mesmo tempo, o nível real de liberdade de expressão aumentou um pouco. Ao fim de uma longa luta — como tantas outras, praticamente desconhecida da opinião pública francesa —, o sufrágio universal foi finalmente introduzido na África Negra pela lei-quadro de Defferre. Abriram aqui e ali alguns liceus. Apesar da censura de facto, apesar das apreensões de livros, a África abre-se um pouco mais ao mundo exterior. Por fim, a partir de Julho de 1955, tem início uma guerra de independência, também ela quase desconhecida dos Franceses à data em que ocorre: a guerra dos Camarões, onde a secção do RDA, a UPC, foi simultaneamente ilegalizada pelo alto-comissário francês em Douala — e, portanto, obrigada a recorrer à luta armada — e expulsa

do RDA pela Comissão Coordenadora, reunida em Conakry — onde, ao que parece, Sékou Touré não se opôs a essa decisão[27] (se bem que, no interior do PDG, a secção de Labé tenha manifestado o seu desacordo).

Nestas condições e no mesmo período, a opinião pública africana, decepcionada pelas tentativas anteriores de constituição da União Francesa, reclama com mais força a independência, ao mesmo tempo que continuam a ser grandes as apreensões relativas ao seu conteúdo. Em 1957 pode ler-se numa brochura escrita por um professor primário guineense que à data é secretário-geral-adjunto da secção do Daomé do RDA: «Quanto a nós, pensamos que não se pode continuar a tergiversar, que é necessário, sem esperar mais, caminhar para um estatuto de independência.» Mas acrescenta logo a seguir: «Falta definir esse estatuto, porque não basta lançar a palavra de ordem de independência. Importa precisar o seu conteúdo[28].» Em Julho de 1958, a resolução do Congresso de Cotonou do Parti du Regroupement Africain (PRA), fundado por Senghor, votada pelos congressistas, apesar da oposição de Senghor e de Mamadou Dia, reclama a independência[29].

27 A UPC (Union des Populations du Cameroun), que constituía a secção dos Camarões do RDA, tinha tomado posição pela independência, muito antes do resto do RDA. Desde 1949, sob a direcção de Rubem Um Nyobé (assassinado em Setembro de 1958), a UPC vinha reclamando a independência com fixação de prazos: território sob mandato, os Camarões não se encontravam empenhados nos laços da União Francesa e podiam dirigir-se à ONU reclamando a satisfação da sua reivindicação de independência. Em 1952, o II Congresso da UPC fixava um prazo de cinco anos para a independência e para a reunificação. Em Maio de 1955, no momento do desencadear da repressão dirigida pelo governador Roland Pré e, a seguir, na luta armada e na clandestinidade, a UPC reclamava a independência imediata e a reunificação com os Camarões sob mandato inglês.

28 *Considérations sur la loi-cadre dans les territoires d'outre-mer,* Ray Autra (publicado pela Union Démocratique Dahoméenne, Paris, 1957), p. 23.

29 Uma passagem dessa resolução sublinhava que era necessário constituir «uma comunidade *africana* [itálico meu] sólida e progressista, *antes* da livre e igualitária cooperação política com qualquer outra comunidade»

Durante o Verão, quando uma delegação da FEANF visita a Guiné, ainda sob o regime da lei-quadro, é entusiasticamente acolhida logo que começa a falar da independência[30]. No Mali, que vai votar *sim* no referendo gaullista de Outubro de 1958, o Festival da Juventude Africana, em Setembro, é uma verdadeira reunião dos partidários da independência imediata. Em suma, a ideia da independência impõe-se finalmente.

Sékou Touré, no seu último livro, tem, sem dúvida, razão quando, analisando o desenvolvimento histórico do PDG, escreve que, no início da acção do seu partido, por volta de 1947-1950, «só uma minoria de elementos conscientes e conhecedores das leis do desenvolvimento das sociedades sabia que nunca seria possível, aos nossos povos, realizar as suas profundas aspirações a uma vida de dignidade enquanto não tivessem reconquistado o atributo essencial da dignidade, que é a independência nacional»[31]. Tem igualmente razão, sem dúvida alguma, quando mostra, num resumo histórico, que a passagem desta situação minoritária para uma quase unanimidade nacional na votação a favor da independência se foi efectuando através de uma série ininterrupta de lutas sindicais (greve postal de Dezembro de 1945, greve geral de Setembro-Novembro de 1953), políticas (luta na base contra os chefes de cantão, eleições, manifestações contra as fraudes eleitorais — Sékou Touré é, de resto, discreto, em relação a este último ponto) e político-culturais (luta contra as tendências para o tribalismo e para o particularismo dos territórios)[32]. É inteiramente verdade que o acesso efectivo à independência não teria sido possível se não houvesse sido preparado pela afirmação crescente da força das massas, pela eliminação prévia dos obstáculos internos (neste caso, a chefatura colonial) e pela edificação, finalmente, de uma organização política centralizada e disciplinada. Mas já não é possível estar de acordo com Sékou Touré quando se verifica que passa pura e simplesmente em silêncio toda a luta ideológica travada, desde muito antes de 1958, contra as tendências reformistas do RDA. Ele próprio escreve, falando dos dirigentes políticos do PDG: «Antes de 1958, não sabíamos como viríamos a chegar à independência ...»[33], mas não explica por que é que evitavam falar da independência ou, pelo menos, lançar a ideia. Que tenha sido necessário, para passar à sua realização, aguardar e preparar um momento favorável, eis o que nenhum político contestará. Mas não era menos necessário que, antes desse momento e mesmo sem a preocupação de saber quando e como este chegaria, o princípio da independência tivesse sido proclamado, tivesse sido demonstrado que a independência era a única saída possível e, em suma, fora e para além da preparação quotidiana do trabalho de organização, tivesse sido levada a efeito também a preparação ideológica. E foi-o, como já vimos, por outros que não os dirigentes do RDA ou mesmo do PDG. Em si, esta divisão do trabalho nada tinha de anormal nem de inquietante; na prática, conduziu infelizmente a profundas incompreensões mútuas, das quais o silêncio de Sékou Touré, em 1957, é uma evidente e lamentável manifestação. Observamos aqui a tendência corrente, desde a época stalinista, para querer limitar a actividade dos intelectuais dos movimentos operários e progressistas ao comentário e à justificação do momento presente da luta polí-

30 Depois de ter declarado, em Junho, ao Congresso do PDG: «Não renunciamos à nossa independência» (*L'Action politique du Parti Démocratique de Guinée pour l'émancipation africaine*, Conakry, t. 1, p. 44), Sékou Touré declara em 28 de Julho de 1958 (*ibid.*, p. 67): «Actualmente, o quadro desta lei [a lei-quadro] está ultrapassado, porque os territórios do Ultramar já não pedem isenções ou liberalidades no interior de um regime colonial 'humanizado', mas sim a liberdade de movimentos que implica o gozo do seu direito a disporem de si próprios, do direito natural de todos os povos à independência e à autogestão.» É nesta data que Sékou Touré passa abertamente à posição «independentista», um mês antes do seu célebre discurso perante De Gaulle.

31 *L'Afrique et la Révolution*, p. 46.

32 *Ibid.*, pp. 53-66 e, nomeadamente, pp. 59-60.

33 *Ibid.*, p. 80.

tica, em vez de admitir que o combate ideológico e o combate pelos objectivos imediatos constituem dois níveis do mesmo processo, sendo ambos igualmente indispensáveis. É absolutamente necessário que alguns se situem «à frente», e é entre esses que devem estar os intelectuais.

Falei acima das apreensões que surgiam igualmente e ao mesmo tempo entre as massas africanas nas vésperas da independência guineense. A brochura de Ray Autra, já citada, resume assim esses temores, antes de os refutar: «Há ainda, evidentemente, espíritos suficientemente retardatários para sustentarem que é demasiado cedo para sermos nós a gerir os nossos próprios problemas. Porque, segundo uns, não temos quadros suficientes (segundo eles, um país não pode alcançar a independência antes de estar 'saturado' de engenheiros, de licenciados, de médicos e de especialistas nos diversos ramos da actividade humana) e, segundo outros, porque a maioria dos territórios não poderia subsistir apenas pelos seus próprios recursos.»

Num estilo mais popular, este temor exprimia-se por uma espécie de provérbio que alguns indivíduos, diz Ray Autra, «repetem como papagaios imitando os colonialistas: 'Vocês falam de independência e nem sequer sabem fabricar uma agulha!'»[34]. Mais tarde, por volta de 1961, exercícios de estudantes liceais, com uma média de 12 anos de idade à data da independência, revelaram (incidindo o tema do exercício nas suas impressões por altura do referendo) que ainda recordavam terem sentido, sobretudo, medo nesse momento; terem dito, para consigo próprios: e agora, que é que vai acontecer? Não irão matar-nos à fome, isolar-nos?

A evocação destes temores, que foram reais, reconduz-nos em última análise ao tema já evocado do conteúdo da independência, da necessidade de apresentar, mesmo na simples propaganda, um programa de desenvolvimento, suficientemente claro nas suas grandes linhas. Era necessário dar uma resposta ao camponês senegalês, que se perguntava como é que se venderiam os amendoins se fossem rompidos os laços com a «metrópole»; ao camponês guineense, que se punha a mesma questão acerca das bananas; etc. Da parte dos dirigentes políticos, havia os que tiravam partido do problema, justificando a recusa da independência imediata e a defesa das fórmulas comunitárias caras ao gaullismo da primeira vaga. Aqueles que, como Sékou Touré, ou Bakary Djibo no Níger, reclamavam a independência afirmavam ao mesmo tempo (*a*) que não pensavam, de maneira alguma, em cortar todos os laços com a metrópole, mas sim em negociar em pé de igualdade, mas (*b*), *mezzo voce,* acrescentavam que, em caso de dificuldade, haviam de encontrar, uma vez independentes, outros mercados, se tal fosse absolutamente necessário. Entre os intelectuais, os espíritos mais rigorosos viam na independência a condição da passagem imediata a uma orientação no sentido do socialismo, implicando uma estreita aliança com os países socialistas. Para estes, não se tratava de um recurso eventual, de uma simples possibilidade no caso de outros lados falharem, mas de uma questão de princípio — eis onde residia a sua diferença em relação à atitude, pragmática a este respeito, de Sékou Touré. Finalmente, não faltavam espíritos, a que poderíamos chamar kantianos, para os quais, sendo a independência um imperativo categórico, a resposta aos problemas dos camponeses se diluía perante a exigência moral. Assim, o próprio Sékou Touré afirmava, retomando uma frase já utilizada, anos antes, no Ghana: «Preferimos a pobreza na liberdade à riqueza na escravatura[35].» Estas considerações morais, de resto ine-

34 Ray Autra, *op. cit.*, p. 27 (no que se refere às duas citações).

35 Sékou Touré, *L'Action politique du Parti Démocratique de Guinée pour l'émancipation africaine*, t. 1, p. 80. Trata-se do discurso pronunciado em 25 de Agosto de 1958, durante a recepção a De Gaulle na Assembleia Territorial, através do qual a Guiné anunciava que se preparava para dizer *não* ao referendo constitucional gaullista.

rentes a qualquer movimento progressista, misturam-se constantemente com as diferentes respostas acima resumidas, adquirindo colorações diversas consoante são expressas por Senghor ou por Sékou Touré (que tende a conceder grande importância a este tipo de considerações e até a abusar delas), mas não faltando nunca. Simplesmente, não suprimem nem podem suprimir o problema chave do conteúdo da independência. Posteriormente, nas lutas armadas de libertação que se desencadearam nos territórios sob dominação portuguesa, tanto em Angola como na Guiné-Bissau, veremos que os dirigentes do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), assim como os do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde), têm a preocupação de definir programas muito mais elaborados, ao mesmo tempo que pegam em armas para a conquista da independência. Nos dois casos, é, de resto, clara a orientação no sentido socialista.

A teoria de Lenine perante as condições africanas

Talvez seja útil determo-nos no que constitui uma diferença profunda entre as concepções defendidas por Lenine sobre a questão nacional e as exigências modernas com que o pensamento político africano se viu confrontado. Já sublinhámos suficientemente o que havia de comum entre elas, mas encontramo-nos agora em presença de uma situação nova. Com efeito, Lenine reflectia sobre uma situação concreta, a da Europa anterior a 1914, na qual nações historicamente já constituídas tinham sido anexadas, negadas, por potências dominadoras como a Áustria-Hungria, a Alemanha, a Rússia czarista, sem que, contudo, a consciência e a vontade nacionais dos seus povos tivessem sido destruídas. O mesmo acontecia quando, reflectindo sobre a questão colonial, Lenine considerava as colónias europeias da Ásia ou da África do Norte. De um modo geral, tratava-se de povos entre os quais (a Polónia é um caso bastante típico, sob este aspecto) a exigência da independência nacional era um dado primeiro, imediato, que impregnava e coloria todos os outros. Além disso, pelo menos na Europa, a estrutura social dos povos dominados não era radicalmente diferente da estrutura social da potência dominadora. O movimento operário devia pronunciar-se, por palavras e actos, a favor do direito à autodeterminação de todos os povos oprimidos, sem lhes impor como condição uma orientação precisa no sentido do socialismo, porque nesses países a luta de classes não podia desenvolver-se normalmente enquanto não tivesse sido resolvida a questão nacional. Esta doutrina foi elaborada antes da Revolução de Outubro e durante os primeiros anos de existência da URSS. Pouco a pouco, codificou-se sob a forma de uma espécie de escada com dois degraus: primeiro degrau, a revolução nacional, cujo conteúdo social tem apenas uma significação secundária e cuja direcção pode ser, e será na maioria das vezes, burguesa; segundo degrau: após a independência, a luta de classes pode desenvolver-se no interior do novo Estado e, se as condições forem favoráveis, torna-se possível a passagem ao socialismo. Na verdade, a guerra (ou melhor: as guerras) do Vietname, em que libertação nacional e orientação socialista seguem a par e se integram num processo único, devia ter servido de sinal de alerta: talvez significasse que a concepção da escada tinha tido a sua época e que, nas condições actuais, criadas pela existência da URSS e pela difusão do pensamento marxista em todo o Mundo, era chegada a hora de o movimento operário internacional repensar seriamente a questão colonial. Mas o Vietname socialista foi, na prática, considerado uma excepção, resultado de circunstâncias favoráveis, mas específicas, e a teoria da escada não se alterou por isso. É ainda essa teoria que se encontra no cerne do novo produto a que, após a resolução dos 81 partidos, em 1961, se chamou (embaraçosa formulação) Democracia Nacional.

Ora na África Negra defrontavam-se sérios obstáculos à sua aplicação. Antes do mais, faltava o dado de que Lenine partia: não havia, de início — excepto numa pequena camada

de intelectuais —, consciência e exigências propriamente nacionais, mas sim reacções e aspirações de grupos étnicos separados. Sékou Touré, simplificando um pouco as conclusões da sua experiência, afirma, no que se refere à Guiné: «Antes da tomada do poder pelo PDG, a nação não existia. Não foi miraculosamente criada pelos nossos votos de 28 de Setembro de 1958, mas edificou-se a partir de 2 de Outubro de 1958, graças aos esforços do PDG[36].»

Ainda que haja nesta afirmação algum esquematismo, podemos fixar que não existiam nações constituídas no interior dos limites geográficos fixados pela colonização, quer fossem conjuntos federais, quer territórios isolados, mas sim grupos dominados de povos e de etnias, por vezes misturados à força, por vezes arbitrariamente cindidos; a exigência da independendência não podia, portanto, brotar espontaneamente (o que era espontâneo era a exigência da liberdade) e tinha, por conseguinte, que ser trazida «do exterior», ainda que este exterior fosse constituído pelos estudantes e intelectuais. Mas, como aquilo que era directamente vivido pelas massas rurais e urbanas da África não era sentido directamente como uma opressão nacional, mas sim como opressão administrativa (trabalho forçado, condenações e castigos infligidos pelos administradores, censura das cartas, etc.) e social (impossibilidade de satisfazer as necessidades elementares, vestir-se e alimentar-se convenientemente, a extrema sujeição, para não dizer escravatura, em relação aos cobradores das sociedades francesas, senhores da comercialização dos produtos, etc.) —, a reivindicação da independência só teria sentido, para essas massas, se pudesse ser ilustrada, concretizada, por um programa imediato de transformações políticas e sociais. Ora o universo intelectual de 1946-1960 já não era o de 1913-1920 à escala mundial; era um universo dominado pelo debate entre a ideologia marxista, doravante tão confirmada ou reforçada pela existência de Estados socialistas, e as várias ideolo-

36 Ahmed Sékou Touré, *L'Afrique et la Révolution*, p. 86.

gias que defendem o capitalismo. A partir de então o processo dos dois degraus já não se podia aplicar tal e qual. Não se estava perante a alternativa entre uma independência burguesa ligada ao capitalismo mundial e, a título excepcional, uma independência socialista. A alternativa que se punha era entre a independência e, portanto, uma orientação no sentido do socialismo, e a orientação no sentido do capitalismo (necessariamente ligada aos países ocidentais) e, portanto, na melhor das hipóteses, uma mascarada de independência. O apelo a argumentos éticos, à necessidade de dignidade, por exemplo, mantém, sem dúvida alguma, um certo poder de mobilização afectiva, mas não pode ser um factor político suficiente. Pode, de resto, revestir tanto a independência real como a falsa independência. Por definição, tais argumentos não podem dar resposta a questões fundamentais de ordem socioeconómica.

A independência: uma conquista ideológica

Compreende-se, portanto, que a exigência da independência tenha sido uma verdadeira conquista ideológica, no que foram a AOF e a AEF. Esta exigência, foram os Africanos obrigados a concebê-la de um modo radical, porque a rigidez constitucional das estruturas coloniais francesas, consequência da acuidade dos conflitos de classe em França, a isso os obrigava: não havia abertas quaisquer saídas de emergência. Somente passaram a existir após o advento do gaullismo, quer dizer, a partir do momento em que o capitalismo francês, dispondo do Estado forte dos seus sonhos, pôde manobrar mais livremente e sem receio de ver resultarem em proveito dos seus adversários de classe algumas concessões ou gestos propagandísticos.

A marcha para a independência nas colónias inglesas

A marcha para a independência dos territórios sob dominação inglesa apresentou-se de um modo inteiramente diferente, mesmo no Ghana e no Quénia. Antes do mais, a ausência de uma constituição inglesa devidamente redigida e fixada inscreve a luta nacional num contexto muito mais instável: aqui não há pretextos institucionais que seja possível opor aos compromissos; só a relação de forças conta. Paralelamente, as estruturas da administração colonial não são um quadro rígido, utilizam processos e expedientes variados, administração directa num lado, protectorado noutro, sem falarmos de situações difíceis de enquadrar numa classificação lógica; um mesmo território — o Ghana ou a Nigéria, por exemplo — pode fornecer, só por si, uma amostragem de diversos sistemas de controle[37]. Em princípio, a Inglaterra não visa chegar à assimilação dos povos colonizados, mas conduzi-los à autodeterminação, através de um processo que considerará sempre dever ser muito longo, salvo quando a resistência nacional o vier acelerar contra as esperanças da metrópole[38]. A recusa de qualquer política de assimilação não

37 Os governadores ingleses tinham geralmente junto de si dois organismos, o Conselho Executivo, normalmente formado por membros nomeados pelo governador, na sua maioria altos funcionários, e o Conselho Legislativo, encarregado de votar o orçamento e determinadas leis. Este compreendia membros nomeados e alguns membros eleitos. No Ghana (nessa época, Costa do Ouro), o primeiro africano membro do Conselho Legislativo apareceu em 1861, mas só houve africanos no Conselho Executivo a partir de 1942. Na África oriental, os africanos só passaram a ter assento nos conselhos legislativos a partir de 1944 no Quénia, de 1945 na Uganda e de 1946 no Tanganica. As reformas constitucionais consistiam, no fundo, em modificar o recrutamento e os respectivos poderes destes dois organismos.

38 Olhávamos a independência «como um problema que dizia respeito a um futuro longínquo e sem efeitos na nossa política e nos nossos planos a curto prazo», escreve um colonialista inglês, Sir Andrew Cohen, em 1959 (citado por Jack Woddis, *The Lion Awakes*, 1961, p. 13).

Nkrumah, em *Towards Colonial Freedom*, p. 35, cita uma declaração feita

deve, no entanto, ser exagerada: na prática, o imperialismo inglês não se esquecerá de exportar os costumes ingleses e a sua forma de pensar; vai exportar o seu cepticismo e empirismo, assim como os seus métodos de gestão — mas não em nome de uma doutrina. Estas observações preliminares não significam, portanto, que o colonialismo inglês tenha sido menos colonialista, menos brutal, menos opressivo, do que o colonialismo francês: funcionava de outra maneira, e é tudo. Nas costas do golfo da Guiné, tal era possível, antes do mais, por ser economicamente mais poderoso, mas também por ter conseguido garantir-se uma camada de colaboradores mais vasta do que a dos auxiliares subalternos da colonização francesa. O desenvolvimento cultural era outro, as trocas culturais entre a Europa e a África, nas costas do Ghana e da Nigéria, remontavam ao século XVIII (as primeiras escolas, em território fanti, no Ghana, foram abertas em meados do século XVIII, a partir de 1752), e começara, sem dúvida, a criar-se aí uma burguesia cujo desenvolvimento normal foi impedido pela conquista militar inglesa.

O nacionalismo africano, quando se afirmou, portanto, veio reclamar, por sua vez, transformações constitucionais que, pouco a pouco, haviam de levar à independência política. E a história recente, tanto do Ghana como da Nigéria, encon-

nos EUA por Oliver Stanley, então secretário de Estado das Colónias do governo inglês, afirmando também que o objectivo da Inglaterra consistia na realização do mais alto grau possível de autonomia, numa data futura, que era impossível prever. No seu discurso no Parlamento do Ghana em 10 de Julho de 1953 (*Autobiography*, p. 161), Nkrumah faz citações de três secretários das Colónias do gabinete inglês, Creech Jones, James Griffiths e Oliver Lyttelton, que repetam, com algumas variantes, esta posição de princípio. A primeira dessas citações é talvez a mais significativa, na medida em que os termos escolhidos oferecem uma certa margem de manobra: «A ideia central da política colonial inglesa é simples. Consiste em conduzir os territórios coloniais à independência no interior da Commonwealth, em condições tais que seja garantido um nível de vida decente aos povos abrangidos e que estes se encontrem protegidos contra qualquer forma de opressão.» Depois disto, compreende-se que se tenha tornado banal, em África, falar da hipocrisia britânica.

tra-se curiosamente balizada por uma série de constituições de curta duração: chega-se aqui à independência, através de uma série de pequenos saltos de uma para outra constituição. No plano ideológico, vai ser difícil aos nacionalistas africanos destes países elaborar uma doutrina coerente, escapar à influência do empirismo, digamos do espírito aproximativo britânico.

O Congresso de Manchester (1945)

Neste contexto, o esforço ideológico empreendido por um político como Nkrumah torna-se ainda mais digno de nota. No início da luta pela independência nestes países encontramos também um congresso, mas com um ano de avanço sobre o do RDA: é o V Congresso Pan-Africano de Manchester, reunido de 15 a 21 de Outubro de 1945, logo após a reunião, em Paris, da Federação Sindical Mundial. Este Congresso adoptou um «Apelo aos Povos Colonizados», redigido por Nkrumah, co-secretário do Congresso. Lia-se nele o seguinte: «Estamos firmemente convencidos de que todos os povos têm o direito de se governarem a si próprios. Afirmamos o direito de todos os povos colonizados a decidirem por si próprios do seu próprio destino. Todas as colónias devem ser libertadas do controle imperialista estrangeiro, tanto político como económico. Os povos das colónias devem ter o direito de eleger os seus próprios governos, governos livres de qualquer limitação imposta por uma potência estrangeira. Afirmamos aos povos colonizados que devem lutar por todos os meios ao seu alcance para atingir estes objectivos.»

O parágrafo seguinte sublinhava, como repetiria Diop seis anos mais tarde, que «a luta pelo poder político dos povos colonizados e oprimidos era o primeiro passo e a condição necessária para a sua total emancipação social, económica e política»[39]. Assim, o «Apelo» de Manchester é cronologicamente o primeiro a formular sem ambiguidades a exigência prévia da independência política imediata e incondicional. De notar, no entanto, que este texto, dirigido a todo o Terceiro Mundo, nem sequer atingiu todos os africanos na data da sua publicação. No Congresso de Manchester só estavam, de facto, representados delegados das colónias britânicas. A difusão destes documentos fora da área de dominação britânica foi reduzida. Só por volta de 1950 alguns estudantes africanos que vivem em França vão fazer-se eco do «Apelo» lançado de Inglaterra. Por outro lado, é importante, para além das palavras e mesmo apesar da sua clareza, situarmos este documento no seu contexto real. Esse contexto é, antes do mais, o do próprio Congresso, de que este «Apelo» vigoroso (da autoria de Nkrumah) apenas explica um aspecto. De facto, o Congresso adoptou um certo número de resoluções, e devemos reter que comportando uma lista de reivindicações concretas, visando implantar as liberdades democráticas nas colónias — lista dirigida ao governo inglês. De entre o conjunto de resoluções, o «Apelo» surge como o objectivo máximo, a longo prazo. Por outro lado, apesar das primeiras recusas grosseiras e decepções sofridas, antes mesmo da abertura do Congresso, muitos africanos e antilhanos anglófonos esperam que a chegada dos trabalhistas ao Poder, que teve lugar em Julho de 1945, venha introduzir algumas alterações na política inglesa. O Congresso, por fim, foi teatro de uma discussão sobre a táctica a seguir. Em última análise, foi definido que os meios essenciais da luta deviam ser a greve, o boicote e a organização política e sindical. Bem feitas as contas, o resultado da discussão dava a impressão de que tinha triunfado uma certa moderação[40]. Mas há mais: se o Congresso era presidido

[39] O texto do Apelo aos Povos Colonizados foi republicado por Nkrumah no final da edição impressa de *Towards Colonial Freedom*, Londres, 1962, e por Colin Legum nos apêndices de *Panafricanism*, New York, 2.ª ed., 1965, p. 155.

[40] Na Declaração às Potências Coloniais, o Congresso afirmava: «Os delegados estão firmemente convencidos da necessidade da paz. De resto, como poderia ser de outra maneira, quando os Africanos vêm sendo, desde há sécu-

pelo historiador e filósofo afro-americano Du Bois, nele desempenhava também um papel de primeiro plano uma outra figura, mais jovem, um antigo comunista, expulso em 1936, George Padmore. O papel de Padmore, que rompera com o próprio espírito do marxismo, não era de molde a facilitar a coordenação entre a acção pela independência dos africanos sob dominação inglesa e a dos africanos sob dominação francesa. A posição de Padmore implicava também uma preocupação de não quebrar a ligação com as potências ocidentais[41].

Os dirigentes políticos africanos presentes em Manchester (entre os quais, ao lado de Nkrumah, ainda pouco conhecido, Jomo Kenyatta, pelo Quénia, Wallace Johnson, pela Serra Leoa, Peter Abrahams, pela África do Sul, etc.) estavam de acordo simultaneamente em exigir a independência completa e absoluta e em negociá-la eventualmente com a Inglaterra através de uma série de etapes. Mesmo a palavra de ordem lançada pelo próprio Nkrumah, em 1949, no Ghana, *self-government now (autogoverno, já)*, e que os Ingleses rejeitaram, deixava ainda uma certa margem de manobra: não há dúvida de que, para os militantes do CCP, esta palavra de ordem significava efectivamente a independência imediata. Mas podia-se também entender que significava autonomia. Na realidade, Nkrumah iria aceitar etapes e uma independência política negociada hábil e prudentemente — não sem astúcias e trajectos oblíquos — com a potência colonial. É neste sentido que temos de reconhecer que, se a independência do Ghana,

los, vítimas da violência e da escravatura? Mas se o mundo ocidental continuar decidido a dominar a espécie humana pela força, então os Africanos poderão ser obrigados, em última instância, a recorrer à força para se libertarem.» Como se vê, a luta violenta só é admitida em último lugar e num futuro ainda afastado.

41 Note-se que no seu livro *Panafricanism or Communism, the Coming Struggle in Africa*, 1956 (tradução francesa, 1960), Padmore, falando do Congresso de Manchester (pp. 165-179 da tradução francesa), separa o Apelo aos Povos Colonizados, citado a pp. 181-182, das conclusões do Congresso, diluindo assim o seu alcance.

em 6 de Março de 1957, exerceu uma considerável influência mobilizadora sobre todo o resto da África ocidental, não se revestiu, contudo, do mesmo carácter radical da independência da Guiné[42], em 1958. De resto, a própria palavra «independência» não tinha na África anglófona a mesma ressonância subversiva e nova que na AOF. Nkrumah cita, na sua *Ghana: an Autobiography*, um artigo do dirigente da Serra Leoa, Wallace Johnson, publicado em 1936 por *The African Morning Post* (jornal de Azikiwé, em Accra), em que era ironicamente descrita a «religião» do Europeu: «Manda a polícia vigiar a casa de qualquer africano que tenha adquirido uma consciência nacional e que defenda a independência nacional», eis, segundo o artigo, um dos mandamentos do Deus europeu. É certo que Johnson e Azikiwé foram processados e expulsos da Costa do Ouro, mas a palavra «independência» tinha sido pronunciada: o mais notável é que o artigo tenha podido ser publicado. Por outro lado, as leis não eram as mesmas em todos os territórios ingleses e Azikiwé pôde prosseguir a sua luta, uma vez de regresso a Lagos.

Nkrumah, teórico da independência: Towards Colonial Freedom *(1947)*

De facto, por trás das independências do Ghana e da Nigéria (1957 e 1960), desenha-se uma luta ideológica, de que devemos sublinhar algumas manifestações. Em primeiro lugar,

42 Em *L'Afrique et la Révolution* esta ideia é afirmada, não sem uma ponta de orgulho nacional (ou pessoal). «A Guiné foi o nono país independente da África, mas a proclamação da sua independência ocorreu numa tal conjuntura internacional que as tomadas de posição dela resultantes aceleraram a tomada de consciência política de todos os povos africanos. A era da independência propriamente dita foi iniciada em África no dia 2 de Outubro de 1958» (pp. 82-83). Na realidade, a proclamação da independência do Ghana, em 6 de Março de 1957, contribuiu incontestavelmente para acelerar a marcha para a independência em toda a África. Se, no entanto, é verdade que a independência da Guiné exerceu uma influência mais profunda e imediata, isso deve-se a uma

temos de nos deter na obra de Nkrumah, que, no universo africano anglófono, se distingue claramente, pela sua vontade constante de edificar um sistema de pensamento autónomo e coerente. A sua brochura de 1947, apesar da fraca difusão que teve na época e da concisão que a caracteriza, constitui já um acontecimento importante. Antes do mais, pela abordagem que faz da questão colonial. Não por ser de uma total originalidade, mas precisamente pela sua fonte, fonte confessa e citada: Nkrumah, com efeito, inspira-se directamente em *O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo,* de Lenine, e tenta aplicar os resultados da análise de Lenine e o próprio método dessa análise à situação dos povos africanos sob dominação inglesa. Bem entendido, fá-lo para tirar conclusões práticas — também elas fortemente inspiradas nos princípios leninistas. Observe-se que *O Imperialismo, Estádio Supremo do Capitalismo* continuará a ser um dos livros de cabeceira do presidente do Ghana, e não é por acaso que um dos seus últimos livros tem um título semelhante: *Neo-Colonialism, the Last Stage of Imperialism*[43]. Mas é pelo contraste com as influências marxistas que se verificam na África francófona que este facto é significativo. Em Paris, descobre-se o marxismo através dos textos de Staline e de Jdanov, das brochuras de divulgação das escolas do Partido Comunista Francês, dos editoriais de *L'Humanité,* tratando dos problemas quotidianos, dos relatórios do Comité Central, da vida das células do Partido, mais do que pelo contacto directo com as obras teóricas fundamentais[44]. Mas na América e na Inglaterra, países em que

razão que o presidente guineense não refere: esperava-se da Guiné o exemplo de uma «independência de esquerda», enquanto a política interna de Nkrumah fazia figura de política conservadora ao lado da política guineense, de 1958 a 1961. Como se sabe, em 1967 esta razão já não existe.

43 Publicado em 1965, em Londres (Heinemann).

44 Os Africanos podem também limitar-se aos comentadores e fabricantes de teses que pululam em França. No que respeita a Senghor, por exemplo, temos a impressão (especialmente ao lermos o seu «Rapport au Congrès Constitutif du Parti de la Fédération Africaine», *Présence Africaine,* 1959) de

Nkrumah passou cerca de doze anos de exílio voluntário, os partidos comunistas são ainda muito fracos e não constituem uma força política determinante: assim, o militante africano terá de adquirir a sua cultura política através apenas das próprias forças e, na sua semi-solidão, afastando os epígonos, é levado a regressar directamente às fontes. Igualmente, não se encontra aqui a mistura de marxismo e de jauresismo, característica do clima intelectual da esquerda francesa, e as redundâncias moralizadoras dão lugar a um estudo das contradições reais e a um vigoroso esforço para daí deduzir linhas de acção rapidamente aplicáveis[45]. Foi provavelmente esta virtude, este rigor de pensamento, o que imediatamente atraiu o estudante senegalês Majhemout Diop. Logo desde o prefácio, o autor destaca e afirma as contradições inerentes ao sistema colonial (entre o capital estrangeiro e a força de trabalho dos povos colonizados, entre a necessidade de dominação dos monopólios e dos Estados imperialistas e as aspirações nacionais dos povos colonizados, entre os princípios proclamados pelas potências coloniais e a política que realmente aplicam). O leitor é imediatamente prevenido de que é inútil dirigir admoestações morais ao imperialismo (que não conhece outras leis para além do seu próprio interesse). Deixemos de parte a análise económica, e em seguida política, da exploração colonial; resta que é desta análise das contradições imperialistas que decorrerão as consequências políticas que se impõem aos povos colonizados: a luta nacional não é produto de pressupostos éticos, de imperativos morais, mas dos próprios

que seguiu o hábito francês de se referir a Marx em segunda mão, indo beber nos livros de vulgarização ou nos estudos. Senghor, no texto citado, refere-se a Henri Lefebvre, Lucien Goldmann, o Padre Bigo, etc. É verdade que o seu mestre é mais Teilhard de Chardin do que Marx ou Lenine.

45 Qualidades que se encontram também num economista da Nigéria, que será mais tarde secretário-geral do Action Group e, posteriormente, obrigado a refugiar-se, no Ghana, um dos colaboradores próximos de Nkrumah: S. G. Ikoku.

factos, que determinam as suas condições de vitória. Se todo o sistema se baseia na necessidade, para o capitalismo metropolitano, de extrair das colónias o máximo lucro, pouco importam os pormenores e as formas particulares de que se reveste, no plano político, o regime de exploração dos povos colonizados: em qualquer caso, assuma a dominação a forma de mandato, de associação, de assimilação, de «participação» dos povos colonizados no governo colonial, todos estes diferentes métodos são justificados, do ponto de vista do colonialismo, pela manutenção ou pelo reforço da exploração económica. Considerando todas as hipóteses num resumo notável, Nkrumah é levado a prever as formas que a contra-ofensiva colonialista vai assumir nos anos seguintes: a ideia de um colonialismo «multilateral» através do agrupamento de várias potências imperialistas[46], as concessões humanitárias (construção de alguns hospitais, liceus, etc., nas colónias), a associação colonialistas-colonizados numa espécie de governos mistos. A todas estas possibilidades — e todas elas vão ser, efectivamente, experimentadas — Nkrumah opõe um não categórico. Exactamente porque em todas estas hipóteses a essência do colonialismo continua a ser «a exploração económica dos recursos materiais e da força de trabalho dos povos colonizados, em benefício da chamada 'mãe-pátria'» (p. 28 da edição inglesa), só a exigência da independência completa e imediata permitirá aos povos colonizados que transformem e melhorem a sua sorte: não há solução intermédia. As propostas, avançadas na Inglaterra e nos Estados Unidos, de autonomia interna (*self-government*, o termo equívoco que Nkrumah retomará à sua conta, com outro sentido, dois

[46] Basta pensarmos, aqui, na ideia da Euráfrica, lançada nos anos cinquenta. Convém recordar também que, aquando das negociações acerca do Mercado Comum Europeu, a França pretendia obter dos seus parceiros garantias e auxílio para a manutenção da colonização francesa em África. Finalmente, em 1959, a política gaullista visava, antes do mais, obter de Londres e de Washington a constituição de uma frente unida ocidental para a África.

anos mais tarde), de independência económica *antes* da independência política, de desenvolvimento progressivo das colónias *antes* de se tornarem independentes, a insistência no retrocesso, em matéria de desenvolvimento, que a destruição dos laços com a metrópole representaria — todos estes pontos de vista expressos nos meios metropolitanos, antes e mesmo depois das independências africanas, são impiedosamente refutados. Mas, uma vez que a essência do colonialismo é em toda a parte e sempre a mesma, daí resulta que os povos colonizados devem unir-se, não apenas no interior de cada colónia, mas opondo uma verdadeira frente ao imperialismo. Trata-se mesmo da afirmação inicial deste curto panfleto: «Este ensaio proclama e considera inevitável a solidariedade nacional dos povos colonizados e a sua decisão de pôr fim ao poder político e económico dos governos colonialistas» (p. XIII). Mais concretamente, o autor limitar-se-á, no imediato, à exigência de uma «completa unidade nacional de todas as colónias da África ocidental» (p. 33). Ideia que correspondia ao trabalho compreendido a essa data por Nkrumah para edificar uma organização política nacionalista comum a toda a África ocidental[47], numa tentativa que veio a fracassar. A conclusão prática é, portanto, a de que as massas colonizadas devem organizar-se — num partido, sem dúvida, embora a palavra não seja pronunciada — para conquistar, antes do mais, a independência completa e absoluta. Mas esta organização deve apoiar-se, em primeiro lugar, nos trabalhadores e nos seus sindicatos, assim como na juventude, e deve visar a «liquidar o analfabetismo político» (p. 41). A tónica assim

[47] Nkrumah fornece algumas precisões sobre esta tentativa na sua autobiografia. Em Londres, depois do Congresso de Manchester, foi criado, sob a direcção de Nkrumah, um Secretariado Nacional para a África Ocidental. Em 1947 Nkrumah dirigiu-se a Paris, para se encontrar com os parlamentares africanos, tendo aí sido planeado reunir uma Conferência Nacional da África Ocidental, em Lagos, em Outubro de 1948. Nkrumah não explica por que é que o projecto abortou (cap. 5 da *Autobiography*, 1957).

colocada na força decisiva do proletariado urbano e agrícola, no papel dos sindicatos, na existência de aspirações nacionais conscientes ou semiconscientes (p. 43), implica que, enquanto condições, estas forças estejam já presentes, tratando-se apenas de passar à sua organização política. No que se refere a países como a Serra Leoa, a Costa do Ouro, a Nigéria, é verdade que estas condições se encontram à data já realizadas (exceptuada, contudo, a região norte da Nigéria). Mas Nkrumah não aborda o estudo concreto das situações coloniais. E, talvez por falta de documentação suficiente, atribui todas as diferenças entre a situação das colónias inglesas e a situação das colónias francesas da África ocidental apenas à teoria francesa da assimilação (pp. 27-28). Fazendo-o, porém, afasta-se ele próprio dos princípios de análise do fenómeno colonial que inicialmente invocara. Ou então subestima essa diferença, que no entanto queria explicar. Não vê que o que neste ponto difere não são as propagandas — baseadas, no caso inglês, na teoria do respeito pelas crenças e costumes «indígenas» e, no caso francês, na teoria da assimilação —, mas a força e o nível de desenvolvimento dos dois capitalismos. Infinitamente mais fraco do ponto de vista económico, o colonialismo francês teve de utilizar métodos de exploração muito mais primitivos — do ponto de vista do capitalismo — do que os postos em prática pelos Ingleses. Além disso, na maioria dos territórios (com excepção das antigas feitorias do Senegal e de certos pontos da costa do Daomé), o colonialismo francês entrou em cena como AOF numa data muito mais recente do que as vanguardas comerciais e missionárias do imperialismo britânico[48]: não teve, portanto, tempo de criar uma espécie de camada de comerciantes, ou até de burgueses locais, com quem pudesse negociar e tra-

48 Os Ingleses estabeleceram-se na Serra Leoa a partir de 1787, e no actual Ghana a partir do século XVII, sendo habitualmente datada a colonização directa do tratado de 1844 com os chefes fantis; na Nigéria, onde os Ingleses estavam presentes desde o século XVI, Lagos foi ocupada em 1850.

balhar; também não criou, até ao imediato pós-guerra, um proletariado local suficientemente importante. Mas neste ponto Nkrumah parece esquecer a sua própria análise e ficará, durante muito tempo, convencido de que só a teoria e a prática da assimilação distinguem o colonialismo francês do colonialismo inglês[49].

Do mesmo modo, e para além de exemplos precisos e preciosos da exploração britânica, este panfleto, claro e rigoroso, peca por um defeito comum a outras obras marxistas ou de inspiração marxista: não se aplica suficientemente à análise concreta das situações reais e das suas particularidades e, além disso, não toma devidamente em consideração as superstruturas.

É verdade que Nkrumah, em Outubro de 1947, quando acaba este texto, não pretende escrever uma espécie de manual da política nacional em África; pretende apenas definir-lhe as bases teóricas e os princípios. A verdade é que, se de passagem Nkrumah indica certas ideias importantes que não tem tempo de desenvolver — como a ideia da aliança com o proletariado dos países capitalistas (p. 41) —, não propõe ao movimento nacional, nem sequer de passagem, qualquer objectivo intermédio. Tão-pouco considera a possibilidade de surgirem conflitos internos, no interior do movimento nacional, susceptíveis de atrasarem a marcha para a independência. Que fazer, no entanto, se tais casos se verificarem, se as forças e divisões suscitadas e utilizadas pelo colonialismo impuserem a escolha de objectivos imediatos mais limitados? Para estes problemas, Nkrumah não tem resposta.

49 Voltaremos a encontrar esta ideia em *Africa Must Unite*, 1963, cap. II, pp. 9-10 da edição inglesa. Estava, de resto, muito espalhada em Accra. Para ilustrar a ideia da unidade africana, um desenhador ghanês mostrava um cortejo à cabeça do qual caminhava um africano em trajo nacional ao lado de um outro de casaco; por outras palavras, o anglófono — fiel aos seus costumes — e o francófono assimilado — vestido à europeia.

Sinuosidades da via ghanesa (1948-1962)

Não há razão para pôr em dúvida, nem por um momento, a advertência de 1962 (p. x) segundo a qual os pontos de vista expressos em 1947 continuaram a ser os do autor, excepto no que diz respeito à unidade africana, que este encarava então ao nível apenas da África ocidental, mas que acabou por vir a conceber a nível continental. O paradoxo está no facto de o próprio Nkrumah ser posteriormente obrigado a justificar e fundamentar uma prática política muito mais sinuosa do que esta última. Regressado ao Ghana no fim de 1947, Nkrumah torna-se secretário-geral da Convenção Unida da Costa do Ouro (UGCC), fundada por intelectuais ghaneses apoiados numa elite e reclamando «que o controle e a direcção do governo passem, o mais rapidamente possível, para as mãos do povo e dos seus chefes»[50]. A partir de 1949, as relações entre Nkrumah e os dirigentes da UGCC, entre os quais se conta o historiador e escritor Danquah, são as piores possíveis. Em Junho é criado por Nkrumah o Convention People's Party, tendo como palavra de ordem a independência imediata. Trata-se, declara Nkrumah, de uma «linha que estará de acordo com as aspirações dos chefes e do povo do Ghana»[51]. Será verdade, como me garantiram, que em Junho-Julho de 1949 um grupo de jovens militantes ghaneses colocou Nkrumah perante a seguinte alternativa: ou assumia a direcção do novo partido, na base da luta pela independência imediata e completa, sem compromissos, ou, caso recusasse, caso se reconciliasse com a UGCC ou abandonasse o país, fundariam um partido comunista ghanês? Se é difícil confirmar esta versão dos acontecimentos[52], a verdade é que a influência do marxismo e do comunismo se fazia sentir nesses anos em Accra. De qualquer maneira, a luta do CPP vai, dentro de alguns meses, levar à greve geral e à acção política pela independência, em Janeiro de 1950, greve e acção a que o governador inglês responde com repressão sangrenta[53]. O próprio Nkrumah é preso. Um ano mais tarde sai da prisão, após as eleições, para formar um desses governos mistos em que os poderes se encontram partilhados entre ministros africanos e ministros ingleses, tipo de governo que condenara sem apelo na sua brochura de 1947. De 1951 a 1957, a marcha para a independência vai prosseguir, através de negociações, de sucessivos retoques e melhoramentos, de concessões mútuas. Ministros e parlamentares ghaneses vão tomar, eles próprios, medidas contra a agitação e propaganda comunistas, limitando-se algumas destas à simples cópia das que os trabalhistas ingleses haviam tomado a partir do início da guerra fria (proibição de nomear comunistas para certo número de cargos) e indo outras ainda mais longe (proibição de introduzir e difundir a literatura marxista e comunista[54], segregação dos comunistas do ensino). A exploração imperialista mantém-se, enquanto o governo autónomo, embora colaborando com as autoridades e com o capital estrangeiro, se esforça por satis-

50 Segundo a *Autobiography* de Nkrumah, edição de bolso, Nelson, p. 57.

51 *Ibid.*, p. 85.

52 Esta versão foi-me fornecida, em Accra, por um jornalista ghanês marxista que fez parte desse grupo de jovens em 1948-1949 e que se tornou nos anos sessenta um dos mais próximos colaboradores de Nkrumah.

53 Há uma singular coincidência cronológica entre as repressões coloniais da Costa do Ouro em Janeiro de 1950 e as da Costa do Marfim em Janeiro-Fevereiro do mesmo ano — em dois países, como se sabe, limítrofes. Pode pensar-se que tal coincidência não terá sido fortuita.

54 Esta proibição, decretada em 1954, vai manter-se em vigor até 1962. No período que vai de 1953 a 1957, vários militantes ghaneses foram processados, por exemplo, por terem divulgado o órgão do Kominform (*Pour une paix durable, Pour une démocratie véritable*). Daí resulta que no momento da viragem de 1961-1962 Nkrumah tem à sua volta muito poucos colaboradores com a formação ideológica necessária para compreenderem e aplicarem a nova linha. Deve notar-se que Nkrumah julgou inútil mencionar este período de maccarthismo larvado, quer na sua *Autobiography* (1957), quer em *Africa Must Unite* (1963), quer em qualquer outro livro ou artigo: evitou assim apresentar as suas razões ou justificações. Medidas análogas foram tomadas na Nigéria em 1954 e avalizadas por ministros africanos.

fazer certas reivindicações populares (no domínio do ensino, da saúde pública, do equipamento). Através destes compromissos, chega-se finalmente à proclamação da independência. Mas a potência colonial continua a estar presente, mesmo após 6 de Março de 1957: porque continua a fornecer um certo número de altos funcionários dos ministérios (até 1962), porque enquadra e comanda o exército (até 1961), porque, no essencial, continua senhora da economia do país (pelo menos até à viragem de 1961-1962). E pode supor-se que, se Nkrumah esperou até 1962 para finalmente publicar *Towards Colonial Freedom*, é porque só nesse momento o livro deixava de correr o risco de estar, ou parecer estar, em oposição à sua política efectiva. De qualquer maneira, porém, foi necessário justificar o imenso desvio seguido entre 1950 e 1962. Antes do mais, as razões tácticas. Nkrumah e o seu partido declaram-se prontos a encetar uma campanha, à escala nacional, pela independência imediata e a deixar o governo — se todos os outros dirigentes políticos ghaneses se lhes juntarem e formarem uma frente unida[55]. À falta desta frente unida, consideram que devem utilizar as posições de poder já conquistadas para progredirem, realizarem reformas e continuarem a avançar no sentido do seu objectivo inicial — a independência completa. No prefácio da sua *Autobiography*, Nkrumah tentou generalizar a sua própria experiência política, erigindo em regra a sucessão de duas fases — uma de «acção positiva», que seria um ataque frontal contra o ocupante e reunia poucas hipóteses de êxito total; outra, de «acção táctica», que é uma espécie de jogo, de competição pacífica. Contudo, a «acção táctica» deve igualmente basear-se numa ideologia clara e persuasiva. Não se trata, na verdade, da definição de uma linha de acção, mas simplesmente do resumo da história da independência ghanesa. Em 1952, Nkrumah torna-se oficialmente primeiro-ministro e a Constituição é modificada. Continuam a ser votadas moções reclamando a independência.

55 *Autobiography*, pp. 120-121. Este episódio situa-se em Outubro de 1951.

Em 1953, num importante discurso, Nkrumah apresenta uma dessas moções ao Parlamento ghanês. Recorda, nesse discurso, algumas das suas teses fundamentais: «O direito dos povos a decidirem do seu próprio destino, a viverem livres, não deve ser aferido pelo critério da cor ou do nível de desenvolvimento da sociedade. É um direito inalienável, que só lhes pode ser arrancado por forças mais poderosas, quaisquer que sejam os seus métodos e justificações, quando esses povos não têm a força necessária para exercer este direito [...]. Nunca, na história do Mundo, a dominação estrangeira ofereceu a independência numa bandeja de prata a um povo vencido. É por isso que afirmo que só a vontade e a resolução populares de assumir as responsabilidades da independência podem ser o critério capaz de verificar se um povo está preparado para empreender essa tarefa[56].»

Mais adiante, Nkrumah, depois de recordar o que o seu governo já realizou, sublinha que a independência, em si mesma, não é um fim e que deve servir para garantir a felicidade do povo e uma vida feliz para todos. Naturalmente, como fará muitas vezes, Nkrumah insiste na ausência de qualquer ódio racial, de qualquer espírito de vingança ou de chauvinismo, nestas aspirações nacionais[57]. Mas, relativamente à

56 *Ibid.*, p. 159, 10 de Julho de 1953.

57 A ausência de qualquer elemento racista no nacionalismo africano é um facto; não valeria, portanto, a pena insistir mais neste ponto se ainda hoje não continuassem as insinuações desagradáveis de toda a ordem sobre esta questão. Perguntar-se, como o faz ainda Colin Legum (*Panafricanism*, p. 34), por que é que o pan-africanismo não se transformou num movimento antibranco é já característico de uma espécie de racismo inconsciente, em que a palavra «branco» designa exclusivamente os habitantes dos países capitalistas e colonialistas, deixando os povos árabes de ser considerados brancos, porque foram submetidos à dominação colonial, e não o sendo igualmente os povos da Europa socialista, porque não têm colónias. Mas o mais grave é o que vem a seguir: o autor descobre não se sabe bem que «sentimento ambivalente em que se misturam amor e ódio» na atitude dos Africanos em relação aos europeus coloni-

brochura de 1957, depressa nos apercebemos de que falta qualquer coisa. A análise do mecanismo da exploração económica imperialista desapareceu, enquanto as conclusões se mantêm. E por esse facto produz-se como que um deslize, uma modificação na significação dessas mesmas conclusões: em lugar de serem a tradução, na prática, do estudo científico da realidade socioeconómica, tomam, uma vez mais, o aspecto de princípios éticos, de fórmulas *a priori*. É certo que isso acontece, muito normalmente, na vida de qualquer

zadores. E admite, por fim, que existe uma profunda «amargura racial» no próprio pan-africanismo, considerado mais sob o aspecto da independência do que sob o aspecto da unidade africana. Na realidade, a descrição psicológica não pode explicar o que quer que seja; pode apenas conduzir à enumeração de uma série de pequenos factos donde se podem extrair as conclusões mais contraditórias. O pensamento político e a evolução actual da África Negra excluem o racismo e o ódio chauvinista dos súbditos da Europa imperialista por uma razão fundamental: recusam o isolacionismo e pretendem manter, sob uma nova forma, as relações económicas, comerciais e culturais com essa Europa. Em comparação com esta causa, a aliança com os movimentos operários e anticolonialistas da Europa e, nas colónias, com alguns europeus anticolonialistas — franceses, ingleses e excepcionalmente portugueses —, por muito importante que tenha sido, constitui uma explicação secundária. Evidentemente, onde nenhuma válvula de segurança foi por assim dizer conservada, onde o colonialismo fez suceder, num espaço de quinze dias, a tentativa de reconquista ao reconhecimento da independência — refiro-me ao Congo-Kinshasa —, não existe nada de espantoso no facto de o ódio ter vindo à tona de maneira duradoura. Mas, mesmo neste caso, não se pode pôr em causa qualquer doutrina política africana. Na vida quotidiana dos países independentes verifica-se, regra geral, que na rubrica dos casos do dia não se encontra qualquer assassínio, ou tentativa de assassínio, de europeus ou estrangeiros do mundo ocidental. Em Fevereiro ou Março de 1961, Sékou Touré, falando numa reunião de comerciantes europeus e libaneses da Guiné, exclamava: «Sabeis bem que, depois da independência, não houve crime algum na Guiné.» Não era inteiramente verdade, na medida em que tinha realmente havido alguns crimes, mas só guineenses tinham tido o privilégio de ser assassinados: nenhum «branco», como diria Colin Legum, o tinha sido. Para nos mantermos no plano das doutrinas, nunca é de mais repetir que é necessário ter em consideração as teorias dos próprios africanos e não as que os seus amigos lhes atribuem por vezes; foi Sartre e não os africanos quem falou de «racismo anti-racista».

partido marxista, quanto mais não seja porque a moral, embora sendo um produto de regimes económicos e de determinadas culturas, nem por isso deixa, por sua vez, de se transformar em força actuante. Mas, geralmente, continua a ser possível manter uma espécie de vaivém entre a exigência moral e a análise das situações concretas: aqui, é impossível; o discurso de Nkrumah eliminou completamente a realidade económica e a análise das forças sociais em presença.

Ora, a partir do momento em que os ministros africanos entraram para o governo, outra motivação, que não a necessidade de uma táctica hábil, desempenhou provavelmente também o seu papel. Em *Africa Must Unite*, ao descrever o desenvolvimento constitucional, administrativo, social e económico do Ghana após a independência, Nkrumah evoca as suas inquietações anteriores à independência; receava não dispor do aparelho administrativo e dos quadros necessários para realizar o seu programa. «Tínhamos duas possibilidades. Ou boicotar o aparelho governamental existente — função pública, polícia, magistratura —, ou cooperar com ele, reforçando, ao mesmo tempo, a nossa própria força no interior do governo.» A segunda solução foi a escolhida, por duas razões: «acelerar, por essa forma, a africanização dos quadros e evitar uma brusca derrocada do aparelho administrativo, após o êxodo maciço dos funcionários britânicos»[58]. A segunda razão parece-me ter exercido uma influência fundamental na decisão de Nkrumah; e não era só no domínio administrativo que pretendia absolutamente evitar a derrocada, a ruptura súbita; receava-a igualmente no domínio económico e até no domínio dos costumes e das relações sociais (daí, a manutenção dos chefes ghaneses). Na Guiné, no momento da independência, Sékou Touré e o PDG não tiveram de se colocar problemas semelhantes. Não havia escolha possível, pois, como represália contra a votação a favor da independência,

[58] *Africa Must Unite*, Heinemann, 1953, p. 88.

o governo francês tinha retirado todos os seus funcionários e reduzido as relações comerciais. A Guiné teve de ultrapassar essa situação e seguir avante, apenas pelas suas próprias forças, e foi isso que conferiu à experiência guineense, durante algum tempo, uma significação exemplar. O Mali, por seu turno, não necessitou de refazer todo este percurso, precisamente porque o malogro das represálias contra a Guiné tinha ensinado à alta administração francesa que mais valia dar provas de um pouco de paciência e de prudência. Os outros governos africanos não tiveram de enfrentar o mesmo problema pela simples razão de, muito antes da independência, já terem tomado partido e decidido manter os laços com a União ou Comunidade Francesa, ou com a Commonwealth britânica; foi inclusivamente por essa razão que preferiram não se apressar a falar de independência. Para Nkrumah, pelo contrário, tratava-se, como o reconhece ele próprio, de uma verdadeira opção. Na sua decisão pesaram certamente alguns factores circunstanciais: enveredar pelo caminho da ruptura era um acto revolucionário que comportava para o Ghana autónomo de 1951-1957, e mesmo para o Ghana independente de 1957-1961, tanto mais riscos quanto é certo que existiam oposições políticas legais: o CPP não era partido único (só passou a sê-lo, legalmente, em 1964) e os conflitos internos eram violentos. Por outro lado, já em 1951 o desenvolvimento da Costa do Ouro era muito maior do que nos territórios franceses, e as necessidades das massas eram, por conseguinte, também maiores; nada prova que, mesmo em nome da independência, estivessem dispostas a aceitar as consequências de tal ruptura — isto é, a aceitar que, durante algum tempo, as suas necessidades passassem talvez a ser menos bem satisfeitas. Mas a escolha de Nkrumah parece-me ter-se baseado também em algo diferente destas condições locais. Pela sua própria formação intelectual — de que o marxismo não é o único elemento, embora seja um dos essenciais —, Nkrumah não podia conceber a independência senão como um meio indispensável para libertar as forças produtivas do

país colonizado, para acelerar o seu desenvolvimento e para o modernizar rapidamente. Era aí que conduziam, com efeito, as suas reflexões de 1947. Por isso, devia repugnar-lhe ser ele o causador do recuo que, muito embora provisoriamente, se teria seguido a uma decisão de ruptura brutal com toda a herança administrativa e económica do país. Contudo, o que distingue, neste ponto fundamental, Nkrumah dos políticos africanos que desde o início, com toda a naturalidade, subordinaram a conquista da independência à manutenção nestes dois domínios dos laços com a metrópole é o facto de ter enfrentado o dilema, com plena consciência e com a vontade de utilizar a solução adoptada, para alcançar, no mais curto prazo possível e com um mínimo de consequências dolorosas para o seu povo, uma total libertação. Desmentindo as acusações de utopia, de megalomania e de aventureirismo muitas vezes lançadas irreflectidamente contra ele, a história verificará que em Nkrumah o rigor dos princípios se aliava bastante bem ao realismo e a uma certa moderação.

A teoria da independência a meio caminho entre a economia e a ética

No entanto, o itinerário seguido em direcção à independência, as inflexões de um pensamento que parece passar, sem qualquer advertência, da determinação da independência pela realidade económica à sua determinação por imperativos éticos, para voltar em obras posteriores ao seu ponto de vista inicial (tratando-se, desta vez, quer da independência dos povos africanos ainda submetidos ao colonialismo directo, quer da independência real dos povos neocolonizados), não podem deixar de levantar problemas. Por mais imperiosas que possam ter sido, as razões tácticas[59] não chegam para explicar tudo.

[59] O cap. 13 da *Autobiography* intitula-se, com efeito, «Tactical action» e trata precisamente do problema da linha seguida, a partir de 1951, em relação à administração britânica (pp. 122-129, nas quais é igualmente abordado o problema dos investimentos privados estrangeiros).

Comparando o que foi a história real do Ghana com o esquema de 1947, descobre-se, com efeito, uma falha nesse esquema. Este pressupõe que basta opor, em bloco, o povo colonizado ao colonialismo estrangeiro. Apesar de algumas alusões às forças sociais internas, que já assinalámos, em *Towards Colonial Freedom* não são analisadas as contradições internas dos colonizados, nem a existência de forças sociais que podem servir de apoio ao regime estrangeiro e a daquelas que, pela sua oposição a outras classes exploradas, podem travar a marcha para a independência. Não se pode fugir à impressão de que Nkrumah, amigo de Padmore, deve ter pensado, desde essa data, tal como este último, ser necessário, para libertar o país, opor-se vigorosamente às tendências tribalistas e feudais: o apelo à organização unitária do povo colonizado prova-o com toda a evidência. Mas o jogo dos conflitos internos, num país como a Costa do Ouro, relativamente desenvolvido para uma colónia, era muito mais complexo do que um conflito entre as sobrevivências mais ou menos tradicionais e as forças que pretendiam modernizar o país. É provavelmente essa subavaliação do papel das contradições internas que está na origem das dificuldades de Nkrumah, que continuou a afirmar o princípio da unidade do país, mesmo quando este era teatro de conflitos cada vez mais graves[60].

Nkrumah não foi o único africano a quem, na busca de uma ideologia da libertação nacional, se deparou esta dificuldade, e isso não deve admirar-nos, porque não existia o menor fio condutor utilizável neste campo; e, em última análise, só a prática, só a história real, permitiram ver um pouco mais claro (por outras palavras, foi através da independência finalmente conquistada que se tornou possível compreender melhor quais eram os obstáculos a essa inde-

60 Posteriormente, Nkrumah tentou analisar estes conflitos num documento oficial (não assinado, mas que tem a sua marca) de 1961: *Le Livre blanc sur le récent complot*, num capítulo de *Africa Must Unite* (cap. XIV: «A Edificação do Socialismo no Ghana») e, por fim, em *Dark Days in Ghana*, 1968.

pendência). Mas não é menos notável que esta dificuldade seja posta em evidência na sua obra, por assim dizer, em negativo, porque esse mesmo facto atesta a seriedade, a lucidez e a vontade de clareza com que enfrentou os problemas, simultaneamente teóricos e concretos, da luta de libertação nacional em África. Sob este aspecto, a personalidade intelectual de Nkrumah destaca-se muito fortemente contra o fundo de dirigentes africanos anglófonos, cujo pensamento político é muitas vezes incerto, empírico e penetrado de um sopro de religiosidade[61]. Porque é preciso continuar a insistir no facto de na África Negra, devido à falta de consciência nacional propriamente dita e de uma existência nacional no interior das fronteiras actuais anterior à colonização, a exigência da independência não surgir por si só, e ser necessário dar-lhe fundamento. E tal só é possível por duas vias: uma, que se baseia na análise global da natureza do imperialismo colonizador e da contradição entre a exploração estrangeira e o desenvolvimento dos colonizados; outra, baseada numa concepção filosófica idealista e que põe a tónica numa teoria moral, utilizando esta última a contradição existente entre a ideologia humanista das democracias burguesas colonialistas e a prática colonial dessas mesmas potências. Mas estas duas correntes de pensamento — que não cessam, como vimos, de se misturar — têm sempre de procurar e encontrar um meio de se inserirem na realidade sociocultural dos povos colonizados, a fim de poderem influir sobre essa realidade e introduzir uma consciência nacional que só pode chegar do exterior. É nesta nova contradição que o empirismo encontra a sua origem — e, forçoso é reconhecê-lo, a sua força. Um teórico não africano, foi o caso de George Padmore, pode contentar-se, do seu ponto de vista

61 Nkrumah define-se a si próprio, na *Autobiography*, p. 10, como «um cristão que não pertence a qualquer igreja e socialista marxista». Em seguida, não volta a falar das suas convicções religiosas. Pelo contrário, os discursos e intervenções de Azikiwé, na Nigéria, para citarmos apenas este caso, estão cheios de referências aos princípios religiosos, ligados aqui ao apelo à independência.

de observador exterior, com proclamar que a conquista da independência exige a liquidação do tribalismo e da feudalidade local, exige organizações políticas unidas à escala nacional: são princípios elementares, mas cuja aplicação local se debate com dificuldades imensas. E não é virando-se constantemente para as potências imperialistas que encorajaram e auxiliaram poderosamente o desenvolvimento do tribalismo e da feudalidade, não é fazendo protestos em torno da sua vontade anticomunista, que os dirigentes africanos podem mais facilmente resolver estes problemas: no entanto, era essa a via recomendada por Padmore, cuja influência seria frequentemente negativa[62].

O caso do Quénia visto por Tom M'Boya (1962)

Mais do que retomar o exemplo clássico da Guiné, cujo acesso pacífico à independência completa só foi possível graças à liquidação prévia das chefaturas coloniais e à sua substituição por conselhos locais eleitos (mas tudo isto feito numa perspectiva completamente diferente da do anticomunismo de Padmore[63]), é interessante evocar o testemunho

62 Entre muitas outras passagens, podemos remeter para as conclusões do capítulo de *Pan-africanisme et communisme* (pp. 298-301 da tradução francesa, Présence Africaine) sobre a Nigéria: Padmore censura aí os nacionalistas nigerianos por se entregarem facilmente ao regionalismo, em vez de oporem às manobras de divisão territorial dos Ingleses a exigência de uma Nigéria independente e *unitária* (o que, em princípio, é correcto, ainda que regionalismo e tribalismo não sejam exactamente sinónimos). Em seguida, depois de ter sublinhado, uma vez mais, os perigos do tribalismo, o «maior obstáculo à criação de um Estado democrático moderno e de uma nação unificada», tenta meter medo, quer aos dirigentes políticos tribais africanos, quer aos dirigentes colonialistas europeus, proclamando que, se insistirem na mesma via, acabarão por atirar os Africanos para os braços do comunismo e dos «Russos». Ora, as massas africanas não tinham medo do comunismo nem dos «Russos», que conheciam pouco ou nada, mas sim do poderio material dos colonizadores, como lembra Tom M'Boya na passagem que mais adiante citamos.

63 Cf. *Guinée, prélude à l'indépendance*, Présence Africaine, 1958, que contém o processo verbal da Conferência dos Dirigentes de Círculo da Guiné, 25-27

de um discípulo de Padmore, justamente considerado, em África, um representante dos mais qualificados da tendência pró-americana, o queniano Tom M'Boya. Profundamente empírico, descreve deste modo as dificuldades do combate pela independência: «Um movimento nacional tem de enfrentar o problema de modificar a mentalidade inculcada pela potência colonial. Na escola, os Africanos aprenderam a admitir que o desenvolvimento dos seus países e a conquista da independência só gradualmente poderiam ser alcançados. Ensinaram-lhes a 'política do impossível' — a saber: que a independência não chegaria durante as suas vidas; que não deviam esperar ganhar a partida; que, para governar, tinham necessidade de uma instrução avançada [...]. No Quénia e noutras colónias, muitos homens, especialmente chefes, adquiriram a convicção, sob a influência da doutrinação administrativa, de que os brancos não podiam ser derrotados e de que continuariam a ser os senhores, fosse qual fosse a agitação provocada [...]. Quando a luta se encontra no estádio inicial, a oposição deste tipo de pessoas constitui um dos problemas mais sérios. Lembro-me de que em 1952, quando decidi militar a favor da KAU[64], não só o meu pai mas também outros anciãos da tribo me diziam frequentemente: 'Não podemos competir com os Europeus. Não esqueçamos que eles têm aviões: podem voar, enquanto

de Julho de 1957. No prefácio, Jacques Rebamanjara escreve, muito bem: «Sékou Touré teria partilhado a sorte de Djibo Bakari, se não tivesse sabido desmantelar, pulverizar a tempo, o quadro carunchoso dos notáveis impopulares e retrógrados» (p. 12). No entanto, é igualmente verdade que a acção incessante da população e dos militantes PDG contra os chefes locais, ao longo dos anos anteriores, tinha tornado mais fácil este desfecho.

64 Kenyan African Union, partido nacionalista, fundado por James Gichuru, em 1945, e de que Jomo Kenyatta se tornou presidente, ao regressar de Inglaterra, em 1 de Junho de 1946. Acusada, pelas autoridades coloniais inglesas, de ter instigado o chamado «levantamento dos Mau-Mau», em 1952, a KAU foi proibida, em Junho de 1953; os seus principais dirigentes, entre os quais Kenyatta, tinham sido presos em Outubro de 1952.

nós temos que andar a pé. Possuem automóveis e espingardas[65].'»

Estas observações vêm juntar-se, para a costa oriental da África, às que apontámos atrás, relativamente à AOF. Mas Tom M'Boya precipita-se, quando se limita a pôr em causa o ensino fornecido pelo regime colonial. O seu próprio texto revela, sem o esclarecer suficientemente, que se trata aqui do papel desempenhado pelos chefes e pelos anciãos, isto é, pelas estruturas sociais e culturais tradicionais, cujo sentido se referia a uma África pré-colonial, na qual não existiam nem o Quénia, nem o Ghana, mas a Federação Achanti e a tribo Kikuyu, etc. — estruturas que a colonização, embora atacando-as violentamente, conservava, para se opor ao nascimento de uma consciência nacional. O dirigente queniano, não conseguindo reflectir sobre este aspecto do problema, passa imediatamente desta descrição às receitas adequadas para remediar esse estado de coisas. «A organização do movimento popular deve basear-se num número maciço de aderentes, e a sua coordenação deve tratar de fazer crescer as adesões e recolher fundos, em vez de estudar com excessiva atenção os aspectos da política futura[66].» Isto não é tudo: é necessário um dirigente para mobilizar as massas e é igualmente necessário realizar reuniões políticas, com palavras de ordem simples e que a multidão possa repetir, para inspirar confiança às massas[67], etc. Mas não se trataria, segundo Tom

[65] Tom M'Boya, *L'indépendance et après...*, 1.ª edição inglesa, 1963 (tradução francesa, Présence Africaine, pp. 72-73).

[66] *Ibid.*, pp. 73-74.

[67] *Ibid.*, pp. 70-72. Poder-se-ia pensar, ao ler esta passagem, em que Tom M'Boya exalta a velha ideia da «ginástica revolucionária» («os oradores não parecem ser muito inovadores ... Interrompem frequentemente os seus discursos e pedem à multidão para repetir, com todas as suas forças, a seguir a eles, uma série de palavras de ordem»), que a política africana descende, em linha recta, do *Viol des foules*, de Tchakhotine. O que é estranho é Tom M'Boya parecer desconhecer que Nkrumah, por exemplo, se permitia que os seus colaboradores utilizassem tais métodos, falava, contudo, perante enormes comícios,

M'Boya, de uma ideologia política, porque «um movimento nacionalista não tem tempo para se consagrar a debates ideológicos ou a divergências em torno dos programas económicos e sociais»[68]. Esta confissão despida de artifícios justifica o bastante a qualificação de empiristas como convindo a um grande número de dirigentes e intelectuais anglófonos — com excepção de Nkrumah, de Nyerere e de, até certo ponto, Azikiwé e alguns outros. Profissão de fé de ausência de ideologia e enumeração de receitas de organização, em vez de um pensamento político, são ainda mais surpreendentes neste caso por emanarem de um sindicalista, quer dizer, de um africano a quem as responsabilidades e a actividade deveriam ter feito entrar em contacto com a função unificadora e nacional das massas urbanas, e especialmente dos operários, no contexto colonial. A necessidade de criar cidades «europeias» e de nelas estabelecer, para satisfação das próprias necessidades, algumas indústrias e serviços públicos, ainda que rudimentares, obriga, com efeito, os colonizadores a provocar uma concentração de massas humanas, em que os indivíduos, originários de tribos diferentes, se confundem, em que com os sofrimentos comuns nascem também aspirações comuns. Este processo, que a colonização pode limitar e restringir

sem levantar a voz, sem fazer concessões à retórica e à ginástica revolucionária: nem por isso era menos compreendido e seguido. Da mesma forma, Sékou Touré, mais dado a utilizar os cordelinhos da oratória, dirige-se, e sempre se dirigiu, aos seus compatriotas para lhes dizer qualquer coisa, e não para os fazer repetir simplesmente palavras de ordem. Na realidade, estas linhas de Tom M'Boya fazem involuntariamente o processo do empirismo político, de que tal atitude é uma consequência; mas as massas africanas não tem nada a ver com o caso.

[68] Tom M'Boya, *op. cit.*, p. 101. Num outro sentido, como já vimos, D'Arboussier, em 1948, proclamava que o RDA não procurava impor «uma ideologia filosófica aos seus membros» (*op. cit.*, p. 41; convém lembrar que a expressão significava apenas crença religiosa). Sékou Touré, também ele, declararia que os objectivos do PDG não têm rótulos, não relevam de uma ideologia. A palavra nem sempre tem o mesmo sentido, mas estes paralelismos não deixam por isso de ser curiosos.

(fê-lo na AOF e na AEF), mas não eliminar completamente, sob pena de sacrificar os seus próprios interesses, constitui a base real da consciência nacional e do movimento político nacional. Foi o que se verificou na própria AOF, entre outras, com as greves do caminho de ferro Dakar-Níger e da Guiné; porém, o Quénia e toda a África oriental sob dominação inglesa constituem um exemplo ainda mais característico. Porque nesta região, em que a população europeia, devido ao clima mais favorável, era, na maioria dos casos, muito mais numerosa do que na África ocidental, em que os partidos políticos tiveram ainda mais dificuldade em se desenvolverem e afirmarem, em que o empirismo prejudicava o seu desenvolvimento, as lutas operárias, de certo modo, substituíram-nos.

No Quénia, o porto de Mombaça conhece três greves gerais em 1939, 1944 e 1947. Em 1950 a capital, Nairobi, encontra-se em greve geral, em consequência da prisão de vários dirigentes sindicais. Mais tarde virão os boicotes de 1953, a greve dos estivadores de Mombaça, em Março de 1955, a dos estivadores de Dar Es-Salam, em 1950, etc. Em suma, existia uma força social que dava já provas da sua capacidade de luta e não alimentava as mesmas apreensões dos chefes e anciãos, acima evocados por Tom M'Boya, em relação ao movimento nacional. Esta força tinha necessidade de um sustento ideológico, que, de acordo com a regra geral, devia ser-lhe trazido do exterior. Mas as restrições culturais impostas pelo colonialismo caminhavam aqui no mesmo sentido do empirismo de Tom M'Boya: impedir que se realize essa contribuição ideológica. Mais latamente, esta contribuição ideológica não será menos necessária às massas rurais, a partir do momento em que o movimento nacional as tiver conseguido arrancar ao medo e à sua própria dispersão e submissão. Na realidade, a negação pública de toda e qualquer ideologia encobre uma ideologia não expressa que, na maioria dos casos, se liga a uma linha pró-ocidental.

O que há, no entanto, a reter das observações relativas aos sentimentos de medo existentes nas massas africanas é,

por um lado, a necessidade de conduzir frontalmente a organização da luta nacional e da luta contra os costumes e estruturas arcaicos (eis-nos uma vez mais em presença dessas contradições internas que os doutrinários africanos evitam, muitas vezes, mencionar publicamente[69]) e, por outro lado, o facto de o caminho que conduz à reivindicação da independência nacional pelas próprias massas passar pela defesa das suas reivindicações locais e parciais, mas concretas e todas elas dirigidas contra o colonialismo. E se a palavra suaíli *uhuru* é utilizada pelos dirigentes políticos simultaneamente no sentido de liberdade e de independência é porque a segunda acepção, para o conjunto dos seus compatriotas, só ganha significação quando associada à primeira. Tom M'Boya considera que, no Quénia, a KAU, de 1946 a 1953, «insistia sobretudo na luta contra a discriminação e a concessão aos brancos de terras que lhes estavam reservadas [...]. A partir de 1957, começou-se a insistir sobretudo na independência, porque nesse ano o Ghana tinha criado um precedente para toda a África[70]». Dever-se-á, portanto, supor que, ao contrário do que se passou na AOF, no Ghana ou na Nigéria, não teria havido anteriormente teoria da independência, nem luta ideológica em torno desse tema. O programa da KAU previa, sem dúvida, a luta pela unidade do povo africano do Quénia para preparar a introdução da democracia no país, pelo direito de voto de todos os africanos adultos e pela sua representação nas assem-

69 Existe um documento significativo a este respeito: o discurso pronunciado por Ismael Touré, membro do secretariado político do PDG e, na altura, ministro das Obras Públicas, por ocasião do congresso constitutivo da JRDA (Jeunesse du Rassemblement Démocratique Africain, organização única da juventude guineense), em Março de 1959. Significativo, antes do mais, porque nele era explicitamente referida a luta contra os costumes negativos — contra, por exemplo, a autoridade dos anciãos —, que tinha sido necessário travar para atingir a independência. Mas significativo também pelo facto de, infelizmente, não ter sido publicado.

70 Tom M'Boya, *op. cit.*, p. 74.

bleias coloniais existentes[71]: em filigrana, adivinha-se, por detrás destas formulações, o objectivo da independência que era efectivamente o de Kenyatta, desde o seu regresso de Inglaterra ... mas só em filigrana.

O caso do Quénia visto por Oginga Odinga (1967)

Na realidade, o que se passou no Quénia é muito mais complexo. A luta que desde 1920 a KCA (Kikuyu Central Association) de Harry Thuku travou pela restituição das terras retiradas às tribos e pela conservação das que lhes restavam conduzia muito naturalmente, por volta de 1945, à reivindicação do poder político e da independência; o malogro das campanhas conduzidas em defesa da terra, bem como das tentativas de criação de escolas kikuyus, e a dissolução da KCA em 1940, sob o pretexto de conluio com ... Hitler, conduziam forçosamente a esta conclusão. Tal conclusão foi efectivamente tirada, mas a KAU, organização legal de 1946 a 1953, assim como as outras organizações, ilegais (tais como a KCA, clandestina, as comissões locais para a defesa das terras, etc.), tiveram o cuidado de não ostentar publicamente, perante o ocupante, a exigência da independência, embora fizessem campanha por esse tema junto das massas. Na própria KAU havia sido constituído um directório secreto que preparava a insurreição nacional, a nível de todo o país e não apenas dos Kikuyu. Ao mesmo tempo, multiplicavam-se as greves no porto de Mombaça e em Nairobi. Antigos combatentes da Segunda Guerra Mundial juntaram-se ao movimento, cujo enquadramento deveriam assegurar: foi o caso de Dedan Kimathi, mais tarde chefe dos grupos de guerrilheiros da floresta de Aberdare, executado pelos Ingleses em 1954.

O que se chamou a revolta dos Mau-Mau (1952-1956) não

71 Segundo um artigo do *The Spark* (Accra), de 20 de Dezembro de 1963: «The Man Jomo», por Peter Raboroko.

foi, portanto, contrariamente ao que durante muito tempo se pensou, um levantamento espontâneo e desesperado, mas uma insurreição nacional, prevista e organizada, mas desencadeada prematuramente, devido em parte a fugas e em parte à repressão inglesa, iniciada a grande escala e a título preventivo em Outubro de 1952. A brutalidade e a amplitude da repressão explicam que o movimento se tenha localizado nas regiões Kikuyu, Embu e Meru, com o apoio discreto, mas real, dos Luas; nos outros locais já não era possível concluir o trabalho de preparação.

Em todo o caso, o «Parlamento do Quénia», reunido no *maquis* de Aberdare em Dezembro de 1953, reivindicava simultaneamente e no mesmo plano a restituição das terras ocupadas pelos colonos e a independência. Mas o colonialismo britânico conseguiu erguer em volta do Quénia mártir um verdadeiro muro de silêncio e de desinformação.

Vencedores no plano militar, os Ingleses foram, contudo, vencidos no plano político. A partir de 1957, entram na via de compromissos constitucionais e de negociações que, de etape em etape e sob a pressão do surto das independências africanas, conduzem finalmente à independência, a 12 de Dezembro de 1963. Uma ilusão de óptica fará crer que esta independência foi conseguida pela via das negociações, quando estas foram, em última análise, impostas pelo sacrifício dos guerrilheiros de 1952. Assim, e ao contrário do que sugere Tom M'Boya, se não houve aqui teoria de independência, verificou-se, desde os anos 1946-1950, uma clara reivindicação de independência e combates para a conquistar[72].

A evolução constitucional da Nigéria

Pelo contrário, o caminho para a independência na Nigéria, depois do impulso dado por Azikiwé, em 1943-1944,

72 Resumo aqui o relato feito por Oginga Odinga, antigo membro do Directório Secreto da KAU, em *Not Yet Uhuru*, Londres, 1967.

vai desenrolar-se num plano constitucional, razoavelmente complicado. Ao mesmo tempo, a acção dos trabalhadores nigerianos é múltipla e incessante e, objectivamente, constitui uma pressão real sobre as autoridades coloniais; todavia, apesar de um pulular de partidos, grandes e pequenos, parece faltar um impulso ideológico claro. Um universitário nigeriano, O. Diké, escreverá mais tarde: «No princípio, a luta não era tanto pela independência em si como para obter uma certa participação no governo existente[73].» É certo que a grande petição de 1947, assinada por centenas de milhares de nigerianos e que uma delegação do NCNC levou a Londres, continha reivindicações constitucionais que equivaliam a uma exigência da independência a prazo. No entanto, sobretudo a partir de 1953, quando o governo inglês, representado então por MacPherson, conseguiu impor uma constituição federalista, desmembrando a Nigéria em três regiões, cada uma com parlamento e governo próprios, tendo no topo um parlamento e um governo federais (em que a região norte, devido ao número de habitantes que os recenseamentos lhe atribuem, vai ser maioritária, e com ela o partido reaccionário Northern People's Congress, criado por instigação dos Ingleses), fica-se com uma impressão de queda num atoleiro de querelas pessoais e de intrigas jurídicas.

A tragédia do Congo e o balanço das independências

Uma vez tornados independentes o Ghana e a Guiné — portanto em finais de 1958 —, a questão da independência passa a pôr-se noutros termos. Os factos falam por si: os povos africanos encontram-se em condições de conquistar a independência e de o fazer até por vias relativamente pacíficas. Os problemas da organização e da acção passam para

[73] In *Latitude*, Julho-Setembro de 1960, citado por Woddis, *The Lion Awakes*, p. 26.

o primeiro plano. A Conferência dos Povos Africanos, reunida em Accra, por iniciativa de Nkrumah, de 5 a 13 de Dezembro de 1958, é, treze anos depois de Manchester, uma espécie de congresso, onde se encontram, em certos casos pela primeira vez, alguns dos futuros dirigentes ou chefes de Estado. Entre eles, Lumumba.

A estratégia continental de Lumumba

É certo que o seu partido, o MNC (Mouvement National Congolais), tinha sido criado algumas semanas antes. No entanto, os encontros de Accra foram decisivos para a formação política de Lumumba e, assim, contribuíram para acelerar o ritmo dos acontecimentos no Congo. O problema do conteúdo da independência, dos meios de assegurar, para lá do momento da ruptura, o desenvolvimento do país e uma certa continuidade, recebe efectivamente, aos olhos de Lumumba, uma resposta imediata da Conferência de Accra: embora reduzida, existe já uma África independente, e a sua solidariedade, solenemente jurada, possibilitará a independência imediata. Por outro lado, para além dos Estados já independentes e que funcionam, há toda a força da opinião pública africana nos países ainda dependentes e de todos os partidos e movimentos representados em Accra, sem contar com a força dos sindicatos. É a convicção de que a nova África pode apoiar eficazmente um Congo independente que vai dar ânimo a Lumumba e o levará a empenhar-se num empreendimento em que seria errado ver somente uma aposta e uma aventura. Lumumba e, com ele, os outros membros da Conferência de Accra sabem que, pelo simples facto da sua posição geográfica, o Congo representa uma parada decisiva; se se tornar verdadeiramente independente, será possível auxiliar os nacionalistas africanos da África do Sul, de Angola, das Rodésias e de Moçambique; caso contrário, o processo será muito mais longo e difícil. Lumumba conclui, portanto, que a África, pelo

menos a África dos nacionalistas, que a esta data se encontra na sua fase ascendente, não poderá deixar cair o Congo. Ora o caso dos nacionalistas congoleses não é o dos nacionalistas do Quénia, da Niassalândia, das Rodésias, etc. Se o exemplo Ghana-Guiné constitui para estes, de facto, um encorajamento e contribui para acelerar os acontecimentos, a verdade é que esse estímulo vem aqui enxertar-se num movimento nacional que tem já atrás de si um passado, que existe, apesar das repressões, e à frente do qual se formou já um certo número de quadros políticos. Mas o Congo acaba de acordar para a vida política; não tem praticamente quaisquer quadros técnicos ou políticos formados. Nenhum partido conseguiu aí adquirir um mínimo de organização nacional ou de experiência. Além disso, a Igreja controla, no essencial, o ensino rudimentar ministrado no Congo. Em suma, tendo em conta o estado do país, a independência constitui uma aposta arriscada. Por isso, só a certeza da solidariedade e da unidade africanas pôde convencer Lumumba a seguir em frente[74]. Se assim não fosse,

74 Em apoio desta interpretação, sublinho este pequeno facto: na Primavera de 1960, algumas semanas antes da independência, Lumumba dirigiu-se a Accra, enquanto Gizenga se dirigia a Conakry. Asseguraram-me que os dirigentes congoleses tinham então exposto a sua urgente necessidade de quadros para depois da independência e pedido um auxílio que lhes teria sido formalmente prometido. O seu único erro teria sido, portanto, acreditar em promessas ... Por outro lado, a publicação póstuma, em 1961, de um texto redigido por Lumumba em 1956 e intitulado: *Le Congo, terre d'avenir, est-il menacé?* (e que posteriormente não desejava ver publicado), teve, pelo menos, o interesse de fazer luz sobre a sua própria evolução: efectivamente, neste ensaio de juventude, Lumumba tenta estudar a situação económica e social do Congo sob dominação belga: não chega à conclusão de que a independência se impõe e limita-se a reclamar certas reformas, precisamente porque a sua análise não lhe permite ainda concluir pela possibilidade da independência imediata. Pode ver-se aqui, portanto, uma prova da minha interpretação: foram os acontecimentos africanos, mas exteriores ao Congo, que o decidiram a resolver-se. Além disso, veja-se o seguinte testemunho de um amigo de Lumumba, Luís López Álvarez: «Deixava transparecer, durante as nossas conversas sobre os estágios (de Economia e de Ciências Políticas), a sua inquietação pela falta de quadros, inquietação que se transformava, por vezes, em verdadeira obsessão.» (Álvarez, *Lumumba, ou l'Afrique frustrée*, Cujas, 1964, p. 43.)

teríamos de pensar que Lumumba pretendia sacrificar-se a si e ao Congo em nome da honra, em nome apenas dos princípios: ora nada indica que Lumumba tenha sido adepto de «cânticos desesperados».

Em todo o caso, o que se observa imediatamente após a Conferência de Accra — e mesmo nas semanas precedentes — é o facto de a palavra «independência» deixar de ser tabu: o programa de Lumumba exprime-se em termos claros e decididos; já não existe aqui a preocupação táctica de evitar os termos subversivos e de procurar fórmulas jurídicas à inglesa (gerir os seus próprios assuntos, governo autónomo, etc.) ou à francesa (união, comunidade, associação, etc.) para substituir o termo exacto. Lumumba formula sem rodeios a razão por que é assim: «O sopro de libertação que atravessa actualmente toda a África não deixa indiferente o povo do Congo. A consciência política, latente até há bem pouco tempo, manifesta-se, exterioriza-se e vai afirmar-se mais ainda nos próximos meses [...]. Esta conferência histórica [...] revela-nos uma coisa: apesar das fronteiras que nos separam, apesar das nossas diferenças étnicas, temos a mesma consciência [...]. A mesmas preocupações de fazer deste continente africano um continente livre, feliz, liberto da inquietação, do medo e de toda e qualquer dominação colonialista[75].»

Anteriormente dissera perante os delegados da Conferência de Accra: «O nosso movimento (o MNC) tem como objectivo fundamental a libertação do povo congolês do regime colonialista e o seu acesso à independência.»

De regresso a Léopoldville, a 28 de Dezembro de 1958, dirigindo-se aos Congoleses, durante o primeiro comício do

75 Discurso na Conferência de Accra, em 11 de Dezembro de 1958, in *La Pensée politique de Patrice Lumumba*, Présence Africaine, 1963, pp. 11-12. As citações seguintes correspondem respectivamente às pp. 10 e 16.

MNC, Lumumba segue uma ordem inversa: apresenta em primeiro lugar as conclusões da Conferência Pan-Africana de Accra e em seguida os objectivos do MNC, que surgem, portanto, como a aplicação ao Congo dos princípios da linha geral do movimento nacional africano no seu conjunto.

«A Conferência reclama a independência imediata de toda a África e proclama que nenhum país em África pode continuar sob dominação estrangeira após 1960. A Conferência de Accra, do Rassemblement Africain, constitui uma etape decisiva no sentido da plena afirmação da personalidade africana, da unidade total de todos os povos irmãos do nosso continente [...]. Todas as forças do país se devem mobilizar, tendo em vista apressar a realização dos objectivos que acabamos de definir, para o bem-estar de todos.»

Nada mais claro: é a unidade de acção da África independente e combatente que garante, aos olhos de Lumumba, a possibilidade da independência congolesa num prazo mais curto. No caso do Congo, e a partir desta data, o objectivo fixado implica necessariamente que a independência deve ser conseguida, conjuntamente por todo o Congo na sua unidade, cuja preservação se impõe para poder mais tarde inserir-se numa unidade africana de um nível mais elevado. E Lumumba retoma o termo «balcanização», popularizado por Senghor, para denunciar as manobras — bem reais — do colonialismo belga. Mas, enquanto Senghor, em 1950-1960, ao sublinhar a necessidade da luta contra a balcanização da AOF e da AEF, realizada através da lei-quadro de Defferre, fazia passar para segundo plano a exigência da independência, para Lumumba independência imediata e conservação da unidade do Congo formam um todo indivisível. Sabe-se que, alguns meses mais tarde, no auge da crise do Verão de 1960, Lumumba convocou para Léopoldville uma conferência de solidariedade que esperava ser «a maior conferência cimeira africana». «A África vai pronunciar-se, a África vai tomar posição. A África vai dizer ao Ocidente que a época da dominação e da colonização chegou ao fim», afirmava então[76]. A conferência, reunida efectivamente a 25 de Agosto de 1960, esteve infelizmente longe de ser a «grande conferência» esperada. Apesar do malogro já evidente, Lumumba, no seu discurso de abertura, pretende retomar o fio e marcar a continuidade entre a conferência de 1958 e a de Léopoldville: «Foi em reuniões como esta que tomámos consciência da nossa personalidade e da nossa solidariedade activa [...]. Não é verdade que, a partir dessa conferência histórica [a de Accra], que assinalou o início da libertação da África, nada, nem os ventos, nem as armas, nem a repressão, nada disso conseguiu, nem poderá conseguir, travar o movimento popular de libertação?»

E Lumumba conclui fazendo um apelo à África para que passe dos projectos aos actos.

A aceleração das independências (1959-1960)

Tendo em conta o sentido simbólico que se deve atribuir à Conferência de Accra, acontecimento em que se condensam vários outros acontecimentos (a independência da Guiné, a vitoriosa resistência deste país ao bloqueio francês, a união Guiné-Ghana em Novembro de 1958, o carácter precário da comunidade gaullista de 1958, etc.), a apreciação de Lumumba é, no seu conjunto, exacta.

A sucessão dos factos é eloquente: no princípio de 1959, é a tempestade de Léopoldville, onde as manifestações congolesas e a repressão belga destroem num só golpe o muro de silêncio, e são as manifestações e o levantamento da Niassalândia, em Fevereiro, e a agitação nas Rodésias; em Setembro, é a Assembleia do Sudão (Francês) a reclamar a independência da Federação do Mali; em Dezembro, é o discurso de De Gaulle,

[76] *Ibid.*, pp. 295 (conferência de imprensa de 9 de Agosto de 1960, em Léopoldville) e 318 (no que se refere à citação seguinte — discurso de 25 de Agosto de 1960).

em Dakar, assinalando um primeiro recuo do governo francês; no princípio de 1960, é a independência fictícia dos Camarões de Ahidjo, mas são também as manifestações nacionalistas em Douala e, em Fevereiro, um referendo em que, apesar das fraudes e das pressões, uma enorme minoria se pronuncia contra Ahidjo. Em Janeiro, a independência do chamado Congo Belga é marcada para 30 de Junho de 1960, enquanto a Nigéria deverá tornar-se independente em 30 de Setembro. Em 3 de Junho, para surpresa geral, é a iniciativa de Houphouët-Boigny, que se apressa a tomar o comboio em andamento: o presidente do RDA (ou do que dele resta) reclama, por sua vez, a independência sem a assinatura prévia de acordos de cooperação[77]. É o sinal para a independência (formal) de todas as antigas colónias francesas da África Negra e é o fim da comunidade gaullista, que vai ser substituída com vantagem por um sistema mais flexível de alianças desiguais.

Em todos estes casos, a noção de independência deixou, em si mesma, de estar em causa: ao longo de todo este período, a independência impõe-se como uma evidência, como condição prévia de toda e qualquer evolução posterior. Do mesmo modo que no século XVIII a noção e a exigência de um regime republicano, que os filósofos, apesar de abundantes referências a Roma e a Atenas, tinham muita dificuldade em basear na realidade do seu tempo, não se impuseram verdadeiramente senão a partir do momento em que um grande Estado, os Estados Unidos, se proclamou República, assim também na África Negra contemporânea a independência só deixa de ser uma ideia discutida e controversa a partir do momento em que duas ex-colónias — uma anglófona e outra francófona — puderam dar a todo o continente o exemplo e o estímulo da sua independência realizada.

77 Na realidade, o resultado prático foi o mesmo: com excepção da Guiné e do Mali, as ex-colónias francesas só se tornaram independentes ligando-se à França através de acordos de cooperação.

O aviso de MacMillan na Cidade do Cabo (1960)

No início desse ano de 1960, o primeiro-ministro britânico, MacMillan, pronunciava, perante o Parlamento Sul-Africano (branco), na Cidade do Cabo, o discurso histórico em que verificava: «O vento da mudança sopra em todo o continente. Quer queiramos quer não, o surto da consciência nacional é um facto político. Este facto, devemos reconhecê-lo como tal e tê-lo em conta na definição da nossa política. Caso contrário, arriscar-nos-íamos, em meu entender, a pôr em causa o frágil equilíbrio hoje existente entre o Leste e o Ocidente. Na minha opinião, o grande problema desta segunda metade do século XX está em saber se os povos não alinhados da Ásia e da África vão pender para o Leste ou para o Ocidente, saber se vão ou não ser arrastados para o campo do comunismo[78].»

Houve muitas vezes tendência para reter desta passagem célebre apenas o início e a fórmula de «o vento da mudança». Mas vê-se muito bem aonde o *tory** que é MacMillan quer chegar: no ponto em que nos encontramos devemos reconhecer o movimento nacional, conceder a independência sem demasiadas dificuldades, mas, em contrapartida, trataremos de conseguir que os Estados africanos independentes se mantenham no campo ocidental. Esta condição implica, necessariamente, tanto a dependência política como a dependência económica. O discurso do Cabo podia, portanto, ter constituído um aviso útil para os nacionalistas africanos.

E até um duplo aviso. Antes do mais, no que se refere à forma pela qual a independência pode ser obtida. O maior perigo é actualmente a independência outorgada, declarou em resumo Ismael Touré na sessão da ONU consagrada ao problema dos Camarões, em Fevereiro de 1959. De facto, assim

78 Discurso de 3 de Fevereiro de 1960, citado de acordo com Jack Woddis, *The Lion Awakes*, pp. 158-159.

* Membro do Partido Conservador, em Inglaterra. Em inglês no texto. *(N. do T.)*

era. E seria precisamente o que ia acontecer no Congo, onde a data de 30 de Junho de 1960 foi fixada pelos Belgas, com enorme espanto de toda a gente: alguns meses antes, por altura de uma digressão pela Bélgica, pronunciando uma série de conferências, Lumumba tinha reclamado um governo congolês para Janeiro, o que, se a reclamação tivesse sido aceite, teria deixado ainda perto de dois anos de preparação para a independência. Além disso, Lumumba encarava esse governo independente de 1961 como um governo com a participação eventual de alguns ministros belgas e a manutenção de uma continuidade administrativa[79]. Tendo a Bélgica precipitado o ritmo dos acontecimentos, Lumumba não teve outra escolha senão fazer o gesto político que constituiria o seu inesperado discurso por ocasião da cerimónia da proclamação da independência: «Porque, se a independência do Congo é proclamada hoje num clima de entendimento com a Bélgica, país amigo, com o qual tratamos de igual para igual, nenhum congolês digno desse nome poderá, no entanto, esquecer jamais que foi através da luta que ela foi conquistada[80].» Com esta frase e com o conjunto deste discurso, que irritou o rei dos Belgas, tão profundamente como o discurso de Sékou Touré tinha irritado De Gaulle, dois anos antes, Lumumba desarmava, pelo menos no plano político e psicológico, a manobra da independência outorgada. Pela voz do seu primeiro-ministro, o Congo reassumia por sua conta, de acordo com a verdade histórica, esta independência que o rei Balduíno, momentos antes, tinha pretendido oferecer-lhe, em nome de uma Bélgica generosa. Infelizmente, não estava ao alcance de Lumumba anular, em todos os domínios, as consequências da operação belga (a secessão do Katanga, o controle da economia do país e a possibilidade de a desorganizar, etc.). Noutros países,

[79] Lumumba, *op. cit.*, pp. 33 e 41-42 (conferência de 25 de Abril de 1959, aos Amigos da Présence Africaine, em Bruxelas).

[80] *Ibid.*, p. 198. No ponto onde interrompo a citação, o registo estenográfico indica: «Aplausos».

na ex-AOF, na ex-AEF e em Madagáscar, os dirigentes houphouetistas nada fizeram para desmontar a operação de outorga da independência, deixando assim o campo livre aos mitos gaullistas.

Mas o aviso de MacMillan tinha um alcance ainda maior. Significava implicitamente que tudo ia depender da utilização e do conteúdo das independências africanas. Se os Africanos, aos olhos do Ocidente, utilizassem mal a independência, se enveredassem pela via inconveniente de uma aproximação dos países socialistas e da orientação para o socialismo, então deveriam ler nas entrelinhas do discurso de MacMillan surdas ameaças de que a crise congolesa ia constituir, desde o Verão de 1960, uma ilustração trágica. Mas a partir daí podiam igualmente concluir, *a contrario*, que, se não persistissem em seguir a sua linha própria e cedessem às ameaças, voltariam a cair necessariamente sob a dominação ocidental, de uma ou outra forma.

De facto, se as independências de 1957-1958 dão o sinal da vaga das independências de 1960, após o malogro do Congo — isto é, o malogro de Lumumba —, o clima altera-se. A experiência guineense, a partir de 1961, e a experiência ghanesa, por volta de 1964, atolam-se, deixam de ser exemplares e deixam, ao mesmo tempo, de agir como estímulos. Durante algum tempo, o movimento prossegue, sobretudo na África oriental, onde se registava um certo atraso[81], e chega-se depois, pouco a pouco, a uma espécie de ponto morto. Mais precisamente, as independências obtidas até então não permitiram fazer avançar o problema da unidade; foi o que se verificou no caso do Congo, como se pode verificar igualmente bem no que se refere à África do Sul. Trata-se aqui de um

[81] Independência do Tanganica, em Dezembro de 1961, do Ruanda e do Burundi, em Julho de 1962, da Uganda, em Outubro de 1962, do Quénia e de Zanzibar, em Dezembro de 1963, da Niassalândia (Malawi), em Julho de 1964. Finalmente, na África ocidental, a Gâmbia torna-se independente, em Fevereiro de 1965.

primeiro factor de decepção. A grande África solidária que Lumumba tinha entrevisto em Accra já não passa de um sonho que o ritual das conferências cimeiras, inauguradas em 1963, em Adis Abeba, é incapaz de reconduzir ao plano da realidade. Aqui intervém um segundo factor de decepção. A independência sempre tinha sido concebida como um meio de progresso material e social; ora, nem a democracia nem um verdadeiro desenvolvimento se materializaram. Das novas lutas que se travam — penso sobretudo nas lutas armadas de Angola, a partir de 1961, da Guiné-Bissau, a partir de 1962 e, mais tarde, de Moçambique —, espera-se sempre que tragam finalmente transformações decisivas, e por isso o trabalho de armamento ideológico foi, nos dois primeiros casos, conduzido e prosseguido com a maior seriedade. Mas falta ainda conseguir a vitória, e a África desunida já não está em condições de poder tornar mais próximo esse momento.

Balanço das independências

Doravante, o tema da independência tende a ser substituído pela noção de independência real[82], que tem a vantagem de fornecer um denominador comum à luta de libertação nos territórios ainda submetidos ao colonialismo directo e à dos países neocolonizados, ainda que formalmente independentes. Em 1962, um dos mais lúcidos dirigentes das lutas actuais, Amílcar Cabral, verificava: «Não se pode esquecer que nenhum dos nossos inimigos foi real e completamente

82 A título de exemplo, esta fórmula de um dirigente do MPLA, Mário de Andrade. Recordando a constituição, empreendida na Conferência de Dar Es-Salam, dos partidos nacionalistas das colónias portuguesas, escreve: «Esta doutrina terá como conteúdo essencial a realização das aspirações das massas trabalhadoras destes países a uma *independência real e completa*.» (In *Partisans*, n.º 29, Maio-Junho de 1966, p. 103.)

vencido e expulso de África[83].» E acrescenta, logo a seguir: «Sendo a luta pela independência nacional a nossa principal preocupação, devemos, no entanto, através da luta de libertação, encarar o problema do futuro dos nossos povos, da sua evolução económica, social e cultural na via do progresso.»

Não se fica com a impressão de um regresso ao ponto de partida? Encontramo-nos de novo face à impossibilidade de pensar seriamente a independência nacional na África sem pensar simultaneamente o conteúdo desta independência quanto à edificação do Estado, quanto à natureza da própria nação, quanto à orientação da reconstrução económica, quanto às relações do Estado nacional com o resto da África e ao problema crucial da unidade africana. Sobre esta questão, Cabral, no mesmo texto, alerta, em termos prudentes, mas claros, contra os perigos do «isolacionismo» africano. Falando da guerra de libertação, que dirige na Guiné-Bissau, e do papel primordial da acção do seu próprio povo, acrescenta: «No entanto, é evidente que o auxílio concreto e o apoio dos países vizinhos poderão desempenhar um papel importante e decisivo, se os seus dirigentes realmente o quiserem[84].» Considerando retrospectivamente a evolução recente, depressa somos levados a pensar que aquela observação, formulada concretamente, em função de uma guerra específica, tem de ser alargada e generalizada. A crise do Congo, que se vem a prolongar ao longo de sete anos até esta data, mas que em 1961 representava já uma grave viragem no plano da emancipação africana,

83 In *Partisans*, n.º 7, Novembro-Dezembro de 1962, p. 84. Citação seguinte: *ibid.*, p. 85.

84 *Ibid.*, p. 91. Neste caso, os países vizinhos são o Senegal (regra geral, hostil ao PAIGC) e a Guiné. Seis anos depois de estas linhas terem sido escritas, temos de verificar que, se foram conseguidas algumas vitórias e libertada uma parte do território nacional, não se conseguiu ainda, no entanto, ganhar completamente a guerra. A comparação dá que pensar.

era, afinal de contas, uma crise da unidade africana. A manutenção e o reforço da dominação dos Africânderes e dos brancos de origem inglesa na África do Sul, se bem que menos espectaculares aos olhos da opinião pública mundial, são outra consequência desta crise. A «independência» (branca) da Rodésia, no final de 1965, representa igualmente uma impressionante derrota da África unida, e mais precisamente da forma conferida a essa união pela Conferência de Adis Abeba[85] de 1963.

A partir daí, toda a gente volta a pôr-se o problema: que é, ao certo, a independência? Que significam estas independências impotentes? Que vícios ou deformações internas falsearam, portanto, todo o mecanismo? Que é preciso fazer para avançar realmente? Já não se trata de discutir a necessidade da independência em si, nem de a opor à noção de união ou de associação com as metrópoles: essa é uma das aquisições do período anterior. Mas que independência?[86] Mesmo esta questão já não se põe como se punha antes de 1957-1958, mas na base de experiências e malogros concretamente situados, portanto, sob uma forma efectivamente africana: essa é a segunda aquisição. E, em primeiro lugar, trata-se aqui da experiência prática da unidade africana, ideia gémea da de independência, antes de 1957, e que a prática veio dissociar desta.

Exactamente na medida em que estes problemas não foram resolvidos nem abordados, ou em que, pelo menos, não o foram por e para todos, o tema da independência sobrevive e exprime-se sob o seu aspecto ético ou, como diz Sartre, «por

[85] Uma única tentativa foi esboçada para auxiliar os africanos da Rodésia: a de Nkrumah, que, em Fevereiro de 1966, pensou enviar unidades ghanesas em seu socorro.

[86] Entre as últimas independências proclamadas, há, pelo menos, duas de natureza muito particular: a do Botswana (ex-Bechuanalândia), em 1966, e a do Lesotho (ex-Basutolândia), igualmente em 1966. Em ambos os casos, trata-se muito menos do reconhecimento de uma independência nacional do que da entrega de dois povos, operada pela potência colonial, a Inglaterra, a uma outra potência dominadora, a República da África do Sul (branca).

referências constantes à Revolução Francesa, à luta dos Países Baixos contra os Espanhóis [...], a um humanismo de princípio»[87].

Depois da derrota das guerras de resistência à ocupação colonial, depois do fracasso das sublevações armadas localizadas, o movimento político africano formou-se e empenhou-se numa luta por reformas do sistema colonial e não por um objectivo de independência abertamente afirmado. A exigência da independência foi formulada, pensada e introduzida do exterior. E do exterior, mesmo no sentido geográfico, uma vez que os dois textos essenciais, o de Nkrumah, em 1947, e o de Majhemout Diop, em 1953, são escritos em Londres e Paris. O aparecimento desta tendência radical, encarnada pelos estudantes e jovens intelectuais, vai obrigar todos os movimentos políticos africanos a retomarem por sua conta o tema da independência: estes movimentos e os seus dirigentes encontram-se, aliás, submetidos, por um lado, à pressão das massas africanas, estimuladas pelas vitórias da luta de libertação na Ásia, e, por outro lado, à pressão, inversa, da resistência oposta pelas potências coloniais às reformas. São, portanto, obrigados a adoptar, por seu turno, posições radicais, mas fazem-no em seu próprio benefício e, na maior parte dos casos, esvaziando-as do seu conteúdo e da sua dinâmica própria. Os teóricos da independência tinham-na concebido como uma condição necessária da unidade africana e da marcha do continente em direcção ao socialismo. Aqueles que, por volta de 1959-1960, obtêm a independência em seu próprio benefício, salvas três ou quatro excepções, entre as quais Lumumba, assassinado, em 1961, dissociam estas três noções e con-

[87] In *La Pensée politique de Patrice Lumumba*, prefácio à recolha de textos atrás citada, p. XII. Naturalmente, Sartre comenta apenas os discursos de Lumumba, mas temos o direito de generalizar: toda a África nacionalista se apresenta sob o pendão abandonado da revolução burguesa de 1789, muito simplesmente porque na África está ainda por fazer essa revolução sob o aspecto democrático.

tentam-se com uma independência que não passa de uma adaptação do sistema de dependência a uma situação histórica nova.

OBSERVAÇÕES E ADENDAS EM 1971

Utilizei aqui, na p. 143, uma fórmula: «A independência, conquista ideológica» na ex-AOF e ex-AEF, que poderia prestar-se a confusões e que julgo ter visto citada fora do seu sentido. Uma experiência mais recente, a da luta de libertação da Guiné-Bissau, ilustra, no entanto, a minha fórmula de modo mais concreto. Durante o trabalho político de organização e propaganda que precedeu nos campos, de 1959 a fins de 1962, o desencadear da acção armada, os militantes do PAIGC verificaram imediatamente não ser possível mobilizar os camponeses na base de uma noção tão abstracta como a de anticolonialismo, e ser necessário partir das suas aspirações urgentes (serem libertados das requisições, dos impostos esmagadores dos Portugueses ou dos seus agentes, dos fornecimentos de produtos agrícolas a preços baixos fixados pelos Porgugueses, etc.); a partir daí, a partir da explicação destes problemas e da estreita ligação existente entre a sua solução e a conquista da independência política, era possível tornar claros e populares os objectivos e as razões de ser da luta armada de libertação. Tudo isto, que aqui resumo, é hoje bem conhecido, e o processo não foi fundamentalmente diferente nas duas outras colónias portuguesas (ver Cabral, *Le Pouvoir des armes*, Maspero, 1970, pp. 97-99), aqui parafraseado. Mas mesmo este trabalho só pôde ser realizado com êxito porque existia já um núcleo, ainda que restrito, de quadros cujo pensamento político se ordenava em torno de algumas orientações sem ambiguidades neste ponto: tornava-se necessário que esses quadros tivessem em mente que o seu objectivo era realmente a

independência completa, e não a autonomia ou, ainda menos, uma impensável União Portuguesa (impensável para eles, mas não para Senghor, que, fiel ao que fora, encontra ainda em 1969 o meio de propor uma «Commonwealth portuguesa»: *Le Monde*, 20 de Dezembro de 1969); quer dizer, o próprio trabalho de explicação, se exigia da parte dos quadros altas virtudes de realismo e de sentido do concreto, exigia também que o seu Partido tivesse definido anteriormente e enquanto tal o que pretendia. Definir de antemão objectivos logicamente necessários, num momento em que a sua realização, imediata e simples, não parece evidente a curto prazo; começar, por conseguinte, por afirmá-los para, em seguida, procurar descobrir as vias e meios de os obter — eis o processo que qualifiquei de conquista ideológica. Esta fórmula não pode em caso algum ser entendida como uma negação ou subavaliação da aspiração profunda à independência sentida pelas massas africanas, camponesas ou urbanas; mas tratava-se de uma aspiração que muitas vezes lhes parecia longínqua ou irrealizável no interior da relação de forças que viviam e experimentavam quotidianamente ou que, verificando não ser avançada pelos seus próprios dirigentes, pensavam continuar a ser prematura. Por outras palavras, era igualmente necessário formular essa aspiração, ainda que através de uma espécie de salto intelectual por cima de obstáculos imensos, e empreender um trabalho de organização metódico, visando ultrapassar esses obstáculos. O que, repito, pressupõe uma acção política articulada a vários níveis e em que o próprio nível da reflexão intelectual, projectando-se sempre para além do presente próximo e do possível imediato, não seja subestimado ou denegrido.

É, bem entendido, fácil dizer que Cabral e os seus camaradas puderam extrair lições úteis de tudo o que tinha já sido feito ao longo das primeiras vagas das independências, fazer o balanço desses acontecimentos e corrigir grande número de erros. Certamente, mas o trabalho de reflexão dos núcleos dirigentes dos três partidos dos países dominados pelos Portugueses remontava já a vários anos, tendo sido adoptado

um manifesto comum em 1956. De qualquer forma, os imperativos tácticos, a que nenhuma acção política pode escapar, também não alteram em nada os princípios gerais, que recordei. E sem querer entrar aqui numa discussão de carácter histórico sobre a evolução do RDA, continuo a pensar, reconhecendo embora o seu contributo positivo, que foi grande, que as ambiguidades do seu pensamento político anterior à independência contribuem, numa proporção que não se pode negligenciar, para a facilidade com que grande número dos seus dirigentes jogou e continua a jogar o jogo do neocolonialismo.

A este ponto se prende uma outra discussão que não se refere apenas à África. Trata-se da discussão em torno do papel dos intelectuais, a que já fiz referência anteriormente. Seria naturalmente muito cómodo limitar-me a dizer que, abordando o problema das ideologias, tinha necessariamente de tratar das produções intelectuais e dos intelectuais que as produzem. Mas a oposição entre intelectuais e massas populares tornou-se um tema tão habitual em certos meios que convém determo-nos de novo neste ponto. Antes do mais, de que se trata? A despeito de hábitos de classificação, pelo menos sumários, pareceu-me evidente que o termo «intelectual» não se destina a designar actividades profissionais, não manuais, embora especializadas, mas sim conhecimentos e faculdades de juízo, de direcção, *«virtudes, todas elas, propriamente intelectuais»*, como diz Aragon, a quem acabo de tomar de empréstimo a minha definição (*L'Homme communiste*, II, p. 13). Ser advogado, médico, engenheiro, e continuar destituído destas virtudes intelectuais de análise dos factos e de sínteses rápidas e novas é um facto banal, em qualquer parte do Mundo; em contrapartida, a direcção de um sindicato ou de um partido político, seja qual for a origem socioprofissional dos que nela participam, depende de uma actividade verdadeiramente intelectual, com excepção, como é óbvio, das organizações fascistas e dos fautores de golpes de Estado, a quem a força bruta pode bastar. E sou obrigado a sublinhar vigorosamente que considerei

aqui intelectuais africanos tanto o sindicalista Sékou Touré como o universitário Nkrumah. Se não atribuí a outros sindicalistas, por exemplo Imudu ou Goodluck, na Nigéria, o lugar que lhes competia, isso deve-se às lacunas deste livro e às falhas do seu autor.

Embora sejam verdades elementares, é forçoso insistir nelas. Operário ou camponês, o combate das massas populares, repito, ao contrário do de fascistas e conservadores de toda a espécie, apoiados no peso dos hábitos, necessita constantemente de ser pensado e de se apoiar numa investigação teórica, tanto mais rigorosa quanto mais tenazes forem os obstáculos a vencer. Ora, actualmente, se estas verdades elementares do marxismo ou do leninismo são bastante conhecidas, devemos também reconhecer que o capitalismo dos monopólios, longe de simplificar a economia e os conflitos de classe, como Lenine pensava em 1917, complicou, pelo contrário, os problemas e a definição das tarefas, fabricou novos ópios dos povos, inventou outras mistificações. É que após 1917 os capitalistas leram Marx, Lenine e alguns outros — ou, se estavam com demasiada pressa, mandaram os seus secretários lê-los —, e daí extraíram alguns ensinamentos sobre as precauções a tomar e a contra-estratégia a adoptar. Além disso, alguns acidentes históricos vieram complicar ainda mais o indispensável trabalho teórico. Tudo isto para lembrar que um movimento de libertação tem necessidade constante, por assim dizer, de calcular e de corrigir o desvio do rumo, tendo em conta as mudanças de rota do adversário. No entanto, o dia não tem mais do que vinte e quatro horas, das quais nem todas são produtivas; isto é, tem de se admitir — o que é precisamente considerar os homens tais como são — que um movimento de libertação, seja o da classe operária dos países capitalistas, seja o dos países colonizados ou neocolonizados, não pode dispensar homens que disponham da formação e do tempo necessários para esta elaboração intelectual; pensar que, com toda a naturalidade, massas duramente exploradas, que se trata de fazer sair desse estado de

opressão, poderão criar a teoria da sua libertação, enquanto as classes dominantes lhes racionam a informação — se é que a não suprimem totalmente, como aconteceu, ao longo do período colonial, em muitos países africanos e como acontece ainda em muitos dos países neocolonizados —, seria voltar a cair no culto do movimento espontâneo, que certamente existe e desempenha o seu papel imprevisto na história, mas que nunca bastou, por si só, para levar ao seu final vitorioso uma revolução. Como seria isso possível enquanto as classes dominantes recusavam às massas exploradas o direito de ler (em 1961, em Luanda, os portugueses não massacraram sistematicamente todos os africanos em cujas casas encontravam livros ou jornais?) e a possibilidade fisiológica da obtenção do tempo necessário para a elaboração intelectual, enquanto as oprimem, através do trabalho forçado, da tortura, de toda a espécie de perseguições e do medo excessivamente justificado? Uma vez mais, é verdade que através do próprio combate surgem novas forças intelectuais e que essas forças saem das massas, mas não o fazem sozinhas e por efeito de um processo espontâneo ou automático.

Assim, o papel do núcleo intelectual na elaboração da teoria revolucionária aumenta necessariamente em função da intensidade da opressão, da desculturação, da asfixia das possibilidades de informação e de conhecimento do mundo por parte de massas isoladas e encerradas dentro de estreitos limites pelo colonialismo ou pelo neocolonialismo. E a necessidade de calcular a rota, de analisar os novos factores que o próprio desenvolvimento da luta suscita, com os seus altos e baixos, impede-nos de pensar que a função intelectual possa limitar-se ao papel de detonador inicial, desaparecendo com o desencadear da luta.

No entanto, e uma vez mais devemos encarar as coisas como são, o trabalho intelectual tem as suas exigências próprias: de tempo, evidentemente, mas também de liberdade e até, o que costuma ignorar-se, de direito a errar. Pretender impor de antemão que se encontre a solução justa, e só essa,

é sempre esterilizar a busca da teoria, dessa mesma teoria que acabará por se revelar correcta na prática. Afinal de contas, os acidentes históricos da história das revoluções socialistas provam-no, a recusa da liberdade intelectual e do direito a tentativas e erros revela-se prejudicial ao próprio progresso do movimento de libertação. Mas teremos de voltar a este tema a propósito do capítulo 9, sobre o renascimento cultural. De resto, nesse capítulo precisei já o sentido que atribuí a «intelectual».

4

A unidade africana

Génese da noção de unidade (antes de 1958)

Se a teoria da unidade africana surge geralmente ligada ao nome de Nkrumah, a verdade é que este tema não é uma invenção do dirigente ghanês. Nem sequer de qualquer outro dirigente ou pensador africano, uma vez que o pan-africanismo — de que Nkrumah e outros ideólogos anglófonos continuaram a reclamar-se, enquanto os dirigentes e ideólogos francófonos preferiram sempre falar de unidade africana — começou por ser elaborado «do exterior» por intelectuais antilhanos os americanos. No entanto, quando o advogado Sylvester Williams, de Trinidad, em 1900, numa primeira reunião pan-africana, em Londres, ou o historiador e filósofo afro-americano W. E. B. Du Bois, que foi o iniciador do Congresso Pan-Africano de Paris, em 1919, começaram a lançar o termo e a ideia do pan-africanismo, não punham a tónica na unidade ou na unificação de um continente cortado em pedaços pela partilha colonial, mas sim no direito dos Africanos à sua própria terra, à sua própria personalidade — o direito, enfim, dos «povos negros a serem tratados como homens»[1]. As resoluções dos Congressos Pan-Africanos de Paris (1919), de Londres-Bruxelas (1921), de Londres-Lisboa (1923) e de Nova Iorque (1927) comportam uma série de reivindicações dos Africanos, tomados no seu conjunto, sobre problemas concretos, mas não abordam o problema específico da divisão do continente.

[1] Manifesto adoptado pelo III Congresso, de 1923 (cf. Legum, *Panafricanism*, p. 29).

É só nas resoluções do último Congresso, o de Manchester (1945), que vamos descobrir um parágrafo que o menciona: «O Congresso observou [...] que as divisões arbitrárias e as fronteiras territoriais delimitadas pelas potências coloniais constituem outras tantas medidas deliberadamente tomadas para obstar à unidade política da África ocidental[2].»

Trata-se aqui, contudo, apenas de uma região da África Negra. Porém, tanto pela simples força da palavra como pela forma deliberada de falar dos Africanos, em bloco, dos problemas da África Negra no seu conjunto, da personalidade africana enquanto carácter nacional, continua a ser verdade que a noção da unidade africana foi introduzida ou sugerida pelo pan-africanismo, a partir de 1919.

Du Bois e o pan-africanismo

De início, no espírito de Du Bois, tratava-se de uma tomada de consciência da estreita ligação existente entre a solução do problema negro nos Estados Unidos e nas duas Américas e o problema da dominação colonial exercida sobre os povos negros da África. Vista a tal distância, a África, à qual o imperialismo acabava de impor unidade — a unidade do colonialismo omnipresente — e divisão — a partilha entre imperialistas rivais —, surgia, aos olhos do observador, profundamente *una*. Entrava, sem dúvida, nesta impressão de unidade uma parte de ignorância: o passado africano é mal conhecido, negado pelo colonialismo e pelos intelectuais ao seu serviço; e não é por acaso que Du Bois, «pai do pan-africanismo», foi também um dos promotores da redescoberta da história, das tradições e da cultura da África pré-colonial[3]. Não eram, de resto, muito mais bem conhecidas as particularidades dos

2 *Ibid.*, p. 153. Extracto da resolução política sobre a África ocidental.

3 A imensa obra de William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963) é ainda mal conhecida em França. Devemos sublinhar aqui que o historiador de *L'abolition de la traite aux Etats-Unis, 1638-1870* (o seu primeiro livro, publicado em 1896) foi, antes do mais, um dos fundadores do «movimento do Niagara», isto é, do movimento pela completa igualdade do direito dos negros nos Estados Unidos; foi daí que nasceu a Associação Nacional para o Progresso dos Homens de Cor (NAACP), então a mais avançada das organizações negras (tornou-se, há cerca de vinte anos, conservadora). Mas Du Bois, desde 1897, pensava que o movimento negro só poderia impor-se se representasse a totalidade do mundo negro; no seu pensamento, a luta pela igualdade dos negros americanos era indissociável da luta pela igualdade dos negros em todo o mundo, e, antes do mais, em África. Sociólogo [entre as suas primeiras obras figura um estudo sobre *O Negro em Filadélfia* (1899), que é uma crítica da burguesia negra], jornalista, político, Du Bois considerava indispensável a intervenção dos negros americanos em prol da libertação da África, e foi em torno deste ponto que teve de romper com a NAACP, após a última guerra. Recordemos que Du Bois foi perseguido no tempo do maccarthismo (em 1951), recebeu mais tarde o Prémio Lenine da Paz e morre, em Accra, depois de ter aderido ao Partido Comunista Americano e de se ter naturalizado ghanês.

diferentes sistemas europeus de colonização, o que explica que os primeiros congressos tenham pretendido definir objectivos comuns em matéria de reforma agrária, por exemplo, quando as diferenças nos métodos de exploração exigiam, pelo menos, algumas precisões. Além disso, a África fragmentada não podia, por si só, na sua própria terra[4], tomar claramente consciência da sua unidade a não ser sob a forma de uma muito vaga comunidade de origem e de tradições, consideradas num sentido muito geral. Pelo contrário, a distância e até a ignorância dos pormenores permitiram a um intelectual negro americano e aos seus discípulos, empenhados numa luta difícil e obstinada contra o racismo do seu próprio país, aperceberem-se imediatamente do aspecto universal do seu empreendimento e proclamarem a unidade da sua luta com a luta de todos os povos negros submetidos à dominação racista.

4 Faço esta restrição porque, fora da África, alguns africanos, sobretudo anglófonos, iam entrando em contacto com o pensamento dos precursores e dos fundadores do pan-africanismo. Foi em Inglaterra e também, em muitos casos, nos EUA que se formaram os intelectuais africanos. É assim que John Chilembwé, que dirigiu a sublevação de 1915 na Niassalândia, estudou nos Estados Unidos, de 1897 a 1900, bem como, mais tarde, Azikiwé, Nkrumah, Hastings Banda, etc.

No entanto, em tais condições, a noção de pan-africanismo, lançada, mas não definida, via-se afectada de um alto grau de abstracção em relação à realidade. Os esforços tenazes dos congressos para cingirem mais de perto essa realidade e para dela extraírem reivindicações mais determinadas[5] não bastavam para fazer sair o pan-africanismo do mundo das ideias. Du Bois era, de resto, o primeiro a reconhecê-lo e a dizê-lo. Não esperava da sua perseverança mais do que um resultado imediato: manter viva a própria ideia do pan-africanismo, com a sua dupla componente de reabilitação e de unidade do mundo negro, pelo menos durante o tempo necessário para que essa ideia pudesse encontrar circunstâncias favoráveis. Em última análise, conseguiu realizar o seu objectivo. Se a ideia do pan-africanismo se desenhava como o sonho de certo número de intelectuais negros, é provavelmente verdade que estes intelectuais, através desse sonho, se conheceram melhor, perceberam melhor o que a sua resistência, então apenas intelectual, tinha de comum, para além das diferentes condições existentes nos seus diversos países. Com a restrição de que esta observação só se aplica plenamente aos intelectuais africanos originários de países sob dominação inglesa. Em suma, o pan-africanismo de entre as duas guerras continua a ser mais uma doutrina cultural do que uma verdadeira ideologia política.

O pan-africanismo cultural: Azikiwé, Césaire, etc.

Quando Azikiwé, de regresso à Nigéria, após uma longa estada nos Estados Unidos e, depois, em Accra, publica o

[5] Mas, por vezes, demasiado precisas. Uma das raras reivindicações que foram, se é que assim se pode dizer, satisfeitas, foi a de um controle internacional sobre as ex-colónias alemãs, formulada pelo Primeiro Congresso de Paris, reunido enquanto se realizava a Conferência da Paz. Como se sabe, os «mandatos» da SDN serviram apenas para dar outro nome à extensão dos impérios francês, inglês, belga e sul-africano...

seu livro *Renascent Africa*, em 1937, mais do que fundar uma teoria política, exalta o renascimento cultural do homem de África. «Ensinai o Africano que renasce a ser um homem. Dizei-lhe que trouxe uma contribuição maior para a história da humanidade[...]», exclama o futuro presidente da Nigéria. Afirma que «os Africanos do século XX e a África ressuscitada serão um elemento que será necessário ter em conta». Ataca o «paternalismo intelectual» dos colonialistas e, de um só fôlego, declara-se consciente «das armadilhas, das falsidades e das incongruências do comunismo»[6]. A África é implicitamente una, sem que essa unidade seja definida para além do nível da cultura — uma cultura não isenta de certa tonalidade mística. Um pouco mais tarde, Azikiwé, tornado um verdadeiro político, pensará, antes do mais, em função do destino da Nigéria.

Também aqui o pan-africanismo cultural continua a ser uma noção demasiado vaga, demasiado abstracta, apesar de uma indiscutível força emotiva. Mas o mesmo acontecia quando os Europeus falavam em bloco da arte negra (sobretudo no princípio do século, mas o hábito perpetuar-se-ia), que aparentemente conheciam demasiado mal para nela poderem distinguir as diferentes escolas e tradições. Todavia, é o mesmo que acontece ainda quando o antilhano Césaire, esforçando-se, antes de 1939, por englobar, no *Cahier d'un retour au pays natal*, o mundo negro na sua totalidade, inventou a título de expressão poética o termo «negritude»: a negritude de Césaire, tal como o pan-africanismo de outrora, não pôde ser definida racionalmente, porque, fundamentalmente, é um grito. O que aqui importa é que sob esta denominação Césaire, depois Senghor e mais tarde a revista *Présence africaine* e os Congressos de Escritores e Artistas Negros, que esta vai organizar, em 1956 e 1959, dão expressão à ideia da unidade africana, sob a sua forma cultural, tal como o tinham feito os pan-afri-

[6] Citado aqui de acordo com Wauthier, *L'Afrique des Africains*, pp. 107, 117, 248.

canistas anglófonos. Se tem de se admitir que poetas e pensadores exprimiam através dos termos «negritude» e «pan-africanismo» um facto real, isto é, a identidade de destino de um conjunto de povos sobre os quais se abatera, por toda a parte, a dominação colonial e racista, a verdade é que a luta política real teve de ser organizada, país por país, em função de circunstâncias muito particulares, tendo sido através dessa luta que a exigência da unidade africana tomou forma e se tornou um factor político concreto. Foi por esta via que mesmo a ideia de pan-africanismo ressurgiu sem, no entanto, conseguir libertar-se completamente do seu travo metafísico.

Os estudantes contra o pan-africanismo

Se os pan-africanistas sempre tiveram dificuldade em definir-se, outros o fizeram em seu lugar, mas para poderem criticá-los. Foi o que fez a FEANF, num texto publicado em 1959: *Les Etudiants africains et l'unité africaine.*

«Parece que os pan-africanistas nos propõem, nas nossas alianças, uma simples solidariedade de raça e de cor. Isso é ineficaz [...] mas, mais gravemente, é também perigoso: porque a solidariedade racial pode transformar-se facilmente em racismo, em chauvinismo e pan-negrismo [...]. Por outro lado, é uma maneira incorrecta de pôr os problemas, porque a luta não se situa ao nível de raças, mas ao nível de exploradores e explorados; é um factor objectivo: porque são as mesmas as pessoas que, no essencial, exploram os nossos povos e o povo de França. O pan-africanismo corre um grave risco: o de ser utilizado pelos diversos imperialismos.»

E a FEANF opõe às posições do pan-africanismo «o princípio da unidade africana em grande escala. Esta unidade preconizada não é uma unidade sentimental, mas uma unidade ditada pelas considerações de ordem política e económica, inerentes à época em que vivemos».

Em poucas proposições, o essencial estava dito. Mas a pequena *plaquette* dos estudantes não parece ter tido grande

influência directa sobre a África das independências. Os seus autores, que tinham lido Padmore, aperceberam-se muito bem, no entanto, de uma das implicações ocultas do pan-africanismo.

O pan-africanismo e a III Internacional

Podemos, com efeito, suspeitar, de acordo com a afirmação de Azikiwé sobre o comunismo e o seu enquadramento cronológico, que a doutrina do pan-africanismo escondia um desejo obscuro, nem sempre talvez consciente. Porque, afinal, os quatro congressos realizaram-se de 1919 a 1927, portanto depois da Revolução de Outubro e das tomadas de posição da III Internacional a favor do apoio e do auxílio activo aos movimentos de libertação nacional, e, no entanto, mantêm-se à distância de tudo o que acaba de nascer com a Revolução e nem sequer o mencionam. Não haveria aqui uma intenção surda de afirmar o nacionalismo negro, por oposição ao comunismo (e não apenas por oposição ao imperialismo)? Na época, os pan-africanistas fazem figura de moderados em relação à III Internacional, que, embora tendo penetrado pouco na África Negra, anima já levantamentos anticolonialistas de envergadura, na China e na Indonésia. Talvez os congressos pan-africanos só tenham sido tolerados, em Paris e em Londres, por as autoridades pensarem que tudo era preferível ao comunismo. Talvez seja igualmente de observar que a semelhança verbal com outras teorias da mesma época, do tipo do pan-islamismo o do panturanianismo, pode ter parecido tranquilizadora. Um daqueles que, no Congresso de Manchester e posteriormente, se identificaram com o pan-africanismo, George Padmore, junta, explícita e conscientemente, a sua teoria ao anticomunismo. O pan-africanismo, quer se queira quer não, é também isto — para além da palavra de ordem «A África para os Africanos» e da consciência da unidade cultural africana, entendida em termos genéricos. As palavras de Azikiwé, a que atrás fiz referência, são um sinal, entre muitos

outros, de que a tendência encarnada por Padmore não deixou de influenciar ideólogos e políticos africanos[7]. A perspectiva grandiosa de «uma federação de países regionais autónomos e do seu agrupamento nos Estados Unidos da África», com que Padmore termina a sua obra mais conhecida, não deve fazer esquecer que esses Estados Unidos só poderiam, na sua opinião, constituir-se por meio de um certo acordo com os Estados Unidos reais, da América — que não têm interesse de maior em ver a África unificada.

Por outro lado, a III Internacional, nos seus esforços para suscitar e auxiliar o movimento comunista na África Negra, via-se extremamente prejudicada por um conhecimento nitidamente insuficiente das realidades sociais africanas e, portanto, pela impossibilidade de proceder a seu respeito a uma análise marxista. As suas resoluções exprimiam-se em termos de classe, mas faltava saber como aplicá-las em países onde o proletariado era insignificante e onde a burguesia nacional, na realidade, não existia ainda. Era esse o caso dos territórios sob dominação francesa e belga. O esquema também não se aplicava aos territórios portugueses. E, por um paradoxo da história, os territórios sob dominação inglesa, nomeadamente a Nigéria, que se aproximavam mais do esquema clássico — relativamente, entenda-se — eram aqueles em que mais se exercia a influência do pan-africanismo, também, relativamente. É que o pan-africanismo, num momento em que as diferenciações de classe eram travadas e mascaradas

7 Se é difícil saber qual era o juízo profundo de Nkrumah sobre um homem que foi seu amigo até ao fim e que chamou a Accra, é evidente, contudo, que o presidente do novo Estado raramente lhe mencionava o nome nas suas obras e que, de resto, a sua evolução intelectual o afastava dele. Já em *Towards Colonial Freedom* se pode notar que Nkrumah não fala de pan-africanismo, mas de «solidariedade nacional dos povos colonizados» (p. 13). No entanto, a influência de Padmore exercia-se fortemente, sem ser combatida, em muitos colaboradores próximos de Nkrumah, especialmente os jornalistas do CPP. Deve ter-lhes sido difícil compreender e seguir a viragem política de 1961. Citação seguinte: Padmore, *op. cit.*, p. 387 da tradução francesa.

pela opressão estrangeira, tocava muito mais fácil e intensamente essa camada de intelectuais africanos, de que dependia então o despertar do sentimento nacional, do que o pensamento marxista, não só mais complexo, mas, sobretudo, de aplicação muito mais delicada e lenta. Mesmo o que havia de confuso e demasiado geral no pan-africanismo anterior a Manchester favorecia a sua propagação: pelo menos entre os intelectuais dos territórios sob dominação inglesa, separados uns dos outros geograficamente, na África ocidental, e administrativamente, na África oriental. E, por outro lado, o carácter mal definido desta unidade implícita adaptava-se bastante bem ao pragmatismo difuso da sua formação anglo-saxónica. A tónica posta na unidade cultural tradicional adaptava-se involuntariamente aos hábitos da colonização inglesa, que preservava valores culturais tradicionais, com o objectivo de provocar divisões e também porque satisfazia assim a sua forma própria de racismo.

O RDA, factor de unidade nas colónias francesas

Nas lutas ideológicas do pós-guerra imediato, o tema da unidade africana continuou a planar muito acima da realidade. Do lado do movimento nacional dos territórios sob dominação francesa, não só se havia por bem manter os conjuntos federais existentes, como o RDA dava mais um passo em frente: pela sua natureza, o Rassemblement englobava a AOF e a AEF, juntando-lhes os territórios sob mandato que, juridicamente, nem sequer dependiam da União Francesa. Apenas Madagáscar e a Costa da Somália estavam fora do campo de acção do RDA. Mas, por outro lado, a vontade claramente expressa de chegar à «União Francesa livremente consentida», democrática, etc., introduzia uma limitação evidente: visto deste ângulo, o movimento nacional na AOF e na AEF separava-se do movimento nacional dos territórios ingleses desta região — que formam quatro enclaves na zona do franco. E, contudo, tanto na sua linguagem corrente

como no título da brochura de 1949, o RDA fala em nome da África Negra sem mais precisões, revelando assim, simultaneamente, a aspiração ainda mal consciente à África Unida e a tendência para uma generalização demasiado apressada e mal informada. No período de alinhamento RDA-PCF nunca se mencionou, bem entendido, a unidade africana. A própria prática da luta dos anos 1946-1956 afasta ainda mais esta ideia.

E do lado dos adversários do RDA na África francófona serão as coisas diferentes? Senghor oculta as suas habilidades eleitorais[8] sob o manto da negritude, que representa com ele uma variante afrancesada do pan-africanismo cultural: a negritude não tem, portanto, mais conteúdo político concreto do que o pan-africanismo anterior a Manchester. Mas Senghor não estava menos ligado ao princípio da união ou da associação com a metrópole do que Houphouët; talvez o estivesse ainda mais: a negritude senghoriana, tal como a mistura marxismo-pragmatismo do RDA, não podia, portanto, conduzir à ideia da unidade africana.

A luta inútil contra a balcanização (1956-1960)

Além disso, de 1956 a 1960 os dirigentes francófonos iam encontrar-se, desta vez bem contra a sua vontade, perante um problema ainda mais restrito: como salvar, pelo menos, as unidades administrativas resultantes do colonialismo, no momento em que se descobria bruscamente que elas se desfaziam? O problema, como se pôde verificar, não encontrou

8 É a expressão mais moderada que se pode encontrar para classificar a forma como Senghor combate Lamine Gueye, em 1948, no momento em que ambos acabavam de se demitir da SFIO: «Eu também me demito», exclama Senghor, em 28 de Setembro de 1948, em Dakar. «Não para defender a democracia em Madagáscar, mas para a defender na África Negra.» (Citado por Bakari Traoré, *Forces politiques en Afrique noire*, PUF, 1966, p. 42.) Eram os meses em que a repressão colonial estava no seu auge em Madagáscar: estes argumentos, com toda a certeza, não faziam os auditores de Senghor seguir a via da unidade africana.

a tempo uma solução unitária e a independência só foi alcançada após o desmembramento de conjuntos federais que, no entender dos colonialistas, teriam facilitado excessivamente a tarefa aos Africanos. Era, no fundo, a continuação de toda uma evolução — a que tinha começado com as reformas de 1945-1947. Através da criação de conselhos gerais nos territórios, através do controle destes conselhos por um sistema eleitoral arbitrário, por pressões contínuas sobre a população, pela corrupção e pelo encorajamento às querelas locais, a administração colonial, tanto na AOF como na AEF, tinha já conseguido dividir o movimento africano e criar particularismos territoriais. As divisões de ordem política e a desorganização suscitada pela viragem de Houphouët em 1950 — que arrastava o RDA da Costa do Marfim para uma via que não era exactamente a mesma que a do RDA da Guiné e que era totalmente oposta à do RDA dos Camarões — vieram juntar-se a tudo isto, permitindo às autoridades francesas que enveredassem, com a lei-quadro Defferre de 1956, pela via da balcanização. A lei-quadro, ou, melhor, os decretos de aplicação, publicados no Inverno de 1956-1957, instituía uma autonomia parcial dos territórios: cada um deles passava a dispor de uma assembleia territorial, eleita por sufrágio universal, e de um conselho de governo, formado por ministros africanos, que até Julho de 1958 era presidido pelo governador. Os sectores chaves — exército, relações externas, moeda e alguns outros — ficavam, naturalmente, nas mãos das autoridades coloniais. Mas a autonomia terminava na capital do território. Em Dakar, tal como em Brazzaville, o reinado dos governadores-gerais, que passaram a chamar-se, a partir de 1946, altos-comissários, mantinha-se, e era até reforçado; os dois grandes conselhos federais não tinham mais poder do que antes. Para significar bem este estado de coisas, o próprio termo «federação» desaparecia, em proveito da expressão «grupo de territórios». Esta construção permitia ao Ministério francês do Ultramar manter o controle efectivo do conjunto, dando-se ao mesmo tempo uma fachada de liberalismo.

Neste ponto, as posições respectivas de Senghor e de Houphouët inverteram-se: o primeiro, levantando-se contra a balcanização; o segundo, defendendo-a e virando, portanto, costas ao que fora uma das razões de ser do RDA. Daí, outra divisão no interior do RDA, surgindo estrondosamente no Congresso de Bamako, onde as delegações «unitárias» estavam dispostas a pôr Houphouët em minoria. Quanto à unidade africana, estava ultrapassada, mas da frente para trás, uma vez que já não havia outra hipótese senão tentar preservar a unidade da AOF.

Contudo, os estudantes e os intelectuais tinham já encontrado esta ideia no seu caminho, sem se preocuparem com as orientações dos políticos instalados. Uma vez mais, é o artigo de Majhemout Diop, em *Les Étudiants noirs parlent,* que nos oferece uma primeira versão dessa ideia: «Não pode duvidar-se nem por um momento de que no dia em que surgirem os Estados Unidos da África esses Estados se apressarão a varrer todas estas fronteiras existentes e a estabelecer outras mais racionais e menos estanques[9].»

O autor não insiste muito neste aspecto do seu pensamento, mas é verdade que o «não» categórico oposto à União Francesa e à Commonwealth britânica bastava para abrir as portas e para pressupor a perspectiva unitária.

Mamadou Dia e os fundamentos económicos da unidade

Nesse mesmo ano de 1953 aparecia um livro que fez menos barulho, as *Reflexions sur l'économie de l'Afrique noire,* de Mamadou Dia. Aqui, a partir do ponto de vista do economista, é, poderia dizer-se, como técnico que o autor conclui pela exigência da unidade. Parece-lhe, com efeito, que, se «a África tem de tornar-se um Estado moderno», ser-lhe-á necessária uma «economia de complemento, inicialmente interna, entre as grandes zonas de produção africanas, integradas em

9 *Op. cit.,* 1953, p. 166.

grandes conjuntos económicos, graças a uma redefinição das fronteiras que tenha mais respeito pela geografia do que o arbitrário recorte político levado a cabo pela França»[10]. Quatro anos mais tarde, em *L'Économie africaine,* obra publicada na altura em que o seu autor se torna, durante algum tempo, o primeiro auxiliar de Senghor, Mamadou Dia insiste de novo nessa ideia de grandes conjuntos económicos, mais vastos e mais racionais do que as colónias existentes, fechadas dentro das suas fronteiras arbitrárias[11]. Nestes dois livros, a unidade surge como uma necessidade prática, que se impõe por si mesma, quando se estudam concretamente as perspectivas de industrialização e modernização de uma futura África independente: já não se trata de um ideal abstracto ou simplesmente de um facto de cultura, mas de um dado calculável de um teorema demonstrável. Mas, porque assim é, o objectivo unitário vê-se dotado de um conteúdo limitado, embora preciso: porque o grande conjunto em que Dia pensa é evidentemente o de uma África ocidental que deixaria de estar dividida nas zonas francesa, inglesa e portuguesa e se reorganizaria em função dos imperativos do mercado, da utilização em comum dos recursos naturais, da organização dos transportes, etc. Se se houvesse enveredado por esta via, ter-se-ia talvez encarado não um, mas dois conjuntos, na África ocidental, mais um terceiro na AEF, que englobaria os Camarões, etc. Desígnio talvez menos exaltante, no imediato, do que o do pan-africanismo, mas cuja realização é mais fácil de conceber no plano da realidade. Em 1958 as ideias de Dia são retomadas no livro de um antigo dirigente da FEANF, Albert Tevoedjre: *L'Afrique révoltée,* cuja influência, embora efémera, foi sem dúvida maior do que a dos livros, sem contemplações, do economista senegalês[12].

10 *Op. cit.,* Présence Africaine, 1953, p. 49.

11 *Op. cit.,* PUF, 1957, p. 90.

12 *Op. cit.,* Présence Africaine, pp. 131-132. O cólofon indica: 2.º trimestre de 1958, mas o texto, no essencial, data de 10 de Novembro de 1957. Trata-se, sobretudo, de uma crítica vigorosa da lei-quadro de 1956.

Mas durante esses meses — em que para os francófonos tudo se encontrava dominado pelo dilema balcanização-não balcanização — o eco desta análise realista foi grandemente amortecido. Na brochura de Ray Autra sobre a já citada lei-quadro, que em 1957 constitui uma das mais vigorosas críticas dela, o conteúdo do estatuto de independência reclamado precisa-se através do esboço de um plano que comporta «a criação de tantas repúblicas soberanas quantos os territórios, ou grupos de territórios, actualmente existentes», o que, por conseguinte, equivaleria à criação de uma República da África Ocidental, uma República da África Equatorial, uma República da Somália (cuja viabilidade económica teria sido muito mais aleatória do que a das duas anteriores) e, finalmente, uma República de Madagáscar e das Comores[13]. Se é verdade que se apela, mais adiante, para «o exemplo dos territórios britânicos da África ocidental», em contrapartida, nada há aqui que se refira às relações interafricanas e não está em questão outra unidade africana que não seja a dos conjuntos já constituídos.

O debate sobre a prioridade da independência ou da unidade nas colónias francesas (1957-1959)

Nada a fazer: a lei-quadro veio decididamente confundir tudo. Podemos aplaudir retrospectivamente a lucidez dos estudantes africanos que de imediato responderam *não* e apelaram aos parlamentares para que fizessem outro tanto; somos, porém, obrigados a verificar que, se há repressões eficazes (a da greve geral inglesa de 1926-1927, na Europa, e as de Madagáscar e do Congo, em África), há também, e mais económicas, astúcias políticas que conseguem ser eficazes durante um período prolongado. De facto, a invenção «progressista» do governo Guy Mollet, dito «de esquerda», conduziu a uma situação inesperada, em que os dirigentes africanos foram

13 *Considérations sur la loi-cadre dans les territoires d'outre-mer*, p. 23.

obrigados a escolher entre os dois objectivos presentes, contudo indissociáveis: a independência e a unidade dos conjuntos federais. O resultado foi a ausência de unidade e independências em $^{9}/_{10}$ artificiais. Estamos ainda nesta situação, passados doze anos. No entanto, no início, o III Congresso do RDA, reunido em Bamako de 25 a 30 de Setembro de 1957, adoptara, após vivas discussões, uma moção que juntava os dois pontos. Vimos atrás que essa moção reclamava finalmente a independência; mas, por outro lado, declarava: «O congresso mandata os seus grupos parlamentares no sentido de apresentarem, na ocasião conveniente, uma proposta de lei para a constituição de um Estado Federal, composto por Estados autónomos e com um governo federal e um parlamento federal, órgão supremo do Estado unificado [...] (o Congresso) mandata os representantes parlamentares no sentido de apresentarem uma proposta de lei visando à democratização dos órgãos executivos federais existentes.»

Mas, desta resolução, tal como das tentativas de unificação dos partidos africanos, em Janeiro-Fevereiro de 1958, acabou por nada resultar[14]. De Gaulle, após o 13 de Maio, limitou-se a seguir esta via: a comunidade gaullista ligou directamente os territórios atomizados às instâncias superiores metropolitanas, embora conservando, durante vários meses, os altos-comissários. No entanto, para dourar a pílula, teve-se o cuidado de prever, para além de uma longínqua viabilidade de mudança de estatuto, a possibilidade de os territórios se associarem ou federarem. Na prática, a única tentativa, a da Federação do Mali, de Janeiro de 1959 a Agosto de 1960, teve pela frente, desde o início, a hostilidade minuciosa e quotidiana da administração francesa, antes de se estilhaçar, sob a muito efectiva bênção de Paris.

Foi nestas condições que surgiu a nova questão: dever-se-ia exigir a independência *antes* da Federação, ou a Federação

14 Se bem que no início de 1958 tenha sido apresentada uma proposta de revisão do título VIII da Constituição.

antes da independência? Sempre no quadro da AOF e da AEF, evidentemente. Senghor, Houphouët-Boigny e Sékou Touré vão dar três respostas diferentes. Este último recorda, na sua exposição histórica de 1965, como se viu obrigado a passar do par unidade-independência à prioridade da independência.

«Era certamente indicado manter as antigas federações, para unificar a acção dos povos da AOF. Ter-se-ia podido, nesta ordem de ideias, obter a instalação de um governo central em Dakar, representando o conjunto dos oito Estados, o que teria constituído uma etape da luta pela independência. O PDG lutou energicamente a favor desta tese.

Mas no ponto mais aceso desta batalha ocorreu a queda da IV República Francesa, a chegada ao poder do general De Gaulle, a constituição da V República e a instauração dessa pretensa 'Comunidade' sobre a qual fomos chamados a pronunciar-nos.»

Depois de ter denunciado a «operação puramente táctica» que foi a Comunidade, operação «montada com a cumplicidade activa do presidente do RDA», Sékou Touré conclui: «Sem esta recusa [da Guiné], a nossa libertação teria sido adiada para as calendas gregas. Não será nunca de mais insistir em que, rejeitando a Comunidade, a Guiné evitou às colónias francesas a queda numa nova armadilha[15].»

Foi, com efeito, este o procedimento de Sékou Touré e do PDG no momento. Se já não era possível conquistar num mesmo movimento a unidade e a independência, então a independência, no caso de haver condições favoráveis, devia passar para primeiro plano. O risco de se ser forçado, em seguida, a dirigir um microestado era compensado pela possibilidade de alianças unitárias mais vastas, não circunscritas ao domínio francês.

Pelo contrário, Senghor, que, em 1957, declarara que «a lei-quadro é um retrocesso, na medida em que balcaniza as

15 *L'Afrique et la Révolution*, pp. 80-81.

Federações da África Negra»[16], vai optar pela ordem de sucessão inversa: a unidade, primeiro; a independência, mais tarde. E é o que ele vai explicar, algumas semanas depois do referendo, nas vésperas da tentativa de constituição da Federação do Mali: «Estamos dispostos a permanecer na Comunidade, se a Comunidade nos permitir atingir o nosso objectivo, que é triplo: constituição das federações primárias, da África ocidental e da África equatorial; independência por etapes, no quadro de uma associação de forma confederal com a França. Uma interpretação dinâmica da Constituição permite tudo isto [...]. O que pode conduzir à secessão é a balcanização. Se, por exemplo, a federação primária não se realizasse, não haveria qualquer razão para que o Senegal não reclamasse a sua independência para se associar à Guiné. A federação primária é, portanto, exactamente o contrário de um encorajamento à secessão[17].»

Bastante próximo de Senghor, em certos aspectos e pelo menos nesta questão, estava então o primeiro presidente da República Centro-Africana, Barthélémy Boganda, que viria a morrer pouco depois, num complicado desastre de aviação[18].

Quanto a Houphouët, ministro francês de 1956 a 1959, defendia apenas, na África, os interesses imediatos da Costa do Marfim, ou, melhor, da camada superior da população da Costa do Marfim[19]. Independência, primeiro; federação, pri-

16 Declaração publicada em *Le Monde*, de 26 de Fevereiro de 1957.

17 Entrevista a *Le Monde*, de 3 de Janeiro de 1959. Nada disto se realizou, como se sabe...

18 Boganda morreu a 29 de Março de 1959, nesse acidente aéreo que imediatamente intrigou a opinião pública. Alguns jornalistas pensaram, na época, que haveria responsabilidades francesas no caso. Na África, a opinião corrente — apoiada em vários indícios — acusa o colonialismo belga: Boganda pensava, com efeito, apoiar eficazmente o movimento nacional no Congo Belga, cuja força acabava de ser revelada pelos acontecimentos sangrentos de 4-6 de Janeiro em Léopoldville.

19 Segundo *Le Monde*, de 1 de Outubro de 1959, Houphouët-Boigny acusava Sékou Touré de «ter abusado da confiança dos seus amigos do RDA»...

meiro; micronacionalismo: eis, portanto, as três tendências presentes.

A independência do Ghana e as primeiras conferências

Do outro lado, quer dizer, na África sob dominação inglesa, Nkrumah, que durante os anos de «acção táctica», desde a autonomia de 1951 à independência de 1957, preferia evitar insistir no tema da unidade, pelo menos na sua actividade pública de estadista da Costa do Ouro, publicara, em 1957, a sua *Autobiography*. A conclusão desta é significativa. Ao regressar a casa, na noite de 20 de Setembro de 1956, depois de ter anunciado pela rádio a data da independência, Nkrumah anota as suas reflexões: «O nacionalismo africano não deve limitar-se à Costa do Ouro [actualmente o Ghana]. De hoje em diante, é necessário passar ao nacionalismo pan-africano, e a ideologia da consciência política africana e da emancipação política africana tem de espalhar-se por todo o continente[20].»

O leitor atento poderia igualmente observar que nos finais de 1952 Nkrumah, de visita à Libéria, num discurso pronunciado em Monróvia, falara da sua campanha, já antiga, em prol de uma África ocidental unida e voltara a apelar a essa unidade oeste-africana. De facto, um ano após a independência do Ghana, Nkrumah convocava para Accra, em Abril de 1958, a primeira conferência cimeira dos chefes de Estado africanos, tanto da África Negra como do Norte de África. Era a primeira manifestação da unidade africana. E Nkrumah preparava também, nessa altura, a Conferência dos Povos Africanos, que se realizaria em Dezembro.

20 *Autobiography*, edição de bolso Nelson, p. 240. Em 1958 este texto não era ainda acessível em francês. Quanto ao discurso de Monróvia, *ibid.*, p. 154.

As políticas de unidade (1958-1968)

Mas também neste ponto a independência guineense ia ser decisiva. Logo a seguir ao referendo, o tom muda: já não se trata apenas da África «francesa», mas do continente no seu conjunto, quando Sékou Touré proclama, em 2 de Outubro de 1958, ao anunciar a independência: «A nossa escolha ultrapassa, portanto, o quadro do território. É uma opção em nome de todos os povos colonizados da África. É um trampolim para o desenvolvimento dos povos africanos, da sua originalidade e da sua civilização[21].»

A Constituição guineense, promulgada a 12 de Novembro de 1958, prevê cedências parciais ou totais de soberania, «tendo em vista realizar a unidade africana» (artigo 34.º). Finalmente, a 23 de Novembro, é anunciada a União Guiné-Ghana, através de uma declaração conjunta, por ocasião da visita de Sékou Touré a Accra: «Decidimos», proclama essa declaração, «constituir, entre os nossos dois Estados, o núcleo dos Estados do Oeste Africano.»

Estes acontecimentos, que se sucedem entre Outubro e Dezembro de 1958, vêm, finalmente atribuir um sentido político concreto à noção da unidade africana. É a partir desta data que essa noção vai tornar-se um *leitmotiv* dos textos políticos africanos. E é também a partir daqui que as dificuldades começam.

A União Guiné-Ghana

Que a primeira união tivesse sido realizada (ou pelo menos proclamada) entre uma ex-colónia francesa e uma ex-colónia inglesa era, sem dúvida alguma, um facto novo e de enorme alcance. Se a unidade africana se baseava na independência finalmente conquistada e na vontade de apoiar o movimento nacional a favor da independência em toda a África, a ver-

21 *L'Action du Parti Démocratique de Guinée pour l'émancipation africaine*, t. II, p. 29.

dade é que essa unidade passava por cima das fronteiras coloniais e das rivalidades imperialistas. Mas ainda este primeiro passo não estava inteiramente dado e já um comunicado da Embaixada da Inglaterra em Paris tornava claras as linhas do contra-ataque imperialista. Esta tomada de posição, de 26 de Novembro de 1958, exprime-se com um cinismo que deveria ter alertado os Africanos: «A opinião pública britânica, embora inclinada a manter as mais expressas reservas, não deseja condenar, *a priori*, a primeira tentativa indígena *(sic)* de organização da África, ainda que a opinião pública francesa, por razões que aos seus olhos parecem ser igualmente boas, veja com certa desconfiança semelhante iniciativa. De facto, é muito mais inquietante, para a opinião pública britânica, ver o Sr. Sékou Touré assinar um importante acordo comercial com a Alemanha do Leste[22] do que vê-lo aproximar-se de outro Estado africano, cujas relações com o Ocidente são as melhores possíveis.»

A partir desse dia, os representantes qualificados do imperialismo inglês indicam que a unidade africana, tal como a independência, pode ser «digerida» se se tiver uma certa habilidade perante ela. O importante é que esta unidade se faça no sentido da aliança com as potências ocidentais. É, sem dúvida, necessário compreender também que a «boa» unidade é a de Estados africanos empenhados numa via não socialista. Basta que se prolonguem um pouco mais as linhas assim traçadas para se concluir que as mesmas potências ocidentais teriam interesse em suscitar, em encorajar, reagrupamentos de Estados africanos conformes aos seus interesses globais, ou seja, do ponto de vista do seu interesse comum de defesa do Ocidente. Nada se oporia, portanto, a que agrupamentos africanos deste tipo transcendessem as divisões entre impérios coloniais e reunissem Estados anglófonos e francófonos.

22 O acordo mencionado, estabelecido com uma delegação económica da RDA chegada a Conakry a 18 de Outubro de 1958, foi assinado a 17 de Novembro.

Portanto, e voltando a uma perspectiva africana, conclui-se que a unidade levanta o mesmo problema que a independência: o do seu conteúdo. Em 1959, estas implicações ainda não são inteiramente compreendidas. Existe, é certo, o PAI, que vai reivindicar a criação dos Estados Unidos Socialistas da África[23], mas, num dos poucos países em que começa a formar-se, a Guiné, o PAI concluiu uma espécie de acordo tácito com o PDG: não está em condições de fazer abertamente soar o alarme.

Resultados decepcionantes

No entanto, os documentos saídos das numerosas conferências africanas, que vão reunir-se de Abril de 1958 (Primeira Conferência dos Estados Independentes da África) a Maio de 1963 (Conferência de Adis Abeba que cria a OUA)[24],

23 Lenine, em 1920, chama a III Internacional a realizar a sua obra, isto é, «a criação da República Universal dos Sovietes» (*Obras Completas*, t. XX, p. 241, 19 de Julho de 1920). A analogia é evidente.

24 Estas conferências podem classificar-se sob três rubricas: conferências governamentais cimeiras; conferências técnicas de cooperação; conferências de organizações políticas, sindicais ou profissionais. Na primeira categoria, classificar-se-iam as seguintes reuniões — sem dúvida, as mais importantes:

a) A série de conferências dos Estados independentes da África: Accra, 15-22 de Abril de 1958, oito participantes; Monróvia, 4-7 de Agosto de 1959, dez participantes; Adis Abeba, 14-24 de Junho de 1960, quinze participantes;

b) A Conferência de Casablanca, de 3 a 7 de Janeiro de 1961, seis participantes; a Conferência de Monróvia, 8-12 de Maio de 1961, vinte e um participantes — os países presentes em Casablanca não participam nesta conferência;

c) A Conferência de Brazzaville, de 15 a 19 de Dezembro de 1960, doze participantes, lançando as bases da União Africana e Malgaxe (UAM), cuja Carta será assinada na Conferência de Tananarive, de 6-12 de Setembro de 1961.

d) Finalmente as duas conferências sucessivas de Adis Abeba: de 14 a 21 de Maio de 1963, a dos Ministros dos Negócios Estran-

surpreendem, à primeira vista, pela preocupação de atribuir um conteúdo à unidade e de chegar a medidas concretas. Analisando-os um pouco mais de perto, notam-se aqui e ali silêncios e perífrases, em particular no capítulo das relações internacionais, a omissão regular do nome de Estados como a URSS, a China e os EUA; no capítulo da economia, os termos «socialismo» ou «capitalismo» são evitados. Poder-se-á pensar que isto são apenas pormenores, explicáveis pelas necessidades diplomáticas. Seja. Mas, de documento em documento, apercebemo-nos de que as mesmas fórmulas reaparecem: pior, apercebemo-nos de que se reclamam frequentemente as mesmas medidas e, finalmente, de que nunca encontramos o balanço dos progressos ou dos fracassos ocorridos entre duas conferências. Mesmo quando os debates são publicados, como acontece no caso de Adis Abeba, fica-se com a impressão de que a discussão ideológica não foi levada até ao fundo e de que há ao mesmo tempo demasiadas formulações comuns, mas vagas, e demasiadas alusões ou subentendidos. Em última análise, para se poder aqui ver claro, é necessário ter em conta

geiros; de 22 a 25 de Maio, a dos chefes de Estado; trinta e um participantes.

A partir de 1963, realizaram-se regularmente conferências anuais dos chefes de Estado da Organização de Unidade Africana. Na terceira categoria, convém mencionar:

a) A série de reuniões da Conferência Pan-Africana dos Povos: Accra, 8-11 de Dezembro de 1958; Tunis, 25-31 de Janeiro de 1960; Cairo, 25-30 de Março de 1961;
b) As tentativas de unificação sindical: Casablanca, 5-30 de Maio de 1961, fundando uma Federação Sindical Pan-Africana que rapidamente se malogrará, mas que se reúne de novo em Bamako em Junho de 1964;
c) Finalmente, a Conferência de Accra, em Junho de 1962, dos Combatentes da Liberdade.

É impossível apresentar aqui uma lista, ainda que resumida, dos encontros pertencentes à segunda categoria.

o que, de tantos programas, foi efectivamente realizado — e a resposta é simples: muito pouca coisa — e quais, na realidade, as políticas internas e externas dos Estados representados. Quanto a estes últimos, podemos observar imediatamente que, de facto, nunca consentiram qualquer concessão palpável de soberania em favor de uma África unida, enquanto muitos deles consentiam em tais concessões em benefício de potências «ocidentais». Para evitar insistir apenas nos fracassos, devemos certamente lembrar que estas conferências sucessivas exerceram, apesar de tudo, uma acção, contribuindo para acelerar o processo de libertação africana, sobretudo no período que vai de 1958 a 1961. Mas, até sob este aspecto, as iniciativas próprias deste ou daquele governo, ou mesmo a pressão exercida pela sua existência, é que constituíram a forma de auxílio mais eficaz, e não uma acção dos organismos comuns, enquanto tais. A Guiné deu um apoio efectivo, durante algum tempo, aos movimentos nacionais dos Camarões (UPC), de Angola (MPLA) e da Guiné-Bissau (PAIGC); sobretudo, através do seu exemplo, modificou a relação de forças no interior da comunidade gaullista, atacada sem tréguas pela Rádio Conakry, e facilitou assim a catadupa das independências de 1960. Do mesmo modo, o Ghana auxiliou os *Freedom Fighters* (Combatentes da Liberdade, expressão utilizada para designar os membros dos movimentos de libertação) e facilitou, sem dúvida, o desfecho da luta na África oriental; as relações pessoais entre Nkrumah e Lumumba e entre Nkrumah e Kaunda constituíram, de uma forma ainda mais directa, um apoio discreto, mas igualmente real, aos movimentos em presença. Mas estes factos e outros do mesmo género[25] recon-

[25] Por exemplo, Lumumba, durante as poucas semanas em que o seu poder foi efectivo, recebeu, no Congo, os dirigentes do MPLA e da UPC, e tencionava conceder-lhes apoio material. Uma das razões, e não a menor, do assassínio do presidente da UPC, Felix Moumié, em Novembro de 1960, em Genebra, foi, com certeza, o seu projecto de estabelecer no Congo uma base para a libertação dos Camarões.

duzem-nos ao nível da acção dos Estados e dos dirigentes, e só de longe esclarecem o problema da unidade em si própria.

A relativa coesão durante a guerra da Argélia

Observando rapidamente os documentos das conferências, é necessário, portanto, tomar em consideração não só as suas consequências práticas, mas também a personalidade dos participantes. Por ocasião da primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes, reunida em Accra, em 15 de Abril de 1958, a África Negra contava apenas quatro Estados independentes, dos quais só dois, o Ghana e o Sudão, saídos da descolonização. Os outros dois, de certo modo os mais velhos, Libéria e Etiópia, podiam e continuam a poder ser integrados na órbita dos EUA, de que dependem económica, financeira e politicamente. A estes quatro Estados juntavam-se, em Accra, os quatro Estados independentes do Norte de África: o Egipto, nasseriano, neutralista e mantendo, a essa data, boas relações com a URSS; a Líbia, neocolonizada já por Londres e Washington; a Tunísia, pró-americana, e Marrocos, que procurava ainda a sua via, sob a direcção prudente de Mohammed V. Deste modo, sem ter sido ainda claramente formulada uma teoria da unidade continental da África, a realidade geopolítica obrigava já os diversos países a saírem do círculo das afinidades, para se situarem ao nível da África, sem distinções de cor, de religião ou de origem colonial. É que se tratava, afinal de contas, mais de uma aliança política contra inimigos comuns do que do estabelecimento das bases da unidade. Dos oito Estados presentes, quatro tinham conquistado a independência, nos dois ou três anos anteriores[26]: a preservação e a consolidação dessa independência uniam-nos,

26 Parece-me correcto tomar como ponto de partida da verdadeira independência do Egipto a evacuação pelos Ingleses da zona do canal, na Primavera de 1956. A independência anterior, de 1952 a 1956, sofria ainda de graves limitações.

pela força das coisas, contra a manutenção do regime colonial nas suas fronteiras, contra a existência do que continuava a representar uma possível base de reconquista. Mas era mais particularmente a guerra da Argélia, que já durava há três anos e meio, que os ameaçava a todos: uma vitória militar francesa teria sido um desastre para todo o movimento nacional africano. É bem conhecido que não há nada como um inimigo comum para cimentar uma amizade ou uma aliança. Nestas condições, as diferenças de orientação dos Estados reunidos em Accra apagavam-se perante o imperativo da luta pela sobrevivência. Frente ao mundo exterior, a tudo o que não é a África, os novos Estados, pouco numerosos, e ainda demasiado fracos e limitados na sua soberania, sentem a necessidade de se aproximarem, de «afirmarem e proclamarem a sua unidade», como diz a declaração (vai uma grande distância de afirmar a organizar), e de a «manterem em matéria de política internacional». Tomam confiança, reclamando-se, na mesma declaração, da Carta da ONU, da Declaração Universal dos Direitos do Homem e finalmente da Declaração da Conferência Afro-Asiática de Bandung, em 1955 (onde a representação da África era ainda muito reduzida[27]). O que mais lhes importa é coordenarem as suas políticas externas, sobretudo na ONU, contribuírem para a vitória do movimento de libertação, a que prometem auxílio material, e fazerem pressão no sentido de se conseguir o fim da guerra da Argélia e a independência deste país. Prevêem também medidas de coordenação económica e afirmam, o que está inteiramente de acordo com a ideia profunda de Nkrumah, que «a África pode assegurar o seu próprio desenvolvimento, na medida em que constitui uma só unidade económica». No entanto, se a Conferência vai dar origem à

27 Em Bandung (18-24 de Abril de 1955) estavam representados por parte da África: o Egipto, a Etiópia, a Libéria, a Líbia e o Sudão. Para além destes países, estavam presentes observadores da FLN argelina e uma delegação da Costa do Ouro autónoma.

formação de um grupo africano na ONU, as recomendações sobre a «coordenação do planeamento económico» permanecerão letra morta: não se vê muito bem como é que a Libéria e a Etiópia, para citar apenas estes dois casos, poderiam participar nesta coordenação. Afinal de contas, a unidade, tal como parece decorrer desta primeira conferência estritamente africana, é bem «a unidade fundamental dos pontos de vista sobre a política externa», mencionada pela declaração. Desde logo, poderia concluir-se que essa unidade duraria apenas enquanto o inimigo comum fosse agressivo e ameaçador, e nada mais. À medida que as independências se foram multiplicando e o colonialismo directo ia recuando, este tipo de unidade tinha, também, de recuar, como, efectivamente, recuou. A presença de Ben Bella na Conferência de Adis Abeba de 1963 encarnava certamente uma vitória da África, mas constituía também o desaparecimento de um factor de coesão, a partir do momento em que a Argélia era enfim independente. No entanto, o próprio Ben Bella pretendia seguir, e seguiu, de 1963 a 1965, uma política africana unitária.

As Uniões de 1958-1960 e as tentativas de unificação

A União Guiné-Ghana, de Novembro de 1958 a Dezembro de 1960, e a União Guiné-Ghana-Mali, de Dezembro de 1960 a 1962, eram tentativas qualitativamente diferentes da Conferência dos Estados Independentes. Desta vez, tentava-se construir seriamente um núcleo de unidade. É verdade que existiam ainda elementos circunstanciais. A Guiné era economicamente muito mais pobre do que o Ghana, e o empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas concedido por este país era um auxílio particularmente urgente. Mas a declaração de Accra vai muito para além do simples estabelecimento de uma aliança. «Nós [...] decidimos constituir, entre os nossos dois Estados, o núcleo dos Estados Unidos do Oeste Africano», declarava esse texto, que previa uma bandeira e um hino para a União, mas sobretudo uma Constituição comum, a elaborar, e a coordenação das políticas económicas dos dois países. De tudo o que tinha sido anunciado em Accra, só a denominação de ministro-delegado foi posta em prática, aplicando-se ao embaixador de cada um dos países no outro, tendo este o direito a assistir ao Conselho de Ministros. A mesma medida foi estendida, em 1960, à União Guiné-Ghana-Mali. No fim de Abril de 1959, Nkrumah visitou Conakry e, por essa ocasião, a 1 de Maio, foi publicada uma nova declaração, que estabelecia os princípios de uma União dos Estados Independentes da África, composta por «Estados ou Federações, que conservarão a sua individualidade e as suas estruturas, mas que decidirão em comum das abdicações de soberania a fazer em benefício da União». Previa-se, naturalmente, a coordenação da política económica e cultural; mas, uma vez mais, nada de concreto se fez.

De resto, menos de três meses mais tarde, em 19 de Julho de 1959, à declaração de Conakry sucedia a de Sanniquellie, na Libéria, que vinha substituir a projectada União por uma Comunidade de Estados que teriam aceitado não interferir nos assuntos internos dos outros Estados. Uma vez mais, nada a registar na coluna das realizações. A pequena história murmura, no entanto, que os membros da delegação ficaram surpreendidos ao descobrirem, com os seus próprios olhos, a amplitude da penetração americana na Libéria... Realizaram-se ainda outras reuniões, antes da crise do Congo, quer ao nível dos governos existentes, quer ao nível das organizações políticas (Conferência dos Povos Africanos) de toda a África, sem esquecer a Conferência Afro-Asiática de Conakry, em Abril de 1960. Nestes dois últimos casos, foram criadas organizações permanentes, o que representava um progresso real. O simples facto de passar a existir um centro, ainda que rudimentar, constitui um encorajamento e um auxílio para todos os movimentos de libertação do continente. Do mesmo modo, o facto de em 1959, por altura da sessão especial da ONU sobre o problema dos Camarões, as delegações africanas agirem concertadamente e defenderem em conjunto a sua

tese[28] (restabelecimento das liberdades democráticas antes da proclamação da independência, para impedir que esta seja outorgada a um governo já neocolonial) não é apenas uma primeira acção unitária no plano mundial, mas constitui também a confirmação das possibilidades de pressão de uma África Unida (ainda que o objectivo imediato, no que se refere aos Camarões, não tenha sido atingido[29]). Do mesmo modo também, as tomadas de posição acerca da guerra da Argélia, nomeadamente nas Conferências de Accra, em Abril de 1958, de Monróvia, em Agosto de 1959, e de Adis Abeba, em Junho de 1960, vão ter algum peso na política francesa; pouco depois, os melhores «amigos da França», Senghor e Houphouët, vão ser, por sua vez, forçados a fazer saber a Paris que o prolongamento da guerra colonial francesa podia somente provocar a exasperação da opinião pública africana. Finalmente, a União Guiné-Ghana, posto que a ausência de realizações práticas provoque os sarcasmos de certos jornais franceses[30], é um factor de aceleração do processo de libertação: enquanto aliança entre um Estado ex-francês e um Estado ex-inglês, essa União existe, de facto, e tal existência basta para incutir confiança, basta para tornar evidente o carácter retrógrado e irrisório da manutenção da comunidade gaullista, do sistema que impõe que os Africanos não tenham outras ligações senão com a metrópole. Do ponto de vista da história, o balanço das tentativas unitárias do período de 1957-1960, por outras palavras, desde a independência do Ghana até à crise do Congo, está, portanto, bem longe de ser tão negativo como poderia parecer a uma primeira leitura. Estas tentativas constituíram um factor de aceleração do movimento; e mesmo os projectos enunciados nos comunicados e que permaneceram letra-morta nem por isso foram simples golpes no vazio. Tais declarações de intenção tinham, para a revolução africana, o mesmo valor «programático» e o mesmo efeito mobilizador que os primeiros decretos do poder soviético, em Novembro de 1917 — decretos que esse poder nem sempre estava em condições de fazer aplicar integralmente, mas que mostravam às massas o que era e o que pretendia a direcção revolucionária.

[28] Foi nesta sessão da ONU (fins de Fevereiro de 1959) que Ismaël Touré fez a sua intervenção sobre «a independência controlada, a independência fictícia, a independência outorgada que tende a reflectir nos países os desejos e as tendências da própria potência colonial»; sublinhou igualmente que a África colocara «o problema da sua reunificação».

[29] A ONU vai pronunciar-se pela independência em 1 de Janeiro de 1960, sem eleições nem restabelecimento prévio das liberdades democráticas. A questão da reunificação com os Camarões, sob mandato inglês, é adiada para mais tarde.

[30] Cf., entre outros, o editorial de *Le Monde*, de 5 de Maio de 1959, intitulado «Sonhos pan-africanos e realidade».

Analisando esta primeira fase, somos levados, portanto, a fazer uma distinção entre os esforços de unificação política e a unidade em sentido amplo. Os esforços de unificação, cujo objectivo era constituir o mais depressa possível conjuntos geopolíticos diferentes dos conjuntos legados pela colonização, conduzem a programas, mas não a realizações. Em contrapartida, o esforço de unidade conduz à descoberta e à afirmação de denominadores comuns: a vontade geral de pôr fim ao colonialismo directo em toda a África e no mais curto espaço de tempo, a decisão de auxiliar os movimentos de libertação e os protestos contra a guerra da Argélia — eis os pontos mais importantes.

Em 1960, ano que vê o número dos Estados independentes passar de nove para vinte e seis, a acção dos meses anteriores dá os seus frutos. E logo a seguir surgem as crises e começam os tempos difíceis.

1960 ou a unidade em crise

1 — *Camarões*

Primeira etape da crise: a questão dos Camarões. Proclamada independente no Ano Novo de 1960, a República dos Camarões Ex-Franceses é presa da guerra civil: guerra civil

evidente, uma vez que as manifestações e os tiros rebentam, durante as cerimónias da independência, na própria cidade de Douala[31]. Desde logo, vai ser necessário tomar partido, ou pelo governo africano estabelecido, ou pela oposição nacional. Portanto, a unidade da África não pode continuar a abstrair das contradições internas dos Estados. A unidade que, pouco a pouco, se tinha vindo a realizar até então postulava o reconhecimento de um único tipo de contradição: a existente entre o conjunto dos povos africanos colonizados e o colonialismo europeu. Ao que se pode responder, e foi, efectivamente, respondido, que o governo dos Camarões, presidido por Ahidjo, não era um governo nacional africano, mas sim um governo estabelecido sob a pressão e as ordens de uma potência colonial. Era e continua a ser verdade. No entanto, esse governo «fantoche» representava, como depois se viu, certos interesses africanos, os das camadas sociais (pequenos-burgueses ligados ao comércio colonial, e grandes senhores do Norte) numericamente reduzidas, mas dispondo de poderes efectivos. O que a África dos Estados independentes gostaria de ter podido evitar era precisamente uma opção directa e franca neste debate, opção do tipo esquerda (africana) contra direita (direita africana associada ao colonialismo). Os acontecimentos jamais o permitiriam.

31 Estas manifestações, reprimidas com sangue, na presença dos convidados, são evocadas, ainda no mesmo ano, por Senghor: «Quando assistíamos, num certo 1.º de Janeiro, ao nascimento da República dos Camarões e demonstrávamos com dificuldade o nosso regozijo, porque protegidos por metralhadoras, era difícil prever que o nosso velho camarada Ahmadou Ahidjo [...] conseguiria fazer dos Camarões um dos primeiros Estados da África Negra francófona.» (*L'Unité africaine*, 11 de Janeiro de 1968.)

Protegido pelas metralhadoras (francesas), que impediam o poeta senegalês de se regozijar convenientemente, Ahidjo não conseguiu obter, contudo, no referendo de Março sobre a Constituição, mais do que 797 498 contra 531 075, segundo os resultados oficiais, apesar da pressão ameaçadora do exército, da polícia e dos feudais do Norte. É necessário acrescentar ainda que nas cidades, incluindo Douala, e na região do Sul, em que a falsificação não era tão fácil, Ahidjo ficou oficialmente em posição minoritária. É o índice mais evidente da força da UPC e da oposição nacional.

2 — *O fim da comunidade gaullista*

Segunda etape da crise: a fragmentação da comunidade gaullista, em Junho de 1960, traz para primeiro plano um dilema algo semelhante, sob a forma da opção entre a aliança ao nível dos dirigentes e a aliança ao nível das massas e da opinião pública africanas. O processo de decomposição da Comunidade, aprovada pela votação de 28 de Setembro de 1958, tinha sido grandemente facilitado pelo exemplo da Guiné independente e viva. Apesar dos obstáculos à difusão das informações, a opinião pública da África francófona seguia apaixonadamente a experiência guineense. Em 1958 tinha-se conseguido, em muitos casos, afirmando que a África não podia subsistir sozinha, sem o auxílio da metrópole, que as pessoas votassem «sim»; caso contrário, seria o bloqueio, a fome, a desordem. Ora a Guiné, que votara «não», tinha conseguido fazer malograr-se o bloqueio e não era vítima da fome nem da desordem. Em Setembro de 1959, com a reclamação de independência do Mali (Federação), a Comunidade tinha sofrido o primeiro golpe. Mas foi a reclamação de independência de Houphouët, formulada em nome do Conselho da Entente dos quatro Estados, que lhe vibrou o golpe de misericórdia, em Junho de 1960. Com efeito, durante o mês de Agosto, a reclamação de Houphouët será satisfeita. Mas perante esta feliz surpresa, que faz o gabinete político do PDG? Reunido em Forecariah, na Baixa Guiné, apressa-se a saudar a iniciativa de Houphouët e esquece os verdadeiros autores dessa iniciativa, isto é, os povos africanos. Em vez de se felicitar por Houphouët ter finalmente cedido à pressão destes povos, o PDG parece tomar apenas em consideração a mudança de táctica da pessoa do dirigente. O comunicado de Forecariah, publicado em 7 de Julho de 1960, assinala uma interrupção na acção da Guiné: vê-se aflorar nele o desejo e a esperança de um reencontro entre homens que a luta separou, mas que conservam a recordação de terem sido, durante muito tempo, camaradas. Sentimento compreensível, mas a que a análise

política devia ter imposto as limitações necessárias. Assim, tem-se de novo a impressão — já experimentada pelos estudantes africanos de Paris nos anos cinquenta — de que os homens de Estado no poder, ainda que progressistas, concebem a política africana mais ao nível das relações entre personalidades do que ao nível das relações entre forças políticas e sociais.

3 — *Congo*

Terceira etape da crise: a questão do Congo. Bruscamente, os governos africanos independentes (no momento da rebelião da força pública congolesa são catorze, não contando o próprio Congo nem o GPRA) são encostados à parede: estão moralmente obrigados a intervir, sob pena de serem considerados responsáveis por um eventual malogro da independência congolesa. Mas a opção a fazer em breve deixa de ser apenas uma opção entre uma independência africana e uma intervenção colonialista clássica, a do exército belga, para se transformar numa opção no interior das contradições internas africanas. No início, escolher Lumumba (e Kasavubu) contra a secessão catanguesa de Tschombé era fácil, exactamente na medida em que a mão dos belgas e da Union Minière na operação Tschombé era de tal modo visível que estava fora de causa acreditar num conflito entre africanos. Mas rapidamente tudo se complica: é necessário escolher entre Lumumba e os seus adversários congoleses, como o presidente do Senado, Ileo. É necessário escolher entre Lumumba e Kasavubu, entre Lumumba e Mobutu, entre Kasavubu e Ileo, por um lado, e Gizenga, por outro. Os governos independentes gostariam de evitar estas opções, e no entanto não podem deixar de escolher. Nos primeiros dias da crise, Nkrumah pensara numa intervenção exclusivamente africana. As tropas ghanesas desembarcaram no Congo, antes de a ONU ter chegado, e para auxiliarem directamente Lumumba. Mas logo a seguir surgiu a cobertura da ONU: os contingentes africanos colo-

caram-se sob a autoridade do comando das Nações Unidas e, no conjunto, respeitaram as suas directivas. Foi assim que vimos as tropas ghanesas impedirem a Lumumba o acesso à rádio e o contingente guineense ser enviado, na sua quase totalidade, para o Cassai. Mas a ONU, apesar de tudo o que fez, continuava a ser um mito, cuja acção nociva e pró-americana ninguém queria denunciar claramente. A Conferência Africana de Léopoldville reafirmou-lhe o seu apoio. A ideia, que chegou a ser encarada, de retirar o contingente guineense do comando da ONU, para o colocar directamente à disposição de Lumumba, não foi aceite ao nível dos governos. Foram envidados grandes esforços para reconciliar Kasavubu e Lumumba, nos finais de Setembro de 1960, esforços que, de resto, fracassaram e que não tinham em grande conta as contradições políticas reais que se exprimiam através de um aparente conflito pessoal. A partir do mês de Outubro, tornava-se evidente que a unidade africana se quebrava no Congo e que os problemas de orientação política não podiam continuar a ser encobertos por uma identidade de posições contra o inimigo comum[32]. O mais espantoso é verificar que este malogro é comprovado, da forma mais contundente, pela Conferência

32 É ainda difícil saber exactamente o que foi, em pormenor, a acção dos governos africanos no Congo no tempo de Lumumba e sobretudo dos governos mais próximos deste, os de Accra e de Conakry. É certo que as políticas e a acção destes dois governos, no próprio Congo e fora dele, não puderam ser harmonizadas e coordenadas tanto quanto seria necessário. No que diz respeito à Guiné, posso apresentar a apreciação seguinte, feita por um membro da sua delegação: «Fomos encarregados de aplicar uma política cujos meios materiais nos foram recusados. Se no mês de Agosto tivéssemos tido pelo menos seiscentos soldados guineenses em Léopoldville, em vez de dezoito, poderíamos ter agido de outra forma.» Em todo o caso, em Conakry, como, sem dúvida, em Accra, foi rejeitada a ideia de pôr os contingentes nacionais à disposição imediata do governo de Lumumba. Os dois governos multiplicaram igualmente os esforços para conseguirem obter uma reconciliação, pelo menos provisória, entre Kasavubu e Lumumba. (Cf., em *La Pensée Politique de Lumumba*, a carta de Nkrumah de 12 de Setembro de 1960, nomeadamente p. 377.)

de Casablanca (3-7 de Janeiro de 1961), reunida, precisamente, para encontrar uma saída para a crise congolesa. A África tinha alguma esperança de que os cinco chefes de Estado presentes tomassem por fim medidas concretas para salvar o Congo lumumbista: apesar de tudo, eram os cinco chefes de Estado mais «avançados», e o grupo de Casablanca foi identificado, durante dois anos, com a África progressista. Ora, que diz a resolução de Casablanca acerca do Congo? Anuncia que os governos presentes retiram as suas tropas do Congo (só o Ghana não irá aplicar esta decisão, inteiramente negativa) e, em seguida, tendo reafirmado o reconhecimento do Parlamento eleito (e, arbitrariamente, mandado de férias por Kasavubu) e do governo eleito por esse Parlamento (cujos dirigentes principais estão na prisão ou em fuga), os cinco pedem à ONU que destitua Mobutu, faça sair da prisão «todos os membros do Parlamento e do governo legítimo» e restitua a esse governo os aeroportos, as estações de rádio, etc. E se a ONU não se decidir a fazê-lo? Então, os cinco «reservam-se o direito de adoptar todas as medidas apropriadas». Estamos, convém lembrá-lo, a 7 de Janeiro de 1961: Lumumba será assassinado, apenas dez dias mais tarde, a 17 de Janeiro[33]. O mito da ONU continua a paralisar os Estados africanos independentes, que acabam, todavia, de fazer a experiência do que é concretamente essa ONU, que supõem colocada acima dos Estados, tal como outros pretendem supor que o Estado se situa acima das classes. Perante a realidade sangrenta do Congo recolonizado, a irrealidade da unidade africana salta à vista.

[33] É a data real do assassínio, mas só pôde ser estabelecida após meses e meses de investigações. A notícia da morte de Lumumba só foi conhecida a 13 de Fevereiro de 1961, através de um comunicado de Élizabethville em que se pretendia que Lumumba e os seus companheiros teriam sido mortos durante uma tentativa de evasão.

4 — *Senegal-Mali*

Tinha havido, entretanto, uma quarta etape: no auge da crise congolesa, a Federação do Mali (Senegal-Sudão) desfizera-se e o ex-Sudão Francês, que se tornara isoladamente em Mali, alcançava a independência, em 22 de Setembro de 1960, em condições que, a dois anos de distância, pareciam uma réplica da independência da Guiné, em 1958. Apresentava-se, de imediato, uma possibilidade de unificação. A Guiné e o Mali formam um conjunto contínuo, com populações que, de um lado e de outro da fronteira, pertencem à etnia malinké e, o que é talvez mais decisivo, com análogas orientações ideológicas. Não seria a ocasião de criar enfim um único Estado? Tanto quanto foi possível saber-se, os dirigentes do Mali, que após a ruptura com o Senegal tinham toda a necessidade de resolver urgentemente o problema da sua saída para o mar, pensaram nessa solução ideal. Teriam feito, mesmo, propostas nesse sentido a Conakry[34]. Continuamos a ignorar por que razão os dirigentes guineenses afastaram a possibilidade dessa união: em todo o caso, nunca julgaram útil explicar-se publicamente. Tudo o que daí resultou foi a União Guiné-Ghana-Mali, que adoptou uma Carta, ao fim de seis meses de existência oficial, e que em seguida, como em muitos outros casos, entrou num período de letargia[35]. Não podemos consolar-nos da

[34] No fim de Setembro de 1960, mesmo nas vésperas do aniversário do referendo de 1958, Madeira Keita tinha visitado a Guiné. É provável que ideias deste tipo tenham então sido avançadas, mas afastadas depois. Em 1958 a proposta teria sido renovada ... mas pela Guiné. Em todo o caso, o estabelecimento da ligação ferroviária Bamako-Conakry foi, por fim, decidido nesse ano.

[35] Ao todo, houve três encontros dos respectivos chefes de Estado: em Dezembro de 1960, em Conakry; em Abril de 1961, em Bamako, e em Julho de 1961, em Accra. Esta última reunião adoptou uma Carta, que sancionava o princípio da realização de reuniões trimestrais dos chefes de Estado: foi, porém, precisamente a partir dessa data que deixaram de realizar-se. Em contrapartida, houve uma reunião Guiné-Mali, sem o Ghana, em Abril de 1962. Em Agosto de 1962 houve ainda um projecto de reunião tripartida em Accra, que Nkrumah

falta de realizações desta nova União com a consideração do seu efeito mobilizador ou programático: porque, desta vez, em face da vitoriosa contra-ofensiva imperialista desencadeada no Congo, não havia, nem podia haver, tal efeito. Só realizações concretas poderiam ter contrabalançado o peso do neocolonialismo em acção no resto da África. Ora, nem a Carta de Casablanca nem a da União Tripartida foram mais do que documentos rapidamente esquecidos.

1961-1963: Monróvia contra Casablanca

Em 1961, a África independente divide-se, claramente: há, por um lado, o grupo dos cinco de Casablanca e, por outro lado, o grupo dos vinte, reunidos em Monróvia (8-12 de Maio de 1961). O grupo de Monróvia é então baptizado, pelo mundo exterior, como grupo dos «moderados», por oposição aos «radicais» de Casablanca. De facto, a resolução de Monróvia toma posição pela não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e acrescenta a «condenação sem reservas de toda a acção subversiva, conduzida do exterior, por Estados limítrofes» (convém lembrar que Ahidjo se encontra presente em Monróvia); ao mesmo tempo coloca-se contra as tentativas de unificação: «A unidade que é preciso realizar neste momento não é a integração política de Estados africanos soberanos, mas a unidade das aspirações e da acção, do ponto de vista da solidariedade social africana e da identidade política.»

Do mesmo modo, os vinte não desejam mais do que uma organização consultiva interafricana e malgaxe. Afirmam, bem entendido, a sua fé na ONU e confiam nela para dar solução ao problema congolês. Mas há mais: pedem aos Estados africanos que não se apressem a reconhecer os regimes separatistas no Congo e que não tomem partido nos seus conflitos internos. Esta alusão refere-se evidentemente ao reconhecimento do

desconvocou à última hora, sem dúvida devido à política de aproximação com os Estados da UAM e de Monróvia, seguida então pela Guiné.

governo Gizenga[36], estabelecido em Stanleyville, de Novembro de 1960 a Julho de 1961, e não a Tschombé, que nenhum governo africano pode sequer sonhar reconhecer. No grupo de Monróvia figuram todos os Estados da nova União Africana e Malgaxe (UAM), onde se reúnem os Estados saídos da comunidade gaullista: a UAM mantém-se directa e estreitamente ligada a Paris. A sua presença em Monróvia e, mais tarde, em Lagos confirma bem que o grupo constitui a forma de agrupamento africano considerada aceitável (e até desejável) pelas potências ocidentais. O qualificativo «moderado» tem o mesmo sentido que tinha no Parlamento francês, onde, durante muito tempo, designou deputados de direita. Mas em Monróvia está também presente, e numa posição de adesão, a Nigéria independente, tendo à cabeça um pan-africanista fervoroso, ou seja Azikiwé (à data, usa o título de governador-geral, uma vez que o chefe de Estado continua a ser a rainha de Inglaterra). Pouco depois, vai fazer, em Londres, uma curiosa conferência sobre o futuro do pan-africanismo[37]. Curiosa, pelas suas contradições: «Penso», diz Azikiwé, «que o pan-africanismo poderia concretizar-se, quer sob a forma de Estados regionais, quer sob a forma de um Estado continental.»

Mas a continuação mostra que, fiel ao espírito de Monróvia, Azikiwé insiste sobretudo na igualdade de direito dos Estados independentes e na «não ingerência nos assuntos internos ou internacionais de outro Estado». Parece que a

36 Os reconhecimentos proclamados por alguns governos de Casablanca não foram seguidos de medidas práticas. Mas parece que foi um outro Estado africano, o Sudão, então sob a ditadura do marechal Abboud, quem mais fez para sabotar o governo Gizenga, recusando categoricamente autorização de sobrevoo aos aviões soviéticos, que poderiam ter-lhe fornecido os reabastecimentos necessários. Abboud opôs-se mesmo ao envio de medicamentos.

37 Em 12 de Agosto de 1961, publicada na *Présence africaine*, n.º 40, 1.º trimestre de 1962. Uma outra conferência de Azikiwé, feita em Londres, tinha sido publicada no n.º 34-35, Outubro de 1960-Janeiro de 1961, da *Présence africaine*, com o título seguinte: «La part du Nigeria dans la politique mondiale».

não ingerência, contudo, só teria sentido no caso de um conjunto unitário não poder ser realizado. Por outro lado, Azikiwé reclama uma declaração comum de neutralidade e uma espécie de doutrina Monroe para a África. No fundo, Azikiwé é um gradualista, e sobretudo receia o que se pensa ser a ambição de Nkrumah. Já no ano anterior Azikiwé aludira às manobras daqueles que querem garantir-se a liderança e, sem dúvida por recear essas ambições, sugerira a fixação de etapes para a unidade, sob a forma de uniões aduaneiras, de tentativas de cooperação económica, etc. Por maioria de razão, a sua desconfiança mantém-se em Agosto de 1961, uma vez que a imprensa ghanesa criticou violentamente a Conferência de Monróvia, num estilo pouco preocupado com cambiantes. As rivalidades entre personalidades dirigentes e as desconfianças e incompreensões mútuas são, com efeito, na política quotidiana da África, um elemento com que é preciso contar. Basta-me assinalá-lo aqui. É evidente que nem por isso se pode pensar em analisar ou julgar a política africana e as ideologias em que se apoia à luz destes conflitos pessoais, anedóticos, em última análise, em relação ao conjunto.

A África dividida de 1961 vai assistir ao desfecho da secessão catanguesa, praticamente, sem nele desempenhar qualquer papel decisivo: é, afinal de contas, a política americana, com o acordo que obtém, de boa ou má vontade, das outras grandes potências ocidentais, que vai decidir a sorte do Estado independente do Catanga. Em Janeiro de 1963 é o fim da secessão: o Congo é reunificado, mas também neocolonizado, incapaz de subsistir pelas suas próprias forças, incapaz de ter uma política independente. No meio de tantos fracassos, continua, é certo, a falar-se de unidade. Mas esta é cada vez mais verbal, tão opostas são as tomadas de posição dos diferentes governos, tanto em matéria de política internacional como em matéria de política interna. A UAM e os seus apêndices, organização económica e organização militar, sobrevivem porque a sua unidade é assegurada a nível cimeiro, fora da

África, pelo poder gaullista, de que dependem subsídios, formação de quadros, investimentos e protecção militar. Mas na própria África esta união de Estados-clientes é afectada por divergências de interesses locais, por rivalidades pessoais, por invejas entre clientes. As independências, beneficiando do impulso inicial, continuam a dar-se, mas a um ritmo mais lento (duas em 1961, uma das quais a do Tanganica; três em 1962; no total, três ex-colónias inglesas e duas ex-colónias belgas), e, no Sul, os Portugueses podem passar ao contra-ataque frente à insurreição nacional de Angola, que o Congo já não está em condições de auxiliar. E a África do Sul, empenhada na repressão, consolida-se e reforça a repressão[38].

1963: Adis Abeba

Quando os Estados africanos, após uma preparação de vários meses, conseguem finalmente encontrar-se para a conferência cimeira de Adis Abeba, as divisões continuam a ser profundas; mas o desejo de unidade, sentido pela opinião pública africana, não é menos vivo. O enfraquecimento do movimento de libertação é sentido por toda a parte, se bem que os Africanos não estejam, em geral, suficientemente informados das suas causas, dos dados objectivos que o explicam. O facto de a conferência se ter reunido e ter levado a alguma coisa é suficiente para fazer renascer, por algum tempo, a confiança.

Mas que resultou de Adis Abeba? A Carta da União proclama os princípios da cooperação (artigo II, parágrafo 2), da igualdade dos Estados e da não ingerência, e condena,

[38] Enquanto em Março de 1960 o movimento contra os salvos-condutos tomara, durante alguns dias, proporções de um verdadeiro levantamento nacional, apoiado por uma greve geral e por manifestações de massa. Verwoerd foi mesmo forçado a recuar e a revogar a lei sobre os salvos-condutos (provisoriamente).

quer o assassínio político[39], quer as actividades subversivas, por parte de Estados vizinhos (artigo III, parágrafos 1, 2 e 5). Voltamos a encontrar aqui os temas caros ao grupo de Monróvia. A criação de uma conferência anual dos chefes de Estado e de uma conferência semestral dos ministros dos Negócios Estrangeiros, a criação de uma comissão de mediação, conciliação e arbitragem, a criação de um *comité* de coordenação, encarregado do auxílio dos Estados africanos aos combatentes da liberdade e da gestão de um fundo de solidariedade criado pela conferência — todas estas decisões mostram já que se trata de uma aliança de Estados e não de um primeiro passo para uma unificação, que nenhum dos documentos aprovados encara, nem sequer para um futuro longínquo. Se examinarmos as resoluções especiais, que são numerosas, compreendemos ainda melhor que se trata de uma aliança. Durante um breve período, a noção do inimigo comum reaparece. Uma simples vista de olhos pelo mapa de África, a esta data, em que a tragédia argelina chega finalmente ao seu termo, com a independência, em 1 de Julho de 1962, mostra que o inimigo se concentra agora ao sul. Angola, África do Sul (incluindo o Sudoeste Africano, ocupado pela África do Sul, desde o fim da Primeira Guerra Mundial), a Rodésia do Sul e Moçambique formam um conjunto compacto onde se acumulam os maiores e mais lucrativos investimentos ocidentais. Podem ainda ser lançadas tentativas de reconquista a partir de uma semelhante base. A crise congolesa afastou as perspectivas de uma libertação rápida: só uma acção unificada da África independente poderia acelerar o desfecho. Assim é que, no referente a este ponto, as resoluções de Adis Abeba são mais concretas: proibir aos aviões das linhas

39 A maioria dos participantes tem em vista menos o assassínio de Lumumba (e de outros lumumbistas) do que o de Sylvanus Olympio, presidente do Togo, executado por militares revoltados, em 13 de Janeiro de 1963. De notar que se tratava do derrube de um governo neocolonialista, vítima das rivalidades imperialistas, e também da sua impopularidade.

aéreas sul-africanas o sobrevoo dos territórios africanos; intervir junto da Inglaterra para que não transfira o poder na Rodésia do Sul «para o governo de uma minoria estrangeira»; intervenção junto das grandes potências para que deixem de auxiliar materialmente Portugal, que seria incapaz de prosseguir uma guerra colonial apenas com as suas forças; decisão de organizar o auxílio comum aos movimentos de libertação em luta, incluindo o livre trânsito de material, a criação de campos de treino e o alistamento de voluntários africanos — eis as decisões que mais impressionam. Em 1968, basta enumerá-las para verificar que nenhum dos objectivos fixados foi atingido. E se a luta armada na Guiné-Bissau, em Moçambique, em Angola e na Rodésia pôde receber auxílio, não foi apenas através do canal da Organização da Unidade Africana (OUA), mas devido à iniciativa e à vontade de um pequeno número de Estados, agindo em seu próprio nome[40].

No entanto, Adis Abeba não foi inteiramente inútil. Foi afirmado um princípio, o do respeito das fronteiras territoriais legadas pela colonização, por mais arbitrárias que fossem, e a OUA conseguiu fazer que este princípio fosse aplicado por todos. A sua Comissão de Mediação pôde intervir eficazmente para pôr fim a dois conflitos armados, surgidos no Inverno de 1963-1964: um, entre Marrocos e a Argélia, e o outro, entre a Etiópia e a Somália. Em contrapartida, nem as suas veleidades de arbitragem no Congo-Kinshasa nem a sua vontade de acelerar a liquidação do colonialismo directo no continente deram qualquer resultado. A sua última tentativa, em 1967, tendo em vista a arbitragem do conflito na Nigéria, entre o governo de Gowon e a parte oriental do país, o Biafra, falhou totalmente — e a Organização assistiu a uma das piores

40 O Comité de Libertação da ONU continua a funcionar, o que é importante. Recentemente, este Comité acaba de decidir aumentar o seu auxílio ao African National Congress da África do Sul; interromper, ao mesmo tempo, o auxílio ao Panafrican Congress e, enfim, aumentar o seu auxílio ao PAIGC (20 de Julho de 1968).

guerras que jamais grassaram na África independente, sem poder fazer o mínimo gesto. A Conferência de Niamey, em Julho de 1968, só se realiza após doze meses de uma guerra atroz e o genocídio de um povo. Em suma, a OUA apresenta, em relação às tentativas anteriores, um elemento de superioridade: existe, ou, melhor, persiste. É um quadro que, para surpresa de muitos, tem uma vida mais longa do que os outros. Mas sobrevive na impotência, perante uma história que traça o seu caminho sem lhe pedir opinião. Sobrevive por cima de uma África em que a divisão não recua, a não ser na medida em que a influência ocidental reconquista terreno — de que o Ghana, que através de um golpe de Estado passou a estar submetido à ditadura conjunta do exército e da polícia, constitui um exemplo trágico. (Em contrapartida, a Tanzânia surge actualmente como um Estado «avançado».) As novas condições tornam, de resto, muito mais difícil pôr em prática políticas africanas de grande envergadura, como foram as de Nkrumah, de Sékou Touré, de Ben Bella, e como a que Lumumba concebera: à divisão junta-se a tendência para um certo isolamento, muitas vezes imposto pelas circunstâncias. À alternativa cujos termos tinham sido fixados — depois de Nixon — por MacMillan: pró-Leste ou pró-Ocidente, vieram juntar-se, por outro lado, as repercussões, no solo africano neocolonizado, das rivalidades entre imperialistas. Houve em certos casos (Nigéria, África do Sul) uma rivalidade surda anglo-americana. Verificou-se, perante o Mundo inteiro, uma rivalidade entre a Bélgica e os EUA pela hegemonia no Congo. Mas sobretudo verifica-se, a partir de 1962, uma constante rivalidade franco-americana pelo controle das ex-colónias francesas, que por vezes se manifesta pela interposição de golpes de Estado (como no Togo)[41].

[41] Com efeito, Olympio, embora estivesse, pela força das circunstâncias, ligado ao neocolonialismo francês, tinha preferências pela Alemanha de Bona e pelos EUA. Manifestou-o com demasiada clareza. Em Dezembro de 1962, quando as relações Togo-Ghana eram ainda mais tensas do que habitualmente, Olympio viu ser-lhe proposto pela França um auxílio militar sob a forma de reforços de pára-quedistas; recusou, da mesma forma que tinha já evitado assinar os acordos de cooperação militar. Tinha igualmente recusado emprego aos pára-quedistas naturais do Togo desmobilizados pela França e de regresso ao seu país. Pouco depois destas recusas, era morto.

O balanço da unidade africana, após onze ou doze anos de independência não nos incita ao optimismo. De qualquer modo, a ideia mantém-se e, ainda mais, mantém-se uma exigência que se inscreve dolorosamente nas lutas africanas, na própria vida da África: actualmente, quem pode acreditar ainda que um Daomé ou um Togo, verdadeiramente independentes, possam algum dia vir a realizar-se, no interior dos estreitos limites que a colonização lhes impôs? Mas quem pode ainda acreditar que a unidade possa planar acima dos regimes políticos e das orientações económicas? Quem pode acreditar que ela não pressupõe essa «orientação ideológica comum» que a Carta da União Guiné-Ghana-Mali mencionava (artigo 5.º, parágrafo 3), mas que foi rapidamente esquecida? Resta que o campo da ideologia antecipadora é neste caso mais vasto do que noutros. Antes de o analisarmos, é conveniente que vejamos como a aspiração à unidade se enraíza na realidade e na própria vida quotidiana.

As bases e as dificuldades concretas da unidade

Existem, na realidade, embriões de unidade que diferem grandemente segundo os níveis sociais. Antes do mais, ao nível do povo. As fronteiras coloniais são arbitrárias e os povos africanos negam-nas não por palavras, mas na prática, todos os dias. De facto, se considerarmos dois Estados limítrofes, mas oriundos de colonizações diferentes, verificamos que a elite africana fala francês em Lomé, no Togo, e inglês em Accra. Mas as populações rurais, de um lado e de outro da fronteira, falam ewé. E a fronteira tem tão pouco sentido

para elas que é possível passar-se de um país para o outro sem excessivas preocupações com as proibições oficiais e com os postos fronteiriços[42]. Pode acontecer que uma mesma família se reparta pelos dois lados da fronteira e não a «reconheça». Na medida em que se mantêm as tradições históricas, acentuam o carácter irrisório das fronteiras actuais: os súbditos do rei do Sanwi, na Costa do Marfim, cujos desentendimentos com Houphouët-Boigny, de 1960 a 1966, contribuíram para criar uma forte tensão entre Accra e Abidjan, incluem tanto cidadãos da Costa do Marfim como do Ghana. O povo bakongo, descendente dos habitantes do reino do Congo, onde supostamente se desenrola a acção dos *Bijoux indiscrets* de Diderot, reparte-se actualmente pelo Congo-Brazzaville, pelo Congo-Kinshasa e por Angola. E poderíamos continuar a lista longamente. Mas os actuais movimentos de população, que testemunham, à sua maneira, a falta de identidade nacional dos territórios coloniais, têm ainda outras causas mais prementes — causas económicas. Importantes massas humanas deslocam-se de um país para outro, se os salários forem mais elevados neste último, se for mais fácil encontrar emprego, se se viver um pouco melhor. Assim, o Ghana, no tempo de Nkrumah, atraía naturais da Costa do Marfim e do Togo e, no Norte do país, cidadãos do Alto Volta (estes em número mais reduzido). Assim, as dificuldades económicas da Guiné provocaram a partida de um certo número de guineenses (o seu número é contestado, mas o facto é real) para o Senegal e mesmo para a Libéria. Pelo contrário, uma população vinda da Guiné-Bissau estabeleceu-se numa região vizinha da Guiné-Conakry. De momento, país pobre em recursos, o Alto Volta é, desde há muito, o reservatório de mão-de-obra onde se abastecem os plantadores da Costa do Marfim. O Níger (Niamey) e o Norte da Nigéria são habitados por populações haússas que, de um

42 Fechada durante anos, no tempo de Nkrumah, a fronteira Togo-Ghana não deixava, por isso, de ser atravessada constantemente, em ambos os sentidos.

ponto de vista africano, nada separa. Sabe-se que na fronteira Tchad-Sudão se produziu, nestes últimos anos, um êxodo de tchadianos. Também os povos pescadores das costas se deslocam, e encontrava-se em Conakry uma verdadeira colónia de pescadores ghaneses. É certo que desta prática à unidade africana, ainda que regional, vai uma grande distância. No entanto, não deixa de poder concluir-se que é difícil para os pescadores, trabalhadores agrícolas, operários ou artífices das cidades, etc., que deste modo se deslocam, acreditar na imutabilidade das fronteiras actuais: para eles, estas não têm nada de intocável, nada de sagrado. De resto, este estado de coisas assegura uma certa circulação das informações — e também dos boatos, é óbvio —, que de algum modo compensa as censuras ou auto-censuras oficiais.

No outro extremo da escala social as afinidades são de outro tipo. Aí, muitas vezes, a semelhança das respectivas formações — parisiense, londrina, oxfordiana, etc. — actua suscitando ora afinidades, ora oposições: mas também estas não respeitam as fronteiras estabelecidas. Nkrumah, no seu último livro, *Dark Days in Ghana*, ao falar dos recentes golpes de Estado militares, sublinha as afinidades entre oficiais africanos que receberam uma formação semelhante, uns nas escolas militares francesas, outros em Sandhurst. É verdade, mas nem só os oficiais estão em causa. Em certa medida, este género de aproximação tende a reproduzir as divisões entre impérios coloniais, embora negando a divisão desses impérios em territórios distintos. Intelectuais de formação francesa e intelectuais de formação inglesa sentem, ao mesmo tempo, o seu parentesco dentro de cada grupo e a diferença entre os grupos. De nada serviria pretender minimizar estas tendências espontâneas. Mas deve-se também reconhecer que as incessantes viagens de delegações de um extremo ao outro do continente, aliás onerosas para os orçamentos africanos, multiplicaram os encontros e os contactos e, ao mesmo tempo, ajudaram à tomada de consciência da interdependência dos novos Estados africanos e à avaliação das dificuldades da acção comum.

Para além das viagens e das migrações, há a imprensa, os discursos e sobretudo a rádio, meio de informação mais acessível para as massas analfabetas, sendo a partir do momento presente uma das necessidades elementares destas massas. Ora, por toda a parte, as rádios africanas falam incansavelmente da África, de personalidade africana, de unidade. Revela-se, através da análise, que o conteúdo objectivo destes termos varia, mas as palavras ficam, tendo sido, em qualquer caso, difundidas pelos quatro cantos do continente — e já, na vida de todos os dias, a denominação global de Africano começa a ser mais utilizada do que a indicação da nacionalidade particular. As conferências africanas, quaisquer que sejam os seus resultados práticos, não deixam de ser factos levados ao conhecimento de toda a gente. A opinião pública africana fez já a aprendizagem dessa unidade ainda por realizar. Assim, à falta de uma unificação, podemos apontar exemplos de influências entre Estados. A experiência guineense, em 1958-1961, desempenhou, sem dúvida, um papel encoberto na evolução da política interna e externa do Ghana desses anos: a adopção, em 1960, da Constituição republicana (até então o Ghana era um estado cujo chefe nominal continuava a ser a rainha de Inglaterra, sendo Nkrumah o primeiro-ministro) era uma maneira de recuperar um atraso que se tornava evidente; foi um pouco o mesmo que aconteceu com a viagem de Nkrumah aos países socialistas, no Verão de 1961. Por outro lado, as dificuldades encontradas pela Guiné no domínio económico a partir de 1961 não puderam deixar de prejudicar o desenvolvimento das tendências socialistas noutros países. Em 1963, o sucessivo derrubamento de três governos neocolonialistas revela que de um para outro país, apesar das distâncias, os acontecimentos influem no estado da opinião pública e favorecem a maturação de certas tendências. O derrube de Olympio, no Togo, em Janeiro, através de um golpe de Estado militar, não é certamente da mesma natureza que a sublevação popular de Brazzaville, que derruba Fulbert Youlou, em Agosto; não obstante, a queda de Olympio deve ter constituído motivo de reflexão. Em Outubro, uma greve geral leva à queda de Maga, no Daomé; desta vez, foi a vitória de Brazzaville que impeliu os trabalhadores do Daomé a agirem com maior vigor e confiança. Em sentido inverso, o exemplo — se assim se pode chamar — dos golpes de Estado militares é seguido, em vários países, no espaço de algumas semanas, em 1965-1966. Uma vez mais, são casos de interacção e não de unidade, é certo, mas que constituem um indício das possibilidades concretas da unificação — somente das possibilidades.

Infelizmente, o processo histórico é, como sempre, contraditório. As independências favorecem também, exactamente na medida em que a divisão do continente em microestados se prolonga, o nascimento e o reforço de novos obstáculos. Em primeiro lugar, as desigualdades do desenvolvimento destes microestados, já sensíveis na época colonial, não fizeram mais do que acentuar-se. Antes da independência, as suas consequências eram atenuadas pela vontade centralizadora dos colonialismos, cada um na sua esfera. Hoje, assumem uma tal extensão que se multiplicam mesmo no interior de uma organização tipicamente neocolonialista, a OCAM (Organização para a Cooperação Africana e Malgaxe, que sucedeu, em 1963, à antiga UAM); com efeito, encontramos aqui três Estados «prósperos», segundo as normas capitalistas: a Costa do Marfim, os Camarões e o Gabão, cujas balanças comerciais se encontram equilibradas. A Mauritânia e o Senegal vêm apenas em segundo lugar. Mas, apesar da identidade das orientações políticas, vamos assistir ao aparecimento de rivalidades surdas, de dissonâncias entre Estados (conflito entre o Congo-Brazzaville e o Gabão, em 1962, a pretexto de incidentes num desafio de futebol, mas, no fundo, por causa da partilha das migalhas a recolher da exploração do manganés; divergências entre a Mauritânia e a Costa do Marfim, em 1965; etc.).

Acima de tudo, a independência significa a criação em cada um dos Estados, por mais pequenos que sejam, de um aparelho administrativo, inevitavelmente desproporcionado em

relação aos recursos do país, e, na maior parte dos casos, o desenvolvimento mais livre de uma espécie de burguesia (mais mercantil ou burocrática do que industrial) que, embora embrionária e fraca, não deixa de obedecer à lei que quer que a burguesia no Poder crie o seu Estado nacional. O fenómeno, mais acentuado nos Estados ditos moderados, é, de qualquer maneira, geral. Burocracia e burguesia agem e pensam em função do quadro do microestado em que nasceram. Para se defenderem contra os avanços populares e as tendências de esquerda, defendem o seu quadro nacional limitado e encorajam as tendências chauvinistas — não contra os «brancos», de que geralmente dependem[43], mas contra os súbditos africanos «estrangeiros»: foi o que aconteceu, na Costa do Marfim, em Outubro de 1958, e foi o que aconteceu por altura do conflito entre o Daomé e o Níger, em 1963. No país «avançado» que era o Ghana no tempo de Nkrumah, a alta administração, em princípio encarregada de aplicar a política pan-africana do chefe do Estado, manifestava abertamente a sua hostilidade em relação aos conselheiros africanos vindos de outros países a convite de Nkrumah e em relação aos combatentes da liberdade africanos para quem o Ghana era terra de asilo[44]. Esta curiosa contradição entre a política oficial do Ghana e a prática do aparelho de Estado ghanês é uma das razões que explicam a adesão, praticamente a cem por cento, da administração ao regime da ditadura do exército-polícia, após o golpe de Estado de 24 de Fevereiro de 1966. Os

43 O que, bem entendido, nunca impediu ninguém de exaltar verbalmente um nacionalismo agressivo: são geralmente estas burguesias que fornecem os melhores adeptos da negritude ou do pan-africanismo. O cinismo de um Houphouët ou de um Tsiranana constitui a excepção.

44 Esta hostilidade não era apenas verbal. Em Outubro de 1962, quando se davam atentados terroristas no Ghana, a polícia decidia tornar responsáveis por esses atentados os refugiados dos Camarões, grande número dos quais foram presos: se é verdade que alguns dirigentes foram libertados bastante rapidamente, outros passaram um ano na prisão. E as intrigas e prepotências dessa alta polícia (hoje no Poder, ao lado do exército) não acabaram mais.

recursos africanos são limitados e as ocasiões de enriquecimento rápido não são inesgotáveis: assim, a casta no Poder em cada país defende asperamente a sua posição privilegiada, opondo-se, por isso, a qualquer perspectiva de unificação. Em contrapartida, as mesmas castas, chauvinistas no plano da política africana, estão dispostas a aceitar todos os acordos desiguais com as potências ocidentais, sobretudo com a mais rica, os EUA.

As teorias da unidade africana

Assim, o contexto social e psicológico em que são elaboradas as teorias da unidade africana apresenta grandes contrastes. E às contradições a nível dos Estados correspondem as contradições do pensamento individual. A realidade africana é outra, muito mais caótica do que a imaginavam os intelectuais africanos, antilhanos e afro-americanos, reunidos sob a égide paternal e conciliadora da revista *Présence africaine*, em 1956 em Paris e em 1959 em Roma. Nestes dois congressos, o tema da unidade, implícito em todas as intervenções que tratam da África como um todo, é explicitamente abordado em duas direcções.

Unidade económica: Mamoudou Touré

Uma dessas direcções, que já encontrámos anteriormente em Mamadou Dia, é a da argumentação económica. Entre os relatórios apresentados ao Congresso de Roma figura um texto de um economista senegalês, Mamoudou Touré[45], que insiste nas motivações económicas da unificação.

«Há um ponto particularmente importante, no domínio da evolução económica das sociedades contemporâneas, para

45 Que sucederia, mais tarde, a Claude Cheysson à cabeça da Comissão de Cooperação Técnica na África (CCTA), dependente da ONU.

o qual convém chamar especialmente a atenção dos responsáveis e mobilizar a energia das massas. Trata-se das novas formas de solidariedade, que se tornaram condição de existência dos Estados-nações e, de um modo geral, de todas as sociedades politicamente organizadas.

Vivemos na época dos grandes conjuntos e das solidariedades económicas. A divisão do Mundo em dois blocos opostos, no duplo plano da ideologia e das técnicas de desenvolvimento, já não dá aos pequenos Estados a possibilidade de subsistirem no xadrez mundial. Particularmente quando os países subdesenvolvidos procuram não só assegurar às suas populações um nível de vida decente, mas também recuperar o atraso que os separa dos países economicamente evoluídos, devem, para o conseguir, compenetrar-se desta verdade simples: a realização de tais objectivos exige a criação de uma economia de espaço amplo. Este tipo de economia é efectivamente o único espaço que oferece possibilidades de investimentos suficientemente amplas para permitirem uma certa industrialização e a aplicação de planos a longo prazo. Acima de tudo, só ele permite a expansão de um vasto mercado interno que depois será reservado prioritariamente, através de medidas autoritárias dos governos, à produção local [46].»

O Congresso, cuja convocatória fixava como primeiro ponto do seu programa «Os fundamentos e as possibilidades de unidade da nossa cultura»[47], retomou o tema da unidade na sua resolução geral, mas sem prestar atenção ao relatório de Touré. Lemos, com efeito, que o Congresso reafirmou a sua convicção «de que todos os esforços para o reagrupamento de países ou de nações, artificialmente divididos pelo imperialismo, toda a tomada de consciência de uma solidariedade fundamental e toda a vontade de unidade são positivos e proveitosos, tanto para o reequilíbrio mundial como para a revi-

46 *Présence africaine*, n.º 27-28 (Congresso de Roma — II), p. 249.
47 *Ibid.*, n.º 24-25 (Congresso de Roma — I), p. 12.

talização da cultura»[48]. A comparação dos dois textos prova, no fundo, que o apelo do economista não foi escutado: a tónica é posta, uma vez mais, na unidade cultural, numa data em que a era das independências se encontra já em aberto. Os termos escolhidos traem mais a preocupação de justificação ética do que de análise do real. E a omissão do ponto de vista do economista poderia levar-nos a suspeitar de que, apesar da vontade de escapar à assimilação europeia, o mau hábito dos escritores e artistas europeus actuais, que acham perfeitamente natural ignorar a economia política e as ciências humanas, afectou seriamente os escritores e artistas negros. Em todo o caso, esta intervenção de 1959 ia ao fundo do problema, tal como este voltaria a ser abordado, quatro anos mais tarde, por Nkrumah.

Unidade político-cultural: Cheikh Anta Diop

Mas os Congressos de Paris e de Roma foram, sem dúvida, mais sensíveis a uma outra orientação de pensamento acerca da unidade africana: a que se exprimia pela boca de Cheikh Anta Diop, que vinha a divulgá-la, através de artigos e livros, desde 1949 aproximadamente. Nacionalista, pretendendo ao mesmo tempo integrar na sua construção intelectual pelo menos uma parte de marxismo, Cheikh Anta Diop tornara-se célebre ao afirmar a origem «negra» da civilização do antigo Egipto e, por conseguinte, «a contribuição negra para o progresso humano». É óbvio que esta teoria postulava uma total unidade dessa cultura negra, difundida por todo o continente a partir de um centro aproximadamente situado onde estão hoje o Sudão e a Etiópia. Estas teses, fortemente contestadas pelos historiadores, tinham alimentado discussões acesas entre os estudantes africanos de Paris, no início dos anos cinquenta. Eis como, em 1956, no Congresso de Paris, Cheikh Anta Diop abordava e resolvia a questão da unidade (a sua intervenção

48 *Ibid.*, p. 386.

intitulava-se «Apports et perspectives culturelles de l'Afrique»): «É indispensável precisar o quadro em que nos situamos quando falamos de cultura. Esta noção está ligada, no meu espírito, à emergência de um Estado multinacional, abrangendo a quase totalidade do continente. Quer dizer que os problemas culturais só se colocarão com toda a sua acuidade no dia em que tivermos realizado a independência nacional, à escala do continente através de uma luta vitoriosa contra o colonialismo[49].»

Também aqui podemos relacionar esta versão com a teoria da unidade continental de Nkrumah, tal como a vai formular em 1963, em *Africa Must Unite.* Mas Nkrumah vai fundamentar esta teoria numa argumentação política e económica, atribuindo, afinal de contas, um lugar menos importante à argumentação estritamente cultural. De qualquer maneira, em 1956, estamos perante uma antecipação; o que nos espanta não é que haja antecipação, mas que toda a consideração das etapes a percorrer, das vias e meios, seja tão ligeiramente posta de lado. A menos que se deva completar a antecipação do Estado continental com a da guerra de libertação continental. Em todo o caso, o autor desta tese, presente no Congresso de Roma, em 1959, não tentou retomar e desenvolver a sua previsão. Os Congressos, ao que parece, limitaram-se a conceder-lhe uma atenção delicada: estavam mais preocupados com a cultura africana do que com a política africana concreta. Não deixa de ser lamentável que uma ideia tão vasta, e que merecia discussão, tenha sido atirada de passagem e formulada sem a fundamentação e a precisão suficientes.

Sékou Touré e a unidade de acção

A independência da Guiné ia levar Sékou Touré a intervir, no debate, de uma maneira muito mais concreta, precisando que a unidade tem de passar pela independência. Uma

49 *Présence africaine,* n.º 8-9-10 (Congresso de Paris — I), p. 342.

vez que não foi possível conquistar a independência no quadro dos grandes conjuntos constituídos, é forçoso admitir que a unidade já só é possível entre Estados que tenham conquistado a sua independência política. Ao mesmo tempo, Sékou Touré sublinha fortemente a identidade das aspirações dos povos africanos em luta, chamando a atenção para os Estados que, por uma ou por outra razão, são os primeiros a atingir esse objectivo, inspirando-se no seu exemplo e esforçando-se por unificar o seu combate. Assim, fala mais de «unidade de acção» do que de unificação. Quanto às formas que deveriam tomar as eventuais uniões de Estados independentes, era uma questão que se resolveria à medida que se fosse avançando, em função das condições de tempo e de lugar: nada devia ser fixado *a priori.*

No entanto, a unidade não se verifica e levantam-se problemas; as posições de Sékou Touré justificam-se facilmente, em 1958-1960, em relação às circunstâncias da época, mas não se distingue nelas claramente uma teoria da unidade africana. Ora a presença de factos inexplicados, quer dizer, a não realização das Uniões de 1958 e de 1960, obriga a procurar essa teoria, que, no entanto, continua a furtar-se. Muito mais tarde, por volta de 1965-1966, Sékou Touré volta a tratar este ponto, no seu último livro, do qual quis fazer uma súmula do seu pensamento político. Não responde em parte alguma à questão acima referida. Em contrapartida, a unidade apresenta-se sob dois aspectos opostos: o aspecto, inteiramente ideal, da unidade continental e o aspecto, mais concreto, da unidade das aspirações dos povos. Mas como preencher o intervalo? Que passos podem ser dados? O autor não fornece qualquer indicação; é verdade que considera as eventualidades da constituição de agrupamentos económicos regionais e de um Mercado Comum Africano[50], mas para evidenciar, logo a seguir,

50 Sékou Touré falou frequentemente da necessidade de um Mercado Comum Africano, e isso desde 1959: mas nem por isso chegou a precisar a sua concepção a este propósito: acordo, quanto a este ponto, entre Estados

os obstáculos que actualmente se opõem a essas realizações. Entretanto, estes acordos económicos não parecem ligar-se, do seu ponto de vista, a um início de unificação política: tendo proclamado que um país deve fazer a economia da sua política e não o contrário[51], continua, nesta matéria, a relegar as leis económicas para último plano. Falando dos obstáculos que se levantam à unidade, assinala, a justo título, a divisão da África em regimes neocolonizados e regimes revolucionários; mas, se é compreensível que recuse a unificação dos primeiros com os segundos, perguntamo-nos por que razão os regimes revolucionários não dão o exemplo da sua própria unificação. Este ponto fica, igualmente, sem resposta. Na medida em que é possível uma leitura rápida desta obra volumosa, em forma de catecismo filosófico-político, fica-se com a impressão de que a ideia de nação e de construção *das* nações africanas passa aqui à frente do objectivo da unificação. É o que nos diz quando escreve: «Para além da Guiné, estende-se a África, com a OUA. Mas é igualmente verdade que nem todos os africanos escolheram fundir-se numa só nação, e, assim, a vontade dos Guineenses não pode exprimir-se de modo absolutamente livre senão no quadro da nação guineense[52].»

À frente da unificação passa também a denúncia dos agrupamentos inspirados ou encorajados pelo imperialismo. E a OUA? Não é a sua carta, em última análise, o produto do rearranjo, operado ao preço de algumas emendas episódicas, de um esboço, copiado pelos Etíopes, da Carta da Organização dos Estados Americanos, cujas ligações com os EUA não é sequer necessário demonstrar? Interrogado (ou fazendo-se interrogar) a esse respeito, Sékou Touré afirma: «Quanto a nós, nada nos impede de criar um Estado continental africano com orientações diferentes? Com a mesma orientação? Unificação política? Não se sabe.

[51] Ainda em *L'Afrique et la Révolution*, p. 164 (remetendo para um discurso de 24 de Abril de 1964).

[52] *Ibid.*, p. 145.

cano, a não ser os egoísmos pessoais, a deslealdade política e uma insuficiente educação da consciência africana. Se tivéssemos vontade firme de fazer da África um Estado continental, poderíamos realizá-la imediatamente[53].»

O leitor ficará, sem dúvida, espantado pelo facto de os obstáculos políticos à concretização da unidade — conhecidos de Sékou Touré e assinalados por ele noutras páginas — serem bruscamente substituídos por obstáculos que assentam na falta de moralidade: será um sermão? Mas o que é muito mais grave, e que nada leva o leitor a suspeitar, é que o autor destas linhas de modo nenhum defendeu este ponto de vista quando o assunto foi debatido, na conferência de Adis Abeba: nesse momento, Nkrumah viu-se sozinho[54]. Um pouco mais adiante, a necessidade de defender e preservar a OUA — isto é, o pacto entre governos, alguns dos quais são, de acordo com a terminologia aqui utilizada, «revolucionários», e outros, emanações do imperialismo — é assim explicada: «A unidade africana, que alguns confundem com a OUA, existe; existe ao nível dos povos africanos, e a este nível é mais real, mais eficaz e historicamente mais fundamentada do que actualmente o pode ser a OUA, que não é mais do que o seu prolongamento, orgânico e estrutural[55].»

Ingenuamente, pensar-se-ia que a OUA era mais um prolongamento dos governos do que dos povos africanos...

[53] *Ibid.*, pp. 280-281.

[54] Na sua intervenção na sessão plenária em Adis Abeba Sékou Touré apoiou o projecto de Carta, afirmou que os Estados africanos tinham feito «opções idênticas» e definiu a unidade africana sob a forma de Estados africanos «que coordenam as suas actividades, na realização de objectivos livremente escolhidos por eles, de acordo com a sua vontade comum de progresso democrático e de justiça social» (*Addis-Abeba*, Présence Africaine, 1964, p. 116). Entre estes objectivos, indicava: «a criação de um Mercado Comum Africano e a industrialização da África», etc. (*Ibid.*, p. 118).

[55] *Op. cit.*, p. 284.

Nkrumah, teórico da unidade continental

É supérfluo procurar outras citações: na realidade, o problema da unificação não figura no primeiro plano das preocupações do autor, mais sensível ao problema da unidade cultural africana. É a Nkrumah que se deve regressar para se encontrar uma verdadeira teoria da unidade africana. Consagrou-lhe um livro inteiro, *Africa Must Unite*, saído da tipografia precisamente alguns dias antes da Conferência de Adis Abeba. À primeira vista, a composição da obra é surpreendente: julgar-se-ia que apenas a última parte do livro — os capítulos XV a XXI — se reporta ao tema anunciado. Na primeira parte encontramos, depois de alguns capítulos sobre a situação colonial no seu conjunto, um estudo sobre o desenvolvimento do Ghana, desde a elaboração da sua primeira Constituição[56], a de 1957, até às vésperas do Congresso de Kumasi do CPP, em Julho de 1962 (foi este congresso que adoptou o princípio da planificação socialista). Retrospectivamente, compreendemos que estes catorze primeiros capítulos nos levam dos problemas de um Estado africano, independente, considerado isoladamente, e que quer construir o socialismo, aos problemas da unificação: o desenvolvimento real faz, pouco a pouco, passar este novo problema para primeiro plano, como consequência inelutável do que já foi feito. É assim que se torna possível explicar o próprio plano do livro.

Se saltarmos destes prolegómenos para a conclusão, vemos desde logo que a unidade reclamada é bem a unificação política que fará de toda a África uma só nação com um único governo central. É certo que Nkrumah, apoiando-se nos

[56] O Ghana independente conheceu três Constituições: a de 1957, a de 1960, que instituiu a República, e a de 1964, que legalizou o regime de partido único. Desde o golpe de Estado militar, não há Constituição ghanesa, a não ser no futuro.

exemplos das Constituições da URSS e dos Estados Unidos[57], considera que, sob a direcção desse governo continental, os diversos Estados existentes se manteriam iguais em direitos e conservariam a sua soberania, embora deixando ao governo continental o poder de decisão nos sectores chaves: Defesa, Negócios Estrangeiros, Economia. No entanto, não pode haver dúvidas: o essencial é efectivamente o governo central, que, só ele, permite estabelecer uma linha política única para o novo Estado. Esse Estado, como todos os outros Estados resultantes de um processo de unificação política, terá necessariamente como objectivo afirmar-se, enquanto grande potência independente e moderna, no plano mundial. Dizer que a unidade africana deve ter um conteúdo anti-imperialista seria, deste ponto de vista, pura tautologia: trata-se de uma condição prévia, obviamente. Para Nkrumah, o governo continental é o meio indispensável para que a África se torne uma grande potência mundial.

A argumentação baseia-se em considerações políticas e económicas. Os argumentos de ordem histórica e cultural são aqui deixados de lado[58].

Temos, portanto, em primeiro lugar a justificação política. Os Estados africanos, individualmente considerados, são demasiado fracos perante as grandes potências da Europa e da América. Esta fraqueza leva-os a procurar a sua segurança em acordos com as ex-potências coloniais ou com as potências neocoloniais, permitindo, eventualmente, que sejam utilizados uns contra os outros, a favor de alianças ou de rivalidades dessas mesmas potências imperialistas. Seja como for,

[57] Podemos pensar que este par de exemplos é apontado por uma razão de simetria; para Nkrumah, a prova decisiva da possibilidade de um Estado multinacional é realmente a URSS; Nkrumah interessou-se particularmente por esse aspecto da realidade soviética, por ocasião da sua viagem de 1961.

[58] Excepto uma breve alusão, no início do capítulo XV. Assinalemos que a unidade cultural da África Negra não bastaria para fundamentar o projecto de Nkrumah, uma vez que este tem em vista a unidade do continente, incluindo, portanto, as culturas de origem árabe do Norte de África.

o carácter arbitrário das fronteiras herdadas da partilha colonial da África repartiu populações etnicamente idênticas por diversos Estados; trata-se de um estado de coisas que pode, a todo o momento, dar origem a conflitos interafricanos que serão utilizados, ou mesmo, segundo a expressão de Nkrumah, «teleguiados» por essas mesmas forças imperialistas. A resposta é que é evidente que a unificação da África faria desaparecer toda e qualquer possibilidade de divisões deste tipo. Do mesmo modo, o peso dos trinta e dois Estados africanos, alguns dos quais se colocam deliberadamente do lado «ocidental» e outros têm de ter em consideração a sua dependência em relação ao Ocidente, enquanto outros ainda se declaram «não alinhados» ou «neutralistas», é, no plano da política mundial, infinitamente mais pequeno, devido a estas divisões (e às suas flutuações), do que seria o peso do governo único de um Estado africano unificado. E além disso este representa, segundo Nkrumah, o único meio de a África ter a sua política internacional própria, de se afirmar enquanto tal. Finalmente, tanto do ponto de vista do fardo que representam trinta e dois orçamentos da Defesa como do do auxílio efectivo da África independente à parte do continente ainda ocupada (especialmente o Sul), as divisões dos Estados africanos, nascidas desta situação, apenas contribuirão para agravar as insuficiências já verificadas, a menos que se exerça a força unificadora e centralizadora desse governo continental. Porque este último terá necessariamente, como um dos seus órgãos, um estado-maior africano central, capaz de dirigir e organizar a defesa da África no seu conjunto.

Pergunto-me se o segundo grupo de argumentos, os de ordem económica, não será de longe o mais importante aos olhos de Nkrumah. Em todo o caso, é o que se impõe mais fortemente ao leitor. Sair do subdesenvolvimento, no quadro de Estados, a maior parte dos quais não dispõe de uma população suficiente — tanto do ponto de vista do mercado que constitui como do dos recursos em mão-de-obra —, nem dos capitais necessários, nem mesmo de possibilidades de os acumu-

lar num prazo relativamente curto, eis o que parece ao autor um empreendimento extremamente difícil ou mesmo impossível. A solução vê-a ele numa política de planificação à escala de toda a África; e esta direcção única da reconstrução económica do continente implica a unidade política e, portanto, o governo continental. Nkrumah sublinha a acumulação de dificuldades resultantes da existência de moedas diferentes em Estados vizinhos, o perigo constante da realização de projectos que correm o risco de se repetirem escusadamente e de originarem uma concorrência inútil entre dois países, enquanto, pelo contrário, projectos industriais de maior envergadura, que seriam viáveis à escala do continente, não podem ser realizados por nenhum dos Estados isoladamente. Por fim, é perfeitamente claro que a industrialização da África, isto é, antes do mais, a criação de uma indústria pesada, exige a constituição de grandes conjuntos industriais que, por sua vez, só se tornarão rendíveis se tiverem possibilidades de escoar uma produção maciça, num mercado suficientemente importante. Ora aqui a balcanização da África ergue-se como um obstáculo quase intransponível. Ao quadro das infinitas possibilidades da edificação económica de uma África unificada, com todos os seus recursos materiais, humanos e financeiros, postos em comum e de algum modo concentrados, Nkrumah opõe a realidade cruel da fragmentação actual, em que numerosos Estados africanos, de facto a imensa maioria, são obrigados a contar, para a simples sobrevivência, com o auxílio externo (o auxílio das grandes potências ocidentais), a organizar o seu comércio externo em função dos circuitos comerciais estabelecidos sob o colonialismo (matérias-primas enviadas para a Europa ou para a América; produtos manufacturados importados maciçamente dessas mesmas zonas industrializadas) e até a entrar em agrupamentos económicos, como o do Mercado Comum Europeu, de que se tornam simples apêndices. E o contraste é, certamente, impressionante.

No entanto, podemos ser levados a perguntar-nos como é que a África, em tais condições, conseguirá «safar-se disto».

As perspectivas da África unificada, desenhadas aqui a traços largos, são, sem dúvida alguma, exaltantes — mas será possível passar, desde já, do continente neocolonizado e balcanizado, que Nkrumah acaba de descrever, a uma inversão completa da situação? É absolutamente necessário exigir o governo continental *desde já*, responde Nkrumah; temos necessidade dele *agora*, afirma em resumo, porque, caso contrário, os nacionalismos locais dos diversos Estados reforçar-se-ão e tornarão as coisas infinitamente mais difíceis no dia de amanhã; porque, caso contrário, deixaremos o campo livre a todas as manobras de divisão que favorecerão a influência imperialista. Podemos, sem dúvida, perguntar, ainda: sim, mas se não for possível realizar imediatamente esse programa justo, mas imenso? A isto, sem mencionar explicitamente a objecção, Nkrumah parece responder, por duas vezes. Sublinha que, não se podendo esperar passivamente a realização no futuro desse plano de unidade, é necessário, até lá, assegurar, onde houver possibilidade — no Ghana, por exemplo —, o maior desenvolvimento económico possível, no quadro do país considerado, e prosseguir ao mesmo tempo a luta pela unidade.

Mas encontramos também, segundo parece, uma outra resposta, apontada de passagem (p. 220), onde se fala de um «primeiro passo para uma união de todos os Estados africanos», isto é, a união de um certo número de países especificamente nomeados (da África ocidental) «e de outros». Julgamos ler aqui que o autor admite, pelo menos, a possibilidade de certas etapes. Mas este ponto é tanto menos claro quanto, por outro lado, qualquer hipótese de federação regional (seja qual for o seu conteúdo) é categoricamente rejeitada (p. 246). Em suma, não se pode dizer que a posição de Nkrumah perante esta questão inevitável seja tão clara como seria de desejar.

Falta considerar determinadas precisões, quanto à natureza desta unidade. Se bem que isso não seja dito claramente, nos capítulos do livro que tratam expressamente do plano de unificação da África, podemos admitir que a ideia de Nkrumah é a seguinte: a África unificada só pode ser uma África socia-

lista. Foi, de facto, após a publicação de *Africa Must Unite*, em Novembro de 1963, perante a Conferência Pan-Africana dos Jornalistas, que Nkrumah precisou melhor este ponto [59]. Mas a ideia já se encontra, em filigrana, no próprio livro. Pelo menos só assim a primeira parte do livro, que trata dos problemas com que se defronta um Estado africano tomado isoladamente, assume todo o seu sentido. Porque o exame desses problemas, que vão da elaboração de uma constituição adaptada às necessidades do país até ao programa económico, passando pela instalação de uma função pública eficaz, assim como o dos problemas levantados pelo tipo africano de família extensa — e dos usos em matéria de propriedade do solo —, tudo conduz à decisão de construir o socialismo no Ghana. A partir daqui, a significação desta primeira parte, em relação ao movimento do conjunto do livro, poderia esclarecer-se deste modo: o estudo específico dos problemas internos dos Estados africanos, que ascendem à independência, leva-nos à conclusão de que o desenvolvimento rápido da África não é possível a não ser *no quadro de um regime socialista*. E esta solução, ela própria, não pode ser levada a cabo com êxito pleno a não ser *no quadro político da África unificada*.

Portanto, se não há nenhum dirigente africano que não proclame bem alto a sua adesão à unidade africana, nem por isso o programa de unificação de Nkrumah deixa de se revelar original, em relação às outras posições publicamente afirmadas. No entanto, e eis o que constitui um estranho ponto de interrogação, este programa revolucionário é apresentado, pelo presidente do Ghana, de 1963, a governos africanos cuja orientação conservadora e adesão ao micronacionalismo são

[59] Eis a passagem em questão, extraída do discurso de 11 de Novembro de 1963: «Se a África não enveredar pela via do socialismo, recuará, em vez de avançar. Com qualquer outro sistema os nossos progressos serão, na melhor das hipóteses, muito lentos. O nosso povo perderá então a paciência, porque quer ver o progresso realizar-se, e o socialismo é o único meio de o conseguir rapidamente.»

patentes. Pior, a governos cuja neocolonização ele próprio analisa — sem os nomear e num tom perfeitamente calmo e cortês.

«É certo», escreve Nkrumah, «que muitos chefes de Estado se encontram numa situação embaraçosa. Até para manterem em funcionamento o seu aparelho de Estado dependem grandemente de subsídios estrangeiros. Dividindo os territórios, conseguiu-se o empobrecimento de numerosos governos, a tal ponto que os seus recursos próprios não lhes permitem assegurar o pagamento de uma administração que não é possível reduzir para além de um certo nível. Reconheço que, por altura da independência, foram colocados numa situação impossível. Não escolheram os seus limites territoriais, e foi-lhes legada uma economia e uma administração que tinham por único objectivo manter o colonialismo[60].»

Eis um excelente resumo do processo que conduz do colonialismo directo ao neocolonialismo; mas graças a que prodígio poderão tais Estados operar a ruptura brutal sem a qual não se poderá dar, neste caso, a passagem ao processo de unificação? É neste ponto que a teoria de Nkrumah emudece. Entre a África libertada, no seu conjunto, que apenas se esboça no horizonte, e a África fragmentada, enfraquecida e dependente, tem-se sempre dificuldade em adivinhar — adivinhar, somente! — as etapes possíveis.

Temos de reconhecer que nem Sékou Touré nem Nkrumah, que são simultaneamente escritores e chefes de Estado, podiam dizer publicamente tudo: o ofício de chefe de Estado tem as suas obrigações diplomáticas. Nem um nem outro podiam nomear ou designar com excessiva precisão os regimes neocolonialistas, que constituem um obstáculo à unidade africana. Este anonimato, muitas vezes transparente, embora possa dificultar a leitura e complicar a tarefa dos propagandistas, é compreensível. As coisas mudam de figura quando aqueles

60 *L'Afrique doit s'unir*, tradução francesa, Payot, 1963, p. 214. Tradução readaptada por mim.

que partilham as ideias expressas nestes livros e que não estão presos pelos deveres profissionais do chefe de Estado tentam aplicar e desenvolver as mesmas ideias em situações políticas concretas. Apercebemo-nos então de que, aproveitando-se desses silêncios obrigatórios e explorando as facilidades de interpretação oferecidas por um pensamento formulado apenas ao nível dos princípios, um grande número de defensores declarados desta ideologia modifica-a radicalmente sob pretexto de a aplicar: as divisões da África política reaparecem, no próprio grupo daqueles que se reclamam de nkrumahísmo.

As polémicas de The Spark*: a unidade dos revolucionários contra a unidade dos neocolonizados*

Por ocasião da Conferência de Adis Abeba, o semanário *The Spark*, que não era uma publicação do governo, nem o órgão do CPP, mas, por assim dizer, o órgão dos progressistas do Ghana, publicava um importante artigo sobre as diversas correntes de Adis Abeba. Estava-se a 24 de Maio de 1963, nas vésperas, portanto, do encerramento da reunião cimeira. Antes mesmo de ler o artigo, o leitor é informado do seu conteúdo por três conjuntos de fotografias dos chefes de Estado africanos, agrupados de acordo com as seguintes rubricas: grupo I — imperialismo anglo-americano (fotografias de Hailé Selassié, Tubman, da Libéria, e Tafala Balewa, da Nigéria); grupo II — imperialismo francês (fotografias de Houphouët-Boigny, Fulbert Youlou, Senghor, Yameogo); grupo III — nacionalismo africano radical (fotografias de Nasser, Nkrumah, Modibo Keita, Nyerere).

«O conflito entre estes grupos», escreve o autor, Julius Sago, «tem-se concentrado até aqui em torno de dois problemas: o neocolonialismo e a unidade africana.»

Sublinha que acerca da questão da unidade africana se defrontam três teses: unificação política; criação de instituições interafricanas, em domínios restritos, e, finalmente, agrupamentos regionais — correspondendo a segunda tese, apro-

ximadamente, aos desejos dos Estados Unidos, e a terceira, à tese da França. E anunciava que a «cimeira» não poderia certamente levar a decisões unânimes a não ser em pontos como o auxílio aos movimentos de libertação, a luta contra o *apartheid,* uma moção reclamando a eliminação de todas as bases militares estrangeiras, uma outra reclamando das grandes potências o desarmamento nuclear, etc. Mesmo em torno destes pontos, as dissonâncias provocadas pela divisão da África em clientelas imperialistas separadas e rivais far-se-iam sentir quando fosse necessário passar à sua aplicação. Um editorial resumia, de resto, estes temas. O que é novo aqui é a vontade de chamar as coisas pelo nome e de utilizar a elaboração ideológica já conseguida para analisar a situação real, a vontade de aplicar os princípios e de extrair destes as suas consequências práticas (ainda que com alguns erros de facto, aliás mínimos). Nada mais natural, pensar-se-á. Ora o artigo fez escândalo, foi atacado em ecos da imprensa oficial e, sobretudo, todo um clã de funcionários e dignitários do CPP[61] tentou aproveitar-se dele para levar à supressão de *The Spark* ... em nome da unidade africana. Nkrumah, na realidade muito ligado à equipe de *The Spark,* não o consentiu.

Algumas semanas mais tarde, porém, novos incidentes ocorriam, não menos significativos: punham em causa aspectos das dificuldades da unidade africana que eram essenciais em 1963, enquanto em 1958 nem sequer se suspeitava da sua existência — por um lado, o problema dos movimentos de resistência nacional nos Estados formalmente independentes; por outro lado, o da divisão dos movimentos de libertação nos países dependentes, divisão que era o reflexo da competição mundial entre socialismo e capitalismo. Em 1958-1959, o

61 Entre os adversários da posição tomada por *The Spark* figuravam nomeadamente os chefes de redacção dos dois diários do CPP, o matutino e o vespertino. E, bem entendido, a grande maioria dos diplomatas (o ministro dos Negócios Estrangeiro, Kojo Botsio, estava em Adis Abeba, mas não teria sido certamente favorável). Altos funcionários da Presidência da República eram igualmente hostis.

princípio de não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados não levantava especiais dificuldades. Mas quando o princípio foi retomado na Carta da OUA — e aprovado por unanimidade — a situação modificou-se. Na África ocidental, há, nos Camarões, um governo formalmente independente, o de Ahidjo, que conduz vastas operações de repressão contra as guerrilhas da UPC[62], isto é, a antiga secção RDA do país, movimento resolutamente nacional e progressista. Dos países independentes, uns reconheceram o governo de Ahidjo e outros não. Estes últimos recebem, no seu território, os representantes da UPC e fornecem-lhes auxílio material e político. É o caso mais grave, mas não é o único. A prática do neocolonialismo, aliada à do partido único e do autoritarismo, forçou ao exílio os dirigentes da oposição de vários países: Majhemout Diop, secretário-geral do PAI do Senegal; Djibo Bakary, secretário-geral da Sawaba do Níger, e quantos outros mais! Mesmo os círculos políticos pró-ocidentais e favoráveis à prática do neocolonialismo têm as suas dissensões e, portanto, os seus exilados. Assim, estiveram exilados, até ao princípio de 1963, um no Daomé e outro no Ghana, os togoleses Grunitzky e Meatchi, que não são, no entanto, nem um nem outro, revolucionários. Os adversários de Nkrumah, por sua vez, fixaram-se no Togo (até Janeiro de 1963) e na Nigéria. Podemos deixar de lado uma outra categoria de exilados, a que vive fora da África, na Europa Ocidental sobretudo. A verdade é que estes conflitos políticos internos existem e que nenhum Estado africano, diga o que disser, pode desinteressar-se, porque o que está em jogo não é esta ou aquela opção política interna, mas a questão da independência real

62 Se bem que, no início desse ano, Senghor tenha felicitado o seu «velho camarada» Ahidjo por ter restabelecido a ordem, a verdade é que a oposição da UPC continua a existir. Ainda em Março de 1967, a morte do economista dos Camarões Osendé Afana, abatido na guerrilha pelos soldados de Ahidjo, o recordava. Em Novembro, o mesmo governo via-se forçado a confessar a ocorrência de combates nas regiões fronteiriças.

do continente, o grau da importância atribuída à manutenção das alianças privilegiadas com as potências ocidentais. Por isso, a liberdade e a independência de *todos* os Estados são postas em causa pela política de qualquer deles. Em Adis Abeba, toda a gente condenou verbalmente o neocolonialismo, toda a gente jurou respeitar a soberania dos demais, mas tratava-se apenas de uma boa maneira de evitar colocar o problema, de uma boa maneira de evitar dar-lhe qualquer solução.

É por isso que os problemas reais vão surgir de novo, algumas semanas depois de Adis Abeba. É a propósito dos Camarões que se manifestam publicamente. *The Spark* publica um longo artigo, que vai ser, a seguir, reeditado em brochura pela UPC, intitulado: «Le Néo-Colonialisme au Cameroun» (números de 4 e 11 de Outubro)[63]. O artigo afirmava, nas suas conclusões, o princípio da solidariedade dos patriotas africanos — e negava, por isso mesmo, o princípio da não ingerência: «Essa lógica (do neocolonialismo) não pode ser a da Revolução africana. Porque o actual Kamerun mártir é o exemplo mais perfeito das consequências trágicas do neocolonialismo, todos os patriotas africanos não podem deixar de sentir-se directamente atingidos pelo que aí se passa, não podem deixar de ser solidários com a luta heróica do exército nacional de libertação do Kamerun, e com a UPC que a dirige [...]. Será necessário lembrar aqui que os colaboradores africanos do neocolonialismo se sentem fortes sobretudo devido às hesitações dos Estados africanos e que na realidade tremem de medo perante o mais pequeno opositor, o mais pequeno dos guerrilheiros? De qualquer maneira, as forças populares

[63] Trata-se do título do artigo. A brochura pouco depois publicada apresenta outro título: G. Clair, *L'Afrique, la France et la révolution kamerunaise*, s. l. n. d., mas, na realidade, publicada em Accra em Outubro de 1963. Esta brochura contém um prefácio da autoria do Comité Revolucionário da UPC, o artigo referido e o programa da UPC. Convém assinalar, para facilitar a compreensão do que vem a seguir, que Ruben Um Nyobé, para marcar as distâncias em relação ao colonialismo francês, modificou a ortografia do nome do país para *Kamerun*.

acabarão por vencer; mas a África tem de fazer qualquer coisa para que a vitória chegue mais depressa e o povo camaronês sofra menos.»

O prefácio de que dois dirigentes da UPC, Michel Ndoh[64] e Woungly Massaga, fizeram preceder este texto, por altura da sua publicação em brochura, é ainda mais significativo, porque chama as coisas pelo nome. Eis as suas passagens essenciais: «A gangrena neocolonialista, que constitui a forma preponderante da dominação imperialista na África dos nossos dias, é um fenómeno curioso. Toda a gente parece consciente da sua presença. Toda a gente o condena. Pelo menos, ninguém pretenderia reclamar-se dele. Em Adis Abeba, os chefes de Estado e de governo dos trinta e dois países participantes condenaram solenemente este flagelo e comprometeram-se, todos eles, a combatê-lo, sob todas as suas formas.

Mas basta que surja um caso concreto de neocolonialismo à volta da mesa para que o neocolonialismo se torne um caso tabu [...]. A Revolução africana, sob pena de se renegar, não pode sujeitar-se por muito tempo a um jogo de contemporização e condescendência em relação ao inimigo que, sob uma máscara autóctone, pilha, massacra e aterroriza as massas africanas [...]. A partir de 1950, a Revolução africana, até então obra apenas das massas populares, passou a caracterizar-se pela entrada em cena dos homens de Estado africanos cuja acção trouxe um novo impulso à luta popular pela independência e pela unidade do continente. As independências que se precipitam em África a partir de 1960 são o resultado desse combate travado conjuntamente pelas massas populares e pelos homens de Estado africanos. A prova de força entre a Revolução africana e as forças neocolonialistas, no teatro das operações do Congo de Lumumba, saldou-se pela derrota da Revolução africana. O choque desta derrota abalou o elemento estatal da

[64] Michel Ndoh, que se encontrava no Ghana por altura do golpe de Estado de 1966, foi preso, tal como J.-M. Tchaptchet, pelos militares: só foram libertados ao fim de vários meses de prisão.

Revolução africana, de tal modo que os homens de Estado africanos se puseram geralmente a reboque da Revolução africana, contentando-se com a plataforma da luta estritamente anticolonialista, plataforma a que acrescentaram, em Adis Abeba, o ponto da condenação verbal e genérica do neocolonialismo.» Mas: «Não há razão para fingir miopia perante o neocolonialismo representado pelos Verwoerd de pele negra.»

E segue-se um apelo a todos os revolucionários africanos para que apoiem a luta do povo dos Camarões.

Textos como os de Julius Sago e Ndoh-Massaga são infelizmente bastante raros na literatura política africana. Chamam, com efeito, a tomar partido *hic et nunc,* não por algumas declarações de princípio, mas por, ou contra, governos concretos; por, ou contra, este ou aquele partido. Exigem que se faça passar a adesão militante a ideologias e partidos organizados, a nível da nação ou, melhor ainda, do continente, à frente de todas as relações familiares e profissionais, à frente de todas as solidariedades ou cumplicidades políticas e sociais. Às solidariedades clânicas e étnicas, às solidariedades resultantes do exercício do Poder, das clientelas dos ricos e poderosos, estes textos opõem a solidariedade dos que partilham e aplicam uma mesma linha política. Às vagas noções de negritude, de personalidade africana, de unidade cultural do continente, que dissolvem todas as contradições reais numa identidade puramente verbal ou sentimental, respondem designando os conflitos em curso e os inimigos — neste caso, Ahidjo; respondem traçando uma linha de demarcação entre os agrupamentos políticos africanos e pondo a todos eles a questão: com quem alinhais? Com os patriotas e os socialistas, ou com os neocolonialistas?

Mesmo em Accra, apesar do apoio discreto de Nkrumah, foi uma tempestade: os altos funcionários que tinham previsto já o estabelecimento de relações diplomáticas com o governo Ahidjo, pretendendo assim aplicar os princípios de Adis Abeba, gritaram e ameaçaram. Por pouco os signatários destes artigos não foram processados por insultos a um chefe de Estado. Por esta vez, a tempestade acalmou. Ia recomeçar à escala continental, em 1965, ano em que a OUA deveria reunir-se em Accra. Conduzido por Houphouët, certo número de chefes de Estado africanos apresentou um ultimato a Nkrumah: se os refugiados políticos africanos não forem expulsos, não haverá cimeira! Nkrumah cedeu; os chefes de Estado em causa descobriram outro pretexto para não irem a Accra, e o regime ghanês viu-se enfraquecido pelo isolamento. Entre os expulsos figuravam os signatários camaroneses do prefácio acima citado. Houphouët e os seus amigos tinham, portanto, também eles, tomado partido[65] e traçado uma linha de demarcação, mas não o fizeram, invocando os seus objectivos e a sua verdadeira ideologia: a exemplo de qualquer bom político ocidental, invocaram pretextos — neste caso, a unidade da África e a não ingerência. Foi também a não ingerência que serviu de pretexto à atitude complacente perante o assassínio de Lumumba e a secessão catanguesa, perante os massacres do Ruanda, e, finalmente, perante os *progroms* dos Ibos, em 1966, e o caso do Biafra, sua consequência fatal.

Mas a clivagem política observada nos Estados africanos já constituídos surge também no movimento nacional dos territórios colonizados. E o caso de Angola vem tornar evidente esta clivagem a esse nível, tal como o caso dos Camarões a tinha vindo revelar no que se refere à África independente. Desde o início da luta armada em Angola, em Fevereiro-Março de 1961[66], dois movimentos competem entre si, o Movimento Popular de Libertação de Angola, dirigido pelo

[65] E com violência, à falta de argumentos. Yameogo, por exemplo, declarou em Abidjan, em Maio de 1965: «Para nós, são inimigos da África todos aqueles que caucionam a política do Sr. Nkrumah. Faremos tudo para o tornar inofensivo.» (Citado no *Bulletin de l'Association pour l'étude des problèmes d'outre-mer,* n.º 207-208, Julho-Agosto de 1965.) Quanto a Houphouët-Bogny, declarou, em 8 de Maio de 1965, que Nkrumah «está bom para o manicómio».

[66] A luta armada começou em Angola a 4 de Fevereiro de 1961 por ocasião do ataque à prisão de Luanda, conduzido por organizações do MPLA.

médico e poeta Agostinho Neto (MPLA), e a União dos Povos de Angola (UPA), dirigido por Holden Roberto: o que os opõe é o facto de a orientação da UPA ser estritamente nacionalista e pró-ocidental, enquanto o MPLA é progressista e tem o apoio dos países socialistas. A polémica entre os dois grupos não encontrou em Adis Abeba solução nem possibilidade de arbitragem. Entretanto, ao longo deste conflito, os argumentos abertamente invocados não são os que acabo de resumir: a UPA acusa o MPLA de não estar representado na guerrilha e, por conseguinte, de não participar na luta; o MPLA desmascara o carácter racista da UPA (não só em relação aos brancos, mas também em relação aos angolanos de certas etnias e aos membros do MPLA). Os adeptos da UPA nas capitais africanas iludem o fundo do problema e limitam-se a invocar a necessidade da unidade na luta de libertação — procedimento típico das polémicas africanas e que enganou muitas vezes numerosos observadores progressistas. Depois de Adis Abeba, é o Comité para a Coordenação do Auxílio aos Movimentos de Libertação, chamado mais simplesmente Comité dos Nove, que está encarregado de solucionar o diferendo: os chefes de Estado africanos concordaram, com efeito, em exigir a unificação das organizações de resistência em cada território e em auxiliar apenas um único movimento em cada país. O Comité dos Nove, reunido em Léopoldville, no Verão de 1963, opta naturalmente pela UPA. E poder-se-ia pensar que o assunto fora encerrado.

Nesta altura, *The Spark* volta a dar que falar com um artigo de Julius Sago, intitulado «Le Comité des Neuf» (em 25 de Outubro de 1963, portanto menos de quinze dias depois dos artigos sobre os Camarões)[67]. A acção do Comité era denunciada vigorosamente na base de uma análise da contra-

As operações de guerra desencadeadas, a partir do Norte, pela organização da UPA começaram a 15 de Março.

67 O artigo de Sago foi publicado, em francês, pela *Révolution africaine*, de Argel, e assinalado por *Le Monde*.

-ofensiva imperialista na África, antes e depois de Adis Abeba. Por isso, deve ler-se toda esta passagem, escrita no estilo directo e sem ambiguidades de Sago: «A existência de dois grupos africanos opostos, de Casablanca e de Monróvia, não podia impedir, nem impediu, as potências de Casablanca de fornecerem auxílio material aos movimentos de libertação. E os esforços empreendidos com o objectivo de conquistar para a causa do imperialismo alguns destes países não conseguiram paralisar esta acção de apoio. A partir do momento em que golpes de Estado, tentativas de assassínio, etc., não conseguiram fazer desviar da sua linha os dirigentes africanos radicais, o imperialismo voltou-se para a acção diplomática junto dos seus Estados-clientes, a fim de conseguir um agrupamento único [...]. O imperialismo tinha os seus planos, conducentes a fazer da noção de unidade africana a cobertura da própria estratégia de manutenção da sua influência na África. Um dos aspectos dessa estratégia consistiu no imenso esforço despendido com o fim de obstar ao envio directo de material pelos Estados africanos independentes que se reclamam do nacionalismo radical e do socialismo aos movimentos de libertação e, se possível, de deter completamente estas remessas. O imperialismo encontrou no Comité dos Nove o melhor meio para tanto.»

Ora o Comité dos Nove pretendeu, em primeiro lugar, dirigir toda a estratégia da luta de libertação, não tendo sido encarregado disso e quando as condições concretas exigem a autonomia dos movimentos populares. Pretendeu praticamente reservar aos Estados limítrofes do país a libertar a responsabilidade pelo auxílio — afastando, portanto, o grupo dos Estados «radicais», em proveito de países como o Congo ex-belga! Quis orientar a luta armada para a busca de compromissos e negociações com as potências coloniais. Por fim, esforça-se por canalizar o auxílio para «a ala moderada do movimento de libertação de forma a abrir caminho à substituição do colonialismo pelo neocolonialismo». Anteriormente, Sago criticara, com efeito, a tese da frente comum, obrigatória em todos os casos: «Decerto é desejável uma frente

comum, mas nem sempre é viável. Há frequentemente uma ala revolucionária, radical, ao lado de uma ala moderada, hesitante. Se nenhum acordo entre estas duas tendências se revelar possível, qual das duas se deverá, portanto, auxiliar?»

Sago responde que se deve auxiliar a tendência que corresponde às aspirações do povo do território considerado, e rejeita a solução apresentada pelo Comité, que se tinha reservado o direito de escolher, ele próprio, o movimento «bom». E Sago apresenta o exemplo mais chocante de tal método com o caso de Angola, em que o Comité reconheceu «unilateralmente» o movimento de Holden Roberto. Sago pergunta também: que acontecerá se o Estado limítrofe for, ele próprio, um Estado-cliente? Para concluir, reclama uma análise crítica do funcionamento do Comité dos Nove e declara que, se não for possível melhorar esse funcionamento, os Estados «radicais» deverão então assumir as suas responsabilidades e auxiliar directamente os movimentos de libertação. Em suma, terão em tal caso de trair a letra de Adis Abeba, para permanecerem fiéis ao espírito da Carta.

Uma vez mais, foi uma tempestade e não só entre os altos funcionários ghaneses: houve protestos de Estados africanos junto de Nkrumah, que declarou não ter nada a ver com o assunto, mas recusando-se a desacreditar *The Spark*. O artigo ia evidentemente contra todas as regras do jogo estabelecidas em matéria de diplomacia africana, contra a regra do jogo paternalista e vagamente universalista estabelecida nos congressos da *Présence africaine* e, de maneira geral, contra as regras da retórica política. Declarava inequivocamente que havia no continente não trinta e dois Estados iguais e mais ou menos avançados no seu desenvolvimento, mas um pequeno grupo de Estados «radicais» e um número muito maior de Estados-clientes. Declarava não menos abertamente que havia também movimentos de libertação «revolucionários» e outros que o não eram. Enunciar publicamente estas verdades primárias provocava escândalo, ainda que cada um

manobrasse em função desses dados, escondendo-os ao mesmo tempo da opinião pública e dos povos.

A prática de Sékou Thouré e a unidade-conciliação a todo o custo

Para avaliar o que havia de audacioso nisto, basta reportarmo-nos às declarações de Sékou Touré — presidente de um dos Estados «radicais», na classificação de Sago — a respeito da existência dos grupos opostos de Casablanca e de Monróvia. É verdade que, em 1961, explicando por que é que os Estados do primeiro grugo não iam a Monróvia, para onde tinham sido convidados, Sékou Touré falava ainda com uma certa clareza de um conflito real. Recordando o assassínio de Lumumba, então muito recente, continuava do seguinte modo: «Os chefes dos Estados africanos, imediatamente após este crime odioso, deveriam, pois, ter denunciado os seus autores e cúmplices. Infelizmente, numerosos Estados, com as suas reticências e pretextos dilatórios vários, atrasaram cientemente ou inconsideradamente essa tomada de posição que, para dignidade da África, se impunha no próprio momento em que a sessão da ONU era consagrada à análise dos problemas escaldantes do Congo e à definição de uma linha de acção nesse país [...]. Hoje, a consciência africana sabe claramente quem são os que trabalharam no sentido de uma verdadeira descolonização da África e os que deliberadamente comprometeram a sua consolidação e o processo histórico[68].»

Mesmo nesta declaração subsistem ainda algumas dúvidas: trata-se de todos os Estados de Monróvia, ou apenas de alguns? Trata-se de uma linha geral que é necessário, portanto, combater até ao fim, ou de uma fraqueza? Mas, enfim, esta declaração é de uma notável clareza, em comparação com o discurso pronunciado no 1.º de Maio de 1962.

«Assim como nunca houve uma África ao norte do Sáara e uma África ao sul do Sáara, não existem os dois blocos afri-

68 Citação extraída do jornal guineense *Horoya*, de 9 de Maio de 1961.

canos antagónicos a que a imprensa internacional se empenha em chamar: África de Casablanca e África de Monróvia. Para nós, como para todos os homens conscientes do Mundo, existe uma África recente e parcialmente libertada da dominação colonial, cujos esforços apontam exclusivamente para a reconquista da sua total liberdade, a salvaguarda da sua originalidade, o desenvolvimento da sua personalidade e da sua cultura, a criação e consolidação das bases materiais, sociais e morais da felicidade das suas populações[69].» Se quisermos procurar as fontes e os precedentes desta pura e simples negação da realidade por um chefe de Estado que se pretende progressista e que, em certa medida, se reclama do marxismo, a que nos poderíamos reportar se não a certos aspectos da prática stalinista? Mas a razão profunda da mentira que Sékou Touré tentava impor como verdade africana aos milhares de trabalhadores reunidos para o comício, na Praça dos Mártires do Colonialismo, não pode ser exactamente idêntica à das dissimulações de Staline. Não pode tão-pouco ligar-se exclusivamente a razões diplomáticas, mesmo num momento em que o governo guineense, depois da crise de Novembro-Dezembro de 1961, tentava penosamente uma transformação das alianças.

Devemos ver aqui uma espécie de recuo, desta vez sincero, perante a obrigação de reconhecer a realidade dos conflitos internos da África. Na luta pela independência, tinha-se atingido um certo grau de unidade — não sem dificuldades, ao preço de compromissos, de concessões e até de astúcias, como já vimos anteriormente —, mas, enfim, tinha-se conseguido. No contexto inesperado e tormentoso da era das independências, a unidade de acção (ou simplesmente a convergência prática de acções diferentes) de outrora vai obscuramente tomar

69 *Horoya*, 1 de Maio de 1962. Na realidade, Houphouët-Boigny, por seu lado, desejava evitar o confronto entre os dois grupos e esforçava-se por conseguir reunir uma conferência cimeira em que se apagassem todas as contradições reais.

o aspecto de um paraíso perdido que se tenta reencontrar a qualquer preço. A África independente ressurgiu, proclamando em bloco a sua originalidade intrínseca, frente à Europa colonialista, e portanto encontrou uma unidade real de aspirações e de pensamento; muitos hesitam em admitir que esta unidade era função de um par de forças opostas (opressão estrangeira contra união dos oprimidos) e que, uma vez modificadas as componentes desse par, a África política deixa que apareçam as suas próprias linhas de fractura ideológicas. A nível da apreciação estritamente política e diplomática das novas relações de força, intervém também a apreensão constante pelos contra-ataques e ingerências estrangeiros, isto é, ocidentais. Reconhecer que os governos africanos se encontram divididos, segundo se inclinam mais para a Aliança Atlântica ou para os países socialistas, não seria oferecer voluntariamente ao imperialismo uma ocasião de explorar em seu proveito estas contradições, de coagular os agrupamentos antagónicos, de os opor entre si? Não se deverá antes, apesar de tudo, afirmar, pelo menos verbalmente, a unidade e procurar obstinadamente a conciliação? Não exigirá a estratégia da luta esta mentira que se espera seja provisória? Todos estes raciocínios, que não se ousa nem seria possível tornar públicos, têm evidentemente como postulado que a África dos governos é a emanação da África dos povos; que o apelo às massas, contra os governos pró-ocidentais, seria uma aventura, porque as próprias massas poderiam ser enganadas e utilizadas, sem o saberem, pelos imperialismos estrangeiros: uma vez mais, segundo se pensa, seria provocar a divisão por culpa própria. É assim que, em 1967, uma boa parte da opinião pública africana, ainda traumatizada pela recordação da secessão catanguesa, vê, na resistência nacional do Biafra, uma massa de vários milhões de africanos que estariam a ser utilizados, sem o saberem, pelo imperialismo americano. Desconfiança, portanto, diante de movimentos populares incontroláveis, desconfiança frente à proclamação de uma verdade de que as potências estrangeiras poderiam vir a tirar maior benefício

do que os Africanos; talvez também um obscuro sentimento de cumplicidade entre chefes de Estado à cabeça de países igualmente fracos e frágeis — eis o que encontramos por baixo desse curioso envernizar da realidade, de que o citado discurso de Sékou Touré é a expressão mais perfeita. Vemo-lo aderir sem dificuldade à vontade de conciliação a qualquer preço e de escamoteamento das oposições, características do director da *Présence africaine,* Alioune Diop.

Observando, porém, de mais de perto, sentimos o velho cheiro de algo já conhecido: uma vez mais o hábito, difundido por Staline no movimento operário internacional, de fazer uma triagem, a partir de cima, entre o que pode ser dito às massas, consideradas sempre «subdesenvolvidas», e o que só deve ser sabido pela direcção. O facto de ser Sékou Touré, mais marcado pela experiência concreta dos partidos comunistas do que pelo pensamento marxista, a exprimi-lo, em muito maior grau do que Nkrumah, mais influenciado pelo conhecimento das obras marxistas do que pela vida militante comunista, eis um índice da influência stalinista no pensamento político africano. No entanto, devemos interrogar-nos, uma vez mais, sobre as razões do relativo fracasso de vozes como a de Sago e a dos Camaroneses: como é possível que, tendo uma visão clara dos problemas e exprimindo as suas soluções num estilo directo, infinitamente mais acessível às massas africanas — e mesmo à *intelligentsia* progressista — do que os longos e abstractos discursos de Sékou Touré ou de Senghor, tenham, apesar disso, gritado no deserto? Penso que, para além da natural resistência daqueles que atacavam, isto é, os chefes de Estado do neocolonialismo e a fracção pró-ocidental da camada dirigente, não conseguiram, pelo menos de momento, suscitar um vasto movimento de opinião que os apoiasse. Porquê?

Porquê o fracasso de Nkrumah e de The Spark?

Parece-me que, embora tendo, no fundo, razão, não conseguiram ainda encontrar o chão, atingir um terreno receptivo.

É que a sua argumentação, para se transformar em tomada de consciência das massas e em acção, pressupõe a existência de nações constituídas enquanto tais — e não enquanto agrupamento de etnias diferentes, efectuado somente pela força e vontade de um Estado centralizador; pressupõe, sobretudo, um nível mínimo de organização dessas massas, na base de uma vida política e sindical, em que participem activamente de modo autónomo. Na realidade, só as massas operárias urbanas, destribalizadas e fundidas pelo trabalho colectivo na fábrica, livres de se exprimirem através das suas próprias organizações, poderiam ser esse terreno favorável, em que as teses radicais seriam compreendidas e aplicadas. É certo que estas teses, bem como a obra de Nkrumah, germinam de algum modo também entre a juventude dos liceus e das universidades africanas — através de muitas discussões e conflitos ideológicos —, mas isso não é suficiente para darem rapidamente fruto. No fundo, são as chamadas estruturas tradicionais que levantam barreiras frente aos pontos de vista de vanguarda: estruturas que transcendem os actuais quadros dos Estados não em direcção a uma unidade política superior, mas em direcção a relações e a cumplicidades entre Estados, também elas limitadas, também elas provincianas, relativamente ao tema da unificação. Quanto ao proletariado, nos países onde constitui já uma força concentrada, como no Ghana ou na Nigéria, é impedido de se exprimir e afirmar através de métodos autoritários, de que a ideologia da unidade cultural e da ausência de conflitos não é mais do que a justificação.

Unidades técnicas, unidades regionais e micronacionalismos

Entretanto, toda a gente continua a agitar o estandarte da unidade africana, embora, na medida do possível, sem avançar mais. Mas os adversários de facto da unificação têm também as suas teses, escondidas frequentemente atrás de uma máscara de retórica, mas que, por vezes, se revelam. Na maioria dos casos, procuram justificar a sua política actual,

pondo em primeiro plano a construção e a consolidação das nações africanas, tarefas que deveriam preceder as uniões, ou fusões entre nações. É evidente que quando Ahidjo proclama muito curiosamente: «Encaminhamo-nos certamente para o socialismo, não para o socialismo africano, mas sim para um socialismo camaronês»[70], esta teoria bizarra, de resto sem relação alguma com os factos, significa simplesmente que o desenvolvimento isolado dos Camarões passa à frente de qualquer preocupação unitária. Mas a exposição do representante da Costa do Marfim na Segunda Conferência dos Chefes de Estado da OUA, no Cairo, em 1964, Philippe Yacé, é muito mais explícita: «É bem evidente que esta solidariedade só poderá ser eficaz se for praticada num clima geral de paz e confiança, por Estados seguros de si próprios e dos seus vizinhos. A solidariedade e, em última análise, a unidade africana só podem ser o resultado do somatório das unidades nacionais, porque os nossos jovens Estados representam um quadro e valores que seria vão ignorar e lamentável não utilizar. Daí concluirmos que qualquer ingerência de um país nos assuntos internos de outro Estado deve ser formalmente condenada e considerada um atentado caracterizado ao nosso ideal de unidade africana[71].»

A referência final à unidade não passa aqui de um rito verbal, uma vez que a tónica é posta na construção individual dos Estados e na conservação das diferenças. As unidades nacionais, que se encontram ainda em formação na maioria dos casos, não são, repetimos, dados intocáveis. Mas Yacé, que exprime o pensamento do próprio Houphouët-Boigny, não procura, nem por um segundo, responder à objecção de Nkrumah: justamente porque as nações não estão ainda constituídas, é necessário apressar a construção da unidade, senão, dentro em breve, será tarde; virá, em todo o caso,

70 Discurso de 12 de Julho de 1965, citado pelo *Bulletin de l'Association pour l'étude des problèmes d'outre-mer*, n.º 212, Dezembro de 1965.
71 *Ibid.*, n.º 196-197, Agosto-Setembro de 1964.

a ser mais difícil agir, porque o processo de unificação nacional terá avançado e as nações se terão consolidado.

Eis o que pouco importa, de resto, a um outro ideólogo, Senghor, que, no regresso de Adis Abeba, vem declarar a Paris: «Tenho acerca da unidade africana a mesma ideia que o general De Gaulle acerca da Europa: é necessário construir a África das pátrias. Somos efectivamente muito diferentes uns dos outros, tanto do ponto de vista da raça como da cultura e da língua[72].»

Mas, como a África das pátrias não se constrói, Senghor acabará, coisa inesperada, por deplorar os micronacionalismos: «Sabemos», declara, em 19 de Outubro, de 1965, perante o embaixador do Congo-Kinshasa[73], «que a unidade africana não é para amanhã [...]. A unidade só pode ser realizada se anteriormente conseguirmos vencer os ódios tribais, os micronacionalismos, a corrida às lideranças e todas as divisões que herdámos do colonizador de ontem. A unidade africana, sabemo-lo, não se fará enquanto os Estados africanos não tiverem aceitado tratar-se como amigos e não como adversários, como iguais e não como satélites.»

Será para vencer estes ódios que, em último recurso, Senghor se volta, em Março de 1966, para a ideia de uma «Commonwealth à francesa», que virá a ser o projecto da francofonia? Começamos a entrever pelo menos o que queria dizer o presidente tanzaniano Nyerere quando declarava perante Nasser, alguns meses depois: «O que impede a realização da unidade africana não é a acção das potências estrangeiras, são os próprios Africanos[74].»

72 *Ibid.*, n.º 183, Julho de 1963.
73 *Ibid.*, n.º 212, Dezembro de 1965.
74 *Ibid.*, n.º 223-224, Novembro-Dezembro de 1966. Um pouco antes, numa entrevista a *Jeune Afrique* (10 de Outubro de 1965), Nyerere tinha declarado, nas vésperas da III Conferência da OUA, em Accra: «Somos pobres e fracos. É por isso que a África tem de se unir e tornar-se um só Estado. Estou inteiramente de acordo com Nkrumah acerca deste ponto. As nossas maneiras

No entanto, o próprio Senghor, a quem a imaginação ideológica nunca faltou, tinha avançado, por ocasião de Adis Abeba, um outro ponto de vista: insistia na constituição de conjuntos regionais, como primeiro estádio. Nkrumah opunha-se a isso, porque temia ver constituírem-se Estados africanos, sem dúvida mais sólidos do que actualmente, mais vastos e viáveis, mas que não deixariam de ser, por isso mesmo, obstáculos à unidade continental, entrando em conflito ou rivalizando entre si, mais cedo ou mais tarde. Receava também que, a exemplo da UAM (ou da Federação da África Oriental, a PAFMECSA, que, aliás, se desintegrou bastante rapidamente), tais conjuntos não passassem de reagrupamentos inspirados por esta ou aquela potência ocidental. Ora, muito recentemente, Sengor retomou esta ideia: «Dizemos bem alto: somos pela unidade africana e, no quadro desta, pela constituição de grandes conjuntos nacionais e regionais: somos contra todas as secessões e balcanizações[75].»

Mas alguns dias depois citava um exemplo de conjunto regional ou, como dizia, de «subgrupo regional»: a associação dos países ribeirinhos do Senegal (Mauritânia, Senegal, Guiné, Mali), cujos objectivos são simplesmente os de uma organização técnica de cooperação[76]. Somos assim remetidos para um último ponto de vista: o que reduz a ideia de unidade à cooperação técnica, em domínios precisos — por exemplo dos correios, das pescas, etc. —, em suma, ao estabelecimento de relações continuadas entre técnicos de Estados diferentes. Que tal seja, com efeito, uma necessidade, quem o contestaria? Mas estamos, neste caso, muito longe do esforço de unificação. Numa conferência realizada em Londres, em 17 de Maio de 1961, o presidente do Mali, Modibo Keita, distinguia na política africana do seu país, por um lado, o objectivo de uma organização política unitária, implicando simultaneamente cedências de soberania e identidade de maneiras de ver em matéria de política internacional e económica, e, por outro lado, a cooperação com os demais Estados africanos que seguem uma linha política diferente. Unificação e cooperação eram, com razão, definidas como noções e modos de acção bem distintos.

de ver são idênticas: uma só África.» Mais exactamente, tinham-se tornado idênticas. Porque em 1963 Nyerere, com cujo apoio Nkrumah, ao que parece, contava muito, estava ainda longe de estar de acordo.

75 Em *L'Unité africaine,* órgão da Union Progressiste Sénégalaise. Trata-se de uma passagem da mensagem de Ano Novo de Senghor.

76 Perguntamo-nos, contudo, se esta organização a quatro não prossegue igualmente outros objectivos, se não será talvez um meio de reintegrar a Guiné na órbita da zona do franco.

Ora a unificação não só falhou até agora, como registou mesmo um recuo. Este recuo só pode explicar-se pelas profundas divergências sobre a orientação política a dar às independências e, afinal de contas, sobre uma opção fundamental, que não é apenas Ocidente ou Leste, mas essencialmente: rumo ao capitalismo ou rumo ao socialismo.

OBSERVAÇÕES E ADENDA EM 1971

A propósito das origens da noção de unidade africana, Mondlane põe em evidência o papel precursor da Liga Africana, criada em Lisboa, em 1920, num Portugal ainda republicano e democrático e que acolheu, em 1923, a segunda sessão do III Congresso Pan-Africano. Segundo Mondlane, a Liga tomava posição não só pela unidade nacional, mas também pela unidade entre as colónias em luta contra a mesma potência colonial, pela unidade africana contra todas as potências colonizadoras e, finalmente, pela unidade de todos os povos negros oprimidos do Mundo.

Vemos assim que a própria ideia da CONCP tem já toda uma tradição atrás de si.

Sempre do ponto de vista histórico, e a propósito do que disse nas páginas 213-215 sobre a atitude imperialista,

deve observar-se que desde os anos 1945-1950 vinham sendo erguidos planos de unidade pelos Europeus, que já construíam, em espírito, uma África unida, mas que colaborasse na resistência ou no contra-ataque ao comunismo ao lado da Europa unida — a Ocidental —, nomeadamente por um deputado trabalhista inglês, de nome Mackay. Em 1950 é lançada a ideia da Euráfrica. De Gaulle, por seu turno, não esconde o desejo de voltar a formar um conjunto de Estados africanos ligados à França — e conseguiu-o, como se sabe. Os Estados Unidos, pela sua parte, não vêem inconveniente em que sejam criados conjuntos mais vastos, inclusivamente o conjunto continental, desde que essa associação «concorra para a estabilidade política e para o desenvolvimento económico», isto é, continue agarrada à economia capitalista (*Department of State Bulletin*, 26 de Dezembro de 1960). Em suma, o imperialismo nem sempre é balcanizador; tem a vantagem de poder jogar em dois tabuleiros, balcanizando, quando é ameaçado, unificando, quando encontra parceiros submissos. Mas a unidade que então introduz continua a ser a unidade de um espaço virado para o exterior da África, uma unidade que não tem origem em si mesma, mas fora dela.

No que diz respeito ao papel efectivo da OUA, para além dos fracos resultados registados na luta pela eliminação do colonialismo, de que falo no posfácio de 1975, resta-me insistir aqui nas consequências de dois outros princípios da Carta de 1963: o da intangibilidade das fronteiras estabelecidas e o da não ingerência nos assuntos internos dos Estados. Tanto um como outro foram submetidos a duras críticas, tanto jurídicas como políticas, no Colóquio de Argel de 1971. O meu juízo é talvez menos rigoroso.

O primeiro destes princípios, sob a sua aparência negativa, constituía, em meu entender, uma medida imediata de defesa por parte da África de 1963. Se, na época, suscitou tão poucas discussões, foi porque surgia então menos como uma defesa do *statu quo* do que como a expressão da preocupação de impedir a todo o custo conflitos armados entre dois ou vários

Estados independentes, podendo enfraquecer perigosamente esses Estados, tanto no plano africano como no plano internacional, e até, ainda que durassem pouco tempo, dar pretexto a intervenções imperialistas. Mas tratava-se de uma medida imediata cujos resultados positivos recordei já na página 235. Nunca houve na Carta nada que dissesse que o respeito das fronteiras estabelecidas significava outra coisa para além da proibição das guerras de conquista e de revisão territorial entre Estados independentes; nada, parece-me, devia permitir opor este princípio a eventuais fusões de Estados e a reagrupamentos territoriais pacíficos. Se não nos podemos, portanto, deixar de felicitar pelo facto de o continente africano ter velado para que não viesse a surgir no seu território algo de semelhante à guerra do Chaco (e algumas outras), na América Latina, seria igualmente de lamentar que um princípio justo se transformasse num facto estático e pudesse constituir um travão para os progressos da unidade, que, repito-o, esse princípio não impede de maneira nenhuma. E, aliás, ninguém pensou em opô-lo a Nyerere por altura da criação da Tanzânia.

Mas as dificuldades surgiram de outro lado, e aqui os princípios da intangibilidade das fronteiras e da não ingerência combinam-se para fazer da OUA o símbolo de uma unidade notavelmente abstracta. De facto, em lugar de fusões e reagrupamentos, a OUA teve de se ocupar dos conflitos e guerras internos. Na realidade, só se ocupou verdadeiramente de dois destes conflitos: o do Congo-Kinshasa, em 1964-1965, e o da Nigéria, de 1967 a 1970. A OUA, temos de o reconhecer, tentou agir no primeiro caso; pretendeu fazer sair de África Tschombé, que se tornara primeiro-ministro; tentou conseguir a expulsão dos mercenários chamados por Tschombé, aliás com a colaboração de Mobutu. É inútil voltar a fazer aqui a história dessas tentativas: a intervenção americano-belga em Stanleyville assinalou, em 1964, um fracasso humilhante. No ano seguinte, contudo, apesar das suas próprias dificuldades internas, a OUA continuou a preocupar-se com o caso do Congo. Em Outubro de 1965, em Accra, parecia

ter conseguido alguns resultados. Kasavubu, que demitiu Tschombé, assume o compromisso de expulsar os mercenários. Ora, no seu regresso a Léopoldville, esbarra com o veto de Mobutu, que à data é ainda seu subordinado, e as coisas ficam por aí. No ano seguinte, 1966, a OUA acaba por se inclinar perante Mobutu. E se se volta a falar dos mercenários, em 1967, no interior da organização, é porque Mobutu acabou por se zangar exactamente com aqueles de quem se servira para consolidar o seu próprio poder. No fim de contas, a evolução interna do Congo resolveu-se pelo melhor para os interesses e vontade do imperialismo dominante, isto é, dos EUA, mas de uma forma completamente alheia às decisões da instância suprema do continente. Esta última teve de se ficar pela consagração da ditadura de Mobutu, realizando a sua cimeira de 1967 em Kinshasa. O fracasso não é surpreendente. Mesmo em 1964-1965, a assembleia dos chefes de Estado africanos não queria nem podia ir até ao fundo do problema, isto é, tomar posição perante as sublevações populares de Mulélé e de Soumaliot; para o fazer ter-lhe-ia sido necessário ultrapassar o princípio da não ingerência ou, pelo menos, modificar a sua interpretação. À falta de melhor, condenava as consequências, sem ousar abordar as causas. De resto, grande número dos seus membros não podia deixar de ver nos movimentos populares do Congo um acto de subversão, e a preocupação pela sua própria manutenção no poder prevalecia sobre qualquer outra consideração.

Sob certos aspectos, o caso da Nigéria apresentava-se à OUA em termos mais simples. Por definição, o princípio da intangibilidade das fronteiras estabelecidas inclui a condenação de qualquer forma de secessão, e a OUA não podia, portanto, deixar de apoiar o governo federal contra a secessão do Biafra. No entanto, se o problema da guerra civil foi evocado nas instâncias da organização, foi com o acordo prévio do governo de Lagos, sem o qual esse problema nunca teria podido figurar na ordem do dia. Deixemos aqui de lado o problema específico e, de qualquer modo, minoritário dos quatro Estados que

haviam reconhecido o Biafra, por motivos, de resto, diferentes. A verdade é que a OUA multiplicou esforços para encontrar uma solução que pusesse fim à guerra civil e, no entanto, o desfecho foi decidido exclusivamente por uma solução militar e nigeriana. É que havia, em certa medida, uma contradição oculta nas iniciativas da OUA. Se esta tentasse pôr em contacto os dois adversários (o que falhou, sobretudo devido à obstinação de Ojukwu) e conseguisse, através da sua própria mediação, um acordo, isso significaria que, embora mantendo a sua posição de princípio, reconhecia implicitamente existirem na Nigéria problemas internos que exigiam uma solução e eram suficientemente explosivos para a OUA ter de se ocupar deles. Todavia, avançar, por pouco que fosse, nesta via seria ultrapassar o princípio de não ingerência, ou admitir que esse princípio, se era válido para os Estados considerados isoladamente, deixava de prevalecer ao nível da Organização. Na realidade, esta lógica secreta não foi admitida — teria obrigado a OUA a enfrentar outros conflitos internos, não menos reais do que os da Nigéria, e que persistem: o da Eritreia, em rebelião contra o poder central etíope, e o das regiões do Sul do Sudão, há muitos anos em estado de rebelião. Em Argel, em 1968, a Organização tentou dar uma base mais sólida à linha geral, votando uma resolução segundo a qual qualquer agressão contra um Estado membro, parta ou não de um território africano, transforma o agressor em inimigo de toda a África. Mas nenhum país rompeu com a França, que apoiava o Biafra, e no conjunto esta resolução só foi verdadeiramente aplicada no caso da agressão contra a Guiné, em Novembro de 1970. Mas a agressão tinha sido já repelida.

Outros problemas surgem periodicamente na sequência de golpes de Estado militares, no interior dos países membros. Há sempre ou quase sempre vivas discussões para saber se se deve reconhecer como membro da OUA o governo saído do golpe de Estado, mas em todos os casos, sem excepção, a OUA acabou sempre por aceitar o facto consumado; quer

dizer que, em nome da não ingerência, aceita de facto a subversão que, por outro lado, condena. Por fim, o facto consumado transforma-se em norma de direito, quando implicitamente se reconhece que os conflitos internos, inclusive uma guerra como a do Tchad, em que há uma intervenção estrangeira — a da França —, não podem ter outra solução que não seja a imposta pela força. As reivindicações das próprias populações não são tomadas em consideração e deixa de haver a preocupação de verificar se essas reivindicações são fundamentadas ou não, compatíveis ou não com os superiores interesses da independência e da libertação do continente.

Quanto aos escândalos interafricanos, como o sequestro, em 1966, em Abidjan, da delegação guineense à cimeira da OUA, o assassínio de Pierre Mulélé por Mobutu, em Outubro de 1968, desprezando as garantias dadas publicamente às autoridades do Congo-Brazzaville, ou ainda a prisão, em Dakar, de um embaixador guineense (sob o pretexto de que deveria ser de nacionalidade senegalesa), nesse mesmo ano — a OUA abafa-os, melhor ou pior, como se ninguém tivesse infringido as mais elementares regras do direito, ou então inclina-se perante o facto consumado, como no caso do assassínio de Mulélé.

Estas práticas não traduzem simplesmente a fraqueza e a impotência da Organização. São o reflexo e a consequência de concepções amplamente difundidas entre as equipes e as camadas dirigentes, para quem a estabilidade (do seu poder) e o *statu quo* são os valores supremos e que só podem aceitar a mudança de governo quando realizada através de um golpe de Estado rápido, colocando no poder uma outra equipe de homens cujos interesses e modos de ver não diferem fundamentalmente dos interesses e modos de ver dos governos estabelecidos. Mas praticamente ninguém, nestas equipes dirigentes, apoiaria abertamente e numa base de princípio um movimento popular de mais longa duração, dirigido contra um governo neocolonialista. Ora tais movimentos teriam, também eles, necessidade de um apoio externo para sobreviverem numa luta prolongada. Podem apontar-se, sem dúvida, algumas excepções. Sobretudo a atitude da Líbia, antes e depois da revolução de Setembro de 1969, concedendo asilo e apoio ao FROLINAT (Front de Libération Nationale du Tchad) de Abba Sidick e aos insurrectos do Norte do Tchad. Este apoio parece, contudo, ter diminuído consideravelmente na sequência de conversações confidenciais com a França, relacionadas com a compra dos *Mirages*. Do mesmo modo, o Sudão teve de conceder discretamente, em certos momentos, algumas facilidades às populações insurrectas do Sul do Tchad: igualmente, estas facilidades desapareceram após as conversações. A FLE (Eritreia) dispõe de alguns apoios no Médio Oriente. Mas se os insurrectos das províncias do Sul do Sudão recebem auxílio externo de Israel ou dos EUA — é o que afirma Khartum, e os interessados não o negam —, não será altura de nos perguntarmos se isso não será uma consequência da indiferença da África perante problemas que são reais?

Por outro lado, as excepções não eliminam a regra; e a regra é que, depois da queda de Nkrumah, ninguém quer admitir, nas camadas que ocupam o Poder, que o derrube dos regimes neocolonialistas do passado por lutas populares de grande envergadura e a liquidação do neocolonialismo nos países em que se encontra instalado exigem posições claras no que se refere aos problemas internos desses Estados.

A unidade em torno das lutas de libertação em curso deveria, na medida em que se desenvolver, acarretar a formação — ainda mais difícil, mas necessária — de uma certa unidade em torno dos movimentos que se opõem aos governos neocolonialistas.

Uma vez que ele próprio revelou o seu pseudónimo (*Le Ghana de Nkrumah*, Maspero, 1971, p. 78), posso hoje dizer que Julius Sago, acima citado, nomeadamente nas páginas 257 e 264-267, e S. G. Ikoku, secretário-geral do Action Group, da Nigéria, e refugiado em Accra de 1962 a 1966, são uma e a mesma pessoa.

5

Socialismo

Relance sobre os socialismos africanos

Abundância de ideologias socialistas

«Entre os numerosos países africanos que escolheram a doutrina de um socialismo africano, a experiência da Costa do Marfim demonstra o sucesso do sistema capitalista e da livre iniciativa.» É o ministro das Finanças e dos Assuntos Económicos da Costa do Marfim, Konan Bedie, quem assim fala perante o National Press Club de Washington, a 10 de Setembro de 1966[1]. Na verdade, o seu país é um dos raros países africanos que invocam publicamente a sua fidelidade ao mundo capitalista; no entanto, na África a adesão verbal a uma doutrina socialista não significa um verdadeiro afastamento do capitalismo. Pode significar simplesmente que há necessidade de utilizar o termo, seguido de epítetos variáveis, mesmo e sobretudo quando não se tenciona pôr a ideia em prática. Sucede que as declarações dos dirigentes da Costa do Marfim, porque cinicamente terra a terra, são satisfatórias para o espírito; no momento em que, numa estranha cacofonia, a África estatal repete em todos os tons que é socialista, e em que em vão nos esforçamos por tentar encontrar esse socialismo na realidade, Houphouët e os seus ministros reconhecem francamente nada terem a ver com o socialismo, ainda que africano. O seu cinismo não vai, contudo, até ao fim: porque o capita-

[1] Segundo o *Bulletin de l'Association pour l'étude des problèmes d'outre-mer*, n.º 223-224, Novembro-Dezembro de 1966.

lismo que gabam — como um economista[2] nos lembra — existe efectivamente, mas é um capitalismo europeu e não um capitalismo da Costa do Marfim a desenvolver-se de facto. Assim, somos levados a suspeitar que o entusiasmo continental pela etiqueta «socialismo» não é apenas o sinal da força de uma ideologia mundial que toda a gente sente necessidade de reconhecer por prudência, tem talvez um outro sentido, o da ausência de um verdadeiro capitalismo africano, capaz de dominar e dirigir a vida económica e política dos respectivos países. Uma vez que o sector capitalista está e permanece, no essencial, nas mãos dos Ocidentais, aos governos africanos neocolonialistas, por sua vez, não resta outra escolha senão a de serem socialistas africanos. Há excepções: nem toda a gente invoca o socialismo africano. Nkrumah e os seus amigos, assim como Modibo Keita, reclamam-se do socialismo científico (ou seja, o marxismo), e Sékou Touré, durante muito tempo, tentou evitar o termo «socialismo», mas falava de via não capitalista[4]. Quanto aos outros, fazem vénias ao socia-

[2] Samir Amin, *Le Développement du capitalisme en Côte-d'Ivoire*, Paris, éd. de Minuit, 1967, pp. 277-280.

[3] Nkrumah, numa importante mensagem dirigida à Conferência dos Partidos Marxistas e Progressistas no Cairo, em Outubro de 1965, escreve: «O emprego deste termo implica que todos reconhecemos que o renascimento do humanismo africano e dos princípios igualitários que estiveram na base das nossas sociedades pressupõe actualmente o socialismo.» Não se deve, contudo, pensar que o facto de alguém se apropriar da palavra «socialismo» é novo e resulta apenas da revolução de Outubro, ainda que completada por algumas outras. Em 1892, Jules Huret escrevia já: «O socialismo tornou-se a preocupação geral, a obsessão do momento presente ... O Papa é socialista, Guilherme II é socialista, M. de Blöchröder é socialista, Maurice Barrès é socialista, *Nini-patte-en-l'air* é socialista.» (Publicado em *Le Figaro*.)

[4] Convém operar à partida esta distinção, porque os «especialistas» não africanos lançaram-se sobre o socialismo africano, como sobre a negritude, para fazerem deles teorias comuns a toda a *intelligentsia* africana. Assim, por exemplo, um livro de L. V. Thomas, deão (francês) da Faculdade de Letras de Dakar, intitulado *Le Socialisme Africain* (Paris, 2 vols., 1966), mete no mesmo saco Senghor, Nkrumah, Sékou Touré, Nyerere, etc.

lismo. Mas o próprio socialismo científico, nos países em que é ideologia dominante e patenteada como tal, parece flutuar, um pouco fora da história real, da história que se faz e se vê. Em todo o caso, a expropriação dos expropriadores capitalistas não era visível a olho nu no Ghana; embora o seja mais no Mali, o economista descobre de súbito que para os criadores de gado e comerciantes deste país não chegou ainda a hora do socialismo[5]. A Guiné levanta outros problemas, evocados pelo próprio Sékou Touré, a partir de 1964. Em suma, em África as ideologias socialistas são, na maioria dos casos, ideologias no sentido de sublimação do real, de visão ideal deformada desse real e desfasada em relação à história presente. Na maioria das vezes, não são estas ideologias que constituem uma chave para a compreensão do desenvolvimento dos países africanos; pelo contrário, é o estudo deste último que permite desmistificar a construção ideológica ou descobrir a sua significação oculta ...

Ora, já observámos que a ideologia da independência erigida em valor absoluto remetia, no entanto, para o problema do conteúdo da independência, que ficava por elucidar; observámos que a ideologia da unidade africana remetia para o problema das divisões reais da África das independências, problema que essa ideologia não elucidava, mas, pelo contrário, servia para negar. Uma e outra tinham tido um sentido de antecipação e de mobilização, no período anterior ao das independências, mas posteriormente começaram a flutuar numa espécie de vazio[6]. Mas as ideologias do socialismo, começamos a suspeitá-lo, não estão provavelmente mais bem

[5] Cf. Samir Amin, *Trois expériences de développement en Afrique*, PUF, 1965, pp. 81 (contrabando no Mali), 92 (réditos no exterior de comerciantes malianos não repatriados) e 165 (mercado negro do franco guineense).

[6] De passagem por Conakry, Madeira Keita teria confiado a um dos seus compatriotas, por volta de 1960-1961, que, afinal de contas, a sua formação marxista, como a dos seus camaradas, tinha sido interrompida em 1947, e que era necessário agora começar tudo de novo, exactamente no momento em que o tempo faltava.

servidas: remetem para uma realidade económico-social, sem fornecerem as categorias que permitiriam apreendê-la; não a elucidam e, na maioria dos casos, transfiguram-na.

O socialismo padmoriano

Também aqui as origens remontam à luta anticolonialista. Padmore, ligado a alguns trabalhistas ingleses após a sua ruptura com a III Internacional, combatia violentamente o comunismo e o marxismo, mas prègava um socialismo vagamente fabiano. «Do ponto de vista económico e social, o pan-africanismo subscreve os objectivos fundamentais do socialismo democrático com o controle estatal dos principais meios de produção e de distribuição», escreve[7]. Mais adiante, procede a algumas precisões que não deixam de ter interesse, se pensarmos que o livro data de 1956 e que o pensamento de Padmore influenciou grande número de dirigentes africanos anglófonos.

«Quando projectamos o seu desenvolvimento [da África], devemos observar determinados princípios básicos. Assim, o principal sector da economia nacional deve ser controlado pelo Estado, uma vez que localmente não existe um capital suficiente de que possa dispor-se para um empreendimento de grande envergadura. Mas os outros sectores devem ser deixados à iniciativa privada. É necessário encorajar os Africanos a fazerem as coisas pelos seus próprios meios [...]. Deve-se dar atenção à terra e torná-la disponível para as populações rurais que se dedicam à agricultura. Os Africanos não devem abandonar nunca o sistema de posse comunitária da terra, para adoptar em seu lugar o sistema de arrendamento meeiro, a grande maldição da Ásia. O movimento cooperativo deve ser encorajado, reforçado e alargado suficientemente, de modo a abranger o maior número de produtores dos géneros de base [...]. Por último, e este imperativo não é o menos importante, os dirigentes africanos devem encorajar a disciplina social, a responsabilidade e a honradez cívicas, tanto em si próprios como junto do povo.»

Muito bem; e assim vamos encontrar em todos os Estados «radicais» da África o princípio da prioridade do sector do Estado no que diz respeito às indústrias chaves, ao mesmo tempo que o princípio da coexistência (pelo menos durante algum tempo) do sector estatal e de um sector privado, cujos limites variam. Vamos encontrar também a vontade de partir das estruturas comunitárias que subsistem para se atingir o desenvolvimento de um sector cooperativo. Finalmente, encontraremos o apelo — lancinante e vão — à moralidade pública. Mas qual é então a natureza deste Estado, chamado a desempenhar um papel decisivo na transformação socialista da África? Socialista democrático, Padmore não o imaginará superior e exterior às classes, ou pelo menos às forças sociais reais, tal como os liberais do século XIX? Para ele, a questão não chega sequer a colocar-se. As sociedades africanas, de que o Estado independente — e democrático — devia ser a emanação, também não são analisadas. Ou, melhor, são-no, na medida em que Padmore assinala nelas uma «clivagem» que «tomou a forma de uma 'luta de classes', entre os homens novos e os pretensos aristocratas». Clivagem que opõe «os tradicionalistas que têm interesse em conservar os seus poderes autocráticos» e os Africanos «recentemente emancipados e cujas perspectivas se encontram destribalizadas» e que poderão, «sob o impulso das ideias políticas e da tecnocracia ocidental, provocar a regeneração necessária»[9]. Parece, portanto, que Padmore tem em vista uma luta de morte contra a sociedade tradicional e, muito particularmente, contra a organização tribal e os elementos feudais. Não obstante, faz uma distinção entre o «sistema de posse comunitária da terra» e os

7 *Panafricanism ou Communisme*, trad. francesa, p. 27.

8 *Ibid.*, pp. 384-385 (na tradução de Thomas Diop, Présence Africaine, 1960).

9 *Ibid.*, pp. 381 e 382.

usos e costumes tradicionais, como a organização tribal, sem se perguntar se não haverá uma relação entre estes dois aspectos. De qualquer maneira, em quê e em quem poderá apoiar-se o Estado para desmantelar essas organizações tradicionais? No punhado de intelectuais e de técnicos regressados das universidades ocidentais — é o que Padmore parece responder — e, sem dúvida, nos militantes nacionalistas e democráticos dos partidos que se inspiram no pan-africanismo. Mas seria preciso saber como é que estes poderão escapar à influência da sua própria sociedade. O problema — muito real — é no máximo aflorado aqui, porque Padmore não se preocupa com armar os modernistas de uma verdadeira ideologia socialista.

O texto revela, pelo menos, a preocupação profunda do autor: falando com propriedade, trata-se menos de socializar a África do que de a modernizar a todo o custo[10]. Tendo rompido com os países socialistas e vivendo no Ocidente, Padmore pensa, por outro lado, que esta modernização exigirá o concurso de numerosos técnicos ocidentais, durante um prazo bastante prolongado, e também o auxílio financeiro das duas grandes potências capitalistas, Inglaterra e EUA. A África independente, anticomunista e socialista democrática, que Padmore assim delineia, deverá, por conseguinte, estar à altura de inspirar confiança ao Ocidente. Como é possível denunciar o colonialismo directo e, ao mesmo tempo, pedir às potências colonialistas[11] que auxiliem as ex-colónias a

10 Padmore tornou-se — ainda em vida — uma personagem de romance, perfeitamente reconhecível, sob o nome de Landwood, em *Une Couronne pour Udomo*, de Peter Abrahams (1956). Quando Landwood vai a África, ao país autónomo governado por Udomo, no qual encontramos certos traços de Nkrumah, é repreendido por este último por ter falado em anticapitalismo (p. 205 da trad. francesa, Stock, 1958), porque, explica Udomo, ainda não é altura de falar disso.

11 Entre as quais, apesar de todas as declarações oficiais ou oficiosas, se devem classificar os EUA, inclusivamente no que se refere ao período do colonialismo directo. A prova desse facto é dada por Porto Rico, pelo Hawaii

edificar uma economia independente? É o que não se poderia explicar senão pelos efeitos conjugados da obsessão anticomunista e do empirismo britânico. Assim, Padmore, se encara num mesmo movimento a independência, a unidade e o conteúdo da independência, desemboca, no entanto, numa contradição fatal para toda a sua construção teórica.

O socialismo-negritude de Senghor

Uma outra via, também ela situada no terreno da colaboração entre colonizados e colonizadores, tinha sido explorada desde o período anterior à guerra. Era a via da exaltação da civilização e dos valores tradicionais, que ia fazer da negritude uma palavra de ordem política. É, com efeito, a partir de 1939 que Senghor, ligado, como se sabe, a certos círculos católicos franceses (a tendência representada por Mounier e pela revista *Esprit*), começa a definir a sua ideologia política. O artigo publicado na recolha *L'Homme de couleur* não é ainda, certamente, um programa de acção; apresenta-se como um trabalho sobre a cultura «negra», mas as suas implicações políticas são evidentes.

«O vício da sociedade capitalista não está na existência da propriedade, condição necessária do desenvolvimento da pessoa; está no facto de a propriedade não assentar essencialmente no trabalho. Ora na sociedade 'negra' o trabalho, ou, talvez mais exactamente, a acção produtiva, 'é considerado como a única fonte de propriedade, mas não pode conferir o direito de propriedade senão sobre o objecto que produziu' (M. Delafosse, *Les Nègres*).

Mas — os críticos do capitalismo sublinharam-no muitas vezes — a propriedade será apenas teórica, se as riquezas naturais e os meios de produção ficarem nas mãos de alguns

e pelas Filipinas de antes da guerra. De resto, os Estados Unidos tinham o seu pavilhão, na Exposição Colonial Internacional de 1931, no Bosque de Vincennes.

indivíduos. Também a este nível, o Negro resolveu o problema num sentido humanista. O solo, assim como tudo o que nele existe — rios, ribeiras, florestas, animais, peixes —, é um bem comum, repartido entre as famílias e por vezes mesmo entre os membros da família, que detêm a sua propriedade temporária ou usufrutuária. Por outro lado, os meios de produção em geral e os instrumentos de trabalho são propriedade comum do grupo de trabalho ou da corporação.

Daqui resulta que a propriedade dos produtos agrícolas e artesanais é colectiva, uma vez que o próprio trabalho é colectivo. Donde, esta vantagem capital: cada homem tem materialmente garantido, segundo as suas necessidades, o 'mínimo vital'. Quando a colheita está madura, diz o Uolofe, pertence a todos. E esta outra vantagem, não menos importante do ponto de vista da vida pessoal: a aquisição do supérfluo, luxo necessário, é tornada possível pelo trabalho, uma vez que a propriedade individual se encontra regulada e restringida, mas não eliminada.

Mais adiante, eis a resposta directa ao marxismo: «Assim, a propriedade dos meios de produção deixa de ser qualquer coisa de teórico, de transitório, de ilusório. O trabalhador sabe que é alguém e não uma simples peça da engrenagem.»

Finalmente, eis o convite ao Mundo Negro no sentido de se constituir numa terceira força mundial: «Os povos negros não virão com as mãos vazias ao encontro com o político e o social num mundo dividido entre o individualismo democrático e o gregarismo totalitário[12].»

Portanto, nem capitalismo, nem comunismo: nesta linha, cara a tantos movimentos reaccionários ou mesmo fascistas, o jovem professor Senghor preparou já o lugar do socialismo africano do Senghor chefe de Estado. Pelo menos poupa-nos ao verniz marxista, de um marxismo naturalmente mutilado

12 Este texto é retomado por inteiro em *Liberté*, I, Le Seuil, 1964, onde as citações que fiz se encontram sucessivamente nas pp. 29-30, 30 e 33.

e deformado, de que, entre outros revestimentos ideológicos, vai servir-se em 1959.

A perspectiva é clara: a sociedade africana tradicional, tal como existe ainda hoje, é por natureza colectivista; o socialismo, portanto, está já presente na sociedade africana, onde o capitalismo constitui o elemento estrangeiro, introduzido pela colonização. Por conseguinte, a África independente de amanhã não precisará de mais nada senão de apoiar-se neste socialismo autóctone, de voltar a dar-lhe livre curso, para se tornar desde logo socialista — mas de um socialismo virgem de qualquer nódoa comunista. Vinte anos mais tarde, no Congresso de Roma, Senghor, que entretanto se tornou presidente, não dirá outra coisa. Sim, insistirá na importância político-cultural da religião e acusará esses intelectuais negros, que «consideram ainda a religião o ópio do povo. A darmos-lhes crédito, trata-se de uma sobrevivência feudal de que devemos desembaraçar-nos, se nos quisermos colocar ao nível do mundo contemporâneo. O risco consiste em substituir uma religião por outra». Sempre a obsessão do comunismo! Mas, responde Senghor, na África, «o próprio trabalho não é alienado. Por ser livre, permite a intensificação, a realização do ser». Portanto e traduzindo, não é necessária uma revolução socialista, dado já estar feita. Mais ainda, sempre o esteve: «É um facto, a democracia parlamentar existiu e funcionou na África Negra, sob uma forma original, durante milénios; é um facto, um colectivismo comunitário — que é a verdadeira forma do socialismo — animou aqui a sociedade e os grupos sociais. Assim, temos o direito de nos espantar pelo facto de os jovens Estados fazerem aqui da polícia e do partido único os principais instrumentos da sua acção. Onde está, então, em tudo isso, a famosa tese socialista do desaparecimento do Estado? Sei bem que um povo subdesenvolvido que alcança a autonomia ou a independência tem necessidade de um partido largamente maioritário e do estabelecimento de uma forte disciplina; no entanto, é necessário que tudo isso se faça levando em conta o génio negro-africano. Não será

importando pura e simplesmente as instituições europeias do Leste ou do Ocidente que se alcançará o objectivo visado: a independência real, não apenas dos povos, mas também das pessoas[13].» Em todo o caso, Senghor, a esta data, não é apenas metafísico e poeta, é também chefe de Estado. Assim, acrescenta uma correcção ao seu quadro idílico: «Em primeiro lugar, não se trata de negar o mundo industrial. É evidente que os países subdesenvolvidos, para elevarem o nível de vida das suas populações — é a condição *sine qua non* de todo o progresso humano — ou simplesmente para o manterem, têm de criar uma infra-estrutura económica e indústrias, quando mais não seja, transformadoras. Mas terão a preocupação, neste processo de transformação do meio, de adaptarem os seus métodos às realidades do solo, do clima, da raça.»

O estabelecimento destas indústrias será, sem dúvida, ocupação dos investidores ocidentais; é, afinal de contas, o contributo externo: divisão do trabalho, chamada neocolonialismo. Quanto à África, alguns anos mais tarde, o presidente Senghor, inaugurando, em 7 de Junho de 1963, a mesquita de Touba e respondendo à alocução do califa dos Mourides, confraria religiosa que agrupa milhares de camponeses cultivadores de amendoim e comercializa, em proveito dos seus chefes religiosos, a colheita entregue pelos fiéis (ou seja, um terço da produção comercializável de amendoim do Senegal), dá-nos um exemplo concreto de socialismo africano. O fundador da confraria, Ahmadou Bamba, quis adaptar o islão «à nossa situação de país subdesenvolvido: de camponeses negro-africanos. Daí, esse traço de génio que fez do trabalho, espe-

[13] In *Liberté*, I, respectivamente, pp. 284, 275 e 283. Citação seguinte, pp. 283-284. A alusão aos «jovens Estados» só pode visar, em Março de 1959, o Ghana e a Guiné: ora, a esta data, apenas a Guiné pôs em prática o sistema do partido único. Portanto, é Sékou Touré o visado, é a sua formação marxista que constitui o objecto da ironia de Senghor. Aqui, como nas outras citações de *Liberté*, I, para simplificar, eliminei os numerosos itálicos do autor e, aqui e ali, algumas aspas.

cialmente do trabalho da terra, a forma funcional da oração. Uma vez que certo esquerdismo infantil pretende apresentar-nos os nossos chefes religiosos como contra-revolucionários, como a guarda avançada do conservantismo, apraz-me, neste alto lugar, fazer justiça no que se refere a essas calúnias. Uma vez mais, que é o socialismo senão, essencialmente, o sistema económico-social que dá primazia e prioridade ao trabalho? Quem o fez melhor do que Ahmadou Bamba e os seus sucessores, entre os quais vós, El Hady? Falar-me-ão de um trabalho racionalizado, organizado. Ora, nesse sentido, também vós apoiastes sempre o esforço do Partido e do governo[14].» O socialismo africano atinge o seu zénite no êxito de uma feudalidade religiosa. Notar-se-á, no entanto, uma ligeira evolução: em 1939, e ainda em grande parte em 1959, o socialismo tinha, para Senghor, um sentido metafísico: era um caso do primado da Pessoa e do Ser. De tal forma que, a essa data, os camponeses de Senghor, tal como os bantos do padre Tempels, «não reclamam satisfação a não ser de ordem ontológica [...]. O que desejam, antes do mais e acima de tudo, não é a melhoria da sua situação económica ou social, mas que o branco os reconheça e respeite a sua dignidade de homens, o seu pleno valor humano[15]». Mas em 1963 o socialismo passou a ter outra definição: é a primazia desse trabalho que, dizia Marx, não se tratava de libertar, mas de suprimir. Assim, são satisfeitas, sem que haja necessidade de mudar a etiqueta, as exigências prementes do Estado. Mas são igualmente satisfeitas as exigências da economia capitalista estrangeira instalada no Senegal independente. Aliás, Senghor, imediatamente a seguir à Segunda Guerra Mundial, tinha já traçado o

[14] *Ibid.*, pp. 423-424.

[15] *La Philosophie bantoue* do P.^e Tempels foi a primeira obra publicada pelas edições Présence Africaine, em 1949. As linhas aqui citadas são a crítica dessa obra, feita por Césaire em *Discours sur le colonialisme*, Paris, Ed. Réclame, 1950; 2.ª ed., Présence Africaine, 1956; cf. p. 44 da 2.ª ed.

[16] *Idéologie allemande*, ed. Costes das Obras Filosóficas, t. VII, p. 200.

plano das trocas entre as colónias e a metrópole: «A metrópole desde há muito exporta máquinas e produtos manufacturados para as suas colónias e importa delas matérias-primas. Mas amanhã, para a sua reconstrução, não necessitará apenas de matérias-primas; vai ter também necessidade de forças espirituais.» Como estas forças foram, segundo parece, arruinadas por «uma corrente de materialismo que se reclama do intelecto», a África poderá ajudar a metrópole a regenerar-se, oferecendo-lhe os seus valores: «sentido da comunidade, sentido da hierarquia, sentido do divino — ou pelo menos do espiritual —, sentido de uma arte que mergulhe as suas raízes na vida, que seja jogo da alma tanto ou mais que do espírito»[17].

O socialismo africano de Senghor é, portanto, no fundo, uma teoria da colaboração da África independente com a classe dominante dos países ocidentais e conduz ao mesmo resultado que o modernismo de Padmore, cujo anticomunismo partilha, embora o exprima com maior elegância verbal. No entanto, o percurso é radicalmente diferente, e esta diferença não deve ser minimizada. Senghor valoriza em extremo a sociedade africana tradicional e pretende encontrar nela um socialismo já completamente conseguido, que basta libertar da pressão do colonialismo e das camadas africanas ocidentalizadas; e, por este lado, lisonjeia certos sentimentos nacionalistas. É um verdadeiro desvio, na prática, dessas aspirações nacionais, mas a aparência da doutrina conserva a carga de um certo poder emotivo. O seu autor pode, no exercício do poder, perder o seu prestígio intelectual, através de actos repressivos que não deixam lugar para qualquer equívoco[18]; o mesmo

17 Senghor, *op. cit.*, p. 68 (in *La Communauté impériale française*, 1945). Trata-se de uma ideia que periodicamente vem à superfície na Europa. Encontrámo-la recentemente no artigo de Jacques Austruy publicado em *Le Monde*, 26-27 de Novembro de 1967: «Os tesouros de arte, de saber viver, de saber envelhecer, de saber morrer», dos Africanos seriam as suas verdadeiras riquezas exportáveis...

18 Verificam-se, a partir de 1959, prisões de opositores políticos, sobretudo do PAI. Em Agosto de 1960, o PAI é interdito. Em Dezembro de 1963

não acontece com a sua teoria, que encontra eco até muito longe de Dakar. O próprio Sékou Touré, no mesmo Congresso de Roma de 1959, exalta uma África que «é essencialmente comunocrática. A vida colectiva e a solidariedade social conferem aos seus hábitos um fundo de humanismo que muitos povos podem invejar. É também devido a estas qualidades humanas que, em África, ser algum pode conceber a organização da sua vida fora da sociedade familiar, aldeã ou clânica. A voz dos povos africanos não tem rosto, não tem nome, não tem ressonância individualista[19].» E, no entanto, Sékou Touré não é um adepto do socialismo africano, nem um admirador de Senghor; não tenciona dividir a economia guineense entre um capitalismo estrangeiro e industrial e comunidades agrárias negro-africanas; tem como princípio assegurar o pleno desenvolvimento da Guiné independente. Apesar desta oposição fundamental entre as duas políticas, também ele sente a necessidade de idealizar a África tradicional, de a exaltar, talvez não como modelo económico, mas, pelo menos, como modelo social. Invoca-a, de resto, em seu benefício, na medida em que procura nela argumentos e apoio contra os intelectuais africanos, ditos ocidentalizados e que abusam do individualismo, contra os que «pensam que basta conhecer Prévert, Rimbaud, Picasso ou Renoir para se ser culto e capaz de conduzir a nossa cultura, a nossa arte e a nossa personalidade, a um plano mais elevado»[20]. Eis a verdadeira função

são as eleições presidenciais marcadas pela sangrenta repressão de uma manifestação de trabalhadores e de desempregados, em Dakar: há mortos. Os dirigentes dos outros partidos da oposição, Cheik Anta Diop e Abdoulaye Ly, foram ambos arbitrariamente presos. Finalmente, este ano (1968) verificou-se a repressão sangrenta do movimento estudantil e operário, em Maio-Junho, em Dakar.

19 «Le Leader politique considéré comme le représentant d'une culture», texto que foi publicado pela primeira vez em *La Nouvelle critique*, n.º 106, Maio de 1959. Encontramo-lo também, in *Présence africaine*, n.º 24-25 (Rome — I), p. 109.

20 *Ibid.*, p. 110. Como se vê, os quatro nomes, sem dúvida cuidadosa-

do apelo à África comunocrática, no pensamento de Sékou Touré: mítica, deverá servir para combater a nova *intelligentsia,* que não teme reclamar-se abertamente do marxismo e do comunismo. A comunocracia abre, também ela, uma terceira via entre o capitalismo e o comunismo. Como já estamos a ver, os temas do socialismo africano surgem subitamente em pleno centro de doutrinas que, por outro lado, se lhe opõem fundamentalmente.

O socialismo espiritualista de Kofi Baako

No Ghana encontramos de novo o mesmo fenómeno. Em *Consciencism*[21], Nkrumah referira-se ao «comunalismo» africano tradicional. Mesmo no interior do seu círculo, certos comentadores aproveitaram-no imediatamente para apresentar uma nova versão do socialismo africano Num discurso proferido no Ambassador Hotel de Accra, o ministro da Defesa e membro do Comité Central do CPP, Kofi Baako, declarava: «A sociedade africana sempre se baseou na consciência dos deveres mútuos e o individualismo nunca fez parte das nossas concepções tradicionais. O igualitarismo e a pertença a uma comunidade foram a base da sociedade africana. O socialismo foi sempre a característica essencial da sociedade africana, que assenta num ponto de vista espiritual (valor do indivíduo como ser espiritual) e num ponto de vista humanista. Cada indivíduo é sagrado e consideramo-nos todos como tendo sido criados da mesma maneira pelo mesmo Criador. Os Achantis dizem que ninguém é filho da terra, que somos todos filhos de Deus. Se somos todos filhos de Deus, então,

mente escolhidos, longe de representarem a cultura burguesa dominante da França imperialista, são nomes de artistas não conformistas. Acrescente-se que o ensino secundário do período colonial não se atrevia, senão muito excepcionalmente, a dá-los a conhecer aos estudantes liceais africanos. Assim, o paradoxo é ainda mais difícil de entender.

21 Londres, Heinemann, 1964; trad. francesa: Payot, 1964.

sendo irmãos e irmãs descendendo de um mesmo pai, temos deveres mútuos, e a consciência do dever do indivíduo relativamente à sociedade e relativamente a qualquer outro ser humano é exactamente a base de todo o socialismo[22].»

A originalidade do ministro ghanês consiste na exibição ingénua do seu espiritualismo: é verdade que Baako pensava que nenhum africano era ateu, que essa espécie de pessoa não se encontrava, nem mesmo a título de excepção, em parte alguma do continente. Mas a ideia básica do socialismo africano mantém-se: o socialismo existe e identifica-se com a sociedade africana tradicional; não assenta, portanto, na tomada do Poder pelo proletariado, não resultou da luta de classes e, por fim, não exige mais do que a protecção e a conservação das colectividades camponesas tradicionais. De resto, é um pouco o que se passa efectivamente, mas em relação a uma estrutura agrária que não se adapta necessariamente à imagem «comunalista» que dela complacentemente nos é dada, enquanto a manutenção interessada de certas estruturas arcaicas resulta em benefício da exploração do homem pelo homem e não do socialismo. Aliás, o sentido da intervenção de Kofi Baako está menos naquilo que diz do que naquilo que omite: quer dizer, o marxismo defendido pela equipe do *the Spark* e também, para quem o leia como deve ser, pelo *Consciencism* do próprio Nkrumah[23]. Tal é sempre o objectivo dos defensores do

22 Publicado no *Evening News* de Accra, 9 de Abril de 1964. O mesmo jornal publicava, por outro lado, na mesma página, um artigo de inspiração marxista, portanto, inteiramente oposto a este, de S. G. Ikoku. Quanto a Kofi Baako, católico como Senghor, Tom M'Boya e Nyerere, declarara algumas semanas antes, num comício organizado pelos sindicatos, que o socialismo era uma questão de cérebros e não de riqueza e de pobreza. O homem que é rico mas põe o seu cérebro ao serviço de uma utilização progressista é socialista, ao passo que o pobre que utiliza mal o seu cérebro é reaccionário. Os trabalhadores de Accra limitaram-se a rir.

23 As singularidades da apresentação e formulação do *Consciencism* tendiam, no fundo, a fazer passar um conteúdo marxista sob uma forma aceitável em África. Estas astúcias ideológicas testemunham, à sua maneira, a força da corrente do socialismo africano, pelo menos no interior da classe dirigente.

socialismo africano — escapar à alternativa: capitalismo ou comunismo.

A prática do socialismo africano: Senghor próximo de Houphouët

No Senegal e no Quénia, por exemplo, essa teoria vai significar que o sector moderno da economia ficará nas mãos de sociedades estrangeiras, enquanto as massas africanas permanecerão confinadas no sector agrícola, donde se poderá extrair, graças ao seu baixo nível de vida, uma mão-de-obra urbana limitada em número e muito barata. E Senghor, falando como chefe de Estado e já não como poeta, di-lo em termos que o capitalismo não pode recusar.

«O comércio, por definição, pressupõe a livre concorrência [...]. Trata-se de entabular o diálogo, seriamente, concretamente, com os patrões *[estrangeiros]*, bem como com os trabalhadores [...]. Trata-se de manter a paz social. Então os capitais estrangeiros serão investidos numa massa maior. Os capitalistas sabem bem», acrescenta Senghor, «que a via original para o socialismo, que o Senegal pratica, não é comunista, mas africana, humanista. Os capitalistas estrangeiros não têm quaisquer razões para se inquietarem na medida em que devem saber», afirma Senghor sem rir, «que na Europa Ocidental os governos, mesmo os chamados burgueses, praticam o socialismo sem lhe invocarem o nome.»

Tais foram as declarações de Senghor perante o IV Congresso da União Progressista do Senegal, em 10 de Outubro de 1963. Não diferem muito do que declara Houphouët nesse mesmo ano: «Gostaríamos de reiterar aos empresários *[estrangeiros também aqui]* os nossos agradecimentos pela compreensão de que sempre deram provas perante as nossas dificuldades, ajudando-nos a resolvê-las, assim como a vontade do nosso partido e do nosso governo de respeitarem tanto a letra como o espírito do código de investimentos, porque estamos convencidos de que a cooperação no sector económico é necessária ao nosso jovem Estado.»

Houphouët pede-lhes somente que formem alguns quadros e deixem algum dinheiro no país[24]. A colonização «não deixou entre nós uma classe, uma burguesia endinheirada», declara aos estudantes da Costa do Marfim, a 4 de Janeiro de 1965, mas o regime de Houphouët trabalha nesse sentido — o que não diz exactamente nestes termos: mas que outra coisa será anunciar, a 5 de Novembro de 1965, que um hotel construído com o auxílio de um financiamento estrangeiro será entregue pelo Estado a «gerentes nacionais» que «se tornarão seus proprietários»? De qualquer maneira, «somos um regime capitalista e não um regime socialista». O mérito de Houphouët consiste em afirmar muito cruamente esse facto. Neste ponto, difere consideravelmente dos representantes de Estados africanos que, em Dezembro de 1962, desfilaram pela tribuna do colóquio de Dakar, para explicarem, cada um por sua vez, aquilo em que eram socialistas, quando, na verdade, estavam atolados na plena submissão ao capitalismo estrangeiro. Presente, por exemplo, Chabi Mama pelo Daomé (depois, ministro da Educação Nacional do governo Zinsou), que, entre outras coisas, era pelo autoritarismo, mas contra o totalitarismo (entenda-se: comunismo). Presente, e ainda mais significativo, um universitário nigeriano, S. Biobaku, que apoiava Senghor nos seguintes termos: «Na verdade, a definição de socialismo dada pelo presidente Senghor como sendo um sentido da comunidade agrada-nos infinitamente. Acrescenta [Senghor] que o socialismo é um regresso à africanidade; nós diríamos que é antes a própria essência da africanidade, devendo ser preservada, custe o que custar, nos nossos esforços de moderni»ação[25].»

Mas a Nigéria, tanto na época de Tapala Balewa (morto em 1966) como depois, continua a ser um dos mais vantajosos campos de acção do capitalismo, inglês e outros, uma vez

24 Segundo o *Bulletin de l'Association pour l'étude des problèmes d'outre-mer*, n.º 188, Dezembro de 1963.

25 *Développement et socialisme*, p. 35.

que a independência e o «socialismo africano», neste caso, significaram apenas que, em lugar de um único capitalismo estrangeiro, se tornou possível passar a contar com vários.

Quanto ao campesinato, suporte ideal do socialismo africano, continua submetido à feudalidade teocrática, na Nigéria do Norte; à feudalidade religiosa ou às antigas chefaturas, no Senegal; enquanto no país de Houphouët — e aí reside a diferença entre a Costa do Marfim e o Senegal — domina uma burguesia rural africana, composta por cerca de 20 000 plantadores, em 1965, empregando uma mão-de-obra assalariada, geralmente oriunda do Alto Volta. Com efeito, encontramos, apesar de tudo, um elo entre a África tradicional e a Costa do Marfim capitalista, porque essa burguesia rural «recruta os seus membros entre os antigos chefes consuetudinários, que possuíam ouro produzido pela Costa do Marfim e que beneficiavam das prestações gratuitas dos seus administrados. É por isso que a integração dos chefes, no regime da Costa do Marfim, foi fácil[26].»

Como se vê, a distância entre o capitalismo à Houphouët e o socialismo à Senghor é mais pequena do que se poderia pensar. E se este último, no colóquio de 1962, julgou por bem renovar a sua definição de socialismo, não será esse achado que modificará seja o que for: «O socialismo, para nós, mais não é do que a organização racional da sociedade humana, considerada na sua totalidade, segundo os métodos mais científicos, mais modernos, mais eficazes[27].»

Somente, nem Houphouët nem ninguém à sua volta tentou construir uma ideologia do capitalismo africano: as declarações oficiais são claras e concisas, mas limitam-se a alguns dados e afirmações simples, sem se preocuparem com ir mais longe. A prática da Costa do Marfim, exceptuadas as condições históricas e sociais particulares do seu arranque para a independência, não se distingue da de muitos outros Esta-

26 Samba Seytaue, in *Partisans*, n.º 29-30, Maio-Junho de 1966, p. 63.
27 *Développement et socialisme*, p. 12.

dos, salvo pelo facto de não fornecer uma ideologia exportável — como é também o caso com o país seu vizinho, a Libéria de Tubman.

O socialismo espiritualista de Nyerere: Ujamaa *(1962)*

A milhares de quilómetros da África ocidental, no que é ainda o Tanganica, a voz de Nyerere vai dar-nos pouco depois uma versão diferente do socialismo africano, com o célebre texto *Ujamaa*[28]. Nyerere parece dizer o mesmo que Kofi Baako, mas de uma forma mais desenvolvida: «Quando uma sociedade se encontra organizada para velar pelo bem-estar dos seus membros, nenhum indivíduo, desde que esteja disposto a trabalhar, tem de se preocupar com o que lhe acontecerá amanhã se não acumular riqueza. A sociedade vela por ele, pela sua viúva e pelos seus órfãos. A sociedade africana tradicional tinha atingido esse resultado. Nela, ricos e pobres estavam, uns e outros, em segurança. As catástrofes naturais, é certo que provocavam a fome. Mas a fome existia para todos, tanto ricos como pobres. Ninguém era privado de alimentação ou de dignidade humana simplesmente por falta de riqueza pessoal. Cada um podia contar com a riqueza da comunidade de que era membro. Era o socialismo. É o socialismo. O socialismo não pode orientar-se apenas para o lucro, porque há uma contradição entre estes dois termos. O socialismo é essencialmente distributivo. O seu objectivo é velar por que aquele que semeia receba uma parte justa da colheita.» E a concluir: «Nós, em África, não precisamos de ser convertidos ao socialismo, como não de ser iniciados na

28 Publicado em Dar Es-Salam, em 1962, com o título: *Ujamaa, the Basis of African Socialism*, o texto de Nyerere foi reproduzido no n.º 47, 3.º trimestre de 1963, de *Présence africaine*, numa tradução sujeita a reservas. É evidente que a palavra swahili *ujamaa*, que significa comunidade, solidariedade da família extensa (traduz-se, em inglês, por *familyhood*), não é o equivalente da *djemâa* árabe (comunidade tribal, assembleia dessa comunidade).

democracia.» Perguntar-se-á como podia haver ricos nessa sociedade tradicional igualitária e donde provinha a sua riqueza. Nyerere responde: «Na sociedade tribal, os indivíduos ou as famílias eram ricos ou pobres, conforme a sua tribo fosse rica ou pobre. Se a tribo prosperava, todos os seus membros beneficiavam da mesma prosperidade.»

Falando com propriedade, não se devia falar, portanto, de indivíduos ricos ou pobres, mas apenas de tribos — ou de famílias extensas, porque Nyerere declara que «a família extensa é a base e o objectivo do socialismo africano» — ricas ou pobres: há aqui uma contradição que nada no texto permite desfazer. De qualquer modo, observar-se-á que na última citação transcrita Nyerere fala no passado. É que, entretanto, abordara a questão da introdução do trabalho assalariado, devida exclusivamente ao colonialismo capitalista.

«A utilização da palavra 'trabalhador', no sentido preciso de assalariado, oposta a 'patrão', é a expressão de uma atitude de espírito capitalista. O termo foi introduzido em África com o colonialismo e é estranho às nossas concepções. O Africano, outrora, nunca aspirou à posse de uma riqueza pessoal destinada a dominar os seus concidadãos. Nunca dispôs de serventes ou operários para fazerem o seu próprio trabalho. Depois, vieram os capitalistas estrangeiros; eram ricos e poderosos. Os Africanos quiseram também tornar-se ricos. Não há nada de censurável no facto de se desejar a riqueza e o poder que esta pode trazer, mas é mau desejar riquezas e poderio para dominar os outros. Infelizmente, alguns de nós começaram já a ambicionar a riqueza com esse objectivo, e gostariam de empregar os métodos capitalistas para enriquecerem; alguns de nós desejariam explorar os seus irmãos para construírem os seus próprios poderio e prestígio pessoal. Esta atitude de espírito é-nos perfeitamente estranha, e é incompatível com a sociedade socialista, que desejamos construir neste país.»

Assim, a sociedade tradicional foi já perturbada por essa causa exterior, o colonialismo, que corroeu o igualitarismo africano e corrompeu a sociedade antiga. No entanto,

Nyerere, como muitos outros, pretende que essa perturbação, bem vistas as coisas, permaneceu superficial e apenas atingiu indivíduos isolados e moralmente fracos: será ainda possível regressar ao substrato socialista do país. E o papel do partido dirigente, a TANU (Tanganykan African National Union), consiste precisamente em dirigir e organizar este regresso, esta reforma. Problema moral, antes do mais, porque capitalismo e socialismo, segundo Nyerere, são «atitudes espirituais». Mas a TANU não pode aparentemente, apesar de tudo, limitar-se a este quadro, já que o seu presidente lhe fixa um programa legislativo: «A propriedade livre ou 'incondicional' da terra (que conduz à especulação e ao parasitismo) tem de ser abolida.» É necessário também intervir nas relações com os operários e os trabalhadores intelectuais. Com efeito, se os mineiros das minas de diamantes de Mwadui «pretendessem receber uma parte maior deste lucro suplementar (devido ao valor comercial dos diamantes, superior ao dos produtos alimentares), em detrimento dos camponeses, comportar-se-iam como capitalistas em potência». O partido no Poder deverá, portanto, decretar aquilo a que, numa linguagem clara, se chama congelamento dos salários. Exceptuados, provavelmente, os técnicos e especialistas estrangeiros, se bem que o texto não diga uma palavra sobre isso. Quanto ao marxismo, que é designado em *Ujamaa* pelo nome de «socialismo europeu», não se contentou com a verificação da realidade da luta de classes, mas elevou-a «ao nível da filosofia»; o que quer dizer que a luta de classes «deixou de ser considerada uma infelicidade, para passar a ser considerada um bem e uma necessidade». O capitalismo tornou-se uma etape necessária, sem a qual não haveria socialismo possível; capitalismo e socialismo encontram-se, deste modo, associados. E Nyerere indigna-se: «Tendo sido criado no socialismo tribal, devo dizer que considero esta contradição como absolutamente intolerável. Dá ao capitalismo uma base filosófica, que ele não merece e nunca reivindicou. Porque afirma, de facto: sem o capitalismo e o conflito por ele criado na sociedade, não pode haver

socialismo. Repito: considero intolerável esta glorificação do capitalismo por parte dos socialistas europeus.»

O protesto contra o capitalismo tem, portanto, uma base moral, mais do que económica. Num mesmo movimento, a consciência moral de Nyerere volta-se, com igual indignação, contra o marxismo, mas, levada pelo seu impulso, admite sem dar por isso aquilo que devia negar: «O verdadeiro socialista africano não considera os homens de uma classe como irmãos e os de outra classe como inimigos naturais. Não se alia com os irmãos para exterminar os outros. Considera todos os homens como irmãos, como membros da sua família sempre em expansão.» A despeito da comunidade africana, há, portanto, classes? O socialismo africano negava, no entanto, a sua existência, pelo menos em África. Dever-se-á talvez entender que a outra classe é a dos capitalistas estrangeiros? Mas deverão os nacionalistas africanos considerar os colonialistas seus irmãos?

Politicamente, as teses de *Ujamaa* deveriam traduzir-se:

1) Pela proeminência da agricultura sobre a indústria, em matéria de desenvolvimento;
2) Pelo reforço das comunidades agrárias sob a forma de cooperativas;
3) Pelo congelamento dos salários dos trabalhadores assalariados das cidades.

De facto, Nyerere, no momento em que escrevia e publicava o texto citado — em 1972, portanto pouco depois da independência —, estava preocupado com o problema dos sindicatos que reúnem operários agrícolas, operários da indústria e funcionários. É difícil conseguir o equilíbrio, entre as reivindicações sindicais e a linha política do governo. Assim, as linhas que se seguem revelam talvez o verdadeiro objectivo de *Ujamaa*: «Os dirigentes e os militantes sindicais, se forem socialistas autênticos, compreenderão, sem que o governo a isso os obrigue, que devem manter as suas reivindicações dentro dos limites impostos pelas necessidades da sociedade tomada no seu conjunto.»

Somos levados a pensar que no Tanganica os socialistas autênticos não se encontravam nos sindicatos; porque, de 1962 a 1964, as relações entre Nyerere e os sindicatos foram-se tornando cada vez piores, até à revolta militar de Janeiro de 1964 — que os sindicatos apoiaram. Após Nyerere ter retomado o poder[29], a central existente foi dissolvida e substituída por uma central sindical governamental, de que o ministro do Trabalho é secretário-geral, ao mesmo tempo que nomeia os secretários federais e controla as finanças.

Estes factos revelam, melhor do que qualquer discussão teórica, uma das significações mais concretas do socialismo africano: este equivale a opor as massas rurais, em que o governo pretende apoiar-se, aos assalariados urbanos, em relação aos quais, por sua vez, equivale a uma moção de desconfiança. Nestas condições e devido à dificuldade que haveria em satisfazer as prementes reivindicações dos trabalhadores das cidades (operários e pequenos funcionários), apercebemo-nos de que todos os governos africanos procuram um meio eficaz para conter a actividade sindical urbana. Outras teorias, que não a do socialismo africano, podem desempenhar essa função; mas o socialismo africano não deixa de ser a mais cómoda.

A evolução de Nyerere: Arusha (1967) e o socialismo-austeridade

A mesma doutrina encobre também a parte predominante do capitalismo estrangeiro no sector moderno da economia do

29 De facto, a sublevação militar, reforçada pelas manifestações na cidade, derrubou Nyerere, que desapareceu durante alguns dias; a ausência de qualquer direcção política no movimento insurreccional concedeu-lhe os dias de trégua necessários para que pudesse ter lugar a intervenção inglesa, que veio restabelecer a situação. Como o próprio Nyerere disse (entrevista à *Jeune Afrique*, 10 de Outubro de 1965): «Tínhamos que agir, mesmo à custa de uma humilhação.»

país — o controle da produção comercializada para exportação. Nyerere, pelo seu lado, três anos depois de *Ujamaa,* reconhecê-lo-ia perante um jornalista: «A expressão 'socialismo africano' parece-me um pouco aviltada e já não quer dizer grande coisa. Estamos a tentar desenvolver uma economia socialista na Tanzânia. A nossa economia não é socialista. Setenta por cento da economia deste país estão ainda nas mãos de sociedades privadas, na sua maioria europeias. Aqui, na Tanzânia, nós dizemos que o sincialismo não pode contentar-se com ser um sistema de desenvolvimento económico. E mesmo que fosse só isso, o socialismo não poderia ignorar as origens deste país[30].»

Como se vê, o pensamento de Nyerere, embora evoluindo, mantém-se fiel às suas motivações éticas. Mas sobretudo continua obcecado pelo carácter camponês da economia especificamente nacional. As grandes obras, a eventual industrialização — neste país pobre, tudo isso depende dos investimentos, ou do auxílio estrangeiro. Como qualquer outro dirigente, Nyerere não tenciona renunciar-lhes; mas cada vez mais a sua reflexão vai levá-lo a elaborar uma teoria do desenvolvimento agrícola e da autodependência. É a resolução adoptada pela Comissão Nacional Executiva da TANU, em 29 de Janeiro de 1967, por altura de uma reunião efectuada em Arusha. Desta vez não se trata já de socialismo africano, mas de socialismo sem qualificativos (assim definido: todos os cidadãos possuem em conjunto todos os recursos naturais do país, em regime de usufruto, para os seus descendentes»; «o Estado deve intervir activamente na vida económica da nação, de modo a evitar a exploração de um homem por outro ou de um grupo por outro, e de maneira a evitar a acumulação de riqueza para além do ponto em que esta deixa de estar de acordo com a existência de uma sociedade sem classes»). No seu conjunto, o texto é uma crítica do dinheiro — sobre o qual o próprio governo cometeu o erro de se apoiar excessivamente para estabelecer planos de desenvolvimento demasiado ambiciosos — e sobretudo do auxílio, dos empréstimos e dos investimentos estrangeiros. Não que o investimento ou os empréstimos estrangeiros sejam pura e simplesmente condenados, mas por duas razões: «porque, na realidade, não podemos obter dinheiro suficiente para o nosso desenvolvimento, e em seguida porque, se conseguíssemos obtê-lo, uma tão completa dependência do auxílio externo poria em perigo a nossa independência e o futuro político do nosso país». E a conclusão decorre logicamente: «Devido à nossa insistência no que se refere ao dinheiro, cometemos outro erro grave. Insistimos demasiado na indústria.» Porque é o desenvolvimento industrial que torna imperiosos os empréstimos e investimentos estrangeiros; ainda que estes fossem suficientes, esse apelo aos capitalistas teria como resultado «impedir a instauração do socialismo, a menos que acreditemos que sem se instaurar primeiro o capitalismo não podemos instaurar o socialismo». Mas não é tudo: deve desconfiar-se do desenvolvimento urbano: «Não devemos esquecer que os que vivem nas cidades poderiam tornar-se os exploradores dos que vivem nas regiões rurais.» Resta, por conseguinte, como única solução, o autodesenvolvimento baseado numa economia camponesa, no investimento humano realizado pelos camponeses, no seu trabalho intensivo: a agricultura, se se desenvolver suficientemente, poderá garantir não só a subsistência dos Tanzanianos, mas também um aumento dos excedentes exportáveis. Por outro lado, «cada camponês poderia aumentar a sua produção de modo a possuir mais alimentos e mais dinheiro». Aqui, o dinheiro reaparece, mas de certo modo isento do seu pecado original, sem dúvida por se tratar do dinheiro do camponês. Quanto à baixa do preço das matérias-primas (a resolução mencionava: o sisal, o algodão, o café, o tabaco, o chá) nada é dito. Se o plano de desenvolvimento, segundo a resolução, deve ser profundamente remodelado, a mesma resolução tem o cuidado de fixar limites: «Nada disto significa que, doravante, deixaremos de precisar de dinheiro ou que não criaremos indústrias, nem realizaremos planos de desenvolvimento que necessitem

30 Entrevista à *Jeune Afrique,* 10 de Outubro de 1965.

de dinheiro. Além disso, não dizemos que não aceitaremos e que não procuraremos mesmo dinheiro de outros países para o nosso desenvolvimento. Continuaremos a utilizar dinheiro; e todos os anos utilizaremos mais dinheiro para atingir os objectivos de desenvolvimento do que no ano anterior, porque será esse um dos sinais do nosso desenvolvimento. O que dizemos é que, a partir de agora, saberemos distinguir o que é a base e o que é o fruto do desenvolvimento. Entre o dinheiro e o povo, é claro que é o povo e o seu duro labor a base do desenvolvimento, e que o dinheiro é um dos frutos desse duro labor».

Mas certas passagens mostram que a comunidade agrária, se bem que económica e moralmente seja a única base possível do desenvolvimento, apresenta já sinais malsãos. Antes do mais, no que respeita ao país, no seu conjunto, a Tanzânia «não é ainda um Estado socialista. Tem ainda elementos do capitalismo [trata-se aqui dos estrangeiros] e do feudalismo, com as suas tentações. Estes elementos poderão expandir-se e tomar o poder, se não nos mantivermos vigilantes.» O feudalismo é um elemento recém-chegado à concepção de Nyerere: trata-se, sem dúvida, da chefatura. Mas então os camponeses que dela dependem deixam de ser membros iguais da comunidade agrária. Vejamos outra observação que vem perturbar o quadro: trata-se da exploração das camponesas pelos camponeses: «Nas aldeias, as mulheres trabalham muito duramente. Trabalham por vezes de doze a catorze horas por dia. Trabalham mesmo nos domingos e dias feriados [...]. Mas os homens que vivem nas aldeias estão em férias durante metade da sua vida. Nas aldeias, a energia de milhões de homens e milhares de mulheres, que actualmente é desperdiçada em conversas, danças e bebidas, é um grande tesouro que poderia contribuir muito mais eficazmente para o desenvolvimento do nosso país.» Há ainda pior: «É necessário que cada um trabalhe ao máximo dentro das suas possibilidades. Ninguém devia morar, durante muito tempo, em casa de um parente, sem fazer nada,

porque assim está a explorá-lo. Do mesmo modo, não devia ser permitido a ninguém vadiar nas cidades e aldeias, sem fazer um trabalho que o torne independente, de maneira a não ter que explorar os seus parentes[31].»

Através destas rápidas indicações, entrevemos aspectos da sociedade africana na Tanzânia análogos a tudo o que dela conhecemos noutros países africanos (mas num país mais pobre do que o Senegal ou a Costa do Marfim) e contra os quais a maioria dos governos não pára de protestar tanto em palavras como através de decisões oficiais. Como em tantos outros países do Mundo, os camponeses tanzanianos recusam-se a conformar-se à imagem que deles se pretende dar; mas a declaração de Arusha não nos permite saber ao certo em que proporção isso acontece. Podemos ler apenas, através desta apologia africana do regresso à terra, uma tentativa ideológica visando a obter do campesinato um acréscimo de esforços e rendimentos sem investimentos públicos suplementares.

Poderíamos também pensar que a análise do mecanismo dos empréstimos e investimentos privados constitui um passo decisivo para levar ao conhecimento da opinião pública africana a verdade acerca da situação económica real. Infelizmente neste texto, que lembra que todo o cidadão «tem o direito de participar em pé de igualdade no governo, a nível local, regional e nacional», não encontramos qualquer quadro de conjunto da economia tanzaniana, nem dados numéricos que permitam a cada cidadão analisá-la. O «governo democrático e socialista do povo» tem direito às conclusões do presidente (porque de uma ponta à outra do documento se reconhecem o estilo e o pensamento de Nyerere), mas não aos elementos objectivos de informação indispensáveis para poder debatê-las livremente. O que limita o alcance das inovações ideológicas.

O leitor europeu é muito naturalmente levado a ver na declaração de Arusha um manifesto utópico, e encontrará

31 Segundo *Remarques africaines*, n.os 300, de 2 de Novembro de 1967, e 302, de 30 de Novembro de 1967.

facilmente semelhanças com as tendências que puderam manifestar-se na URSS durante os anos do comunismo de guerra; especialmente a crítica do papel excessivo atribuído ao dinheiro não deixou de ter correspondência ao longo desses anos. Pode também descobrir-se aqui a influência da «revolução cultural» chinesa, que, desde 1966, é dominada por uma obsessão de igualitarismo e de ascetismo socialista. No entanto, se bem que o interesse atribuído por Nyerere às experiências chinesas seja conhecido e comprovado através das suas próprias declarações, a comparação com os seus escritos anteriores revela uma continuidade de pensamento e de investigação e reduz a influência chinesa a simples estímulo exterior de uma reflexão, cuja fonte essencial não é essa influência. Em contrapartida, dificilmente se poderá contestar o facto de haver aqui uma forte tendência para a utopia, quer dizer, uma obstinada fidelidade a um sonho que, na vida real do país, se defronta com obstáculos económicos cada vez maiores. A utopia, de resto, não é necessariamente condenável, e a vontade de preservar um ideal igualitário frente e contra a pressão do neocolonialismo é um sinal de integridade moral. Mas do *Ujamaa* de 1962 à declaração de Arusha, a utopia, sempre presente, deu lugar a um mais atento esforço de análise do desenvolvimento real. Tentar desmontar os mecanismos de sujeição, ainda que involuntária, implicados pelo recurso excessivo aos empréstimos e investimentos estrangeiros representa, na África de hoje, um sinal de lucidez[32]. No entanto, as soluções propostas conduzem a um certo fechar-se em si mesmo, fechar-se no orgulho moral e nacional, e incorrem num utopismo invertido, que parece afastar as perspectivas de desenvolvimento; por pouco, encontrávamos neste texto um apelo no sentido de construir o socialismo a passo de tartaruga, para utilizarmos a célebre frase de Bukharine, que, também ele, dava ao desenvolvimento agrícola prioridade sobre a industrialização.

A comparação é, contudo, enganadora. O que está por trás do utopismo tanzaniano é a consciência da extrema fraqueza económica do país. O plano quinquenal tanzaniano (1964-1969) propunha-se fazer passar o rendimento nacional *per capita* de aproximadamente 26 000 francos velhos para perto de 40 000 (ou seja de 130 para 200 dólares). Para atingir este objectivo, previa investimentos da ordem dos 246 milhões de libras (cerca de 350 milhares de milhões de francos velhos), dos quais apenas 17 milhões provinham do orçamento nacional, contra 128,5 milhões (cerca de 180 milhares de milhões de francos velhos) sob a forma de empréstimos públicos e investimentos privados estrangeiros; o resto deveria provir de investimentos privados internos, de tanzanianos ou de estrangeiros. O plano que, por outro lado, insistia no desenvolvimento comunitário agrário não era, por conseguinte, de natureza a reduzir a dependência económica da Tanzânia. E a sua própria realização revelava-se difícil[33]. A declaração de Arusha traduz, em última análise, a reacção de um patriota africano contra esta situação, que não se sente capaz de dominar apenas

32 O documento de Arusha não faz uma distinção clara entre o auxílio dos países capitalistas e o dos países socialistas. Voltarei a este ponto a propósito das relações internacionais da África. Algum tempo antes da independência, numa conferência feita em Dar Es-Salam, em 5 de Agosto de 1961, Nyerere tinha feito sua a tese da divisão do Mundo em países ricos e países pobres, que nega a diferença entre os países capitalistas e os países socialistas. Nessa mesma conferência, Nyerere apresentou uma posição mais original, criticando mais em função da sua ética do que da sua política os países socialistas, nos seguintes termos: «Penso que, no plano internacional, os países socialistas começam actualmente a utilizar as riquezas com o objectivo de adquirir poderio e prestígio. Seria hipócrita da parte desses países negá-lo.» Partindo desta base, afirmava que um país subdesenvolvido não pode deixar de ser socialista, mas deve evitar utilizar as riquezas que possa acumular para adquirir «poderio e prestígio» (traduzido em *Présence africaine*, n.º 39, 4.º trimestre de 1961). Em todo o caso, a declaração de Arusha foi seguida de medidas de nacionalização de várias sociedades estrangeiras, assinalando assim que Nyerere tencionava efectivamente aplicar a política anunciada.

33 A fuga de capitais continuava. Só em 1965 foi estabelecido o controle das operações de câmbio.

por meio da acção das leis económicas; é também a reacção de um homem ligado a um certo ideal cristão (mais próximo do cristianismo primitivo do que do cristianismo actual) que moldou a sua visão do socialismo e que o reafirma contra uma evolução social susceptível de o destruir. Estas reacções são de molde a dar origem a uma orientação utopista. A verificação dessa tendência não deve, em caso algum, levar-nos a esquecer que este documento parte da denúncia de obstáculos reais no caminho da independência económica; embora os não afaste, levanta questões que é necessário efectivamente levantar.

O socialismo africano no Quénia: uma via capitalista

Perante dificuldades sob muitos aspectos semelhantes, o Quénia, apesar de tudo um pouco menos pobre do que a Tanzânia, assumiu, sob a direcção de Kenyatta e sobretudo de Tom M'Boya, uma orientação inteiramente diferente. O documento publicado pelo governo queniano em 5 de Maio de 1965 — «O Socialismo Africano e a Sua Aplicação à Planificação no Quénia» —, longe de atacar de frente os difíceis problemas da independência económica, abre a porta ao capitalismo estrangeiro e, ao mesmo tempo, à formação de uma burguesia (subalterna) queniana, tudo em nome das tradições africanas, tribais e colectivistas. Naturalmente, afirma que em África não há classes e tem o cuidado de generalizar: «As agudas contradições entre classes *que existiram outrora* [sublinhado por mim] na Europa não têm cabimento no socialismo africano[34]» (parágrafo 36).

[34] A introdução, num documento africano, de considerações típicas de uma fracção social-democrata europeia ou americana, tanto nesta como noutras citações, dá força à acusação de que este texto seria obra, não de um africano, mas de um perito americano adstrito ao gabinete do ministro do Plano da altura, isto é, Tom M'Boya; é a revista do Partido Comunista Sul-Africano, *The African Communist*, n.º 26, 3.º trimestre de 1966, p. 51, que o afirma. O antigo

Assim, já não há classes em parte nenhuma do Mundo. Por outro lado, o capitalismo, depois de Marx, mudou e, por assim dizer, melhorou, «tendo-se modificado, num sentido que Marx poderia perfeitamente aprovar» (parágrafo 21). Em contrapartida, «o socialismo africano difere politicamente do comunismo pelo facto de garantir a igualdade de direitos políticos a todos os cidadãos adultos» (parágrafo 10)[35]. Mas o mais importante reside em dois pontos: em primeiro lugar, o documento pronuncia-se contra as nacionalizações, excepto nalguns casos cuidadosamente especificados: se a propriedade privada ameaçar a segurança ou a integridade da nação ou delapidar os recursos do país, se essa propriedade se exercer em detrimento do interesse público ou, ainda, se não houver outros meios de controle menos dispendiosos (parágrafo 75). Não encontramos aqui nada que não possa ser aprovado pelos economistas ao serviço do capitalismo europeu. No entanto, um outro parágrafo tem o cuidado de africanizar um pouco esta posição demasiado visivelmente europeia: «A constituição e o manifesto da KANU proclamaram que o socialismo africano, no Quénia, em nada implica nacionalizações generalizadas. Estes documentos obrigam o governo a assegurar o rápido pagamento da indemnização integral pelas nacionalizações que possam ocorrer» (parágrafo 73).

O segundo ponto importante é o apoio oficial dado à introdução da propriedade privada da terra. Após ter recordado o comunismo tradicional, o texto continua: «Estas tradições africanas não podem ser introduzidas sem precauções numa economia monetária moderna. Desenvolver e investir implicam a utilização do crédito, e o sistema de crédito depende intimamente do estabelecimento e do registo de títulos de propriedade da terra. É, portanto, necessário que o modo

vice-presidente do Quénia, Oginga Odinga, confirma-o no seu livro *Not Yet Uhuru*, Heinemann, 1967, p. 311.

[35] Veremos que este princípio não foi aplicado, no Quénia, no que se refere aos opositores de esquerda.

de propriedade da terra seja precisado e fixado» (parágrafo 29).

A verdade é que este documento oficial gaba as vantagens da propriedade privada da terra na África, da formação de uma camada de industriais e comerciantes quenianos, que estarão de facto dependentes de um capital estrangeiro que não deve ser desencorajado com impostos demasiado pesados, e finalmente procede à apologia do enriquecimento individual e do direito individual ao consumo e à acumulação (parágrafo 33, no que se refere a este último princípio). Quanto ao Estado, compete-lhe apenas controlar o conjunto e garantir a segurança e o proveito mútuo de todos; quanto aos assalariados, é tarefa do governo velar por que os seus salários sejam razoáveis, competindo aos sindicatos, por sua vez, velar por que os assalariados não façam greve (parágrafo 127). A tónica é posta, como convém, no desenvolvimento das cooperativas. Aos capitalistas estrangeiros pede-se apenas que dêem provas de sentido de responsabilidade, que empreguem africanos a todos os níveis, e que dêem aos africanos que o desejarem a possibilidade de adquirirem participações nas sociedades estrangeiras (parágrafo 38).

Neste ponto, o círculo fecha-se: de facto, o socialismo africano do Quénia começa a assemelhar-se espantosa e abertamente à linha pró-capitalista da Costa do Marfim, que evocámos atrás. Se nos reportarmos ao artigo de Tom M'Boya publicado em Março de 1963 numa revista da Uganda, *Transition*, e intitulado «African Socialism», verificamos que também ele propõe medidas que visam a assegurar a vinda do capital estrangeiro e a desenvolver a iniciativa privada de «empresários» [capitalistas] quenianos. Em contrapartida, o artigo distingue-se pelo que diz respeito às medidas a tomar em relação ao campesinato: não fala ainda da propriedade privada da terra e, pelo contrário, exalta a propriedade comunalista dos meios de subsistência, isto é, da terra. Sobretudo, reveste os seus projectos de reforma de uma fraseologia semelhante à de Kofi Baako: «O socialismo é uma disposição ou uma atitude

de espírito instituída para realizar relações racionais e harmoniosas na sociedade.»

Ou, melhor, para Tom M'Boya falar do socialismo africano é referir-se às regras de conduta das sociedades africanas tradicionais, é também referir-se «à caridade universal que caracterizava as nossas sociedades, aos processos mentais e concepções cosmológicas que faziam do homem, não um meio para a sociedade, mas um fim e um em-si na sociedade».

Para que servem os socialismos africanos?

Em suma, com variantes de que poderíamos fazer uma fastidiosa enumeração, por toda a parte o socialismo africano vem justificar a situação de facto do neocolonialismo e encorajar a África «comunocrática» dos camponeses a continuar a produzir matérias-primas para o mundo capitalista. Ponhamos de parte Nyerere, que se afastou do socialismo africano, e naturalmente os Estados «radicais»; quanto ao resto, a teoria de Senghor não é mais do que a expressão mistificada do subdesenvolvimento que se mantém.

Mas interpretá-la assim não chega para explicar inteiramente a força desta moda intelectual. Poder-se-ia pensar que se trata de uma operação demagógica; mas, nesse caso, seria uma demagogia limitada. Porque, com excepção dos textos de Nyerere, escritos num estilo tão simples quanto possível, é perfeitamente evidente que as discussões febris e teóricas acerca do socialismo africano se fazem acima do pensamento das massas africanas. Se a propaganda em prol da independência e da unidade se traduzia facilmente em palavras de ordem acessíveis, se as próprias divergências a este propósito são ainda de natureza tal que as diferentes posições continuam a ser acessíveis a todos, o mesmo não acontece com a teoria do socialismo. Transformado em peça de acusação no processo do socialismo científico, o camponês africano, regra geral, ignora possuir uma significação ideológica. Não sabe certamente que lhe compete, no Senegal, provar a «emoção

negra» contra a «razão helénica», segundo a célebre frase de Senghor; no Ghana, não imagina que é comunalista e que vem dando, desde há séculos, o exemplo do socialismo; mesmo na Tanzânia, parece mostrar por vezes uma irritante propensão para não seguir o caminho da pureza moral e laboriosa, que deveria encarnar. Os teóricos não podem dirigir-se, e de facto não se dirigem, senão aos quadros, intelectuais e administrativos, dos novos Estados; à pequena camada dirigente; por vezes, à burguesia local, quando esta existe. Dirigir-se aos quadros e aos intelectuais é intervir ideologicamente num meio em que o pensamento marxista penetrou mais ou menos (mais, entre os francófonos; menos, entre os anglófonos, onde essa influência passa por obras de segunda mão) e, portanto, oferecer-lhes uma alternativa. Para a burguesia africana, o socialismo africano é uma teoria tranquilizadora: significa que nada se modificará. Mas em todos os casos oferece uma consolação patriótica em lugar das dificuldades concretas do desenvolvimento, e é sem dúvida deste apelo para um orgulho nacional, posto ao alcance de todos, isto é, não exigindo verdadeiros sacrifícios, que extrai a sua força[36]. A contradição, muitas vezes verificada, entre as afinidades ocidentais de grande número de defensores dessa doutrina e as suas declamações nacionalistas, nacionalismo igualmente verbal e que se contenta com glorificar uma tradição em que não se acredita ou só se acredita até meio, é apenas uma: a própria teoria não implica nenhuma conclusão prática, nenhuma acção precisa; existe apenas para conservar. Conservando, encontra facilmente um eco favorável junto daqueles que estão interessados na manutenção, não da igualdade primitiva, mas dos seus privilégios: chefes, feudais civis ou religiosos, notáveis de toda a espécie. Mais ainda, encontra apoio fora da África, na *intelligentsia* ocidental: a dos países anglo-saxónicos foi preparada, de há longa data, para acolher esta teoria, se é que não lhe preparou mesmo o terreno; a *intelligentsia* francesa precipita-se nela também[37]. O juízo de Nkrumah resume bem a situação actual. A expressão «socialismo africano», actualmente, «parece depender mais da etnografia do que da economia política. E é precisamente devido a este sabor etnográfico que vamos encontrar na Europa e na América do Norte os melhores defensores e propagandistas do socialismo africano[38]». É aproximadamente a intenção também da observação de Sékou Touré sobre os defensores «não negros» da negritude. Com uma restrição, apesar de tudo: por vezes, observam-se concessões em textos e programas de tendência oposta.

[36] Exactamente como, na França, a política gaullista de independência lisonjeia uma pequena burguesia que pode contentar-se com aplaudi-la quando seria incapaz de a impor.

As sociedades africanas sem véu

Mas o socialismo africano não é a ideologia de todos os africanos. E aqui temos de voltar a trás.

O RDA e as classes em África

Pelo lado dos africanos colonizados pela França, o RDA, devido à sua linha geral, não podia pensar em abordar o problema sob o ângulo de socialismo ou capitalismo. Empenhando-se na via da conquista das reformas democráticas, em primeiro lugar, não pensava abordar esta questão antes de ter conseguido a emancipação democrática da África colonizada. Por outro lado, definindo as estruturas sociais pelo epíteto de

[37] Quando se abordam coisas sérias, o tom muda. O «relatório Jeanneney» de 1964 liquida a mistificação com um simples traço escrito e fala de países «mais ou menos socialistas». Mas outros transformam-se em incensadores de Senghor: Fougeyrollas, antigo comunista, para citarmos apenas um. Outros ainda desenterram os Dogons.

[38] *African Socialism Revisited*, ralatório enviado ao Seminário do Cairo, de Outubro de 1965, sobre «África: revolução nacional e social»; traduzido in *Démocratie Nouvelle*, Dezembro de 1966, p. 94.

«tribo-feudais», o RDA subentendia que, na ausência de um proletariado suficientemente desenvolvido e constituído em classe, a orientação no sentido do socialismo só muito mais tarde seria possível. Não só seria necessário esperar a instauração de uma verdadeira democracia (direitos políticos e direitos sindicais) e, portanto, de um governo independente, como seria também necessário esperar que a base deixasse de ser tribo-feudal para se tornar operária, apoiando-se a classe operária no campesinato, também ele emancipado. Pelo menos, é assim que é possível reconstituir esquematicamente, a este propósito, uma perspectiva não explícita. Mais tarde — quando Sékou Touré disser: «Nós tínhamos adoptado o marxismo em tudo o que possui de verdadeiro para a África [...]. É assim que, se o marxismo é aplicado na sua integralidade doutrinal pela classe operária internacional, no que se refere à luta de classes foi amputado deste elemento para permitir que todas as camadas sociais africanas travassem em conjunto a luta anticolonialista geral[39]» —, o «*nós*» não deve designar apenas o PDG, mas também o RDA, desde o período da ligação com os comunistas: não foi só depois de 1950, mas desde o princípio, que o RDA sublinhou que a diferenciação de classes era fraca ou nula na África colonizada. Se não se quiser cair na utopia do socialismo africano, ter-se-á de concluir daqui que a passagem para o socialismo exigirá pelo menos o desenvolvimento das classes revolucionárias — proletariado e um campesinato que, após a independência, poderia ser levado a adoptar formas cooperativas de cultura.

É certo que vai haver modificações na linha política do RDA com a viragem de 1950. Nesse momento, a mudança vai consistir no facto de se esquecer aquilo que no relatório de D'Arboussier de 1948 dizia respeito ao futuro. Ele tinha, com efeito, tomado a precaução de assinalar que «a comunidade dos interesses essenciais ao conjunto das populações da África Negra não anula a existência de classes e camadas sociais diversas, cujos interesses são divergentes e, por vezes, até contraditórios». A continuação do texto mostra que D'Arboussier pensava que estas contradições não podiam ser graves no plano imediato, mas que o seu desenvolvimento seria posteriormente inevitável e que era necessário estar alerta: «E a evolução da economia africana, longe de as atenuar, mais não fará do que acentuá-las cada vez mais.»

Quando, um ano depois da quebra do alinhamento com os comunistas, a *Afrique Noire* escrevia, em 6 de Dezembro de 1951, «a luta de classes, base do comunismo, não tem razão de ser num país em que a sociedade não se encontra compartimentada» — a nível dos princípios, o jornal não se afastava da linha geral do primeiro período do RDA, mas deixava na sombra a advertência acerca do desenvolvimento futuro das classes embrionárias.

Crítica da sociedade tradicional por A. Franklin (1953)

Vimos que, quando os estudantes africanos entram em cena, os mais audaciosos de entre eles distinguem dois estádios: primeiro, independência política; em seguida, revolução social. Neste ponto, Majhemout Diop difere do RDA apenas porque pronuncia a palavra «socialismo» e o fixa já, como objectivo último, no seu artigo de 1953. Mas no mesmo volume, *Les Etudiants noirs parlent*, a brilhante refutação do *Orphée noir* de Sartre por Albert Franklin, embora não fale de socialismo, aborda, no entanto, o problema através do colectivismo espontâneo, que Sartre, também ele, socialista africano, exaltara: «Precisemos», objecta Franklin, «que se trata de um colectivismo rudimentar e que está ligado a uma economia que permaneceu rudimentar. Não nos devemos, portanto, iludir quanto ao sentido deste 'colectivismo' e pensar que uma tal sociedade ignorava a exploração do homem pelo homem. Há muito tempo que este regime tribal deixou de ser puro e

39 *L'Action politique du P. D. G.* ..., t. II, Conakry, 1959, p. 275, discurso pronunciado por ocasião da restituição da bolsa do trabalho de Conakry aos sindicatos.

atingiu o semifeudalismo ou o feudalismo. Mas a exploração de uns por outros não é aí tão 'racionalizada' como no regime capitalista, que, destruindo toda a fraternidade concreta, desenvolve o individualismo para além de todos os limites[40].»

É certo que Franklin não procura opor uma ideologia a outra, mas a recusa da idealização comunitária implica, por contraste, que só o proletariado e os intelectuais progressistas podem salvar a África: a crítica do socialismo africano abre caminho ao socialismo sem qualificativos, mas abre-lhe apenas o caminho. Resta esperar o momento para tal.

A sociedade africana desvendada por Mamadou Dia

As observações de Franklin acerca da sociedade africana são ainda, no entanto, sumárias e muito gerais. Para ir um pouco mais longe, devemos voltar-nos para Mamadou Dia. Com ele, entramos no domínio dos aspectos concretos do desenvolvimento económico. Mamadou Dia não é marxista («que o marxismo, enquanto filosofia materialista, não possa ter a nossa adesão — eis um facto claro e que qualquer marxista admitirá»)[41], não rejeita o método marxista em bloco, nem certo número dos seus resultados. Economista, Dia afirma, desde 1953: «Só é possível conceber que a África se torne um Estado moderno na medida em que se empenhe na via de uma transformação industrial.»

Mas é em 1957 que Dia, perante o neocolonialismo, cujo perigo tem o mérito de muito cedo haver apontado (fala de «satelitelismo económico» e ainda não de neocolonialismo), vai tentar lançar as grandes linhas de uma estratégia de desenvolvimento.

40 *Les Etudiants noirs parlent*, Présence Africaine, Dezembro de 1953, p. 289.

41 *Réflexions sur l'économie de l'Afrique noire*, 1953, p. 53. Mamadou Dia é muçulmano crente. Citação seguinte, p. 49.

A África que vai tornar-se independente deve, afirma, empenhar-se na via de um «socialismo construtivo». Ora, as perspectivas desse socialismo encontram pelo caminho sérios obstáculos, e não apenas externos.

«Gostaríamos de abrir aqui um parêntesis para lembrar que a insuficiência da poupança verificada nas nossas sociedades não se deve unicamente a causas económicas. Devemos acrescentar a estas últimas os entraves que têm origem nas concepções sociais. Notemos, antes do mais, que a família tipo, fundamento da sociedade tradicional africana, é mais um elemento que desencoraja a poupança individual; do mesmo modo, a grande distância entre os rendimentos dos ricos e os dos pobres não pode estimular um esforço que tenha em vista anular um fosso que se considera impossível preencher. O entesouramento existe, sem dúvida, nas diferentes camadas camponesas proletárias ou burguesas, mas dá apenas lugar a uma poupança negativa ou, na melhor das hipóteses, destinada, não a produzir um rendimento, mas a fazer frente a uma dificuldade temporária durante os períodos de escassez[42].»

Nem tudo fica dito acerca deste assunto, mas abre-se uma porta: ao contrário do poeta, que faz «a apologia sistemática das civilizações paraeuropeias»[43], o economista descobre que a sociedade tradicional, tal como se apresenta no fim do período colonial, não pode ser um factor de desenvolvimento, e que é necessário, no mínimo, modificá-la e agir sobre ela, se se quiser avançar. E o economista adverte os poetas, pensadores e homens de cultura africanos de que «farão mal em pensar que podem dispensar, se não os ensinamentos da ciência económica, pelo menos um *flirt* com a economia para cumprirem a sua missão cultural»[44].

42 Mamadou Dia, *L'Economie africaine*, PUF, 1957, p. 62.

43 Césaire, in *Discours sur le colonialisme*, 2.ª ed., p. 25.

44 Mamadou Dia, *op. cit.*, p. 5. Não se percebe por que é que a mesma advertência não é dirigida igualmente aos escritores e pensadores europeus. Citação seguinte, p. 85.

A voz de Mamadou Dia não podia de forma alguma fazer-se ouvir, devido às suas posições políticas: Dia encontra-se do lado dos defensores fervorosos da lei-quadro, permanece partidário da aliança com o Ocidente, e não apenas no plano estritamente político; acredita ainda que poderá surgir uma «economia de dádiva», segundo a qual as grandes potências capitalistas auxiliariam do exterior o arranque das economias dos países subdesenvolvidos. E toda a sua seriedade de economista o abandona, de repente, para dar lugar a esta utópica profissão de fé: «Trata-se de impulsionar [em África] a revolução a partir do exterior, através de uma intervenção do Ocidente, conquistado para uma expansão socialista.»

É certo que quando afirma, um pouco mais adiante, que esta expansão socialista pode realizar-se no quadro da coexistência de um sector público e de um sector privado, não adianta nada que planificadores marxistas não possam admitir (os planos estabelecidos na Guiné, no Mali e no Ghana previam, todos eles, essa coexistência), mas, no contexto do livro e à falta de maiores precisões, começamos a inquietar-nos com a eventual extensão desta iniciativa privada. Inquietamo-nos também ao vê-lo aceitar o relatório Lewis, realizado a pedido do Ghana e que desaconselhava a industrialização em grande escala, para insistir na instalação de algumas indústrias ligeiras transformadoras. Talvez Dia pense que a indústria de base deverá esperar a criação dos grandes conjuntos, a que aspira. Em todo o caso, a moderação política do autor prejudicou, sem dúvida, as posições correctas que assumia também. No seu último livro, o último que publicou antes de ser metido na prisão por Senghor, há seis anos, *Nations africaines et solidarité mondiale*, dá, no entanto, um passo em frente, declarando-se a favor da criação de grandes conjuntos industriais africanos que lancem as bases de uma indústria pesada, mas que pressupõem necessariamente enormes progressos na via da unificação africana. Ao contrário do que dirá Senghor, Mamadou Dia, uma vez entregue a si próprio neste domínio, insiste em lembrar que a economia africana é ainda «em larga

medida agrícola e que precisamente não há qualquer exemplo de um país que consiga desenvolver-se com base somente nos seus recursos agrícolas»[45]. Portanto, a África deve assegurar o seu desenvolvimento industrial ou, caso contrário, continuará dependente.

Estas ideias recolhidas nos livros de Mamadou Dia não eram nele uma iluminação passageira. Quase no termo da sua carreira política, Dia iria reafirmá-las e ampliá-las, por ocasião do colóquio realizado em Dakar, de 3 a 8 de Dezembro de 1962, sobre «As políticas de desenvolvimento e as diversas vias africanas para o socialismo». As convicções de Dia, talvez apoiadas pela sua experiência ministerial, tornaram-se mais categóricas: «O primeiro passo na via africana para o desenvolvimento consiste na rejeição revolucionária das antigas estruturas. Antes de empreendermos seja o que for, necessitamos, em primeiro lugar, da vontade expressa de substituir radicalmente, tanto na sua lógica profunda como nas suas superstruturas, o sistema político, económico e social herdado do antigo regime colonial. Esta condenação e esta rejeição incidem em primeiro lugar nas estruturas que o próprio colonizador criara e pusera em prática. Mas devem também incidir, com a mesma força e com a mesma determinação, nas estruturas arcaicas, nas feudalidades que o colonizador conservou e consolidou artificialmente, desviando-as ao mesmo tempo da sua vocação original para fazer delas instrumentos da sua dominação. Não basta, como pretendiam os reformistas, corrigir ou modificar, ao acaso do dia-a-dia, sob a pressão das circunstâncias uma ou outra parte do sistema. Pelo contrário, é necessário conceber uma mutação total, que substitua a sociedade colonial e a economia do tráfico de escravos por uma sociedade livre e por uma economia de desenvolvimento. Semelhante mutação é revolucionária. Isto não quer dizer que apele à violência, que é cega. Deve antes ser inspirada por

45 *Op. cit.*, PUF, 1.ª ed., 1960, p. 169. (A 2.ª edição, de 1963, publicada após a prisão do autor, não contém alterações.)

uma concepção elaborada do desenvolvimento nacional, por um sistema de valores, em suma, por uma ideologia[46].»

Seria fácil responder que está muito certo enunciar um princípio, mas que nem sempre se sabe o que fazer com ele: na hora das soluções, temos à nossa frente um médico que sabe fazer o diagnóstico, mas ignora a terapêutica. Resposta demasiado fácil, no entanto, porque colocar no mesmo plano, entre os obstáculos ao desenvolvimento, as estruturas tradicionais africanas subsistentes e a intervenção externa da economia dos colonialistas é já prova de uma audácia intelectual, nem por isso muito frequente entre os dirigentes da África das independências. Ora, é o que afirma aqui o presidente do Conselho de um Estado que é, ele próprio, um dos melhores exemplos de sucesso do neocolonialismo: temos de destruir ao mesmo tempo o obstáculo interno e o obstáculo vindo do exterior. Como, é o que não nos diz: a menos que pense apoiar-se num terceiro grupo, o grupo constituído pelo embrião da burguesia nacional (efectivamente, era o que pensava). Mas este terceiro grupo pode também tornar-se um apoio objectivo do neocolonialismo e até um apoio consciente, como se viu no Ghana, de 1964 a 1966 e após o golpe de Estado. Chegamos, em qualquer caso, a esta primeira conclusão: o socialismo em África não pode apoiar-se no corpo estranho que é o capitalismo ocidental aí instalado, ao contrário do que

46 In *Développement et socialisme*, Présence Africaine, 1963, pp. 420-421, e *Bulletin de l'Association pour l'étude des problèmes d'outre-mer*, n.º 170, Janeiro-Fevereiro de 1963. Esta publicação semiconfidencial acrescenta a este texto a seguinte nota: «Está fora de dúvida que estas proposições desempenharam um papel nos acontecimentos políticos que se deram em Dakar alguns dias depois.» Se bem que tenha havido outras causas para a ruptura entre Senghor e Dia, cujo desenlace foi a prisão deste último, devemos ter em conta a indicação dada por um boletim cujos redactores estão muito ligados ao «mundo dos negócios». No entanto, a passagem citada, por significativa que seja, é apenas um pequeno fragmento da intervenção de Mamadou Dia no Colóquio de Dakar, que, no conjunto, se caracteriza pela sua preocupação de equilíbrio, de moderação e de personalismo.

Mamadou Dia pensava em 1957, mas não pode também apoiar-se nas antigas estruturas africanas, ao contrário do que Senghor quer crer.

A sociedade tradicional desvendada por Nkrumah

Por seu turno, Nkrumah retoma a crítica das estruturas tradicionais, em *Africa Must Unite*, em 1963, mas, no seu estilo calmo, estabelece um quadro muito mais preciso dessas estruturas:« O nosso actual sistema familiar desvia o chefe de família da poupança, porque, na prática, pune a iniciativa em proveito dos preguiçosos e dos fracos. Os membros indigentes da família vivem à custa dos mais afortunados. Era um sistema útil e louvável no passado, quando a sociedade, mais ou menos estagnada, vivia ao nível da economia de subsistência, mas actualmente constitui um travão ao espírito de iniciativa e ao esforço. Nos nossos dias, aquele que ganha com que viver decentemente vê o seu salário devorado pelos parentes, incluindo os mais afastados, a ponto de ter dificuldade em equilibrar o orçamento; por maioria de razão, não consegue poupar o que quer que seja [...]. Os costumes que exaltam as virtudes da família extensa alimentam a prática do nepotismo e fazem do hábito de dar e receber presentes algo de nobre e necessário, porque assegura o bem-estar da família. Estes costumes encorajam a preguiça e a corrupção, impedem o desenvolvimento das capacidades, opõem-se a esse profundo sentido de responsabilidade individual necessário num período de reconstrução nacional, para aceitar e levar a cabo as tarefas confiadas a cada um. Sobretudo, impedem os aumentos de produtividade e levantam obstáculos à poupança, dois factores essenciais do crescimento. A poligamia contribui com a sua parte para estas influências retardadoras, ao mesmo tempo que as nossas leis sobre a sucessão destroem o instinto de criação [...]. Na vida económica de um país subdesenvolvido, as economias dissipadas em despesas de ostentação, na celebração de festas religiosas tradicionais, em extravagantes cerimónias de casamentos

e de funerais, são, nem mais nem menos, dinheiro lançado ao mar. A sociedade tribal, cuja monotonia só era quebrada pelo nascer e pôr do sol e pelas luas cheias, saudava estas festividades que vinham interromper o curso dos dias, mas para encorajar a actividade criadora e a economia precisamos, hoje, de uma ideologia completamente diferente e mais exaltante [...]. A nossa sociedade deve ser forçada a aceitar as exigências de um desenvolvimento económico rápido, através de modificações das nossas relações sociais e dos nossos costumes; em caso de necessidade, devem ser modificados por lei[47].»

Não é possível encontrar em toda a literatura política africana denúncia mais vigorosa do obstáculo ao desenvolvimento socialista que a sociedade tradicional constitui. Mas se considerarmos verdadeiro o quadro que acaba de ser exposto, perguntar-nos-emos imediatamente se é possível ainda opor estruturas arcaicas, por um lado, e camadas africanas modernas, por outro: será que a pressão acumulada dos costumes, das relações familiares, e também, não o devemos esquecer, da penúria que persiste, não vai exercer-se sobre toda a gente, incluindo os dirigentes e os militantes? E nesse caso, qual o remédio? Antes de vermos como responder — ou, melhor, o que respondem os factos —, convém procurar um pouco mais. Mas entrevemos o que pode ser, num Estado africano independente, a função essencial de intelectuais africanos — a que poderíamos chamar «migrantes» — chegados de outro Estado: «uma vez que não estão no seu país, encontram-se libertos da pressão directa da família e dos costumes e podem agir, se ocuparem cargos de responsabilidade, como africanos do século XX. Contudo, os migrantes são, na maioria das vezes, refugiados políticos[48], e o simples facto da sua

47 *Africa Must Unite*, pp. 100, 104 e 105.

48 Uma excepção: o caso da Guiné, que foi escolhida em 1958-1959 como pátria adoptiva por vários intelectuais africanos e antilhanos, desejosos de contribuírem para a defesa e a construção do primeiro Estado independente saído do império colonial francês na África Negra. Tiveram, no entanto, dificuldades com o próprio Sékou Touré, que, ao contrário de Nkrumah, desconfiava dos intelectuais.

presença excita a ira do seu Estado de origem. Ou então são alvo do chauvinismo dos quadros políticos e administrativos do país em que trabalham. De qualquer maneira, este simples facto é suficiente para nos obrigar a encarar com um olhar ainda mais crítico o famoso princípio da não ingerência, aprovado unanimemente em Adis Abeba.

De passagem, devemos reter como epígrafe duas breves palavras: Nkrumah apela para a *responsabilidade individual*. Vê, portanto, e com razão, no individualismo — um individualismo criador e activo, diferente do simples egoísmo, bem entendido — uma condição necessária do desenvolvimento socialista. Não se deve, por conseguinte, em nome da vontade de progresso económico, condenar brutalmente o individualismo, como o fez, em nome das tradições africanas, Sékou Touré na sua mensagem ao Congresso de Roma, nem exaltar como único suporte ético do desenvolvimento socialista a integração imediata de todos os indivíduos numa colectividade. A propósito da edificação económica dos novos países, na maioria das vezes, ouve-se prègar a submissão ao interesse comum e o apagamento rousseaunista perante a vontade geral. Na maioria dos casos, é verdade que são os adeptos da ordem capitalista que apelam publicamente ao individualismo da média burguesia africana, que desejam fazer nascer: é o que acontece no programa queniano, de que falámos atrás. O mesmo se verificava no discurso de 16 de Outubro de 1961 do presidente da República Centro-Africana, Dacko (derrubado no princípio de 1966), apelando para a criação de uma «elite de homens empreendedores, ousados, capazes de tomar iniciativas», em suma, «o núcleo de uma burguesia centro-africana»[49]. Concebe-se, portanto, uma legítima desconfiança em relação a esse individualismo burguês. Mas terá a orientação no sentido do socialismo razão para condenar e rejeitar em bloco todo

49 Citado por Barbé, *Les Classes sociales en Afrique noire*, 1964, p. 110.

o individualismo? Não estará a condenar-se a si própria à estagnação e a cair de novo nos laços dos costumes e tradições arcaicos? O mérito de Nkrumah reside no facto de, em duas palavras, ter chamado a atenção da opinião pública africana para um ponto que constitui, no mínimo, um problema essencial no plano dos valores.

A sociedade africana vista por Seydou Badian

Mas muitas vezes existe a tendência para buscar apoio apenas nas virtudes socialistas da comunidade agrária, ou para verificar os seus prós e contras, tentando fazer a triagem do que deve ser rejeitado e do que se deve conservar. Acontece não se tomarem em consideração as contradições desse esforço de conciliação. Um ministro do Mali[50], por exemplo, justapõe os dois pontos de vista no mesmo livro. Vejamos, em primeiro lugar, a apologia da tradição em nome do socialismo: «Nós, os Africanos, sublinhámos muitas vezes a vocação socialista da África, uma vez que as estruturas comunitárias de base já existem. Esta ideia é exacta [...]. É verdade que os Africanos possuem o sentido do trabalho colectivo, do interesse comum.»

Sem dúvida, reconhece o autor, no quadro de uma economia de subsistência. Mas enquanto o colonialismo e o capitalismo destruiriam estas estruturas, «só o socialismo permite adaptar estas estruturas arcaicas às necessidades do desenvolvimento. O sentimento de solidariedade, de dependência, que está na base do sistema de clãs e que é indispensável para proporcionar o intenso esforço colectivo necessário ao desenvolvimento, é destruído pelo capitalismo. Pelo contrário, o socialismo apoiá-se nestes mesmos dados sociológicos, propondo-lhes um objectivo novo, conforme às exigências do mundo moderno»[51]. Encontramo-nos em terreno já conhecido, o do socialismo africano, e preparamo-nos para que o autor nos anuncie a passagem, sem solução de continuidade e sem dor, da solidariedade de clã ao *kolkhoz* africano: tudo é possível. Mas Seydou Badian não se reclama do socialismo africano, ainda que, numa outra passagem, evoque a transformação da aldeia em cooperativa moderna. Noutro ponto, ficaremos a saber que «o socialismo pressupõe, antes do mais, a liquidação das estruturas feudais [portanto, sempre as há?] e coloniais». É necessário, naturalmente, liquidar a chefatura, porque «com a chefatura devem morrer todas as formas de exploração do homem pelo homem ligadas à dependência pessoal, por exemplo, as estruturas patriarcais ao nível das famílias, que actualmente degeneraram, transformando-se num verdadeiro sistema de exploração dos jovens pelos velhos, e a submissão escandalosa das mulheres ao despotismo do homem — do pai sobre a filha, do marido sobre a esposa»[52]. Muito bem dito; quem poderia deixar de aplaudir? Mas que é feito da vocação socialista da África? Por que é que passou a ser necessário libertar os jovens e as mulheres do peso de uma comunidade que era ainda há pouco igualitária, livre e pré-socialista? Admitamos, por um instante, o que querem fazer-nos admitir, ou seja, que esta comunidade, no fundo, é boa, mas tem alguns defeitos que é preciso corrigir, e convém proceder, como diz ainda Seydou Badian, à sua democratização: gostaríamos, mesmo assim, de perceber como é que tais defeitos, que se apresentam como verdadeiras instituições, traços essenciais e permanentes, podem surgir nesta estrutura comunitária. Que relação existe entre os dois elementos[53]? À falta de uma expli-

[50] Seydou Badian Kouyaté, que foi ministro do Plano até 1962 e é actualmente membro do Comité Nacional de Defesa da Revolução do Mali. O seu livro, *Les Dirigeants africains face à leur peuple*, foi publicado no fim de 1964 (Maspero). Deve observar-se aqui que Seydou Badian foi muitas vezes classificado abusivamente por jornalistas como um homem situado na extrema-esquerda do governo do Mali. É também autor de um romance, *A travers l'orage*, e de uma peça de teatro, *La mort de Chaka* (ambos editados pela Présence Africaine).

[51] Seydou Badian, *op. cit.*, pp. 68 e 69.

[52] *Ibid.*, pp. 136, 137 e 138.

[53] Não insisto num outro motivo de espanto. Parece que os campo-

cação, o ministro oferece-nos, no entanto, algumas soluções. Apela para a virtude e pureza dos quadros, dos militantes responsáveis do partido. Estes não devem «deixar o povo fixar-se no erro, apegar-se a mundos mortos, preconceitos absurdos, interditos e empobrecedores», devem libertá-lo de «certas grilhetas do passado»[54]. Nada de mais louvável; mas estarão os quadros acima, se não das classes, pelo menos dos grupos sociais da sua própria sociedade? Quem se encarregará, e como, de provocar esta «revolução mental», a que Seydou Badian nos incita, exactamente como fazia Kofi Baako? Prova irrefutável da fragilidade da sua construção é o facto de ele não conseguir resolver a contradição senão através da fuga para o absoluto ético: este desempenha nele, não menos do que nos socialistas africanos, o papel de *deus ex machina* que transcende os conflitos e os obstáculos da África real, mas apenas em espírito. Em todo o caso, ainda que não tenha sido encontrada qualquer solução, uma vez mais um mal foi designado, mostrado, e nada pode fazer esquecer que ele existe.

Perspectivas de Sékou Touré sobre a sociedade tradicional

Também Sékou Touré, em certos momentos, revelou este mal. Evocando a África tradicional, explica: «Encontrava-se [a África] na fase feudal; tinha, nesse tempo, a sua organização económica própria, uma repartição do trabalho e uma certa especialização das diferentes actividades sociais. Como sabeis, basta observar cada aldeia para nos apercebermos da existência dessa divisão do trabalho, para nos apercebermos de que, partindo da satisfação das necessidades da sociedade, existia uma certa classificação social, uma organização solidária

neses africanos, na sua maior parte, «podem ser assimilados a camponeses ricos», e que «numa proporção de 90 % ou mais» são «proprietários das suas terras» (p. 149). Deve haver aqui, pelo menos, qualquer imprecisão de vocabulário. Mas voltaremos a este ponto.

54 *Op. cit.*, p. 11.

da sociedade baseada em determinadas relações e hierarquias[55].»

A «velha democracia formal estabelecida ao nível da mais pequena célula social, constituída pela aldeia»[56], que segundo outro texto de Sékou Touré teria sido a África tradicional, comportava, pois, segundo o que acabamos de ler, não as classes da Europa capitalista, é evidente, mas divisões sociais baseadas noutros critérios — aqui as castas profissionais —, de que subsistem certos traços, como convém acrescentar desde já. Mas não é possível que estas divisões não fossem fonte de antagonismos agudos? O próprio Sékou Touré rejeita esta última hipótese. Tinha já lembrado que «a democracia no interior do movimento (RDA) desprezou antigas estruturas hierárquicas, que dividiam a sociedade africana em fracções superiores e fracções inferiores»[57]. Por outro lado, evocando a luta travada durante anos pelos militantes do PDG contra os chefes, muitas vezes violenta nas aldeias, Sékou Touré concluía: «No entanto, nestes combates, a força das massas, nas quais reside a vitória, acabou por se impor pela luta à classe que os chefes representavam[58].»

É verdade que a chefatura, que o PDG combateu duramente, já não era uma chefatura tradicional e que a administração colonial tinha «fabricado» chefes segundo as suas conveniências, como fabricava *caïds* e *bachagas* em Marrocos e na Argélia. Vista deste ângulo, a luta contra a chefatura era uma luta contra uma instituição colonialista, e não contra uma instituição tradicional. É, no entanto, significativo que Sékou Touré, a quem o marxismo não é estranho, empregue aqui a palavra «classe». Se a chefatura, abolida pelo governo gui-

55 Citação segundo *Liberté*, 28 de Maio de 1959, e *L'Action politique du P. D. G.* ..., t. III, p. 302.

56 Entrevista à Associated Press, Abril de 1959.

57 In *L'Action Politique du P. D. G.* ..., t. I, p. 15 (23 de Janeiro de 1958).

58 *Prélude à l'indépendance*, p. 25.

neense da lei-quadro, pôde ser útil, durante quase meio século[59], ao regime colonial, isso se deve a que, embora prefabricada, encontrava apoio em determinadas estruturas ou tradições. Sékou Touré, numa análise retrospectiva feita nos primeiros dias de Maio de 1959, estuda essas estruturas e tradições e justifica a sua liquidação e condenação mostrando que tinham sido instrumentos do regime colonial: o combate entre o antigo e o novo na sociedade guineense é, portanto, a luta contra os instrumentos do colonialismo — chefatura, divisões tribais, interdições e preconceitos de toda a espécie — em nome da nova Guiné, democrática e livre[60]. Assim, uma vez levada esta luta ao seu termo, isto é, a partir de 1958, antes da independência e depois de atingida esta, o que resta combater são ou sobrevivências ou as novas contradições que surgem no decurso da história. A África era a África pré-colonial, que continha certas virtudes que podem ressurgir no contexto novo da Guiné reencontrada, mas de que esta última não pode ser uma cópia. O esquema, no conjunto, é coerente.

Mas quando Sékou Touré, algumas semanas após a independência, aponta o facto que se segue, tratar-se-á de simples sobrevivências ou de novas contradições?

«Quantas mulheres africanas possuem ricas jóias, de ouro ou diamantes, com um valor que atinge centenas de milhares de francos, pelo simples prazer de as usarem nos cabelos, nos braços e, por vezes, nos pés, mas sem porem toda essa fortuna inutilizada ao serviço do Estado, num banco nacional[61]?»

Essas jóias puderam ser vistas, nos anos seguintes, nos braços das mulheres de dirigentes e de sindicalistas, nos des-

59 Aproximadamente meio século, e não os sessenta anos da colonização, porque até à deposição de Alpha Yaya, no Foutah, o regime colonial parecia ainda querer fazer uma experiência de «governo indirecto».

60 *L'Action politique du P. D. G. ...*, t. III, pp. 299-310, que aqui resumo.

61 *Op. cit.*, t. II, p. 213 (27 de Novembro de 1958, relatório apresentado à Conferência Nacional dos Quadros do PDG).

files do 1.º de Maio, por exemplo. Será isso uma sequela do capitalismo, ou tratar-se-á antes de uma tradição mais antiga — de uma época em que a própria ideia de traduzir em equivalente monetário essa acumulação de ouro não lembraria a ninguém? Por outro lado, observações ocasionais surgem igualmente em textos, de alguns meses anteriores, em que se mencionava a batalha contra a chefatura, sob a vigência da lei-quadro. Recordava-se neles que o PDG assumiu, no passado, a defesa dos interesses dos «jovens aos quais era aplicado sistematicamente um direito africano, dito de primogenitura, e que hoje discutem todos os problemas comuns em pé de igualdade com os seus irmãos ou pais». Outra manifestação da luta contra as tradições: «Numa região de tradições como é o Futa, a eleição de mulheres, feiticeiros e antigos escravos é sinal de uma verdadeira tomada de consciência política, de uma revolução política e de uma revolução dos espíritos.»

E, a propósito da condição da mulher, eis outra observação: «A sobrevivência de certos costumes ancestrais mantém as nossas irmãs e filhas num vergonhoso estado de inferioridade.»

Finalmente, o costume mais ou menos feudal dos dons: «Os vossos principais dirigentes percorreram este país durante mais de dez anos, recusando-se, por toda a parte, a aceitar o mais pequeno dom dos camponeses (dinheiro, frangos, carneiros, bois); todos os dons, qualquer que fosse a sua natureza, foram proibidos nas relações dos dirigentes ou representantes eleitos com as populações. Não nos venham dizer que se trata de um costume do país, para justificar a aceitação de um dom! Com a chefatura, à moda antiga, foram suprimidas todas as práticas que constituíam um fardo para os camponeses[62].»

A primeira citação remete-nos para a hierarquia de idades

62 *L'Action Politique du P. D. G. ...*, t. I (pela respectiva ordem), p. 18 (Janeiro de 1958); p. 41 (Junho de 1958); p. 64 (Julho de 1958); p. 51 (Junho de 1958).

e para a proeminência dos anciãos; a segunda, para a hierarquia das castas, e a terceira, para a exploração da mulher pelo homem. Mas a quarta é, sem dúvida, a mais característica, porque se trata de reminiscências de costumes e de relações de tipo feudal, que seria perigoso subestimar.

No entanto, esta tomada de consciência situa-se, no caso da Guiné, num contexto diferente do de todos os outros países africanos: a Guiné é, no fundo, o único Estado africano que, num dado momento, foi totalmente descolonizado. Não se pode esquecer que, de um dia para o outro ou quase, o novo Estado, devido à partida maciça e tumultuosa de todos os funcionários, à suspensão de todo e qualquer crédito de Paris e à tentativa de bloqueio económico levada a cabo pelo regime gaullista, teve de construir o seu aparelho administrativo, o seu exército e a sua economia sobre bases novas e contando apenas com as suas próprias forças. À frente deste Estado e do único partido que em toda a África sob dominação francesa foi capaz de conquistar a independência e de a defender por uma via revolucionária, Sékou Touré via, muito naturalmente, os problemas internos da Guiné nova sob a forma de uma luta contra as sobrevivências internas do colonialismo: os aspectos negativos, irracionais, para empregarmos um termo frequentemente utilizado por ele, resultavam de instituições locais, de costumes ou de atitudes de espírito que tinham servido ao colonialismo e que este havia encorajado, quando não as tinha ele próprio criado. Posteriormente, Sékou Touré vai prestar atenção aos conflitos ou princípios de conflitos sociais que surgem no decurso da evolução, classificando-os na categoria das novas contradições, inevitáveis em qualquer desenvolvimento histórico. E este ponto de vista comporta uma grande dose de verdade. No entanto, os negócios de novo tipo no interior das empresas nacionais da Guiné, por exemplo, o desenvolvimento do contrabando, etc., não puderam, também eles, desenvolver-se sem, por assim dizer, se alimentarem igualmente de certas tradições, das reminiscências de certas estruturas. Sem dúvida, não é fácil estabelecer

a separação entre o antigo e o moderno nestes «fenómenos negativos»; mas a verdade é que as duas ordens de acção se cruzam e se misturam. Sob este aspecto, o testemunho de Seydou Badian vem completar o de Sékou Touré, e vice-versa.

O coronel Micombero contra o socialismo africano

Se bem que mais sumária, a recente tomada de posição do primeiro presidente da República do Burundi, coronel Micombero, inclina-se também para a rejeição das teses do socialismo africano. O contexto é diferente, é certo: existia no Burundi uma dominação de tipo feudal exercida pelos conquistadores, nómadas e criadores de gado tutsis, sobre os camponeses sedentários hutus, e a luta de classes, neste caso inegável, assumira o aspecto de um conflito entre dois povos. Embora os partidos políticos do Burundi, por necessidade, aliás, dada a relação de forças entre os 80 % ou mais de hutus e os 50 % de tutsis, se tenham constituído numa base nacional, e não tribal, a verdade é que os últimos reis invocavam de bom grado as tradições para manterem o seu poder. Em contrapartida, o coronel Micombero declara em 1 de Setembro de 1967, numa entrevista à Rádio Kinshasa: «Recusámo-nos a limitarmo-nos ao comunalismo ancestral, a certas estruturas comunitárias que não contêm qualquer implicação sociopolítica e económica real. Recusámo-nos a consagrar no Burundi a natureza pseudo-socialista de certas teses que são utilizadas apenas para enganar os povos desprevenidos[63].»

Para as reunirmos, poderíamos classificar as indicações de Mamadou Dia, Nkrumah, Seydou Badian e Sékou Touré, que apontámos, sob a rubrica da corrente modernista. Isto é, a corrente que engloba todos aqueles que, para além das diferenças de estilo, denunciam as insuficiências e as taras da

[63] Segundo *Remarques africaines*, n.º 299, 19 de Outubro de 1967.

sociedade tradicional e que, para além das suas divergências de orientação, pretendem construir uma África economicamente independente, numa palavra, moderna. O que deles citámos até aqui não chega, bem entendido, para dar uma visão de conjunto da sua concepção de socialismo; e as próprias citações, é necessário descobri-las, procurá-las nas suas obras, onde nem sempre se impõem à primeira vista. Mas o que é revelador é ser possível encontrá-las e que os seus autores não tenham fugido à própria realidade. Outros puderam mencionar estes aspectos, mas numa óptica conservadora, de ligação ao Ocidente e até ao antigo regime colonial, o que basta para lhes retirar toda a audiência (e foi o que aconteceu em certa medida a Mamadou Dia). O mesmo não pode acontecer, porém, quando são os dirigentes da África «radical» quem evidencia os mesmos factos.

Os marxistas-leninistas do PAI e as classes na África

Naturalmente, é de esperar que a tendência que se reclamou do marxismo-leninismo para fundar o PAI, em 1957, tenha a este propósito uma outra via a propor. A corrente «radical» africana, por mais influenciada pelo marxismo que possa ser, continua ideologicamente autónoma: pelo contrário, o PAI pretende tornar-se um partido comunista, pretende ser um destacamento africano do movimento operário internacional[64].

Quando o PAI surge, em 1957, o seu programa socialista não evidencia, no entanto, uma originalidade muito grande: «Este partido», diz o manifesto, «no plano económico, deverá socializar a economia, industrializar completamente o país, colectivizar e mecanizar totalmente a agricultura. No imediato, é necessário, no plano industrial, promover uma política de investimentos justa, sem cálculos maquiavélicos, mas

64 Como tal, será convidado para a Conferência de Moscovo de 1961, dita «dos 81 partidos».

que estabeleça um rigoroso sistema de 'vantagens recíprocas'. No campo, é necessário organizar as massas camponesas, sob formas dinâmicas múltiplas.»

As reivindicações nacionais do PAI ressaltam do manifesto com muito mais força do que as reivindicações propriamente socialistas. Mas os intelectuais do PAI batem-se, antes do mais, em torno do princípio da existência de classes na sociedade africana, tema de apaixonadas discussões nesses anos, nomeadamente no Congresso da UGTAN (Union Générale des Travailleurs d'Afrique Noire) de Conakry, em Janeiro de 1959. A particularidade dessas discussões reside no facto de se discutir muito mais para saber se existem *classes* sociais em África do que para estudar a sociedade africana tal como é e saber *quais* são as classes que existem em África. É que ao falar-se de classes toda a gente imagina imediatamente, sem ser necessário dizê-lo: proletariado-burguesia-campesinato pobre· O debate é este: Há ou não uma burguesia africana? Há ou não um proletariado africano constituído em classe autónoma? Procura-se, portanto, saber se em África se encontra ou não a estrutura social da Europa Ocidental. Ninguém se lembra, porém, de perguntar se não haverá nas actuais sociedades africanas contradições sociais de um tipo diferente do das existentes na Europa capitalista. No entanto, esse deveria ser o procedimento marxista. Ainda não se atingiu esse ponto.

Para Majhemout Diop, quando em 1956 redige a sua *Contribution à l'étude des problèmes politiques en Afrique noire*, o importante é refutar a teoria, amplamente difundida, que considerava a África Negra um continente sem classes diferenciadas.

«Em nosso entender, o erro consiste em declarar que onde não existe consciência de classe não há classe. Porque, embora seja evidente que os proletários africanos, na sua imensa maioria, não se vêem ainda como classe independente com um papel histórico a desempenhar, nem por isso deixam de ser, objectivamente e do ponto de vista científico, proletários.

Caberá justamente ao socialismo integrar o movimento operário para, no seu interior, despertar e cultivar a consciência de classe[65].»

Seja. Mas se se admitir que as classes sociais, bem como as ideologias, não se afirmam senão pela oposição a outras, verificar-se-á que, em 1957-1959, o proletariado africano se opõe a uma burguesia que não é africana, mas francesa, inglesa, belga, africânder, etc. Ora é precisamente a oposição proletariado-burguesia, no quadro do Estado nacional, que Diop procura estabelecer. Acabará, portanto, por definir o RDA como um movimento nacional sob direcção burguesa; todavia, como a influência marxista sobre o RDA dos primeiros anos é um facto inegável, Diop fará a seguinte observação: «Aliar a direcção burguesa e o método científico marxista revelava-se tarefa demasiado árdua.»

Mas pretender que a direcção do RDA representava a burguesia da África Negra envolve uma afirmação que exigiria pelo menos provas. (Salvo no caso pessoal de Houphouët.) Quanto ao método científico marxista, outras passagens da obra mostram que se trata da versão que lhe foi dada por Staline, na introdução filosófica à famosa *História do Partido Comunista Bolchevique*[66] de 1938. Imbuído das certezas stalinistas, Diop pode proclamar que «a nossa tarefa consiste apenas em introduzi-lo [este método] junto das massas, dá-lo a conhecer»[67]. A fé stalinista de Diop vai voltar a manifestar-se num

[65] *Op. cit.*, p. 105. Citação seguinte, p. 226.

[66] Que, diga-se de passagem, era sobretudo a adaptação, necessária devido aos processos de Moscovo e à grande purga, de uma história anterior, obra de Yaroslavsky (desaparecido também durante a grande purga) e publicada em numerosas línguas em 1928. A propósito da influência deste texto de Staline, publicado separadamente com o título: *Matérialisme dialectique et matérialisme historique*, Samba Seytane (*Partisans*, n.º 29-30, p. 46) faz a mesma observação que eu.

[67] *Op. cit.*, p. 153.

livro mais recente, *Classes et idéologies de classe au Sénégal*[68], em que o autor retoma por sua conta os qualificativos habituais contra Trotsky, representante de «uma corrente hostil ao leninismo e ao marxismo», «rebento abortado», ao mesmo tempo que denuncia, nas teorias de Abdoulaye Ly, fundador do PRA (Parti de la Renaissance Africaine), uma inspiração vinda de Trotsky, mas também de Bukharine e Rykov (influências, no entanto, dificilmente compatíveis, a menos que se acredite ainda na amálgama operada pelos processos).

A análise social do programa do PAI (1962)

O livro de M. Diop, publicado em 1949, isto é, depois da independência da Guiné, continha, portanto:

a) A afirmação da existência de classes na África e o imperativo da utilização do método marxista;
b) A afirmação da necessidade de partidos comunistas em África.

Em 1962, o PAI realizou um Congresso — o único até esta data — em que adoptou um programa mais pormenorizado[69].

Encontramos neste programa uma tentativa de análise da sociedade africana, que merece atenção. Antes do mais, enumeram-se as particularidades locais: «A persistência das estruturas comunitárias, a persistência do carácter patriarcal do escravismo, as diferentes variedades de transição entre o

[68] Publicado em Março de 1964 (Edições do Comité Central). As passagens citadas encontram-se a pp. 113-114 e 89. Outras passagens (pp. 82-85) traem também o dogmatismo de um período ultrapassado.

[69] A brochura publicada com o título *Premier Congrès du P. A. I.* (s.l.n.d., provavelmente Bamako, 1962) inclui o relatório de Majhemout Diop, o programa e as resoluções, assim como algumas mensagens ao Congresso. Não contém, infelizmente, qualquer indicação sobre as outras intervenções e a discussão geral.

sistema capitalista e todos os sistemas anteriores, a coexistência e imbricação dos diferentes sistemas, o carácter complexo do capitalismo africano (desenvolvimento do proletariado na base de um capital sobretudo estrangeiro: imperialistas, *compradores* gregos, líbano-sírios, hindus, etc., e subsequente fraqueza da burguesia africana, carácter burocrático e parlamentarista da fracção governante dessa burguesia, que, artificialmente criada pelo imperialismo a que ligou a sua sorte, se distingue pela sua total ausência de consciência nacional) [...].»

Deixemos de parte as críticas de pormenor. O que nos desilude é o facto de nos ser fornecida apenas uma enumeração e não uma análise. Esta enumeração justapõe, sem procurar distingui-los nem assinalar as suas relações, elementos tradicionais e outros que são resultado do colonialismo. Mas as particularidades locais são, diz o programa, «leis secundárias», que não se devem confundir com as «leis fundamentais». Vejamos, portanto, o que é fundamental.

«O resultado da implantação gradual do sistema capitalista é a reestruturação da sociedade africana. Assim, além das antigas classes específicas das sociedades pré-capitalistas (camponeses, senhores feudais, artífices), coexistem novas classes (proletariado urbano e rural, pequena burguesia, burguesia). No entanto, a burguesia que está no poder, porque criação artificial e recente do imperialismo francês, não dissociou ainda completamente a sua sorte da do imperialismo. Quando devia ser, pelo menos, potencialmente nacionalista na sua fase actual, tem, pelo contrário, devido a uma contradição curiosa, mas lógica, um certo carácter apátrida. Mas nas novas condições de independência política desenvolve-se rapidamente uma outra burguesia, industrial, comerciante e mais ou menos imbricada na precedente. Isto pode levar a uma divisão na burguesia e ao aparecimento de uma fracção nacionalista consequente. Este processo está a desenrolar-se ante os nossos olhos. É uma maturação, nas nossas condições, da burguesia. O proletariado, o campesinato, a pequena burguesia urbana, a burguesia

nacional (industrial ou comerciante) e os elementos patriotas, que pertencem às outras camadas da população, são dominados e explorados em diversos graus pelo imperialismo estrangeiro.»

Esta comunidade não suprime, no entanto, as contradições e a exploração dos trabalhadores «pelos capitalistas autóctones da cidade e do campo». Desde logo, «a aliança das diversas classes e camadas sociais só pode manter-se e consolidar-se, para além da libertação nacional, com base na predominância dos superiores interesses da pátria, que se identificam com os da imensa maioria, sobre os interesses restritos e egoístas da minoria». As contradições são, portanto, uma vez mais, levantadas através de uma referência à ética. A referência ao interesse da maioria, que vem dar uma coloração mais materialista ao absoluto moral, não chega para modificar tudo. Mas o que choca, sobretudo, é menos a insistência do parágrafo seguinte «no papel preponderante da classe operária», o que para um partido marxista-leninista é natural, do que a vontade obstinada de encontrar uma burguesia capitalista do tipo ocidental e capaz de representar e assegurar a unidade nacional, a exemplo das burguesias europeias do século passado. As «particularidades» dos grupos sociais classificados aqui sob a rubrica da burguesia (e enquanto podemos escolher entre duas burguesias) terão sido afastadas, porque «secundárias»? Mas é esse carácter «secundário» que torna possível o neocolonialismo, que, de resto, o PAI denuncia.

Quanto aos operários, ficamos a saber que devem liquidar a ideologia «da pequena burguesia que se desenvolveu no seu interior» [esperança de se reclassificarem, na sociedade africana, modificando a sua natureza proletária e tornando-se proprietários pequeno-burgueses ou burgueses]. Eis um facto novo e não tão «secundário» como isso: já vimos que o campesinato não é a comunidade idílica de Senghor, nem exactamente o campesinato de pequenos proprietários individuais do século XX europeu, ou tão-pouco uma massa de assalariados agrícolas de uma agricultura capitalista. Somos levados a entre-

ver agora que o proletariado africano não é exactamente o proletariado das grandes fábricas e cidades europeias. Será isto secundário? Quanto ao campesinato, é tratado em bloco, uma vez adornado com o epíteto «laborioso». E o PAI, partido do proletariado, é também «o partido que pode agrupar, no seu interior, os elementos de vanguarda de toda a sociedade africana (camponeses, pequeno-burgueses, burgueses, etc.) que aceitem o seu programa e a sua doutrina». A continuação do texto põe efectivamente a tónica na formação de uma frente nacional visando à realização de um programa democrático e nacional, sendo o socialismo um programa máximo para mais tarde. Como será possível esta frente, quando o neocolonialismo tem origem e se apoia em certas forças sociais chamadas a constituí-la, é uma questão que o programa não resolve, mas que a história decidiu: se não foi possível formar esta frente — que, sob muitos aspectos, teria, sem dúvida, um conteúdo mais nacionalista do que nacional —, é porque a sua ideia não tinha em conta a natureza própria do neocolonialismo, mas inspirava-se, sobretudo, numa linha geral colhida da declaração de 1960 dos 81 partidos operários e comunistas[70]. As reivindicações imediatas do programa democrático nem por isso são menos interessantes. A propósito do campesinato, encontramos indicações concretas. Reclama-se, com efeito, «a supressão imediata de todas as dívidas anteriores, a proibição de empréstimos a juros usurários e a criação de uma legislação que condene severamente a usura [...] a supressão imediata de todos os dízimos e foros nos locais em que prevaleçam». Existe, portanto, uma exploração usurária do campesinato, de que até aqui não se tinha falado, e também formas de exploração de tipo feudal. É um ponto

70 No que diz respeito a esta declaração, cf.: «Os problemas urgentes do renascimento nacional [...] só podem ser resolvidos se se combaterem energicamente o imperialismo e as sobrevivências feudais, agrupando numa frente nacional e democrática unida todas as forças patrióticas da nação.» (*Nouvelle Revue Internationale*, 1960, n.º 12, p. 184.)

importante, tanto ao nível dos camponeses como no que diz respeito à acumulação da riqueza pelas camadas superiores. A usura grassa também num país como o Ghana, onde se fala disso um pouco mais — foram mesmo elaboradas leis para limitar as taxas de juro, mas sem grandes resultados —, mas ainda assim não o suficiente. Embora o programa seja bastante pormenorizado no capítulo das liberdades políticas e sindicais, das reivindicações operárias, do equipamento social, etc., em contrapartida, quando se trata do desenvolvimento económico, torna-se muito mais vago e, sobretudo, contém parágrafos já lidos noutros lugares: repetições, nem mais nem menos, de textos soviéticos[71].

Sendo o que é, este documento tem o mérito de existir. Ao mesmo tempo, este esforço para construir um verdadeiro programa, num momento em que se estava de acordo para censurar partidos como o PDG por não o terem, permitiu evidenciar as dificuldades da tarefa. Ressalta que o valor global de um programa depende, em última instância, da análise da sociedade africana de que parte e do seu rigor. Caso contrário, continuará a ter a utilidade de ter chamado a atenção para reivindicações precisas, mas não conseguirá ser um conjunto coerente, com força de preensão sobre a realidade.

As classes no Senegal analisadas por Majhemout Diop (1964)

Aliás, Majhemout Diop, depois do congresso, sentiu necessidade de retomar esta análise no seu livro de 1964. Desta vez, a análise da questão camponesa é levada mais longe: «A terra cultivada só muito raramente é propriedadede

71 A título de exemplo: «É necessário manter uma relação judiciosa entre o desenvolvimento da indústria pesada e o desenvolvimento da indústria ligeira. Esta relação, aliás, não só deve ser variável, como estar em constante progressão, a fim de satisfazer as crescentes necessidades do povo em bens de consumo.» Perguntamo-nos também donde surgiu a ideia de criar «o título de marechal do exército popular senegalês» (parágrafo 25): imitação da URSS?

de quem a cultiva. É uma terra clânica, familiar ou feudal. Em princípio, a propriedade de raiz, tal como existe na Europa ou nas nossas cidades, é desconhecida [...]. Muitos camponeses pagam ainda a dízima e até o *renpecen* [ou direito feudal a metade da colheita], ou são obrigados a cultivar os campos mais esgotados ou as terras mais estéreis[72].»

Finalmente, quase todos têm dívidas, em particular na época das sementeiras; são obrigados a empréstimos, tanto para a compra de sementes como para a subsistência. No entanto, o autor fala pouco dos usurários. Em contrapartida, observa que os camponeses «são obrigados a empenhar as jóias das mulheres, os utensílios agrícolas ou a mobília». É a segunda vez que nos encontramos com estas jóias (de ouro, evidentemente), evocadas já por Sékou Touré. Mas, mais adiante, ficamos a saber, incidentalmente, através de uma nota sobre os horticultores, que existem títulos fundiários e certificados administrativos de ocupação, enquanto outros indivíduos «cultivam em regime consuetudinário terrenos que lhes não pertenciam», e outros ainda «alugam terrenos». A quem? O livro dedica um capítulo aos proprietários de terras. Alguns deles são o que resta da feudalidade militar; neste caso, parece tratar-se realmente dos restos das estruturas semifeudais pré-coloniais estudadas pelo autor noutro capítulo, onde vemos a nobreza conquistadora repartir as terras e receber rendas (em espécie, antes da colonização) de terras que, teoricamente, continuavam a ser propriedade comum. Deixando de parte os proprietários imobiliários das cidades, encontramos em seguida os morabitos, cujas quatro seitas agrupam, segundo os números aqui apresentados, mais de 1 100 000 senegaleses, essencialmente camponeses. O autor toma a defesa desta categoria de proprietários, o que nos surpreende um pouco[73]. Faz intervir a psicologia religiosa para mostrar que os fiéis (ou *talibés*) dos morabitos, que cultivam

[72] *Classes et idéologies de classe au Sénégal*, 1964, pp. 18 e 19.

[73] Tal facto deve-se provavelmente a razões de oportunidade política.

os campos de amendoim da seita e dos seus chefes gratuitamente, não o fazem por a isso serem obrigados: mas o acto de fé em questão em nada modifica a existência desta espécie de feudalismo religioso, a que Senghor, sem outras precauções, chamou socialista. A descrição da miséria do proletariado urbano tem como objectivo rejeitar a tese de Fanon, muitas vezes repetida, segundo a qual o proletariado nos países subdesenvolvidos seria já uma camada privilegiada, ao contrário do campesinato. Mas o que importa reter é a sua importância numérica, relativamente elevada para uma ex-colónia francesa, e a sua concentração. Em contrapartida, o livro dá poucas indicações sobre os laços actualmente existentes entre o proletariado e o campesinato. Quanto à classe dirigente, esta continua dividida em duas fracções. Em primeiro lugar, há uma burguesia industrial, cuja fraqueza se verifica («pode, pois, dizer-se sem exagero que os senegaleses são praticamente inexistentes na indústria do país»), proclamando-se ao mesmo tempo a certeza de que este grupo se pode tornar uma verdadeira burguesia nacional, por outras palavras, levantar-se contra o neocolonialismo. Sente-se a persistência de um esquema antigo. Resta a chamada burguesia parlamentarista e burocrática, quer dizer, a camada política dirigente. Mas qual é a sua parte na economia do país? Especulação imobiliária nas cidades, compra de terras camponesas (e provavelmente anexação pura e simples), empresas comerciais e participação nas grandes companhias estrangeiras. Mas, por outro lado, esta camada pratica o nepotismo — isto é, prolonga as tradições da família extensa, aproveitando as possibilidades acrescidas pelo exercício do poder, o que o autor não refere — e, longe de assegurar uma acumulação capitalista clássica, compraz-se em despesas de prestígio e no luxo. Estas duas últimas características obrigam a pôr em questão o próprio termo

Diop não pensa ser possível actualmente provocar alterações sérias no Senegal sem a aliança dos morabitos. Mas Senghor soube manter a sua aliança com eles...

«burguesia». De facto, por um lado, as possibilidades de enriquecimento deste grupo dependem do capitalismo estrangeiro e da protecção política do Estado suserano, neste caso a França, e, por outro lado, o grupo não consegue desligar-se de tradições que se opõem a que possa acumular e investir racionalmente. Assim, será verdade que as duas burguesias são de natureza radicalmente diferente? As tímidas tentativas do capitalismo nacional defrontam-se com a resistência do capitalismo estrangeiro e não podem expandir-se senão nos sectores onde essa resistência não existe (transportes internos, alguns sectores do comércio), enquanto, com toda a verosimilhança, se defrontam, também, com o peso das tradições. A questão continua de pé: poderá constituir-se uma burguesia nacional num país neocolonizado? Ficamos tanto mais surpreendidos com o silêncio de Diop a este respeito quanto o livro de Fanon, *Les Damnés de la terre*, que negava categoricamente esta possibilidade (e neste ponto tinha razão), fora publicado no fim de 1961 e lido com interesse por membros do PAI[74]. Naturalmente, há ainda os diversos elementos da pequena burguesia (artífices tradicionais ou modernos, comerciantes, etc.).

Que conclusões vão ser extraídas desta análise? Para além da apologia da ciência do marxismo-leninismo, que «não precisa de ser reinventado», encontramos uma outra, que é a seguinte: «No Senegal, o futuro não pertence a uma coligação de muçulmanos e cristãos [tradução: de Senghor e dos morabitos] contra os patriotas; pertence, como no passado, a uma sólida aliança entre os morabitos e os outros patriotas, contra os exploradores estrangeiros e os seus agentes[75].»

Esta conclusão pressupõe que a actual camada dirigente senegalesa não passa de um punhado de homens isolados,

[74] No princípio de 1962, o livro começou a aparecer em folhetim no jornal guineense *Horoya*. Tinha, no entanto, sido amputado de algumas vigorosas passagens sobre as novas elites dos países colonizados e a burguesia nacional...

[75] *Op. cit.*, p. 30.

seguidos apenas por massas «iludidas», e que todo o resto da sociedade senegalesa pode formar um bloco contra esse punhado de exploradores e levantar-se, ao mesmo tempo, contra a dominação neocolonialista. De facto, esta análise, mais profunda do que a do programa de 1962, não leva o autor a apresentar perspectivas diferentes das desse programa, reeditado em apêndice. Diop não considera o facto de o fenómeno neocolonialista se ter apoiado numa relação de forças das classes senegalesas, que o capitalismo estrangeiro explorou mas que, em todo o caso, não pôde criar inteiramente apenas pelas próprias forças. Curiosamente, o autor não mostra, a não ser casualmente, o que pode ser o peso das tradições na sociedade actual, quando um dos capítulos mais apaixonantes do seu livro é aquele em que estuda o desenvolvimento da sociedade senegalesa e denuncia os elementos escravistas e semifeudais do passado nacional.

Todavia, embora se possa discordar desta ou daquela perspectiva do autor[76], este livro nem por isso deixa de constituir um facto novo pela sua mera existência, pois representa um primeiro passo no sentido de se renunciar à construção ideológica — muitas vezes imposta, de boa vontade o reconheço, pelas exigências prementes do combate político — e de iniciar o estudo científico e metódico da realidade socioeconómica da África de hoje. O caminho do marxismo em

[76] Suret-Canale, na sua apreciação, in *La Pensée*, n.º 124, Dezembro de 1965, formula uma crítica interessante sobre a parte histórica do livro: «O próprio autor aponta, naquilo que considera a 'sociedade feudal', a persistência de relações patriarcais e escravistas. Pela minha parte, considero que essa persistência não é um pormenor secundário, mas um dado essencial, e que a sociedade africana pré-colonial não releva nem do modo de produção escravista nem de modo de produção feudal, mas de uma forma original daquilo a que Marx chamou modo de produção asiático.» Convém notar que, na sua exposição sobre a classe operária no Senegal, apresentada no Seminário do Cairo de Outubro de 1965 e publicada in *Nouvelle Revue Internationale*, 1967, n.º 1, Majhemout Diop teve em conta várias críticas que lhe tinham sido dirigidas: abordou a influência das tradições (familiares e étnicas) no proletariado e renunciou a distinguir de um modo rígido as duas burguesias.

África tem de passar por aí, sob pena de não ser mais do que uma forma suplementar da imaginação ideológica. E sob este aspecto o estudo científico do presente não se separa do estudo do passado, do estudo das origens e das tradições.

Verificá-lo é dizer que o marxismo, contrariamente ao que fora possível pensar antes das independências, não podia oferecer à África mais do que contém. Quero dizer que o marxismo não é uma grelha prefabricada que se pode aplicar ao continente negro para o decifrar instantaneamente; mas que ele próprio, na base do seu método e dos seus princípios, tem de ser repensado e recriado de acordo com as condições da África. É um trabalho árduo e longo, para o qual os marxistas dos outros países não foram capazes de dar aos seus camaradas africanos nenhum outro apoio que não seja o de os terem posto em contacto com os «clássicos» e o da experiência da sua própria prática. É ainda dizer que não podemos limitar-nos ao estudo da obra dos autores que se reclamam aberta e exclusivamente do marxismo-leninismo e que a reflexão teórica daqueles que, sem reivindicarem esse título, põem em prática na sua obra política a mesma doutrina merece igual atenção. Tenho em mente Nkrumah e Sékou Touré, em especial, e também Amílcar Cabral.

Experiências e teorias socialistas: Ghana, Guiné, Mali

Até aqui, ao examinarmos a tendência socialismo africano, os aspectos «modernistas» de representantes de outras tendências e, por fim, a tendência exclusivamente marxista, tropeçámos constantemente num problema obcecante: as actuais sociedades africanas serão sociedades de classe — pondo, evidentemente, de parte a burguesia estrangeira? E, se a resposta for positiva, quais são as classes da sociedade africana e quais as suas relações?

O problema urgente: o do desenvolvimento

Mas estas questões, fundamentais para qualquer marxista, só assumem toda a sua acuidade na África independente. Por isso mesmo, as respostas que lhes são dadas determinam em grande medida as respostas à questão mais urgente: como e por que via assegurar o mais rapidamente possível o desenvolvimento económico dos países subdesenvolvidos da África Negra? O problema que na Europa Ocidental passa actualmente para primeiro plano, o da democracia socialista — isto é, o equivalente actual do poder dos sovietes —, não surge nestes países a não ser posteriormente e ainda encoberto por preocupações mais prementes. Portanto, destas três ordens de problemas: as classes em África, a democracia socialista e o desenvolvimento económico, no debate real, no dia-a-dia, é o último que se impõe em primeiro lugar à consciência e que, em última análise, determina tudo o resto. A marcha da história e a acumulação das dificuldades farão pouco a pouco reaparecer a íntima ligação entre estes três aspectos. Equivale a dizer que, para além de todas as criações ideológicas, se mantém um acordo profundo e inconfessado sobre a urgência de garantir, de uma maneira ou de outra, a liquidação do subdesenvolvimento: o socialismo africano e os diversos representantes da demagogia cultural nunca foram até ao ponto de pretenderem construir uma economia africana de acordo com a sua visão idealizada da tradição. Tal como os outros, admitem que os países africanos devem adquirir uma infra-estrutura económica e social própria do século XX industrial e recuperar o seu atraso do ponto de vista do desenvolvimento das forças produtivas. Verdades banais. Mas é preciso prestar atenção ao próprio termo de subdesenvolvimento: o seu emprego, geralmente admitido, apesar de algumas variantes de vocabulário[77], significa que se toma como termo de com-

[77] Em inglês fala-se de preferência de países «em via de desenvolvimento»; em francês, Sékou Touré sugeriu a expressão, que não teve êxito, «países não

paração a civilização industrial, seja a dos países ocidentais ou a dos países socialistas europeus, na medida em que em ambos os casos se verifica a utilização da mesma tecnologia e a mesma vontade de afirmar o poder do trabalho humano sobre a natureza. O confronto dos dois regimes, visto de África, é o confronto de dois tipos de vias de desenvolvimento, e trata-se de escolher aquele que se revelar localmente, num contexto diferente, mais fácil de aplicar, e que no seu contexto próprio tenha dado provas da sua capacidade para atingir em prazos mais breves o objectivo desejado. A comparação prossegue finalmente ao nível dos custos e sacrifícios exigidos por uma ou por outra dessas vias. Declarar que se opta pelo socialismo contra o capitalismo é declarar que em África a via socialista é mais rápida e mais facilmente praticável[78] para eliminar o subdesenvolvimento. Portanto, comunocrática, comunalista ou não, a África de hoje, como reconhecem implicitamente todos os seus dirigentes e pensadores sem qualquer excepção, tem necessidades, já experimentadas como tais, que são fundamentalmente as mesmas que as dos povos dos países industrializados: a África sente necessidade de estradas, transportes rápidos, postos de TSF, habitações, hospitais, escolas, uma alimentação mais variada — necessidades cuja satisfação exige ou a industrialização nacional ou a dependência em relação a um país industrial. Ora, ninguém pode fazer a apologia da

desenvolvidos». Estes cambiantes de léxico não alteram nada: trata-se sempre de um mesmo e único tipo de desenvolvimento.

78 Foi o que o responsável guineense pela juventude, Tibou Tounkara, explicou aos alunos do liceu de Conakry, num dia de Maio de 1959; acentuou que, embora a Guiné devesse escolher a sua via, com total independência, nem por isso era menos legítimo e necessário aproveitar as experiências dos outros países, e em particular daqueles que, como no caso da URSS, tinham partido de uma situação de desenvolvimento sob certos aspectos semelhante e a tinham eliminado, graças ao seu próprio esforço e nos prazos mais curtos. (Mencionou também a experiência israelita e a reconstrução da França após a Libertação, quando os comunistas faziam parte do governo.) Trata-se de um texto não publicado.

dependência entre povos que acabam de se libertar da colonização (salvo Ankrah ou Tsiranana, talvez). Mas as necessidades de produtos da indústria moderna são, por toda a parte e sempre, imperiosas. O facto de essas exigências surgirem numa sociedade cuja estrutura e cuja cultura autóctone não são comparáveis às das sociedades industriais, tanto capitalistas como socialistas, complica enormemente a busca da solução, mas não atenua em nada os dados iniciais — nem mesmo, segundo tudo leva a crer, na Tanzânia.

O fundo da questão revelado por um romancista

A partir daí compreendemos melhor o que significa para Nkrumah o socialismo científico; não o poder dos sovietes, ou pelo menos não imediatamente, mas simplesmente a segunda parte da fórmula de Lenine: a electrificação do país, prova e símbolo do seu desenvolvimento. Há uma passagem fundamental do romance de Peter Abrahams *Une couronne pour Udomo*[79] que, melhor do que qualquer outro texto, o exprime cruamente. Udomo, dirigente nacionalista africano, que começou a sua acção em Londres, ascendeu ao Poder em «Panafrica», Estado autónomo e ainda não independente. Para governar, manter-se no Poder e realizar o seu programa, teve de enganar, e até sacrificar às exigências políticas, alguns dos seus amigos. Acabou por chocar com uma oposição de carácter tribal e tradicionalista. Algumas horas antes de ser assassinado, revela perante os seus inimigos todo o seu pensamento. «O nosso país tem ou, melhor, tinha três inimigos. De um

79 1956, trad. francesa, Stock, 1958. O facto de utilizar este romance como testemunho histórico não quer dizer que o reduza à categoria de romance cifrado *(roman à clef)*. A vida e a morte de Udomo não são, evidentemente, uma biografia de Nkrumah, que, por exemplo, não mandou matar amigos seus. Mas a criação romanesca, a refracção e a concentração da história real no romance revelam o sentido desta história melhor do que qualquer inquérito sociológico ou económico.

desses inimigos fiz um aliado. Mas suponhamos que há ainda três. O primeiro é o homem branco. Em seguida, vem a miséria e finalmente o passado. Estes são os nossos três inimigos. Quando cheguei, pensava não ter de enfrentar senão um inimigo: o Branco. Mas a partir do momento em que me desfiz dele, os outros inimigos surgiram-me mais fortes e perigosos do que o Branco. Em comparação com esses dois, o Branco quase parecia um aliado. Pois bem, fiz dele um aliado, que luta ao nosso lado contra a miséria. Actualmente, o Branco trabalha e constrói para nós, de maneira que aqueles que vierem depois de nós terão pão e um lar. Há agora no nosso país escolas e hospitais. Os rapazes e raparigas saem do seu torpor. Por que razão pensais que gastei tanto dinheiro a mandá-los para o estrangeiro? Porque preciso que se juntem a mim para lutar contra o nosso terceiro inimigo, o pior de todos: o passado [...]. Cumpri formalmente os ritos do *ju-ju,* participei nas cerimónias de sangue, prostrei-me perante os altares dos nossos antepassados. Agora já não tenho de o fazer. Actualmente, há já um número suficientemente grande de jovens que pôs de parte essas superstições caducas para que possa levantar-me contra tudo o que há de horrível no nosso passado. E vós, Selina, e vós, Adhebory, que outrora amei como um irmão, *vós sois o passado.* Abater-vos-ei! Sois vós que impedis a evolução da grande África. Ide: combatei-me na conferência do partido; vereis quem vencerá. Vindes tarde de mais, meus amigos. Tarde de mais[80] ...»

O romancista concentra a política real num curto espaço de tempo e usa um vocabulário impressivo, embora por vezes

80 *Op. cit.,* pp. 291-292 da trad. francesa. Talvez seja útil saber que as expressões «homem branco» e «homem negro», saídas do racismo inglês, se mantiveram na linguagem corrente dos países anglófonos, enquanto, muito naturalmente, nos países saídos da colonização francesa se diz «colonialista» ou «imperialista». Devemos igualmente lembrar que a aliança com os «Brancos», de que se fala no texto, significa o apelo aos técnicos e especialistas europeus, como se pratica por toda a África, e de maneira nenhuma uma aliança política.

aproximativo, aos olhos do político; dito isto, não deixa de ser verdade que exprime, em poucas palavras, e linha mestra do pensamento de Nkrumah e, no fundo, a linha geral da própria história. Por definição, aqueles que se encontram a braços com esta história a fazer-se e que dela são parte integrante, qualquer que seja o seu desejo de clareza, raramente estão em posição de dizer estas coisas com a liberdade e a veracidade de um escritor.

A experiência ghanesa

1 — *O programa de* Africa Must Unite

Compreende-se assim melhor que o capítulo XIV de *Africa Must Unite,* que tem por título «A construção do socialismo no Ghana», fale essencialmente de problemas de desenvolvimento material e cultural: «Decidimos, no Ghana, adoptar uma via socialista de desenvolvimento. Queremos realizar o pleno emprego, assegurar a todos uma habitação decente e a igualdade de acesso à educação e à cultura até ao grau mais elevado [...]. O que significa que o rendimento real e o nível de todos os camponeses e operários devem aumentar consideravelmente[81].»

Programa a longo prazo e imenso para um país subdesenvolvido, como Nkrumah sublinha. No entanto, embora repita um pouco mais adiante que o «socialismo assenta, antes de tudo o mais, na sua capacidade de satisfazer as necessidades do povo», mantém no horizonte a perspectiva do socialismo leninista, que não é apenas uma questão de desenvolvimento e de produção: «Não se pode falar de verdadeira democracia enquanto os meios de produção e de distribuição não tiverem passado para as mãos do povo. Só então o povo poderá

81 *Africa Must Unite,* p. 119. Nesta, como nas outras citações de Nkrumah, a tradução é minha. Citação seguinte, idem.

exercer o controle do Estado, exprimindo a sua vontade por meio de consultas sem intermediários frente ao governo[82].»

Mas ainda não chegámos a esse ponto: o Estado de momento esforça-se por associar o povo à condução dos assuntos do país, consultando-o na sua massa; e tem, ao mesmo tempo, de formar socialistas, porque é tão necessário «produzir» homens de um tipo novo como produtos de consumo ou máquinas. É necessário decifrar com a maior atenção este livro aparentemente transparente. Dizer que «o socialismo exige socialistas que o construam» seria apenas um truísmo, se essa pequena frase não tivesse outro sentido: o socialismo, no Ghana ou em qualquer outro país africano, não brota naturalmente das próprias massas, nem foi reivindicado expressamente por elas (o que foi reivindicado, para além da independência, foi a satisfação das necessidades); a opção socialista foi feita pelo núcleo dirigente, pelo Estado independente. Compete-lhe, portanto, difundir a ideologia socialista e formar os quadros socialistas de um país que se empenhou oficialmente nessa via, sem que, no entanto, a administração, os quadros e as próprias massas estejam animados da ideologia correspondente à doutrina do Estado. É o governo do Ghana — cujo presidente acumula a direcção do Estado com a do partido — que deve fabricar os socialistas de que tem necessidade, tarefa essa que vai caber ao Instituto de Formação Ideológica de Winneba, aberto em 1961. Relativamente ao marxismo e à revolução de Outubro (ou às da China, do Vietname e de Cuba)[83], há, portanto, uma extraordinária inversão da habitual sucessão das etapes. Embora o CPP cedo tenha inscrito no seu programa a palavra «socialismo» (nos primeiros

[82] *Op. cit.*, p. 129.

[83] Sob este aspecto, somos obrigados a considerar à parte o caso das democracias populares europeias nas quais, excepto na Jugoslávia e na Checoslováquia, é difícil falar de uma acção conduzida directamente pelo proletariado enquanto tal.

tempos: africano)[84], Nkrumah não considera que o partido seja já um partido socialista: também ele necessita de ser remodelado — e é revelador que o Instituto de Winneba seja uma criação do Estado, e não do partido. Não seria certamente justo generalizar as conclusões extraídas da situação ghanesa — e em geral da situação da África ex-inglesa — a todos os países africanos: na Guiné, no Mali, no Congo-Brazzaville, nos Camarões, existiam, antes da independência, núcleos marxistas que asseguraram já uma certa difusão deste pensamento. Apesar de tudo, a aspiração ao socialismo não se apresenta em parte alguma como um movimento de massa comparável ao movimento que conseguiu exigir a independência. Por toda a parte se pensa ser necessário fabricar socialistas a partir do topo[85].

Mas este é apenas um dos aspectos do papel do Estado. O programa do partido, adoptado em 1962, mostra, tal como *Africa Must Unite*, que o Estado é o único instrumento possível do desenvolvimento: «O imperialismo colonial não legou ao Ghana a acumulação privada de capital que tornou possível a revolução industrial no Ocidente. Portanto, o governo é a única entidade capaz de encontrar meios para financiar a criação dos serviços públicos e indústrias, que são as condições necessárias de uma agricultura intensiva e diversificada, de uma industrialização rápida e de uma maior produtividade[86].»

[84] Foi o «Programa para o emprego e a felicidade» adoptado no XI Congresso, em Kumasi, em Julho de 1962, que inscreveu no seu parágrafo 20 as palavras «socialismo científico» («o nkrumahísmo tem por base o socialismo científico»). Mas em 1959, num discurso pronunciado no 10.º aniversário da fundação do CPP, Nkrumah falava ainda de «socialismo africano», que a essa data era a fórmula adoptada pelo programa do partido.

[85] Na Guiné e no Mali, as escolas de quadros sindicais criadas após a independência preenchem uma função análoga à de Winneba. No Mali, a formação ideológica passa a constituir uma parte importante de todo o ensino, nomeadamente do secundário.

[86] Parágrafo 8 do programa. Parece que Nkrumah não tomou pessoalmente parte na redacção deste documento, mas fez suas todas as ideias essenciais nele expressas.

Nkrumah, retomando este tema, diz que o governo deve assumir a função de principal empresário na reconstrução nacional. E conclui: «O socialismo implica a propriedade pública dos meios de produção, e do solo e dos seus recursos, assim como a utilização desses meios para satisfazer as necessidades do povo[87].»

Neste estádio, com efeito, em que apenas é possível lançar as bases materiais de uma futura sociedade socialista — Nkrumah insistiu bem neste ponto, ao apresentar, ao parlamento ghanês, em 11 de Março de 1964, o plano septenial[88] —, a base e a garantia desta orientação não residem ainda na propriedade colectiva dos meios de produção, mas na propriedade estatal desses meios. E é necessário acrescentar que, na maior parte dos casos, o Estado não pode apropriar-se de fábricas já existentes, tendo de financiar a sua construção e arranque. Não admira que posteriormente um economista africano tenha simplificado a fórmula de Nkrumah, para lhe dar uma expressão que adere à realidade, mas modifica a habitual concepção de socialismo: «A teoria política do consciencismo exige, pois, o controle colectivo (isto é, estatal) dos meios de produção. Portanto, o socialismo[89].»

Aqui, propriedade colectiva e propriedade estatal confundem-se, portanto — o que Nkrumah evita fazer. Na prática, temos de reconhecer que via socialista e propriedade estatal dos meios de produção, de momento, são em África uma e a mesma coisa. O que convém igualmente sublinhar na fórmula de Nkrumah é o facto de esta introduzir, sem insistir

87 *Op. cit.*, p. 119.

88 Cf: «O socialismo não passará de uma palavra de ordem enquanto não tiver sido efectuada a industrialização [...] [O plano de 7 anos] é um elemento do processo, através do qual esperamos transformar o Ghana num país socialista. [...]»

89 S. G. Ikoku: «Sobre a aplicação do Consciencismo no Ghana e em África», in *Launching Consciencism*, University of Ghana, s. d. (= Abril de 1964), p. 37. É o texto de uma conferência feita na Universidade de Legon, perto de Accra, em 2 de Abril de 1964.

muito nisso, a ideia da nacionalização do solo, quando a terra no Ghana é, em teoria e até certo ponto na prática, propriedade dos «tronos», isto é, das chefaturas, que a Constituição conservou. Esta ideia, no entanto, não se encontra no programa de Kumasi, nem no plano septenial, mas a criação de quintas estatais de jovens camponeses[90] é sua consequência lógica.

Contudo, na sua aplicação, estes princípios claros e nítidos vão complicar-se e mesmo diluir-se um pouco. Efectivamente, o programa de Kumasi, depois de ter insistido no papel do Estado, indica que a economia nacional deve compreender cinco sectores: sector público, sector privado estrangeiro, sector misto (Estado e capital privado estrangeiro), sector cooperativo e sector privado ghanês. Relativamente a este último, voluntariamente relegado para o último lugar, especifica-se que abrange apenas pequenas empresas e na condição de os patrões ghaneses não serem testas-de-ferro dos interesses estrangeiros. No seu discurso sobre o plano, Nkrumah declarava: «Decidimos que, durante um certo tempo, a economia ghanesa continuará a ser uma economia mista, em que os fortes

90 A Liga dos Jovens Camponeses agrupava, a partir de 1962, jovens trabalhadores sem emprego, rapazes e raparigas da cidade e do campo. A organização punha à sua disposição terra — obtida em princípio por concessão dos chefes locais, mas de facto por uma decisão do Estado —, utensílios ligeiros, materiais para a construção dos seus alojamentos e auxílio técnico. As equipes de jovens camponeses tinham que desbravar o terreno, cultivá-lo, construir edifícios e, depois, explorar cooperativamente as suas unidades. Posteriormente, reembolsariam os empréstimos do Estado. Num país que não tem falta de terras cultiváveis, mas com escassez de empregos, a ideia era interessante e mais fácil de pôr em prática do que as quintas do Estado, que a burocracia cedo começou a explorar. Mas esta tentativa chocou com uma resistência surda e eficaz. No total, a Liga apenas conseguiu criar 2500 empregos, quando tinha milhares de pedidos à espera. Organizações como o Conselho Camponês do Ghana *(Ghana Farmers Council)*, que era uma verdadeira burocracia, fizeram toda a obstrução possível, limitando ao máximo os créditos da Liga. Convém notar que na Guiné, desde o início da independência, há uma lei que proíbe a compra e venda de terras: essa lei foi mais ou menos bem aplicada, mas indica a mesma orientação no sentido de um controle estatal do solo cultivável.

sectores público e cooperativo deverão coexistir com o sector privado. Quero sublinhar que os nossos objectivos socialistas exigem que os sectores público e cooperativo se desenvolvam a uma taxa de crescimento o mais elevada possível, em particular nos domínios de que depende fundamentalmente a economia do país.»

A orientação no sentido do socialismo mantém ainda um importante sector privado estrangeiro, é verdade: no Ghana, esse sector compreende nomeadamente as minas de ouro inglesas, as concessões florestais, a produção de manganés e de bauxite, sem contar com os grandes armazéns ingleses, as fábricas de cerveja e a fundição de alumínio prevista para Tema[91]. Mas Nkrumah e o seu grupo de planificadores querem que se institua, numa primeira etape, uma competição pacífica entre o desenvolvimento nacional e o sector privado: as novas empresas vão ser estatais (barragem e central eléctrica do Volta, fábricas de têxteis, fundição de ouro, fábricas de chocolates) ou mistas (fábricas de sabões, refinaria de petróleo). Esta concepção, por pacífica que seja, não deixa de envolver um confronto inevitável entre os interesses estrangeiros — aos

91 No momento da elaboração do plano, esse sector capitalista estrangeiro conserva o controle da economia do país. O programa de Kumasi dizia sem ambiguidades: «O comércio e a indústria do Ghana dependem ainda em grande medida dos interesses monopolistas estrangeiros» (parágrafo 35). É fácil verificar que, à parte o cacau e os diamantes (cujos lucros são diminuídos pelo contrabando), o resto das exportações depende do capital estrangeiro. Quanto à fundição de alumínio de Tema, investimento da sociedade americana Kaiser, constituiu uma contrapartida, praticamente obrigatória, do financiamento da barragem do Volta, ou pelo menos de uma parte importante deste investimento, pelo Banco Internacional, pela Inglaterra e pelos EUA. Noutros países, por exemplo na Guiné, a principal empresa exportadora e também principal fonte de divisas, a FRIA (bauxite e transformação em alumínio), continua a ser um enclave estrangeiro. Os últimos acordos vieram criar em Boké uma réplica mais exclusivamente americana da FRIA. No Mali, em contrapartida, tal não aconteceu: os recursos do país não interessavam o capital estrangeiro. Na Tanzânia, o sisal, principal produto de exportação, é ainda explorado e tratado por companhias estrangeiras.

quais se pede que se conformem com leis e planos que exigem o reinvestimento no país de uma parte dos lucros — e os interesses do Estado. Apesar de todas as precauções tomadas, o confronto é igualmente inevitável com o sector privado ghanês. «Encorajar o crescimento de um capitalismo ghanês seria levantar um obstáculo à marcha para o socialismo», continua Nkrumah no mesmo discurso. Mas faz algumas distinções: as pequenas empresas capazes de fazer aumentar a produção nacional são bem-vindas. Em contrapartida, os homens de negócios, que se consagram à «compra e revenda a preços elevados de bens de consumo, como o peixe e outros produtos alimentares», são condenados, bem como aqueles que formam sociedades comerciais que mais não são do que máscaras de sociedades estrangeiras. São igualmente condenados os usurários ghaneses[92]. Por outras palavras, as actividades capitalistas mais lucrativas para uma burguesia, cujos capitais, monstruosos aos olhos do povo miúdo que odeia esses homens, continuam, porém, a ser insuficientes e irrisórios em relação ao que exigem os investimentos produtivos da indústria moderna. A esta classe, que é política e economicamente fraca, pede-se, portanto, que se separe do capital estrangeiro, com o qual, ao seu nível próprio, pode fazer negócios rendíveis, e se dedique a actividades produtivas, cuja taxa de lucro é muito mais baixa do que a das actividades comerciais (incluindo certos tipos de transportes locais), que prefere. Da mesma maneira, apela-se para a iniciativa e produtividade dos agricultores individuais, ao mesmo tempo que estes são postos a competir com as herdades estatais e as cooperativas. Mas será possível garantir que estes agricultores individuais — e sobretudo os que vivem do cacau, de que tudo depende no

92 Com o Senegal, temos, portanto, dois países africanos em que se verifica a importância da usura. Em Accra, os juros atingiam correntemente taxas da ordem dos 20 % a 24 %; entre as causas do recurso aos usurários contavam-se o pagamento de dotes, as cerimónias obrigatórias dos baptizados e enterros, etc.

Ghana — renunciem à lei que quer que o pequeno produtor procure enriquecer e que a sua classe faça avançar constantemente o capitalismo? E não é tudo: se o Ghana socialista tem falta de socialistas, onde encontrar as barreiras que impeçam os directores e administradores das empresas do Estado de utilizarem o seu poder para benefício próprio e não do Estado? Na melhor das hipóteses, se os dirigentes se mantiverem honestos, o desenvolvimento dependerá, apesar de tudo, das qualidades individuais de uma burocracia[93], de uma camada que se coloca acima da sociedade. E, nestas condições, como se poderá conseguir dos próprios operários que aceitem aumentar a sua produtividade sem que os salários aumentem proporcionalmente e que esperem até que o aumento de produtividade seja suficientemente elevado para beneficiarem dos frutos do desenvolvimento[94]? A lógica do plano septenial ghanês implica a criação, por toda a parte, das condições de uma luta de classes severa, infinitamente exacerbada: «Estamos firmemente decididos», disse Nkrumah, em 11 de Março de 1964, «a assegurar e preservar a independência económica do Ghana, de um modo que evite os antagonismos sociais resultantes da desigual repartição do poderio económico.»

Certamente, e essa foi a vontade comum dos planificadores, no Ghana, na Guiné, no Mali, no Congo-Brazzaville. Mas os antagonismos nem por isso deixam de existir.

2 — *Dificuldades inesperadas do planeamento no Ghana*

De facto, o plano ghanês, tal como os da Guiné e do Mali, concebidos dentro de um espírito semelhante, inspira-se na mesma linha de competição pacífica da orientação traçada por Lenine no seu último relatório a um congresso do Partido Bolchevique, em 1922[95]. Mas Lenine não enfrentava uma presença económica estrangeira dominando o país: reservava a possibilidade de concessões e empréstimos, mas essa eventualidade não se materializou. Em contrapartida, e tendo em conta a experiência soviética, os planificadores em África quiseram que fosse sem demora iniciada a industrialização estatal. Mas tal como devemos verificar que as perspectivas leninistas não correspondem à atormentada evolução histórica que a URSS efectivamente conheceu, este precedente em nada diminui a originalidade das aventuras africanas nem o facto de os dirigentes «radicais» terem sido forçados a lançar-se em empreendimentos de que não existiam modelos.

Este audacioso empreendimento, portanto, significa uma luta de classes relativamente pacífica, à escala do país considerado e à escala internacional, frente ao capital privado estrangeiro. Voltemos a Nkrumah. Em todas as passagens citadas, fala do povo em geral e dá a impressão de que este forma um bloco, enquanto as distinções feitas nos pormenores da exposição parecem referir-se apenas a categorias profissionais, e não a classes. O programa e o próprio Nkrumah têm o cuidado de prever formas de controle operário e a criação de comissões paritárias de produção[96], e Nkrumah anunciará em

93 O termo não é necessariamente pejorativo: tirar um país do subdesenvolvimento, num prazo breve, é provavelmente impossível sem um certo grau de burocracia.

94 Cf. *Africa Must Unite*, p. 123.

95 Cf. Lenine, «Rapport Politique du Comité Central au X Congrès», 27 de Março de 1922, *Oeuvres Complètes*, t. 33, pp. 267-314. Em especial, p. 279: «Ora aqui está o que devíamos fazer em matéria de economia: triunfar na competição com um simples caixeiro, com um vulgar capitalista, com o negociante ...», p. 282: «Ou nos submetemos com sucesso a esta competição com o capital privado, ou então será o completo fracasso.» O que se passou não foi uma coisa nem outra: o capitalismo limitado da N E P e da pequena burguesia camponesa foi destruído política e fisicamente, em 1929-1930, sem que os bolcheviques tivessem precisado de ganhar a competição no plano económico.

96 Programa de Kumasi, parágrafos 117 e 118 («Participação dos trabalhadores na gestão das empresas») e *Africa Must Unite*, p. 129, já citada. Discurso de Nkrumah de 11 de Março de 1964: «No sector estatal da nossa economia os trabalhadores terão todas as possibilidades de participarem na elaboração

breve, em 1964 e 1965, a devolução aos trabalhadores de certas fábricas do Estado. De facto, nada se modificará. Convidados a transformarem-se em escolas de civismo, a serem os promotores e capatazes da produtividade, os sindicatos depressa se esquecem de tomar em mãos a defesa dos trabalhadores do sector privado, estrangeiro ou ghanês e, por maioria de razão, de defender os trabalhadores do sector estatal contra os abusos de poder da burocracia.

3 — *As fórmulas do* Consciencism

Nkrumah tentou dar uma resposta a estas questões urgentes, num livro geralmente mal compreendido fora do Ghana, e deve dizer-se que de leitura difícil: *Consciencism*[97]. A obra é, antes do mais, uma defesa do materialismo dialéctico; contra os Africanos, incluindo os membros do seu círculo, que objectavam que o ateísmo marxista tornava o marxismo inaceitável em África, Nkrumah quer demonstrar que o ateísmo não é uma condição *sine qua non* da adesão ao marxismo, ou pelo menos ao materialismo (p. 84). Por outro lado, pretende mostrar que o conteúdo essencial do socialismo, a afirmação do igualitarismo, longe de se opor às tradições socioculturais africanas, é pelo contrário o seu desenvolvimento e aplicação no mundo moderno. Retomando, como tinha já feito noutra ocasião, uma frase célebre do *Manifesto Comunista,* Nkrumah declara que a «filosofia do consciencismo pretende assegurar o desenvolvimento dos indivíduos, mas de maneira que as condições do desenvolvimento de todos se tornem a condição do desenvolvimento de cada indivíduo»[98]. Ora a sociedade

dos planos e na execução dos nossos projectos. [...] Ordenei que certas empresas do Estado sejam totalmente entregues aos trabalhadores que as vão administrar por sua conta e em nome do Estado.»

97 Heinemann, 1964. O livro foi publicado mais ou menos por altura do lançamento do plano septenial, do mesmo modo que a publicação de *Africa Must Unite* tinha sido feita por altura da Conferência de Adis Abeba.

98 A partir daqui foi elaborada a definição do «nkrumahísmo»,

africana a seguir à independência já não é a sociedade tradicional. «É uma nova sociedade enriquecida pelas influências islâmicas e euro-cristãs» (p. 70). O colonialismo europeu introduziu numa sociedade igualitária — ou, para corrigir o livro por meio de um artigo de 1965, numa sociedade que admitia valores morais igualitários — a perturbação resultante de elementos africanos formados para servirem de quadros coloniais, de uma espécie de pequena burguesia e, ainda, de elementos de espírito feudal e, ao mesmo tempo, ocidentalizados (p. 69). Nesta situação, enquanto, pela ausência de um capitalismo nacional, se torna possível a transição para o socialismo por via de reformas, «a prática social e política visa impedir o aparecimento e a consolidação de classes sociais» (p. 98). Para resistir ao neocolonialismo, a «acção positiva deve visar a um agrupamento de todas as forças do progresso. [...] Deve ao mesmo tempo prever as suas próprias contradições internas e impedir o seu desenvolvimento» (p. 104). Porque algumas destas forças, progressistas em relação ao neocolonialismo, têm sob outros aspectos tendências reaccionárias (idem). Porém, em 1964, não será já demasiado tarde para realizar no Ghana esta frente unida contra o neocolonialismo?

4 — *A evolução das camadas dirigentes*

No entanto, o próprio Nkrumah tinha abordado muito mais concretamente o problema das contradições internas no Livro Branco sobre os acontecimentos, ou, melhor, a crise

publicada no *Evening News,* de 17 de Março de 1964, assinada por Kodwo Addison, director do Instituto de Wimeba (e preso durante mais de um ano, depois do golpe de Estado): «O nkrumahísmo é a ideologia da África nova, independente e completamente liberta do imperialismo, organizada à escala continental, baseando-se na concepção de uma África una e unificada, extraindo a sua força da ciência e da tecnologia modernas e da convicção africana tradicional de que o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos.» A afirmação de Marx e Engels, de novo africanizada, volta a ser posta de pé pelo autor desta definição, que era S. G. Ikoku.

de 1961[99]. Nkrumah vê nela a acção de dois tipos de elementos, aqueles a que chama a «elite», membros da oposição, e, por outro lado, os arrivistas do próprio CPP, tendo-se ambos aliado na conspiração.

«Foi o colonialismo que deu origem ao aparecimento de uma pequena elite ghanesa reaccionária, formada por membros

99 *Statement by the Government on the Recent Conspiracy*, Accra, Ministry of Information and Broadcasting, on behalf of the Office of the President, 11 de Dezembro de 1961. Se bem que esta brochura de 42 páginas não seja necessariamente, na sua totalidade, da autoria de Nkrumah, reconhece-se facilmente o seu estilo e o seu pensamento em todas as passagens essenciais, em tudo o que diz respeito aos problemas ideológicos. Quanto à análise da crise de 1961, parece-me conveniente completar o quadro fornecido pelo Livro Branco. A crise surgiu no início do mês de Setembro de 1961, quando Nkrumah se encontrava na URSS. A 8 de Abril de 1961, no seu célebre «discurso da madrugada» (Dawn Broadcast), Nkrumah tinha anunciado medidas contra a corrupção que iriam até ao escalão governamental. Ora as esperanças nascidas depois deste discurso tinham sido frustradas: nenhuma personagem importante tinha ainda sido atingida por essas medidas. O povo de Accra que tinha inventado a palavra de ordem «One man, one car» (deve entender-se: não mais do que um automóvel por pessoa), pagava mais do que ganhava. Além disso, o orçamento, votado em Julho, tinha criado um sistema de poupança obrigatória (abolido em 1964) que atingia igualmente os trabalhadores, salvo os que recebiam salários muito baixos. Em Setembro, a greve que estalou em Takoradi exprimia um mal-estar real; e responsáveis sindicais que não pertenciam à oposição associaram-se a ela. A greve estendeu-se aos caminhos de ferro e aos transportes urbanos e paralisou Accra durante um dia ou dois. Foi esta situação que a oposição, dirigida por Danquah, se esforçou por explorar desde o início. Entretanto, na rádio, o ministro da Informação chamava aos grevistas canalhas e gatunos. Só depois do regresso de Nkrumah voltou a calma; mas foi também no seu regresso que este demitiu finalmente alguns dos ministros mais notoriamente corruptos e pró-ocidentais: Gbedemah, Botsio e Ayeh-Kumi. Durante as semanas seguintes, registou-se uma tentativa de organização de acções terroristas, a que o governo rapidamente pôs termo, readquirindo a sua popularidade. A crise teve lugar, deve notar-se, quando a viagem aos países socialistas confirmava a viragem à esquerda, de que a demissão de Gbedemah do Ministério das Finanças fora o primeiro sinal visível. Os três elementos da conspiração — a antiga oposição, os arrivistas do CPP e os serviços estrangeiros — tinham sido realmente aqueles cuja acção o Livro Branco desmonta. Mas haviam, também eles, explorado um mal-estar real.

das profissões liberais e por agentes ou quadros superiores das grandes casas comerciais; a sua educação habituou-os a considerar todos os problemas sociais de um ponto de vista fundamentalmente colonial. Esperavam que a independência lhes permitisse calçar as botas dos dominadores coloniais, mas não pretendiam modificar um regime social de que contavam ser herdeiros» (p. 2). O CPP, pelo contrário, pretendia liquidar o colonialismo sob todas as suas formas e opor-se às tentativas neocolonialistas. A elite, por sua vez, queria apenas o Poder e, como o estabelecimento das fronteiras coloniais tinha sido arbitrário e sem qualquer relação «com as condições históricas, étnicas ou económicas», foi-lhe possível utilizar os conflitos tribais. Quanto aos conspiradores saídos das fileiras do CPP (trata-se, nada mais nada menos, de Gbedemah, ministro das Finanças até à Primavera de 1961 e um dos mais próximos colaboradores de Nkrumah antes e depois da independência, conhecido pelas suas simpatias ocidentais), a explicação é a seguinte: «Na medida em que certos membros do CPP se separaram do partido e fizeram causa comum com a elite, a motivação não é ideológica, mas de puro oportunismo. Em quase todos os países em vias de desenvolvimento surge uma situação em que alguns daqueles que tomaram parte no movimento nacional deixam de servir o partido que lhes deu o Poder e, pelo contrário, aproveitam-se das circunstâncias para enriquecer à custa do povo. Esses indivíduos, para consolidar a sua posição, tendem a aproximar-se dos interesses estrangeiros, dentro e fora do país. Não são, portanto, defensores de uma ideologia de 'direita' ou conservadora [...]. Mas, como não podem revelar as suas verdadeiras motivações, apresentam-se como políticos conservadores ou de direita, por oposição ao que chamam a tendência de esquerda no governo. Na realidade, esta pretensa política de esquerda, a que se opõem, corresponde ao programa à sombra do qual foram eleitos» (p. 3). O recente livro de Nkrumah, *Dark Days in Ghana*, apesar das tentativas

de autocrítica que contém aqui e ali[100] e da menção de elementos «burgueses», mantém-se no conjunto fiel a estas perspectivas. A existência de dois grupos distintos pelas suas origens na conspiração de 1961 e em todas as que se lhe seguiram, até ao golpe de Estado militar de 1966, é indubitável: aqueles a que Nkrumah chama a «elite», entre aspas (porque eram eles próprios que se chamavam assim), formavam, desde a época colonial, uma pequena aristocracia[101], aristocracia da cultura (inglesa, naturalmente) e da fortuna. O Ghana, bem como a Nigéria, não só foi colonizado mais tempo do que os territórios dominados pela França (excepto as feitorias do Senegal), como desenvolveu junto às costas relações continuadas com os representantes da Europa — negreiros, missionários, exploradores — muito antes da conquista: relações também económicas e culturais. Mas qual a origem da fortuna da elite? Profissões liberais, no texto citado, deve traduzir-se por advogados; e, de facto, o enorme volume de processos judiciais, envolvendo a propriedade, as vendas e a sucessão de bens imobiliários, depressa assegurou aos advogados ghaneses mais do que uma vida desafogada. Mesmo no tempo de Nkrumah, a maioria dos advogados era hostil ao regime e estava ligada à oposição dos intelectuais do tipo do Dr. Danquah[102]. Mas,

100 Nkrumah admite (pp. 65-66) que esperou demasiado da reforma da chefatura; reconhece que o tribalismo tinha ainda força, e que não podia deixar de tê-lo em conta na escolha dos seus ministros (p. 68); observa que os responsáveis se tinham mantido vigilantes em relação à oposição, mas não tinham exercido suficiente vigilância sobre os opositores que existiam no interior do CPP; explica que, nas condições da independência pacífica, tanto o CPP como o governo representavam compromissos ou coligações; finalmente, considera que o mais lamentável foi não ter conseguido assegurar uma maior difusão das ideias socialistas (p. 72).

101 Fala-se, no Ghana, dos «aristocratas» de Cape-Coast que foi, no século XIX, a capital colonial da Gold Coast (Costa do Ouro).

102 Recordemos que J.-B. Danquah, que foi, nos anos vinte, um dos fundadores da Associação dos Estudantes da África Ocidental de Londres (WASU), publicou vários estudos sobre a história e as tradições achantis e pertenceu à primeira geração de nacionalistas da Gold Coast, no período entre as duas guerras mundiais. Opositor encarniçado do CPP, defensor da livre iniciativa e da democracia à inglesa, Danquah foi preso em Outubro de 1961, tendo sido libertado em Junho de 1962. Foi de novo preso em Janeiro de 1964 e morreu na prisão, em 1965.

por trás dos processos sobre as terras, deve ver-se a verdadeira fonte da fortuna da elite nas plantações de cacau. A feudalidade achanti, que durante dois séculos tinha baseado o seu poderio no comércio e tráfico de escravos, funcionando como uma barreira alfandegária entre as reservas do interior e a costa, tinha-se reciclado, entregando-se à cultura do cacau, a partir dos anos 1885-1890. Nem todos os *cocoa-farmers* do Ghana contemporâneo são grandes plantadores, longe disso; mas as grandes plantações existem e asseguraram o poder económico da feudalidade achanti, ainda em actividade. Situação, em suma, análoga à da burguesia rural da Costa do Marfim, criada por mutação dos chefes tradicionais: de resto, dos dois lados da fronteira encontramos a mesma economia assente no cacau e, além disso, os povos da região leste da Costa do Marfim são ramificações do grupo Akan e conheceram a mesma forma de monarquia militar. De qualquer modo, a elite ghanesa, orgulhosa dos seus diplomas de Oxford ou Cambridge, estivera na origem da formação da UGCC, em 1947, mas depressa rompeu com Nkrumah, que pretendia criar um partido de massas. De 1949 em diante, os seus principais representantes identificar-se-ão com maior ou menor apego com a oposição que, em 1958, forma o United Party (1958-1964). Actualmente, após o golpe de Estado militar, esta elite volta ao de cima e aparece um intelectual para fazer a sua apologia. Este intelectual, A. S. Y. Andoh, critica nos seguintes termos o parlamento do tempo de Nkrumah: «Um estudo da origem e da situação social dos membros do parlamento revelaria em África, como acontece no Ghana, uma contínua diminuição do número de pessoas dotadas de boa educação ou de fontes de rendimento independentes[103].» Para falar claro: tal como as autoridades

103 A. S. Y. Andoh, «Background to government and politics in Africa»,

coloniais inglesas, entre outras as da Federação das Rodésias e Niassalândia[104], o ghanês que goza dos favores da situação em 1967-1968 faz do nível cultural (universitário, bem entendido; trata-se dos diplomas e não das capacidades intelectuais) e da fortuna pessoal critério de integridade política. Trata-se bem da confirmação da análise crítica de Nkrumah a propósito da elite por um autor que pertence, sem dúvida alguma, a essa mesma categoria social.

Que se passa com os «arrivistas» do CPP, sem o auxílio dos quais a elite ghanesa, batida nas eleições, batida politicamente no conjunto do país, nunca teria estado em condições de fazer falar de si depois de 1961? Tratar-se-á, como o dão a entender quer o Livro Branco, quer mesmo *Dark Days in Ghana,* de casos isolados, mais ou menos numerosos, mas acima de tudo inevitáveis em qualquer agrupamento humano, na etape actual da humanidade? Ou tratar-se-á da emergência de uma classe? A personalidade de Gbedemah, pequeno homem de negócios antes de ter ascendido ao Poder e que voltou a ser homem de negócios depois da sua fuga do Ghana, em Setembro de 1961, faz-nos suspeitar estarmos perante um caso que não deve ser estritamente individual. Reconhecendo recentemente que o próprio CPP, «devido às circunstâncias, foi formado de tal maneira que era uma organização de compromisso, em que se encontravam alguns revolucionários autênticos, mas também muitos aderentes que viam na independência apenas um meio de melhorarem a sua sorte e de tomarem o lugar dos comerciantes e homens de negócios colonialistas»[105], o próprio Nkrumah rejeita toda e qualquer interpretação individualista: o partido nacional, embora congregasse a maioria das massas urbanas e rurais, não deixava de ter à cabeça uma camada pequeno-burguesa — no verdadeiro sentido, de pequenos produtores ou pequenos comerciantes —, maltratada e perturbada no seu desenvolvimento normal pela presença colonial e acessoriamente maltratada também pela elite local, enriquecida desde há muito mais tempo. Basta observar que, até ao fim, se encontrou sempre no círculo de Nkrumah um homem de negócios milionário, Ayeh-Kumi, que foi demitido do governo em 1961, mas continuou a ser conselheiro do presidente e voltou a ser ministro em 1965, no período mais «à esquerda» do regime. Os dois grupos juntaram-se em parte em 1961, como podem juntar-se ricos de longa e fresca data reunidos pelo comum receio de uma revolução. Com a criação das empresas do Estado surgiu um terceiro grupo, que enriqueceu através do exercício do poder económico e que não se preocupa mais do que os outros dois grupos com contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas do país. Embora continuasse latente, sob muitos aspectos, um conflito de interesses entre a burocracia de Estado e o sector privado ghanês, a existência de uma tendência de esquerda, representada pela equipe do *The Spark* e por um punhado de altos funcionários ou responsáveis do partido, bastava para lhes impor uma aliança. Mas esta burguesia[106], tal

Présence africaine, n.º 63, 3.º trimestre, 1967. O autor, de acordo com uma nota da revista, é secretário do Instituto de Estudos Africanos da Universidade de Legon. O seu artigo, que contém ataques violentos e vulgares contra Nkrumah, indica que o autor não é certamente hostil à ditadura Ankrah-Hailey.

104 Estas autoridades, nos anos cinquenta, estavam dispostas a conceder o direito de voto aos Africanos, desde que tivessem um certo rendimento — largamente superior à média dos rendimentos africanos — e fossem «cultos». Experiências do mesmo tipo foram tentadas no Quénia. Na prática, tratava-se, no máximo, de alguns milhares de eleitores.

105 *Dark Days in Ghana,* p. 71.

106 Num artigo publicado no número de 1 de Abril de 1964 do *Etincelle* de Accra (jornal em francês da mesma tendência que *The Spark*), J. Ajah-Doh analisa o «Inventário das empresas e estabelecimentos industriais», publicado em Accra em 1963. Observa que há, no Ghana, 98 000 empresas que empregam menos de 6 assalariados, de facto, artífices. Entre as 42 empresas que empregam mais de 500 operários não se encontra qualquer empresa privada ghanesa. Em contrapartida, há várias dezenas de pedreiras que, excepto as mais importantes, são ghanesas. No que diz respeito à construção, serrações de madeiras e fábricas de móveis, a mesma observação pode ser feita: há muitas empresas ghanesas, mas todas de importância média. O mesmo se passa com as oficinas

como a burguesia senegalesa de há gouco, não é uma burguesia nacional: não detém as alavancas de comando da economia do país — de que o Estado procura apoderar-se, sem jamais o conseguir efectivamente — e tem demasiados interesses em comum com o capital estrangeiro[107]. No entanto, não é isto o mais importante. O que perturba os velhos esquemas do marxismo corrente, em particular os esquemas de Staline, acerca do papel progressista da burguesia nacional[108], é o

de reparação de automóveis: a única empresa com mais de 500 operários é estrangeira. O inventário faz também o recenseamento de 449 destilarias de aguardente do país, a *akpeteshie*, e de 160 empresas de tecelagem das togas ghanesas, os *kentés*. J. Ajah-Doh conclui: «No conjunto, parece que o empresário ghanês exerce a sua actividade em determinados ramos, muitas vezes a meio caminho entre o artesanato e a grande indústria moderna, que certamente não exigem investimentos muito elevados e dispõem de um certo mercado interno. Mas mesmo nos ramos em que existe, este sector ghanês surge, no conjunto da vida económica do país, como uma força desempenhando um papel de certo modo complementar.

107 Nkrumah cita como exemplo, com um orgulho algo imprudente, o aumento da participação da burguesia ghanesa no comércio de importação--exportação, em 1963, quando, em 1958, essa burguesia detinha apenas 5 % deste sector (*Africa Must Unite*, p. 108). Mas precisamente o papel da burguesia ghanesa neste comércio faz dela um apêndice das grandes firmas capitalistas (porque os negócios lucrativos são os de importação, uma vez que a exportação do cacau é controlada pelo Estado e as outras exportações importantes estão na mão do capital estrangeiro). Num outro sector, é significativo que o Banco Público do Ghana tenha concedido aos armazéns ingleses Kingsway empréstimos importantes, que lhes permitiam limitar os envios de fundos da casa-mãe de Londres e declarar no Ghana lucros muito reduzidos.

108 Este esquema, cuja formulação clássica foi dada, em 1925, no discurso de Staline sobre as tarefas políticas da Universidade dos Povos do Oriente (*Le Marxisme et la question nationale et coloniale*, Éditions Sociales, 1953, p. 241--247), foi retomado, ligeiramente actualizado, na declaração dos 81 partidos, de 1960: «Nas condições actuais, a burguesia nacional dos países coloniais e dependentes que não está ligada aos meios imperialistas está objectivamente interessada no cumprimento das tarefas essenciais da revolução anti-imperialista, antifeudal. [...] Mas é instável ...» (*Nouvelle Revue Internationale*, 1960, n.º 12, p. 185.) Ora, se em 1925 as teses de Staline eram ainda verdadeiras e se verificaram na prática (em países como Marrocos ou a Tunísia), em 1960 já não acontece exactamente o mesmo: no que diz respeito à África Negra, já só pode haver uma burguesia nacional progressista sob a forma de mito.

facto de esta burguesia não ser autónoma; está presa nas malhas das tradições e da pressão constante de uma sociedade que não se baseava na economia monetária, nem na maximização do lucro, mas que sobrevive no interior dessa economia monetária e capitalista e a vem perturbar. É banal falar da corrupção no Ghana e noutros países da África. Qual, porém, a sua origem? Como se compreenderá que se tenha tornado um fenómeno social de tal amplitude? Sem dúvida, o próprio colonialismo contribuiu para a corrupção, comprando concursos antes e depois da independência, criando sinecuras, multiplicando ministros e membros do parlamento, etc. Sem dúvida, também, as possibilidades de poder foram largamente utilizadas por homens que tinham sido vítimas, quase todos eles, de uma situação inferior ou da miséria[109] sob o regime colonial. Mas há uma outra origem de corrupção, esta permanente. E são — não intelectuais — deputados ghaneses indiferentes à retórica e às subtilezas da ideologia que a revelam.

5 — *Origens sociais da corrupção*

Foi no momento da discussão, no parlamento de Accra, do orçamento de 1963. As intenções do orador não eram exactamente puras: o novo orçamento comportava um aumento da taxa tributária (que nos pareceria, contudo, muito ligeiro

109 Exemplo típico deste último caso: Krobo Edusei, pobre vendedor de jornais em 1948, que se tornou um dos militantes mais combativos do CPP e, depois, ministro: nesta nova posição, ficou famoso devido ao escândalo da sua casa de mármore, em Accra (custo: mais de 100 milhões de francos velhos; a história anedótica pretende que mandou expulsar o empreiteiro antes de ter pago inteiramente). Em 1962, o escândalo da cama de ouro comprada, em Londres, pela sua mulher foi tal que Nkrumah teve que agir demitindo-o e confiscando a casa de mármore. No entanto, Krobo continuou a ser membro do Comité Central do CPP e voltou mesmo a fazer parte do ministério; aliás, a sua fortuna não foi muito afectada (possuía outras casas).

comparado com a situação fiscal francesa ...), e ele pretendia protestar contra esse aumento; mas há, apesar de tudo, uma grande parte de verdade no que diz. Portanto, M. J.-B. Wireko, deputado CPP por Est-Amansie, depois de ter exposto aos colegas o seu orçamento mensal (deficitário, a dar-lhe crédito!), acrescenta: «Mas um deputado tem ainda de fazer face a outras despesas. Na sua circunscrição, é tido como uma grande figura. Quando há um enterro, quer nos toque directamente, quer não, somos convidados para as exéquias e temos de fazer um donativo de uma, duas, três ou mesmo, por vezes, quatro libras esterlinas[110].»

De facto, neste ponto preciso, o deputado devia estar ainda aquém da verdade — a julgar, por exemplo, pela faustosa e dispendiosa festa nocturna que se realizava, em plena Accra, exactamente pela mesma altura, em Novembro de 1963, com as exéquias de um *businessman* ghanês. Mas, num caso semelhante — e naturalmente ao lado dos enterros há também os casamentos, os nascimentos, as festas tradicionais, etc. —, o deputado não goza de um privilégio, pois não é o único a ser socialmente «tributado»; numa família do campo, de que um dos filhos é operário na cidade, por exemplo, esse filho tem de contribuir, também ele, para estas despesas «improdutivas». Dir-se-á que a camada corrupta deseja gozar a vida — e é verdade —, brilhar, e que gosta de fazer despesas de prestígio, o que é igualmente verdade. Mas também estas despesas de prestígio, embora provoquem muitas vezes a cólera e o ranger de dentes do povo miúdo, têm ainda qualquer coisa a ver com a pressão social, com os costumes tradicionais. Eis outra citação de um deputado ghanês, M. C. E. Donkoh, deputado do CPP por Ouest-Wenchi, no decurso do mesmo debate: «Há uma lição a reter do nosso próprio modo de vida social. Quando elegemos um chefe, tentamos assegurar-lhe todos os benefícios de que deve gozar um chefe [...]. Quando

110 *Ghana Parliamentary Debates*, vol. 34, n.º 10, 29 de Outubro de 1963, coluna 358.

elevamos ao trono de uma chefatura um homem pobre, porque é aquele que nos convém, contribuímos para as suas despesas de manutenção e de representação; e isso é verdadeiro socialismo. Por vezes, alguns dos anciãos rebuscam nos seus cofres e aparecem com esplêndidos *kentés* para oferecer ao novo chefe de modo a que este possa apresentar-se decentemente[111].»

Num teatro, não longe do parlamento, representava-se, por esta mesma altura, uma peça em um acto, cujo autor, o actor Joe de Graft, punha em cena um jovem empregado doméstico; este queixava-se amargamente porque não conseguia guardar nada para si do seu salário; toda a família vinha buscar-lhe uma parte do ordenado mal ele o recebia. É necessário acrescentar ainda que aquele que trabalha tem, muito naturalmente, o encargo de sustentar, melhor ou pior, os irmãos ou parentes que não trabalham — o que permite que as autoridades não tenham de temer movimentos de descontentamento muito violentos, mas não constitui uma base de desenvolvimento económico.

Pode-se, portanto, concluir que seria uma maneira de ver estreitamente nacionalista atribuir apenas à acção do colonialismo e do neocolonialismo toda a corrupção: colonialismo e neocolonialismo encorajam-na, contribuem para ela e, sobretudo, tiram partido dela, mas no essencial utilizam uma situação existente, que traduz uma forma particular da luta de classes. O próprio termo «corrupção», neste caso, não passa de uma expressão convencional: aplica uma noção própria da burguesia capitalista, tendo criado já um Estado nacional, a uma sociedade completamente diferente, em que muitos factos deste género não são considerados repreensíveis ou negativos. Assim, aqueles que vivem esta situação, burgueses

111 *Ghana Parliamentary Debates*, vol. 34, n.º 9, 28 de Outubro de 1963, coluna 328. Um *kenté* é uma espécie de toga tecida e ornamentada à mão, considerada o traje nacional do Ghana (data, com efeito, de fins do século XVII, princípios do século XVIII). Vale de 70 000 a 100 000 francos velhos.

no sentido ocidental do termo, tanto pelo seu modo de vida e de pensar como pela sua actividade económica, mas tradicionalistas pela sua sujeição aos imperativos da antiga sociedade africana, são muito naturalmente levados a negar a própria existência de classes, sendo sempre esta palavra entendida no sentido de que se reveste no interior do capitalismo ocidental.

6 — *A polémica de* The Spark *contra a burguesia*

A tendência de esquerda no Ghana interveio, então, para esclarecer a realidade destes conflitos internos e propor soluções de tipo bolchevique.

Por ocasião da absolvição, pronunciada pelo Supremo Tribunal do Ghana, em Dezembro de 1963, de três antigos dirigentes do CPP, Adamafio, ex-ministro da Informação, Ako Adjei, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, e Coffie-Crabbe, ex-secretário administrativo do partido, Julius Sago delucidava no *The Spark* de 11 de Dezembro de 1963 a significação política do processo. Vê nele essencialmente um episódio da luta travada contra a nova política que visa à construção do socialismo, luta conduzida pelos privilegiados da sociedade ghanesa. Dois grupos de forças: a burguesia ghanesa, no interior, e o capitalismo estrangeiro, com toda a força da diplomacia dos seus Estados e da sua superioridade financeira. As forças anti-socialistas que operam no Ghana, segundo Sago, decompõem-se assim:

«1) Os imperialistas, que fornecem o dinheiro, asseguram os contactos diplomáticos e prometem rendosas associações de negócios;
2) Os intelectuais reaccionários, os chefes desencaminhados e os homens de negócios egoístas, cuja plataforma política é a do United Party;
3) Os grupos privilegiados e arrivistas do CPP.»

Até aqui, a análise não difere da do Livro Branco de 1961. Mas Sago dá-nos outras informações sobre o terceiro grupo: «A evolução política dividiu a classe dos novos ricos do CPP em dois grandes grupos. O primeiro é dirigido por Gbedemah. A sua ideologia é o capitalismo, sob a máscara do anticomunismo. Tomou o partido de dirigir abertamente o combate, em ligação com os elementos do United Party e o capital estrangeiro, numa tentativa de derrube do regime de Nkrumah.

O segundo grupo prefere combater o socialismo, mantendo-se no interior do CPP. Conduz um encarniçado combate de retaguarda e uma acção de retardamento e utiliza os organismos do Estado para se opor à vontade geral de socialismo e para o negar. Este grupo grita a plenos pulmões a palavra 'socialismo', apenas porque lhe é indispensável fazê-lo, mas opõe-se à nova ordem. Entre as suas numerosas manifestações ideológicas contam-se o conselho de avançar lentamente ('Roma e Pavia não se fizeram num dia', dizem eles, esquecendo que a sua recente fortuna foi literalmente acumulada de um dia para o outro) e o conselho de fazer uma pausa após a primeira revolução, deixando a segunda para a próxima geração. Por vezes mascaram a sua oposição por meio de alguns cozinhados ideológicos, ornamentados com designações diversas, mas mais habitualmente baptizados 'socialismo africano' [...].

Estes grupos anti-socialistas do CPP exercem o poder pelo canal de certos organismos do Estado. Trabalham sem descanso para assegurarem o controle sobre o partido e as suas organizações de massas. Daqui resulta que a batalha pelo socialismo se encontra actualmente no auge nas fileiras do CPP. Os pró-capitalistas esforçam-se por utilizar os organismos de Estado contra os socialistas convictos que, no conjunto, controlam o aparelho do partido[112]. Trata-se verda-

[112] Deve ver-se, nesta afirmação, desmentida mais tarde por outros artigos do mesmo autor, uma habilidade táctica: de facto, tal não acontecia, e o secretário administrativo Welbeck não era mais partidário do socialismo cien-

deiramente de uma luta do poder de Estado contra a supremacia do partido.»

Se ainda considerarmos este texto demasiado geral, devemos reportar-nos a um artigo publicado pouco antes, em 1 de Novembro de 1963, que comenta o debate orçamental, do qual extraí já citações características. O autor (certamente, Julius Sago, se bem que o artigo esteja assinado: do nosso correspondente parlamentar) pretende demonstrar que o debate parlamentar, no seu conjunto, foi um ataque aberto ou velado contra a orientação no sentido do socialismo, e observa que esse ataque não colidiu com nenhuma resposta vigorosa, nem sequer por parte dos ministros presentes. Rebate, no plano ideológico, o discurso de Y. A. Braimah[113], para quem o «socialismo do Estado do bem-estar constitui o ideal e o modo de vida africanos». E conclui que, em última análise, Braimah, que insiste na liberdade individual, critica a intervenção do Estado na economia e considera que as fábricas estatais não são rendíveis; «deseja que a economia do país seja abandonada ao capital privado. Em suma, perfilha um sistema de economia capitalista que assegure um mínimo de serviços públicos financiados pelos impostos». Mas trata-se de um assalto geral. «A tendência anti-socialista na Assembleia Nacional foi ilustrada e manifestou-se claramente através de um dilúvio de ataques contra o sector socialista da economia.» Os membros do CPP pediram a liquidação do sector público, e exactamente da mesma maneira, é preciso acrescentar, que a missão do Fundo Monetário Internacional a virá a propor, em 1965, ao governo ghanês, e que os negociantes

tífico do que os altos funcionários dos Negócios Estrangeiros ou do Serviço de Estatística.

113 Braimah tinha sido ministro das Obras Públicas e dos Transportes, em 1953, mas teve que se demitir em 1954, na sequência de um escândalo financeiro: tinha sido «comprado» por um empreiteiro arménio chamado Kassardjian, estabelecido na região norte do Ghana. Em 1963, porém, os negócios de um e de outro iam de vento em popa.

franceses certamente pediram ao governo do Mali, em 1967, por altura das conversações que conduziram à reintegração do Mali na zona do franco. (Os deputados ghaneses eram, apesar de tudo, mais francos e mais cínicos.) Outros ataques foram feitos contra os acordos comerciais com os países socialistas: «Os seus produtos», diz Braimah, «não são de boa qualidade.» Registaram-se também críticas contra os aumentos de impostos que atingem os ricos. E Sago acaba por afirmar que um parlamento como este «pode levar ao afrouxamento da marcha para o socialismo ou até ao aparecimento de uma corrente contra-revolucionária». E reclama a sua renovação[114].

Alguns meses mais tarde, era retomada a apologia da empresa privada e da burguesia nacional; mas desta vez o apologista era, nem mais nem menos, o secretário da comissão do plano, J. H. Mensah. Num discurso pronunciado perante o Congresso da Associação dos Economistas do Ghana, de que era presidente, Mensah tentava justificar o capitalismo, no próprio contexto da marcha para o socialismo e do plano proposto pela sua comissão e já adoptado. Lembra que as empresas estatais funcionam mal: «Basta olharmos à nossa volta, no Ghana, e observarmos todas as empresas estatais, que não produzem valor acrescentado, mas *deficits* em lugar de lucros, para ver que, na prática, o capitalismo de Estado tende a sobrestimar os recursos em administradores que se encontram à disposição do governo de um país não industrial.»

No que diz respeito ao sector privado, Mensah distingue a «propriedade passiva» — daqueles que, por exemplo, utilizam o seu dinheiro para mandarem construir casas — da propriedade produtiva do capitalista ghanês que investe nas empresas e explora a mão-de-obra, é certo, mas aumenta a produção nacional. Com a condição, evidentemente, de que

114 O parlamento ghanês só foi renovado em 1965, após nove anos de mandato. Mas o novo parlamento, que incluía representantes da fracção de esquerda, conservava, contudo, um grande número de velhos parlamentares CPP.

o capitalista triunfe e tenha lucros, porque o economista é impiedoso em relação aos capitalistas desafortunados e não tolera as falências. Portanto, o desenvolvimento socialista, que deve assegurar a acumulação do capital e o crescimento do rendimento nacional, passa necessariamente pelo desenvolvimento do capitalismo local — é a argumentação de Mensah. Convém, bem entendido, não sobrecarregar com impostos estes novos capitalistas. Por outro lado, um movimento socialista implica a existência de uma «elite administrativa e ideológica, para conduzir as massas». Conclusão: «O pensamento socialista, num país em vias de desenvolvimento, como o Ghana, deve desligar-se do conceito de luta de classes e insistir, cada vez mais, no conceito de construção nacional levada a cabo pelos esforços comuns de todos os seus cidadãos.» Incluindo, e Mensah não se esquece de o mencionar, os chefes tradicionais, muito úteis para o desenvolvimento rural.

Quase não é preciso dizer que toda esta construção só se mantém de pé graças a uma omissão monumental: a do capitalismo estrangeiro. À parte este pormenor, há nesta exposição um grande número de argumentos técnicos que, embora raramente sejam expressos com tanta franqueza, nem por isso deixam de estar na cabeça de muitos responsáveis económicos africanos — e não apenas na dos conselheiros ocidentais. No fundo, nada de essencial separa as teses de Y. H. Mensah e de Braimah das da versão queniana do socialismo africano. Mas a função normal da retórica e até da demagogia nacionalista em África é fazer desaparecer, sob um revestimento cultural mais aceitável, o reconhecimento franco deste apelo ao enriquecimento individual local.

O discurso de Mensah, publicado a título documental pelo *The Spark* de 31 de Julho de 1964, era acompanhado por uma réplica de um economista comunista inglês, professor no Ghana: Ron Bellamy. Algumas semanas depois, um estudante ghanês, Obotan Awuku, publicava no *The Spark* de 27 de Novembro de 1964 um artigo sobre «Os capitalistas locais e a nossa revolução», em que lembrava que os investimentos produtivos são

pouco atraentes para os capitalistas de um país subdesenvolvido e que estes capitalistas se voltam de preferência para as operações de importação-exportação e para o comércio, e são levados a associar-se ao capitalismo estrangeiro. Em suma, «é necessário encorajar o menos possível o sector privado local e desviar os nossos concidadãos de empresas que, no fim de contas, são prejudiciais ao nosso desenvolvimento económico».

No entanto, um ano amais tarde, no momento em que se realizava a Conferência da OUA de Accra, *The Spark* publicava, nos seus números de 20, 21 e 22 de Outubro de 1965, um estudo não assinado, aliás, muito interessante: «O nkrumahísmo é a aplicação do socialismo científico». Encontramos nele esta afirmação, que representa um recuo em relação ao artigo de Awuku: «Nas condições da África contemporânea, não há razão alguma para que os capitalistas patriotas não sejam levados a aderir à via socialista.» (22 de Outubro de 1965.)

Como foi possível ter-se regressado a este ponto? Comparada com os artigos de Sago e os habituais editoriais do *The Spark*, a simples presença deste estudo revela a existência de divergências não negligenciáveis no interior da própria tendência de esquerda. Apreciado no seu conjunto, o estudo impõe-se, contudo, pela sua coerência e seriedade. Nos seus princípios, o nkrumahísmo em nada se distingue do método e dos princípios condutores do marxismo. Mas trata-se de pensar o marxismo em função da África e do século XX. As experiências socialistas já realizadas processaram-se em condições profundamente diferentes, e se é verdade que devem ser estudadas, nenhuma delas pode fornecer um modelo probatório válido para a África. O facto de subsistirem vestígios do comunalismo da África antiga e de as suas ideias e valores estarem ainda vivos exige uma adaptação do marxismo que os tenha em conta; e é essa a razão de ser do nkrumahísmo. A este respeito, o autor apoia-se numa citação do texto de Marx exumado nos últimos anos: *As Formações Económico-Sociais Pré-Capitalistas*, texto cuja leitura considera indispensável para todos os nkrumahístas.

Do mesmo modo, vai apoiar-se numa citação do testamento de Togliatti para justificar a posição particular do nkrumahismo em relação à religião. Dos princípios do marxismo nada é abandonado, mas acentua-se a exigência da unidade das forças nacionais de progresso por oposição à hegemonia da classe operária. Este estudo, apesar da sua originalidade e seriedade doutrinária, representa um retrocesso em relação às teses de Sago.

Este último voltaria à carga, nas últimas semanas do regime de Nkrumah. Criticando metodicamente as fraquezas da economia ghanesa em 1965, quando, de qualquer forma, a crise se anunciava, concentrando o tiro no sector do comércio externo, Sago punha também a nu o funcionamento real das organizações de massa dependentes do partido.

«Por que é que os sindicatos, por exemplo, agem com tanta prudência e tantas limitações em muitas empresas públicas e nos ministérios? Por que é que as jovens cultas não se encontram organizadas no Conselho Nacional das Mulheres Ghanesas? Por que é que o controle das organizações de base do Conselho dos Camponeses Ghaneses se encontra nas mãos dos camponeses ricos e não das massas camponesas? São questões graves e de grande alcance para o destino da nossa revolução.» (17 de Dezembro de 1965.)

As respostas a estas questões eram do conhecimento geral no Ghana. Muitos directores de empresas ou quintas do Estado proibiam, de facto, os sindicatos no interior dos seus feudos, e o Conselho dos Camponeses Ghaneses transformara-se desde há muito numa espécie de feudalidade administrativa simultaneamente nas mãos dos burocratas e do campesinato rico. Isto é, sob formas variadas, surdas mas eficazes, a luta de classes tinha destruído, já há vários anos, essa unidade de que Nkrumah continuava a ter necessidade. Mas esta luta opunha forças sociais activas, as da reacção capitalista, as forças que, para além do punhado de intelectuais da facção de esquerda, estavam reduzidas a uma atitude mais ou menos passiva. Pelo menos no plano político, apesar da incessante actividade do chefe

de redacção e editorialista do *The Spark*, Kofi Batsia (mais tarde encarcerado, durante ano e meio, pela ditadura militar).

7 — *A situação do proletariado*

É tempo de dizer algumas palavras acerca da classe que se manteve muda ao longo de todo o debate, a classe operária, em nome de quem toda a gente falava, sem lhe dar, porém, possibilidades de se exprimir por si. A partir de 1958, a lei sobre as relações industriais introduziu no Ghana todo um processo de arbitragem obrigatória, copiado da legislação inglesa, que considerava ilegais todas as greves sem pré-aviso (houve, bem entendido, algumas, apesar de tudo). Por outro lado, a central sindical, controlada pelo CPP, tinha-se tornado um dos bastiões dos novos ricos[115], e essa burocracia dourada preocupava-se muito pouco com a defesa das reivindicações dos trabalhadores. Nos primeiros meses de 1964, foi possível desencadear uma vaga de despedimentos nas empresas estrangeiras, sem suscitar qualquer reacção do TUC (Trade Unions Council): só quando a imprensa começou a protestar, os responsáveis sindicais se manifestaram. Noutras ocasiões, numa grande empresa estrangeira de reparação de automóveis, rebentaram greves que foram desautorizadas pelo TUC, e os responsáveis sindicais da empresa foram alvo de ataques humilhantes. Chegava a acontecer que patrões ingleses se gabavam de ter na mão os responsáveis sindicais — assalariados do governo, diga-se de passagem. A substituição, em Julho de 1964, de Tettegah por Ampah, próximo do grupo do *The Spark*, constituiu, sem dúvida, um progresso conside-

115 O próprio secretário-geral, John Tettegah, que se tornou, em 1964, secretário da Pan-Africana dos Sindicatos, era um exemplo acabado de novo rico. Empregado de escritório na sua juventude, possuía um verdadeiro palácio em Accra, com um terraço, onde oferecia faustosas recepções. Pretendia justificar-se dizendo que, uma vez que não havia nada a fazer (em prol do socialismo, entenda-se), procedia como os outros.

rável. Mas a todos os esforços de Ampah e do seu colaborador Balogun para recriarem uma vida sindical efectiva se depararam não só a resistência das burocracias instaladas, mas também e sobretudo o facto de a linha política do governo pôr a tónica na produtividade, não concedendo aos trabalhadores vantagens suficientemente visíveis no imediato. Em Fevereiro de 1966, no dia do golpe de Estado, enquanto as unidades insurrectas, algumas centenas de homens, estavam ocupadas na capital, os centros operários, isto é, os portos de Takoradi e Tema, esperaram passivamente o resultado da prova de força entre os soldados do comandante Kotoka e a guarda presidencial de Nkrumah; se tivessem entrado imediatamente em greve, o desenlace poderia ter sido diferente. Mas desde há muito que nada se fazia para que participassem activamente na vida política do país e tomassem parte nas decisões de interesse nacional. Os apelos de Julius Sago no sentido de uma renovação radical do partido, de facto a sua bolchevização, e da substituição do partido «de quantidade» por um partido monolítico e de qualidade (*The Spark*, 17 de Dezembro de 1965), os apelos para a adopção de uma política económica rigorosa, independente e com um verdadeiro monopólio estatal do comércio externo (17 de Setembro de 1965 e ainda 4 de Fevereiro de 1966) apenas serviram para mostrar a clarividência da tendência de esquerda; mas não foi possível fazer nada.

Por outras palavras, a convergência de interesses de forças sociais múltiplas, isto é, as sociedades estrangeiras com investimentos no Ghana e os diversos sectores da burguesia local, reforçados pelas estruturas tradicionais, perturbadas mas conservadas, derrotou a vontade socialista do chefe de Estado apoiado pelos intelectuais de esquerda.

8 — *Tentativa de balanço*

Se me alonguei na análise do caso do Ghana, é porque comporta, se não particularidades, pelo menos alguns traços que raramente se encontram reunidos numa mesma experiência e que, levados aqui até às últimas consequências, conferem à grande aventura de Nkrumah e do seu país um carácter típico. Em primeiro lugar, Nkrumah e o seu governo, apesar da corrupção, das sabotagens de toda a ordem e das pressões externas, satisfizeram, na medida do possível, as exigências do desenvolvimento. Por vezes sacrificaram mesmo a vigilância às tarefas construtivas. Os resultados continuam a ser impressionantes: a barragem e a central hidroeléctrica do Volta, inauguradas em Janeiro de 1966, continuam a ser os únicos de entre os projectos deste tipo (os da Guiné, do Congo-Brazzaville e do Congo-Kinshasa não passaram de projectos) que foram realizados em África. Um porto e um centro industrial, o de Tema, foram construídos a partir do nada. As fábricas, que o regime Ankrah-Hailey se apressou a desnacionalizar e a voltar a ceder ao capital estrangeiro, são, apesar de tudo, fábricas construídas e postas em funcionamento por um governo independente. A instrução primária passou, há alguns anos, a ser obrigatória; a preparação de técnicos e universitários aumentou consideravelmente e a ditadura militar herdou três universidades modernas — para um país de 7 milhões de habitantes. Tudo foi modernizado, em especial a rede de vias de comunicação. Em suma, se a experiência Nkrumah fracassou, não foi por falta de realizações: o Ghana de 1966 percorreu um longo caminho, desde 1951 a 1957. No entanto, não conseguiu pôr termo à dependência económica, e foi aí que Nkrumah fracassou: o desenvolvimento real foi conseguido à custa de uma dívida externa não menos real.

O segundo traço consiste no facto de o debate de ideias poder ter sido levado até ao fim, sob um regime que os burgueses ghaneses, tal como a imprensa estrangeira, qualificavam de ditadura — o que, aliás, diziam em voz alta e sem problemas. Os vários extractos de artigos que atrás apresentei mostram suficientemente que as ideologias opostas se defrontaram a descoberto, sob essa pretensa ditadura. Foi precisamente porque puderam exprimir-se que foram assumidas com muito maior franqueza do que noutros lugares, sem excessivos obs-

táculos de retórica e de mistificação. Só neste caso os advogados das três posições — socialismo africano, capitalismo, socialismo científico — puderam defender as suas causas e confrontar as suas teorias.

Terceiro traço: a complexidade da sociedade ghanesa, já maior do que a dos países sob dominação francesa no momento da autonomia em 1951, não deixou de aumentar e florescer. Este reforço da estratificação social, num país relativamente rico, acompanhou constantemente o desenvolvimento económico. No Ghana, precisamente porque tem uma história mais longa do que outros países e precisamente porque se encontra mais avançado em termos materiais, é possível ver como se formam e consolidam as classes modernas no contexto africano. Toda a história do regime de Nkrumah é a de uma intensa luta de classes, de que o fundador do Estado foi a primeira vítima. Não é possível observar este fenómeno em toda a parte tão bem como no Ghana, nem igualmente compreender como as classes da sociedade capitalista vêm inserir-se, enxertar-se, nas estruturas africanas pré-capitalistas.

Neste ponto, impõe-se uma observação. Reclamando uma nova política económica, em 1965, Julius Sago defendia, no fundo, aquilo a que chamamos hoje um outro modelo de consumo. Ora, embora toda a gente reconheça que, no que diz respeito à ideologia, mesmo uma doutrina universalista como o marxismo tem de ser repensada e recriada no contexto da África independente, em contrapartida, a partir do momento em que se trata do desenvolvimento material, as pessoas raramente se perguntam se o modelo de consumo criado pelo capitalismo europeu poderá de facto ser aplicado tal-qualmente em África. Mas não será paradoxal pretender atribuir a uma orientação socialista objectivos de desenvolvimento que são os que, após dois ou três séculos de existência, a economia burguesa ocidental criou e suscitou por razões económicas que lhe são próprias? Um exemplo simples: o facto de a burguesia euro-americana ter todo o interesse em criar a necessidade do automóvel individual será razão suficiente para a África

que se quer socialista importar automóveis individuais, em vez de reservar as suas magras reservas de divisas para a compra de veículos de transporte colectivo e de camiões? Os próprios países da Europa Ocidental, se neles viesse finalmente a triunfar a revolução, não poderiam criar uma sociedade igualitária e, ao mesmo tempo, satisfazer as necessidades suscitadas pelo modelo capitalista de consumo: há uma antinomia entre os dois termos. E por maioria de razão essa antinomia se verifica nos países subdesenvolvidos da África. É a consciência desta antinomia que aflora no manifesto de Arusha: trata-se, porém, de um documento único no seu género. Além de que mistura com a contradição real uma outra contradição, entre a indústria e a agricultura, que não passa de uma imagem falsa da primeira.

A experiência guineense

I — *A situação à partida*

É partindo do que o Ghana nos ensinou a este respeito que podemos compreender o caso da experiência guineense, mais simples de início, e orientar-nos perante as afirmações de Sékou Touré, mais abstractas, mas frequentemente contraditórias. Também na Guiné, o objectivo era o de assegurar o desenvolvimento mais rápido possível, preservando a unidade do país e evitando que se criassem e desenvolvessem novos antagonismos sociais; mas estes surgiram apesar de tudo, sendo as realizações materiais muito menos impressionantes do que as do Ghana.

Na Guiné, a discussão em torno da famosa questão — há ou não classes sociais em África? — desencadeou-se a partir dos primeiros meses de independência. Sékou Touré responde desde logo não — sem ter em conta objecções apresentadas por alguns delegados — no Congresso da UGTAN de Janeiro de 1959. Os delegados declararam que a tese podia ser verdadeira na Guiné, mas não na Costa do Marfim, onde

se tinha afirmado já uma pequena burguesia rural, nem nos países anglófonos. Este debate, que se reflectiu no compromisso que foi a resolução do Congresso, chama, portanto, a atenção para a tendência de Sékou Touré generalizar, em nome da unidade africana, factos verificados na Guiné, sem a precaução de distinguir a verdade particular guineense da verdade geral africana. Do mesmo modo, nem sempre distingue o que é verificação do que é afirmação de princípios. Assim, quando proclama: «Como já o dissemos, rejeitamos formalmente o princípio da luta de classes, menos por convicção filosófica do que por vontade de salvarmos a todo o custo a solidariedade africana»[116], ficamos, no mínimo, espantados por nos dizerem que a luta de classes seria um princípio que se pode adoptar ou rejeitar, de acordo com uma opção moral ou política, e já não um dado científico a estudar e verificar em cada caso particular. Apesar de tudo, continua a ser verdade que na Guiné da época da independência, ou, um pouco mais tarde, no Mali na mesma situação, não existe sequer um embrião de burguesia local — ao contrário do que se passa no Ghana ou na Nigéria. Nas cidades, não há empresários guineenses, e os plantadores africanos, pouco numerosos, não constituem uma burguesia rural: principal produto de exportação, em Outubro de 1958, a banana é cultivada na sua maior parte por plantadores franceses que à data, ao contrário dos funcionários coloniais, ainda não tinham abandonado o país. O minério exportável — ferro de Conakry e bauxite das ilhas de Los — depende de empresas estrangei-

116 *L'Action politique du P. D. G. ...*, t. II, p. 266 (relatório ao Congresso da UGTAN, 15 de Janeiro de 1959). Mais tarde, Sékou Touré perguntaria: «Teremos que organizar, entre nós, na Guiné, lutas desse tipo?» (*L'Action Politique du P. D. G. ...*, t. V, p. 303, 4 de Abril de 1960); ou, ainda: «Reafirmamos que, para o nosso partido, não se tratava de praticar a luta de classes» (*ibid.*, p. 283). Penso que estas curiosas formulações significavam, no espírito do seu autor, que, uma vez que essa realidade [da luta de classes] não existia, o PDG não tinha que a inventar artificialmente. Não obstante, a noção de *opção* está sempre presente.

ras. Em contrapartida, há já um proletariado (nas minas, nos portos, nos caminhos de ferro e na construção, para além dos assalariados das plantações), numericamente muito fraco e que na central sindical se encontra, de facto, ultrapassado e submergido pelo grupo dos pequenos funcionários e empregados. Há também começos de diferenciação no campesinato, sobre os quais um relatório elaborado por peritos checos virá projectar alguma luz em fins de 1959[117]. Entretanto, a liquidação da chefatura, a partir da lei-quadro, diminuiu o peso das diferenciações da sociedade tradicional, do mesmo modo que o papel decisivo desempenhado pelas mulheres e pelos jovens no movimento nacional atenuou consideravelmente o peso das tradições. A influência do marxismo nos quadros médios do PDG está longe de dever ser negligenciada[118], e a denúncia frequente por Sékou Touré das tendências «irracionais» é bastante amplamente compreendida e escutada. Resta a acção surda, levada a cabo pelas autoridades coloniais, para reavivar oposições étnicas entre os Fulas do Futa-Djalom e os Malinkés: mas os resultados do referendo

117 Este relatório de missão, entregue em Dezembro de 1959, nunca foi tornado público, mas foi utilizado no relatório do ministro do Plano, Keita N'famara, à Conferência de Kankan de Abril de 1960 (*L'Action Politique du P. D. G. ...*, t. V, pp. 344-345). Observa que, em Siguiri, os métodos da União das Cooperativas Rizícolas conduzem ao enriquecimento dos agricultores mais abastados e ao empobrecimento dos outros. Verifica a existência de diferenças notáveis entre um plantador de bananas guineense (eram aproximadamente 1800), que emprega 20 homens e não trabalha, ou um rizicultor que dispõe de 50 hectares e emprega temporariamente 6 homens, e pequenos exploradores individuais que dispõem de 7 ou 8 hectares. Numa mesma aldeia da região de Siguiri, observa a coexistência de explorações de 70 hectares com outras de 2 hectares. Finalmente observa os contrastes, a nível das aldeias, entre aqueles que vivem em economia de subsistência e os que produzem um excedente comercializável.

118 Na estação central de correios de Conakry viam-se, nas mesas de certos empregados, livros ou brochuras, em geral publicadas alguns anos antes pelo Partido Comunista Francês.

mostram que essa campanha não teve grande sucesso[119]. Finalmente há os pequenos comerciantes ambulantes (os *dioulas*) e os hábitos de comércio fronteiriço pouco preocupados com a legislação oficial; o comércio grossista, porém, está nas mãos de um outro sector estrangeiro, este libanês, importado pela colonização. Dizer que não há classes sociais, constituídas enquanto tais, no momento da independência, não é, portanto, neste contexto, uma afirmação gratuita; pelo contrário, é exactamente o que se observa à primeira vista. Pode, sem dúvida, fazer-se a reserva de que os laços e pressões familiares ou clânicas continuam a ser fortes; mas é só uma reserva. A luta de classes parece, portanto, identificar-se com a luta contra a exploração colonialista estrangeira, e quando, em Janeiro de 1959, Sékou Touré exorta o «patronato da Guiné» a dar «a sua contribuição para esta revolução moral e social que iniciamos»[120], é evidente para toda a gente que o patronato em questão não é nem pode ser senão o patronato estrangeiro. No entanto, no 1.º de Maio de 1959, o presidente guineense alerta contra o perigo da formação de classes no quadro da independência: «Onde a exploração estrangeira deixou de se exercer, não podemos, sem trair os nossos irmãos e irmãs, deixar que se estabeleça qualquer outra exploração, seja de classe ou de casta, nem tolerar os mínimos privilégios individuais ou de clã; não podemos permitir o estabelecimento de novas feudalidades nem a ressurreição das ligas de interesses.[121]» Retrospectivamente e com o auxílio do conhecimento da experiência ghanesa, sabemos que, a menos que se verifique uma total e impossível estagnação económica, o processo de

119 Embora seja verdade que foi na principal cidade do Futa, Labé, que se verificou o maior número de votos gaullistas (27 440 «Sim», contra 40 143 «Não»), parece que esse facto deve ser atribuído a problemas internos do PDG (assim como em Dalaba), mais do que a um êxito relativo da propaganda gaullista.

120 *L'Action Politique du P. D. G. ...*, t. II, p. 275 (2 de Janeiro de 1959).

121 *L'Action Politique du P. D. G. ...*, t. III, p. 88.

diferenciação é praticamente inevitável no decurso de qualquer tentativa de desenvolvimento, e que a luta pelo socialismo passa a ser uma luta destinada a contrariar essa lei tendencial. Mas trata-se de algo que nem Sékou Touré, nem de resto ninguém, via claramente em 1959: pensava-se que medidas económicas e sociais adequadas evitariam, se fossem bem aplicadas, o desencadear deste processo. Sabia-se que se tratava de um processo possível, mas pensava-se que era evitável. No entanto, o próprio Sékou Touré, no discurso em que fazia alusão à riqueza improdutiva das jóias de ouro, verificava também um facto que poderia ter dado o alarme: «Quantos são os funcionários, os comerciantes, os transportadores, que juntam 10 000, 100 000, 500 000 francos, durante seis meses ou um ano, sem os utilizarem[122]?»

O facto de o governo guineense ter considerado necessário, em 1959, mandar todos os funcionários e agentes do Estado assinarem uma circular que lhes lembrava que qualquer actividade comercial ou industrial lucrativa lhes era proibida, bem como às suas mulheres, que muitas vezes lhes serviam de cobertura nominal, revela uma das formas de enriquecimento possíveis neste país relativamente pobre: em muitos casos, tratava-se da exploração de um ou vários táxis, desses táxis africanos que fazem transportes colectivos, num itinerário fixo e a uma tarifa bastante baixa, e que só arrancam quando estão cheios. Ou então, a partir do momento em que o afluxo das embaixadas estrangeiras e dos técnicos chamados para o plano o tornou possível, passaram a ser extraídos lucros do aluguer ou da venda de imóveis e de terrenos. Mais facilmente ainda, quando, como aconteceu com alguns ministros, se tinha mandado fazer uma casa com o auxílio de empréstimos do Estado. O estabelecimento, no início de 1959, do monopólio do comércio externo e, sobretudo, a situação de penúria da economia guineense ofereceram aos responsáveis pelas res-

122 *L'Action Politique du P. D. G. ...*, t. II, p. 213 (27 de Novembro de 1958).

pectivas empresas do Estado as habituais facilidades do mercado negro, enquanto a competição comercial Leste-Ocidente dava a outros responsáveis ocasião de embolsarem sobrescritos de firmas ocidentais. Em tempos de penúria e de ruptura de *stocks* — houve mais do que um caso: crise de arroz, em Novembro de 1961, e crise de carne, em Abril-Maio de 1962, por exemplo — a presença do enclave da fábrica de alumínio de Fria, a pouco mais de 100 quilómetros da capital, com as facilidades de importação de que dispunha, oferecia a altas personagens, cujos bons ofícios podiam ser úteis a essa empresa dominada por Péchiney, outras facilidades de realização de negócios e fortuna. A tudo isto é necessário acrescentar o tradicional contrabando de diamantes e todos os negócios fronteiriços de um país cuja política era, é certo, independente, mas que nem por isso deixa de estar rodeado de países cuja política e economia eram completamente diferentes, sem qualquer muralha a separá-lo destes. Deve acrescentar-se ainda que, por volta de 1961-1962, outros responsáveis adquiriram, aqui e ali, algumas plantações.

Tais são os caminhos da corrupção na Guiné, corrupção pobre e mesquinha em comparação com a do Ghana ou da Nigéria, corrupção à medida da economia do país e, portanto, ainda mais insuportável perante massas com menos recursos. Mas é também uma corrupção mais moderna, no sentido de que as estruturas tradicionais, no início do processo, não têm o mesmo peso que no Ghana ou na Nigéria. A intervenção dessas estruturas, sob a forma da solidariedade da família extensa, originando aquilo a que vai chamar-se o «parasitismo», provocando um afluxo às cidades — a Conakry, principalmente, uma vez que a urbanização estava muito menos avançada do que no Ghana — de jovens desempregados que vinham viver à custa dos membros relativamente abastados da família, gerou uma situação perante a qual várias vezes Sékou Touré vem mostrar publicamente a sua indignação, chegando a tomar medidas administrativas de repressão, sem grande sucesso. Devemos ter

em conta esta situação de fundo para procurarmos avaliar as tentativas teóricas do presidente guineense.

2 — *A teoria de Sékou Touré em 1959-1960*

Nestas condições, «seria impensável que nos inspirássemos no capitalismo para resolver os nossos problemas»[123], uma vez que não há acumulação de capital nacional; mas Sékou Touré hesita em proclamar-se socialista: falar-se-á de via de desenvolvimento não capitalista. A África inteira, dirá ainda, não comporta «senão uma única e mesma classe, a dos despossados». Mas a ideia vai ser ainda mais desenvolvida no discurso do 1.º de Maio de 1959. Em primeiro lugar, uma profissão de fé de internacionalismo proletário, que não tem nada de gratuito no pensamento de Sékou Touré, que sempre se manteve fiel a esse princípio, apesar das vicissitudes da sua diplomacia e dos altos e baixos das suas relações com os países socialistas e com os comunistas. Simplesmente, quando esperaríamos ouvir falar de proletariado, Sékou Touré fala do mundo do trabalho — se é para evitar a repetição ou para englobar o campesinato, não o sabemos; talvez seja também o eco de uma certa retórica jauresiana. A passagem seguinte dá, aliás, uma boa ideia do estilo oratório de Sékou Touré, nos seus melhores momentos[124]: «Nenhuma corrente de pensa-

[123] Entrevista ao *New York Herald Tribune*, Abril de 1959.

[124] Um universitário francês, L. V. Thomas, achou perfeitamente natural opor à «dialéctica rica, profunda, cheia de subtilezas, maravilhosamente expressa» de Senghor a «frase pesada, laboriosa, desajeitada» de Sékou Touré, acrescentando que é a oposição entre «um fino letrado e universitário» (Senghor) e «um tribuno e autodidacta» (Sékou Touré). Deixando de lado a solidariedade e orgulho de casta que se exprimem sem vergonha neste juízo desdenhoso (*Le socialisme africain*, Paris, 1966, t. II, p. 130, n. 143), parece-me mais útil observar que só ouvindo falar em público homens como Sékou Touré e, num estilo completamente diferente, Nkrumah podemos imaginar hoje o que seriam em Atenas ou na Roma republicana esses oradores-políticos cujos discursos lemos a frio. Se tivermos em conta tanto a importância como a significação da arte

mento, nenhum mito, nenhuma outra manifestação conseguiu estabelecer-se da mesma forma, a este nível universal [do mundo do trabalho], e atingir a mesma amplitude, a mesma força e uma significação tão profunda. Não há igualmente nenhum domínio em que o sentido de unidade e de solidariedade universal tenha sido entendido com uma tão perfeita clarividência. Precedendo as mais audaciosas teorias do universalismo e as lentas e laboriosas tentativas na via da solidariedade humana, o mundo do trabalho surge como o alicerce universal, a partir do qual se construirá uma sociedade humana liberta das suas injustiças, das suas iniquidades e das suas desigualdades.

Desde os desfiles vitoriosos dos trabalhadores que conquistaram o controle e a repartição equitativa do produto do seu trabalho e das suas obras às manifestações reivindicativas de um proletariado submetido à dominação e à exploração, criou-se um poderoso elo de fraternidade entre os povos do Mundo, para além dos diferentes sistemas políticos, das oposições de toda a ordem, e para além dos interesses de todas as origens, que dividem o Mundo e intervêm no curso evolutivo das nações, comprometendo-o cada vez mais razoavelmente com a via do progresso, da justiça e da solidariedade.»

Mas, se «os povos colonizados submetidos a uma exploração sistemática e às consequências desastrosas da dominação estrangeira não podem ser insensíveis ao carácter reivindicativo desta jornada de luta nem às perspectivas vitoriosas que encerra», é porque eles próprios são, enquanto povos, proletários explorados pelo colonialismo. No entanto, imediatamente depois de ter pronunciado uma expressão já utilizada em França por Pierre Moussa e André Philip, entre outros, o orador apressa-se a precisar o respectivo sentido. Os povos

oratória em África, em países de civilização oral, então veremos que a frase de Sékou Touré não é mais pesada do que a de um Demóstenes ou de um Cícero e que essa frase é utilizada para atingir em cheio multidões reunidas, público difícil por excelência.

colonizados são povos proletários «em função das afinidades morais e intelectuais que os ligam às classes proletárias do mundo moderno e da identidade dos sacrifícios que fazem pela causa da liberdade entre os homens e pela instauração de um regime de justiça universal». Resta que se nos deparam dois elementos aliados: por um lado, o proletariado como classe, quer o dos países socialistas, quer sobretudo o dos países capitalistas, onde se opõe ao capitalismo; por outro lado, os povos proletários, em que o conjunto do povo («intelectuais, camponeses, operários não qualificados, artífices, operários e comerciantes»[125], precisa ainda o mesmo discurso) equivale a uma classe explorada, e explorada pelo capitalismo estrangeiro. Esta concepção, no seu conjunto, compreende-se perfeitamente num país onde a diferenciação social não é muito marcada e cuja independência recente está ainda ameaçada por pressões de toda a ordem, pela dependência económica, pelas intrigas e conspirações dos antigos ocupantes[126] — ou por vezes de rivais que gostariam de recolher a herança.

Tudo isto é válido, na condição, bem entendido, de se conseguir impedir que se desencadeie o processo interno de diferenciação social. Ora a elaboração de um plano de desenvolvimento leva tempo; é iniciada no princípio de 1959, mas há hesitações e divergências no interior da equipe dirigente, isto é, entre os 17 membros da Comissão Política Nacional; a conservação da independência da Guiné, cercada, até ao Verão de 1960, pela comunidade gaullista, impõe manobras e compromissos diplomáticos e a política africana tem, também ela, as suas exigências[127].

125 *L'Action Politique du P. D. G. ...*, t. III, pp. 85 a 87, no que diz respeito às citações precedentes.

126 Para além do projecto abortado, em Março de 1959, de reconquista do alto-comissário em Dakar, Messmer, convém acrescentar a propaganda insidiosa dos franceses ligados ao anterior regime, que ficaram em Conakry, anunciando sem parar a próxima revolta do Futa, durante os primeiros meses de 1959.

127 Em Abril de 1961, durante um encontro para o qual me tinha con-

3 — *O plano e a viragem de Kankan (1960)*

Em suma, quando a Guiné se desliga finalmente da zona do franco, em 1 de Março de 1960, e se reúne a Conferência de Kankan do PDG para adoptar as grandes linhas do plano[128], surgem aqui e ali, como já foi possível verificar, e particularmente nas camadas dirigentes, fenómenos de enriquecimento mais ou menos obscuros, ainda limitados, mas significativos. Ora, em Kankan, depois de o relatório do ministro do Plano, vivamente aplaudido, ter anunciado uma planificação socialista[129], Sékou Touré intervém de uma forma inesperada para os delegados, no decorrer de uma sessão especial. Para dizer o quê? Em primeiro lugar, o que se segue, e que os delegados de Kankan fixaram, antes de qualquer outra coisa: «Não somos um regime comunista — devemos dizê-lo sem

vocado, Sékou Touré, comparando a situação da Guiné com a da URSS nos seus primeiros anos, disse-me: «No fundo, o bloqueio foi uma sorte para a URSS. Devido ao bloqueio, a Rússia pôde seguir pelo caminho que queria. Nós não temos bloqueio e, por isso, somos forçados a ter em conta os países que nos rodeiam. É mais complicado.» Este argumento encontra-se outra vez na Conferência de Kankan (*L'Action Politique du P. D. G. ...*, t. v, pp. 279-280 e sobretudo 292). Se bem entendo, Sékou Touré queria dizer que se a Guiné enveredasse aberta e resolutamente pela via do socialismo correria o risco de não ser compreendida pela opinião pública africana dos outros países. Ou estaria Sékou Touré a pensar nos governos desses países? Se pensava nas massas, é difícil compreendê-lo.

128 As grandes linhas, porque, de facto, o trabalho de elaboração do plano não estava inteiramente acabado em todos os seus pormenores, sendo que, de qualquer modo, estavam previstas etapes de elaboração; mas Sékou Touré não insistiu nesse ponto. O plano, ao fim e ao cabo, nunca foi terminado...

129 O texto do discurso de Keita N'famara sofreu alguns retoques ligeiros antes de ser publicado no tomo v de *L'Action politique du P. D. G. ...* (pp. 331 a 402) e o adjectivo «socialista» deixou de nele figurar. Deve notar-se que no tomo v este relatório surge impresso *depois* da intervenção de Sékou Touré de 4 de Abril, quando fora apresentado, aplaudido e aprovado *antes*. A intervenção presidencial veio modificar o sentido do relatório e ripostar às intervenções dos delegados na discussão. Mas, de acordo com um hábito muito frequente, não foi considerado útil publicar nem fazer conhecer ao público a própria discussão.

qualquer complexo nem falsa vergonha — e estamos muito mais preocupados em atingir rapidamente a nossa total emancipação, no quadro de uma África inteiramente livre e verdadeiramente unida, do que em adaptar as nossas condições e realidades a este ou àquele sistema político[130].»

Para maior segurança, Sékou Touré afirma contra toda a verosimilhança, e quase contra si próprio, que é possível dispensar a ideologia: «Cada vez que nos pedem para nos definirmos, cada vez que nos tentam forçar a escolher, respondemos que já nos definimos e fizemos a nossa opção. Definimo-nos pela África e é a África que escolhemos. Afirmam-nos que devemos necessariamente escolher entre o capitalismo e o socialismo, mas peço desculpa de o não fazer, e — aqui para nós — somos praticamente incapazes de definir o que é o capitalismo, o que é o socialismo.»

Confissão de uma falta de sinceridade evidente. Tanto mais que, para melhor defender esta surpreendente tese, neste discurso sem dúvida feito à pressa, nos é dito que «a planificação económica não é um atributo exclusivo dos regimes socialistas ou comunistas» (e é verdade que há planos capitalistas, mas é fácil mostrar que um plano socialista não é da mesma natureza que o V Plano francês, por exemplo). Implicitamente, Sékou Touré opõe comunismo à vontade popular, ora pondo em paralelo a mais-valia capitalista e a percepção pelo Estado dos lucros das empresas nos países socialistas, ora afirmando: «A soberania nacional, quede sejamos ver assegurada pelo povo e para o povo, não deve ser confiscada em proveito de uma minoria que dirigiria o país, não em função dos seus interesses reais e segundo as suas reais possibilidades, mas em função das teorias capitalistas ou comunistas.»

Quererá isto dizer que a via socialista equivaleria à ditadura de uma minoria? Outra oposição, não menos inesperada. «Não se trata de saber qual o regime que, em última análise,

130 *Op. cit.*, p. 296. Citações seguintes: sucessivamente, pp. 281, 297, 302, 285 e 292.

vamos adoptar, trata-se de conhecer perfeitamente as nossas realidades concretas e, no quadro de uma acção revolucionária, de encontrar os melhores meios que nos permitam atingir os nossos objectivos económicos e sociais, morais e intelectuais.»

Em suma, segundo Sékou Touré, a Guiné deve empenhar-se numa revolução que não tem definição, que rejeita toda a ideologia — a menos que a África seja em si mesma uma ideologia —, mas, de qualquer maneira, não será capitalista nem socialista; e que deve desenvolver-se, no entanto, em função do plano trienal que acaba de ser apresentado e aprovado. Parece, contudo, que mais tarde será talvez possível uma opção, porque: «Não nos desinteressamos dos grandes problemas de orientação e das grandes opções ideológicas que se põem, ao nível dos povos que atingiram o seu pleno desenvolvimento, mas afirmamos que ainda não realizámos as condições que nos permitem escolher, a exemplo dos países plenamente emancipados e que têm uma longa prática da soberania nacional.»

Felizmente, alguns meses mais tarde, a Conferência de Moscovo dos 81 partidos punha em circulação o conceito de democracia nacional, que deixou perplexo um grande número de comunistas, mas de que Sékou Touré pôde apoderar-se para uso próprio.

Se considerarmos o conjunto desta intervenção precipitada e colérica, observamos que a política externa ocupa nela um lugar importante e que é isto que deve explicar aquilo. Não se definir ideologicamente é também não ter de fazer uma opção nas relações internacionais, é poder conduzir uma política de oscilação em equilíbrio entre as grandes potências industrializadas, quer socialistas, quer capitalistas, é reservar-se toda a possibilidade de procurar auxílio financeiro externo alternadamente em todos os bolsos, de Pequim a Washington, via Moscovo — e não ser obrigado a um excessivo rigor na aplicação da linha geral na política interna. Porque a fórmula «fazer a economia da sua política» não significa aqui que a

planificação seja, em primeiro lugar, uma decisão política essencial, mas que, uma vez tomada esta decisão, a direcção guineense não se preocupará com as leis objectivas da planificação, nem se sentirá forçada a conformar doravante a sua política a essas leis.

«O nosso plano trienal não pode resolver todos os problemas económicos e sociais. Embora seja um dos meios do nosso desenvolvimento, não é o único nem o mais importante. É por isso que a planificação não pode excluir qualquer outro meio que possa contribuir efectivamente para o desenvolvimento económico e social do país, tendo-se fixado que esse desenvolvimento é o objectivo maior das nossas actividades económicas e sociais[131].»

Semelhantes variações e desfasamentos, em relação a uma linha já adoptada, autorizam, parece-me, a falar de empirismo.

Mas, ao proceder assim, Sékou Touré, em nome da unidade, bem entendido, tomava posição contra as tendências de esquerda que se manifestavam no PDG de 1959 a 1961. No Congresso de 1959, um delegado de Kankan fez uma intervenção reclamando que o partido se empenhasse abertamente na construção do socialismo. Sékou Touré respondeu: «O camarada pensa, portanto, que a Guiné é um país capitalista?» Resposta hábil, mas que não era resposta. Em Kankan, os delegados tinham aplaudido entusiasticamente as passagens dos relatórios económicos que mencionavam os créditos abertos à Guiné pelos países socialistas, haviam aplaudido a palavra e a ideia «socialismo», e, nas suas intervenções, tinham levantado

131 *L'Action politique du P. D. G. ...*, t. v, p. 289 (relatório à Conferência de Conakry, 14 de Agosto de 1961). Esta Conferência, que se deveria ter reunido em Labé e foi, à última hora, convocada para a capital, conduziu, contudo, à adopção de uma resolução preconizando medidas para aumentar a produtividade, estabelecendo-se normas de rendimento do trabalho e salários diferenciados: mas estas medidas não foram aplicadas. A Conferência seguinte deveria analisar o balanço financeiro da Guiné, após dezoito meses de planificação: mas a descoberta de uma conspiração permitiu fazer centrar os trabalhos da Conferência de Labé, no Natal de 1961, na repressão, e não no plano.

a questão do enclave económico de Fria, que fora deixada fora do plano[132], e a questão da barragem hidroeléctrica de Konkouré, etc. Ao que Sékou Touré respondeu: «Nunca esteve em questão nacionalizar o que quer que fosse» (quando, de facto, houve toda uma série de nacionalizações de 1960 a 1962), frase que não deixou de lançar uma certa confusão no espírito dos quadros do partido. Há alguns meses que se ouvia frequentemente deplorar o facto de o PDG, a partir da independência, ter deixado de ter um programa claro. Havia a intenção de se exigir a definição de uma linha ideológica. No início de 1960, o recomeço dos trabalhos preparatórios do plano e bem assim a decisão tomada e aplicada de criar uma moeda nacional tinham feito nascer a esperança de que a via ia ser finalmente traçada de um modo irreversível. E as passagens do relatório de Keita N'famara que proclamavam «o carácter obrigatório do Plano», nomedamente «no que diz respeito a todos os organismos públicos e semipúblicos»[133], não tinham levantado qualquer objecção. Havia, sem dúvida alguma, uma tendência de direita bem real, mas que não sonhava sequer exprimir-se abertamente nos congressos e conferências[134]. Em tal conjuntura, a intervenção de Sékou Touré falseava tudo, num momento decisivo da história da Guiné independente. Longe de contribuir para essa unidade, que

132 A nacionalização imediata da fábrica de alumínio de Fria, única grande empresa industrial moderna da Guiné, não tinha sido, nem podia ser, encarada nesta etape da reconstrução nacional. Mas o plano tinha pura e simplesmente afastado Fria dos seus cálculos: há razões para pensar que não se tratou de uma opção feita deliberadamente pelos especialistas, mas de uma directiva imperativa do governo guineense. Lacuna evidente.

133 *L'Action politique du P. D. G. ...*, t. v, p. 334.

134 Havia indiscutivelmente opositores entre os membros do secretariado político: o nome de El Hadj Fofana era muitas vezes apontado como o de um deles, o que não o impedia de ter a seu cargo a contadoria guineense do Comércio Interno. Havia outros opositores no governo, como certamente Barry Ibrahima, conhecido por Barry III, que, no entanto, foi nomeado ministro do Plano, em 1961. Tinham, contudo, fraco apoio e eram obrigados a declarar-se favoráveis ao plano.

enaltecia, obrigava toda a gente a interrogar-se sobre qual era ao certo a via escolhida. E as clivagens ideológicas, tal como as clivagens sociais, iam acentuar-se muito rapidamente nos meses seguintes.

Na realidade, a diferenciação ideológica tornava-se, nas condições da Guiné, o equivalente da luta de classes nos países capitalistas. A este nível, não podemos ficar-nos pelo estreito quadro delimitado pelas fronteiras nacionais. Mesmo que o proletariado seja numericamente muito fraco, a ideologia internacional do proletariado penetra no país e nas consciências; ainda que não haja uma verdadeira burguesia, a ideologia ou ideologias do capitalismo penetram da mesma maneira[135], e a relação de forças entre os dois grupos pode tornar-se tão decisiva para a orientação da economia do país como o são, noutros países, greves e manifestações. Assim, a intervenção do chefe de Estado contra a tendência socialista, embora esta seja representada por intelectuais — como o era, aliás, na sua maioria, no Comité Central bolchevique de 1917 ou, mais tarde, na direcção do Partido Comunista Chinês —, não só lança a confusão nos espíritos, como faz pender a balança para a direita.

4 — *A crise amadurece (1960-1961)*

Entre a adopção do plano, cuja aplicação se iniciava em 1 de Julho de 1960 — nesse dia Sékou Touré encontrava-se em Accra —, e a crise económica e política de Novembro-Dezembro de 1961, os acontecimentos iam provocar simultaneamente um reforço da tendência de direita e uma exasperação da tendência de esquerda, ao mesmo tempo que as cliva-

135 Esta ideologia foi-me exposta sem complexos pelo secretário-geral do governo, Balla Camara, num dia de 1962. Sustentava ele que mais valia conseguir a felicidade imediata e actual dos indivíduos do que fazer sacrifícios pela felicidade das gerações futuras, sacrifícios que o socialismo necessariamente exigiria, segundo dizia, num país subdesenvolvido.

gens sociais se iam rapidamente tornando mais profundas. Era já uma singular imprudência da parte de Sékou Touré declarar, a 4 de Setembro de 1960, quando se faziam sentir restrições dos produtos de consumo[136], que o governo, dentro em breve, asseguraria todo o abastecimento necessário, *e mesmo o supérfluo*, perante uma multidão que, aliás, não pedia tanto. Era ainda mais singular recusar-se a dar ao Ministério do Plano a autoridade necessária sobre os outros ministérios económicos e os meios de a exercer. Não o era menos voltar a trás, no início de 1961, sobre as decisões anteriormente tomadas no domínio do comércio externo, e substituir a Contadoria do Comércio Externo por sociedades nacionais de importação, prometendo uma espécie de liberalização. Era também singular deixar arrastar pelos ministérios durante meses,

136 A interrupção das relações financeiras com a França, decidida por Paris, depois da criação da moeda guineense, provocava restrições de toda a ordem. Provocou, por exemplo, no Verão de 1960, uma falta total de vinho: num país maioritariamente muçulmano, não era, apesar de tudo, tão grave como a escassez de açúcar, de lâmpadas eléctricas, de faróis de automóveis, etc. No entanto, o vinho faltou apenas durante três semanas, enquanto outros produtos dificilmente voltavam a aparecer. O álcool não faltou, porque vinha de contrabando da Serra Leoa. Mais tarde apareceram de repente, numa grande loja do Estado, produtos de beleza, não apenas supérfluos, mas de preços notavelmente baixos. Houve o caso dos 30 000 bidés importados, que eu vi atravessarem Conakry em cima de camiões. Para compreender estas abusivas importações de um Estado cujos recursos eram limitados é necessário saber que a criação da moeda foi seguida pela aplicação de uma curiosa política: os 6 milhares de milhões de francos CFA (à taxa de câmbio, 12 milhões de francos velhos franceses) foram utilizados para compras ao estrangeiro e para fazer um adiantamento ao Mali, que devia ser deduzido na dívida ghanesa da Guiné, uma vez que esta moeda circulava nos países da Comunidade. Por outras palavras, os 6 milhares de milhões de francos CFA em circulação, em 1 de Março de 1960, tinham sido duplicados de um dia para o outro ... A esta situação acrescentavam-se, evidentemente, as posses no estrangeiro de altas personagens e as traficâncias de toda a espécie, e a não convertibilidade do franco guineense encorajava todos aqueles que queriam gozar a vida. O exemplo foi seguido a todos os níveis. Diz-se mesmo que um comandante de região, numa zona fronteiriça, utilizou largamente o contrabando para assegurar o desenvolvimento dessa região ...

sem tomar qualquer decisão, planos de fábricas apresentados pelos países socialistas. E assim sucessivamente. Lamentar-se, como fez Sékou Touré, na Conferência de Conakry em Agosto de 1961, pelo facto de «todo o funcionário, embora compenetrado da justeza e da orientação política do partido e das resoluções e recomendações que daí decorrem, esperar que as decisões que devem transpô-las para a prática venham do escalão superior»[137] era, no fundo, procurar bodes expiatórios para as fraquezas ou, na melhor das hipóteses, hesitações do poder central. Verificar, como o fazia o mesmo relatório, o desenvolvimento do «parasitismo comercial», mas acusar apenas os pequenos burlões e até os consumidores, era pelo menos atenuar as responsabilidades dos dirigentes nomeados pelo Poder e que começavam a ser imitados. O anúncio, em 13 de Abril de 1961, da assinatura de um contrato com um consórcio capitalista da Europa Ocidental (Consafrique) para a exploração do ferro do Monte Nimba (na fronteira Guiné-Libéria) inquietou a tendência de esquerda. Por outro lado, o fracasso, admitido talvez cedo de mais, das lojas do Estado, seguido da liquidação da Contadoria do Comércio Externo, encorajava os comerciantes privados a apresentarem novas reivindicações e a explorarem a situação[138]; neste campo, podia até acontecer juntarem-se, por vezes, progressistas e conservadores — precisamente devido à inexistência de uma ideologia clara. Dir-se-á que, apesar de tudo, o balanço não era inteiramente negativo: os principais bancos tinham sido nacionalizados em Agosto de 1960, haviam sido criados alguns estaleiros, terminava-se a construção de uma tipografia moderna

137 *L'Action politique du P. D. G.* ..., t. VI, p. 439.

138 Na Conferência de Conakry, Sékou Touré anunciou que a liberdade de comércio era restabelecida, sendo toda a especulação asfixiada por uma sólida organização do controle dos preços. No encontro de 1961, a que acima fiz alusão, Sékou Touré apresentava estas medidas como um recuo necessário, para não ir contra os interesses do povo, mas acrescentava que o objectivo final continuava a ser a eliminação de todo o comércio privado.

e de uma nova estação de rádio de grande potência, estava a ser ampliado o aeroporto, faziam-se esforços para criar cooperativas agrícolas, etc. Nem por isso o ritmo deixava de ser demasiado lento, em relação aos imperativos iniciais do plano trienal.

Surgem então nas resoluções das secções do PDG alguns sinais do mal-estar e descontentamento existentes. É interessante salientar, numa resolução da união local dos sindicatos de Kankan, de 14 de Outubro de 1961, a afirmação de solidariedade para com os grevistas da Libéria — cuja greve tinha obviamente sido reprimida pelo governo Tubman[139]. É ainda mais significativa a forma como a secção do PDG de Conakry II reclama, nesse mesmo mês de Outubro, medidas de depuração. «Deve assinalar-se que a confiança fraterna depositada pelo partido e pelo país nos responsáveis da antiga Contadoria, conservando-os nos postos de direcção da nova organização [sociedades nacionais de importação], é muitas vezes traída e que as práticas verificadas, ao nível de certas novas empresas nacionais, constituem já um exemplo típico. Por conseguinte, a Conferência exorta o partido e o governo a procederem sem demora a uma depuração radical neste sector chave, de que depende essencialmente o sucesso de qualquer plano económico.»

5 — *A crise de Novembro-Dezembro de 1961*

Em vez da depuração reclamada, houve a crise de Novembro de 1961: Sékou Touré mandou prender, primeiro, cinco dirigentes do sindicato dos professores e, depois, um certo número de intelectuais de esquerda; exigiu que a Conferência

139 «Os trabalhadores de Kankan [...] registam com satisfação a greve histórica dos 15 000 trabalhadores liberianos, greve que consideram uma contribuição positiva para a luta contra a política de sujeição e de exploração dos monopólios americanos.» (*Horoya*, de 31 de Outubro de 1961, onde é também publicada a resolução de Conakry — II.)

de Labé pedisse o «castigo supremo» para os «traidores», mas aproveitou para evitar a discussão sobre o balanço do plano, a escassez de arroz que grassava em Outubro-Novembro, e todos os problemas concretos. Ao mesmo tempo, expulsava da Guiné o embaixador da URSS, lançava ataques não dissimulados contra os países socialistas, enviando mesmo uma delegação a Nkrumah para o alertar contra o auxílio socialista, e operava uma viragem à direita no plano interno, ao mesmo tempo que, no plano das relações externas, se virava para o Ocidente e para os países africanos pró-ocidentais, como a Libéria[140]. As justificações adiantadas durante estas semanas

140 A crise rebentou num momento em que se punham problemas urgentes: na Conferência de Labé, prevista para Dezembro, já não ia ser possível iludir a questão do *deficit* excessivo da balança comercial, nem a questão, relacionada com esta, dos planos anuais de importação, decididos em princípio e até elaborados, mas nunca aplicados. Também não teria sido possível evitar uma discussão sobre a falta de arroz, produto de base da alimentação das massas guineenses, durante várias semanas consecutivas, em Outubro-Novembro. Nem o debate sobre a corrupção. E as campanhas verbais contra as importações e o auxílio dos países do Leste — que tinham já ocasionado dois graves incidentes com os checos, no Verão de 1961 — teriam, sem dúvida, encontrado eco. É verdade que havia descontentes e que os marxistas guineenses se encontravam para discutir esses problemas — não sem hesitações, improvisações e imprudências, é certo. Em contrapartida, o papel do secretário político Diallo Saifoulaye continua a ser obscuro: tinha, sem dúvida alguma, relações com os altos funcionários do plano, que foram presos em Dezembro, e com alguns outros. Concretamente, por que razão declarou, por essa altura, a uma delegada do Partido Comunista Francês: «A próxima vez que vier à Guiné, penso que poderá saudar o partido comunista guineense»? Em todo o caso, em consequência de um caderno reivindicativo do sindicato dos professores, que tinha sido dirigido ao governo e às secções do partido, regiões, etc., Sékou Touré exigiu que a Conferência dos Sindicatos — reunida para discutir a racionalização do trabalho, a produtividade, etc. — demitisse a direcção dos professores, contra a qual foi imediatamente intentado um processo por alta traição. O Tribunal especial absolveu uma parte da direcção — se bem que houvesse, entre os absolvidos, homens que tinham dado o seu acordo ao caderno e tinham participado na sua difusão — e condenou os outros cinco a penas de dez e de cinco anos de prisão. Entretanto, tinha rebentado um motim em Labé: dois mortos. Em seguida, Sékou Touré partiu em viagem pela Alta Guiné, enquanto

vão desde qualificativos insultuosos — «os pseudomarxistas-leninistas» — à condenação da «mais vulgar expressão de um igualitarismo para além de todas as medidas» que um poema do historiador e autor dramático Djibril Tamsir Niane conteria[141], e a uma teoria, exposta em Labé, estabelecendo a identidade dos conceitos de povo, Estado, nação e partido. Em contrapartida, não se trata da identificação do partido com a

os estudantes de liceu de ambos os sexos entravam em greve, no dia 25 de Novembro. Os estabelecimentos secundários foram encerrados, o exército e as juventudes do Partido intervieram brutalmente e houve outras prisões de estudantes e vigilantes. No regresso de Sékou Touré desta viagem pela Alta Guiné, onde descobriu uma série de escândalos (que tinha obrigação de ter conhecido antes, através de certos relatórios de magistrados acerca, por exemplo, da transformação do investimento humano em trabalho forçado), houve uma nova vaga de prisões: um magistrado, dois altos funcionários do plano, o representante do PAI na Guiné, etc. Desta vez não houve processo nem condenação, mas prisões completamente arbitrárias. Ao mesmo tempo, desencadeava-se a campanha contra os países socialistas. Em Labé, Sékou Touré insistiu em obter a autorização das secções do PDG para mandar executar os prisioneiros: no entanto, o acordo foi dado de bastante má vontade, enquanto a população, embora não querendo seguir os estudantes do liceu na sua acção, se recusava, no entanto, a seguir o governo no seu apelo a uma luta violenta contra a esquerda e os países socialistas. A viagem de Mikoyan a Conakry, em Janeiro, não conduziu a qualquer acordo: não houve comunicado conjunto. Convém assinalar que, desde a chegada de John Kennedy ao poder, os Estados Unidos eram representados, em Conakry, por um embaixador particularmente hábil: Atwood, que foi seguidamente embaixador no Quénia, onde não teve menos sucesso.

141 Niane é autor de *Soundiata ou l'épopée mandingue* (Présence Africaine, 1960), de uma adaptação de *L'Avare* em malinké, e de uma outra peça, *Les Fiançailles Tragiques*, inspirada numa lenda africana e representada em 1961, em Conakry. Tinha feito igualmente investigações históricas sobre o Império do Mali. Quanto ao poema citado por Sékou Touré, no seu discurso de 18 de Dezembro de 1961 (*Horoya*, 19 de Dezembro de 1961), era uma revelação, porque o presidente guineense utilizava como elementos de acusação contra os prisioneiros, que não tinham meios para se defenderem, rascunhos encontrados no decurso das investigações. O poema — que o autor poderia ter refundido, quem sabe? — tornou-se rapidamente célebre em Conakry, onde circulou sob a forma de panfleto. Outros rascunhos de Niane foram revelados do mesmo modo por Sékou Touré, especialmente um texto importante sobre o campesinato e o parasitismo (*Horoya*, 28 de Dezembro de 1961).

sua direcção — o que constitui, contudo, o fundo do problema.

A evolução para a direita não impede, contudo, Sékou Touré de falar em socialismo, precisamente neste período. No Ano Novo, quando a opinião pública guineense se perguntava com angústia se os prisioneiros de Novembro-Dezembro não iriam ser executados, Sékou Touré incluía numa longa mensagem o adjectivo «socialista», declarando que o PDG assumia com eficácia «o papel de vanguarda, à cabeça da frente anticolonial e de edificação socialista da nossa acção»[142]. No Congresso de Dezembro de 1962, enquanto os representantes guineenses no colóquio de Dakar tinham o cuidado de não se comprometerem, Sékou Touré anunciava que a experiência da Guiné constituía «uma tentativa nova de desenvolvimento socialista a partir das realidades camponesas».

A propósito do sector privado guineense, falava mesmo de uma «burguesia [...] que está na base de todas as actividades subversivas». Mas o apelo à luta contra o aburguesamento não alterava grandemente a evolução real; a decisão, tomada em 1963, de decretar uma baixa de preços autoritária conduziu a um malogro. Em suma, o desfasamento entre as palavras de ordem progressistas e a vida tende a acentuar-se cada vez mais.

6 — *Teoria e prática em 1963*

Mas é em 1963, após a Conferência de Adis Abeba, que Sékou Touré, que acabava de dar novos passos na direcção do sector privado, tenta teorizar a sua viragem à direita: o resultado é uma brochura intitulada: *La Révolution et l'unité populaire*[143], que, no fundo, tende a mostrar as diferenças entre a democracia nacional — isto é, para Sékou Touré, o regime guineense — e o marxismo. O essencial é a substitui-

142 *Horoya*, 24 de Janeiro de 1962.

143 Publicada em *Recherches Africaines*, n.º 4, Outubro-Novembro de 1963, Conakry, pp. 5 a 33, e separadamente, em brochura, em Janeiro de 1964.

ção de toda a análise social por uma unidade mítica do povo, apenas excluindo do seu interior «comportamentos negativos», tratados no seu aspecto exclusivamente individual. Este tipo de unidade, em que povo, partido e nação se confundem num bloco compacto e concorrem para negar totalmente a realidade visível, tem um certo ressaibo de fascismo. Como Sékou Touré não suscitou, contudo, uma organização de massas fanatizada de tipo fascista, tudo o que resulta desta fantasmagoria ideológica é a justificação do autoritarismo governamental. Este não tem de se preocupar com a separação dos poderes (a qual não teria, segundo nos é dito, «outro resultado senão privar o povo das suas prerrogativas, fazendo prevalecer sobre os seus interesses ou os interesses do Estado, do Exército e da Justiça, ou... os do Parlamento»); na prática, isto significa que o Estado, sob a dupla forma de secretariado político do PDG e de governo, dá ordens aos magistrados e intervém, mais ou menos arbitrariamente, segundo os casos, na marcha da Justiça. Se bem que esta unidade mítica reúna, no partido que é identificado com o povo, «todas as classes», isto é, «o comerciante, o industrial, o plantador e os seus empregados, operários e clientes [...] os ministros, os governadores, os directores dos serviços e das empresas, assim como os agentes colocados sob a sua autoridade profissional», há, apesar de tudo, uma certa «instabilidade social» e algumas contradições, mas estas são mais «sequelas da dominação colonial» do que «consequências de um movimento próprio da evolução interna das nossas sociedades». No entanto, a lista dos elementos que constituem o partido-povo aumentou em relação à que o mesmo autor apresentava, no 1.º de Maio de 1959: nem o industrial nem os plantadores aí figuravam então. A simples comparação entre os textos do próprio Sékou Touré revela que se passou qualquer coisa. Mas eis que as contradições voltam a aparecer; somente, trata-se de uma contradição entre operários e camponeses: «Sem uma burguesia capitalista desenvolvida, tendo liquidado a propriedade fundiária na sua forma reaccionária e retrógrada, possuindo quando muito um embrião de classe operária, cujos interesses imediatos não se encontravam em estreita harmonia com os interesses fundamentais das massas trabalhadoras camponesas (cuja quase totalidade, sendo constituída por produtores agrícolas independentes, se encontrava privada dos benefícios, mesmo irrisórios, ligados ao regime salarial)», tal era a nação guineense em 1958-1959, segundo o seu presidente. Ocasionalmente, Sékou Touré, que declara não renunciar ao internacionalismo, ataca os partidos «comunistas ou socialistas» da Europa, considerando-os no mesmo plano, porque tanto uns como outros teriam subordinado «a emancipação dos povos coloniais à sua própria vitória política» e tratado os movimentos de libertação como uma força de apoio. Em suma, às ditaduras de classe, o PDG «preferiu» a ditadura do povo, fornecendo um modelo de democracia nacional.

Mas, ao mesmo tempo, Sékou Touré, chefe de Estado, estava prestes a fazer enormes concessões ao sector privado: um discurso pronunciado em 9 de Outubro de 1963, perante os delegados dos comerciantes, das cooperativas e das sociedades comerciais, e o corpo diplomático, revela-nos, acima de tudo, que, se houve num dado momento um monopólio comercial do Estado foi porque os países socialistas o tinham exigido, porque os acordos «só eram válidos de Estado para Estado». Se o sistema de preços tabelados obrigatórios dos produtos de base essenciais às massas e da baixa de preços do açúcar ou do arroz funcionou mal, foi porque se tinham «sobrevalorizado as capacidades de compreensão» do povo. Mas agora é necessário voltar ao comércio privado, porque «o comerciante privado tem um sentido das responsabilidades mais vincado e certamente um maior gosto pelas suas actividades, pela conservação das mercadorias e seu rápido escoamento do que o funcionário que recebe o seu ordenado no fim do mês, cujo único incentivo consiste em pensar de tempos em tempos na nação e numa responsabilidade, que, na maioria dos casos, descuida e ridiculariza». Os comerciantes são, apesar de tudo, aconselhados a não se tornarem escravos do dinheiro.

A livre concorrência entre o sector privado e o sector público é igualmente restabelecida. As sociedades do Estado serão suprimidas nos sectores em que uma empresa privada se revele capaz de satisfazer melhor as necessidades do consumidor.

Este apelo à iniciativa privada numa situação económica difícil poderia ser um meio de reequilibrar a situação, para em seguida arrancar a partir de bases novas. Mas nesse caso, seria necessário que pudesse surgir na Guiné uma burguesia nacional, ou que essa burguesia tivesse ao menos alguma autonomia, quando, até aqui, se orienta para o comércio e não para os investimentos produtivos[144], justamente para ganhar mais e mais depressa. Seria também necessário que o Estado mantivesse firmemente o monopólio do comércio externo — o que parece já não acontecer, em 1963, embora o princípio se mantenha na Guiné — e pudesse inserir este sector privado no quadro de uma planificação flexível, mas claramente definida: o que já não é o caso da Guiné, no fim de 1963, enquanto o plano trienal foi, segundo se reconhece, um «semifracasso»[145]. De facto, as medidas tomadas em 1962-1963 são simplesmente o reconhecimento de uma grave crise ao nível dos abastecimentos e da moeda, em que os imperativos do plano foram sacrificados com vista a sair do impasse, à falta de outra solução imediata, para que o país pudesse simplesmente ser abastecido.

7 — *A viragem de 1964 e a sua continuação*

Mas alguns meses mais tarde, Sékou Touré reconhece que a realidade social se modificou. Em 22 de Novembro de

144 O plano trienal previa, tal como o plano septenial ghanês de 1964, um sector privado guineense. De facto, houve apenas uma pequena empresa de sumos de frutos (que, aliás, exigia importações) e uma empresa de táxis individuais: praticamente nada.

145 Segundo Jacques Arnault, *Du colonialisme au socialisme,* Éditions Sociales, 1966, p. 197, que descreve conversações e entrevistas realizadas em Conakry, em Maio de 1964.

1964, diz: «O povo da República da Guiné, o seu partido e o seu governo [...] entendem doravante que uma clivagem precisa se opera entre a imensa maioria do nosso povo conquistada para a acção revolucionária e uma minoria de homens indignos da cidadania guineense.» Essa clivagem, precisa, não vai provocar, apesar de tudo, a retirada da nacionalidade aos guineenses indignos, mas a reacção governamental traduz-se pelo anúncio de medidas de verificação da origem dos bens dos altos responsáveis do partido e da administração, por uma apertada regulamentação da profissão de comerciante (devendo os comerciantes justificar um capital inicial fixado), pela proibição de qualquer guineense, que explore o trabalho de outrem, ser eleito para postos de responsabilidade no partido, etc. Em suma, em Novembro de 1964, Sékou Touré é forçado a admitir que há, pelo menos, camadas exploradoras na própria Guiné e que se impõe a luta contra elas. Em Maio de 1964, perante o Conselho Nacional da Revolução, Sékou Touré denunciava o negócio dos empréstimos à construção; admite, perante um comunista francês, que muitos quadros políticos e administrativos fazem negócios por interposta pessoa[146]. Um pouco mais tarde, por volta de 1966, reconhe-

146 Jacques Arnault, *op. cit.,* pp. 197 e 195. Mas os negócios de que Sékou Touré fala abertamente, em Maio de 1964, eram conhecidos de toda a Conakry (e de toda a Labé, etc.) desde 1961 ou 1962. No decurso do meu encontro de Abril de 1961 com Sékou Touré, este negava resolutamente a existência de qualquer possibilidade de acumulação de capital privado na Guiné do plano, uma vez que, tendo o Estado na mão as alavancas de comando da economia, não havia o risco de se fazerem investimentos privados. E dava como exemplo o caso dos motoristas de táxis, no qual parecia ver um exemplo de empresa privada individual: basta-nos criar carreiras de autocarros para que eles deixem de poder fixar os preços à sua vontade. Observei-lhe que, como utente dos táxis, sabia muito bem que o motorista de táxi não era proprietário do seu instrumento de trabalho, que pertencia geralmente a médios ou a altos funcionários. «Mas isso é proibido!», exclamou Sékou Touré. «E, aliás, isso não é acumulação, é roubo!» Era efectivamente proibido: mas a proibição nada impedia.

ce-o nestes termos: «É certo que, ao longo destes últimos anos, se instalou, no interior do partido e ao nível das administrações públicas e das empresas do Estado, uma propensão para a burguesia burocrática, da qual um bom número de elementos fez nascer à sua volta uma 'clientela' de comerciantes, transportadores, proprietários de prédios rústicos e urbanos, passando a embriões de uma burguesia nacional tal como os seus protectores. Mas a lei-quadro de 8 de Novembro de 1964 surgiu para destruir esta tentativa. Seja como for, outras medidas surgirão, além das que já foram tomadas, para impedir todas as novas veleidades de aburguesamento.» E ainda: «O 8 de Novembro veio precisar o conteúdo social do regime, que faz assentar nas classes laboriosas, eliminando os capitalistas e os outros reaccionários da direcção do partido e do Estado[147].»

Em 1967, eis que Sékou Touré dá novo passo em frente. Volta à ideia da hegemonia da classe operária. «Está provado que a classe do progresso, a verdadeira classe da revolução, a que é capaz de todos os sacrifícios e de todas as transformações sociais dinâmicas é a classe operária.»

Mas é preciso ter em conta as realidades da Guiné. Sékou Touré admite que o proletariado guineense pôde tomar consciência das exigências revolucionárias mais cedo do que o campesinato guineense. Este constitui «uma classe heterogénea, de pequenos proprietários, de criadores de gado e de operários agrícolas, que adquirem uma boa parte da sua subsistência fora do circuito monetário. Assim, ligado ao sentido da propriedade e sofrendo a natureza em vez de a dominar, especialmente e mentalmente mistificado, tudo parecia concorrer para manter o camponês na passividade.» Mas numa sociedade em que os trabalhadores assalariados constituem menos de 5 % da população

Quanto ao roubo, toda a acumulação primitiva capitalista, de um ponto de vista estritamente moral, é roubo; aliás, o capitalismo também. O juízo moral, contudo, não resolve nada.

147 *L'Afrique et la révolution*, pp. 115 e 171.

e o campesinato 85 %, a ditadura da classe operária não podia ser posta em prática, continua Sékou Touré. Portanto, que fazer? «Dar a mesma formação ideológica a um e a outro (ao operário e ao camponês), dotar todas as camadas laboriosas da mesma vontade de acção ...» Mas a unidade já diz apenas respeito às camadas laboriosas.

«A luta de classes organiza-se de mil e uma maneiras. Como? No sentido em que, embora qualquer homem ou mulher possa aderir ao partido, na condição de aceitar os seus princípios e os seus estatutos, não se pode, contudo, pertencer a nenhuma das direcções do partido senão em certas condições, que correspondem à ausência de sentimentos de exploração ou caracterizam a renúncia à prossecução de interesses privados[148].»

De facto, o Congresso do PDG de Outubro de 1967 vai reafirmar as medidas tomadas em Novembro de 1964 — e seguidas de certas prisões — e anunciar mesmo uma nova verificação dos bens adquiridos ou mal adquiridos: as medidas de 1964, portanto, não tinham sido suficientes. Mas estaremos, em 1967, perante uma nova viragem à esquerda?[149]

Apesar de tudo, o texto acima citado espanta-nos pelo seu juízo acerca do campesinato guineense. Que este passe a ser heterogéneo é o reconhecimento de um facto, para o qual, como já vimos, fora chamada a atenção desde os finais de 1959. Mas que acontece quanto à sua tomada de consciência? E não se deveria adivinhar por trás da reedição por Sékou Touré de temas conhecidos na literatura marxista o desapontamento devido ao fracasso do plano no sector agrícola, à ausência de um suficiente crescimento da produção agrícola e pecuária e mesmo a uma espécie de greve praticada nomeadamente pelos criadores de gado, que, considerando insufi-

148 Entrevista publicada in *La Nouvelle Revue Internationale*, 1967, n.º 4, pp. 38, 41 e 42.

149 Note-se que alguns dos presos de 1961 foram libertados em Outubro de 1964 e os restantes em Outubro de 1967.

cientes os preços de compra fixados pelo governo, não hesitavam em atravessar as fronteiras com os seus rebanhos? Do mesmo modo, as migrações que, até 1967, se verificaram através das fronteiras eram migrações camponesas. Porque as exportações planeadas, dado o nível de desenvolvimento das forças produtivas na Guiné e devido ao facto de a produção de alumínio depender de Fria, provinham em grande parte deste sector, e o insucesso na agricultura condenava ao malogro todo o plano trienal (até 1963), e septenial (a partir de 1964). Por outro lado, as massas rurais, se tinham necessidade de ser abastecidas e de viver, tinham também necessidade de democracia, depois de, no período da colonização, terem suportado o fardo mais pesado. Durante algum tempo, com a supressão da chefatura e a eleição dos conselhos de aldeia, e seguidamente com a independência, o campesinato pôde respirar. Mas muito em breve os métodos autoritários ao nível das regiões reapareceram. E foi a decepção. Talvez se deva ter em conta esta situação nova, para apreciar a entrevista de 1967 de Sékou Touré.

8 — *Tentativa de balanço*

Seja como for, o entusiasmo e a esperança que a experiência da Guiné suscitaram, dão lugar, a partir da crise de 1961-1962, à desilusão, ao cepticismo ou ao espanto. É certo que a Guiné não foi reintroduzida no círculo familiar dos Estados ex-franceses, com os quais Paris «coopera» (embora o apelo, lançado por Sékou Touré ao Congresso de 1967, no sentido de serem reatadas as relações diplomáticas interrompidas em 1965 e estabelecida uma certa forma de cooperação revele uma evolução). É certo que não houve golpe de Estado militar na Guiné, mas um sobressalto nacional após o do Ghana. Como também é certo que o sector público continua a ser importante e que foram construídas e entraram em actividade algumas fábricas (de cigarros, de têxteis, de isqueiros, etc.). Paralelamente ao enclave de Fria, existe hoje um enclave

exclusivamente americano, em Boké (a Harvey Aluminium Company), que se dedica igualmente à exploração e tratamento da bauxite; mas o Estado guineense possui ainda, se o quiser, os meios necessários para controlar a sua economia. No entanto, e em última análise, a independência económica não registou progressos decisivos; o país depende do auxílio externo (que foi, primeiro, socialista e, em seguida, americano, enquanto os chineses substituíam os soviéticos nalguns sectores — e que seria também francês se o apelo de 1967 tivesse sido ouvido em Paris), e está-se longe de uma verdadeira orientação em direcção ao socialismo. Quanto às realizações (entre as quais se conta a construção de um palácio para a Assembleia Nacional e para os congressos, que talvez não fosse indispensável), temos de convir que as houve em todos os países africanos, inclusivamente nos países neocolonizados: mas algumas indústrias transformadoras ligeiras não bastam para assegurar um progresso real no sentido da independência económica, como o prova a Costa do Marfim.

Mas, dir-se-á, seria possível fazer melhor? Como pretender retrospectivamente que o plano de 1960 teria tido mais sucesso se se houvesse falado em socialismo, por exemplo? Efectivamente, não é possível refazer a história. Mas isso não é razão para que não se tente compreendê-la. Podemos verificar, pelo menos, que houve um atraso constante na análise dos processos internos que se desenvolviam na Guiné, e que esse atraso foi agravado pela elaboração de sucessivas teorias, que não parece terem correspondido melhor à realidade do que os formulários marxistas entretanto rejeitados. Nada garante, somos forçados a reconhecê-lo, que teria bastado um maior rigor ideológico para que os processos «negativos» tivessem sido infalivelmente e a cem por cento dominados. Mas é possível pensar que uma linha mais clara teria tido um maior poder de mobilização no que se refere à sequência dos acontecimentos e teria permitido limitar as consequências psicossociológicas de fracassos parciais. Não poderia a Guiné ter enfrentado dificuldades objectivas sem perder por isso toda a força de atracção

que a sua experiência exercia além-fronteiras? A derrota presente de Nkrumah deixa atrás de si não só realizações, mas também uma experiência política e ideológica que, para além de algumas polémicas a curto prazo, continua, segundo penso, a possuir sentido e utilidade para a África. A experiência da Guiné, se dela quisermos extrair ensinamentos, exige um trabalho de decifração muito complicado, o que dificulta a sua utilização.

O próprio Sékou Touré e outros dirigentes guineenses deram uma resposta à pergunta sobre se teria sido possível fazer melhor, nas condições objectivas do país e do momento. Essa resposta equivale a dizer que muitas coisas falharam porque a Guiné tinha falta de homens competentes e experimentados, e que, por exemplo, a falta de quadros foi a causa do fracasso das lojas do Estado e também da Contadoria do Comércio Externo. Foi até Sékou Touré quem o afirmou várias vezes, nomeadamente em 1961 e 1963. Não é um argumento que possa ser afastado com afirmações de princípios: é evidente que a Guiné tinha falta de quadros. Como todos os países africanos, é igualmente verdade. No entanto, essa falta era maior aqui do que em muitos outros países; em primeiro lugar, porque a via da independência total tinha aumentado consideravelmente, desde o início, o número dos lugares a preencher a todo o custo, na sequência do êxodo dos funcionários franceses; em seguida, porque a recusa das facilidades do neocolonialismo neste domínio e a adopção de um ambicioso programa de desenvolvimento exigiam um enquadramento mais sólido e mais sério; finalmente, porque, na Guiné, o colonialismo francês só permitiu o acesso aos estudos superiores a uma percentagem de estudantes muito baixa, inferior à verificada nos países ex-ingleses da África ocidental, ou mesmo no Daomé e nos Camarões.

Frente a estas limitações, a Guiné possuía, apesar de tudo, alguns trunfos: em primeiro lugar, na luta nacional, tinham-se formado militantes armados de uma ideologia talvez sumária, dirão alguns, mas já sólida; sob este aspecto, a situação inicial

na Guiné, tal como no Mali, era muito melhor do que no Ghana, em 1957; em segundo lugar, a Guiné de 1958 era um pólo de atracção e podia recrutar quadros africanos originários de outros países e mesmo antilhanos. Não falo sequer da assistência técnica dos países socialistas. Portanto, devemos perguntar-nos como é que este material humano, por assim dizer, se deteriorou. No que toca aos não guineenses, muito cedo surgiram dificuldades, não com o povo mas com Sékou Touré: os ataques, a partir de 1949, contra os intelectuais em geral e contra a crítica não construtiva dos professores africanos seriam oportunos? Ao empregar este termo, afasto-me do verdadeiro fundo da questão: será que a unidade e as exigências do desenvolvimento não implicavam alguns sacrifícios, mesmo admitindo que as queixas presidenciais tivessem fundamento? Quanto aos guineenses, estavam sujeitos às consequências da pressão da família extensa e daquilo a que se chamou o parasitismo. O parasitismo designa um fenómeno económico também chamado desemprego e subemprego. A sua denúncia, em nome de uma moral que, aliás, não constituía a moral tradicional, era inoperante enquanto se não tomassem medidas económicas que permitissem secar a sua fonte. Além disso, o exemplo da corrupção vinha de cima, e a aplicação de sanções por escândalos de que toda a gente falava durante meses, ou mesmo anos, era lenta. E aqui põe-se a questão fundamental: será que esses quadros novos, que à partida tinham forçosamente falta de experiência, mas não de boa vontade, não poderiam ter sido auxiliados e fortalecidos por uma ideologia de linhas mais nítidas e mais firme, menos variável, menos difusa do que as sucessivas construções elaboradas por Sékou Touré? Não teria sido preferível dar-lhes directrizes simples, mas firmes, em vez de se pretender apelar para a iniciativa (não esperem pelas ordens, dizia, como já vimos, Sékou Touré, em 1960 e 1961), que as insuficiências de informação, para citar apenas este factor, tornavam problemática? Será que a recusa de admitir que o plano, uma vez adoptado, passava a ser a lei suprema de todo o país não contribuiu para o seu

fracasso? São questões a que não pretendo dar respostas retrospectivas, que, de resto, agora seriam inúteis. Mas parecem-me de natureza a mostrar que o papel da ideologia dominante, neste caso a do chefe de Estado, não é um dos factores menores que entram em linha de conta na planificação.

A experiência maliana

Somos forçados a verificar que na Guiné, tal como no Ghana, o problema do desenvolvimento, ou pelo menos da descolagem, de uma economia dependente não encontrou ainda solução verdadeiramente satisfatória. E também não encontrou essa solução no Mali, onde, após sete anos de independência, a presença francesa reaparece sob a forma dos acordos financeiros de 1967, reintegrando o país na zona do franco e impondo o regresso do franco do Mali ao sistema de convertibilidade. O facto de o Mali se ter vindo a reclamar do socialismo científico desde a sua independência, enquanto, ainda em Maio de 1964, Sékou Touré confiava que, na Guiné, não se faria referência ao marxismo-leninismo[150] é, no plano económico, apenas uma mudança de rótulo. Apesar de tudo, de um ponto de vista ideológico e prático, havia uma diferença notável. Além disso, e este facto também não deve ser ignorado, observa-se, nos documentos e na imprensa do Mali, um estilo político muito mais directo e franco do que nos discursos da Guiné. A liberdade de expressão na vida corrente parece também ser muito maior, ou, se se quiser, mais natural.

Em resumo, a experiência do Mali iniciou-se em Setembro de 1960, em condições originais. Em primeiro lugar, porque a pressão da ex-potência colonial se fez sentir com um pouco menos de dureza nos primeiros meses de independência, uma vez que o caso da Guiné tinha, apesar de tudo, ensinado alguma coisa à alta administração francesa, e o partido maliano (Union Soudanaise) tomara as precauções necessárias: não houve uma tão brutal interrupção de toda a colaboração técnica e das relações comerciais e financeiras, mas, apesar de tudo, foi necessário esperar alguns meses até que as forças militares estrangeiras tivessem abandonado totalmente o país. Por outro lado, antes e depois da independência, os interesses económicos franceses, e eventualmente os de outras grandes potências, não tinham o mesmo peso que na Guiné. Os capitais privados não são «atraídos», como é costume dizer, pelo Mali, onde teriam exigido despesas de construção de infra-estruturas, excessivas do ponto de vista capitalista — a posição geográfica do país no interior e o seu afastamento do mar explicam-no suficientemente. Os recursos naturais existentes permitiam assegurar a subsistência alimentar da população, sem ter de temer demasiado as consequências de um bloqueio. Tal como na Guiné, não havia burguesia, nem um embrião de burguesia digno desse nome.

E no entanto, a partir de 1962, começa a verificar-se uma evolução social semelhante, nas suas grandes linhas, à da Guiné. A criação do franco do Mali, em Julho de 1962, é seguida, no fim deste mês, por manifestações de comerciantes malianos, em Bamako; embora continuando a ser largamente minoritário, o sector privado, que esses comerciantes representam, revela-se uma ameaça para a via de desenvolvimento socialista. No congresso do partido, em Setembro, este problema é abordado no relatório do secretário político, Idrissa Diarra. «A partir do momento em que a dominação estrangeira desaparece, os problemas sociais devidos a estas divergências de interesses reaparecem mais tarde ou mais cedo, ainda que o sentimento nacional e a fase de construção nacional os encubram provisoriamente, ou retardem a sua manifestação concreta[151].» Portanto, reconhecimento claro das divergências existentes, que não devem ser ignoradas nem sobrestimadas. A diferenciação social num país pobre como o Mali — que, sob o regime

150 Jacques Arnault, *op. cit.*, p. 189.

151 In *Recherches Internationales*, n.º 39-40, Setembro-Dezembro de 1963, p. 92.

colonial, era tratado como uma província do Senegal mais produtivo e com uma exploração mais interessante — envolve, antes do mais, o comércio privado nacional, que o relatório analisa detidamente.

«A ausência de escoadouros sociais que caracterizava em geral a economia dos países que foram colonizados fazia do comércio, sob qualquer aspecto, um dos modos de vida mais fáceis e até de se tornar objecto de um empreendimento. Assim se explica, não só no nosso país, mas em toda a África, a existência de uma multidão de pequenos comerciantes, que retira os seus magros rendimentos da revenda de mercadorias compradas, em terceira, quarta e quinta mãos. Acima destes comerciantes situa-se o comércio médio, que compra às casas comerciais ou à SOMIEX (Société malienne de import-export, organismo do Estado, que detém o monopólio da exportação, mas apenas de uma parte das importações, ao contrário do que acontecia com a Contadoria do Comércio Externo guineense), e que, por sua vez, vende ao pequeno comércio. Exceptuando os produtos de luxo e os produtos alimentares europeus, pode dizer-se que o conjunto do pequeno e médio comércio assume, junto das populações, o papel de distribuidor, no que diz respeito a todas as necessidades da vida corrente.

«No plano social, o modo de vida da quase totalidade dos proprietários do comércio local caracteriza-se pelo apego às tradições em todos os domínios: é assim que os recursos do comércio local, teoricamente nas mãos de algumas dezenas de milhares de comerciantes, asseguram, de facto, a subsistência de várias centenas de milhares de pessoas.»

Depois de ter recordado que estes comerciantes participaram também no movimento nacional, antes da independência, Idrissa Diarra continua: «No entanto, é necessário sublinhar que a acção do sector privado nacional constituiu, muitas vezes e a certos níveis, um factor de exploração das populações rurais, através da prática da usura e de lucros excessivos, em períodos de dificuldades de abastecimento. Actualmente, o

carácter do comércio privado nacional, essencialmente mercantil, constitui um obstáculo à planificação eficaz da nossa economia, e onera pesadamente o preço de venda das mercadorias aos consumidores.» Em suma, este sector «desempenha um papel de travão em relação ao nosso desenvolvimento socialista» — e, sem manifestar oposição aos que exercem estas actividades, trata-se de «dar uma forma socialista» ao sector, através da formação de cooperativas[152].

Contudo, embora os problemas sociais internos tenham sido revelados, a partir de 1962, e, um ano mais tarde, o presidente do Mali, Modibo Keita, tenha denunciado aqueles que «se deixam arrastar pelos prazeres da carne e do ventre, pela satisfação integral dos seus hábitos de vida fácil»[153], é forçoso admitir que a evolução económica e social não correspondeu à linha traçada em 1960 e 1962. Se, em Julho de 1967, se realizaram, em Bamako e nos outros centros urbanos, enormes manifestações contra os privilegiados, contra os proprietários de táxis, de vivendas e de quintas, isso significa sem dúvida que, apesar das decisões do congresso de 1962, a evolução socialista sofreu desvios; os seus esforços de desenvolvimento, reais, mas demasiado lentos, e criando ainda muito poucos empregos (fábrica de cimentos, fábrica de cigarros, fábrica de conservas, têxteis, matadouros frigoríficos de Bamako), cedo foram acompanhados pelo processo de diferenciação social, enquanto o aumento da dívida externa obrigava sucessivamente à reaproximação frente ao Senegal de Senghor, em 1964, e, em seguida, à reaproximação relativamente à França. Deve notar-se igualmente que a análise feita em 1962 por Idrissa Diarra não abrangia um dos elementos essenciais do sector privado nacional: os criadores e negociantes de gado, que proporcionam, sem dúvida alguma, a fuga de capitais, graças ao comércio interafricano com o Alto Volta e o Ghana. Ora, os seus inte-

[152] *Ibid.*, pp. 96-97.

[153] *Ibid.*, p. 272 (reprodução de um discurso de 22 de Setembro de 1963, publicado no *L'Essor*, de Bamako, em 30 de Setembro de 1963).

resses eram defendidos nas altas esferas por um membro do secretariado político da União Sudanesa. Além disso, o movimento popular de Julho de 1967 — que era também um sobressalto nacional de reacção contra os acordos franco-malianos — veio revelar a extensão da corrupção administrativa e política. Ao fim e ao cabo, se o próprio Modibo Keita pôde anunciar, em Agosto de 1967, que ia transformar a sua quinta numa cooperativa socialista, era porque possuía uma. E citam-se outros casos. Em última análise, se bem que os dirigentes do Mali nunca tenham procurado inventar, como Sékou Touré, uma teoria para escapar ao carácter de obrigatoriedade do plano, também não parece que lhe tenham atribuído sempre na prática o carácter de lei suprema. Entretanto, a partir de 1967, o plano do Mali deixa de existir.

Em relação ao campesinato, a ideia de criar cooperativas socialistas com o auxílio do desenvolvimento dos campos colectivos, que se apoiavam nas antigas estruturas colectivas, não produziu resultados satisfatórios. Existia, com efeito, uma tradição de trabalho colectivo — ao nível da família extensa e até da aldeia, mas em terras já repartidas —, e não uma tradição de propriedade colectiva da terra. Esta iniciativa cedo assumiu um carácter administrativo e autoritário, que conduziu ao fracasso. Em 1968, são tomadas decisões para relançar a ideia a partir da cúpula, em condições que fazem temer que o aspecto autoritário assuma ainda maior importância. Parece ser regra geral não só existirem já direitos sobre as melhores terras, que são direitos familiares, praticamente privados, como também a pesca nos lagos e rios estar sujeita a uma repartição análoga, da mesma maneira, de resto, que as terras de pastagem. A esperança de utilizar as estruturas antigas para colectivizar rapidamente a agricultura não teve, portanto, no Mali melhores resultados do que nos outros lugares.

É necessário, contudo, lembrar que as dificuldades do socialismo no Mali estão, mais do que noutros lados, intimamente ligadas ao fracasso da unificação africana, devido à situação geográfica do país. Por outro lado, a opinião pública

parece estar aqui mais acordada e mais bem formada do que noutros países. Conseguiu impor remodelações ministeriais e determinadas modificações. Com a criação de escolas de quadros, com a introdução no ensino de cursos de formação ideológica e o reconhecimento do socialismo científico marxista como base dessa formação, o país passou a formar quadros capazes de defenderem e, posteriormente, desenvolverem a orientação no sentido do socialismo[154].

As investigações recentes e a passagem da ideologia à ciência

Os impasses nas tentativas de planificação

Fazendo um balanço, verifica-se que, nos países avançados, como, de resto, nos outros, a dependência económica e financeira se mantém, e sobretudo, aumenta, exactamente na medida em que se tenta modernizá-los. Ao peso previsto e necessário das importações de bens de equipamento soma-se o peso, que se esperava reduzir, de crescentes importações de produtos alimentares (no Ghana, no Congo-Brazzaville, na Guiné) e ainda o peso, que não devia sequer existir, das importações de prestígio (o mármore, no Ghana e no Daomé; os produtos de beleza e os *Mercedes*, na Guiné; o estádio de

[154] Um exemplo recente: no dia 2 de Maio de 1968, Madeira Keita, um dos membros do Comité de Defesa da Revolução, que, a partir de Julho de 1967, substituiu o antigo secretariado político da US-RDA, teve de enfrentar, durante sete horas seguidas, a contestação pelos alunos da Escola Normal Superior de Bamako das medidas recentemente tomadas. Os estudantes achavam sobretudo estranho que se pudesse fazer uma política socialista, sob a protecção de um país capitalista (Madeira Keita respondeu, sem conseguir convencê-los, insistindo na necessidade, em determinados momentos, de se fazerem compromissos); os estudantes retomaram a denúncia das camadas privilegiadas (Keita respondeu que efectivamente era necessário lutar contra esses fenómenos e que eles deviam colaborar nessa luta), etc.

30 000 lugares que, no Mali, teve prioridade sobre os matadouros-frigoríficos, etc.). No plano interno, assiste-se ao enriquecimento de uma camada privilegiada —, que tem muitas vezes o cuidado de pôr a sua fortuna em segurança, fora do continente, em bancos suíços ou outros, o que tem a vantagem de a subtrarir ao assédio por parte da família —, ao crescimento do aparelho de Estado e também de um sector privado mercantil e pouco produtivo e ao crescimento demasiado lento e desequilibrado da produção agrícola. Sem pretendermos ir mais longe neste terreno que já foi estudado, somos levados a levantar a questão da validade e seriedade dos planos adoptados e frequentemente elaborados por peritos estrangeiros[155]. Regra geral, os dirigentes e intelectuais africanos não puseram em causa o valor dos planos elaborados nos países avançados; os planos adoptados nos países neocolonizados, esses sim, foram criticados pelas oposições[156]. Mas, na óptica destes planos, a independência económica constitui uma perspectiva ainda longínqua, e a preocupação fundamental é mais de crescimento do que de independência, embora os planos dos países avançados se atribuam expressamente o objectivo de a alcançar e de, num primeiro estádio, lançar as bases dessa libertação e avançar o mais longe possível nessa via. Seriam, portanto, demasiado ambiciosos? Ou adaptar-se-iam mal às realidades africanas? O que é claro é que se supunha que todos esses planos seriam aplicados por governos decididos a prosseguir esta política com firmeza e, portanto, a instituir organismos centrais dotados de toda a autoridade necessária para imporem a todos os organismos de execução uma linha única e válida para todo o país: foi precisamente o que não se fez, e a diversidade ou a multiplicação de ministérios económicos, todos ao mesmo nível, prova que, por todo o lado, neste ponto capital e por razões que dizem respeito à organização do poder central, houve desacordo ou recusa. O que é mais uma prova de que o plano, embora adoptado, nunca foi considerado a lei suprema de todo o país e, em primeiro lugar, de toda a sua equipe dirigente, no governo e no partido.

155 Na Guiné, a equipe de Bettelheim-Charrière; no Mali, Bénard, Samir Amin, etc. No Ghana, embora a Comissão do Plano fosse ghanesa, não se deve subestimar o trabalho desenvolvido pelos conselheiros israelitas e jugoslavos do secretariado; no Senegal, o padre Lebret, etc.

156 No que diz respeito à Nigéria, deve citar-se o estudo de S. G. Ikoku: *Nigeria for Nigerians* (Takoradi, 1962), que mostra o carácter neocolonialista do plano sexenal da Nigéria. O autor sublinha (p. 30) que, dos 700 milhões de libras previstas para investimentos, 400 milhões deviam ser fornecidos pela Inglaterra e pelos EUA, quer através dos dois governos, quer através dos capitalistas desses países. O sector público limita-se à construção de infra-estruturas, etc.

No fundo, dos dois problemas que distingui — o problema do desenvolvimento e o problema da luta de classes —, o decisivo é o primeiro, assim como as respostas práticas que lhe são dadas. Seja qual for o juízo sobre as relações entre a análise marxista «clássica» e as classes existentes em África, a discussão não passará de uma discussão académica se não contribuir para uma política de desenvolvimento planificado e acelerado. Mas uma política deste tipo exige um estudo científico dos factos e não uma representação ideológica, que não passa de uma representação deformada, porque serve para fugir a uma realidade aparentemente sem saída, ou que então ultrapassa já a realidade presente por meio de uma antecipação. Mas neste segundo caso a ideologia continua a ser necessária e útil: ajuda a conduzir e a orientar o desenvolvimento baseado na ciência. Assim, podemos pôr a questão de saber se as equipes dirigentes africanas terão estado até aqui armadas ideologicamente, de maneira adequada para assumirem a direcção das políticas de desenvolvimento. Se reconheciam que o proletariado dos seus países era demasiado fraco e jovem para exercer a hegemonia no processo revolucionário, se o seu conhecimento do país as punha de sobreaviso contra a idealização do campesinato, considerado em bloco como classe — deveriam ter concluído que, na ausência de uma classe revolucionária bem constituída, as possibilidades de a planificação dar os seus frutos dependiam da unidade e

da firmeza ideológica da direcção do país, da sua pequena camada dirigente.

Ora, e este é o ponto fundamental, quando todas as teorizações africanas enaltecem incansavelmente as virtudes da unidade do povo, a ausência de unidade ideológica instala-se nas cúpulas, no interior dos secretariados políticos, dos comités centrais e dos governos de países de partido único — ou dominante, como diz Senghor. O resultado desta situação não é, na maioria das vezes, a abertura de um debate entre teses diferentes, mas a elaboração de compromissos ideológicos que são oferecidos como alimento às massas, a que escapam, como aliás é natural, as subtilezas da escolha dos adjectivos e dos sufixos. As evidentes dificuldades de alguns dos textos e obras, que tentei dissecar, provêm geralmente da hesitação ou da recusa de fazer opções ideológicas nítidas, o que comporta sem dúvida riscos, mas apesar de tudo menores do que os dos penosos compromissos. Com efeito, uma vez mais é sacrificada por esses compromissos uma exigência de planificação: a exigência de uma informação das massas, verídica e acessível a todos, sem a qual todas as profissões de fé democráticas não passam de máscaras do autoritarismo[157]. Em contrapartida, são agitados falsos problemas com uma espécie de compla-

[157] Convirá notar aqui alguns cambiantes, consoante os países. O conhecimento dos factos pelas massas situa-se a um nível mais satisfatório no Mali do que na Guiné, por exemplo. Mas mesmo aí, nem tudo é dito. O exemplo citado na nota 154, embora prove a existência de uma maior franqueza nas relações entre a direcção e o país, mostra igualmente a existência de lacunas (o texto dos acordos foi publicado na íntegra? Não se tentou esconder a significação desses acordos, através de habilidades retóricas?). Quanto às divisões a nível das cúpulas, encontra-se, no livro de Arnault que já citámos, uma alusão aos guineenses que, pertencendo a «a um elevado escalão, não estão convencidos da necessidade do socialismo» (p. 226): a que nível se situa esse elevado escalão? Esse escalão não chegava, até 1964, ao nível do Secretariado Político Nacional do PDG? Sekou Touré não disse casualmente no Congresso de Dezembro de 1962: «Há contradições entre os membros do Secretariado Político Nacional»?

cência: opõe-se desenvolvimento agrícola a desenvolvimento industrial, indústria ligeira a indústria pesada[158].

Mas não será pedir de mais aos dirigentes e quadros? (Refiro-me aos dirigentes e quadros civis, deixando de parte os regimes militares recentemente surgidos.) E em quem, em que alavanca nos devemos apoiar?

A resposta de Cabral ao problema da «alavanca».
O papel dos intelectuais revolucionários

Sobre este ponto foi dada uma resposta original, mas que tem toda a aparência de corresponder à realidade, pelo secretário-geral do PAIGC, Amílcar Cabral, hoje à frente de um exército de libertação, e também de um território libertado, na chamada Guiné Portuguesa. Na sua intervenção na Conferência Tricontinental de Havana, em Janeiro de 1966[159], Cabral, depois de ter observado que a insuficiência ou a total ausência de ideologia era «uma das maiores, se não a maior fraqueza da nossa luta contra o imperialismo», aborda as exigências de um combate, actualmente colocado diante de uma situação em que se justapõem colonialismo directo e neocolonialismo.

«Os factos demonstraram que o único sector social capaz de ter consciência da realidade da dominação imperialista e de

[158] Acerca da primeira oposição, Senghor declarou, no Colóquio de Dakar, que a industrialização é, ou seja, não é mais do que o *complemento* (itálico meu) da expansão agrícola (Dezembro de 1962). Outro exemplo: a agricultura «merece, portanto, a prioridade nas nossas preocupações. É verdade que certas pessoas pensam que quem diz desenvolvimento socialista diz imediatamente indústria pesada, e alguns elementos africanos dogmáticos e estúpidos *(sic)* têm soprado esta trompa» (Seydou Badian, *op. cit.*, p. 141, 1964. Badian parece, aliás, dizer o contrário a pp. 69-70 do mesmo livro).

[159] Publicada in *Partisans*, n.º 26-27, pp. 109-119, Março de 1966, com o título: *L'arme de la théorie*.

dirigir o aparelho de Estado herdado dessa dominação é a pequena burguesia do país. Se tomarmos em consideração as características aleatórias e a complexidade das tendências naturais, inerentes à situação económica desta camada social ou classe, vemos que essa fatalidade específica da nossa situação constitui uma das fraquezas do movimento de libertação nacional.» Mas esta classe, que não tem bases económicas, uma vez conquistada a independência, encontra-se numa encruzilhada: pode ceder ao aburguesamento, e então não lhe resta outra saída senão a aceitação do neocolonialismo. Ou, «para não trair os seus objectivos, a pequena burguesia só tem um caminho a seguir: reforçar a sua consciência revolucionária, repudiar as tentações de aburguesamento e as naturais solicitações da sua mentalidade de classe, identificar-se com as classes trabalhadoras, não se opor ao desenvolvimento normal do processo da revolução. Isto quer dizer que, para desempenhar perfeitamente o papel que lhe cabe na luta de libertação nacional, a pequena burguesia revolucionária deve ser capaz de se suicidar como classe, para os seus membros ressuscitarem como trabalhadores revolucionários, inteiramente identificados com as aspirações mais profundas do povo a que pertencem». O que determina esta escolha? A consciência revolucionária. «Isto mostra-nos em certa medida que, embora a libertação nacional seja essencialmente um problema político, as condições de desenvolvimento emprestam-lhe certas características que pertencem ao domínio moral.» Observemos de passagem que Seydou Badian tinha apresentado, no Colóquio de Dakar de Dezembro de 1962, uma interpretação algo semelhante, onde lembrava que a luta pela independência fora dirigida «por elementos assalariados e funcionários, que não eram senhores feudais possuidores de latifúndios, nem burgueses detentores de outros meios de produção», e que «nada possuíam em relação aos colonizadores». Definir também a alternativa desta camada dirigente: aburguesar-se e conduzir o país à estagnação, ou então «conhecer um outro destino, o seu verdadeiro destino

histórico: realizar o salto da sociedade ainda não capitalista para a sociedade socialista»[160].

Estes textos vêm indiscutivelmente perturbar hábitos de pensamento há muitos anos petrificados[161], mas, ao contrário de muitas outras construções teóricas, baseiam-se em experiências políticas concretas. Num outro documento, Cabral recordava as origens do PAIGC: «Formávamos, é necessário repeti-lo, um grupo de pequenos burgueses, e tínhamos começado esta luta [nacional] como reacção contra a nossa própria realidade e igualmente devido à influência que os acontecimentos da África e do resto do Mundo exerciam sobre nós, e em especial devido ao que alguns de nós tinham sofrido na Europa, em Portugal ou noutros lugares»[162]. Que fazem estes pequenos burgueses? Entram em contacto com trabalhadores, empregados dos portos e navios de transporte, motoristas de táxis, etc. — formam-nos e acabam por organizar greves. Em suma, um trabalho de formação de quadros políticos no interior e no exterior. O campesinato da Guiné-Bissau também não era espontaneamente revolucionário: foi necessário, diz Cabral, conquistá-lo ferozmente, antes de se tornar a principal força da luta armada, que se trava desde 1962. Quem eram estes pequenos burgueses? «A partir do momento em que nós, os engenheiros [Cabral é engenheiro agrónomo], os médicos, os empregados bancários, não éramos suficientemente numerosos para formar um grupo válido de intelectuais, esforçámo-nos por

160 In *Développement et socialisme*, Présence Africaine, Paris, 1963 (trata-se de um volume que reúne as intervenções no Colóquio de Dakar), pp. 177 e 178. As mesmas ideias são retomadas em *Les Dirigeants africains face à leur peuple*, pp. 161-163.

161 Mas que não eram os de Lenine. Basta relermos *Que faire?* (nomeadamente as pp. 102, 113 e 123 da edição francesa de 1947).

162 «La lutte en Guinée», artigo publicado pela *Revue Internationale du Socialisme*, 1964, n.º 4 (Agosto de 1964), p. 445. Este texto, adverte a revista, é uma montagem de intervenções verbais num colóquio realizado em Itália, em Maio de 1964. Cabral não teve possibilidade de o rever. Citação seguinte: p. 446.

melhorar as preparação dessas pessoas [os assalariados com quem tinham entrado em contacto], que se encontravam em contacto íntimo com a cidade e o campo, viviam com algum desafogo (muito relativo, acrescente-se) e sabiam ler e escrever (o que, entre nós, chega para se ter a qualidade de intelectual).»

A composição profissional do grupo, a que Cabral chama pequeno-burguês, é, por consequência, análoga à do grupo de que falava Seydou Badian. Deveria, contudo, acrescentar-se, no que diz respeito a países como a Guiné e o Mali, os professores, que as autoridades francesas eram efectivamente forçadas a formar por não poderem exportar em número suficiente professores franceses, o que lhes teria saído demasiado caro [...]. Mas em qualquer caso, encontramo-nos em presença de grupos de intelectuais, não só pela sua profissão, mas sobretudo pela sua possibilidade de acesso a conhecimentos e a métodos de pensamento e de acção que as massas populares não tiveram a mínima possibilidade de conhecer ou adquirir. A este grupo coube a tarefa histórica de arrastar as massas africanas para a luta pela independência; dele depende ainda, em medida decisiva, o desfecho da luta a favor de uma orientação socialista. Falar do seu aburguesamento após a conquista de independência não é exactamente a mesma coisa que falar do seu enriquecimento, porque basta que esses intelectuais, ainda que íntegros e honestos, alinhem pelas posições ideológicas do capitalismo mundial ou cedam ao cepticismo para que o aburguesamento exista e para que deixem de poder assumir o destino histórico que Seydou Badian lhes atribuía. Quer isto dizer que não é de espantar que o grupo de intelectuais dispostos a continuar a luta pelo socialismo seja apenas uma parte do grupo que dirigiu a luta pela independência; mas pode neste momento apoiar-se também nas gerações novas.

Assim, poder-se-á falar deste grupo como de uma classe e, por maioria de razão, poder-se-á dizer que ele deve aniquilar-se enquanto classe? O próprio Cabral, analisando a estrutura social da chamada Guiné Portuguesa, foi forçado a distinguir três subgrupos nesta pequena burguesia: um, comprometido

com a colonização e que compreende «a maioria dos funcionários superiores e médios e indivíduos de profissão liberal»; em seguida, o subgrupo revolucionário, e finalmente «um grupo intermédio, que hesita constantemente entre a libertação e os Portugueses» e cuja composição não nos indica[163]. Devido, sem dúvida, à própria estrutura da Guiné-Bissau, não encontramos aqui em parte alguma esses pequenos produtores individuais que, para Lenine, constituíam — juntamente com os intelectuais populistas ou socialistas revolucionários, que exprimiam as suas tendências — a pequena burguesia enquanto classe. Pelo contrário, era possível encontrar, efectivamente, tais elementos no CPP, desde os seus primeiros anos de existência, e ao que parece no Quénia, na KAU, de 1946 a 1952, e sobretudo na KANU, fundada em 1961. Era possível encontrar também, nas fileiras dos partidos ou movimentos nacionalistas, pequenos comerciantes africanos, que se podem enquadrar na pequena burguesia, no sentido leninista. Mas a pequena burguesia de que Cabral fala, em Havana, não nos parece ser uma classe, mas um grupo de intelectuais, que deve constituir-se em *intelligentsia* da classe operária em formação. Se estes intelectuais se orientarem ideologicamente numa outra direcção, não poderão, enquanto intelectuais, deixar de tornar-se a *intelligentsia* dessa casta burocrática e arranjista, instrumento *ad hoc* do neocolonialismo. Em qualquer dos casos, os intelectuais não são nunca, por si próprios e enquanto tais, uma classe constituída, e a opção entre as duas orientações continua a ser uma questão de moral — e de reflexão — individual. Além disso, poderíamos perguntarmo-nos se a capacidade de levar uma análise científica até às suas últimas consequências, custe o que custar, não será, neste caso, mais do que a moral propriamente dita, o factor determinante. Os problemas ideológicos revestem-se de uma significação decisiva, precisamente devido a esta situação histórica.

163 *Ibid.*, p. 443.

Os intelectuais revolucionários à descoberta da África

1 — *No sopé do Monte Quénia*

A verdade é que o intelectual africano, tal como qualquer outro intelectual, tem a responsabilidade de realizar até ao fim o seu trabalho de intelectual ao serviço da classe operária e do campesinato explorado. Portanto, o dever de conhecer. Conhecer em primeiro lugar, essa massa de que tanto se tem falado, fundindo-a num todo, correndo o risco de subitamente a descobrir «heterogénea»: o campesinato africano. Neste aspecto, a intervenção de Cabral em Havana trouxe à questão das classes em África uma maior precisão. Partindo do facto de o princípio geral se aplicar, sem dúvida, à África, interroga-se sobre o que se passa então com as sociedades arcaicas sem classes que subsistem em África. Será necessário expulsar da história «os Balantas da Guiné (Bissau), os Koaniamas de Angola e os Macondes de Moçambique»? Evidentemente que não: pois bem, trata-se de grupos desprovidos de estratificação social, desprovidos de estruturas estatais ou de embriões destas — uma aldeia ou grupos de aldeias, dispondo de um conselho de anciãos e com propriedade colectiva da terra ao nível da aldeia. Quer dizer que num mesmo Estado moderno coexistem formas de organização rurais, desde colectividades que podem a justo título ser chamadas comunocráticas até uma propriedade privada de facto. Todas as estruturas anteriores à conquista colonial se constituíram no quadro de economias não monetárias (conhecendo, no entanto, outras formas de comércio e de troca, e já com produção de excedentes). Temos, sobre uma destas sociedades tradicionais, um testemunho fundamental, que continua a ser uma das obras maiores da literatura política africana: *Facing Mount Kenya*, de Jomo Kenyatta[164]. Mas Kenyatta, revelando-

164 Publicado em Londres, em 1938, por Kenyatta, que usava à data o nome de Kaman Johnstone, *Facing Mount Kenya* só foi traduzido para francês

-nos e reabilitando a sociedade kikuyu do Quénia central, chamando a nossa atenção para a sua estrutura democrática, fruto de uma revolução já antiga, não descobre nela a famosa propriedade colectiva da terra ao nível tribal. O seu estudo do sistema fundiário kikuyu deve ser lido atentamente: é de propriedade familiar que se trata aqui. Na conclusão, Kenyatta faz o seguinte resumo do capítulo em questão: «A terra familiar é o símbolo visível dos laços que unem os membros de uma família. Numa comunidade agrícola, a organização social depende inteiramente do sistema de propriedade fundiária, que, por sua vez, explica os diferentes aspectos da vida. Afirmar que a terra é propriedade colectiva da tribo, ou que pertence, pelo contrário, a um único indivíduo é igualmente incorrer em erro. Um homem integrado numa tribo é o proprietário da sua terra, e não há autoridade nem comissão oficial que o possam privar desse direito, ou cobrar impostos sobre os produtos que dela retira. Não obstante, na medida em que a existência dos seus filhos — sua carne e seu sangue — depende também dessa terra, este homem já não é somente um proprietário, tornando-se um responsável, ou pelo menos o guardião de um bem, que deve conservar, tanto para aqueles que partilham a sua vida como para as gerações vindouras. Mas na medida em que cultiva os seus campos para prover às necessidades dos seus, é indiscutivelmente seu proprietário[165].»

O estudo do sistema fundiário kikuyu pôs em evidência que a terra, segundo regras bem determinadas, podia ser vendida, concedida em usufruto sem retribuição ou mediante esta — o que significa, portanto, o aluguer da terra. O que continuava a ser comum eram terras não cultivadas, mas que pertenciam

em 1960 (Ed. Maspero). Tal atraso impediu a divulgação da obra entre os africanos francófonos, e também entre os intelectuais e políticos franceses anticolonialistas; ignorância que facilitou a difusão do socialismo africano.

165 *Au pied du Mont Kenya*, 2.ª edição, 1967, p. 202. Citação seguinte: p. 43.

a esta ou àquela família proprietária e não à tribo. O mesmo acontecia com as florestas ou as terras de pastagem. «Todos estes locais eram estritamente controlados, e embora considerados e utilizados como terrenos comunais (pastagens, locais de dança, bosques sagrados, etc.), pertenciam, na realidade, a diferentes famílias.» É certo que a organização fundiária pré-colonial não obedecia ao mesmo modelo, de uma ponta a outra da África; porém, a maioria das respectivas sociedades não se organizava já na base da comunidade primitiva. E o livro de Kenyatta poderia ter constituído um importante aviso.

O sector agrícola, hoje

Hoje, no quadro dos novos Estados e das economias mercantis, o sector rural pode dividir-se em três grandes grupos: o das colectividades, que vivem ainda na base de uma produção de auto-subsistência; o dos produtores de produtos agrícolas para exportação, exportados, em geral, para outros continentes, mas também para o comércio interafricano (como, por exemplo, os criadores de gado), e finalmente, entre um e outro, o grupo dos que se dedicam à cultura de víveres destinados ao mercado interno. Naturalmente, haveria cambiantes a acrescentar a esta classificação, mas nem por isso ela deixa de ser útil para assentar ideias. As culturas de exportação são as que foram introduzidas ou desenvolvidas pela colonização, e que ainda hoje oferecem os maiores rendimentos. Podem continuar, mesmo após a independência, a ser dominadas pelos colonos europeus; como é evidentemente o caso num país ainda subjugado — e subjugado, de resto, por essa mesma razão —, a Rodésia de Ian Smith, mas também num país independente como o Quénia, sob a direcção tripartida de Kenyatta-Tom M'Boya-Gichuru. De um modo geral, contudo, essas culturas foram africanizadas. Constituem fontes de lucro importantes para a burguesia rural dos plantadores da Costa do Marfim (cacau e café), do Ghana, para as feudalidades religiosas do Senegal, ou para a feudalidade simultaneamente militar e

teocrática da Nigéria do Norte (nestes dois casos, o produto cultivado é o amendoim). Na Guiné, menos favorecida (não em recursos naturais, mas em capitais), conseguir, de uma maneira ou de outra, a posse de um bananal permitia já, no mínimo, uma vida desafogada. Nesta categoria, encontramos já toda uma gradação, quer de rendimentos quer de relações de produção. No Ghana, a expressão «*cocoa farmers*» é uma expressão genérica, que abrange desde pequenos plantadores, que trabalham eles próprios com a sua família, às grandes plantações que utilizam mão-de-obra assalariada, proveniente do Norte do país, mais pobre. Além disso, numerosos pequenos plantadores consagram-se também a culturas de víveres destinados a assegurar a sua subsistência. Em contrapartida, consagrar-se apenas a culturas de víveres destinadas ao mercado interno proporciona geralmente rendimentos menos elevados e menos seguros; o poder de compra das cidades é ainda muito fraco para constituir um mercado lucrativo. Um pouco por toda a parte, a progressão insuficiente da produção para o mercado nacional revelou-se um dos obstáculos decisivos ao arranque da economia. Ainda neste domínio, a tendência para uma propriedade privada de facto manifesta-se no Ghana, nomeadamente na zona sul do país, citando a imprensa com orgulho exemplos de exploradores individuais que aí tinham sido «bem sucedidos» — mas não se trata de uma tendência exclusiva de numerosos restos da propriedade colectiva. Por fim, refira-se a economia de subsistência de comunidades democráticas, como aquela que era apontada por Amílcar Cabral.

Os intelectuais revolucionários à descoberta da África

2 — *As revelações de Oginga Odinga sobre a evolução rural no Quénia*

Ora, a evolução recente mostra que, um pouco por toda a parte, se bem que subsistam ainda comunidades agrárias democráticas e se faça ainda sentir a influência das tradições pro-

venientes das estruturas pré-coloniais semifeudais, a tendência para a apropriação privada individual da terra afirma-se com insistência. Acontece até esta tendência ser desejada conscientemente pelas autoridades coloniais. Na África oriental, os Ingleses não ocultam a sua intenção de promover uma «*middle class*» africana, por outras palavras, uma pequena burguesia da terra. Mas passar à realização era difícil em colónias onde se haviam fixado fortes contingentes de colonos europeus. No Quénia, porém, seriam as condições específicas da luta nacional e da repressão que lhe iriam dar ensejo. Em 1948, o governador, Sir Philip Mitchell, num estudo sobre o problema agrário no Quénia, pensava ser necessário que os Africanos possuíssem terras, devendo os correspondentes direitos de propriedade ser fixados por uma legislação adequada. As propriedades individuais desta futura «*middle class*» africana não deveriam, bem entendido, retirar fosse o que fosse aos domínios sagrados de que os colonos britânicos se haviam apoderado. Mas no imediato nada disto se verificou: pelo contrário, 11 000 kikuyu foram expulsos das suas terras ainda em 1947-1948. Paralelamente, o comércio e os negócios não europeus estavam concentrados nas mãos de indianos, enquanto os africanos que tentavam fundar sociedades dificilmente obtinham crédito, nomeadamente por falta de títulos de propriedade da terra que pudessem ser aceites como garantia.

A fome de terra e a opressão política provocaram, em 1952, a chamada revolta dos Mau-Mau. Os Ingleses só então encontraram meios de fabricar a *middle class* queniana, graças a uma repressão maciça. Enquanto cerca de 30 000 guerrilheiros conduziam a luta a partir das florestas, os Ingleses estabeleciam um regime de terror, dividindo a população das tribos Kikuyu, Embu e Meru em suspeitos, que foram encurralados em campos de concentração, onde elevado número encontrou a morte, e lealistas, que dispunham de um «certificado de lealismo» e, bem entendido, eram obrigados a dar provas dessa «lealdade» traindo os seus compatriotas. Estes dois aspectos, a partida dos guerrilheiros para a floresta e a devastação gigantesca levada a cabo pelos Ingleses (atingindo famílias inteiras) libertaram, por consequência, terras que não pertenciam aos colonos: quanto a estes, o exército e a polícia ingleses encontravam-se presentes para os defender até ao fim. Foram, portanto, as novas terras devolutas entregues aos lealistas, acompanhadas desta vez por títulos de propriedade. «Estes dois aspectos da situação criada pelo estado de emergência continuaram a manifestar-se no decurso dos anos que se seguiram; de um lado, os combatentes da liberdade, privados de emprego e de terras; do outro, os lealistas, entretanto solidamente estabelecidos e tornando-se essa pequena burguesia subalterna, que o governo [inglês] quisera criar[166].»

Quando por fim chegou a independência, em 12 de Dezembro de 1963, a situação tinha-se agravado ainda mais, porque os Ingleses haviam exigido não só o compromisso de que os colonos seriam indemnizados financeiramente no caso de lhes serem retiradas as terras pelo Estado, mas também que fosse estipulado antecipadamente um preço muito elevado — o de 1959 — para o cálculo dessas indemnizações. O auxílio inglês era, deste modo, em grande parte absorvido pelo pagamento das indemnizações. Em primeiro lugar, o resgate das terras foi lento: em 1965, apenas abrangia um oitavo das terras de colonização; além disso, mais de metade das terras recuperadas tinham sido compradas de novo por europeus, durante o ano de 1964. Por outro lado, as famílias africanas mais ou menos estabelecidas em *squatters* (mais ou menos,

166 Oginga Odinga, *Not Yet Uhuru* (Heinemann, 1967), p. 126. *Uhuru* significa liberdade e independência em swahili. O autor deste testemunho fundamental, que pertence à geração de Nkrumah, foi um dos dirigentes da luta nacional a partir dos anos 46-48. No tempo da KAU, fez parte do directório secreto que preparava a insurreição nacional. Em 1961, é um dos fundadores da KANU, de que será vice-presidente. Quando se dá a independência, passa a ministro do Interior e, uma vez proclamada a República, a vice-presidente — de Dezembro de 1964 a Abril de 1966. Nesta data pede a demissão e rompe com a equipe dirigente e com Kenyatta, para fundar o KPU (Kenya People's Union). A exposição que estou a fazer assenta no seu testemunho.

pois muitas vezes a prática havia sido tolerada em troca da execução de trabalhos agrícolas para o colono) foram impiedosamente expulsas com o acordo expresso de Jomo Kenyatta. Finalmente, em vez de se tentar aproveitar os grandes domínios dos europeus para aí formar cooperativas, estes foram divididos em parcelas. Entre os compradores africanos contam-se altos funcionários, ministros e o próprio Kenyatta[167].

O manifesto da KPU (Kenya People's Union), de 19 de Maio de 1966, denunciava sem ambiguidades a política agrária do governo: «O governo e a KANU são incapazes de adoptar medidas enérgicas no domínio agrário, por razões evidentes. À sua adesão ideológica ao capitalismo acrescenta-se o facto de numerosos membros do governo serem proprietários, cada um deles, de centenas ou mesmo milhares de acres de terra. A maior parte dos ministros e dos secretários de Estado possui grandes domínios, e alguns possuem vários[168].»

O programa do novo partido propunha distribuições gratuitas de terra aos pobres e aos ex-guerrilheiros, esquecidos pelo governo independente, a limitação de propriedade privada individual e o desenvolvimento assistido pelo Estado das cooperativas. Finalmente, o programa previa a salvaguarda dos direitos das tribos e dos clãs sobre as suas terras colectivas. No seu conjunto, este programa, apresentado aliás muito mais pormenorizadamente, constituía uma base racional para um desenvolvimento socialista e devia responder às aspirações das massas. Mas torna-se hoje claro que se a equipe no poder lançou mão de todos os meios de pressão imagináveis e que o exercício do poder permite exercer para vencer os candida-

167 Oginga Odinga, *op. cit.*, p. 267: «Permaneci no governo, se bem que as minhas relações com Kenyatta me parecessem estar a tornar-se tensas, porque ele sabia que eu estava de acordo com Kaggia no que respeita à questão agrária, e também porque sabia que não aprovara as suas próprias aquisições de extensos domínios; Achieng Oneko e Pinto também assim pensavam.» Recorde-se que este último, Pio Pinto, foi assassinado em 1965.

168 *Op. cit.*, p. 303.

tos da KPU nas eleições, não é menos evidente que a luta pelo socialismo de Oginga Odinga esbarrava doravante com uma resistência de classe. A *middle class* rural de fabricação inglesa tinha como contraponto uma grande burguesia rural, surgida após a independência, a que se acrescentavam ainda os colonos que, de uma maneira ou de outra, permaneciam no país, e a elite dos funcionários formados pelas missões e pelos Ingleses. Compreende-se que o Quénia, não obstante tantos sofrimentos e chacinas, seja de momento um dos empreendimentos mais bem sucedidos do neocolonialismo.

Nesta história sombria, o que deve reter a atenção é a rapidez do processo através do qual um país onde a propriedade tradicional africana e a propriedade privada surgida da rapina colonial se opunham violentamente e, por assim dizer, sem meio termo antes da proclamação do estado de emergência em 1952 se abriu, contudo, à propriedade privada da terra, desta feita africana. E se é possível neste caso sublinhar o papel decisivo de uma política agrária colonial deliberadamente concebida com esse objectivo, verificamos também que noutros países africanos o simples esquema da evolução económica jogou no mesmo sentido, sem que os colonizadores o tenham conscientemente previsto.

Os intelectuais revolucionários à descoberta da África

3 — Osendé Afana e a evolução para a propriedade privada da terra

Um economista dos Camarões, num estudo recente[169] baseado nomeadamente no conhecimento directo da evolução

169 Osendé Afana: *L'Economie de l'Ouest-africain* (Maspero, 1966). O autor foi militante da UPC (União dos Povos dos Camarões) e teve de passar uma parte da sua vida fora do seu país, no Cairo e em Conakry, depois de ter sido em Paris um dos dirigentes da FEANF. Em Março de 1967, Osendé Afane entrou clandestinamente nos Camarões para se juntar à guerrilha: foi assassinado pelas forças de repressão do governo Ahidjo. Escrito nos intervalos de uma vida

social do seu próprio país, produtor de cacau, escreve: «As economias pré-coloniais da África ocidental eram essencialmente comunitárias. Mas [...] é evidente que estas estruturas colectivistas estão em vias de desaparecer sob a pressão do individualismo. Este fenómeno reveste-se de particular evidência no que respeita ao factor de produção por excelência das economias agrícolas: a terra[170].» Verifica a coexistência de diferentes tipos de regime agrário, propriedade privada (privada de facto, e até de direito, uma vez que a propriedade do solo é registada e reconhecida nas cidades e também fora delas, nos campos próximos dos centros urbanos), terras colectivas das tribos, terras colectivas em princípio, mas cujas parcelas atribuídas a membros da comunidade tendem a permanecer nas mãos da mesma família. Haveria ainda a acrescentar que o inventário de Osendé Afana não é exaustivo, que seria necessário ter em consideração a cultura migrante[171], a terra que é propriedade dos «tronos» (no Ghana) — o que acarreta, de facto, o pagamento de direitos aos chefes para obter uma

militante, o seu livro assenta simultaneamente na documentação a que teve acesso e na sua própria experiência ou nas suas recordações. No entanto, é bastante evidente que não estava em condições de dar um testemunho directo sobre a evolução recente do seu país. Algumas passagens sobre a estrutura das classes pré-coloniais são discutíveis (pp. 159-160, afirmando a existência de regimes escravistas e feudais; Suret-Canale — cf. nota 76 — considera-a duvidosa); outras passagens, que se referem às classes actuais, utilizam demasiado precipitadamente uma classificação antecipadamente elaborada e visando outros países e sociedades. Mas toda a parte do livro dedicada às consequências sociais da cultura de exportação do cacau é apaixonante e elucidativa.

170 *Op. cit.*, p. 150. Citação seguinte, p. 152.

171 Num relatório de Oularé Ansoumane, segundo-secretário-geral da União dos Sindicatos Guineenses (*Le Travailleur de Guinée*, de Julho de 1960), verifico que, na sua opinião, o camponês guineense não pode aspirar à propriedade individual da terra, porque pratica uma cultura migrante, por queimadas, deslocando-se através de terras que permanecem propriedade de toda a aldeia. Concluía que mesmo a solução das cooperativas não era a melhor e que seria necessário passar imediatamente às quintas do Estado.

concessão, etc. Mas eis o que Afana conclui desta análise: «A tendência geral para a apropriação individual não deixa sombra de dúvida [...]. Esta tendência crescente para a apropriação privada da terra e dos outros meios de produção reflecte não só uma transformação de mentalidades, mas também uma transformação das estruturas familiares e sociais. E mostra que, por um lado, existe um afrouxamento dos laços de autoridade até no interior da família e que, por outro lado, o dote devido pelo homem aos pais da mulher se torna uma fonte de receitas monetárias e dá origem a uma verdadeira especulação[172].»

Trata-se, porém, de uma tendência apenas; não suprime a sobrevivência de comunidades agrárias de «democracia clânica» (segundo a expressão utilizada por Osendé Afana), sem Estado, tentando viver em regime de auto-subsistência — mas ameaçadas pelas exigências do fisco e pelo aparecimento das necessidades modernas. Não suprime também a sobrevivência de relações de tipo feudal, com corveias e foros, nem apaga pura e simplesmente as tradições de solidariedade familiares; força-as a adaptarem-se melhor ou pior ao individualismo crescente.

Tudo indica, portanto, que o debate sobre as classes em África enveredou por um falso caminho, por lhe ser difícil desligar-se do esquema fornecido pela estrutura social da Europa capitalista[173]. Ora, a luta de classes não teve início na história

172 *Ibid.*, pp. 152-157. Estes dois aspectos foram já perfeitamente ilustrados no romance de Mongo Beti (publicado com o pseudónimo de Eza Boto): *Ville cruelle* (Présence Africaine, 1954).

173 É talvez emocionante ler no texto de uma conferência organizada pela central sindical FGTK, em Léopoldville (que ainda não era Kinshasa), em 12 de Novembro de 1965, duas semanas antes do golpe de Estado militar de Mobutu, estas frases que bem poderiam ter sido escritas em França: «Quem não vê que o interesse superior deste país exige, agora mais do que nunca, a formação de uma frente única de todas as camadas da população? Camponeses, operários, comerciantes, estudantes, funcionários e empregados do sector privado, somos todos, em graus diversos, proletários, pois apenas possuímos de

com o capitalismo, e as sociedades pré-coloniais e pré-capitalistas africanas tiveram os seus próprios conflitos internos, que só agora começam a ser estudados[174], e cujo conhecimento está longe de ser inútil para a compreensão da história actual.

Balanço do conhecimento das sociedades africanas: os obstáculos objectivos ao socialismo

Porém, vistos «de cima», todos os Estados africanos se encontram, de boa ou de má vontade, sob a dominação de uma economia mundial capitalista de que nem as tentativas de desenvolvimento socialista, nem as relações comerciais com os países socialistas conseguiram ainda fazê-los sair. Esta economia capitalista domina-os simultaneamente pela acção do seu mercado mundial e pela sua presença física em cada uma das economias nacionais. Mas por esse mesmo facto, exerce um irresistível poder de atracção sobre as camadas superiores da sociedade africana, levadas a tornarem-se uma retaguarda local dos *trusts* ocidentais, quer pela sua própria actividade de negócio em pequena escala e em condições subalternas, quer pela utilização do poder para pilharem o Estado e se deixarem comprar; em qualquer caso, não é nunca uma burguesia nacional, ainda que tímida, que fez a sua aparição, mas uma classe ao mesmo tempo exploradora (do seu país) e explorada (pelo capitalismo estrangeiro, se bem que essa exploração seja, apesar de tudo, indolor) — um sistema de correia de transmissão. Por detrás dela surge uma burguesia rural, cuja acção é pelo menos contabilizável em estatísticas de produção, embora inclua já alguns proprietários absentistas; ora esta burguesia é também dependente, na medida em que concentra os seus

nosso o capital-trabalho ...» (Conferência de A. Dianua, publicada in *Etudes congolaises*, 1966, n.º 1, p. 85). Estas fórmulas, porém, seriam susceptíveis de se adaptar à realidade congolesa e de nela desencadear uma acção?

174 Cf. por exemplo, Kalidou Démé: «Les classes sociales dans le Sénégal précolonial», in *La Pensée*, n.º 130, Dezembro de 1966.

esforços em culturas de exportação sujeitas às leis do mercado mundial[175].

E que dizer do pequeno comércio africano, que Idrissa Diarra descrevia tão bem? Todos esses grupos intermediários entre o capital estrangeiro e as massas africanas, rurais e urbanas, partilham o mesmo interesse em que a classe operária africana, numericamente reduzida — como já observámos suficientemente —, mas que existe apesar de tudo, não tenha a possibilidade de conquistar a sua autonomia, fazendo explodir simultaneamente um sistema em que capitalistas estrangeiros e exploradores locais conseguem lucrar, graças aos baixos salários e à miséria dos operários. Há certamente diferenças de grau na taxa da mais-valia extorquida: o «valor» de um mineiro, nas minas de ferro da MIFERMA da Mauritânia, que fornece à siderurgia de Dunquerque minério a melhor preço que o da Lorena, no entanto muito mais próxima, é evidentemente muito superior ao de um operário de uma pequena indústria conserveira privada ghanesa. Mas todos os exploradores conseguem aqui o seu ganho; ora, para manter o proletariado africano a este nível, é altamente desejável a existência de um exército de reserva e uma massa de desempregados vindos dos campos. A miséria e o atraso das massas camponesas estão em relação com a exploração das massas urbanas, e é isso que teorias como as de Fanon e de Senghor — que, neste ponto, excepcionalmente, concordam — tendem a negar ou a mascarar. Nestas condições, as sobrevivências da antiga comunidade agrária, as ilhotas de democracia clânica, longe de constituírem oásis sociais, são pelo contrário

175 No momento da sua queda, Nkrumah tentava libertar o Ghana desta sujeição. O país produz, com efeito, perto de 40 % da produção mundial de cacau, o que lhe permitiria pesar no curso dos preços de uma maneira decisiva, se pudesse fazer greve de vendas. Essa a razão por que Nkrumah mandou construir silos para armazenamento nos portos de Tema e de Takoradi. Mas haveria ainda que financiar a greve. De qualquer modo, deu-se o golpe de Estado, para alívio dos compradores da América, da Inglaterra, etc.

elementos que servem para manter a pressão constante sobre os assalariados africanos, urbanos ou agrícolas.

Se todavia os conflitos latentes, e que se manifestam de numerosas maneiras, como já vimos[176], ainda não rebentam com uma violência demasiado espectacular é porque os grupos de exploradores intermediários continuam de momento presos numa rede de tradições clânicas e feudais; também aqui as palavras têm um sentido duplo. Porque se a rede os tolhe, é também para eles um meio de tolher os outros, de atrasar a tomada de consciência dos conflitos reais, camuflados pelo parasitismo, pelos dons e gestos rituais e pelas manifestações de prestígio. É por isso que não existe nem uma verdadeira burguesia capaz de garantir o desenvolvimento material, nem, salvo por excepção, uma luta de classes aberta e directa. Tanto mais que as estruturas tradicionais constituem colectividades separadas, no interior das quais podem existir formas de entreajuda e de solidariedade, mas numa escala que não é a do Estado moderno nem se confunde com este, nem mesmo por adição.

Se bem que dividida conforme a ideologia e a classe a que se liga, a *intelligentsia* africana assume ainda hoje responsabilidades particulares; a sua facção progressista tem consciência disso, como vimos. É dela que depende em última análise o futuro da via africana para o socialismo; dela depende as massas exploradas da África encontrarem a sua ideologia e as suas formas de luta.

Perante tantas dificuldades, concebe-se que tenha surgido um escritor afro-americano querendo quebrá-las de uma só vez, e, imaginando uma saída lírica ou, ao nível político, jacobina — digamos assim, para assentar as ideias —, militarizar

176 Não me foi possível ainda fornecer uma lista das greves após a independência, que foram numerosas na Nigéria, tiveram um aspecto revolucionário no Daomé e no Alto Volta, e rebentam, apesar da repressão, na Mauritânia (Maio de 1968), na Libéria, no Congo-Kinshasa, etc.

a África, como dizia Richard Wright após uma viagem pela Costa do Ouro, no Outono de 1953[177].

Por seu lado, o economista não está prestes a concluir que pelas mesmas dificuldades o socialismo seria impossível, e que o marxismo estaria ultrapassado ou seria inútil. Pelo contrário, parece-lhe que a vontade claramente afirmada de caminhar em direcção ao socialismo é indispensável para sair do subdesenvolvimento; que a construção do socialismo, mesmo que deva ser da iniciativa dessa *intelligentsia* revolucionária de que falava Cabral, não pode aqui, e muito menos aqui do que em qualquer outra parte, renunciar à hegemonia (a sus-

177 Richard Wright, *Puissance noire*, pp. 394-395 e 397 (Corrêa, 1956); Nkrumah reproduziu em epígrafe do seu último livro, *Dark Days in Ghana*, um outro excerto deste texto. A passagem transcrita apresenta-se sob a forma de uma carta aberta a Nkrumah:

«Só vejo uma resposta possível para as necessidades ideológicas, tradicionais, afectivas, políticas e conómicas da África de hoje: É NECESSÁRIO MILITARIZAR A VIDA AFRICANA!

[...] Não para a guerra, mas para a paz; não com o objectivo de destruição, mas para construir; não para a agressão, mas para a produção; não para o despotismo, mas para libertar os espíritos dos ídolos.

Não falo de uma ditadura militar, sabe-o bem... Falo simplesmente de uma militarização no plano social da vida do seu povo; falo simplesmente de dar a essa vida uma forma, uma organização, uma direcção, uma significação e uma justificação. Falo de uma disciplina temporária que dará à nação a sua unidade, varrerá a rede de tribos e porá as massas em frente da realidade ...

A base concreta e tradicional desta militarização da vida africana existe já pronta no que resta da velha sociedade tribal. Tais medidas só se justificarão pela sobrevivência das virtudes profundas deste povo; militar será aqui sinónimo de confraternização, de coesão. E uma estrutura militar da sociedade africana poderá servir eventualmente para a sua defesa. Mas, e este é talvez o ponto mais importante, uma sociedade africana baseada numa organização militar reduziria a nada o passado feiticista, destruiria o carácter místico e absurdo das relações familiares que paralisa e degrada a África. Acabaria com a existência desses parasitas que são os chefes, que durante demasiado tempo sangraram e ludibriaram um povo crédulo. É a única maneira de a África aceder imediatamente ao século XX!

Concebida em princípio como instrumento de produção, uma estrutura social militarizada pode substituir temporariamente as estruturas políticas ...»

citar, a organizar) da classe operária — porque é *esta* a única classe que, pela sua situação, pode sair do círculo das pressões arcaicas e das contradições. Mas verificará também que a marcha para o socialismo não é dificultada apenas pela falta de uma ideologia clara — e pela proliferação de ideologias mistificatórias; é igualmente dificultada pelos malogros da unificação africana, que têm consolidado os micro-Estados. É-o também por dificuldades inerentes à natureza do poder de Estado e às suas formas: o socialismo, justamente, não se constrói através da militarização da vida social, mas através da intervenção activa das próprias massas. Necessita da sua própria democracia. Ora, também a democracia não é isenta de dificuldades em África.

Antes de examinarmos os problemas ideológicos que a tomada de consciência dos problemas do socialismo suscita, devemos observar como esta tem feito consideráveis progressos de Senghor a Cabral e a Osendé Afana, passando da imaginação ideológica à busca científica de uma teoria.

Para além das decepções, dos fracassos e das dificuldades objectivas, a reflexão acerca dos problemas do socialismo (quer dizer, do socialismo científico de Marx e de Lenine), em África, leva a algumas conclusões evidentes:

1) O socialismo não pode ser acrescentado por cima à estrutura contraditória das sociedades africanas actuais; só poderá realizar-se destruindo simultaneamente o que, nessa estrutura, é uma retaguarda do capitalismo mundial e o conjunto dos elementos pré-capitalistas arcaicos que nela se mantêm e a impregnam. Esta segunda luta é a condição do sucesso da primeira;

2) Dependendo o futuro do socialismo na África, como em qualquer outra parte, da capacidade do proletariado para exercer a hegemonia, no estádio actual, cabe aos intelectuais revolucionários a tarefa de fazerem chegar do exterior a ideologia socialista a esse proletariado;

3) Nenhuma política de marcha para o socialismo pode ter êxito se a equipe dirigente, tanto a nível do governo como das organizações políticas, não estiver decidida a aplicar os planos económicos como lei suprema do país e a ter em conta praticamente as leis económicas;

4) Tudo mostra que o êxito depende, igualmente, de progressos decisivos na via da unificação africana: o socialismo exige grandes conjuntos e não micro-Estados;

5) Finalmente, e a menos que se pretenda desatar os nós górdios da realidade através de políticas à Pedro, *o Grande,* cujo sucesso seria de resto improvável, o socialismo em África deve trazer aos povos uma vida democrática real.

OBSERVAÇÕES E ADENDA EM 1971

Nada de fundo tenho a acrescentar a este capítulo.

No que diz respeito às experiências socialistas que referi, é necessário distinguir os casos do Mali e do Ghana, países em que essas experiências foram interrompidas por golpes de Estado. Mas o facto é que em ambos estes países, se bem que em circunstâncias muito diversas, verificamos que, para além dos erros cometidos, aos regimes derrubados pode ser atribuída uma obra que não só deixou marcas profundas, como tornou impossível uma restauração integral. No Mali, tal não foi possível ao governo dos oficiais que subiu ao poder após o 18 de Novembro de 1968 (exactamente depois da passagem de uma delegação francesa chefiada por Bourges e Foccart); não só continua a enfrentar — nomeadamente no Inverno de 1970-1971 — uma resistência tenaz dos sindicatos, como sobretudo se vê obrigado a desistir de dar satisfação a todas as exigências de Paris, que pretenderia ver integralmente liquidado o sector do Estado. A crise seria então de tal ordem que

nem os oficiais financiados por Paris podem permitir-se ir tão longe. E a formação marxista adquirida pelos jovens quadros sob o regime de Modibo Keita — cujos erros já haviam sido a seu tempo apontados e criticados por alguns deles, se bem que de um ponto de vista muito diferente do dos capitães — não se faz esquecer por decreto.

No Ghana, por sua vez, cinco anos e meio depois da queda de Nkrumah, o governo, ao apresentar o último plano orçamental, em Julho de 1971, viu-se compelido a reconhecer a gravidade da crise. A dívida externa foi multiplicada por 2,5 depois do golpe de Estado e o dinheiro escasseia. E o muito «liberal» J. H. Mensah, actualmente ministro das Finanças, teve de propor e fazer adoptar medidas muito mais drásticas do que as adoptadas pelo regime de Nkrumah, nos meses difíceis de 1965: proibição da importação de automóveis e de grande número de produtos e criação de um imposto suplementar de 25 % sobre todas as operações de câmbio, nomeadamente. A atitude do jornal governamental *The Echo,* forçado a conceder às greves — na circunstância, a dos estivadores de Tema mas também a dos ferroviários — um editorial de primeira página, equivale a encará-las com o mesmo cinismo que Sadate adoptou recentemente para atacar a greve dos metalúrgicos egípcios de Helouan: «Estamos fartos destas greves: os exemplos que nos oferecem outros países ensinam-nos que estas greves contínuas, justificadas ou não, são terrivelmente ruinosas.» (27 de Junho de 1971.)

Não obstante, tanto a cólera do jornal PP (Progress Party) como o «achado» de Sadate — «A greve é antidemocrática» — são bem o reconhecimento de um descontentamento profundo. E enquanto o jornal de oposição *The Spokesman,* cujos exemplares são disputados em Accra, faz a sua campanha, os estudantes ghaneses declaram, no ponto 4 da sua resolução no Congresso de Abril passado: «Tomámos consciência de que deixar o essencial das grandes indústrias e empresas do país nas mãos de grupos privados (sobretudo estrangeiros) ou de uns tantos indivíduos é incompatível com o nosso objectivo de

reduzir a distância entre aqueles que possuem e os que nada têm de seu e constitui algo de completamente oposto à edificação de um verdadeiro Estado de bem-estar para todos, edificação que é a finalidade que o governo tem vindo a declarar. Por esta razão, solicitamos vivamente que o governo adopte com a maior urgência uma política de nacionalização de todas as grandes fábricas e empresas privadas do país e se empenhe em trabalhos visando ao desenvolvimento e ao progresso rápido do país.»

Algum tempo depois da realização do Congresso foram, de resto, estabelecidos contactos entre a direcção da Central Sindical Ghanesa — também esta não se enquadrando na ordem estabelecida — e a associação dos estudantes. Estes factos — a que é necessário acrescentar a acção do People's Popular Party, dirigido por J. R. Hansen, que se declara abertamente a favor do socialismo científico — não significam que a revolução esteja para amanhã de manhã: a considerável extensão da corrupção e a consequente desmoralização que atinge muitas categorias profissionais significam, por sua vez, que o regime conta a seu favor com poderosos e vastos interesses. O que não impede que se revele frágil e, sobretudo, não esteja em condições de suster o avanço das ideias socialistas, que reaparecem agora na base.

Quanto à situação na Guiné, a que me refiro noutro passo é confusa, no sentido de que, embora o regime se mantenha e proclame a mesma política, o papel das grandes companhias estrangeiras, como a Fria, a Harvey Aluminium e, recentemente, a Alu Suisse, não diminui e continua a ser determinante para o frágil equilíbrio da economia guineense. Além disso, é cada vez mais difícil seguir os meandros de um pensamento político como o de Sékou Touré. No seu discurso de 28 de Julho último, conquanto se fale da «realidade da luta de classes», esta é explicada como a oposição do «grande Povo, a classe Povo» a uma «nova classe anti-Povo» (as maiúsculas estão no texto). Mais adiante faz-se referência a uma «burguesia apodrecida, uma burguesia-mercadoria, uma burguesia mercenária».

Mas a lista dos acusados revela que se trata, afinal, da maioria do próprio aparelho de Estado.

Quanto ao regime do coronel Micombero, no Burundi, não nos parece hoje que tenha cumprido as promessas feitas ...

*

No entanto, para além dos exemplos concretos, parece-me necessário frisar três pontos.

Em primeiro lugar o facto de o proletariado propriamente dito ter vindo, apesar de tudo, a crescer numericamente ao longo destes últimos anos. E não só numericamente. Também o seu poder de intervenção tem crescido continuamente: na Zâmbia, em 1969, no Copperbelt, onde a tradição sindical se mantém viva; em 1968 e, também, este ano, ao que parece, greves na Mauritânia; greves no Senegal, em 1968 e 1969; em Abidjan, em 1968, e em Douala, nos Camarões, em Março de 1971; são ainda de referir as greves em Lagos, na Primavera do ano corrente. Verifica-se uma crescente afirmação da vontade de luta dos trabalhadores africanos frente à teoria da greve ilegal ou antidemocrática. Naturalmente, é necessário ter aqui em conta a massa dos sem trabalho, que em qualquer aglomeração africana rodeia, de certo modo, o proletariado com trabalho. Ainda que possa haver aqui uma exigência de organização da ligação na acção e problemas tácticos a resolver, parece-me que seria artificial opor estas duas categorias e considerar, por exemplo, os desempregados como os únicos verdadeiros proletários.

Em segundo lugar, torna-se evidente, aqui e ali, que o imperialismo não só tem uma permanente necessidade de pilhar as matérias-primas da África ou do resto do Terceiro Mundo, como encarou já os meios necessários para defrontar possíveis dificuldades. Não foi por acaso que, exactamente no momento em que a Argélia acabava de nacionalizar as sociedades petrolíferas francesas, surgiram subitamente informações sobree a ventualidade de automóveis eléctricos ... Enquanto se espera por

essa espécie de libertação da investigação e da tecnologia, que permita um dia relegar o petróleo para o rol das velharias, e uma vez que não é de temer de imediato o cessar do abastecimento, vemos acelerar-se a prospecção petrolífera, sobretudo nas zonas marítimas da Europa, e noutros lados, aumentar bruscamente a produção de regimes «seguros», como o da Arábia Saudita — e aumentarem sem dúvida um pouco também os *stocks* estratégicos. Outras informações revelaram as tentativas de extracção de manganês do fundo dos oceanos. Por outro lado, há quem pense já em utilizar melhor a mão-de-obra dos países subdesenvolvidos: em vez de importar simplesmente o ferro da Mauritânia ou da Libéria, pensa-se na hipótese de fabricar no local não propriamente máquinas, mas certas peças ou elementos, que assim ficariam mais baratos. Não verificámos este ano que estas sociedades americanas estavam a importar de países onde os salários são mais baixos elementos da sua própria produção final?

Se incluo aqui estas observações, é porque confirmam que uma estratégia de crescimento que continua a assentar no fornecimento de matérias-primas não pode deixar de estar cheia de perigos para a África. A ideia de uma greve de vendas — tal como a praticaram antes da guerra os produtores de cacau da Costa do Ouro — é ilusória, a menos que desencadeada simultânea e imediatamente na totalidade dos países fornecedores, o que é evidentemente irrealizável. Aliás, as capacidades de readaptação e de evolução de um imperialismo que trava ou acelera o progresso técnico de acordo com as suas necessidades imediatas não podem ser subestimadas. Só a passagem à criação de uma indústria dos meios de produção na própria África poderá libertar o continente. É este, ao que parece, o objectivo dos Argelinos. Mas nos outros países está-se ainda longe dele.

Neste ponto intervém a tese brilhantemente defendida por Samir Amin em *L'accumulation capitaliste à l'échelle mondiale*, Anthropos, 1970, que estabelece como condição necessária para o desenvolvimento destes países a exigência de uma

ruptura radical com o sistema capitalista mundial. Tese solidamente fundamentada, que os estudos do mesmo autor sobre o estado actual das economias africanas, dez anos decorridos sobre a data das independências (*L'Afrique de l'Ouest bloquée*, Ed. de Minuit, 1971), vieram confirmar *a contrario*. Mas esta ruptura, no espírito do autor, pressupõe, por sua vez, a existência de espaços económicos viáveis e autocentrados e, portanto, consideráveis reagrupamentos dos Estados existentes, o que está ainda muito longe de acontecer. Chegados a este ponto, é quanto a mim vão, e mesmo sem sentido, perguntarmo-nos qual dos aspectos, político ou económico, desta operação é o mais relevante. A vontade política da criação de tais espaços é indissoluvelmente a vontade de uma política económica e, o que me parece decisivo, a recusa de separar conceitos habilmente dissociados pelo ensino ocidental. Em contrapartida, é fundamental acentuar também a importância do aspecto cultural — no sentido lato do termo — de semelhante acção; porque já não se trata de recriar (sabe-se lá ao fim de quanto tempo e com que novo atraso) o modo de vida e a estrutura dos países capitalistas no solo africano, mas de utilizar todos os recursos da técnica moderna — e do que pode vir ainda a ser inventado — com o objectivo de satisfazer outras necessidades, outro modo de vida. «Os povos africanos necessitam de valores ideológicos mobilizadores», dizia no colóquio de Argel, no fim de uma comunicação sobre «Os mecanismos de bloqueio do desenvolvimento africano», o economista marroquino Abdelaziz Belal.

«Nem os sincretismos ideológicos, nem os valores veiculados pelas tecnocracias neocoloniais podem constituir em fermento. E a ideologia da unidade africana não é excepção à regra; o seu alicerce não pode deixar de ser a vontade real de levar até ao fim a luta de libertação política e económica e a revolução social: revolução nas relações sociais, mas também revolução na cultura e revolução nas técnicas e na sua aplicação.»

Por enquanto, a tese de Samir Amin choca ainda com

muitas reticências na própria África, sempre justificadas através de uma preocupação de realismo. Contudo, a definição de um horizonte não me parece que possa prejudicar as lutas imediatas; pelo contrário, deveria orientá-las melhor.

P. S. Em 1972, a queda sem combate do regime Busia, no Ghana, veio confirmar o que escrevi em Agosto de 1971. O novo regime retomou uma política de independência. Qual será, porém, a reacção do Ocidente?